

# História e Cultura

## História, arquivos e mulheres: perspectivas interdisciplinares

Organizadoras:  
Dra. Marina Mazze  
Cerchiaro  
Me. Carolina Alves

# EDITORA CIENTÍFICA

**Valéria dos Santos Guimarães.** Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS/UNESP-Franca), Programa de Pós-Graduação em História

## EDITORES

---

**Abner Alexandre Nogueira.** Secretaria. Doutorando em História, UNESP.

**Maria Isabela da Silva Gomes.** Comunicação. Mestranda em História, UNESP.

**Igor Morais da Silva.** Dossiê. Mestrando em História, UNESP.

**Viviane Ferreira Conti.** Artigos Livres. Doutorando em História, UNESP.

**Waslan Sabóia Araújo.** Qualidade. Doutorando em História, UNESP.

## CONSELHO EDITORIAL

---

**Abner Alexandre Nogueira.** Doutorando em História, PPGH – FCHS - UNESP.

**Adrielli Souza Costa.** Doutoranda em História, PPGH – FCHS - UNESP.

**Aline dos Santos Franco de Camargo.** Mestranda em História, PPGH – FCHS-UNESP.

**Ana Laura Galvão Batista.** Mestranda em História, PPGH – FCHS – UNESP.

**Ana Luiza Mendes Veríssimo.** Mestranda em História, PPGH – FCHS- UNESP.

**Felipe Aparecido de Oliveira Camargo.** Mestrando em História, PPGH-FCHS-UNESP.

**Gabriel Aparecido Miranda Silva.** Mestrando em História, PPGH – FCHS - UNESP

**Igor Alexandre Webel Ramos.** Mestrando em História, PPGH – FCHS - UNESP.

**Igor Morais da Silva** Mestrando em História, PPGH – FCHS - UNESP.

**Isadora Remundini.** Doutoranda em História, PPGH-FCHS-UNESP.

**Karina Rocha Campos.** Doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa, UNESP/Araraquara.

**Laura da Silva Costa.** Mestranda em História, PPGH - FCHS- UNESP.

**Leandro Antonio da Silva.** Mestrando em História, PPGH- FCHS- UNESP.

**Marcelo Fidelis Kockel.** . Doutorando em História, PPGH- FCHS- UNESP.

**Maria Isabela da Silva Gomes.** Mestranda em História, PPGH- FCHS- UNESP.

**Maria Luiza Franca Ramalho.** Mestranda em História, PPGH- FCHS- UNESP.

**Meg Monique Maria Dias Bogo..** Doutoranda em História, PPGH – FCHS- UNESP.

**Ricardo Sinigaglia Arruda.** Doutorando em História, PPGH- FCHS- UNESP.

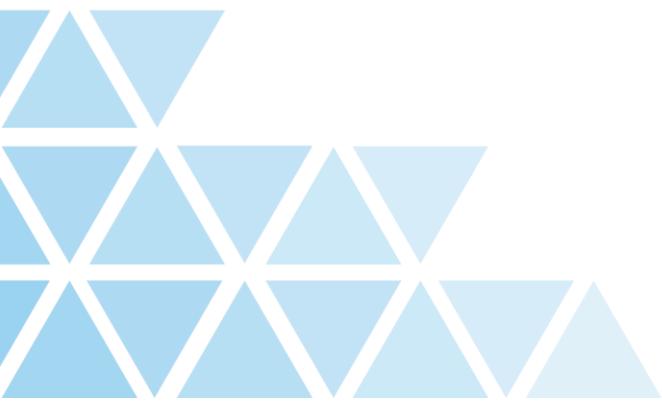
**Tainá Maria Silva.** Doutoranda em História, PPGH –FCHS- UNESP.

**Thaís de Almeida Rodrigues.** Mestranda em História, PPG –FCHS- UNESP.

**Vitória Marchetto.** Mestranda em História, PPGH- FCHS – UNESP.

**Viviane Ferreira Conti.** Mestranda em História, PPGH –FCHS- UNESP.

**Waslan Sabóia Araújo.** Doutorando em História, PPGH – FCHS - UNESP.



# CONSELHO CONSULTIVO NACIONAL

---

**Profa. Dra. Ana Paula Tavares Magalhães**, Universidade de São Paulo – USP.

**Prof. Dr. Ângelo Alves Carrara**, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

**Prof. Dr. Arno Wehling**, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ / Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB / Universidade Gama Filho.

**Prof. Dr. Carlos Leonardo Kelmer Mathias**, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

**Prof. Dr. Carlos Martins Júnior**, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

**Profa. Dra. Izabel Andrade Marson**, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

**Prof. Dr. José Rivair Macedo**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

**Profa. Dra. Kalina Vanderlei Silva**, Universidade Federal de Pernambuco – UFRPE.

**Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco**, Universidade de São Paulo – USP.

**Prof. Dr. Luís Alberto de Boni**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS / Universidade do Porto – UP.

**Profa. Dra. Márcia Pereira da Silva**, "Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP/Franca.

**Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho**, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP/Franca.

**Profa. Dra. Maria Fernanda Baptista Bicalho**, Universidade Federal Fluminense – UFF.

**Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiróz**, Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

**Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari**, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

**Profa. Dra. Regina Célia Lima Caleiro**, Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

**Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta**, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

**Profa. Dra. Susani Silveira Lemos França**, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP/Franca.

**Prof. Dr. Tania Costa Garcia**, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP/Franca.

# CONSELHO CONSULTIVO INTERNACIONAL

---

**Prof. Dr. Alejandro Bancalari Molina**, Universidad de Concepción, Chile.

**Prof. Dr. Claudio Rolle**, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile.

**Prof. Dr. Darío Sánchez Vendramini**, Universidad Nacional de la Rioja, Argentina.

**Prof. Dr. David Treece**, King's College - London, Reino Unido.

**Dr. Dom Marcus de Noronha da Costa**, Academia Portuguesa da História, Portugal.

**Profa. Dra. Ivani Vassoler**, State University of New York Fredonia, Estados Unidos da América do Norte.

**Prof. Dr. Juan Carlos Cruz Suárez**, Aarhus Universitet, Dinamarca.

**Prof. Dr. Juan Pablo González**, Universidad Alberto Hurtado, Chile.

**Prof. Dr. Julio Pinto Vallejos**, Chile.

**Profa. Dra. Maria-Aparecida Lopes**, California State University - Fresno, Estados Unidos da América do Norte.

**Prof. Dr. Rainer Guldin**, Università della Svizzera Italiana, Suíça.

**Profa. Dra. Regina Felix**, University of North Carolina - Wilmington, Estados Unidos da América do Norte.

**Prof. Dr. Roberto Di Stefano**, Universidad Nacional de la Pampa, Argentina.

**Prof. Dr. Santiago Castellanos**, Universidad de León, Espanha.

**Prof. Dr. Sven Schuster**, Universidad del Rosario, Colômbia.

**Prof. Dr. Tiago C. P. dos Reis Miranda**, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

**Prof. Dr. Vinicius Mariano de Carvalho**, King's College London, Reino Unido.

**Profa. Dra. Viviana Boch**, Universidad Nacional de Cuyo, Argentina.

# APOIO/PATROCÍNIO

---

Conselho do Programa de Pós-graduação em História da FCHS – UNESP/Franca.  
Pró-reitoria de Pesquisa – PROPe – UNESP/Reitoria.

# LAYOUT E DIAGRAMAÇÃO

---

**Layout:** Andrea Ramon Ruocco.

**Diagramação:** Ana Luiza Mendes Veríssimo.

# INFORMAÇÕES DA CAPA

---

**Imagem:** Voto feminino no Brasil, TSE.

**Design da capa:** Maria Isabela da Silva Gomes.

# CONTATOS

---

**Endereço postal:** Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900 - Jd. Antonio Petraglia - Bloco III, Sala 10 - CEP 14409-160. Franca/SP, Brasil.

**Telefone Institucional:** +55 (16) 3706-8792.

**Telefone para Suporte Técnico (STAEPE):** +55 (16) 3706-8811.

**E-mail:** [revistaeletronica.franca@unesp.br](mailto:revistaeletronica.franca@unesp.br)

**E-mail/Secretaria:** [secretariahistoriaecultura@gmail.com](mailto:secretariahistoriaecultura@gmail.com)

**E-mail/Divulgação:** [historiaecultura.divulgacao@gmail.com](mailto:historiaecultura.divulgacao@gmail.com)

**Portal/Site:** <https://seer.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/>

# MISSÃO

---

A revista *História e Cultura* (ISSN: 2238-6270 - Qualis B3) é uma publicação eletrônica semestral editada por discentes do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), com unidades na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS/UNESP-Franca) e na Faculdade de Ciências e Letras (FCL/UNESP-Assis) com sede na cidade de Franca, São Paulo, Brasil.

A *História e Cultura*, atenta às pesquisas e ao debate acadêmico desenvolvido na área de História e em áreas afins, publica textos inéditos de autoria de doutores, mestres e pós-graduandos stricto sensu, redigidos em português, espanhol, francês e inglês. Além de artigos para dossiês, a revista recebe contribuições em fluxo contínuo de artigos livres, entrevistas, resenhas e traduções.



# Sumário

• EDITORIAL.....	9
• MULHERES, HISTÓRIAS E ARQUIVOS.....	14
AGRIPINA MENOR EM SUETÔNIO: O OLHAR MASCULINO SOBRE O PROTAGONISMO FEMININO .....	22
A HIERARQUIA DO ACERVO: ANOTAÇÕES SOBRE A PRESENÇA DE LUÍZA TÁVORA NO ACERVO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (APEC).....	47
A PRESENÇA DELAS: O “PARADIGMA INDICIÁRIO” DAS MULHERES NOS ARQUIVOS SOBRE REVOLTAS COLONIAIS .....	69
GÊNERO, IDENTIDADE E REVOLUÇÃO NOS TEMPOS DE VARGAS.....	89
OS ARQUIVOS FEMININOS DO CPDOC ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA DO “ESCOLA NO ACERVO” .....	119
ARQUIVOS E FEMINISMO: O ACERVO DE MARIA LACERDA DE MOURA .	137
ABRINDO AS FRESTAS: ILUSTRAÇÕES SOBRE PROSTITUIÇÃO NO PERIODISMO DO RIO DE JANEIRO (1910-1935) .....	155
SER MÃE É UMA CONCEPÇÃO DIVINA? REPRESENTAÇÕES DE DEVERES MATERNALISTAS COM A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS REVISTAS “JORNAL DAS MOÇAS” E “O CRUZEIRO” (DÉCADAS DE 1930 A 1950).....	184
NARRATIVAS MÉDICAS SOBRE FEMINILIDADE NAS PUBLICAÇÕES DA LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE MENTAL (1925-1947).....	208
VALORAÇÃO DIFERENCIAL DA VIDA: A INVISIBILIDADE DAQUELAS QUE NÃO SE ENQUADRAM NOS PADRÕES .....	229
ARQUIVOS DE IMPRENSA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA O ESTUDO DE JORNAIS DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, SEUS NOVOS PÚBLICOS, INTERESSES E A FIGURA DA MULHER LEITORA E ESCRITORA .....	247
ARQUIVOS, FONTES E AS LACUNAS NA HISTÓRIA DAS MULHERES: O CASO DA PINTORA NICOTA BAYEUX .....	269
SOBRE ARQUIVOS E LEGADOS: UMA EXPERIÊNCIA A PARTIR DO ARQUIVO WALDISA RUSSIO .....	290
ARQUIVOS E COLEÇÕES DE MULHERES NO CEDOC/FUNARTE: UM DIAGNÓSTICO .....	308
HISTÓRIA ORAL & HISTÓRIA DAS MULHERES: ENTRE SILENCIAMENTOS E MEMÓRIAS .....	325
• Artigos Livres .....	336
MUSEU CAPIXABA DO NEGRO <i>MARIA VERÔNICA DA PAS</i> (MUCANE): LUGAR DE QUILOMBISMO E DE PROTAGONISMO DE MULHERES NEGRAS (1994-2020) .....	341
ESTRADAS, DOENÇAS ENDÊMICAS E O PROCESSO DE ABERTURA DE ESTRADAS E FERROVIAS NO OESTE PAULISTA.....	359
LA ESCULTURA MÁ S ESPERADA. LA INMORTALIZACIÓN DEL MARISCAL ANTONIO JOSÉ DE SUCRE EN EL ECUADOR REPUBLICANO .....	381
RELAÇÕES SOCIAIS E DE PODER NA MANAUS DA BORRACHA ATRAVÉS DO ESTUDO DE REMÉDIOS HISTÓRICOS.....	413
OS CÉSARES: DEFESA E ATAQUE POLÍTICOS DO IMPERADOR JULIANO (SÉCULO IV D.C.).....	433

“A MIM DELEITAM-ME OS CERTAMES LITERÁRIOS”: NOTÍCIAS DE UM DEBATE CRÍTICO AO REDOR DO ROMANCE SONHOS D’OURO (1872), DE SÊNIO [PSEUDÔNIMO DE JOSÉ DE ALENCAR].....	452
A SOCIOLOGIA DURKHEIMIANA NO CONTEXTO DA <i>REVUE DE SYNTHÈSE HISTORIQUE</i> (1900-1914): DIÁLOGOS ENTRE O INDIVÍDUO E A SOCIEDADE NA CONSTRUÇÃO DA SÍNTESE HISTÓRICA DE HENRI BERR .....	474
“O QUE HOUE COM AQUELA FAMÍLIA?” MEMÓRIAPEDAGÓGICA, TEOLOGIA E PRÁTICAS FÚNEBRES DIANTE DO SUICÍDIO EM CEMITÉRIOS EVANGÉLICO-LUTERANOS .....	494
CONVENÇÃO GÓTICA E A DESTERRITORIALIZAÇÃO. A POÉTICA DO HORROR NAS OBRAS DE WITOLD GOMBROWICZ E DE NATASHA TRETHEWEY .....	517
• Resenhas.....	533
A CONSTRUÇÃO DA AMEAÇA ARGENTINA: A OPOSIÇÃO A PERÓN NA IMPRENSA BRASILEIRA (1945-1955).....	534
REVISITANDO A INDEPENDÊNCIA: O BRASIL NA ERA DAS REVOLUÇÕES .....	539

## ▪ Editorial

*Felipe Aparecido de Oliveira Camargo*

Neste primeiro número do ano de 2022, a Revista *História e Cultura*, editada pelos discentes do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, reuniu, sob o dossiê intitulado “*História, arquivos e mulheres: perspectivas interdisciplinares*”, organizado pela Profa. Dra. Marina Mazze Cerchiaro (Pós-doutoranda pelo Museu de Arte Contemporânea da USP) e Profa. Me. Carolina Alves (Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), diversos artigos dedicados a pensar as relações entre arquivos e mulheres.

O primeiro artigo da seção, intitulado *Agripina Menor em Suetônio: o olhar masculino sobre o protagonismo feminino*, de Isabela Pissinatti, busca refletir, sob uma perspectiva que problematiza as relações da dominação masculina sobre a feminina, a atuação das mulheres no período da dinastia Júlio-Claudiana. Para tanto, a autora elege como fonte principal de seu trabalho episódios da obra de Suetônio, com o propósito de instigar discussões sobre o papel feminino em toda uma dimensão histórica de dominação e deslegitimação.

Na sequência, Norma Sueli Semião Freitas e Jailson Pereira da Silva, no artigo *A hierarquia do acervo: anotações sobre a presença de Luíza Távora no acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, direcionam um olhar sobre o lugar desempenhado pela figura de Luíza Távora no Arquivo Público do Estado do Ceará. Nesse texto, os autores buscam pensar e problematizar a questão de gênero implicada na ausência de arquivo para Luíza, primeira-dama do Ceará entre 1963-1966 e 1979-1982, relegada a segundo plano quando se percebe o destaque dado a seu esposo em tais arquivos.

Por seu turno, Patrícia Ladeira Penna Macêdo e Alexandre Rodrigues de Souza objetivam, por meio do artigo *A presença delas: o “paradigma indiciário” das mulheres nos arquivos sobre revoltas coloniais*, mostrar as potencialidades dos arquivos para se pensar a atuação política e social das mulheres em determinados períodos históricos. Os autores assumem como estudo de caso as trajetórias de Benta Pereira e Maria da Cruz, duas figuras importantes no contexto das revoltas na América Portuguesa do século XVIII. Ao evidenciar os desafios de se aventurar nos arquivos em buscas dos papéis

femininos na história, o estudo nos revela que é preciso treinar uma leitura pormenorizada dos documentos a fim de se compreender as dimensões da presença feminina nos arquivos.

Em seguida, se ancorando nos arquivos sobre a memória proletária e da polícia política nos anos de 1930 e 1940, Alzira Lobo de Arruda Campos, Luiz Antonio Dias e Rafael Lopes de Sousa, destacam as participações femininas nas construções revolucionárias brasileiras. O artigo intitulado *Gênero, identidade e revolução nos tempos de Vargas* traz luz para as dimensões públicas e privadas nas participações das mulheres nesses projetos. Além disso, o texto ressalta a capacidade de ampliação do conhecimento histórico sobre os projetos revolucionários quando se observa a presença feminina – e todas as suas particularidades daí decorrentes – nesses espaços.

Já o artigo de Ayra Guedes Garrido, intitulado *Os arquivos femininos no CPDOC através da experiência do “Escola no Acervo”*, reflete sobre a iniciativa “Escola no Acervo” do Projeto Difusão e Educação Patrimonial da FGV CPDOC, especificamente com relação aos arquivos femininos do acervo referentes à Era Vargas. Com destaque para os arquivos pessoais de Almerinda Farias Gama, Alzira Vargas e Anna Amélia de Queiroz, a autora nos mostra como tal iniciativa possibilita uma aproximação do público escolar – por meio de visitas temáticas virtuais – com a história das mulheres, sobretudo quando escritas por elas mesmas.

Em *Arquivos e feminismo: o acervo de Maria Lacerda de Moura*, Fernanda da Costa Monteiro Araujo e Bárbara Moreira Silva de Barros articulam as discussões sobre memória e arquivos. Elegendo o acervo de Maria Lacerda de Moura como fonte, as autoras abrem o debate sobre a despreocupação com a produção de documentos e acervos entre os movimentos sociais, mesmo se tratando de dispositivos com ricas potencialidades para o saber histórico e a preservação da memória.

A prostituição feminina nos periódicos cariocas é o assunto do artigo *Abrindo as frestas: ilustrações sobre prostituição no periodismo do Rio de Janeiro (1910-1935)*, de autoria de Wellington do Rosário de Oliveira. O autor identifica, por meio de tal documentação, a moralidade e os estigmas criados acerca das mulheres nas imagens das publicações analisadas. Mais ainda, os propósitos do estudo sublinham a necessidade do olhar historiador para as imagens em impressos, considerando a complexidade e multiplicidade de questões que podem ser suscitadas pelos documentos.

O estudo em periódicos é também o objetivo de *Ser mãe é uma concepção divina? Representações de deveres maternalistas com a educação física nas revistas “Jornal das*

*Moças” e “O cruzeiro” (décadas de 1930 a 1950)*, de Carolina Fernandes da Silva, Bruna Letícia de Borba e Liziane Nathália Vicenzi. Nesse artigo, as autoras analisam e nos revelam as formas como as revistas inseriam a maternidade como um dever social a ser exercido pelas mulheres em uma espécie de missão divina. Desse modo, instigam uma série de discussões sobre as construções sociais e interesses políticos por trás dessas atribuições dadas à maternidade.

Logo após, *Narrativas médicas sobre feminilidade nas publicações da Liga Brasileira de Higiene Mental (1925-1947)* investiga as questões de gênero nas narrativas da medicina mental. De autoria de Cláudia Polubriaginof, Lucciano Franco de Lira Siqueira e Paulo Fernando de Souza Campos, o artigo se debruça sobre os discursos sobre a feminilidade na LBHM, expondo como a ciência médica serviu de ferramenta para a consolidação de um ideal feminino respaldado em uma dinâmica histórica que afeta a vida e a saúde das mulheres.

O pensamento foucaultiano é a linha de análise do artigo *Valoração diferencial da vida: a invisibilidade daquelas que não se enquadram nos padrões*, da autora Isabel Saraiva Silva. Com intenção de pensar o caso das empregadas domésticas em Manaus entre 1932 e 1962, o texto explora os documentos do Arquivo do Judiciário Amazonense e reflete sobre as formas como as mulheres trabalhadoras domésticas foram destituídas de alguns direitos sociais. Nesse sentido, a autora nos indica e problematiza sobre como essas trabalhadoras eram estigmatizadas por uma moralidade oficial que nada tinha a ver com suas realidades sociais.

Em *Arquivos de imprensa: possibilidades e desafios para o estudo de jornais da segunda metade do século XIX, seus novos públicos, interesses e a figura da mulher leitora e escritora*, Isadora Costa e Laura Reis avaliam as possibilidades de tratar dos jornais da segunda metade dos oitocentos não somente como fonte, mas também como objeto de pesquisa. Dessa forma, as autoras identificam uma certa segmentação temática nesses periódicos e, dentre esses segmentos, uma maior presença feminina nos impressos. Não somente com assuntos voltados ao universo feminino, mas também a presença de mulheres escritoras assinando textos publicados nos jornais, o que já nos instiga a um olhar direcionado para todas as relações que daí decorrem.

A pintora paulista Nicota Bayuex (1870-1923) é o objeto de reflexão do artigo *Arquivos, fontes e as lacunas na história das mulheres: o caso da pintora Nicota Bayuex*, de Mariana Sacon Frederico. Ao mobilizar o acervo pessoal da artista, a autora examina os registros que, na sua intimidade e com todos os seus desafios, auxiliam na

reconstituição da trajetória e preservação da memória de uma pintora que não esteve presente no cânone artístico brasileiro.

Mencionamos ainda o artigo *Sobre arquivos e legados: uma experiência a partir do Arquivo Waldisa Russio*, das autoras Viviane Panelli Sarraf e Karoliny Aparecida de Lima Borges. O estudo examina o projeto da FAPESP “O legado teórico da Waldisa Russio para a museologia Internacional”, e versa, por meio desse estudo de caso, nas questões relacionadas a necessidade de preservação da memória e do legado de professoras, pesquisadoras e intelectuais do Brasil.

Dando continuidade, *Arquivos e coleções de mulheres no CEDOC/Funarte: um diagnóstico*, de Caroline Cantanhede Lopes, nos apresenta um mapeamento quantitativo e qualitativo sobre a presença de mulheres no acervo do Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Nacional de Artes (CEDOC/Funarte). A autora evidencia a quantidade considerável de titulares mulheres na documentação, ainda que menor em comparação a titularidades masculinas, e, a partir disso, analisa as dimensões e problemáticas observadas no cotejo dos acervos.

Por fim, em *História oral & História das Mulheres: entre silenciamentos e memórias*, Nikolas Corrent reflete sobre as histórias femininas no que tange ao aspecto de suas memórias e relatos na história oral. Ancorado em um conjunto de proposições dos estudos de gênero, o autor traça uma trajetória da historiografia das mulheres, destacando os silenciamentos, limitações e novos horizontes abertos para este campo de estudos a partir da década de 1980.

Na seção de Artigos Livres, ao longo de 9 artigos encontramos ampla diversidade de abordagens, recortes espaciais, temporalidades e temáticas. Isso porque reúne trabalhos sobre: o Museu Capixaba do Negro “Maria Verônica da Pas”, quilombismo e o protagonismo das mulheres negras; ferrovias e doenças endêmicas no Oeste Paulista em fins do século XIX e início do XX; a criação da imagem escultórica de Antonio José de Sucre no Equador; o estudo de três marcas de remédios em Manaus da *belle époque* e suas relações com um sistema simbólico e cultural; a sátira *Os Césares* do imperador Juliano; o debate crítico-literário acerca do romance *Sonhos d’ouro* (1872), de Sênio, pseudônimo de José de Alencar; a presença e o debate entre sociólogos durkheimianos na *Revue de synthèse historique* (1900-1914); o espaço cemiterial evangélico-luterano e suas relações com uma memória pedagógica no município de Canguçu-RS; e também a convenção gótica e o conceito de desterritorialização. Finalmente, contamos ainda com duas resenhas publicadas: uma sobre o livro “A construção da ameaça argentina: a

oposição a Perón na imprensa brasileira (1945-1955)” (2021) e outra sobre “Independência do Brasil” (2022). Encontramos por trás de todos esses trabalhos pesquisadores além da História, assim, também estabelecemos um diálogo próximo com outras áreas das Humanidades.

Por meio dessa pluralidade de temas e abordagens, buscamos instigar novas discussões e promover debates em curso entre os estudiosos da História e das outras áreas das Ciências Sociais, bem como atingir os mais variados leitores.

Nós, do Corpo Editorial da Revista *História e Cultura*,

desejamos a todos uma ótima leitura!

## ▪ Mulheres, histórias e arquivos

Desde a década de 1970, historiadoras vêm apontando a ausência das mulheres nas narrativas da história tradicional. Como lembra Michelle Perrot, em seu hoje clássico texto "Práticas da Memória feminina", "no teatro da memória as mulheres são sombras tênues". As razões para isso estavam no fato da história privilegiar o espaço público, a política e a guerra, lugares sociais que foram durante muito tempo pouco acessíveis às mulheres, mas também à ausência de fontes para uma escrita da história das mulheres, o que Perrot denominou de "o silêncio dos arquivos". A ausência das mulheres nas narrativas da história, contrapunha-se com o seu papel como guardiãs da memória. Se, como defendeu Perrot, "a memória feminina é verbo", as fontes primeiras de uma história das mulheres que começou a ser escrita nas décadas de 1970 e 1980 foram os relatos orais, os diários e autobiografias.

Atualmente, como demonstra Joana Maria Pedro, é possível traçar uma historiografia da "história das mulheres" – de vocação interdisciplinar – e mapear um vocabulário específico que foi construído ao longo do tempo pelo uso de categorias como "mulher", "mulheres", "gênero" e "feminismo", impactado mais recentemente por reflexões decoloniais. A proliferação desse campo de estudo a partir dos anos 2000 e a importância não só acadêmica, mas também política e cultural que ele adquiriu é patente e fica visível nos muitos artigos, publicações e eventos acadêmicos dedicados à área. A própria revista *História e Cultura* lançou dois dossiês sobre "História e Gênero", em 2018 e 2019.

Se as narrativas históricas que estão emergindo sobre as mulheres, suas construções de identidades e representações, são muitas e diversas, são raros os debates sistemáticos e abrangentes sobre o lugar das mulheres e os impactos das reflexões de gênero nas instituições de salvaguarda da memória, em particular no campo dos arquivos. Nos últimos anos, estudos vêm indicando e problematizando a escassez de documentos sobre mulheres nos arquivos brasileiros, o que corrobora para a manutenção do apagamento de sua atuação. Essa ausência é fruto de processos sociais que não

reconheciam as mulheres como sujeitos históricos e das múltiplas imposições que frequentemente preteriram a atuação feminina ao ambiente doméstico. Falar de arquivos de mulheres é reconhecer que muitas vezes esses documentos, se encontram dispersos e fragmentados em diferentes instituições ou mesmo relegados à esfera dos arquivos familiares, restritos à consulta pública.

Os arquivos históricos são lugares privilegiados de produção de conhecimento, acessados por pesquisadores de diversas áreas e que por meio de suas leituras sobre o passado ajudam a consolidar o que será lembrado. Ao guardar experiências de pessoas, grupos e instituições, os arquivos são espaços legitimadores, produtores e difusores de determinadas memórias. Pensar nas lógicas de exclusão como conformadoras de acervos históricos é compreender que eles se constituem em um contexto de silenciamento derivado de um projeto político mais amplo. Assim como a história tradicional privilegiou em suas narrativas grupos e pessoas específicos, os acervos também o fazem em relação à salvaguarda documental. As teorias feministas e estudos pós-coloniais têm introduzido novas reflexões e suscitado debates éticos a respeito do papel dos acervos salvaguardados por instituições patrimoniais de memória, tais como bibliotecas, arquivos, centros de memória ou museus.

Para discutir sobre esses apagamentos, visibilizar os conjuntos documentais de e sobre mulheres (incluindo coletivos, movimentos e associações feministas ou femininas) e pensar os impactos dos estudos de gênero e do feminismo na prática da arquivologia, foi criada, em novembro de 2020, a Rede Arquivos de Mulheres (RAM). Ela reúne instituições de salvaguarda e seus funcionários e pesquisadores interessados em refletir sobre as diversidades de gênero associadas às assimetrias étnico-raciais e regionais em arquivos. Visa ser um espaço coletivo e colaborativo de troca de conhecimento e de formação e busca fomentar a realização de eventos e publicações, além de difundir informações sobre o tema. A RAM tem também instigado as instituições arquivísticas que a integram a realizar um mapeamento das mulheres presentes em seus acervos e a repensar metodologias de organização e processamento de arquivos com atenção especial para os instrumentos de descrição e atividades de indexação e classificação, que podem corroborar com o apagamento ou contrapor-se a ele, garantindo maior visibilidade para as mulheres e para os documentos produzidos por elas.

Em consonância com os objetivos da RAM o dossiê **História, arquivos e mulheres: perspectivas interdisciplinares** reúne artigos de pesquisadores de diferentes áreas das ciências humanas, de diferentes cidades do Brasil, que refletem sobre as relações

entre o fazer historiográfico e as práticas arquivísticas sob perspectivas de gênero. Procurou-se reunir textos que tratam da história de mulheres, movimentos, coletivos e associações femininas ou feministas com base em fontes arquivísticas. Composto por quinze artigos, o dossiê trata de mulheres atuantes nos campos da política, da cultura e das artes, mas também sobre concepções de feminino produzidas pela imprensa e pelos discursos jurídicos e médicos. Alguns deles refletem ainda sobre formas de processamento e difusão de arquivos de mulheres, buscando visibilizar novas fontes para pesquisas históricas.

Os primeiros seis artigos do dossiê abordam o tema das mulheres na política em diferentes períodos históricos por meio de perspectivas diversas. Em **Agripina Menor em Suetônio: o olhar masculino sobre o protagonismo feminino**, Isabela Pissinatti discute os processos de construção da história evidenciando as articulações e tensões de gênero, para além dos binarismos que privilegiaram leituras masculinas e de grupos hegemônicos com o objetivo de valorizar o protagonismo feminino. Para tanto, analisa a representação da imperatriz-consorte romana Agripina Menor na obra de Suetônio, *As Vidas dos Doze Césares*. Ao descrever Agripina como uma mulher sedutora, Suetônio ataca sua reputação evidenciando traços de sua personalidade como antipatia e devassidão, supervalorizando características pejorativas marcadas por uma análise misógina que secundariza sua atuação política na Roma Antiga. A autora atualiza o debate ao incorporar uma reflexão sobre a perpetuação das violências provocadas pelo machismo na leitura de personagens femininas contemporâneas.

Já em **A hierarquia do acervo: anotações sobre a presença de Luíza Távora no acervo do arquivo público do estado do Ceará (Apec)**, Norma Sueli Semião Freitas trata da trajetória de Luíza Távora, que foi a primeira-dama do estado do Ceará entre 1963-1966 e 1979-1982, período em que desenvolveu atividades voltadas para assistência social. A autora mostra como as articulações entre gênero, classe e poder perpassam a trajetória, persona e memória de Luíza Távora. Ao refletir sobre os processos de construção da memória dessa personagem, Freitas nota que esse não é um processo único e que ele é marcado por atitudes distintas: se de um lado “a Luíza de tinta e cores da imprensa e de pedra e cal dos monumentos” é rememorada enquanto sujeito autônomo, de outro lado, sua documentação é tratada pelo Arquivo Público do Estado do Ceará como um apêndice do arquivo de seu marido, sendo classificada como uma subsérie na série “documentos pessoais” do “Fundo Documental Virgílio Távora”. Assim, emerge a discussão sobre como os sistemas de classificação reproduzem desigualdades de gênero

e como diferentes processos de construção da memória podem tanto visibilizar quanto invisibilizar uma mesma personalidade.

O artigo **A presença delas: o “paradigma indiciário” das mulheres nos arquivos sobre revoltas coloniais** discute o apagamento da participação feminina nas revoltas coloniais da América portuguesa na historiografia e lança um novo olhar sobre o protagonismo de mulheres como Benta Pereira e Maria da Cruz através dos arquivos. Patricia Macedo e Alexandre Rodrigues apresentam um panorama sobre a invisibilidade feminina nos arquivos em que mulheres se apresentam como personagens secundárias, relacionadas a seus maridos, filhos e pais e/ou como guardiãs da memória. Em busca dos indícios da participação feminina nos arquivos são apresentadas novas abordagens para os documentos produzidos por e sobre mulheres nos campos da História e da Arquivologia.

Já os três textos seguintes: **Gênero, identidade e revolução nos tempos de Vargas**, **Os arquivos femininos do CPDOC através da experiência do Escola no Acervo** e **Arquivos e feminismo: o acervo de Maria Lacerda de Moura** tratam de um mesmo período histórico e contexto político enfocando trajetórias de mulheres engajadas politicamente seja em lutas revolucionárias quanto pelos direitos e emancipação das mulheres. O artigo de Luiz Antonio Dias; Alzira Lobo de Arruda Campos e Rafael Lopes de Sousa aborda a atuação das mulheres revolucionárias durante o governo Vargas e discute a invisibilidade das análises sobre a exploração da mulher nos debates tradicionais que tomam por referência a luta de classes. Amparados nos pressupostos teóricos do feminismo político analisam as críticas feitas às feministas por seus companheiros de militância, o apagamento da participação revolucionária das mulheres (stalinistas ou trotskistas) em São Paulo, os estereótipos negativos vinculados às mulheres que dedicavam à militância comunista nesse contexto e a criação de sociedades e associações exclusivamente femininas comprometidas com os direitos das mulheres. Os documentos históricos registram as perseguições, prisões de militantes brasileiras e deportações de mulheres estrangeiras em função da sua atuação em organizações comunistas. Se juntam às personagens já conhecidas, mulheres anônimas que ocuparam o espaço público e atuaram politicamente no contexto revolucionário dos anos 30 e 40.

Já Ayra Garrido trata da experiência do projeto Difusão e Educação Patrimonial do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, *Escola no Acervo*, que busca refletir e visibilizar os arquivos femininos da instituição contemporâneos à Era Vargas, especificamente os de Almerinda Farias Gama, Alzira Vargas e Anna Amélia de

Queiroz. Constatada a ausência do protagonismo feminino na história política e nos arquivos, o projeto tem como intuito contribuir para que o público escolar conheça a história dessas mulheres, contadas por meio de seus documentos e entrevistas. Além de fomentar maior conhecimento sobre os arquivos destas importantes mulheres de trajetórias e identidades sociais distintas, o artigo faz uma reflexão sobre as desigualdades de gênero nos arquivos de história política levantando possibilidades de atenuar essas assimetrias, seja por meio de mudanças nos modos de classificação, por estratégias de difusão que valorizem os acervos de mulheres, ou ainda por modificações nas políticas de aquisição que visem aumentar o escasso contingente de arquivos femininos.

Em **Arquivos e feminismo: o acervo de Maria Lacerda de Moura**, Fernanda da Costa Monteiro Araújo e Bárbara Moreira Silva de Barros analisam o acervo documental da escritora que atuou na luta pelos direitos das mulheres no movimento feminista brasileiro. As autoras discutem o arquivo como lugar de memória e como elemento fundamental para construção de uma história do movimento feminista. Através de um panorama sobre os movimentos feministas e anarcofeministas, Maria Lacerda de Moura é apresentada a partir de sua atuação política e rede de relações. A fragmentação e dispersão de seu arquivo em diferentes instituições, além da venda de um conjunto de documentos em leilão, denotam a dificuldade de encontrar registros e o descaso com a história das mulheres. Num entrelaçar das reflexões sobre arquivo e memória a partir do acervo documental de Maria Lacerda de Moura são apresentados caminhos para repensar a história das mulheres através do fortalecimento da demanda por reconhecimento do Estado e das instituições para a importância da preservação e da visibilidade dos arquivos feministas.

Os cinco artigos seguintes exploram diferentes concepções de feminino veiculadas pela imprensa e pelos discursos médico e jurídico na primeira metade do século XX. Em **Arquivos de imprensa: possibilidades e desafios para o estudo de jornais da segunda metade do século XIX, seus novos públicos, interesses e a figura das mulher leitora e escritora**, Isadora de Mélo Escarrone Costa e Laura Junqueira analisam os diferentes tipos de imprensa voltados ao público feminino, em particular às mulheres brancas, burguesas e letradas, na segunda metade do século XIX. Tratam da emergência da imprensa, da leitora e da escritora e como isso também é resultado de uma ampliação do mercado, buscando fazer das mulheres uma nova categoria de consumidores. Demonstram como arquivos de jornais digitalizados são fontes fundamentais para compreender mudanças políticas, sociais e culturais do fim do século

XIX que engendram discursos civilizatórios que tem como foco moldar comportamentos femininos.

Também tendo como fonte de pesquisa arquivos de imprensa, Wellington do Rosário de Oliveira vale-se de diferentes revistas como *O Malho* e *Vida Policial* para compreender quais eram os discursos escritos e visuais sobre o meretrício e tráfico de mulheres nas décadas de 1910, 1920 e 1930. Assim, o artigo **Abrindo às frestas: ilustrações sobre prostituição no periodismo do Rio de Janeiro (1910-1935)** faz um contraponto ao anterior mostrando que as prostitutas eram entendidas como “sujeira moral” que deveria ser “varrida” pelas autoridades, sofrendo repúdio por parte da imprensa. No entanto, o autor demonstra que tal repúdio não incluía as mulheres traficadas, denominadas de “escravas brancas”. Ao contrário, os periódicos disseminavam um imaginário romântico sobre elas, retratando-as como mulheres frágeis e passivas, transformadas em mercadoria, vítimas de *cáftens* retratados como seres verdadeiramente monstruosos, sendo representados muitas vezes de maneiras zoomórficas.

O artigo **ser mãe é uma concepção divina? representações de deveres maternalistas nas revistas femininas *Jornal das Moças* e *O Cruzeiro* (1930-1950)** apresenta uma análise sobre a construção do feminino pela imprensa do início do século XX analisando o estímulo à formação de mulheres através das revistas que disseminavam padrões de comportamento direcionados ao corpo feminino. Ao se utilizarem do paradigma indiciário, Carolina Fernandes da Silva; Bruna Letícia de Borba e Liziane Nathália Vicenzi percorrem os arquivos em busca de vestígios sobre a representação feminina no *Jornal das Moças* e na revista *O Cruzeiro*, buscando observar reportagens que versavam sobre a educação física e a instauração de tecnologias baseadas em um ideal de aperfeiçoamento moral e da saúde da população. Esse projeto, intimamente relacionado à política higienista do período, via na imprensa uma forma de disseminar padrões comportamentais voltados para mulheres, em especial às mães, contribuindo para consolidar representações sobre o feminino no imaginário social.

Em **Narrativas médicas sobre feminilidade nas publicações da Liga Brasileira de Higiene Mental (1925-1947)**, Cláudia Polubriaginof; Lucciano Franco de Lira Siqueira e Paulo Fernando de Souza Campos analisam a construção de um ideal de feminilidade disseminado nas publicações da LBHM através da consulta aos documentos salvaguardados pelo Museu Histórico, da Faculdade de Medicina, da Universidade de São Paulo (MH/FM/USP) e pelo Departamento de Psicologia, da Universidade Estadual

de Maringá (UEM). Fundada no Rio de Janeiro em 1923 e profundamente integrada a um projeto de saúde mental eugenista, a Liga teve um papel importante na conceituação do que se entendia por “estigmas da anormalidade”, e baseada na prerrogativa de controle da saúde mental organizava ações com o objetivo de promover uma limpeza étnico racial na população brasileira. Os autores apresentam as narrativas difundidas pela medicina mental e o direcionamento do discurso às mulheres como forma de controle. Essas normas ditavam o padrão de normalidade ancorados no binômio “esposa-mãe” e por distinção construía um repertório daquilo que se contrapunha a esses padrões de comportamento. Era responsabilidade da mulher como mãe e esposa cuidar e frear, através da educação e do amor à família, a vida desregrada dos homens, impedindo a reprodução de degenerados, negros e pobres. Esses discursos coadunam com um projeto nacional republicano fortemente disseminado pela medicina no início do século XX.

No artigo **Valoração diferencial da vida: a invisibilidade daquelas que não se enquadram nos padrões**, os documentos salvaguardados pelo Arquivo do Judiciário Amazonense são analisados à luz das reflexões de Michel Foucault sobre a sexualidade. Isabel Saraiva Silva observa os dispositivos de controle que incidem sobre os corpos de trabalhadoras domésticas através dos documentos da repressão policial e judicial registrados entre os anos de 1932 e 1962. Esses documentos evidenciam as estratégias do estado para controlar os corpos e disseminar um padrão de moralidade, amplamente difundido pelo saber médico. Os processos analisados indicam a falta de suporte e apoio que as jovens mulheres “defloradas” obtinham da justiça. Por serem trabalhadoras domésticas, de origem popular, não se enquadravam no grupo de mulheres que merecia a proteção do estado. As denúncias de “defloramento” eram constantemente julgadas improcedentes. As vítimas seguiam desamparadas enquanto seus violadores eram absolvidos.

Os três artigos seguintes -- **Arquivos, fontes e as lacunas na história das mulheres: o caso da pintora Nicota Bayeux; Sobre arquivos e legados: uma experiência a partir do arquivo Waldisa Russio e Arquivos e coleções de mulheres no Cedoc/Funarte: um diagnóstico** – abordam o campo das artes e demonstram de formas diferentes a riqueza, a importância e diversidade dos arquivos pessoais como fonte para a pesquisa histórica.

A pesquisa de Mariana Sacon Frederico é dedicada à pintora Nicota Bayeux, que desenvolveu sua carreira no Brasil e na França. O artigo revela as dificuldades de se encontrar documentos sobre mulheres artistas no século XIX e registra a exímia

investigação da autora por diferentes arquivos, visando encontrar vestígios da obra e trajetória de Bayeux. Nessa busca são mobilizados textos de imprensa, arquivos privados e públicos e catálogos de exposição. Como demonstra a autora, a maior parte dos poucos documentos encontrados não permitia explorar a subjetividade da artista, uma vez que, eram discursos de outros sobre ela. No entanto, ao encontrar "Álbum", uma espécie de diário da artista que documentava sua estada em Paris, Mariana Frederico passa a ter acesso a algumas formas de pensar e criar da artista, analisando também as percepções de Nicota sobre o que era ser mulher naquele período. A autora conclui lembrando que no caso das mulheres os acervos pessoais são fundamentais devido à escassez das fontes públicas.

Nesse sentido, o artigo de Viviane Sarraf e Karoliny Borges explora também um arquivo pessoal que havia sido pouco pesquisado: o da museóloga Waldisa Russio, sob a custódia do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB). As autoras abordam a trajetória de Russio e seu papel central para a consolidação da museologia no Brasil. Como morreu prematuramente sem ter conseguido organizar e revisar sua obra, seu trabalho e seu arquivo foram invisibilizados. As autoras também tratam do processamento do arquivo e de sua difusão realizado por elas e equipe vinte anos após a doação dele ao IEB. Demonstam que nele documentos privados e públicos se inter cruzam, sendo um arquivo que contribui para a melhor compreensão de Russio, mas também da própria constituição da museologia no Brasil e de instituições museais do Estado de São Paulo, tais como a Estação Ciência e o Museu da Indústria.

Já o artigo de Caroline Lopes, tem como foco os arquivos de mulheres custodiados pela Funarte. O objetivo central do texto é fazer um diagnóstico dos principais arquivos pessoais da instituição buscando levantar as principais ocupações desempenhadas pelas titulares dos fundos. A autora argumenta que, diferentemente de outras instituições, há uma grande quantidade em termos absolutos de arquivos de mulheres na instituição, embora ainda assim predominem os arquivos de homens. Ela demonstra que isso ocorreu devido ao modo pelo qual o acervo foi constituído e também pelo fato de 91 titulares de fundos provirem do campo do teatro, sendo em sua maioria atrizes. O teatro é considerado um campo mais feminino se comparado aos outros campos da produção artística e intelectual (Pontes, 2011). Lopes conclui que para pensar em estratégias que conduzam a representações mais igualitárias de gênero nos arquivos é preciso também levar em conta as dinâmicas de gênero que perpassam os campos de atuação dos titulares dos fundos.

No artigo **História oral & história das mulheres: entre silenciamentos e memórias**, que fecha o dossiê, Nikolas Corrent discute a invisibilidade das mulheres e a subjugação feminina na história. Para se contrapor a essa lógica excludente, apresenta a contribuição da história oral na consolidação das narrativas que visam contar as histórias das mulheres contribuindo para sua emancipação política. O surgimento da história oral no final dos anos 60, contribuiu para a emergência de narrativas de sujeitos subalternizados pela historiografia oficial, se tornando um marco essencial na consolidação da crítica sobre a exclusão e o silenciamento das mulheres nas narrativas históricas hegemônicas ao fornecer uma alternativa metodológica para combater o apagamento feminino.

Os artigos de jovens pesquisadores aqui apresentados demonstram como no Brasil as dinâmicas de gênero perpassam os processos de construção da memória de maneiras múltiplas, apontando a necessidade de se recorrer a estudos de caso, refletir sobre contextos específicos e analisar as diferentes instâncias que operam nessa construção. Também assinalam a importância dos periódicos e dos arquivos pessoais como fonte para a escrita de histórias das mulheres. Em termos metodológicos, as teorias de Joan Scott sobre as relações entre gênero, poder e história e as de Michelle Perrot são frequentemente mobilizadas pelos textos, denotando sua atualidade. Por fim, o dossiê reflete, ainda, as preocupações recentes de algumas instituições arquivísticas em valorizar acervos femininos, tanto por meio do processamento de arquivos, quanto de projetos de difusão de fundos de titulares mulheres. Esperamos que esse dossiê possa servir de estímulo para que pesquisadores e instituições de memória continuem a aprofundar esse debate.

**Referências Bibliográficas:**

- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan/jun. 2011.
- PERROT, Michelle. *Práticas da memória feminina*. Revista Brasileira de História, 9(18), São Paulo, ANPUH, 1989.
- PONTES, Heloisa. *Intérpretes da Metrópole: História Social e relações de gênero no teatro e no campo intelectual, 1940-1968*. São Paulo: EDUSP, 2011.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade, Porto Alegre*, v.16, n. 2, jul./dez, 1990.

## AGRIPINA MENOR EM SUETÔNIO: O OLHAR MASCULINO SOBRE O PROTAGONISMO FEMININO

### AGRIPPINA THE YOUNGER IN SUETONIUS: THE MALE GAZE ON FEMALE PROTAGONISM

Isabela Pissinatti\*

**Resumo:** No campo da historiografia quando possuímos representações sobre as mulheres, essas são criadas, na maioria das vezes, pelo gênero oposto, o masculino. Suetônio - em sua obra “A Vida dos Doze Césares”, composta no ano 121 d.C., durante o governo do imperador Adriano - ao descrever Agripina Menor, deixa claro o peso do aspecto simbólico que a dominação masculina carrega ao questionar a moral de uma mulher que exerceu papéis considerados masculinos dentro da política. Para compreender essa relação de dominação masculina sobre o feminino - construída histórica, cultural e linguisticamente - é preciso definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica. O presente artigo busca compreender a atuação feminina na política no período da dinastia Júlio-Claudiana, a partir da problematização da relação entre o feminino e o masculino. Mais especificamente, é através da análise de episódios da obra de Suetônio e outros autores antigos - como a escolha de Agripina como esposa do imperador Cláudio, a morte deste, sua sucessão e a morte de Agripina Menor - que podemos trazer à tona a forma como o olhar masculino, muitas vezes, desumaniza, desconsidera e deslegitima o papel da mulher na História. **Palavra-chave:** Agripina Menor. Suetônio. Gênero. Império Romano.

**Abstract:** In the field of historiography, when we have representations about women, they are created, most of the time, by the opposite gender, the male. Suetonius - in his work "Lives of the Caesars", composed in the year 121 AD, during the rule of Emperor Hadrian - when describing Agrippina the Younger, makes clear the weight of the symbolic aspect that male domination carries when questioning a woman's morals who played roles considered masculine within politics. To understand this relationship of male domination over the female - constructed historically, culturally and linguistically - it is necessary to define the submission imposed on women as symbolic violence. This article aims to understand the role of women in politics in the period of the Julio-Claudian dynasty, based on the problematization of the relationship between the female and the male. More specifically, it is through the analysis of episodes in the work of Suetonius and other ancient authors - such as the choice of Agrippina as the wife of Emperor Claudius, his death, his succession and the death of Agrippina Minor - that we can bring to light the way in which the male gaze often dehumanizes, disregards and delegitimizes the role of women in history.

**Keyword:** Agrippina the Younger. Suetonius. Gender. Roman Empire.

#### *Introdução*

Os questionamentos trazidos pelos estudos sobre gênero resultam em análises históricas que se preocupam em apreender como as distinções sociais baseadas sobre o sexo são perpassadas através das relações de poder, oriundas não de um consenso social,

---

\* É mestra em História Antiga pela Universidade Estadual Paulista, sob orientação da professora Dra. Natália Frazão José. E-mail para contato: isa.pissinatti@hotmail.com. ORCID 0000-0003-1020-8473.

mas, de acordo com Joan Scott (1995, p. 86) “das disputas, dos conflitos e das repressões”. No entanto, a noção generalizante de imposição do masculino sobre o feminino não pode explicar a diversidade de comportamentos, dificultando, ainda, a percepção de diferentes poderes que podem aparecer representados pelo feminino, e não pelo masculino. Dessa forma, Cándida Martínez López (1994) destaca a necessidade de estudos focados nas variações das relações entre os indivíduos.

Segundo Lia Zanotta Machado (1992) e José Mattoso (1988), podemos considerar que as relações de gênero são vínculos de poder e podem ser complementares, de reciprocidade ou prestígio. Isso quer dizer, de acordo com Maria Izilda Santos de Matos (2009, p. 283), que devemos repensar a experiência coletiva estruturada entre o feminino e o masculino dentro de toda a sua complexidade e as atribuições de cada um deles no processo do fazer histórico.

O desafio é ir além de apenas descrever as contribuições femininas e masculinas. É buscar construir uma História que seja analítica e relacional, que compreenda os gêneros com relação às suas próprias articulações, bem como com a sociedade da qual fazem parte. Segundo Mattoso,

[...] a História não se compreende apenas pelo papel que nela exercem os indivíduos, nem só pelas estruturas e distribuições dos homens em classes sociais, nem só pelo funcionamento da economia e da produção, nem só pelos movimentos demográficos, mas também pela dialética feminino-masculino (1988, p. 182-183).

Dessa maneira, de acordo com Scott (1995), é preciso reescrever a História para que possamos vislumbrar outras compreensões da complexidade da construção histórica e de suas relações sociais. Para isso, segundo Lourdes Conde Feitosa (2012), a ideia é superar uma visão apresentada apenas pelos grupos privilegiados e masculinos e alcançar outros caminhos através das sensibilidades, articulações e conflitos vivenciados entre os diversos femininos e masculinos. Assim, a questão de gênero, mesmo sendo repleta de incertezas e dificuldades, se mostra como um campo valioso para nos fazer repensar as experiências humanas através da constatação da existência da pluralidade de agentes, visões, valores, espaços sociais e conceitos.

O papel feminino na História passou a ser discutido visando compreender como surgiram as diferenças e as relações de poder instituídas entre os sexos. De acordo com Feitosa (2012), ele passou a ser analisado em diferentes tempos e espaços históricos, acompanhado de uma nova percepção do que seria o documento histórico. Assim, a iconografia, as estátuas, as inscrições, as moedas, as tumbas e outros vestígios

arqueológicos passaram a ter valor documental, e trouxeram a visão e as experiências femininas para a História. Tais evidências demonstram que as mulheres não ficavam à mercê da ação masculina e agiam para saciar suas ambições. Pedro Paulo A. Funari e Renata Senna Garraffoni (2019) relatam que elas também provaram que a escrita não era uma habilidade exclusiva dos homens e deixaram seu legado através de seus relatos. Mesmo que sejam poucos os registros que chegaram até nós de textos redigidos por mulheres, uma aproximação da cultura material, através de uma perspectiva feminista crítica, possibilita a revelação de elementos que desafiam essas posições e que dão espaço para novas abordagens. “A negação da possibilidade de as mulheres articularem seus registros e memórias estaria, portanto, no olhar dos estudiosos e não só na dificuldade de se encontrar documentos” (FUNARI; GARRAFFONI, 2019, p. 288).

Além disso, as evidências materiais possibilitam novos desafios e abordagens sobre a vida e o cotidiano das mulheres. Entre 1960 e 1980, surgem estudos preocupados em trazer à tona as identidades, atividades e papéis sociais exercidos por essas mulheres. Isso resultou em discussões mais específicas com relação à influência e a participação feminina nas esferas pública e de poder.

As novas percepções sobre a literatura antiga devem muito às contribuições dos feminismos, que se aprofundaram em obras literárias antigas masculinas na busca por informações valiosas sobre as mulheres e as relações de gênero.

Mesmo sofrendo restrições e opressões ao longo da História, as mulheres conseguiram se expressar, tanto nas camadas mais abastadas quanto nas subalternas. Essa é uma perspectiva que, segundo Funari e Garraffoni (2019), vem sendo adotada, na maior parte, pela Teoria Social, originada de uma observação de que, mesmo em situações árduas, as pessoas têm poder de ação.

Trata-se de uma posição epistemológica, que pressupõe que a toda opressão corresponda uma reação, que a capacidade de intervenção está sempre presente *dynamei*, em potência. Pôde buscar-se, a partir daí, as manifestações de autonomia (*agency*). Essa mudança de ponto-de-vista, a nosso ver, permitiu que se investigassem as evidências em busca dessa independência e insubordinação (FUNARI; GARRAFFONI, 2019, p. 285).

Portanto, se não ficarmos presos à narrativa dominante, veremos que a dominação masculina não conseguiu excluir o protagonismo feminino.

Por fim, cabe ressaltar que, em muitas fontes literárias, a misoginia e mesmo o temor da atuação das mulheres, pode iludir àqueles que procuram enxergar apenas dominação, sem olhos para o protagonismo.

Isso releva mais sobre o observador, do que sobre as fontes (FUNARI; GARRAFFONI, 2019, p. 291).

María José Hidalgo de la Vega (2012) inclusive destaca que é por meio das relações entre os sexos que a identidade feminina se apresenta de uma maneira mais complexa, trazendo reflexão sobre a construção do papel socialmente atribuído às mulheres por parte do poder masculino e dentro de uma sociedade patriarcal. Dessa forma, o gênero como instrumento de análise relacional possibilita a construção da própria ideia de uma história das mulheres, ou seja, de sujeitos, que se constroem entre uma identidade excluída, e outra identidade, a masculina, que é a única considerada e admirada.

Existem inúmeras possibilidades para as identidades de gênero, pois elas variam de acordo com o contexto de determinada sociedade. Assim, como não existe uma homogeneidade, não há uma essência masculina ou feminina, nem um significado ou um modelo definitivo do que era ser mulher em Roma, por exemplo. Isso nos possibilita romper com as interpretações da historiografia tradicional baseadas em modelos rígidos e generalizantes, que aprisiona as mulheres na condição de passivas e submissas. A ideia é compreender como o pensamento social romano representa o papel social feminino, e essas representações são determinadas pelos interesses do grupo que as cria.

De acordo com Pierre Grimal (1993), a esposa ideal na Roma Antiga era aquela que confiava em seu marido e o incumbia de administrar seus bens. Já o marido, deveria cuidar da fortuna pessoal da esposa, além de protegê-la e estimá-la. Aline Rouselle (1990) também aponta que as mulheres abastadas eram educadas para contenção sexual. Silva (2012, p. 343) nos apresenta os “valores dos homens romanos para as mulheres das camadas aristocráticas: uma mãe zelosa, uma matrona virtuosa, contida e extremamente preocupada com seus filhos”.

A questão é que diversas mulheres fugiram a esse modelo de matrona ideal e foram em busca de seus desejos e de seu lugar na História através de papéis ativos na política. Nuno Simões Rodrigues (2008) aponta que as mulheres que tinham grande influência nos acontecimentos da vida pública, e até mesmo nos destinos do Império, não costumavam ser figuras admiradas pelos autores antigos: as Júlias, as Domícias, as Cláudias, ou as que chegaram à casa imperial através do casamento, como Popeia Sabina. Muitas vezes, os autores antigos retrataram as mulheres ativas na política como figuras odiosas e capazes de realizar atos cruéis para conquistarem seus objetivos, enquanto enchem de elogios as mulheres que representavam o que era esperado de uma mulher na

sociedade romana. Porém, Rodrigues (2008) destaca que, normalmente, as mulheres descritas de forma positiva pertenciam à classe senatorial, da qual os autores que delas dão testemunho, faziam parte.

Porém, independentemente de como era vista, não podemos negar que a atividade política feminina existia na sociedade romana e, mais do que isso, existia de forma participativa, uma vez que as mulheres mantinham alianças e redes de poder, que podiam não ser exclusivamente femininas, mas que eram protagonizadas no feminino.

Uma dessas mulheres que foram representadas na História como uma figura antipática é Agripina Menor, que nos chamou a atenção por ter direcionado olhares de inúmeros autores, tanto antigos como de nossa contemporaneidade. Neste artigo em específico, analisaremos como Agripina Menor foi descrita por Suetônio em sua obra *As Vidas dos Doze Césares*.

### *Júlia Augusta Agripina*

Agripina foi uma imperatriz-consorte romana, filha de Agripina Maior e Germânico e irmã do Imperador Calígula. De acordo com Anthony Barrett (1996), Agripina tinha um grande orgulho da família e aprendeu com sua mãe que ela tinha um lugar privilegiado por ser filha de Germânico e Agripina Maior, a última neta viva de Augusto.

Ela também foi a última esposa do Imperador Cláudio e mãe de Nero. Porém, apesar dessas relações já demonstrarem a sua posição dentro do Império, Agripina Menor ainda tinha o poder correndo em suas veias e a legitimidade do governo de Roma em suas mãos, isso porque ela era bisneta de Augusto, considerado por muitos como o Primeiro Imperador de Roma.

Dentro da tradição textual, Agripina foi apresentada como uma mulher terrível e odiosa por ter buscado o poder a todo custo, principalmente por ter usado sua sensualidade para manipular os homens e seu poder para atormentar as mulheres, os libertos e os escravos. Assim, de acordo com Fábio Favarsani (2013, p.8), “Agripina seria o símbolo da malícia e da desfaçatez das mulheres em geral”. Favarsani (2013) ainda aponta que as descrições de Agripina pelos estudos tradicionais a mostram como um exemplo de como as mulheres insubordinadas podiam fazer coisas horríveis para alcançar o poder que desejavam.

Porém, há uma contradição entre a forma como Agripina Menor foi descrita e sua importância durante os governos de Cláudio e Nero. Após as mudanças oriundas do governo de Augusto, as mulheres passaram a ter o poder e a serem utilizadas como símbolos dinásticos. Dessa forma, as mulheres também passaram a ser celebradas em moedas, estátuas e monumentos<sup>1</sup> e, assim como uma matrona tradicional, tinham por obrigação governar a sua casa. Entretanto, segundo Mafalda Maria Leal de Oliveira e Silva Frade (2007, p.84), “a casa que governavam era também a casa responsável pelo bom funcionamento do Império. [...] A posição privilegiada destas mulheres junto do Imperador também lhes permitia exercer alguma influência sobre as suas decisões”.

Susan Fischler (1994) aponta que as imagens positivas das mulheres que compunham uma elite imperial originaram-se da necessidade de Augusto legitimar o novo regime político através de um conceito de descendência dinástica. Assim, elas foram fundamentais na consolidação dessa dinastia e, conseqüentemente, na construção de um ideal imperial dinástico, projeto iniciado por Augusto. Sarah Fernandes Lino de Azevedo (2012) ressalta a importância das mulheres nesse sistema:

[...]percebemos que, na estruturação da dinastia Júlio-Cláudia na Domus Caesarum, as mulheres cumpriram função de transmitir legitimidade por meio do estabelecimento de casamentos e geração de filhos legítimos. Neste sentido, vimos que o imperador, como um pater familias, era responsável pela determinação de casamentos e adoções estabelecidas dentro da domus Caesarum. (p.68)

Dessa forma, quando o Imperador Cláudio estava em busca de uma nova esposa, sua sobrinha, Agripina Menor, foi a candidata perfeita. É preciso destacar que, na Roma Antiga, o casamento era utilizado para estabelecer laços políticos. Um dos laços criados pelo casamento entre Agripina e Cláudio foi a adoção de Lúcio Domício Enobarbo — filho do primeiro casamento de Agripina — por Cláudio. A partir desse momento o filho de Agripina foi nomeado como Nero Cláudio César Druso Germânico, e essa adoção deu início à parte Claudiana da Dinastia Júlio-Claudiana. Dessa maneira, fica evidente que a linhagem dinástica é construída pelos laços com Agripina, a detentora da *auctoritas imperial*.

De acordo com Rodrigues (2008), Agripina Menor parece ter adotado o apreço pela política e se revelou uma personagem significativa nesse âmbito. Barrett (1996) destaca que ela demonstrava ter muito orgulho de sua ascendência juliana, uma descendência conquistada pela linhagem, e não através de adoções. Além disso, ela também pertencia à segunda grande casa que deu nome à primeira geração de

Imperadores romanos, os Claudianos. Agripina tinha consciência do funcionamento da *domus Augusta* e de sua importância dentro dela. Ela ocupou posições importantes no império e aprendeu a se posicionar nas disputas pelo poder e a valer-se de aliados importantes ao lidar com as intrigas palacianas.

Além disso, Agripina recebeu diversas honrarias, sendo a primeira mulher a receber em vida o título de *Augusta*, o que lhe atribuiu, segundo Barrett (1996), grande evidência política. Em 51 d.C., ela recebe o *carpentum*, uma espécie de carruagem cerimonial destinada a personalidades religiosas. Nesse período, diversas estátuas dela são criadas e espalhadas por diferentes partes do Império Romano. Uma colônia romana, fundada por Cláudio, foi nomeada de *Colonia Claudia Ara Agrippinensis*<sup>2</sup> e, a nosso ver, essa nomeação tem grande importância pois sinaliza o local de nascimento da imperatriz, e foi uma das primeiras colônias a ser nomeada em homenagem a uma mulher romana ainda viva. Agripina também provou ter tido influência militar e veremos isso através de exemplos descritos no segundo capítulo.

Por fazer parte do poder imperial e ter grande relevância política, Agripina é citada diversas vezes na obra *De vitis Caesarum*, conhecida em português como *A Vida dos Doze Césares*, de Suetônio, um autor antigo que consideramos essencial para entender como aconteceu a organização do Principado romano.

### *Agripina Menor, de Suetônio*

Caio Suetônio Tranquilo viveu no contexto da dinastia dos Antoninos e, segundo Natália Frazão José (2016), graças à obra *A Vida dos Doze Césares*, Suetônio tornou-se uma das principais referências atuais com relação ao Império Romano. Isso porque ela contém a descrição da vida de seus personagens — os Imperadores da dinastia Júlio-Claudiana — feita através de uma consulta minuciosa a vários documentos aos quais o autor teve acesso durante suas funções administrativas. Além disso, a obra ainda possui uma inovação no que se refere ao conteúdo descrito pelo autor, bem como nas fontes documentais utilizadas, que não puderam ser acessadas por outros autores da mesma época. De acordo com Mafalda Frade:

No intuito de expor as várias facetas do carácter dos Césares, Suetônio descreve os seus hábitos privados, entre os quais a forma como cada um se relacionava com os seus mais próximos. Na obra, figuram relatos de inimizades e perseguições a familiares (consanguíneos ou não) ou de sugestibilidade do imperador perante a influência dos seus

(FRADE, 2007, p. 75).Ao analisarmos a forma como Suetônio retrata as personagens femininas, pudemos perceber que as descrições apresentam variações de acordo com a posição social das mulheres e de suas famílias. Dessa forma, quase sempre elas aparecem como instrumentos retóricos utilizados para avaliar a maneira como os homens ao seu redor governavam suas famílias ou o Império.

No que se refere especificamente à Agripina, Suetônio descreve diversas situações que exemplificam o quanto ela teria sido uma mulher ambiciosa que faria de tudo para colocar seu filho no poder, a ponto de cometer assassinatos e se envolver em intrigas palacianas. Inclusive, podemos perceber que as ações de Agripina são utilizadas para demonstrar a falta de controle que Cláudio tinha dentro de sua casa e, por conseguinte, do Império. Uma das críticas que Suetônio faz sobre essa matrona é com relação à sexualidade, haja vista que ela foi acusada de ter seduzido diversos homens para estabelecer laços políticos. A sexualidade feminina é apresentada como um elemento fundamental na criação da reputação das mulheres e, conseqüentemente, na de seus maridos.

Porém, é preciso deixar claro que muitas das acusações apresentadas contra Agripina, não só de Suetônio, mas de outros autores antigos, e até mesmo atuais, são baseadas em boatos<sup>3</sup>, especulações e anedotas.O privilégio que a posição de imperatriz trazia fez como que Agripina se dedicasse à prática política de forma direta. Todavia, como já dito anteriormente, para ser uma boa matrona as mulheres precisavam se dedicar ao lar e aos filhos, devendo ficar longe da política, tanto que elas nem podiam assumir esses cargos. Normalmente os elogios feitos às mulheres referiam-se à beleza, ao amor e à fidelidade ao marido, à graciosidade e à dedicação ao lar e aos filhos. Comparado ao número de homens considerados importantes, poucas foram as mulheres que se destacaram devido a essas restrições impostas pela sociedade, e aquelas que se posicionaram contra aos modelos ideais foram descritas como exemplos a não serem seguidos.

É preciso ressaltar que as biografias de Suetônio devem ser analisadas como uma fonte histórica construída com base no contexto do autor, e não de seus biografados, afinal, muitos deles estão temporalmente distantes do período em que a obra *As Vidas dos Doze Césares* foi produzida. Não podemos nos esquecer que Suetônio viveu há quase dois mil anos, e que esse grande intervalo de tempo resultou em um espaço propício para o surgimento de suposições que, com frequência, trazem versões imprudentes dos fatos.

Deivid Valério Gaia (2020) aponta que a forma como os imperadores foram retratados na historiografia tradicional romana é um reflexo da relação destes com as prerrogativas senatoriais. Como essa historiografia foi fortemente influenciada pela ideologia senatorial, aqueles que eram considerados amigos do senado foram bem representados, enquanto os considerados inimigos, não o foram. “Essa dinastia, em grande parte, repousou sobre o equilíbrio entre o poder civil e militar e ficou conhecida como a dinastia da “adoção do melhor”, um mito que até hoje ronda a historiografia.” (p.177)

Os escritores desse período, também muito marcados pela ideologia senatorial, como Suetônio, Plutarco, Tácito, Aristides, Herodiano e Díon Cássio, ao fazerem críticas aos seus predecessores, elogiavam sua própria época. Um exemplo disso é com relação à descrição do imperador Cláudio, marido de Agripina, por Suetônio. Agripina se valeu de sua ascendência e se tornou a esposa do imperador Cláudio quando este enfrentou o problema de ser o primeiro imperador a não estar diretamente relacionado com Augusto de forma alguma. Segundo Laura Teixeira (2013), a escolha de Agripina Menor como esposa ocorreu, em virtude de sua fecundidade comprovada — por esta já possuir um filho — e origem nobre, visto que Cláudio não era juliano e, de acordo com Barrett (1996), a ausência do elo juliano daria espaço para a ameaça representada por certas famílias que se ressentiam de sua perda de poder. Como Agripina tinha o sangue dos dois ramos da família imperial correndo em suas veias — ela era Juliana por parte de mãe, e Claudiana por parte de pai —, ela era a candidata perfeita e, de acordo com Barrett:

[...] cumpriria um papel importante na superação da divisão que atormentara a política quase desde o início do principado, uma fenda cujas origens residem no simples fato de que Augusto e Lúvia não haviam produzido filhos sobreviventes. O conflito entre as facções rivais da família imperial envenenou a atmosfera do reinado de Tibério e levou à destruição da mãe de Agripina e de dois de seus irmãos. Um casamento entre Cláudio e um membro de ambos os lados da família curaria muitas feridas antigas e reduziria consideravelmente a ameaça de um golpe. Agripina também traria consigo um neto de Germânico, um candidato intransponível para a sucessão. A última consideração é de grande significado. Um atraente e popular sucessor em espera reduziria o incentivo para substituir um regime impopular. Cláudio claramente se sentiu tão cercado que sua principal preocupação não era a usual da sucessão de seu filho natural, mas a garantia de que seu regime sobreviveria, mesmo que isso significasse que alguém de fora o seguiria como imperador (BARRETT, 1996, p. 96).

Logo, torna-se evidente que Cláudio, com o intuito de passar a pertencer a essa importante *domus* imperial, casa-se com Agripina Menor em 49 d.C. Faz-se necessário

destacarmos que, desde os primórdios romanos, o casamento era utilizado como forma de estabelecimento de laços políticos, característica ainda presente nos anos imperiais. Desses laços criados pelo casamento entre Agripina e Cláudio, surge, por conseguinte, a adoção de Lúcio Domício Enobarbo — filho do primeiro casamento de Agripina — por Cláudio, o qual passará a ser nomeado Nero Cláudio César Druso Germânico. Inicia-se, assim, a parte Claudiana da Dinastia Júlio-Claudiana. Evidencia-se, dessa forma, que a linhagem dinástica é construída pelos laços com Agripina, a detentora da *auctoritas imperial*.

Porém, de acordo com Suetônio, Agripina conquistou o posto após seduzir Cláudio, como se ele não pudesse se esquivar da sedução da sobrinha:

No entanto, ele não poderia privar-se de mais uma vez planejar um novo casamento, mesmo com Petina, a quem ele tinha anteriormente descartado e com Lólia Paulina, que tinha sido a esposa de Caio César. Mas sua afeição foi ludibriada pelos encantos de Agripina, filha de seu irmão Germânico, auxiliada pelo direito de trocar beijos e as oportunidades de carinhos oferecidas por sua relação [familiar]; e no encontro seguinte do Senado ele subornou alguns membros a proporem que ele deveria ser compelido a se casar com Agripina, sendo esta união de interesse máximo para o Estado e para o restante [dos cidadãos] estava permitido contrair matrimônio similar, que até aquele tempo era considerado incestuoso. E ele se casou com ela passado apenas um dia; porém nenhum outro seguiu seu exemplo, salvo um liberto e um centurião, cujo casamento ele compareceu em pessoa junto de Agripina (*Suet. Cl. 26*).

Além disso, durante o casamento, Suetônio acusa Cláudio de se deixar influenciar pelos libertos e esposas:

Porém esses e outros atos, e de fato quase toda a condução de seu principado era ditada não muito por seu próprio julgamento, mas por suas esposas e libertos, tendo em vista que ele quase sempre agia em concordância com os desejos e interesses destes. (*Suet. Cl. 25*).

Ressaltamos, dessa maneira, que Suetônio retrata Cláudio como um imperador fraco, já que segundo ele, Cláudio não conseguia controlar seus inferiores. Um bom imperador e *pater familias* era aquele que se impunha e era ativo em todos os âmbitos. Porém, devemos nos atentar, ainda, para o fato de que o imperador recusou o título de *Augusta* para Messalina, sua terceira esposa, e permitiu sua execução. Além do mais, segundo D. McAlindon (1956), cinco de seus libertos foram condenados durante seu governo.

Notamos que em *Vidas*, a figura de Agripina é usada para evidenciar as ações de seu esposo, Cláudio. Ela é utilizada como exemplo ou até mesmo como crítica às ações

do Imperador romano. Concordamos dessa maneira, com a visão apresentada por Fischler (1994, p. 115)<sup>4</sup>, o qual nos diz que:

Os retratos destas mulheres contam-nos mais sobre atitudes sociais dos romanos do que como viviam as mulheres da elite: eles nos possibilitam entender, de maneira mais completa, relações de gênero e sua ligação com estruturas de poder em Roma, assim como atitudes masculinas a respeito de gênero e poder que influenciaram na descrição das mulheres presentes na literatura clássica.

Apresentada muitas vezes como uma mulher que possuía uma sexualidade transgressora, Agripina foi usada por Suetônio como um instrumento retórico para descrever Cláudio como um Imperador fraco que não conseguia controlar a própria esposa e estabelecer a ordem em sua casa. A sexualidade da mulher é mostrada como um elemento essencial na criação de sua reputação e, conseqüentemente, na de seu marido. Após a morte de Cláudio, surgem diversos boatos que apontam que sua morte teria sido, na verdade, um assassinato. Suetônio descreve alguns desses boatos, inclusive o que acusa Agripina de tê-lo envenenado para colocar seu filho no poder:

Já no fim da vida deu mostras inequívocas de arrependimento por ter desposado Agripina e adotado Nero. Efetivamente, como seus libertos elogiassem a sua atitude de condenar, no dia anterior, uma mulher acusada de adultério, respondeu-lhes ‘que também era destino seu ter esposas impudicas, mas não impunes’. Depois, abraçando estreitamente várias vezes Britânico, que ele encontrara à sua passagem, exortou-o ‘a crescer, para que pudesse suceder-lhe em todos os seus atos’. E acrescentou em grego: ‘Aquele que feriu, curará’. E, decidido a conferir-lhe a toga, pois sua estatura permitia, embora tenra idade ainda, determinou: ‘É para que o povo romano tenha, enfim, um verdadeiro César’. Pouco depois, escreveu seu testamento, que recebeu a assinatura de todos os magistrados. Antes, porém, de prosseguir avante, foi impedido por Agripina, que sua consciência, aliás, tanto quanto a dos delatores, acusava de numerosíssimos crimes (*Suet. Cl. 43*).

De acordo com Suetônio, Agripina tinha a intenção de assassinar Cláudio porque ele estaria começando a se arrepender de seu casamento com ela e da adoção de seu filho, Nero. Ela também temia que Britânico atingisse a idade em que poderia assumir a *toga virilis*, iniciando a sua própria carreira política.

Maria Luiza Corassin (2006) explica que a *toga virillis* era um tipo de toga que, na Roma Antiga, possuía um significado particular, pois vesti-la significava a passagem da infância para a adolescência.

Por volta dos dezesseis anos, o jovem inicia a sua entrada na vida pública; a cerimônia que marca essa passagem é aquela em que ele

assume a toga viril. Integra-se ao corpo de cidadãos; o serviço militar e as atividades no fórum o esperam: essas são as duas áreas por onde começa a sua iniciação. O pai pode solicitar para essa tarefa o apoio de um velho amigo da família, um homem político influente e maduro, com experiência, com fama e com vários cargos políticos. O jovem romano vai para o exército, mas continua ligado a alguém influente: a seu pai ou a um patrono, que o encaminha na futura carreira. O ideal é formar a consciência, inculcando um sistema rígido de valores morais e também um estilo de vida, com o devotamento total da pessoa e do interesse individual à comunidade. Há o desejo de obter glória, não como uma realização do indivíduo, mas subordinada ao bem e à salvação pública. O homem que salva a pátria em perigo e em circunstâncias difíceis é considerado o ideal. A *salus publica*, o interesse de Roma, deve ser a norma da *virtus* do cidadão. A educação moral era alimentada pelos exemplos oferecidos à sua admiração pela história de Roma (CORASSIN, 2006, p. 274, grifos da autora).

Se Britânico realmente se iniciasse na política, ele se tornaria um substituto para Nero e poderia ser mais atraente para Cláudio, por ser seu filho natural. Suetônio afirma que Cláudio encorajou Britânico a crescer e a se preparar para tomar seu lugar, “para que o povo romano pudesse finalmente ter um César de verdade” (*Suet. Cl.* 43). O autor também aponta que Agripina chegou a esconder Britânico pois estaria com medo de tal reconciliação.

De acordo com John Aveline (2004), há vários problemas com essa mudança de opinião apontada por Suetônio. O primeiro é o fato de que não havia como Suetônio saber o que Cláudio teria dito a Britânico na conversa descrita por ele, já que este teria sido um encontro privado. Assim, o conteúdo de qualquer conversa só poderia ter sido criado por meio de especulação, o que acabou alimentando boatos. Além disso, há uma incoerência no relato de Suetônio, uma vez que, inicialmente, ele afirma que Cláudio esperava que seu filho crescesse para que ele pudesse ser promovido e, então, de repente, ele resolve o problema ao decidir conceder-lhe a *toga virilis* antes da idade.

Em outro relato, Suetônio menciona que Cláudio não havia nomeado nenhum cônsul após o mês de sua própria morte<sup>5</sup>. Dessa forma, ele não deu nenhuma indicação de que planejava colocar Britânico em evidência. Além do mais, segundo Aveline (2004), se Cláudio quisesse, ele poderia ter arranjado para que Britânico assumisse a *toga virilis* com a mesma idade de Nero durante sua cerimônia. Ao perder esta oportunidade, Cláudio teria deixado claro que não tinha essa intenção.

Como veremos mais adiante, Cláudio promoveu de forma consistente e contínua Agripina e Nero durante segunda metade de seu governo. É preciso lembrar também que Cláudio fez grandes esforços para garantir seu casamento com Agripina, afinal ela possuía o sangue de Augusto.

No ano posterior ao casamento, Agripina passou a acumular muitas honras e, diversas situações, como veremos à seguir, demonstram que ela desfrutava de uma posição de grande importância no Império de Cláudio, e que tal posição permaneceu intacta durante a segunda metade do governo.

Nero também gozou de honras e promoções, especialmente políticas, que foram ainda mais extensas que as de sua mãe. De acordo com Aveline (2004), nas áreas da religião e do Império, Nero, oficialmente, estava abaixo apenas de Cláudio, sendo o herdeiro aparente daquele ponto em diante. “Ao tornar seu sucessor tão claro, Cláudio criou estabilidade dinástica” (AVELINE, 2004, p. 463).

Cláudio estabeleceu firmemente essa sucessão ao longo de cinco anos e teria criado uma enorme instabilidade política se repentinamente alterasse a sucessão dando preferência a Britânico ou criando uma sucessão dupla com Nero. Aveline (2004) também aponta que Agripina podia ter bons motivos para querer que Cláudio vivesse, pois o aprendizado de Nero ainda carecia de um elemento essencial, a experiência de campo liderando um exército.

Comentários posteriores a respeito de Nero e Domiciano surgem como prova de que Cláudio foi morto por cogumelos envenenados. É dito que Nero comentou que cogumelos eram o alimento dos deuses, pois foi comendo um deles que Cláudio se tornou um deus<sup>6</sup>. Suetônio se utiliza dessa afirmação como comprovação do conhecimento de Nero sobre o assassinato de Cláudio. Há também o relato sobre o medo dos cogumelos que Domiciano sofria e que seu pai, Vespasiano, ridicularizava<sup>7</sup>. Isso é interpretado como uma alusão ao assassinato de Cláudio. Acontece que, em ambos os casos, não é feita qualquer menção ao veneno adicionado aos cogumelos. Seria mais sensato, talvez, considerar esses comentários como se referindo a cogumelos que são naturalmente venenosos, e não a cogumelos não tóxicos adulterados. Sobre o comentário de Nero, é preciso questionar se ele realmente faria uma piada sobre o suposto assassinato de Cláudio. Se realmente estivesse envolvido em alguma trama para matar Cláudio esperaríamos que ele fosse mais cauteloso para não levantar suspeitas.

Aveline (2004) nos traz também algumas evidências de que Cláudio poderia ter morrido por causas naturais ou pela ingestão acidental de cogumelos naturalmente venenosos.

Primeiramente, precisamos levar em consideração a saúde relativamente frágil de Cláudio. Ele sofreu de graves doenças desde quando criança até sua juventude, que afetaram principalmente seu controle motor<sup>8</sup>. Mesmo que Suetônio tenha afirmado

que a saúde de Cláudio estava em boas condições quando ele tornou Imperador, exceto por acessos de indigestão<sup>9</sup>, o estilo de vida de Cláudio não demonstrava isso. Além de seu costume de comer e beber em excesso, Aveline (2004) relata que ele se sentou como juiz de casos durante os meses de verão, quando Roma estava em sua fase mais insalubre e aqueles que podiam, deixavam a cidade. Além disso, é dito que Cláudio esteve tão doente no ano anterior que Nero jurou jogos para sua recuperação, e que o ano de 54 d.C. parece ter sido tão prejudicial que um membro efetivo de cada magistratura morreu em poucos meses<sup>10</sup>. “Que Cláudio adoeceu e morreu em tal clima deve ser esperado, em vez de surpreendente”(AVELINE, 2004, p. 468).

Ninguém duvida que ele tenha morrido envenenado. O ponto sobre o qual há dúvidas, porém, é o que se refere ao lugar e a pessoa que lhe ministrou a droga mortífera. Narram alguns que isso aconteceu na cidadela, durante um festim com os pontífices, e que o autor foi o eunuco Haloto, seu pregustador. Outros acreditam que o caso se registrou durante uma ceia doméstica, em que a própria Agripina foi quem misturou o veneno num prato de cogumelos, de que muito gostava. Há, também, outras versões diferentes relativas aos fatos que se seguiram à cena do envenenamento. Inúmeras pessoas dizem que, logo após ele ter ingerido o tóxico, perdeu a palavra e, depois de ter sofrido durante toda a noite as dores mais atrozes, morreu ao nascer do dia. De acordo com outras, ainda, ele começou por sentir um torpor completo. A seguir, como lhe subissem os alimentos, vomitou tudo. Então, ministraram-lhe veneno novamente. Mas não se sabe bem se o misturaram numa sopa, alegando que necessitava restaurar as energias perdidas, ou se o aplicaram num clister para aliviá-lo, fazendo-o evacuar, da indigestão que tivera. Sua morte conservou-se encoberta até que tudo estivesse arranjado em relação ao seu sucessor. Assim, fizeram-se súplicas e mais súplicas, como se ele estivesse doente. Histriões foram levados disfarçadamente ao palácio para dar a impressão de que ele estava desejando esse gênero de diversões. Faleceu três dias antes dos idos de outubro, sob o consulado de Asínio Marcelo e Ancílio Aviola, como sessenta e quatro anos de idade e catorze de reinado (*Suet. Cl. 44*).

As várias versões de Suetônio mostram até que ponto circularam os boatos sobre a morte de Cláudio. O que essas variações evidenciam é que observadores de fora da família viram Cláudio adoecer ou desmaiar e ser levado da sala de jantar para seus aposentos particulares, a partir desse ponto todos os outros detalhes são produtos de especulação.

O argumento contra uma conspiração para envenenar Cláudio é que Agripina estava claramente despreparada para a morte de Cláudio<sup>11</sup> Suetônio relata que o anúncio da morte foi adiado para que as coisas pudessem ser arranjadas para a ascensão de Nero e que medidas foram elaboradas para fazer parecer que Cláudio ainda estava vivo<sup>12</sup>

Aveline (2004) argumenta que qualquer atraso no anúncio da morte de Cláudio e da ascensão de Nero apenas daria à oposição uma janela de oportunidade. “Se Agripina soubesse antes da morte de Cláudio, como um assassino teria, ela certamente teria garantido que os arranjos fossem feitos antes que Cláudio desse seu último suspiro” (AVELINE, 2004, p. 472).

William A. Valente (2002) afirma que Cláudio apresentava distonia e identificou um cogumelo, *Amanita muscaria*, como o provável culpado de sua morte. Este cogumelo não contém quantidades suficientes da toxina muscarina para ser fatal em circunstâncias normais, mas Valente (2002) sugere que doenças como a distonia podem amplificar os efeitos da muscarina a ponto de ser letal<sup>13</sup>. Isso justifica porque somente Cláudio tenha sido afetado pelos cogumelos, já que apenas ele era clinicamente sensível à toxina que eles continham.

Resumindo. Nenhum dos argumentos usados para apoiar a teoria de que Cláudio foi assassinado é capaz de resistir a um exame minucioso. Agripina não tinha motivo para matar Cláudio e pode-se até argumentar que era do interesse dela e de Nero que Cláudio vivesse mais alguns anos até que Nero assumisse o consulado e ganhasse alguma experiência militar. Não havia chance de Britânico ser considerado um sucessor em potencial e, portanto, a posição de Nero era inatacável. Todas as outras circunstâncias inerentes também argumentam contra o assassinato. Por outro lado, foi proposto um cogumelo que só é fatal para alguém com uma condição médica pré-existente, como se sugere que Claudius tenha (AVELINE, 2004, p. 474).

Outro ponto destacado por Suetônio é com relação às desavenças que ocorriam entre as mulheres imperiais, dentro de suas redes de poder. Essas desavenças entre mulheres eram, muitas vezes, utilizadas como forma de apontar as futilidades femininas e a falta de capacidade de lidar com os problemas de forma racional — como se os homens não tivessem rivalidades entre si. Um dos conflitos de Agripina com outras mulheres ocorreu com a terceira esposa de seu tio, o Imperador Cláudio, Messalina. Nero era considerado um rival de Britânico, filho de Messalina, e Suetônio deixa isso claro:

Quando sua mãe [Agripina] retornou do exílio e se reinstalou, ele [Nero] tornou-se tão proeminente devido à influência dela que foi revelado que Messalina – esposa de Cláudio – havia enviado um emissário para estrangulá-lo durante seu cochilo diurno, considerando-o um rival de Britânico. Um adicional a este boato era que o possível assassino foi afugentado por uma cobra que saiu por baixo do travesseiro. O único fundamento para esta narrativa era que havia sido encontrada próxima a sua cama, perto do travesseiro, uma pele de serpente; no entanto, pela vontade de sua mãe, ele incluiu essa pele em uma pulseira de ouro que usou por muito tempo em seu braço direito. Porém, quando a memória de sua mãe tornou-se odiosa para ele, jogou-

a fora, posteriormente a procurou em vão (Suet. Nero. 6,4).

Ao se tornar mãe de um Imperador, Suetônio aponta que Agripina teria ofendido Nero com sua vigilância excessiva e suas constantes críticas ao seu comportamento dele: “Sua mãe o ofendeu pela vigilância muito rigorosa e crítica às suas palavras e atos, mas no começo ele limitou o seu ressentimento a esforços frequentes para colocar sobre ela uma carga de impopularidade, fingindo que iria abdicar do trono e mudar-se para Rodes” (Suet. Nero. 34)

A partir desse trecho de Suetônio, podemos perceber que Agripina estava criticando seus atos e falas de forma rígida. Tácito também relata que ela era severa ao reprimir o filho<sup>14</sup>.

Após diversos conflitos, Nero decide por executar sua mãe. Suetônio não relata claramente o que levou o Imperador a decidir pela morte de Agripina, mas dá detalhes das diversas tentativas de assassinato. Suetônio alega que, após expulsar Agripina, Nero teria subornado homens para importuná-la com ações judiciais enquanto ela morava em Roma, e quando ela foi para o interior, agentes foram contratados para perturbar sua paz com zombarias<sup>15</sup>. Barrett (1996), no entanto, aponta que as alusões são vagas demais para serem de grande utilidade. As tais ações judiciais poderiam ser uma confusa insinuação aos ataques feitos por Iturio e Calvisio, que haviam sido mandados por Junia Silana para fazer acusações contra Agripina, e os distúrbios em sua casa de campo provavelmente poderiam ser um reflexo de incidentes específicos:

Como sua mãe espreitasse e criticasse com asperezas as suas palavras e ações (desde o começo ela o repreender em repetidas ocasiões) procurou torna-la odiosa, fingindo querer abdicar as rédeas do Império e partir para Rodes. Bem cedo, privou-a de todas as honras e de poder. Retirou-lhe a sua guarda de soldados e germanos e a expulsou, até, da sua presença e do palácio. Não poupou nenhum meio de atormentá-la. Se ficava em Roma, agentes secretos a perseguiram com processos. Se repousava no campo, cobriam-na de mofas e injúrias, ora passando por terra, ora por mar, perto de seu retiro. Como ela o ameaçasse de violência, Nero resolveu matá-la. Após três tentativas de envenenamento, percebendo que ela se precavera com antídotos, mandou construir um tento que, em virtude do jogo dum mecanismo, deveria cair sobre ele durante o sono. Ao sentir que o segredo desse projeto fora revelado pelos seus confidentes, inventou um navio de peças moveáveis, que a tragaría e a esmagaria ao desfazer-se sobre ela. Resolveu, assim, fingir reconciliar-se com ela, e, por meio duma carta amabilíssima, convidou-a a ir a Baías para celebrar a solenidade das Quinquátrias em sua companhia. Depois de ordenar aos marinheiros que quebrassem, simulando um abaloamento inesperado, a galera liburniana em que viajava, prolongou o festim. Quando sua mãe manifestou a vontade de retornar à Baules, ele lhe ofereceu o navio preparado em vez do seu navio avariado, e a acompanhou até lá

alegremente. No momento da separação chegou a cobrir-lhe de beijos a ponta dos seios. Passou o resto do tempo numa grande agitação, esperando o resultado da empresa. Ao saber, porém, que tudo se passara contrariamente aos seus desígnios e que ela se salvara a nado, não soube o que fazer. Nesse meio tempo, como Lúcio Agerino, libertado de sua mãe, fosse anunciar-lhe, cheio de alegria, que ela se encontrava sã e salva, colocou, às escondidas, perto dele um punhal, e dizendo que Agerino se deixara subornar para assassiná-lo, mandou prendê-lo e metê-lo a ferros. Sem demora, tramou o assassinato da mãe e sustentava a todos que ela havia suicidado, ao ser descoberto o crime que premeditara. A isto, acrescentam-se detalhes mais atrozes, mas provindo de fontes pouco autorizadas. Por exemplo: que ele correu para ver o cadáver daquela que mandara matar, apalpando-lhe os membros, criticando uns e louvando outros e bebendo para acalmar a sede. Entretanto, não conseguiu, então, nem depois, sufocar os remorsos de seu crime. Confessou muitas vezes que o espectro de sua mãe o perseguia com os chicotes e as tochas ardentes das Fúrias. Chegou a tentar, até, num sacrifício oferecido pelos magos, evocar-lhe e aplacar-lhe o espírito. Na sua viagem à Grécia não ousou tomar parte nos mistérios de Elêusis, porque a voz de Heraldo afastava da iniciação todos os ímpios e criminosos (Suet. Nero. 34).

Suetônio afirma que durante os nove anos restantes de seu governo, Nero teve pesadelos com o assassinato de sua mãe, que havia cometido muitos crimes para garantir que ele governasse Roma (Suet. Nero. 34).

Tácito descreve o final dessa história acrescentando outros detalhes. Segundo ele, depois de meses se escondendo na Campânia, sentindo-se culpado, Nero retornou à cidade de Roma e recebeu uma recepção triunfal. Tácito descreve as boas-vindas que recebeu da seguinte forma:

Nero e sua comitiva acharam os romanos mais ansiosos do que o prometido, postados ao longo de sua rota por tribo, o Senado em roupas festivas, fileiras de mulheres e crianças organizadas de acordo com sexo e idade, e níveis de assentos erguidos em seu caminho como seriam para ver um triunfo. E assim, orgulhoso conquistador de um público servil, ele avançou para o Capitólio para cumprir seus votos (Tac. Ann. 14.13)

Quando lemos essa história, podemos nos impressionar com o contraste absoluto entre a natureza terrível do crime de Nero e a resposta entusiástica que ele recebeu ao retornar a Roma. Toda essa celebração acaba se tornando uma inversão dos valores romanos tradicionais, pois, após lermos toda a descrição que Tácito faz de Nero, fica a imagem de uma população celebrando alegremente o retorno triunfal de um príncipe inepto e cruel.

De acordo com Trevor Luke (2013), é difícil de imaginar que os romanos celebrassem um Imperador acusado de matricídio, pois esse tipo de crime se enquadrava na categoria de parricídio, que

Representava uma traição ao mais fundamental dos valores humanos e, como tal, era o tipo de ato doloroso que nenhuma quantidade de justificativa poderia encobrir completamente. Compreensivelmente, os romanos encararam o crime de parricídio (*parricidium*) com horror abjeto (LUKE, 2013, p. 212).

Além disso, o caso do assassinato de Agripina se agrava pelo fato de ela ser bisneta do divino Augusto, que fazia parte da casa imperial divina e que era adorada como uma deusa fora de Roma<sup>16</sup>.

Em suma, não importa o quão perigosa Agripina realmente fosse, não havia quase nenhuma maneira de Nero ter evitado que outros concebessem uma inquietação profunda com o assassinato dela, através do qual as suspeitas sobre a aptidão de Nero para o Principado criariam raízes. Agripina era simplesmente um símbolo dinástico, religioso e “nacional” muito potente para esperar o contrário. O melhor que ele e sua corte puderam fazer foi justificar sua morte como um movimento defensivo contra seu próprio atentado contra a vida de seu filho, o que, como o matricídio, era um tabu cultural (LUKE, 2013, p. 214).

Apesar de seu fim trágico, devemos lembrar que Agripina Menor era uma mulher consciente da *domus* Augusta e ocupou posições importantes no Império. Ela aprendeu a se posicionar nas disputas pelo poder e a lidar com as intrigas palacianas utilizando-se de valiosos aliados, tornando-se assim esposa do sucessor de seu irmão e, futuramente, a mãe do Imperador.

Suetônio apresenta uma visão negativa de Agripina e destaca sua relação familiar com Cláudio e Nero, sem entrar em detalhes sobre quem eram os aliados e libertos dentro do palácio. Apesar dessas visões negativas, podemos perceber muito da influência dessa mulher por meio da obra *As Vidas dos Doze Césares* e como ela soube lidar com as intrigas e boatos palacianos. Além disso, foi possível notar que muitas das acusações feitas contra Agripina, até mesmo atualmente, são baseadas em boatos e especulações, muitas vezes retiradas de fontes antigas que ocultavam o contexto da situação descrita.

De acordo com Rodrigues (2008), são muitos os exemplos de mulheres que participaram ativamente da vida política e pública de Roma. Porém, nos chama a atenção o fato de que, nos escritos dos autores antigos, as mulheres com vida política ativa sejam retratadas como figuras antipáticas. Fogem a esse perfil as mulheres que são apresentadas como a personificação da coragem e dignidade feminina — entretanto, a esse respeito vale ressaltar que a maioria destas pertenciam à classe senatorial, a qual os autores que delas deram testemunho, estavam ligados. As Júlias, as Domícias e as Cláudias não despertaram a admiração dos autores antigos, e essa realidade parece ser resultado da

mentalidade de que a mulher não havia sido criada para a vida pública e para a intervenção política. Mas o fato é que, sendo bem ou malvista, a participação feminina na política acontecia na sociedade romana e, mais do que isso, as mulheres mantinham redes de interesses políticos e de poder, não apenas femininas, mas protagonizadas por mulheres. “A prova disso consiste precisamente nas histórias de mulheres perversas, desvirtuosas e devassas que os historiadores antigos nos legaram” (RODRIGUES, 2008, p. 294).

### *Considerações Finais*

Dizer que as mulheres antigas foram difamadas simplesmente por serem mulheres ainda é uma forma de invisibilizá-las, pois assim continuamos a ocultar diversas histórias. É óbvio que não devemos desconsiderar a misoginia presente na historiografia, mas devemos deixar claro que essas mulheres foram muito mais do que vítimas, elas são sujeitos históricos e políticos que se mobilizaram para defender seus interesses pessoais.

A dominação masculina não apaga o protagonismo feminino, se formos além da narrativa dominante. Nossa intenção foi deslocar alguns pressupostos ainda muito arraigados na historiografia e destacar que os feminismos contribuem para uma nova epistemologia.

Compreendemos que as personagens femininas estão inseridas em um complexo contexto de representações, onde encontramos mecanismos retóricos que apontam para um conjunto de vícios e virtudes presentes nas relações políticas e sociais. Nosso trabalho é o resultado da análise da obra *As Vidas dos Doze Césares*, de Suetônio, um autor antigo que consideramos fundamental para a compreensão da organização do Principado romano, um período no qual o papel das mulheres, principalmente as das elites, foi modificado, e elas passaram a ser fundamentais para a criação de elos imperiais

É importante lembrar que Suetônio viveu durante a dinastia do Antoninos, na qual, segundo Gaia (2020), os imperadores foram retratados através de uma historiografia fortemente influenciada pela ideologia senatorial. Desta forma, os que eram considerados inimigos do senado, não foram bem representados. Porém, faz-se necessário destacar que os homens e mulheres considerados inimigos do senado não foram difamados da mesma forma, já que as mulheres sofreram ataques não apenas por suas posições políticas, mas também por seu gênero.

A presença das personagens femininas em *Vidas* traz evidências interessantes a respeito das transformações na estrutura social resultantes da mudança do regime

republicano para o imperial. Tais mudanças resultaram em um reposicionamento da mulher pertencente às elites romanas dando-lhe novas possibilidades de atuação e uma nova visibilidade. Essenciais para a manutenção das dinastias e do conceito dinástico no qual esteve baseado o Império Romano, as mulheres da *Domus Caesarum* foram fundamentais nas representações de uma ordem imperial, já que a intenção era transmitir ideais dinásticos com base na preponderância de uma única gens e/ou *domus*. Porém, as mulheres das elites imperiais foram representadas como instrumentos simbólicos ambivalentes, de forma que as mesmas mulheres apresentadas como símbolos da ordem imperial, também foram apresentadas como símbolos da desordem, principalmente através da descrição de mulheres que interferiam em assuntos políticos, ou que demonstravam comportamento sexual desviante. Devemos perceber que, em ambos os tipos de representações, a mulher é associada com a natureza individual do poder imperial e com a imagem do imperador.

Agripina Menor ainda foi além de ser apenas um instrumento retórico para a descrição de imperadores, ela demonstrou seu poder enquanto detentora da *auctoritas imperial* e, criando suas próprias redes e alianças políticas, conquistou o que poucas conseguiram: colocar seu filho no posto de imperador.

O curioso é que, ao longo de nossa pesquisa, percebemos que mesmo tão distantes, tanto geograficamente quanto temporalmente, as mulheres romanas antigas e as mulheres brasileiras contemporâneas compartilham muitas questões. Agripina, mesmo tendo sido detentora de tantas honras e de ter tido um papel tão importante na legitimação do poder imperial, foi difamada por diversos autores - como Suetônio - que tinham como um de seus argumentos para desmoralizá-la, a sua suposta sexualidade transgressora. Tudo isso porque ela buscou assumir papéis que eram considerados masculinos. Já Dilma Rousseff, a primeira mulher presidente do nosso país, sofreu diversos ataques verbais que, “coincidentemente”, estavam relacionados o seu gênero e sua sexualidade.

Pâmela Caroline Stocker e Silvana Copetti Dalmaso fizeram um mapeamento dos comentários ofensivos de leitores direcionados à presidente Dilma Rousseff, e apontam que 16% dos comentários reiteraram significados ligados à cultura machista e sexista.

Manifestações que relacionam a mulher a papéis tipicamente associados ao feminino, como o cuidado com o ambiente doméstico (lavar a louça, limpar a casa) ou a preocupação com a beleza (plásticas, perda de peso) e xingamentos como "vaca" (56), "safada" (31) e "vagabunda" ou "vagaba" (23) dividem espaço com diferentes menções relativas ao falo, como "rola" e "rabo" (22) (DALMASO; STOCKER, 2016, p. 681, grifos dos autores).

Os elogios às mulheres também parecem se repetir e também são baseados nos mesmos estereótipos. As primeiras descrições de Agripina Maior, por exemplo, a descrevem e a elogiam como uma representante do modelo da matrona romana, esposa fiel e mãe de muitos filhos. Cerca de 2000 anos depois, uma reportagem era publicada na versão online da Revista Veja, em 18 de abril de 2016, intitulada *Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”*, de autoria da jornalista Juliana Linhares.

Já o imperador Cláudio foi descrito por Suetônio como um imperador fraco por não conseguir controlar suas esposas e, a historiografia teve tanto êxito em criar uma imagem de Messalina (a esposa de Cláudio antes de Agripina) tão deturpada, que sua execução por adultério parece ter sido uma boa ideia. Novamente, quase 2000 anos depois, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de Femicídio, perdendo apenas para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia em número de casos de assassinato de mulheres. Em comparação com países desenvolvidos, aqui se mata 48 vezes mais mulheres que o Reino Unido, 24 vezes mais que a Dinamarca e 16 vezes mais que o Japão ou Escócia. Em 2016, uma mulher foi assassinada a cada duas horas no país.

Todos esses dados comprovam o quanto as mulheres ainda são oprimidas de diversas formas, inclusive na historiografia. Quando repensamos as fontes a partir de um olhar atual percebemos que cada uma reflete um ponto sobre determinada sociedade, e esses pontos, quando discutidos, permitem que se abram novos caminhos para uma História mais inclusiva.

Infelizmente, nossa sociedade ainda prefere legitimar os atos de um genocida do que ter uma mulher no poder. A principal diferença entre a forma como uma mulher era percebida na sociedade romana antiga e brasileira atual, é que hoje temos termos específicos para o que fazem conosco: misoginia, machismo e femicídio.

Portanto, levamos em consideração o que Roger Chartier chama de peso do aspecto simbólico que a dominação masculina carrega. Segundo ele, para compreender essa relação de dominação – construída histórica, cultural e linguisticamente – é preciso definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica, que foi sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível, universal. “O essencial é identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como ‘natural’ e biológica a divisão social dos papéis e das funções” (SOIHET, 1998, p. 82).

A complexidade e variedade de acepções levantadas em torno das palavras

“homens” e “mulheres” têm permitido questionar os paradigmas interpretativos alicerçados em modelos rígidos e generalizantes de comportamento, que atribuem à mulher a condição de passiva e submissa e ao homem, o papel de comando e domínio. É justamente nesse ponto, a desnaturalização das identificações por meio das características físicas, sexuais, que se encontra um dos maiores méritos dos estudos de gênero — a constatação de que as categorias de identidades foram e são cultural e socialmente construídas (FEITOSA, 2012).

Devido aos estudos sobre gênero, podemos contemplar análises históricas preocupadas em entender como as distinções sociais com relação ao sexo são perpassadas por relações de poder, resultantes não de um consenso social, mas das disputas, dos conflitos e das repressões (SCOTT,1995).

### Referências bibliográficas:

#### *Documentação*

SUETÔNIO. *A Vida dos Doze Césares*. Apresentação por Carlos Heitor Cony. Tradução por Sady Garibaldi, 2.ed. reform. São Paulo: Ediouro, 2003.

TÁCITO. *Anais*. Trad. J.L. Freire de Carvalho. São Paulo: W.M. Jackson Inc., 1952. [Vol. I, II, III, IV, V e VI].

#### *Bibliografia*

AVELINE, John. *The death of Claudius*. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, v. 53, n. 4, pp. 453-475, 2004.

AZEVEDO, Sarah Fernandes Lino de. *Histórica, Retórica e Mulheres no Império Romano: Um estudo sobre as personagens femininas e a construção da imagem de Nero na narrativa de Tácito*. Ouro Preto: EDUFOP/ PPGHIS, 2012.

BARRETT, Anthony A. *Agrippina: Sex, Power, and Politics in the Early Empire*. Yale University Press, 1996.

BELCHIOR, Ygor Klain. *Boatos, opinião pública e assassinatos políticos: o caso de Júlio César*. *Codex – Revista de Estudos Clássicos*. ISSN 2176-1779, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 1, jan.-jun. 2019.

CORASSIN, Maria Luiza. O cidadão romano na República. *Projeto História*, São Paulo, n. 33, pp. 271-287, 2006.

DALMASO, Silvana Copetti; STOCKER, Pâmela Caroline. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n. 3, 2016.

DE LA VEGA, María Hidalgo. *Las emperatrices romanas: sueños de púrpura y poder oculto*. 1a. ed. pdf —Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2012

GAIA, Deivid Valério. *Os Antoninos: o apogeu e o fim da pax romana*. In.: BRANDÃO, José Luís; OLIVEIRA, Francisco de. *História de Roma Antiga: volume II: Império Romano do ocidente e romanidade hispânica*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

GRIMAL, Pierre. *O Império Romano*. Trad. Isabel Saint-Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1993.

FAVERSANI, Fábio. *Gênero, documentos e interpretações: Um estudo sobre Agrippina minor*. Conferência apresentada no Ciclo Mare Nostrum, promovido pelo LEIR-MA-USP, em 2013.

FEITOSA, Lourdes Conde. *Masculino e Feminino na Sociedade Romana: os desafios de uma análise de gênero*. In: CANDIDO, Maria Regina (Org). *Mulheres na Antiguidade: Novas Perspectivas e Abordagens*. Rio de Janeiro: UERJ/NEA; Gráfica e Editora DG Ltda, 2012.

FISCHLER, Susan. *Social Stereotypes and Historical Analysis: The Case of the Imperial Women at Rome*. In: ARCHER, Léonie; FISCHLER, Susan and WYKE, Maria (ed.). *Women in ancient societies: an illusion of the night*. New York: Routledge, 1994.

FLORY, Marleen B. *Livia and the History of Public Honorific Statues for Women in Rome*. *Transactions of the American Philological Association (1974-2014) Vol. 123 (1993)*, pp. 287-308 (22 pages) Published By: The Johns Hopkins University Press.

FRADE, Mafalda Maria Leal de Oliveira e Silva. *Práticas, Valores e Crenças da Corte Imperial Romana*. Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Literatura (Literatura Latina), realizada sob a orientação científica do Professor Doutor João Manuel Nunes Torrão. Aveiro, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo A.; GARRAFFONI, Renata S. *As vozes das mulheres no início do Principado romano: Linguagem, discursos e escrita*. In: GARRAFFONI, Renata S.; SÁNCHEZ, Manel García. *Mulheres, Gêneros e Estudos Clássicos: um diálogo entre Espanha e Brasil*. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2019.

JOSÉ, Natália Frazão. *Retratos de Augusto: a construção de um Imperador Romano*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

KAPFERER, J. N. *Boatos: o mais antigo mídia do mundo*. Trad. de Ivone da Silva Ramos Maya. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

LÓPEZ, Cándida Martínez. *Las mujeres en el mundo antiguo. Una nueva perspectiva para reinterpretar las sociedades antiguas*. In: MAMPASO, M. J. R. et alli (Eds.) *Roles sexuales. La mujer en la historia y la cultura*. Madrid: Clasica, 1994.

LUKE, Trevor. *From Crisis to Consensus: Salutory Ideology and the Murder of Agrippina*. *Illinois Classical Studies*, n. 38, pp. 207-228, 2013.

MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo, academia e interdisciplinaridade*. In: COSTA, A. O., BRUSCHINI, C. (Orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas*. In: PISCITELLI, A. et alli (Orgs.) *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

MATTOSO, José. *A mulher e a família*. In: *A escrita da História – Teoria e métodos*. Lisboa: Imprensa Universitária, 1988.

MCALINDON, D. *Senatorial Opposition to Claudius and Nero*. *AJPh*, v. 77, n. 2, 1956.

RODRIGUES, Nuno Simões. *Agripina e as outras. Redes femininas de poder nas cortes de Calígula, Cláudio e Nero*. Universidade de Lisboa, *Revista Gerión* 26, núm 1, 2008.

ROUSELLE, Aline. *A política dos corpos entre procriação e continência em Roma*. In: DUBY, G. PERROT, M. *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 1. Porto: Ed. Frontamento, 1990

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação e Realidade: gênero e educação*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SOIHET, Rachel. *História das Mulheres e História de Gênero - um depoimento*. *Cadernos Pagu*, Campinas/São Paulo, v. 11, pp. 77-87, 1998.

TEIXEIRA, Laura Leonor Firmiano. *Lívia e Agripina Menor: A presença feminina no jogo político*. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História sob a orientação da Profa. Dra. Maria Luiza Corassin. 2013.

VALENTE, W. A.; TALBERT, R. J. A.; HALLETT, J. P.; MACKOWIAK, P. A. *Caveat Canens*. *American Journal of Medicine*, v. 128, 2002.

---

<sup>1</sup>A concessão pública de estátuas a mulheres era quase inexistente em Roma antes da época imperial (nos cemitérios até existiam estátuas femininas, mas não era uma honra pública.) *Vide* Marleen B. Flory (1993), p.300. Em um mundo onde comumente apenas os comportamentos masculinos eram considerados suficientemente importantes para merecerem tal honra, é de se esperar que a atribuição de estátuas às mulheres da casa imperial e a concessão de outras honras, fossem vistas como excepcionais para uma mulher. “As estátuas marcaram a introdução de retratos de mulheres membros das autoridades governantes como um novo aspecto da política e propaganda romana.” – *Ibidem*, p. 296.

<sup>2</sup>Que era localizada onde hoje é a cidade de Colônia, na Alemanha.

<sup>3</sup>De acordo com Jean-Noël Kapferer (1993), os boatos eram fundamentais para a gestão do poder pelas facções político-militares, pois, como se baseavam mais em impressões do que em fatos, regiam a opinião pública. Assim, ao ouvir uma notícia importante e surpreendente, a primeira reação de um receptor era repassá-la adiante, o que acabava desencadeando o surgimento de outras discussões, sempre vinculadas ao que se deveria pensar e não ao fato em si mesmo. Ygor Klain Belchior (2019) destaca que, para os oradores antigos, os boatos serviam como evidências documentais, tanto que Suetônio, ao descrever o imperador Nero, utilizou-se da opinião pública, que, para este biógrafo, tinha a mesma validade e confiabilidade de um testemunho escrito.

<sup>4</sup> FISCHLER, Susan. Social Stereotypes and Historical Analysis: The Case of the Imperial Women at Rome. In: ARCHER, Léonie; FISCHLER, Susan; WYKE, Maria (ed.) *Women in ancient societies: an illusion of the night*. New York: Routledge, 1994.

<sup>5</sup> Suet. Cl. 46.

<sup>6</sup> Suet. Nero. 33.1.

<sup>7</sup> Suet. Dom. 14.1.

<sup>8</sup> Suet. Cl. 2.1-2, 3.2, Dio 60.2.1-4. Levick (1990) aponta que Cláudio sofreu algum tipo de paralisia cerebral com espasticidade. Valente (2002) diagnostica Cláudio com distonia provavelmente causada por parto prematuro.

<sup>9</sup> Suet. Cl. 31.

<sup>10</sup> Bagnani (1946) dá grande importância à doença de Cláudio em 53, apontando que Agripina cuidou de Cláudio durante esse tempo e que ela poderia ter se livrado dele por simples negligência.

<sup>11</sup> Barrett (1996, 98) diz que o atraso não está de acordo com um assassinato pré-meditado.

<sup>12</sup> Suet. Cl. 45.

<sup>13</sup> Valente (2002, p. 396) - seu diagnóstico final é "distonia adquirida (secundária), provavelmente congênita e envenenamento colinérgico agudo (fatal) por cogumelo, complicado por crise distônica ou aspiração pulmonar".

<sup>14</sup> Suet. Nero 34.

<sup>15</sup> Suet. Nero 34.

<sup>16</sup> Marleen B. Flory (1995) argumenta que as mulheres romanas começaram a ser endeusadas quando um conceito de poder baseado na família tornou-se aceitável no governo de Tibério. Esse culto imperial em Roma estendeu além do imperador aos membros da família se manifesta nos juramentos e orações imperiais que se referia a vários membros da família. O culto à família imperial é atestado nas províncias.

Texto recebido em 14 de janeiro de 2022.

Aceito para publicação em 27 de março de 2022.

# A HIERARQUIA DO ACERVO: ANOTAÇÕES SOBRE A PRESENÇA DE LUÍZA TÁVORA NO ACERVO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (APEC)

## THE HIERARCHY OF THE COLLECTION: NOTES ON THE PRESENCE OF LUÍZA TÁVORA IN THE COLLECTION OF THE ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (APEC)

Norma Sueli Semião FREITAS\*

Jailson Pereira da SILVA\*\*

**Resumo:** Esse artigo aborda a relação entre mulheres e arquivo, partindo do acervo documental referente à figura pública de Luíza Távora. Luíza foi primeira-dama do Estado do Ceará em dois momentos (1963-1966 e 1979-1982). Embora sua imagem seja monumentalizada, nomeando escolas, ruas e praças, e a despeito de ser lembrada como “a mãe dos pobres”, Luíza não tem lugar no Arquivo Público do Estado do Ceará, a não ser como adendo do fundo documental do esposo. Para ela, existe apenas uma subsérie, dentro da série “documentos pessoais”. Essa situação nos faz pensar como questões de gêneros atuam sobre mulheres que, mesmo sendo brancas, ricas e oriundas de famílias tradicionais, têm seus acervos erigidos com entradas subalternas nos arquivos dedicados aos homens.

**Palavras-chave:** Arquivo, Gênero-Mulheres, Política, Luíza Távora.

**Abstract:** This article approaches the relationship between women and the public archive, starting from the documentary collection referring to the public figure of Luíza Távora. Luíza was the First Lady of Ceará on two occasions (1963-1966 and 1979-1982). Although her image is monumental, naming schools, streets and squares, and despite being remembered as “mother of the poor”, Luíza has no place in the Arquivo Público do Estado do Ceará, except as an addendum to her husband’s Documentary Fund. For her, there is only one sub-series, within the series “personal documents”. This situation makes us think about how gender issues affect women who, despite being white, rich and from traditional families, have their collections built with subordinate entries in the archives dedicated to men.

**Keywords:** Archive, Gender-Women, Politics, Luíza Távora

### *Introdução*

Esse artigo deseja refletir sobre a relação entre mulheres e arquivo<sup>1</sup>. O interesse é pensar, a partir da figura de Luíza Távora, primeira-dama do Ceará em dois períodos

---

\*Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. Professora efetiva da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza. Integrante do Grupo de Pesquisa e Estudos de História e Gênero (GPEHG) e do Grupo de Pesquisa “História, Teoria e Documento: Reflexões sobre fontes históricas”. E-mail: sufreitas2005@yahoo.com.br.

\*\*Professor Associado da Universidade Federal do Ceará. Líder do Grupo de Pesquisa “História, Teoria e Documento: Reflexões sobre fontes históricas”.

(1963-1966 e 1979-1982), como se dá a organização dos acervos referentes às histórias das mulheres. A trajetória de Luíza esteve constantemente atravessada pelo poder. Na vida pública, utilizou o cargo de primeira-dama para explorar e ampliar relações e influências. Na vida privada, gozou de situações privilegiadas. Filha de professor universitário e juiz, era branca, oriunda de família de destaque nas rodas dos poderosos. Mas, como as esferas pública e privada têm fronteiras permeáveis, a mulher Luíza teve que lidar com os tradicionais papéis de mãe e esposa, ao mesmo tempo que se notabilizava como a figura pública que assumia o papel de primeira-dama. E, assim, soube teatralizar sua condição de mulher, capitalizando a partir dessa posição, lugares de visibilidade.

Esses papéis sociais, de mulher e esposa, numa primeira visada, limitavam sua força, enquadravam sua figura de sujeito em posições específicas no jogo do poder. Porém, paradoxalmente, davam-lhe condições de potencializar sua imagem como primeira-dama, ajudando a tornar sua existência válida e exemplar.

Independentemente de sua imagem, a despeito de suas marcações sociais (branca e oriunda de família de destaque), Luíza, e outras primeiras-damas, como Darcy Vargas, têm seus arquivos, comumente, apresentados como um adendo de um arquivo maior, destinado, quase sempre, a um homem. No caso de Luíza, ela permanece presente na memória do Ceará, sobretudo na capital, Fortaleza, a partir de dois movimentos. De um lado, repetidas reportagens e homenagens atravessam o tempo, e, não raro, evocam sua memória, mobilizando os epítetos com os quais ela era tratada, quando ocupava o cargo de primeira-dama. Assim, expressões como “a grande mãe”, “a irrepetível”, “a mãe dos pobres”, são evocadas quando surgem quaisquer referências ao nome de Luíza Távora. Por outro lado, a monumentalização de seu nome em lugares públicos como praças, ruas e escolas contribui para que sua memória permaneça em evidência.

Pensando nessa relação entre o arquivo e a mulher, dividimos esse artigo em três partes. Na primeira, um esboço da personalidade de Luíza Távora é elaborado com o intuito de apresentar a personagem histórica, que marca a vida pública, no Ceará, desde os anos 1960. Afinal, como dissemos, Luíza é um nome constantemente lembrado, quando, por um motivo qualquer, se deseja tratar da relação mulher-poder, no Estado do Ceará. Um quadro é traçado, com leves pinceladas biográficas, todavia o centro do olhar não recai, exclusivamente, sobre a figura em si. Por vezes, o olhar se desloca e a ênfase caminha em direção às ações da personagem no espaço público. Por isso, há momentos,

nessa primeira parte, em que Luíza sai de foco e são as movimentações de sua figura que entram na centralidade da cena.

De imediato, deixamos claro que não se trata da elaboração de um discurso laudatório sobre a personagem. O que nos interessa é, antes, pensar como essa figura e suas histórias, nos ajudam a entender a relação entre história, memória, arquivo e gênero.

A segunda parte do trabalho, mais curta, trata da face mais visível da monumentalização de Luíza; ou seja, do modo como sua memória vai sendo erigida e operacionalizada no espaço público, dando nome à praça, ruas, avenidas e escolas. Nesse segundo momento, pensamos esse aspecto da monumentalização como um processo que se desdobra em duas direções: por um lado, esses lugares compõem um “arquivo outro”, um “arquivo paralelo”. Eles impõem a figura de Luíza como uma presença histórica. Mas o fazem apenas como evocação. Saber desses lugares pouco nos ajuda a saber da Luíza, das suas histórias e suas ambivalências. Como são lugares comemorativos, sua referência direta não é ao tempo de Luíza, mas ao tempo em que ela foi rememorada, erigida em pedra e cal. Por outro lado, esses lugares funcionam como pontos de partida para que se busque o “arquivo principal”, entendido aqui como um conjunto de documentos que passam a existir, a partir do agrupamento dos registros da vida de Luíza.

Esse conjunto primeiro de documentos, esse “arquivo principal”, mais especificamente o questionamento de sua lógica e de sua organicidade, é o ponto central da terceira parte do artigo. Interessa, nesse momento, entender como se dá a fabricação do arquivo referente à personagem esboçada (na parte 1) e monumentalizada (na parte 2). Para isso, recorreremos ao Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), com o propósito de localizar, dentro da dispersão e do agrupamento dos documentos, como a figura de Luíza Távora é dada a existir, num conjunto de documentos cuja organização se dá a partir da centralidade da figura de seu esposo. Percebemos que não há um “Arquivo Luíza Távora”, a não ser como uma entrada secundária no “Fundo Documental Virgílio Távora”. Para nós, a existência desse arquivo principal e a subsequente edificação da figura de Luíza Távora como um enclave de um corpo documental mais extenso, impulsionam nossas reflexões sobre gênero e arquivo; mais especificamente, sobre arquivo e mulher. Afinal, o que significa o fato de, ao desejarmos pesquisar a “Luíza”, termos de recorrer ao arquivo de Virgílio?

*Quem foi Luíza Távora?*

O indivíduo é peça poliédrica. Seria impossível abarcar todas as suas faces numa única visada. Conforme afirma Dosse (2009), em *O desafio biográfico*, para compreender o indivíduo, precisamos atravessar campos contíguos e caminhar por trajetos nem sempre definidos. Vai-se do cultural ao político; dali passamos ao social e ao religioso. Mas nem sempre percebemos as barreiras entre um lugar e o outro.

Não é fácil saber das fronteiras onde habita a História; e o indivíduo não existe sem uma relação com o coletivo, porque a construção de sua identidade pessoal só é possível enquanto processo histórico. E não há processo histórico que pertença a um sujeito único. Por isso, toda História é coletiva. É a relação com o outro que faz a História existir, como nos ensina Hannah Arendt (2016, 62), ao recorrer à emoção de Ulisses, quando este, na corte do rei dos Feácios, ouve a narrativa de seus próprios feitos. Ao ver sua vida de fora, a existência de Ulisses torna-se outra coisa. Nesse momento, ele vira História porque o seu “eu” torna-se “outro”. A experiência de Ulisses nos faz pensar que a narrativa da vida é uma das mais intrigantes formas de escrita da história. Não há como esquecer, no entanto, que a biografia foi “vituperada”, ao longo do século XX, como nos disse Sabina Loriga (2011, 45). Isso porque estava claro que havia um risco de a biografia acabar por produzir idealizações, o que, ao fim e ao cabo, transformaria os sujeitos biografados em figuras exemplares, para o bem e para o mal.

Do mesmo modo como Dosse (2009), Rachel Soihet (2003) nos lembra como a análise das experiências de vida, por meio do método biográfico, apresenta-se como um campo verificador de lacunas deixadas, inclusive, em termos de gênero, por indivíduos mergulhados na opacidade, entre eles, as mulheres.

Tais pressupostos constituem campos de possibilidades na análise do percurso de vida da personagem pública aqui apresentada. Mas, antes de iniciarmos essa rápida visada biográfica, é bom lembrar o alerta feito por Robert Darnton (2005, 179): “se você está escrevendo uma biografia, comece com um pedido de desculpas”. E assim começamos a apresentação de Luíza Távora.

Luíza Silva Moraes Correia nasceu em 1923, em uma família de elite da cidade de Fortaleza, capital do Ceará. Filha de Luiz Moraes Correia e de Esmerina Silva Correia, Luíza foi criada em um grande palacete com seus outros seis irmãos: Heitor, Nícia, Branca, Milton, Valmir e Maria Cristina, onde teve uma forte influência de seu pai, um dos grandes magistrados do período.

Em seu namoro com Virgílio Távora, então militar, e em fervorosa campanha eleitoral a deputado federal, em 1950, Luíza já demonstrava gosto pela política. “Revelou-

se tão política como o próprio namorado, redobrando-se seus dotes pessoais e fortalecendo a união e o entendimento entre ambos”, destaca Barreto (2000, p.59). A própria mudança de Luíza para o Rio de Janeiro, mesmo antes do casamento, representou para Virgílio um “poderoso alicerce na construção de sua carreira política que tomava um rumo promissor” (BARRETO, 2000, p.61).

Em 1953, Luíza casou-se com Virgílio na capital carioca, e, pelos laços matrimoniais passou a se chamar Luíza Távora, ciente que viria a administrar a vida pública e privada da futura família, cuja união gerou dois filhos: Carlos Virgílio e Tereza Maria. Se pararmos para refletir sobre os enlaces entre o público e o privado, por um lado, para Luíza, “o casamento foi a melhor coisa que poderia ter acontecido. Poucas mulheres suportariam o sistema de vida de um político como eu, que inclusive, dilapidava, sempre que necessário, o patrimônio familiar” (BARRETO, 2000, p.65)<sup>2</sup>.

Por outro, essa determinação de lugares sociais e de poder produzida pelo patriarcado, como nos preconiza Margareth Rago (1998), construiu posições binárias – sexo masculino “forte” e feminino “frágil” –, que desqualificam e enquadram a figura feminina e dividem as relações sociais, sobremaneira, relegando a atuação das mulheres ao espaço privado. Nesse ponto, Michelle Perrot dá relevo a essa análise, ao afirmar que:

A distinção entre o público e o privado é, ao mesmo tempo, uma forma de governabilidade e de racionalização da sociedade do século XIX. Em linhas gerais, as esferas são pensadas como equivalentes dos sexos, e jamais a divisão sexual dos papéis, das tarefas e dos espaços foi levada tão longe. Aos homens, o público, cujo centro é a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e pela casa. (PERROT, 2005, p.65)

Sob essa perspectiva, a atuação de Luíza ultrapassou a esfera do lar. Ora, é fato que a relação marital oportunizou a Luíza trilhar caminhos com participação na dimensão pública como mulher, esposa, mãe, ao lado de um homem-público já coroado na política. Dessa forma, Luíza foi esposa do Deputado Federal pelo Ceará, do Ministro dos Transportes do Brasil, até se tornar primeira-dama do Estado. Nessa função, ela alicerça seu percurso na política, que ocorreu durante os mandatos de Virgílio Távora como governador do Ceará, nos períodos de 1963 a 1966<sup>3</sup>, e de 1979 a 1982, quando se instalou uma ditadura-civil-militar<sup>4</sup> no Brasil.

Nesse contexto, Luíza marcou sua trajetória na vida política com participação de destaque no campo das políticas públicas sociais; desenvolveu ações de cunho social, que lhe colocaram em evidência como mulher e como primeira-dama, indo além do exercício do papel de esposa dedicada ao lar e ao cuidado com os filhos; expandindo e tensionando

por dentro, o padrão arraigado em nossa sociedade do arquétipo “homem-provedor e mulher rainha do lar” (MALUF; MOTT, 2008, p.65).

Jogando com as fronteiras entre o público e o privado, e lidando, a seu favor, com as artimanhas do poder, Luíza encarnava essa personagem de destaque e projetava seu corpanzil. Não raro, ela aproveitava situações públicas para, com arrojo, impor sua figura na centralidade das cenas, como se vê nas imagens 1 e 2.

**Figura 1-** Missa da despedida e embarque para Brasília.  
**Figura 2-** Terceiro aniversário do governo Virgílio Távora.



Fonte Figura 1: Arquivo Público do Estado do Ceará. Fundo Virgílio Távora, Série “Documentos Pessoais”, subsérie “Luíza Távora”, Caixa Nº 15. Nome da Fonte: Missa da Despedida e Embarque para Brasília, 15/05/1982.

Fonte Figura 2: Arquivo Público do Estado do Ceará. Fundo Virgílio Távora, Série “Documentos Pessoais”, subsérie “Luíza Távora”, Caixa Nº15. Nome da Fonte: 3º Aniversário do Governo Virgílio Távora, 15/03/1982.

Também conhecida como a “mãe dos pobres”<sup>5</sup>, o maior legado de Luíza foi construído em torno da imagem de uma mulher ligada ao cuidado com os filhos e à prática da caridade, da ajuda aos combalidos de toda sorte e do amor cristão ao próximo, valores de uma família adepta do catolicismo (MEDEIROS, 2012). A filha de Virgílio Távora e de Luíza Távora, Tereza Maria, confirma esta construção na sua declaração ao jornal *O Povo*, de 11 de maio de 2014, na qual afirma: “o vovô achava que quem não vivia para servir não servia para viver. Mamãe seguiu isso desde pequena, muito antes de conhecer papai”. Evoca-se, assim, um imaginário familiar que naturaliza as escolhas de Luíza. Suas ações aparecem como resultado das forças da tradição a qual ela pertence. Sua filha, Tereza Maria, enlaça gerações em uma única frase, e projeta as ações de sua mãe, Luíza, para fora do campo da política institucional. No campo do discurso, Luíza fez o que fez não porque era primeira-dama, mas porque isso era uma tradição de família. Uma família de tradição católica, ligada, portanto, às ações de caridade.

Seguindo esses passos, a primeira experiência de planejamento de Virgílio Távora foi marcada pela aliança da Igreja Católica com o Estado, isto é, o catolicismo cumpriu

seu papel com o voluntariado e a caridade à frente da “contribuição” prestada, enquanto o Estado atua mais como subsidiário. Aqui a figura de Luíza foi fundamental, operando como uma catalisadora dos discursos que aproximavam política, religião e família.

Essa conexão entre o religioso e o político, segundo assegura Júlia Miranda (1998), ocorre por diferentes prismas. Aliás, para a autora, é uma questão que:

vai muito além da especificidade da utilização dos símbolos religiosos. (...) Poder-se-ia perguntar se a expansão do “modelo” proposto estará na dependência do crescimento religioso ou apenas no seu poder de convencimento da imensa maioria, silenciosa e não engajada, seja religiosa ou politicamente (MIRANDA, 1998, p. 2).

Nesse cenário, Luíza Távora, sob a tutela do Estado e das diretrizes da Igreja Católica, dedicou-se às obras de beneficência “designadas aos desvalidos” e ao “cumprimento da vontade de Deus”, assumindo a presidência e a execução dos projetos sociais da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1963, e, em seguida, criando os Centros Maternais Profissionalizantes (CEMAPROS). Também assumiu a liderança da Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará – FUNSESCCE e da Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana – PROAFA. Não se deve esquecer, contudo, como seu papel de mulher caritativa, “mãe dos pobres”, também serviu como um mecanismo de poder, baseado no gênero, para difundir a moral e o controle sobre os pobres.

Nesse sentido, o seu trabalho social foi incrementado com os recursos da máquina estatal e a manutenção do sistema político vigente sob um forte apelo religioso, moral e de gênero. Isso porque estas mulheres como Luíza Távora foram arregimentadas para colaborar na promoção de ações de relevância social e não apenas para as atividades do lar. Contudo, essas iniciativas também representam uma estratégia de manutenção e renovação do poder. Aliás, a gestão do social exercida por Luíza era alicerçada pelo ato de filantropia e de assistência aos pobres, ao mesmo tempo em que eram efetivadas com base nos pareceres técnicos da administração pública do Estado, sobretudo, no segundo mandato de Virgílio, indicando as ambivalências do poder nas práticas de assistência social.

É pertinente frisar que, no segundo mandato de Virgílio, não houve a participação da Igreja Católica na prática das obras sociais ao lado do Estado, pois desta vez o próprio governo assume o protagonismo na execução das ações de intervenção social, uma vez que foi gestada sob a égide do planejamento e a técnica. Vários especialistas foram contratados para atuar em suas áreas específicas e Luíza permanece conduzindo as

atividades de responsabilidade social, conforme atesta a reportagem do jornal *O Povo*, de 11 de maio de 2014, com o título de *Dona Luíza Távora, 'a irrepetível'*:

No segundo mandato de Virgílio, (Luíza Távora) presidiu o Centro Administrativo de Ação Social e o Conselho administrativo da Fundação Estadual do Bem-estar do Menor (Febemce), entre outras funções na área, contribuindo na urbanização do Morro de Santa Terezinha e o Pirambu e na criação dos conjuntos habitacionais São Miguel, Santa Cecília, Lagamar e Tancredo Neves.

Portanto, o imperativo de trabalhar na execução de projetos sociais em prol dos pobres, com o apoio de Virgílio Távora, fazia parte das ações necessárias à manutenção de seu governo e de incentivo à política desenvolvimentista. Tal realidade também foi reforçada em outras matérias, como a veiculada pelo Jornal *O Povo*, acerca da criação dos CEMAPROS, em 1965:

Há pessoas que julgam ser muito fácil a criação de um Centro Maternal. Talvez o seja, mas nem sempre o Centro poderá oferecer perspectiva de sucesso. Este sentimento, aliás, deve existir como condição preliminar para que a Legião Brasileira de Assistência se interesse por ajudar. Antes, pois, de pensar no Centro Maternal dona Luíza Távora – Madrinha das Lavadeiras – exige que se exerça, no bairro ou cidade, um tipo de comunidade. A comunidade significa a união de todos, de tal forma que a maioria sinta vontade de trabalhar e de progredir. Para tanto, o Governo do Estado, através dos órgãos competentes, oferece os préstimos de pessoas, que com técnicas especiais atende aos apelos dos líderes e motiva os grupos para uma ação conjunta. (O POVO, 1965, p.10)

O jornal *O Nordeste*, do mesmo modo, trata da criação dos conjuntos habitacionais São Miguel, Santa Cecília, Lagamar e Tancredo Neves, bem como da urbanização do Morro de Santa Terezinha e do Pirambu, o que remete ao grande alcance das obras empreendidas e, por conseguinte, a tentativa de alavancar o prestígio do então chefe do executivo local:

As favelas, que já existem, precisam ser humanizadas. Seus habitantes precisam receber estímulo e ajuda para realizarem os melhoramentos possíveis nos casebres em que já estão Pirambu, Nova Brasília, Lagamar, Morro do Ouro, precisam ser ajudados a se transformarem em bairros operários, com calçamento, água, iluminação pública e casas confortáveis e higiênicas. URBO é o maior acontecimento do presente ano, na história de Fortaleza. Pela primeira vez, Prefeito e Governador se uniram para estudarem, em conjunto, os problemas da população suburbana dos mocambos nesta cidade e iniciou um plano de construção de casas populares, plano este elaborado pelo grupo de trabalho recentemente criado, que visa à Urbanização dos Bairros Operários donde veio a sigla URBO111. (O NORDESTE, 1963, p.5-6)

As ações com a participação direta da Igreja Católica também foram noticiadas, pois era preciso divulgar, dar visibilidade e deixar vir à tona as atividades humanitárias realizadas pela Igreja Católica e pelo Estado. É o caso das festas natalinas organizadas pela Igreja e a LBA – tendo à frente Luíza Távora –, nas quais a primeira-dama fazia questão de participar de todas as festividades, segundo aponta o jornal *O Povo*:

O Governo do Estado e a Legião Brasileira de Assistência vão presentear, este ano nas festas de Natal, cerca de 700 crianças de cada uma das 17 paróquias de Fortaleza, totalizando 12 mil crianças pobres. Serão distribuídos roupas e brinquedos através de cartões que serão oferecidos às famílias pelos vigários das paróquias. (O POVO, 1963, p.1)

Daí, conforme advoga Torres, “(...) é possível dizer que, aos poucos, as mulheres primeiras-damas vão se colocando na esfera pública como sujeitos políticos de decisão e de gestão, revelando grande potencial de liderança e poder de persuasão junto aos sujeitos sociais com quem travam relações” (TORRES, 2002, p.22).

Após a saída de Virgílio do segundo mandato de governador, ele retorna à Brasília com Luíza, para assumir novamente a cadeira do senado pelo Ceará, em 1983, permanecendo no cargo até seu falecimento em 1988. Em 1990, Luíza candidata-se como vice de Paulo Lustosa (governador), com o fito de “dar continuidade ao trabalho de Virgílio, pensamento que vinha alimentando desde seu desaparecimento em junho de 1988”, nos explana Barreto (2000, p. 311). Essa decisão de Luíza causou admiração a todos, por participar de uma eleição sem a figura de Virgílio (BARRETO, 2000, p. 325), o que nos leva à reflexão de como ela foi posta à sombra do marido por inúmeras vezes. Luíza é derrotada nas urnas. Após um tempo com a saúde fragilizada, ela falece na manhã de 1992. Inúmeras manchetes estamparam os jornais, por dias seguidos, anunciando a sua perda:

Dona Luíza foi, sem dúvida, **a mais atuante primeira-dama que a população cearense conheceu**. Ela soube cativar milhares de pessoas humildes tanto na periferia de Fortaleza quanto no interior do Estado, com seu **espírito público**, generosidade e dedicação (DIÁRIO DO NORDESTE, 1992a, *grifos nossos*).

**Dona Luíza foi uma companheira de presença marcante em todos os momentos da atividade parlamentar em todos os momentos da atividade parlamentar executiva de Virgílio**. Ela garantiu por todo o tempo o tom humano que sempre procurou dar às pessoas que a procuravam, aos seus planos de assistência social que a tornaram muito atuante e respeitada (TRIBUNA DO CEARÁ, 1992a, *grifo nosso*).

**A atuação de Dona Luíza, sobretudo na área social, foi da maior importância.** Sua morte foi uma grande perda para o Estado, principalmente, por sua liderança social e por ter empreendido um serviço fundamental de atendimento aos mais pobres (DIÁRIO DO NORDESTE, 1992b, *grifo nosso*).

A morte de Luíza é uma perda para o Ceará e seu povo, pois ela foi a **grande figura feminina do Estado**, nos últimos tempos. Era uma mulher de fibra, corajosa e grande companheira de Virgílio Távora. Era a **mãe dos pobres**, amada e respeitada por todos, principalmente por aqueles menos favorecidos pela sorte (TRIBUNA DO CEARÁ, 1992b, *grifos nossos*).

As matérias enfatizam o itinerário traçado por Luíza ao lado de seu marido na política, e refletem seu grande potencial de mobilização e de fortalecimento da imagem de Virgílio. A condução das atividades assistenciais ajudou a construir sua trajetória como mulher, mãe, esposa, primeira-dama, bem como na fabricação de sua imagem como mãe dos pobres. A representação de sua imagem como tal, reverberou pelos jornais e pelas vias mnemônicas, ao mesmo tempo que não esteve dissociada do fato de Luíza ser esposa de Virgílio.

Os estudos de Scott (1995) fortalecem essa ideia de como Luíza Távora evocou as representações simbólicas de gênero, como manobra de poder para enaltecer a figura pública do marido por meio de suas ações sociais. Ações estas articuladas e integradas numa análise da construção e consolidação do poder, evidenciando-se as conexões explícitas entre poder e gênero.

A partir dessa perspectiva, dando atenção aos sistemas de significado, Scott (1995) esclarece como as sociedades representam o gênero, utilizando-se dele para articular as regras de relações sociais. O gênero, desse modo, constitui-se como uma maneira de dar significado às relações de poder, uma vez que a mulher atribui significado às suas atividades através da interação social efetiva.

Daí constata-se como Luíza Távora busca legitimar e erigir as relações sociais, – a partir das “necessidades” expostas pelo Estado, naquele momento, de manutenção da ordem do Estado, da família, da moral cristã –, possibilitando-nos perceber também como há uma relação recíproca do gênero e sociedade. Sob essa ótica, Scott (1995) nos lembra como o gênero é uma categoria analítica evocada frequentemente pelo poder político, tendo em vista que “a política constrói o gênero e o gênero constrói a política” (SCOTT, 1995, p.86), como parte do próprio significado de poder movido pelo processo social das relações de gênero.

Logo, no tocante a esse assunto, a apropriação do campo social reflete uma postura política de âmbito não somente local, mas como parte da relação entre as duas esferas. Mormente, em governos militares, são acentuadas as práticas e discursos assistencialistas, como pano de fundo para embasar as tratativas de legitimação do governo. É, nesta questão, que Luíza Távora nos leva a refletir como ela projetou seu capital simbólico (BOURDIEU, 2003) para a legitimação do governo vigente, como mulher de família e mediadora de atividade de destaque e relevância local. Isso enquanto articuladora de políticas públicas estatais, aproximando o campo social da esfera política.

Assim, a figura de Luíza Távora suscita o entendimento acerca de diversas facetas da produção de memória das mulheres, através de jogos e circulação de representações, à medida que a mulher instiga o gênero como artimanha de poder; a figura da mãe é articulada como símbolo, não só de amor e de abnegação, mas também como elemento de força e coragem (DUARTE, 2009). Nesse sentido, pode se ter o entendimento de que Luíza recorre a essa construção de “mãe dos pobres” como estratégia de poder.

Não se pode deixar de frisar, que mesmo diante de toda a trajetória de Luíza Távora, atuando muitas vezes como protagonista e não mera coadjuvante, ela permaneceu, por vezes, à sombra da imagem do marido, como nos arquivos públicos. Tal perspectiva reporta ao que Michelle Perrot (1989, p.10) aponta como o espaço sexuado da cidade do século XIX, do ponto de vista que “nele as mulheres se inserem como ornamentos, estritamente disciplinadas pela moda, que codifica suas aparências, roupas e atitudes, principalmente no caso das mulheres burguesas(...)”, onde a maneira como se vestem é o que mais importa e fascina à sociedade vindoura.

Isso nos ajuda a refletir como ser mulher é uma construção social e varia no tempo e no espaço. E mesmo quando se tratam de mulheres de elite, seus rostos ficaram nos recônditos por muito tempo dos registros históricos. Sobre esse silenciamento, Guedes e Melo (2019) retratam como um contexto denominado de “mulheres sem rostos”, enquanto Michelle Perrot (1989) argumenta que “no palco da memória, as mulheres são sombras tênues”, tratadas por muito tempo como alegorias ou símbolos.

Nesse ponto, as experiências histórico-sociais estabelecidas entre as esferas da vida pública e privada representam um dos fatores que corroboram para a “reprodução do poder masculino” (SOIHET, 2003, p.35), onde o espaço público, pela ótica da divisão dos sexos, sobretudo, o político e o econômico, era consagrado aos homens. Não obstante, não se pode deixar de frisar que, atualmente, ainda que as mulheres se façam presentes nesses espaços, a representatividade feminina avança em passos lentos.

### *Luíza Monumentalizada*

A imagem de Dona Luíza Távora continua sendo entronizada. Em torno de seu nome, mobiliza-se uma memória que ganha forma em celebrações e referências constantes. Na imprensa, sua história é convocada para remartelar os discursos em torno da sua grandiosidade e a singularidade de sua figura. Nos espaços públicos de Fortaleza, de modo particular, e do Ceará, de modo geral, vão sendo pontuados monumentos e homenagens. Ruas, praças, escolas, centros artesanais etc. impõem a permanência da personagem no palco da História.

A Luíza de tinta e cores da imprensa, e a Luíza de pedra e cal dos monumentos se encontram sempre em torno do mesmo lugar: a monumentalização. Nessa evocação de sua existência, no entanto, ela aparece de forma autônoma, quer dizer, rememora-se seu nome descolado do nome do esposo, do nome do governador. Nos jogos memoriais, Luíza consegue, aparentemente, o que buscava: existir como sujeito pleno de si, cuja figura pode ser alcançada diretamente, sem a necessidade de um título, de um interlocutor ou de uma posição social. Nos monumentos materiais e discursivos, a vida dela continua. “Os mortos não se vão, ficam conosco na saudade de quem sempre e para sempre, dentro de nós, os encerrou”, como disse Adelaide Barreto (2000, p.339), na biografia que escreveu de Luíza Távora.

A tríade formada pelos discursos na imprensa, pela biografia e pelos nomes em espaços públicos constituem um arquivo potente para quem deseja saber de Luíza Távora e sua relação com a História. Mas, esse arquivo tem sua existência construída como homenagem, não como questionamento. Diante dele, o(a) historiador(a) precisa impulsionar o pensamento noutra direção. Impõe-se a tarefa de dessacralizar Luíza, balançar o ciclo das verdades confortáveis sobre o qual sua imagem repousa.

Essa tríade nos ajuda a refletir acerca do modo como a memória é mobilizada no processo de edificação e manutenção da monumentalização da imagem de Luíza. Ao levantarmos essa questão, buscamos entender como as imagens são repensadas, revividas, a partir da ideia de que cada uma delas é elaborada em seu tempo e espaço específicos. Cada representação dos fragmentos e realidades históricas é fundada no imperativo de uma narrativa real, de um discurso peremptório que julga falar em nome do real (CERTEAU, 2016). Essas representações e narrativas, por sua vez, integram a maquinaria do poder, associam-se à criação e dominação no imaginário coletivo.

Numa primeira reflexão, o ideário das relações de poder, no processo de fabricação da imagem de Luíza, deve ser entendido como um discurso que vai para além da fala e da escrita, isto é, ele transborda, atinge as estruturas espaciais, arquitetônicas, atravessa e projeta a imagem individual de Luíza a partir de ângulos variados. É por isso que nesse arquivo, Luíza pode ser ora tratada a partir de sua figura empertigada, exibindo claramente seu lugar de poder, ora ser observada a partir de sua beleza física. Afinal, o que vemos quando olhamos as fotos 1 e 2 (apresentadas acima)? Podemos dizer que vemos uma mulher bonita, ou que vemos uma mulher poderosa. Qualquer que seja a resposta, elas não são opostas ou excludentes e constituem os dispositivos que (con)formam o sujeito.

Essa trama em torno de Luíza nos impulsiona a alguns questionamentos: que papel a imagem associada à beleza desempenha no caso das primeiras-damas? A partir desse ponto de vista, o que dizem sobre Luíza? Sobre o assunto, estas foram algumas frases proferidas pela população como manifestação de despedida, quando da sua morte em 13/02/1992:

**Ela está bonita como sempre foi.**

Dona Luizinha era uma santa.

Com certeza, nossa protetora está no céu.

Ficamos sem a nossa mãe [BARRETO, 2000, p. 335, *grifos nossos*].

Os pronunciamentos apresentam Luíza com atributos femininos ligados desde à beleza, passando pela santidade, até a evocação dela pelo instinto protetor, o maternal. São projeções positivadas, certamente. Mas só o são num campo imagético muito específico: naquele segundo o qual à mulher cabe lugares e modos específicos de atuação, materializados na imagem de dona do lar, cuidadora do marido, protetora da vida privada. Nada disso pode ser dissociado de uma forma de hierarquização estabelecida: a de mãe. Podemos perceber, por sua vez, como existe arraigado no imaginário coletivo, a ideia de um modelo padrão preestabelecido de beleza, de mulher, de primeira-dama, que é cobrado/enaltecido por parte significativa da sociedade. Deseja-se que a mulher seja “Bela, recatada e do Lar”<sup>6</sup> e a primeira-dama deve ser um exemplo desse modelo.

Essa é uma faceta do primeiro-damismo que, ao mesmo tempo que representa uma instituição que serve para dar credibilidade ao governo, ocupa um espaço de poder e ancora-se numa cultura machista ligada à aparência. Por esse ângulo, Luíza Távora traz a construção de sua imagem como algo que não dá muita atenção, sempre buscando destacar que seu trabalho à frente da presidência e execução dos projetos sociais realizado na Legislação Brasileira de Assistência (LBA), é até mais importante do que a presença

do então Presidente da República em sua casa, como podemos perceber algumas dessas questões, a seguir:

A preocupação com roupa não dá na minha cabeça (BARRETO, 2000, p.116).

Visito ou recebo até a rainha da Inglaterra, do jeito que sou (BARRETO, 2000, p.116).

Detesto protocolo. Se o sapato me aperta, me livro dele onde quer que eu esteja. O Presidente Castelo Branco se hospedava em nossa casa. Eu, então, mostrava o lugar de cada coisa que ele poderia vir a precisar e ia dar meu expediente na LBA (BARRETO, 2000, 117).

Em *A cultura das aparências: uma história da indumentária* (2007), Daniel Roche faz uma análise do mundo da moda francesa contemporânea, e indica que este mundo não está preocupado com as futilidades que permeiam esse cenário, mas nas possibilidades de investigação dos aspectos políticos, sociais e econômicos. Para Roche, como os atos de vestir, de se apresentar são mecanismos da sociedade e instrumentos de representatividade de si, a partir deles é possível pensar nas mentalidades e nos comportamentos que subjazem e dialogam com a superfície das aparências.

Nesse sentido, destacamos a matéria abaixo na qual Luíza aparece em uma ocasião festiva em Brasília, usando um vestido de renda, bem como a anfitriã:

Luíza Távora veio a Brasília comandar a exposição do Artesanato do Ceará, quando reuniu na residência de Nice Marcílio um punhado de amigas para um desfile e mostrar o belíssimo trabalho cearense. Foi uma movimentadíssima tarde. Luíza veio desta vez bem mais magra, usava um bonito vestido de renda preto e a anfitriã [*Sic*] (Nice), também de renda do Ceará num bege muito alinhado (CORREIO BRAZILIENSE, 1980, p.19).

A primeira-dama, sobretudo, ao aparecer usando o elemento da tradicional cultura cearense, a renda, apropria-se e valoriza o objeto em questão, mas ela também se valoriza ao incorporá-lo, pois além de trazer feminilidade, passa a construir uma imagem de si e de proximidade com o povo. Atenta aos meandros do poder, Luíza sabia que “a ilusão de intimidade com o povo é necessária” (BURKE, 2009, p.213).

Outra questão que trazemos em nossa análise refere-se ao processo de monumentalização da memória de Luíza por meio da cultura histórica produzida por meio da “Praça Luíza Távora”; da Rua Luíza Távora, em Itaitinga; e das escolas públicas e privadas com o nome dela. Ainda hoje existe o Colégio Piamarta, e o Restaurante Escola Luíza Távora esteve em funcionamento até meados de 2021:

Na ocasião, seu corpo [*de Luíza*] sairá da capela de Nossa Senhora da Assunção, do Colégio Piamarta. O Colégio fechou suas portas em sinal de luto, colocando na porta da entrada do 'Restaurante Luíza Távora' uma placa avisando que a comunidade se encontrava consternada com a morte de sua benemérita'. (BARRETO, 2000, p.335)

O referido restaurante trazia em sua página virtual a seguinte apresentação: "Tradicional restaurante de comida brasileira em Fortaleza, com ótima localização, ambiente agradável, ambiente familiar. Com quase 40 anos de existência, parte da renda é utilizada para fins filantrópicos que atende crianças e adolescentes em situação de risco".

Outro monumento é erigido em homenagem à memória de Luíza, em 22/dez/2017, cuja reportagem estampada na página oficial do governo do Ceará, anuncia: "Inauguração do centro de rendeiras Luíza Távora em Aquiraz criado para movimentar a economia", e continua no corpo da matéria:

Um espaço para a produção da arte cearense, gerando empregos, atraindo turistas e movimentando a economia. Quem passar pelo novo Centro de Rendeiras Luíza Távora, na Prainha, no município de Aquiraz, vai encontrar uma grande variedade de obras com renda de bilro, renda filé, bordado ponto cruz e labirinto. O equipamento, formado por 38 boxes, foi inaugurado na noite desta quinta-feira (21), em evento com a presença do governador Camilo Santana e da primeira-dama do Ceará, Onélia Santana (SAMPAIO, 2017, p.1).

Esses jogos entre memória e celebração, entre imagem e idealização ajudam na construção da Luíza monumentalizada; elaboram e são constituintes de um arquivo outro, associado à história da primeira-dama. A monumentalização não se separa dos usos do passado. Como disse Britto (2015, p. 212), "a monumentalização pode ser compreendida como um processo singular de invenção e fabricação histórica que necessita de "vigilâncias comemorativas". Por isso, ela precisa ocupar o espaço público e fazer com que o sujeito ou o evento monumentalizado se torne "visível à distância". Em outras palavras, invenção e monumentalização não são gestos de significação opostos, mas estão longe de serem simétricos. Um monumento visível não quer dizer decifrável. Todo monumento traz em si algo da Esfinge de Tebas. Cabe agir como Édipo.

Por esse caminho, um monumento é mais que uma estátua ou um obelisco. O monumento é a ocupação da seara pública: uma rua, uma escola ou uma praça, eivadas de valores e sentidos, muitas vezes conflitantes, que reverberam acordos, disputas e tensões entre os distintos sujeitos que as imputam à sociedade. Tudo isso é considerado

monumento porque toca o espaço e elabora (corroborar) uma visão específica do passado que elege sujeitos e eventos como marcos na trajetória histórica do lugar.

Assim, pode-se compreender que ao analisar-se as tramas da monumentalização da memória de Luíza, a partir de uma cultura histórica produzida, abre-se caminhos para perceber como essa construção mítica contribui para cimentar a força política e as imposições de poder.

*A ausência do arquivo impõe um silêncio ensurdecedor.*

A experiência de pesquisar sobre a trajetória de vida pública de Luíza Távora haveria, inevitavelmente, de nos levar ao Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). De posse desse arquivo outro, constituído pela escrita biográfica, pela monumentalização e pela reverberação do nome de Luíza pelos monumentos públicos, chegamos ao APEC. Para nossa surpresa, Luíza não tem uma entrada própria no Arquivo. Ela aparece numa subsérie, dentro do Fundo Virgílio Távora. Essa situação, de imediato, transformou-se em indagações: Por que a mulher monumentalizada, a personagem exaltada, cuja memória são frequentemente evocadas, está ausente no Arquivo? Por que para pesquisar Luíza Távora precisamos recorrer ao arquivo de seu esposo? Quer dizer, a Luíza existe apenas como esposa, como primeira-dama, como mulher, como figura subalterna nesse jogo de elaboração do conjunto de documentos que dão materialidade à sua existência?

Sabemos que o arquivo não é o conjunto de documentos, mas, antes a sua lógica, o seu modo de encaixe e apresentação, como nos disse Michel Foucault. Nas suas próprias palavras,

Chamarei de arquivo não a totalidade de textos que foram conservados por uma civilização, nem o conjunto de traços que puderam ser salvos de seu desastre, mas o jogo das regras que, numa cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas (FOUCAULT, ditos e escritos II, 2003).

A partir disso, era preciso pensar ao menos uma regra, algo que permitisse vislumbrar respostas para a ausência do arquivo sobre Luíza Távora. Na superfície, a regra pode estar associada às posições de governador e primeira-dama, na relação de visibilidade pública que esses lugares de poder mobilizam. Não se pode descartar tal injunção, é verdade. Mas, abaixo da linha d'água, acreditamos que a ausência do arquivo se relaciona àquilo que Arlette Farge chamou de “diferença dos sexos”. Nas suas palavras,

“a história da diferença dos sexos é a história de uma experimentação social e constantemente renovada entre o mundo masculino e o mundo feminino” (FARGE, 2011, p. 115). Como a lógica do arquivo não se separa da lógica societal, a diferença dos sexos se apresenta como elemento justificador, do modo como o passado é ordenado, transformado em arquivo.

A inexistência do arquivo explode num silêncio ensurdecedor. Sua ausência, a rigor um impossível<sup>7</sup>, como nos indica Roudinesco (2006), não deve assustar, ao ponto de paralisar, a quem trabalha com a História. A ausência do arquivo é um fantasma que não tememos; mas, ao contrário, enfrentamos. Quando não existe o arquivo, o olhar indagador deve se deslocar e imaginar novas questões. Incapaz de perguntar o que o arquivo diz (ou diria), começamos a problematizar o apagamento do arquivo, a pensar as forças que elaboram sua própria organicidade.

A ausência do arquivo pode, portanto, ser uma oportunidade de colocarmos em prática os ensinamentos benjaminianos e pensarmos uma história “à contrapelo”; quer dizer, essa ausência nos convida a tomarmos certa distância dos monumentos da cultura, pensando-os, também, como monumentos da barbárie; e a encarar, dialeticamente, o jogo entre presença/ausência da figura da Luíza Távora nos espaços de poder, que dão existência à sua figura. Enquanto ela é homenageada na paisagem da cidade, a lógica de arrumação do passado, lhe impõe um lugar subsumido.

Não se deve esquecer que os arquivos, entendidos aqui como espaços monumentalizados e privilegiados no diálogo com a disciplina História, são, sem dúvida, um desses mais significativos monumentos da cultura. Associados às lutas pelo direito à História, os arquivos são, portanto, formas de lidar com o passado. Luíza, ao contrário de seu marido, teve pouca oportunidade (ou mesmo atenção) de controlar os enunciados sobre sua persona; talvez encantada com as muitas notícias elogiosas que saltavam na imprensa, talvez incentivando essas mesmas notícias, ela parecia não perceber que aos poucos erigiam uma figura que ela mesma não conseguiria controlar. Luíza estava fora do controle da Luíza. Essa situação, obviamente, não é uma exclusividade dela, e atinge invariavelmente as pessoas públicas.

Mas, no caso de Luíza, acreditamos, a imagem imaculada acabou por converter-se também no fardo; é preciso quebrar o pedestal onde ela foi colocada para trazê-la de volta à terra, onde sujeitos históricos são contraditórios, errôneos e errantes. Por isso o arquivo é importante, porque ele é um campo de registro dos objetos (FOUCAULT,

2007). É por meio dele que os objetos são elaborados e transformados. E os objetos não são coisas, são domínios sobre os quais se pode dizer alguma coisa (FOUCAULT, 2005).

Não se trata de convocar uma imagem laudatória de Luíza, nem da sacralização de sua figura de mãe (seja dos pobres, seja dos seus filhos) exemplar. Também não se exige que ela tenha um fundo documental como tem seu marido. Não se trata nem mesmo de questionar a lógica das entradas da ciência dos arquivos. Muito pelo contrário. Trata-se de um esforço para humanizar Luíza, devolver-lhe a sua própria existência, descolá-la da imagem-adendo, com a qual a sua figura é tratada. Por isso se discute seu arquivo em sua relação com a subalternidade.

A visão de subalternidade, a deslegitimação da mulher como figura pública, aparece na arrumação dos registros da vida de Luíza e de Virgílio. Ela, Luíza, passa a existir como arquivo/anexo da figura do Virgílio, ou seja, o gênero como um marcador social que define o lugar público, no qual os sujeitos devem se encaixar. Luíza, com todos os seus privilégios – branca, rica, de família tradicional – só existe no arquivo como uma subsérie. Um fundo documental é dedicado ao Virgílio. Na série "documentos pessoais", a subsérie é Luíza.

O arquivo incorpora documentos íntimos. De exames médicos a correspondências. São coisas de uma dimensão mais reservada. E é no meio dessas coisas que a figura de Luíza Távora é encaixada. Coisas mais íntimas, portanto, do ambiente particular, da vida privada, ficam dentro de uma série "documentos pessoais". Mas dentro dessa arrumação – Fundo Virgílio Távora, Série: Documentos Pessoais – a subsérie é Luíza Távora. Essa associação entre mulher e vida privada, esse enclausuramento do sujeito, via arquivo, não se separa de um outro enclausuramento, que coloca a mulher nesse lugar de guardiã, de protetora dos valores da família e a da tradição, da cuidadora da memória, da arquivista do passado íntimo, da arrumadora do passado que será legado à posteridade. Luíza e os “documentos pessoais” fazem parte de uma lógica profunda, um modo de encadeamento das coisas.

Olhar o fundo Virgílio Távora para encontrar Luíza não deixa de ser intrigante, não deixa de nos fazer lembrar os ensinamentos foucaultianos sobre “a vida dos homens infames” (FOUCAULT, 2003), sujeitos que só passam a existir quando são alcançados pelo Estado, quando são incorporados, via disciplina, na lógica do poder.

O arquivo é um jogo de tempos. Há o tempo do evento, aquele que está retratado na fabricação material do documento. Aqui temos uma foto ensaiada de uma missa ou de um vernissage, a placa da inauguração de uma obra, a cópia do discurso, o flagrante

inesperado de um instante. A identificação nem sempre é decifrável na primeira visada. Há também o tempo da fabricação do arquivo. Esse tempo se refere ao processo de agrupamento, de seleção, de organização, de migração espacial, da saída do lugar de registro para o de documento. As coisas assumem outro sentido nesse deslocamento. O que lhes preenche é menos a materialidade e mais as elaborações posteriores. Não se trata mais de dizer o que é essa foto. Mas de indagar “o que essa foto quer dizer?” São os modos de agrupamento, resultantes, entre outros fatores, de forças e interesses políticos. Diante desse segundo tempo, o trabalho historiográfico questiona a razão do arquivamento, indaga sobre as forças que sedimentam o lugar de documento daquilo que vem sendo arquivado. Numa sentença, a imaginação historiográfica quer saber como essas coisas foram organizadas de modo a se tornarem documento? É esse o tempo que nos faz pensar no modo como o sujeito vai sendo – não a partir dos documentos em si, mas da história dos documentos – fabricado.

Há, por fim, o tempo da análise desse sujeito. Esse não se separa da análise do arquivo, por óbvio. Mas nos interessa pensar o tempo do arquivo, que não é simétrico ao tempo do sujeito arquivado. Pensar os arquivos, é, portanto, pensar a própria lógica de fabricação da História. Sem isso, a História tende a ser uma narrativa que se encanta, acriticamente, consigo mesma. É isso o que tentamos fazer diante do arquivo de Luíza Távora.

### **Referências bibliográficas:**

ALMEIDA CAMARGO, A. M. DE. Historiadores e arquivistas: um diálogo possível. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 48, v.1, 30 jul. 2018

ARLETTE, Farge. *Lugares para a História*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

BARRETO, Maria Adelaide Fléxa Daltro. *Luíza Távora, uma legenda*. Fortaleza, ABC – Fortaleza, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

DARNTON, Robert. *Os dentes falsos do George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

- DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Memórias em disputa e jogos de gênero: O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. 2009. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: uma Arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos II*. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. V. 4.
- GUEDES, Ciça; MELO, Murilo Fiuza. *Todas as mulheres dos presidentes: a história pouco conhecida das primeiras-damas do Brasil desde o início da República*. Rio de Janeiro, RJ: Máquina de Livros, 2019.
- LIMA, Francisco. As Lavadeiras fizeram os Centros Maternais. *O Povo*. Fortaleza, 17 de agosto de 1965.
- LORIGA, Sabina. *O pequeno X da biografia*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.
- MALUF, M.; MOTT, M. L. Recônditos do mundo feminino. In: F.A. Novais & N. Sevcenko (orgs). *História da vida privada no Brasil 3 – República: da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- MEDEIROS, Moíza Sibéria Silva. *Primeiro-damismo no Ceará: Luíza Távora na gestão do social*. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.
- MIRANDA, Júlia. *O Jeito Cristão de Fazer política: representações, rituais e discursos nas candidaturas pentecostais e carismáticas*. ANPOCS: Caxambu (MG), 1998.
- MOTA, Maria Aparecida dos Santos. *Bela, recatada e do lar*. 2017. 92f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2017
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo:Edusc, 2005.
- PERROT, Michelle. Prática da memória feminina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.9, nº 18, pp. 09-18, ago. 89/set.89.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e História. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998.
- ROCHE, Daniel. *A Cultura das Aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)*. São Paulo: SENAC, 2007.
- ROUDINESCO, Elizabeth. *A análise e o Arquivo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOIHET, R. Mulheres e Biografia. Significados para a História. *Locus: Revista de História*, [S. L.], v. 9, n. 1, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20573>. Acesso em: 24 jan. 2022.

TORRES, Iraídes Caldas. *As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e de poder*. São Paulo: Cortez, 2002.

*Fontes:*

CAMPOS, Eduardo. Dona Luíza. *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 15 de fevereiro de 1992.

CARVALHO, Cid. Dona Luíza partiu. *Tribuna do Ceará*. Fortaleza, 15 de fevereiro de 1992.

CASTRO, Manoel de. Matéria especial acerca do falecimento de Luíza Távora. *Tribuna do Ceará*. Fortaleza, 14 de fevereiro de 1992b.

CORREIO BRAZILIENSE. Coluna Variedades, Brasília, 04 de novembro de 1980.

GOVERNO DO ESTADO E L.B.A. SERÃO PAPAÍ NOEL DE DOZE MIL CRIANÇAS DAS PARÓQUIAS. *O Povo*. Fortaleza, 27 de novembro de 1963.

LUSTOSA, Paulo. Morre a ex-primeira-dama do Ceará Luíza Távora. *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 14 de fevereiro de 1992a.

PONTES, Bruno. Dona Luíza Távora, “a irrepetível”. *O Povo*. Fortaleza, 11 de maio de 2014.

SAMPAIO, Thiago. *Inaugurado o Centro de Rendeiras Luíza Távora que vai movimentar a economia em Aquiraz*. Governo do Estado do Ceará. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2017/12/22/inaugurado-o-centro-de-rendeiras-luiza-tavora-que-vai-movimentar-economia-em-aquiraz/>. Acesso em: 03/04/2021.

SANTOS, Cláudio. Dona Luíza partiu. *Tribuna do Ceará*. Fortaleza, 15 de fevereiro de 1992a.

URBANIZAÇÃO DOS BAIRROS OPERÁRIOS (URBO): o maior acontecimento do ano em Fortaleza. *O Nordeste*. Fortaleza, 10 de abril de 1963.

---

<sup>1</sup>Aqui nos propomos a um exercício inicial de reflexão sobre algumas das singularidades e distinções no trato com o “arquivo”, seja no campo da arquivística, saber válido, reconhecido e inevitável, quando o tema do arquivo emerge; seja no campo da filosofia e teoria da História, onde o conceito de arquivo ganha uma largueza que, ainda que não atinja uma precisão conceitual, tem o mérito de fazer pensarmos ainda mais sobre essa dimensão incontornável do ofício do historiador, que é a do campo dos documentos. Como alerta Almeida Camargo (2018, p. 25), “no cerne do trabalho arquivístico está a busca dos contextos de origem dos documentos (...). A perspectiva é promover a adequada contextualização dos documentos de arquivo, de modo a lhes garantir a necessária estabilidade de sentido e permitir que continuem a representar o ente

*produtor ao longo do tempo.*” E isso nos interessa profundamente, porque tratamos, aqui, de alguns documentos referentes à vida (pública e privada) de uma mulher. Entender como e em que contexto esses documentos ganharam a dimensão de arquivo, torna-se ponto fulcral de nosso intuito de pesquisa. Por outro lado, pensamos que o arquivo não está restrito à materialidade empírica, ao corpus documental do qual não se separa. Como indica Foucault (1968, p. 98), “(...) *arquivo não a totalidade de textos que foram conservados por uma civilização, nem o conjunto de traços que puderam ser salvos de seu desastre, mas o jogo das regras que, numa cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas*”. Então, pensar o arquivo não apenas como conjunto de documentos e (em) seus contextos de produção, mas também “o jogo das regras” que fazem a existência lógica dos arquivos, é uma das questões que movimentam o nosso pensamento nesse resultado inicial de pesquisa.

<sup>2</sup>Luíza Távora foi o ponto central do livro “*Luíza Távora, uma legenda*”, escrito por Maria Adelaide F. Daltro. Esse livro, junto às pesquisas feitas em outras fontes, como os jornais, são os principais documentos de onde extraímos as informações sobre a vida de Luíza Távora apresentadas aqui.

<sup>3</sup>Em 1966, finda-se o primeiro governo estadual de Virgílio Távora. Inicia-se, então, sua campanha eleitoral pelo segundo mandato a Deputado Federal pelo Ceará. “A presença de Luíza nos comícios passava para o povo a confiança no candidato, pois, sendo uma mulher renovadora, dinâmica e profundamente caridosa, despertava em todos a admiração e o respeito, sentimentos que foram traduzidos em votos de agradecimentos direcionados ao grande líder cearense”, pontua Barreto (2000, p.141), o que traduz a grande influência política de Luíza junto ao marido. Eleito em 1967, a família muda-se para Brasília. Em 1971, Luíza tornar-se a esposa do senador (1971 a 1979).

<sup>4</sup>O golpe militar de 1964, que instaurou uma ditadura civil-militar no Brasil, resultou no afastamento do Presidente da República, João Goulart, tomando o poder o Marechal Castelo Branco. O então regime militar estabelecido, sob a alegação de que havia uma ameaça comunista no país, durou até a eleição de Tancredo Neves em 1985. Para mais detalhes, ver: Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964*. São Paulo, Editora Zahar, 2014.

<sup>5</sup>A expressão “mãe dos pobres” aparece na imprensa vinculada à figura de Luíza, sobretudo, a partir do primeiro mandato de Virgílio Távora, enquanto governador do Estado do Ceará. Essa alcunha lhe é atribuída devido às suas ações assistencialistas destinadas aos pobres. No entanto, Darcy Vargas, mulher do então presidente da República, Getúlio Vargas, foi a primeira primeira-dama a ser tratada como tal no Brasil.

<sup>6</sup>Imperioso lembrar da matéria veiculada pela revista Veja, em 20/abril/2016, com o título “Bela, Recatada e do Lar”, referindo-se a Marcela Temer, esposa de Michel Temer, presidente da República à época. A reportagem evoca características de conservadorismo, feminilidade, beleza, maternidade, dotes domésticos, traços projetados para determinar a imagem de uma mulher “ideal” em uma sociedade machista e patriarcal. Em contrapartida, trazendo à tona questões frequentemente veladas sobre os lugares do feminino, “Dilma Rousseff [*ex-presidenta do Brasil*] é tomada como o avesso, pois é vista como uma mulher destemida, independente, militante e que enfrentou muitos obstáculos para chegar ao posto mais importante do país” (MOTA, 2017, p.12). Outras matérias publicizadas surgiram contrapondo a imagem de Marcela e Dilma, provavelmente pela proximidade espaço-temporal e por serem mulheres políticas, no qual percebemos uma imbricação da questão de política e de gênero.

<sup>7</sup>Elizabeth Roudinesco elabora a tese de que há dois impossíveis, diante do Arquivo: a falta e o excesso. Quer dizer, não há falta total de arquivo porque não se pode pensar o apagamento radical. Sempre há algo que resta e é esse algo, que, paradoxalmente, faz do “ausente” o “presente”. Também não podemos pensar no excesso de arquivo, porque não é possível um arquivo que seja simétrico à história que ele aciona.

Texto recebido em 21 de fevereiro de 2022.

Aceito para publicação em 05 de maio de 2022.

# A PRESENÇA DELAS: O “PARADIGMA INDICIÁRIO” DAS MULHERES NOS ARQUIVOS SOBRE REVOLTAS COLONIAIS

## THEIR PRESENCE: THE “INDICATIVE PARADIGM” OF WOMEN IN THE ARCHIVES ON COLONIAL UPRISINGS

Patrícia Ladeira Penna Macêdo\*

Alexandre Rodrigues de Souza\*\*

**Resumo:** Benta Pereira e Maria da Cruz foram protagonistas de revoltas na América Portuguesa durante o século XVIII. A primeira atuou num levante em Campos dos Goitacazes, na capitania da Paraíba do Sul em 1748 e a segunda numa sedição no sertão, capitania de Minas Gerais em 1736. Este trabalho busca refletir sobre as relações entre o fazer historiográfico e as práticas de investigação sob a perspectiva de gênero, a partir do estudo de caso das duas mulheres rebeldes. O objetivo é mostrar, através de nossa experiência de pesquisa, como os arquivos podem ser meios para se encontrar as mulheres inseridas na vida política e social de uma época. Ao mesmo tempo reflete sobre caminhos metodológicos para se pensar as fronteiras entre mulheres, pesquisa e revoltas no período colonial.

**Palavras-chave:** mulheres, revoltas, pesquisa, América Portuguesa.

**Abstract:** Benta Pereira and Maria da Cruz were protagonists of revolts in Portuguese America during the 18th century. The first acted in an uprising in Campos dos Goitacazes, in the captaincy of Paraíba do Sul in 1748 and the second in a sedition in the "sertão das minas", captaincy of Minas Gerais in 1736. This paper seeks to reflect on the relations between historiographical work and archival practices from a gender perspective, based on the case study of the two rebellious women. The goal is to show, through our research experience, how archives can be a means to find women inserted in the political and social life of an era. At the same time it reflects on methodological ways to think about the boundaries between women, archives and rebellions in the colonial period.

**Keywords:** women, revolts, archive, Portuguese America.

### *Introdução*

O período colonial brasileiro, considerado no espaço de tempo entre os anos 1500 e 1822, é marcado por uma quantidade de movimentos sociais que eclodiram nas diversas

---

\*Patrícia Ladeira Penna Macêdo, doutora em Ciências da Informação pela Universidade Federal Fluminense, professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: patricia.macedo@unirio.br.

\*\*Alexandre Rodrigues de Souza, doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense, professor da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). E-mail: alexanderrodriguesou@gmail.com.

capitanias espalhadas pelo território dos trópicos. Esses conflitos, independentemente de suas proporções e motivos, envolveram diferentes agentes, ideais, conceitos e objetivos. Uma variabilidade expressa inclusive nas próprias nomenclaturas utilizadas, tais como revoltas, sedições, motins, insurreições, conflitos, tumultos, conjurações, inconfidências, guerras... enfim, inúmeras denominações que expressam realidades variadas de súditos insatisfeitos e vexados junto ao seu rei. Seja marcado pelo derramamento de sangue ou de tinta, esses tumultos são excelentes campos de estudo, pois, conforme afirmou Luciano Figueiredo (1996) eles nos permitem analisar as características intrínsecas da identidade colonial e da cultura política do Antigo Regime, bem como sua adaptação à América Portuguesa.

Apesar da existência de muitas fontes e de estudos sobre esses eventos, a participação feminina nos motins da América portuguesa ainda não é um assunto priorizado pela historiografia brasileira. De fato, por muitos anos, o perfil das mulheres que habitavam o Brasil colonial estava baseado em um sem-número de imagens, parte delas verossímil, outra parte estereotipada. Dentre os vários estudos que delas trataram, talvez tenha sido Gilberto Freyre, no seu trabalho “Casa Grande e Senzala”, publicado em 1933, o que mais mascarou a imagem da mulher capaz de burlar uma ordem social vigente por meio de outros métodos que não os ligados à sexualidade.

Neste trabalho, optamos por apresentar duas mulheres: Benta Pereira e Maria da Cruz, ambas envolvidas em protestos, durante a primeira metade do século XVIII, na América Portuguesa. Apesar de serem reconhecidas como líderes dos levantes locais, as duas foram pouco estudadas pela historiografia, reflexo de um discurso muito comum, que naturaliza a falta de fontes para se investigar a trajetória de mulheres.

A ideia de que não existem fontes sobre as mulheres ainda persiste e dificulta o trabalho investigativo, assim como desvia a compreensão da atuação política dessas personagens nos tumultos em que estiveram envolvidas. De fato, grande parte dos manuscritos históricos sobre mulheres informam sobre a sua condição de vida mais tradicional, relacionado às promessas de casamento, a brigas conjugais, a miséria, a moças seduzidas e abandonadas. E, sobretudo, dando enfoque a questões em torno de sua sexualidade. No entanto, isso não quer dizer que não houve momentos em que a cena política dos protestos foi tomada por essas mulheres. Logo, cabe ao pesquisador torná-las visíveis num momento em que a própria narrativa histórica se negava a vê-la.

De acordo com os discursos misóginos, dominantes neste contexto, as mulheres eram divididas em virtuosas e mal-procedidas, com a linha divisória entre esses dois

grupos estreitamente ligados à sexualidade feminina. Em teoria, não existiam áreas cinzentas neste código moral (SOCOLOW, 2000, p. 8). Honra neste período era algo altamente voltado para o gênero do indivíduo. Para todas as mulheres, a honra era uma questão sexual, ressaltou Merry Wiesner (2000, p. 40).

Nesse sentido, o presente trabalho busca refletir sobre as relações entre o fazer historiográfico e as práticas arquivísticas sob perspectivas de gênero, a partir do estudo de caso de duas mulheres rebeldes. O objetivo é mostrar, através de nossa experiência de pesquisa, como os arquivos podem ser valiosos instrumentos em que é possível encontrar as mulheres inseridas na vida política e social de uma época. Ao mesmo tempo, reflete sobre caminhos metodológicos para se pensar as fronteiras entre mulheres, arquivos e revoltas no período colonial.

A partir da metodologia proposta por Carlo Ginzburg, em que os documentos considerados “oficiais” devem ser decifrados “como produto de uma inter-relação peculiar, claramente desequilibrada”, busca-se “aprender a captar, por baixo da superfície uniforme do texto, uma interação sutil de ameaças e temores, de ataques e recuos”. Nesse sentido, nos valem do “paradigma indiciário”, aliado às reflexões em torno das relações de gênero, como caminho de investigação para captar os indícios e trazer para a cena principal o papel das mulheres nas revoltas. (GINZBURG, 1989. p. 14-15; GINZBURG, 1987; SCOTT, 1986).

### *Mulheres e arquivos*

Não se pode negar que existe certa dificuldade em se conhecer o passado feminino, e esta questão pode ser entendida principalmente pelo fato de que, em muitos casos, os documentos produzidos silenciam o papel das mulheres na sociedade. Conforme afirma Michelle Perrot (2007, p.21), para se fazer história das ou sobre as mulheres, são necessárias muitos documentos e vestígios que, em muitos casos, não passam de sinais, pois a presença feminina nos documentos é frequentemente silenciada, desfeita ou destruída.

No entanto, a invisibilidade feminina dá-se também em outros setores sociais produtores de documentos, especialmente os públicos, pois, conforme aponta a historiadora Michele Perrot (2005), essa ausência é resultado de uma perspectiva sobre a narrativa histórica dominante, que possui uma triagem seletiva mediante o qual certas esferas da vida social são vistas como majoritariamente ocupadas e narradas por homens,

a saber: a política, a guerra e a religião, acontecimentos esses em que, em geral, o homem é personagem principal.

Associado a essa questão é interessante mencionar que por muito tempo, a mulher foi retratada nas instituições arquivísticas de forma complementar e até mesmo secundária à história de seus maridos, filhos e pais. No que tange ao recolhimento de arquivos pessoais de mulheres, por exemplo, ainda hoje existe uma discrepância numérica, onde a quantidade de acervos produzidos por elas atualmente custodiados ainda são baixos.

Por esse contexto, é possível afirmar que ao longo dos anos, de forma indireta, a presença feminina esteve nos acervos relegada a dois cenários: um que diz respeito ao seu papel enquanto responsável pelos “guardados”, ou seja, eram consideradas as guardiãs da memória, as secretárias, assessoras, uma condição subalterna de gênero que as esconde e as colocam em segundo plano dentro dos arquivos. E outro no que se refere a ser mulher, esposa, mãe ou filha, sendo comum suas biografias estarem associadas à homens que, em geral, tinham algum tipo de relação, novamente reafirmando seu lugar periférico e restrito à esfera privada.

Outro ponto que merece ser mencionado é que ao considerar a participação feminina na história, como algo insignificante, ou retratar as mulheres enquanto parceiras dos homens na construção da história permite, inclusive, que elas desconsiderem guardar e preservar seus acervos. Segundo Vassallo (2018, p. 91, tradução nossa), a falta de arquivos e coleções documentais produzidas por mulheres se agrava em virtude do próprio desinteresse dos arquivos públicos que não são receptivos na aceitação de doação deste tipo de fundo. Nesse sentido, estes são na maioria dos casos “total ou parcialmente destruídos, por suas próprias autoras ou por terceiros” ou “mantidos na esfera privada aleatoriamente guardados por parentes ou indivíduos interessados”.

Nesse sentido, faz-se necessário também pensar a categorização de gênero para as políticas de aquisição e para os instrumentos de acesso em nossas instituições arquivísticas. Trazer as discussões para a área da arquivologia sobre questões de gênero para dentro dos arquivos e para a área da Arquivologia é a possibilidade de colocar, recolher e organizar os arquivos onde “apareçam” as mulheres, pois conforme salientou Eva Moseley (1980, p. 184), ao aceitar a história das mulheres como um campo de estudo legítimo, o arquivista consegue não só enxergar as novas necessidades de pesquisa, como pode se esforçar em adquirir e principalmente evidenciar os documentos que as registram.

Procedimento este que também deve ser empregado nas pesquisas historiográficas, uma vez que não é correto dizer que as mulheres não estão presentes nos acervos, ou nos documentos, não se trata, exatamente, de total falta de fontes, pelo contrário, em geral, elas estão presentes em documentos, porém escondidas/apagadas nos instrumentos de pesquisa. O trabalho do pesquisador, nessas situações, pauta-se nos detalhes, nos dados marginais, nos resíduos entendidos como sinais, vestígios e pistas da vida feminina em sociedade, em suma, uma pesquisa pautada no paradigma indiciário.

De fato, a questão feminina recebeu um novo olhar a partir de pesquisas sobre as mulheres, reorientando os estudos e debates sobre o entendimento das mulheres e suas relações sociais, políticas, econômicas etc. Essas pesquisas possibilitaram a inserção de questões relativas à mulher nos campos da História, a reconhecendo enquanto sujeito, apesar do “silêncio das fontes”, como mencionou Michele Perrot (2007) elas participaram de alguma maneira dos processos históricos ao longo do tempo.

Segundo análises como a de Andréa Lisly Gonçalves (2006), a constituição da História das Mulheres enquanto campo de investigação ocorreu concomitante a atuação do movimento feminista das décadas de 1960 e 1970, sendo a publicação do livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, a grande inauguração desse período. Para a autora, a partir da década de 1980, um número

significativo de publicações vem revelando o fortalecimento expressivo desse interesse, como atesta o crescimento de livros, artigos em revistas especializadas, teses, dissertações e simpósios temáticos versando sobre o tema. Escrita fundamentalmente por homens, a narrativa histórica se absteve de incorporar às suas preocupações o sujeito feminino. Este silêncio não foi uma prerrogativa da historiografia brasileira ou latino-americana, mas atitude constante inclusive em países como Estados Unidos e França, onde a busca pelos direitos da mulher e o reconhecimento da condição feminina se deu mais cedo do que entre nós (GONÇALVES, 2006, p.25).

Ao longo dos anos, a sociedade, após duas grandes guerras, alterou-se drasticamente até encontrar o estágio que reconhecemos atualmente. Nesse sentido, não podia mais ser explicada por razões ou estruturas fechadas e rígidas. Conforme afirma Heloisa Buarque de Hollanda (1994, p. 9), este movimento historiográfico que envolve as mulheres surge num quadro epistemológico caracterizado por crises, como o descrédito nos amplos padrões explicativos da sociedade: marxismo, estruturalismo, freudismo, enfim, o que Jean-François Lyotard, denominou de “metanarrativas”. Para entender o novo contexto social, foi necessário, justamente, observar homens e mulheres como sujeitos e agentes em menor ou maior nível de ações. Para Roger Chartier, “o objeto da

história, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos” (CHARTIER, 1994, p. 99).

Esses novos diálogos trouxeram novidades também na forma como os arquivistas, e instituições de custódias de acervos exercem seu ofício. Na perspectiva da historiografia, o reconhecimento da história cultural e o desenvolvimento da micro-história possibilitaram a busca por recolher outras categorias de acervos, que não fosse necessariamente os considerados “oficiais”. Nesse âmbito, os arquivos pessoais ganharam importância como fontes de pesquisa, pois passaram a ser encarados como potenciais meios de informação, uma vez que são considerados expressões de indivíduos em sociedade.

Segundo Prochasson (1998), na segunda metade do século XX os documentos pessoais passam a receber o tratamento arquivístico, mesmo que de forma mais generalizada:

Hoje, o desenvolvimento da história cultural e da história das elites tornou as fontes privadas, não mais fontes excepcionais capazes de acrescentar um pouco de sal a uma narrativa austera ou de fornecer (enfim!) a chave do mistério da criação, mas fontes comuns, que se tenta conservar como se conservam as fontes administrativas ou estatísticas (PROCHASSON, 1998, p. 105).

A Arquivologia, nesse sentido, atenta de forma concreta para novos acervos, a partir do interesse dos historiadores identificados com a História Social e as análises sobre a cultura e suas representações. Ao buscar entender os indivíduos inseridos em seus processos históricos, estes passam a ser compreendidos como sujeitos que promovem ações e acontecimentos. Nesse sentido, as novas pesquisas deslocam o interesse pela vida e obra dos grandes homens para privilegiar outros indivíduos, entre eles as mulheres, e acontecimentos comuns.

Para finalizar, vale ressaltar que nas últimas décadas, um novo campo de estudos, intitulado “História das Mulheres e das Relações de Gênero”, ganha cada vez mais espaço na historiografia. As autoras Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007, p.04) afirmam que, dentre as ciências humanas, a História foi a que mais adiou a reconhecer e incluir as mulheres como “categoria analítica na pesquisa histórica.” As autoras afirmam que grande parte desse retardo se deu em virtude do caráter universal conferido ao sujeito

da história: “acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas, o que não correspondia à realidade”.

Estes debates, de grande importância e pertinência no contexto atual, aproximam-se também, cada vez mais, do campo dos arquivos e dos profissionais da área. Debates em torno da representatividade feminina nos acervos começa a se fazer presente nas agendas de pesquisa da Arquivologia, ainda de forma lenta e gradual, porém presente. Nesse contexto, destacam-se algumas iniciativas pontuais de instituições que buscam repensar seus recolhimentos e dar visibilidade aos acervos de/sobre mulheres<sup>1</sup>, grupos de estudos e pesquisas realizadas no âmbito Universitário<sup>2</sup>, e a própria criação da RAM - Rede Arquivos de Mulheres<sup>3</sup>.

### *Mulheres e revoltas*

Conforme já foi descrito, a historiografia a partir da segunda metade do século XX dedica-se a identificar as diversas realidades e universos presentes no mundo feminino. No entanto, no que diz respeito às revoltas, é possível perceber poucos trabalhos na área que buscam mostrar a presença de mulheres em motins. Tais trabalhos nos possibilitam perceber a existência e a presença feminina em situações de conflitos políticos, porém não nos permitem compreender os muitos casos e papéis específicos dessas personagens no interior das revoltas.

Arlette Farge, em um estudo realizado para a Europa moderna, sustenta que a presença feminina nos levantes era algo frequente:

Contrariamente ao que se pensava há alguns anos, a presença feminina é tão evidente no conjunto das rebeliões rurais e urbanas da Europa moderna que ela torna ultrapassado ou, pelo menos, pouco pertinente o tom espantado daqueles que, então e até agora, escreveram sobre este assunto. Está à vista, afinal nada há de extraordinário em constatar a sua participação regular nestes movimentados acontecimentos (FARGE, 1991, p. 569).

Os estudos realizados por Farge em seu artigo “Agitadoras notórias”, feito para a obra *História das mulheres*, nos permite entender a especial importância da participação feminina nos conflitos. Afirma ainda que, com o passar dos anos, a historiografia vem trazendo mudanças quanto à participação da figura feminina nos motins, deslocando-a dos contextos de fome e inserindo sua participação em motins antifiscais, religiosos e inclusive nos de alcance e cunho políticos. Farge, ao estudar a violência das multidões na historiografia europeia se dedicou as “comunidades que se enfureceram, entre os séculos

XVI e XVIII”. E concluiu que “as mulheres não pensavam somente pela barriga”, ou seja, elas tanto participaram os motins de fome, como nos motins antifiscais, bem como nas revoltas religiosas e ainda nos conflitos de cunho político (FARGE, 1991, p. 553-556).

De fato, há uma maior participação das mulheres em revoltas relacionadas à sobrevivência. Isso se dá em razão delas defenderem “por uma espécie de reflexo biológico, a vida de seus filhos e a existência física de seu lar”. Nessas situações eram “elas quem primeiro percebiam a ameaça, acolhendo e difundindo os rumores; comunicavam a angústia a seu círculo e estimulavam por isso mesmo as decisões extremas” (DELUMEAU, 1989, 189-190).

Thompson, em *Economia Moral Revisitada*, ressalta que “se as mulheres tinham especial proeminência nos motins da fome de regiões em que era forte a economia doméstica manufatureira, era em parte porque o seu papel nessa economia lhes assegurava autoridade e autoconfiança”. Segundo o autor, era a mulher quem estava encarregada das compras dos alimentos e, portanto, estariam mais “sensíveis ao preço e à qualidade das mercadorias, e as primeiras a terem de elaborar economias estratégicas de sobrevivência diante da ameaça de desabastecimento”. Essa atuação fazia das mulheres “guardiãs da sobrevivência da família em pé de igualdade com os homens, que talvez ganhassem a maior parte da renda familiar” (THOMPSON, 1998, p. 184).

Na América portuguesa, a maioria das descrições sobre as mulheres e suas atuações nos conflitos foi relatada por cronistas e autoridades régias, homens que as descreviam como: mulher amotinada, vítima, espirituosa e heroína, mas também como furiosa e vingativa. Entretanto, o perfil transgressor feminino é mais diversificado do que parece. Os discursos produzidos pelas fontes e pelo olhar masculino, em geral, usam seu corpo, sua espiritualidade, a sua suposta ligação com o mal, a sua maternidade, enfim, de diversas formas a mulher deixa suas impressões nas agitações.

De fato, pode-se afirmar no que tange aos documentos da época, referentes a revoltas, mascarar a presença feminina nos movimentos e ocultá-las das fontes oficiais era uma estratégia utilizada com frequência, uma vez que se considerava que a presença delas, em muitos casos, desqualificava o movimento, assim como os vagabundos e os bêbados. Arlette Farge afirma que:

Agitadora activa, a mulher é-o integralmente: mas há mais. Os contos, as narrativas e as crônicas descrevem-na furiosa, cruel e sanguinária. É evidente que há que pôr as coisas no seu lugar; estes textos são sempre escritos por homens; por isso, a observação tenaz e obstinada da crueldade feminina é forçosamente ampliada pela memória masculina. Podemos também perguntar se o espetáculo da barbárie, festa mortal a

rejeitar para o mais longe de si, o objeto que o olhar, fascinado, afasta e ao mesmo tempo contempla, não é uma parcela tão inominável do gosto da morte que o homem a atire sobre “a outra”, a estranha radicalmente outra, isto é, sobre a mulher, portadora de vida, de malícia e de desastrosa agonia (FARGE, 1991, 566-568).

Diante desse cenário, Jean Delumeau afirmou que:

a atitude masculina em relação ao “segundo sexo” sempre foi contraditória, oscilando da atração à repulsão, da admiração à hostilidade. O judaísmo bíblico e o classicismo grego exprimiam alternadamente esses sentimentos opostos. Da idade da pedra, que nos deixou muito mais representações femininas do que masculinas, até a época romântica a mulher foi, de uma certa maneira exaltada. De início deusa da fecundidade, “mãe de seios fiéis”, e imagem da natureza inesgotável, torna-se com Atenas a divina sabedoria, com a Virgem Maria o canal de toda a graça e o sorriso da bondade suprema (DELUMEAU, 1989, p. 310).

Longe de querer enquadrar a participação feminina em uma situação ou a objetivos específicos, pois, como já foi demonstrado, o universo de atuação é amplo e é desse mundo que se ocupa este texto. O espaço polvilhado de mulheres reais que, movidas por múltiplos desejos, mostraram-se capazes de ultrapassar importantes barreiras no mundo no qual viviam.

Nesse sentido, o estudo sobre revoltas revela-se um importante e fecundo espaço de observação dos indivíduos, pela riqueza de fontes ou pelos atores estarem a todo o momento transitando os espaços coletivos de forma a estabelecerem laços de sociabilidades ao mesmo tempo em que confrontam as relações de poder existentes. E como forma de ilustrar alguns desses papéis que “fogem” à regra dos estereótipos propagados, apresentaremos agora duas mulheres: Benta Pereira e D. Maria da Cruz.

#### *A heroína campista e a rebelde do sertão*

Benta Pereira nasceu no ano de 1675. Natural da freguesia de S. Salvador, filha legítima de Domingos Pereira da Cerveira e de D. Izabel de Souza, contava na época do levante de 21 de maio de 1748, com 73 anos de idade. Viúva de Pedro Manhães Barreto, desde o ano de 1713, era a responsável por sua família, composta por seis filhos: João Álvares Barreto, Manoel Manhães Barreto, Francisco Manhães Barreto, Páscoa de Souza, Mariana de Souza Barreto e Domingas Pereira da Cerveira. Enquanto Maria da Cruz, era moradora do arraial de Pedras de Baixo, capitania de Minas Gerais, fundado por sua família durante o processo de conquista colonial do sertão do São Francisco. No ano de

1736, data da revolta, Maria da Cruz também já era viúva de Salvador Cardoso e mãe de seis filhos: o mestre de campo Mathias Cardoso de Oliveira, o padre João Cardoso, Pedro Cardoso de Oliveira, o padre Manoel Cardoso, Maria Cardoso de Oliveira e Catarina do Prado (MACEDO, 2014; SOUZA, 2011).

A trajetória dessas mulheres está intimamente vinculada à circulação de riqueza, ao nascimento das vilas, e à expansão do povoamento no interior da América portuguesa. Eni de Mesquita, por meio da análise dos “inventários e testamentos do século XVII, referentes à região de Mogi das Cruzes”, mostra como a biografia de “viúvas ricas e poderosas”, ou mesmo de outras que comprovaram em juízo que “honravam a memória de seus maridos” para obter a guarda dos filhos, entrecruzam-se com outras histórias de mulheres comuns que, sujeitas à própria sorte, conduziam suas famílias e criavam filhos com o seu próprio labor. Conclui-se assim que a figura feminina teve um papel de destaque no processo de colonização do interior (SAMARA, 2003).

Maria da Cruz e Benta Pereira, apesar de se encaixarem nesse perfil de mulheres que se envolvem no processo de ocupação das terras com seus familiares, por outro lado, também tiveram em suas biografias o registro de participação em protestos. As alianças familiares, a viuvez, a presença nos tumultos, as relações de amizade e as redes de clientela são fundamentais na trajetória dessas mulheres.

Segundo Alberto Lamego, no ano de 1748 no mês de abril, chegava à vila de S. Salvador Martim Correa de Sá “para tomar posse do donatário, como procurador do 4º Visconde de Asseca Martim Correia de Sá e Benevides, que havia sucedido a seu pai Diogo Corrêa de Sá”. Alberto Lamego afirma que os moradores da planície Goytacá “jamais se curvaram ao domínio dos Assecas e se reuniram na casa de Benta Pereira para deliberar sobre os meios que deviam ser empregados a fim de se libertarem do novo cativeiro que os aguardava”. Nessa “agitada assembléia, ficou resolvido o embargo da carta de mercê e escolhido o advogado dos campistas, o licenciado Manoel Manhães Barreto”. No dia 26 de abril de 1748, José Mendes Bastos, notário da Câmara, escreveu que “no dia dezenove a varanda da cadeia [estava] cheia de homens armados com armas de fogo e bordões de que gravemente ficamos temidos”. O escrivão diz “por traslado que damos a dita resposta a dito Manoel Manhães, tão lhe disséssemos que no despacho movíamos mais coisa alguma sem não consentisse o conselho, e que se tirassem para suas casas sossegadamente que o seu tempo se havia deferir”. Porém,

logo mesmo tempo pela porta da casa da câmara um borbotas de mulheres requerendo-nos que não queriam o Ex. donatário Visconde de

Asseca e que lhe mandássemos despejar logo para fora da terra e ao dito seu procurador concorrendo ao mesmo tempo um voz de homens que se achavam presentes juntos na cadeia, digo junto a dita cadeia, que entre homens e mulheres seriam pouco mais ou menos oitenta homens dizendo Viva El Rey e nos no lugar em que estávamos continuávamos na mesma voz e tratamos de ir a comando dizendo que estávamos prontos para tomarmos todos os seus requerimentos (LAMEGO, 1920, p. 341-342).

Uma “Sentença da Relação da Bahia”, do dia 2 de março de 1751, destaca que Mariana de Souza Barreto, ao lado de outros homens, foi considerada como uma das principais instigadoras da rebelião. Mariana era filha de Benta Pereira. Segundo este documento os “instigadores” encontravam-se “unidos com muitos outros moradores daquela capitania, obrigando alguns por força e constituindo um grande corpo em tumulto e conjuração popular que depois vieram a declarar publicamente e principiaram a cometer sem receionem temor” (SETENÇA... 1751).

O conflito, desde seus antecedentes, girou em torno dos interesses de dois grupos, formados basicamente por duas famílias que buscavam o controle político local. Podemos afirmar que tais objetivos estavam além da participação na Câmara. Faziam parte de uma lógica política do Antigo Regime, que se centrava na busca por prestígio, conseguido, entre outras formas, por meio do acesso às instâncias de poder local (MACEDO, 2014).

A revolta de 1736 no sertão das Minas, não envolveu a chegada de um governador, o estopim dos protestos foi uma nova forma de se cobrar a Capitação<sup>4</sup> na região. A nova forma de exigência de direito régio do quinto, decretada em 1735, instituía que os moradores da região Minas, entre eles os criadores de gado, deveriam pagar um valor fixo estipulado sobre a quantidade de escravizados que possuíam (ANASTASIA, 1998; RODRIGUES, 2009, p. 20). Este deixou os moradores do sertão do São Francisco enfurecidos, pois entendiam que não viviam de minerar, mas apenas da criação de gado e de suas roças, portanto, não deveriam ser taxados. Os moradores argumentavam que haviam povoado o território “à custa de seu sangue e fazendas” e estavam ali a “perca de muitas vidas a mais de quarenta anos a esta parte povoando as ditas terras com fazendas de gado (...)” (REQUERIMENTO... 1736).

Maria da Cruz, em 1736, foi listada como uma das principais cabeças da sedição. Juntavam-se a ela o seu cunhado Domingos do Prado e o seu filho Pedro Cardoso. Ambos ocupavam as primeiras fileiras dos conflitos. Segundo Martinho de Mendonça, governador da capitania de Minas na época, eles eram moradores que “muito se atendem às parentelas e a amizades”. Domingos de Prado foi incriminado ao mandar “um barril de pólvora” para os amotinados. Pedro Cardoso, filho de Maria da Cruz, era o responsável

por determinar as atividades dos levantados. Quanto a Maria da Cruz, esta foi responsável por ir até “a casa do ferreiro Francisco de Souza, seu paisano, para escrever carta a Prado” avisando quando seria realizado o primeiro tumulto (INSTRUÇÃO de Martinho de Mendonça... 1737).

A mesma tópica aparece nas queixas contra Benta Pereira, responsável por formar um grupo forte, composto por proprietários e administradores régios, que dificultaram o governo do Visconde de Asseca e que possibilitaram sua deposição definitiva em 1751. Vale ressaltar que as reuniões do grupo contra o donatário Asseca, eram inclusive organizadas na casa de Benta Pereira, como assinala a carta enviada ao governador do Rio de Janeiro, Luiz Vahia Monteiro. Intitulada pelos autores de “Memorial”, é um importante documento no qual os moradores da capitania afirmaram ter sido ela mesma (Benta Pereira) quem:

chamou a sua casa o dito capitão para fazer o Memorial e se encarregou de mandá-lo a V. S.<sup>a</sup> dentro de um saco de farinha, na lancha do mestre Antônio de Castro, pessoa de confiança e não sabemos se chegará às mãos de V.S.<sup>a</sup>, não obstante a coragem desta mulher que tanto se arrisca pelos seus irmãos (PETIÇÃO, 1748).

Percebemos que tanto Maria da Cruz quanto Benta Pereira foram responsabilizadas pela organização dos levantes em que estiveram envolvidas. O papel ocupado por elas, enquanto cabeças e principais articuladoras do conflito, encontra-se demonstrado nos documentos da revolta. Vale ressaltar que ambas são viúvas, reconhecidas pelo qualificativo de “dona”<sup>5</sup> e pertenciam a famílias importantes nas suas localidades. São mulheres que detinham de certo prestígio, numa sociedade escravista, hierarquizada e desigual.

Ao traçarmos seus papéis e seus espaços de atuação, compreendemos como era possível as mulheres ultrapassarem as esferas de poder predominantes, apesar da existência de um código social que buscava padronizar seu comportamento neste período e enquadrá-las a padrões e preconceitos longinquamente herdados. Para Sidney Mintz (2010. p. 238), seguir e respeitar um código histórico de longa permanência não significa dizer que os indivíduos estariam presos a uma camisa de força. É possível que estes tenham escolhas e busquem por formas de manipular tais códigos socialmente aceitos e esperados.

Nas denúncias elas aparecem como uma espécie de mensageiras da desordem. Segundo Nathalie Davis (1990, p.107), durante o “início da era moderna na Europa o sexo feminino era visto como o sexo desregrado por excelência”, apesar de pouco conhecimento científico já se tinham a certeza de um suposto poder obscuro das mulheres.

Para as autoridades da época, o mais perigoso era a possibilidade de elas convencerem os homens que as acompanhassem, assim como Eva fez. Novamente o pecado e a desobediência figuram em mãos femininas.

De fato, as revoltas relatadas contaram ainda com a participação de muitas outras mulheres. Em documento relacionado à Revolta de Benta Pereira, este fato é fortemente marcado pelas cartas arroladas no processo. Em uma delas, chegam a afirmar que as utilizavam de grande violência ao invadirem a Câmara, “farfalhando suas saias e gritando palavras de ordem”. Nesse sentido, o ato político está em gritar em público, segundo Arlette Farge, isso pode ser entendido como preparação e organização coletiva, onde os indivíduos produzem sentido por meio de seus comportamentos. (FARGE, 1989, 271).

Segundo Delumeau (p. 189-90), nos levantes, as mulheres ocupam “as primeiras filas nos motins” com gritos capazes de engrossar “a multidão com sua presença”. Ao longo da história, a participação das mulheres em levantes era entendida por diferentes razões, argumentou Natalie Zemon Davis (1988, p.124). Para ela, no que tange as mulheres amotinadas, é necessário entender o que está por trás das falas oficiais. Haveria uma “complexa licença dada à mulher desordeira”, que era encaminhada a revolta por seu “impulso de seus baixos instintos, ela não era responsável por suas ações”. As mulheres também conseguiam emocionar “a multidão com a sua presença” porque sabiam que eram capazes de preocupar as autoridades. Ou seja, “elas pouco temem”, uma vez que eram “menos puníveis”. (FARGE, 1991, p. 560).

Ao examinarmos os documentos da época, percebemos como, em geral, as mulheres são, em muitos casos, relatadas como verdadeiras instigadoras da desordem, sendo esse o papel de destaque das mulheres nos conflitos. Os relatos apresentam matérias muito comuns nos tumultos em outros contextos, durante o período moderno. Jean Delumeau, em *História do Medo no Ocidente*, descreveu os tipos de palavras que caracterizavam a presença feminina nas revoltas ocorridas na Europa no período moderno. Segundo o autor, as mulheres ganharam espaço nas revoltas principalmente como instigadoras dos movimentos, despertando a consciência de seus maridos e filhos, e sendo reconhecidas como verdadeiras “viragos” nos conflitos de violência.

Percebemos, assim, como a participação dessas mulheres não se resume somente aos atos relacionados às estratégias e articulações de poder. Fica claro nas análises que, no âmbito da participação em revoltas, o envolvimento das mulheres é diferente dos homens. Porém, o que não se pode negar é a presença delas. Segundo Arlette Farge, não devemos nos espantar com esta evidência, surpreendente seria o inverso, ou seja, a falta

de mulheres atuando em motins. A autora demonstra que de fato as mulheres e seus filhos compareceram aos protestos da época moderna. Para Farge, o “filho é um lugar, é também um lugar de honra, da sua família como da vizinhança” e ir junto com “a mãe na revolta é a marca do lugar que ocupa entre a família e a cidade, marca efetiva, mas também simbólica”. Ainda, segundo a autora, a “figura da feminilidade aliada à da juventude adiciona gravidade e legitimidade aos levantamentos populares, uma vez que introduzem, inequivocamente, a imagem simultânea de uma dupla vontade subversiva, encarnada num desejo de restauração da justiça e de inovação”. (FARGE, 1991, p. 562).

Nas revoltas analisadas aqui podem também afirmar o mesmo padrão sinalizado pela acima. A sentença proferida pelo Tribunal de Relação da Bahia para o levante de Campos dos Goitacazes, condenou nove moradores e não cita Benta Pereira entre condenados e sim Mariana de Sousa Barreto, única mulher entre oito homens.

(...) atendendo ao que especialmente se prova contra a ré Mariana de Sousa Barreto, por se provar ser irmã dos principais cabeças e que os acompanhava e era a principal entre outras mulheres que concorreram armadas naquela sedição e insultaram os oficiais da Câmara, estando juntos em auto de vereança, onde os prenderam ignominiosamente, condenam que com o barão e pregão vá degredada por toda a vida para o presídio de Benguela e na pena pecuniária de 400\$000 para as despesas da Relação (SENTENÇA... 1751).

Este fragmento da sentença confirma vários aspectos que destacamos, principalmente o fato de Mariana ser apontada no documento como a instigadora delas na tomada da Câmara. Apesar do reconhecimento pelas autoridades da importância de Mariana de Souza Barreto no levante, em Campos sua figura é desconhecida.

D. Maria da Cruz também teve seu filho ao seu lado em todos os acontecimentos. Pedro Cardoso, considerado um dos principais cabeças dos motins do sertão, chegou a ser condenado a morte em cinco dias. Em virtude de ser insegura a cadeia de Vila Rica, foi enviado para a cidade do Rio de Janeiro junto com sua mãe Maria da Cruz, considerada culpada no mesmo delito, para se guardassem em prisão “mais segura” (SOUZA, 2013).

O mesmo tribunal que redigiu a sentença da filha de Benta Pereira, também julgou Maria da Cruz e seu filho. Pedro Cardoso foi degredado para a África e sua mãe condenada em “cem mil réis para as despesas da Relação e a seis anos de degredo para um dos lugares da África” e a rebelde foi “presa e sequestrada pela culpa que resultara da devassa que se tirara do levantamento do povo do Rio de São Francisco”. Entretanto, em abril de 1739, Maria da Cruz recebeu uma *carta de perdão* (ALVARÁ de Perdão...

1739), apesar de ter sido considerada culpada e por isso condenada, a figura do rei piedoso predominou.

Vale ressaltar que as cartas de perdão eram consideradas instrumentos jurídicos por meio do qual “súditos infiéis” recebiam clemência do monarca, tratando-se de um dos elementos que caracterizava a cultura política das revoltas coloniais na América Portuguesa (CASTRO, 2016). Segundo Natalie Davis, nas cartas de perdão oferecidas às mulheres destacava-se a preocupação com o suposto estado de espírito e saúde mental delas (DAVIS, 2001, p. 162). No caso da missiva dada a Maria da Cruz, o texto destacou as "queixas", os "descaminhos", a "rigorosa e dilatada prisão", e inclusive um suposto desejo em voltar para casa. Assim, ela apareceu mais como súdita fiel que já havia sido castigada por seus atos enquanto transgressora. Nesse sentido, a clemência régia do “senhor indulgente” figura como afirmação e legitimação do seu poder (ALVARÁ de Perdão... 1739).

Fica claro nestes relatos como a presença feminina é marcante nestes acontecimentos. Maria da Cruz, no sertão das Minas, e Benta Pereira, na região norte fluminense, foram verdadeiras protagonistas dos seus protestos. No entanto, não foram líderes solitárias das revoltas. Essas mulheres faziam parte de uma composição familiar que clamava por seus direitos de conquista. Foi em razão de seu envolvimento pessoal á essas ações coletivas que despertaram a desconfiança das autoridades da época. Em um contexto em que as redes de sociabilidades eram as responsáveis por qualificar ou desqualificar os indivíduos.

É importante destacar que, nos casos apresentados acima, optou-se por apenas apresentar os indícios relacionados a participação feminina. Cada uma das revoltas aconteceu em virtude de conjunturas específicas. No entanto, elas nos servem de exemplo para afirmar que as mulheres estavam inseridas em conflitos políticos na América portuguesa. Seja no anonimato ou na notoriedade, a presença delas em situações de descontentamento político no Brasil colonial ainda foi pouco explorada, apesar de nas entrelinhas, tanto da historiografia, quanto da documentação, já existirem amostras da presença delas nas rebeliões que sacudiram a América portuguesa.

### *Considerações finais*

As revoltas, em geral, são bem documentadas. Perceber a atuação das mulheres é ler os documentos nas entrelinhas, trabalhar na perspectiva das relações entre os sexos,

retirar as várias camadas de discursos misóginos em relação às mulheres, perceber os seus gestos em conjunto com as atitudes daqueles que estão ao seu redor.

O método comparativo identifica nos documentos gestos e atuações femininas similares que foi marcado, sobretudo, pela desqualificação dos movimentos quando se notava a presença delas. Mas em nenhum momento os contemporâneos demonstram espanto com a participação de mulheres em conflitos. Investigar as mulheres nos arquivos é atravessar os modelos e estereótipos construídos sobre elas e permitir entender as condutas diversas. Arlette Farge adverte que quando comparado com os discursos, o “arquivo rompe com as imagens prontas” sobre as mulheres. (FARGE, 2009, p. 46).

Em geral, os documentos que tratam da trajetória de perseguição aos revoltosos vão deixando pistas sobre a história dessas mulheres. E os hiatos sobre suas biografias vão sendo preenchidos com outros tipos de fontes. Nenhuma dessas mulheres deixou suas próprias palavras arquivadas, entretanto, várias cenas dos tumultos em que estiveram envolvidas aparecem na pena dos administradores que, ao mesmo tempo em que procuravam acalmar os ânimos dos súditos revoltosos, por outro lado, documentavam os acontecimentos em que estiveram envolvidas num contexto em que o espaço político não lhes pertencia.

Entender a participação de Benta Pereira e de Maria da Cruz nos protestos constituiu-se num desafio metodológico atravessado pela pesquisa em arquivos e interpretação de documentos e discursos. As investigações sobre o mundo masculino e suas representações são muito naturalizadas nas pesquisas arquivísticas e historiográficas. Ao traçarmos o papel e o espaço de atuação de Benta Pereira e Maria da Cruz compreendemos como era possível as mulheres ultrapassarem as esferas de poder predominantes, apesar da existência de um código social que buscava padronizar seu comportamento nesse período e enquadrá-las a padrões e preconceitos longinquamente herdados. Assim como nas fontes, ao longo das décadas, esses indivíduos também não figuraram na historiografia. Mulheres, negros, homossexuais, prisioneiros e crianças constituíram um grupo que não eram contemplados nas análises historiográficas.

A mulher ainda é objeto de idealização da História e da Memória e igualmente de fortes representações por parte dos contemporâneos, que ainda constroem suas imagens associadas à misoginia. Pecadora, vítima manipulada, ingênua, fracas de espírito e desamparadas, estes atributos serviram – paradoxalmente - para afastar da compreensão do papel das mulheres nas revoltas ou ainda a presença delas nos acervos de pesquisa. Nesse sentido, cabe ao investigador mudar essa leitura preconceituosa que marca a

construção feminina, sendo elas: a falsa ideia de falta de fontes nos arquivos sobre as mulheres e as representações estereotipadas sobre o feminino construídas ao longo da história.

As mulheres, assim como os homens, têm papel central nos eventos políticos, sociais, culturais e econômicos. São personagens importantes da história. Participaram ativamente de eventos históricos e nos ensinam que a história não acontece somente dentro dos gabinetes. No entanto, ainda hoje o desafio em torno da difusão dessas histórias ainda não foi superado, já que mesmo diante de muitas pesquisas sobre mulheres na história esse conhecimento não alcança amplamente o público. Faz-se necessário revisar o que se é ensinado nas escolas, o que se é recolhido e organizado em nossas instituições arquivísticas e o que é comemorado. Pensar essas questões nos ajuda a ter uma visão mais ampla e democrática do que consideramos História.

### Referências bibliográficas:

- ALVARÁ de Perdão Concedido a Dona Maria da Cruz, Viúva. Salvador, Bahia de Todos os Santos. 9 de abril de 1739. Tribunal da Relação/Alvarás e Provisões – 1738-1739. Livro 515. Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB. Seção Colonial Provincial Apud FAGUNDES, Giselle e MARTINS, Nahílson. *Alvará de Perdão Concedido a Dona Maria da Cruz, Viúva*. Montes Claros, [edição do autor], 2006, p. 59-60.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassallos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.
- BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CAPELA, José. *Donas, Senhores e Escravos*. Porto: Afrontamentos. 1995. pp. 67-101.
- CARRARA, Angelo Alves. Eficácia tributária dos sistemas de cobrança dos quintos reais. A segunda capitação em Minas Gerais, 1736-1751. Belo Horizonte: *Varia História*, vol. 32, n.60, 2016.
- CARTA de Martim Correia de Sá ao ouvidor Dr. Manuel da Costa Mimoso. Vila de São Salvador 15 de junho de 1730. Arquivo de Consultas Ultramarinas. Transcrito em Lamego. *A terra goitacá*. Tomo II. 1913-1943.
- CARTA enviada a Luiz Vahia Monteiro. Memorial que escrevem os moradores da Capitania da Paraíba do Sul contra os atos do donatário. *Arquivo Nacional: Série Secretaria do Estado do Brasil*. Livro 8 pág. 46v. 22 de novembro de 1730.
- CASTRO, João Henrique Ferreira de. “*Castigar foi sempre razão de Estado*”? Os debates e a política de punição às revoltas ocorridas no Brasil (1660-1732). Ano da defesa: 2016. Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2016.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13.1994.

DAVIS, Natalie Zemon. As mulheres por cima. In: *Sociedade e Cultura no Início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente (1300-1800)*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FARGE, Arlette. Agitadoras notórias. In: *História das Mulheres no Ocidente do Renascimento a Idade Moderna*. Porto: Afrontamento. 1991.

FARGE, Arlette. As regras do motim: o caso do rapto de crianças, (Paris, maio de 1750) In: Revel, Jacques. *A invenção da sociedade*. Trad. Vanda Anastácio. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel. 1989.

FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: edusp. 2009.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Revoltas, Fiscalidade e Identidade Colonial na América Portuguesa*. (Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761). Ano da defesa: 1996. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH, USP, São Paulo, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Global Editora, (1933) 2002.

FURTADO, Júnia. *Chica da Silva e o Contratador de Diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: Uma analogia e as suas implicações. In: *A Micro-história e Outros Ensaios*. Lisboa, Difel, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: O Cotidiano de um Moleiro Perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História &... Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 160 p. (História &... reflexões, 9).

HOLLANDA, Heloisa Buarque. Feminismo em tempos pós-modernos. In: HOLLANDA. Heloisa Buarque (Org). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

INSTRUÇÃO de Martinho de Mendonça a Manuel Dias Torres (Intendente da fazenda Real da comarca de Sabará). Vila Rica 1 de maio 1737. *Arquivo Público Mineiro*, SC 61, fl. 60-61. Disponível em:<<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>> Acessado em dez. 2010.

LAMEGO, Alberto. *Terra de Goytacá à luz de documentos inéditos*. Tomo II. L'Édition D'Art. 1920.

LETTERS, Campos dos Goitacases. Chicago's Newberry Library. Tradução nossa. Transcrito em HARRISON, William Frederic. *A Struggle for Land in Colonial Brazil: The private captaincy of Paraíba do Sul (1533 – 1753)*. México: The University of New Mexico, 1970., p. 238.

LIVRO de registros da Câmara. Vila de S. Salvador, 26 de maio de 1748. *Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes*.

LIVRO de registros da Câmara. Vila de S. Salvador, 30 de julho de 1748. *Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes*.

MACEDO, Patrícia L. P. *Benta Pereira: mulher, rebelião e família em Campos dos Goytacazes – 1748*. Ano da defesa: 2014. Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2014.

MINTZ, Sidney. Cultura: uma visão antropológica. *Revista Tempo*. Vol. 14, n. 28. Niterói: EDUFF, [1982], 2010. p. 238.

MOSELEY, Eva. Sources for the "New Women's History". *The American Archivist*, vol. 43, no. 2, p. 180–190, 1980.

PARECER do Conselheiro Rafael Pires Pardini sobre a pretensão dos moradores da Capitania da Parahyba do Sul. Lisboa, 28 de junho de 1751. *Anais da Biblioteca Nacional*, Ano: 1928, v. 50 p. 137.

PERROT, Michele. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PETIÇÃO dos oficiais da Câmara enviada ao governador do Rio de Janeiro. Vila de S. Salvador, 26 de abril de 1748. Transcrita em FEYDIT, Júlio. *Subsídios para a História dos Campos dos Goitacazes*. Rio de Janeiro: Editora Esquilo, 1979. p.192.

REQUERIMENTO dos moradores do sertão do São Francisco ao general Gomes Freire, redigido e registrado pelo tabelião do distrito de São Romão Alexandre de Castro Roiz, tendo como juiz ordinário Francisco Soares Ferreira. São Romão, 6 de julho de 1736. Lisboa, ANTT, Mss. do Brasil. Liv 10, fl. 38- 39. fl. 38-39.

RODRIGUES, Gefferson Ramos. *No sertão, a revolta: grupos sociais e formas de contestação na América portuguesa, Minas Gerais - 1736*. Ano da defesa: 2009. Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2009.

SCOTT, Joan Wallach. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *The American Historical Review*, v. 91, n. 5, pp. 1053-1075, 1986.

SENTENÇA da Relação da Bahia. 02 de março de 1751. *Anais da Biblioteca Nacional*. Ano: 1909, v.V p. 15.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Donas e plebeias na sociedade colonial*. 1ª ed. Lisboa: Estampa, 2002.

- SOCOLOW, Susan M. Iberian Women in the Old World and the new. In: *The Women of Colonial Latin America*. Cambridge University Press, 2000.
- SOIHET, Rachel, PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007.
- SOUZA, Alexandre Rodrigues de. A "Dona" do sertão: mulher, rebelião e discurso político em Minas Gerais no século XVIII. Ano da defesa: 2011. Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2011.
- SOUZA, Alexandre Rodrigues de. A rebelde do sertão: Maria da Cruz e o motim de 1736. *Varia História* [online]. 2013, v. 29, n. 50, pp. 453-475. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-87752013000200005>>.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VASSALLO, Jaqueline. Mujeres y patrimonio cultural: el desafío de preservar lo que se invisibiliza. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* [online]. 2018, n. 71, pp. 80-94. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i71p80-94>>. Acesso em: 13 jul. 2020.
- WIESNER, Merry E. *Women and Gender in Early Modern Europe*. Cambridge University Press. 2000.

---

<sup>1</sup>A título de exemplo, destacamos as iniciativas desenvolvidas pelo Arquivo Nacional, CPDOC-FGV e Biblioteca Nacional

<sup>2</sup>Destaca-se as pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa Acervos Privados e Pessoais: memórias, políticas e patrimônio (Grupo APP), da UNIRIO.

<sup>3</sup>A Rede Arquivos de Mulheres (RAM) reúne pesquisadores sobre arquivos, mulheres e memória de forma a valorizar e refletir esses acervos e seus processos de salvaguarda.

<sup>4</sup>Um dos métodos de arrecadação do direito régio do quinto com a cobrança de um valor fixo, a ser pago pelo proprietário sobre cada escravo e estabelecimentos comerciais, funcionou de julho de 1735 a agosto de 1751. (CARRARA, 2016).

<sup>5</sup>O título “dona” marca de distinção hierárquica na sociedade colonial. Mas esse tratamento não está diretamente relacionado à cor branca, já que muitas mulheres negras também receberam tal insígnia. (SILVA, 2002; CAPELA, 1995, pp. 67-101).

Texto recebido em 18 de fevereiro de 2022.

Aceito para publicação em 25 de abril de 2022.

# GÊNERO, IDENTIDADE E REVOLUÇÃO NOS TEMPOS DE VARGAS

## GENDER, IDENTITY AND REVOLUTION IN VARGAS TIME

Alzira Lobo de Arruda Campos\*

Luiz Antonio Dias\*\*

Rafael Lopes de Sousa\*\*\*

**Resumo:** Procura-se contribuir para o entendimento da participação da mulher no projeto revolucionário brasileiro. O modelo analítico entrecruza a esfera pública e a privada, no cotidiano da casa e da rua, verificando os limites da atuação de mulheres que se fizeram públicas, por opções políticas, contrariando o esquema clássico de “homem na praça, mulher na casa”. Trata-se de uma micro-história, inserida no universo coletivo da luta revolucionária, focalizando um grupo de mulheres que se integrou em programas políticos complexos e heterogêneos de correntes revolucionárias de esquerda, em especial na prototrotskista. Com o objetivo de verificar os “entre lugares” ocupados pelo “segundo sexo” na luta proletária, esta reflexão é fundamentada em documentos existentes em arquivos da memória operária e da polícia política das décadas de 1930 e 1940.

**Palavras-chave:** mulheres revolucionárias, comunismo, cotidiano operário, repressão.

**Abstract:** It seeks to contribute to the understanding of women's participation in the Brazilian revolutionary project. The analytical model intersects the public and private spheres, in the daily life of the home and the street, verifying the limits of the actions of women who became public through political options, contradicting the classic scheme of "man in the square, woman in the house". This is a micro-history, set in the collective universe of the revolutionary struggle, focusing on a group of women who integrated themselves into complex and heterogeneous political programs of leftist revolutionary currents, especially the proto-Trotskyist one. In order to verify the "in-between places" occupied by the "second sex" in the proletarian struggle, this reflection is based on documents found in archives of workers' memory and political police from the 1930s and 1940s.

**Keywords:** Revolutionary Women, Communism, worker's daily life, repression.

---

\*Livre-docente em Metodologia da História, pela Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP/FRANCA), Mestra e Doutora em História Social pela Faculdade de História da Universidade de São Paulo (USP). Docente do Programa em Ciências Humanas (UNISA/SP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7264-9368>

\*\* Mestre e Doutor em História Social (UNESP/Assis); Pós-doutorado em Derecho, Economía, Historia (Universidad Nacional de Córdoba). Docente do Programa de História (PUCSP). Docente do Programa em Ciências Humanas (UNISA/SP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8834-442X>

\*\*\* Mestre em História Social (UNESP/Assis), Doutor em História Social (UNICAMP). Docente do Programa em Ciências Humanas (UNISA/SP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8018-8530>

## *Introdução*

O esforço em estender as categorias teóricas em uso na interpretação do processo revolucionário brasileiro para as relações de gênero concentra-se em mulheres analiticamente visíveis no âmbito das diferentes tradições intelectuais, confirmando conceitos das abordagens tradicionais, que se pressupõem capazes de revelar as vidas dos homens. As revolucionárias têm recebido, de nossa historiografia, tratamento que privilegia temas referentes a vultos femininos notáveis - pela importância no campo científico ou artístico ou pela parceria que mantiveram com lideranças partidárias. Em geral, o fragmentado universo da mulher merece uma reflexão histórica que desconsidera a ideologia de gênero e escamoteia interpretações do sistema androcático integrantes de estudos desenvolvidos pela história do cotidiano e das mentalidades, desde os anos de 1960.

O jogo de discriminação misógina, desenrolado no cenário das desigualdades sociais brasileiras, tem como protagonista principal um patriarcalismo silencioso e ambivalente, que desvia o conceito de universalidade e igualdade das leis, destinado a todos, para o terreno do privado e da intimidade social. São campos difíceis de serem solucionados, mas que devem contar com uma política de conscientização da sociedade. A história das mulheres tem chamado a atenção para o aspecto fundamental de que não há homens genéricos, mas sim homens e mulheres classificados em gêneros, isto é, multidões de seres históricos vivem predeterminações de classe, raça, cultura. Neste estudo, personagens individuais remetem a quadros culturais mais amplos, como os modelos sociais da mulher e da família, vigentes nos tempos de Vargas, e a história do movimento operário em São Paulo. Neste amplo painel, procuram-se compreender os caminhos percorridos por mulheres, implicando o encontro entre a esfera pública e a privada em seu cotidiano.

Trata-se de uma micro-história, inserida no universo coletivo da luta revolucionária, conduzida por um pequeno e denodado grupo de indivíduos dispostos a mudar o mundo. História, portanto, da revolução proletária e das mulheres que se integraram a esse complexo programa político, idealizado e protagonizado fundamentalmente por homens. Nas numerosas dificuldades apontadas por Hobsbawm para se compreender a construção do movimento revolucionário, falta introduzir o papel que a mulher representou no primeiro regime da história que contestou em profundidade as contradições do capitalismo, acenando com a certeza da vitória proletária sobre a burguesia (HOBSBAWN, 1917, p. 15). Papel tributário da identidade de gênero,

universalmente marcado pelo sistema androcático e exacerbado, no caso brasileiro, pela violência dos quase quatro séculos de escravidão.

A teoria feminista considera que “a historiografia das mulheres é a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência de que foram vítimas, da sua loucura e de seus afetos” (COURI, 1997). Mas, também, de suas atuações políticas, como protagonistas ativas ou passivas da revolução proletária. É certo que a visão da mulher na esfera pública tem recebido alguns aportes da historiografia brasileira, ressaltando a identificação feminina com a ordem patriarcal, como no caso de Carlota Pereira de Queiroz (SCHPUN, 1997), ou o inconformismo indignado a respeito das injustiças sociais, como no exemplo de Maria Lacerda de Moura (LEITE, 1997). Esses e outros estudos semelhantes são complexos. Os modelos teóricos existentes – a teoria política liberal e sua epistemologia empirista, o marxismo, a teoria crítica, a psicanálise, o funcionalismo, o estruturalismo, o desconstruivismo, a hermenêutica – ao mesmo tempo aplicam-se ou não às mulheres e às relações de gênero, pois foram as experiências masculinas que geraram os problemas que as teorias procuram resolver. Quando começamos a pesquisar as experiências femininas logo nos deparamos com fenômenos cuja visibilidade fica obscurecida nas categorias e conceitos teóricos tradicionais. Temos, portanto, que arcar com a falta de um esquema permanente de construção das explicações, e, em vez da fidelidade “ao princípio de que a coerência teórica é um fim desejável por si mesmo e a única orientação válida para ação, podemos tomar como padrão a fidelidade aos parâmetros de dissonância entre os pressupostos dos discursos patriarcais e dentro de cada um deles” (HAERDING, 1993, pp. 7-14).

Um problema a mais reside no fato de o marxismo e o feminismo, os modelos teóricos disponíveis para o estudo da mulher no processo revolucionário (abstraindo a epistemologia empirista), oferecerem formas totais de interpretação da sociedade, colidindo conceitualmente e apresentando inadequações aos objetivos propostos por um tema que se situa na encruzilhada desses quadros teóricos. Inadequações obviamente insolúveis nos limites do presente artigo, que se propõe, tão somente, a levantar algumas evidências empíricas sobre os possíveis impactos da ideologia de classe sobre a ideologia de gênero. Ou, revertendo esses termos, trabalhar sobre algumas das contribuições que o “feminismo” prestou à análise da ideologia de classe, como, por exemplo, chamar a atenção para o trabalho das “donas de casa” como um modo de produção pré-capitalista, existente em todas as sociedades, mesmo nas mais “desenvolvidas” (PARIS, 1997, p. 21). A pesquisa da militância feminina no campo revolucionário tem a sua visibilidade

obscurecida pelas categorias e conceitos teóricos tradicionais, inclinando-nos a adotar tomar por padrão a dissonância entre os pressupostos teóricos das revoluções proletárias, vendo a situação de exploração da mulher como um reflexo da luta de classes (BLAY e AVELAR, 2019, pp. 81-82). O feminismo político implica uma militância com pautas e estratégias próprias que começam a ser definidas como um dos capítulos dos estudos de gênero, uma categoria recente e instigante no campo teórico das Ciências Sociais e Humanidades.

Ancorados nesses pressupostos teóricos e fundamentados em documentos de primeira mão, procuramos adiantar algumas interpretações sobre a identidade da mulher na luta proletária, nos “entre lugares” que lhe eram permitidos pela sociedade patriarcal paulista, no período de 1930-40.

### *Imagens da mulher nas linguagens revolucionária e da reação*

Embora a mulher participasse do mundo da produção, constituindo a maioria em alguns setores do parque industrial paulista, o mundo ou submundo da revolução era eminentemente masculino, uma vez que os estereótipos da mulher passiva, reclusa nos domínios domésticos, aparentemente funcionavam mesmo para as operárias que viviam a realidade dramática da exploração do trabalho, dentro e fora de casa.

Nas fileiras revolucionárias, o feminismo era encarado com hostilidade, pois se considerava que a oposição homem-mulher ajudava a mascarar a dialética da luta de classes. As feministas sofriam críticas irônicas, especialmente dirigidas àquelas que se candidataram a cargos legislativos, após a concessão do voto à mulher, pela Constituição de 1934. Sob o título: “Mais uma exploradora do *match* burguês saias x calças aparece em campo cavando votos”, o *Jornal do Povo* anatematiza Bertha Lutz, Nathércia da Silveira e Iveta Ribeiro. A última, “uma das muitas senhoras ridículas que exploram o cartaz desmoralizado do feminismo”, era proprietária de uma “revistinha de cavação” chamada *Brasil Feminino*, “leitura muito interessante para as donzelas poetisas e para as mães que rejuvilaram com o direito de votar... no vigário”. O articulista continua a desenvolver o preconceito contra as feministas, desejando que “essas cretinas que ainda dividem a humanidade em machos e fêmeas, e não em explorados e exploradores”, dissessem o que as mulheres e não as “damas” lucraram com “a atividade das Berthas Lutz”. Na defesa da luta de classe, a crítica aponta “teimosia estúpida de uma sociedade

antidivorcista, de uma sociedade que adora a hóstia e o hímen e que se bate pela moral jesuítica do adultério” (*JORNAL DO POVO*, 12/10/1934, p. 1).

As correntes de esquerda utilizavam-se largamente do argumento de que a operária teria reivindicações sérias a fazer, ligadas à exploração burguesa, para desconsiderar a especificidade do gênero na luta de classes. Porém, a necessidade de formação de comissões femininas, capazes de sensibilizar operárias e camponesas para a causa revolucionária, levou à elaboração de conceitos idealizados da mulher trabalhadora e a uma evidente estilização da militante, como numa “profissão de fé proletária”, dedicada à companheira da grande luta pela maior fraternidade humana, que aponta a miséria do homem que vende o seu trabalho, a fim de alimentar, “no campo ou oficina, a burguesia estúpida e assassina” (POEMA “COMPANHEIRA”, PRONTUÁRIO n.º 856).

A reação emitia conceitos antitéticos a essa representação. As companheiras de militantes políticos eram apresentadas como pessoas do “mais baixo nível social, na maioria analfabetas e inteiramente desligadas das atividades subversivas dos companheiros”. Estes as escolheriam precisamente por isto, pois como possuíam uma “concepção de vida sensual exageradamente materialista, não faziam questão da qualidade de vida dos maridos”. Conceitos misóginos, no caso da mulher revolucionária, agravavam-se com preconceitos etnocêntricos e de classe. Afirmava-se que os comunistas costumavam recrutar as parceiras no Rio Grande do Norte, a maior parte em Mossoró ou “nos meios desligados da civilização”. Ao trazê-las para a vida civilizada, conseguiam várias vantagens: o ambiente estranho intimidava-as, impedindo que se relacionassem com indivíduos que pudessem comprometer seus “amásios”. Finalmente, essas mulheres “analfabetas, apáticas, não sentiam curiosidade em indagar sobre os afazeres dos homens nem criavam ‘casos sentimentais’, suscitando contrariedade de espírito, o que os comunistas abominavam profundamente” (AS MULHERES DOS COMUNISTAS).

Os interrogatórios de mulheres fixavam-se em aspectos destoantes da moralidade burguesa, de modo a criar um antimodelo feminino. Comportamentos considerados desviantes dos padrões socialmente sancionados mereciam perguntas minuciosas, que permitiam aos policiais traçar uma imagem da revolucionária que se confundia à da prostituta, louca ou mentecapta. Dessa maneira, procurava-se criar a sensação de repulsa ou de estranhamento social pela mulher contestadora.

Também no seio dos revolucionários, a mulher sujeitava-se a juízos parciais e rígidos, eventualmente tisonados por ciúmes entre camaradas machistas, embora o teor da linguagem de uma das cartas escritas por Hílcar Leite a Fernando Salvestri permita

pressupor a existência de ligações subjetivas, difusamente disfarçadas, que contrariavam princípios puramente políticos:

Quanto à última parte do teu bilhete, chocou-me. É preciso que saibas que B. não é minha “amada” e que te lembres que uma vez eu te disse que precisava vingar-me de B. por ter-me abatido. A bon entendeur... [...] Aquela cretina prejudicou mais uma vez a organização. Se continuar assim, serei forçado a mandá-la à Vila Maria. [...] B. nada tem para apaixonar-me. Sou ainda muito jovem e com uma “educação” que já sabes [...] Você precisa liquidar tua paixão por Palmeira. Ela é completamente idiota. [...] Ela despreza sentimentalmente você e todos os outros nossos camaradas. [...] Palmeira dominou você e os outros e isto a leva a desprezar a todos. [...] Considere a mulher como tal, uma coisa que os homens utilizam enquanto precisam e a abandonam quando não têm mais necessidade (CARTA DE HILCAR LEITE, “MORAES”, a FERNANDO SALVESTRI, 1936).

Alguns protestos contra julgamentos similares, emitidos no calor da luta, desmentem a passividade da mulher diante do poder macho. Por exemplo, a “camarada Bernarda”, ao ser chamada de mentirosa, durante uma reunião partidária, protesta energicamente dizendo que alguns camaradas consideravam as mulheres como coisa inferior (ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ REGIONAL DO PCB/SP, de 2/1/1932).

Sujeitas a um duplo grau de alienação, conseqüentemente minoritárias nos quadros da revolução, as mulheres insinuam-se discretamente nas listas de indivíduos procurados ou que já se encontravam nos cárceres da polícia paulista. Em 1932, a Delegacia de Ordem Política e Social publicou fotos de comunistas presos como agitadores e que divulgavam “por todos os meios as doutrinas extremistas”, protegidos “pela complacência das autoridades que a Ditadura trouxera a S. Paulo, depois dos acontecimentos de outubro”. Com tal ação, diz a notícia, desmentiam-se “as invencionices da Ditadura, que propalou ser a Revolução Constitucionalista um movimento comunista”. O elenco desses “agentes de Moscou” comporta apenas quatro mulheres: Helena Silva, Mary Houston Pedrosa, Eneida de Moraes Rocha (ou Costa) e Eulália Conceição (REPRESSÃO AO COMUNISMO).

Um dos primeiros róis levantados pelo Gabinete de Investigações inclui Tarsila do Amaral, Mary Houston, Ignez Itkis, Eulália Conceição e Patrícia Galvão, perfazendo 10% dos 50 comunistas mais importantes de S. Paulo (RELAÇÃO PARCIAL DOS COMUNISTAS EM MAIOR EVIDÊNCIA). Na capital paulista, com o fim exclusivo de aliciar mulheres para a causa revolucionária, o Partido fundara a “União das Mulheres

Democráticas de São Paulo”, sociedade que realizava reuniões e congressos, a fim de cuidar da situação da mulher e defender seus direitos (APOLLONIO, 1949, p. 84).

Pouco mais tarde, a Insurreição de 27/11/1935, deflagrada na cidade do Rio de Janeiro, arrolou oito mulheres (para um universo de 241 pessoas) como responsáveis pelo movimento: Armanda Álvaro Alberto, Eugênia Álvaro Moreira, Maria Moraes Werneck de Castro, Valentina Leite Barbosa Bastos, Eneida de Moraes Costa, Maria Bergner Prestes, Auguste Elise Ewert e Carmen Alfaya de Ghioldi. Todas foram processadas como corrés, nenhuma figurando como cabeça da insurreição (PORTO, 1936, pp. 262-266). É verdade que o caráter militar desse levante explicaria, por si só, a participação diminuta que nele tiveram as mulheres (3,32%), e, em geral, exercendo papéis coadjuvantes àqueles de seus companheiros. Não obstante, muitas delas assumiam iniciativas na estratégia revolucionária, como se depreende das fontes históricas referentes a 1935. Assim, Valentina Leite Barbosa, casada com Adolpho Barbosa Bastos, informa que escrevera uma carta, também assinada por seu marido, sob o pseudônimo de “Helena”, embora não tivesse parte ativa no movimento revolucionário (PORTO, 1936, pp. 132-133).

Armanda Álvaro Alberto era presidente da “União Feminina do Brasil”, associação que se uniu à “Aliança Nacional Libertadora” na “Frente Popular Antifascista”, a fim de preparar o terreno para a revolução, de acordo com o programa do Sétimo Congresso da Internacional Comunista. Armanda negou as ligações da União Feminina com o PCB, mas suas amigas, Eugênia e Maria, contrariaram essa declaração. Uma saudação aos membros da Aliança Nacional Libertadora, apreendido na residência da última, confirma os intuítos revolucionários das aderentes da União, as quais diziam reconhecer na A. N. L. a única força de oposição ao fascismo, de combate ao imperialismo e ao latifúndio e capaz de dar ao povo brasileiro pão, terra e liberdade. Concitavam, por isso, as mulheres a entrar para a U. F. B. e a lutar com a A. N. L., como homenagem à memória dos heróis de Copacabana e dos companheiros da Coluna Prestes (PORTO, 1936, pp. 125-126).

Na mesma residência, apreendeu-se outro documento – “Tarefas em 14/8/35” –, relatando as atividades desempenhadas pela União Feminina do Brasil e a organização revolucionária de sua diretoria: “Brigada para Deodoro com elemento ligado comissão de greve: MARIA – ANA – ESTELA. Ligação Aliança – EUGÊNIA (Eugênia Álvaro Moreira). Criação das ‘Amigas do [jornal] *A Manhã*’ (PORTO, 1936, p. 126). Quanto à Júlia dos Santos, informa-se que residia na célebre casa da Rua Honório n.º 279 (na qual

foi preso Prestes), onde vivia “maritalmente” com Manoel Coelho dos Santos. A polícia a caracteriza como uma “senhora analfabeta, de tal atraso mental, que não sabe referir os nomes dos meses e os dias da semana” passando a impressão “que por isso mesmo foi ela escolhida para companheira de morada de Luiz Carlos Prestes” (PORTO, 1936, p. 185). Esta interpretação é uma das prediletas dos policiais: os comunistas escolheriam por companheiras mulheres boçais e analfabetas, incapazes de delatá-los.

Eneida de Moraes Costa, no mesmo processo, declara ter pertencido à seção paulista do Partido Comunista, mas estava há tempos afastada de suas atividades políticas. Numa carta de próprio punho, diz que Paulo Caio Prado lhe dissera ter sido informado pelo ministro Macedo Soares sobre as diligências efetuadas pela polícia para descobrir o paradeiro de Luiz Carlos Prestes (PORTO, 1936, p. 179). Eneida fora detida, pela primeira vez, em São Paulo, a 29/7/1932, em companhia de José Villar Filho (“Miguel Faconderi” ou “Paco”) e Júlio Silva (“Raul”). “Paco” era um caldeireiro carioca, com 33 anos e companheiro de agitação de Eneida. Esta tentou reagir à polícia, de revólver em punho. Estava com 28 anos de idade, era funcionária pública e escritora, colaborando em diversos jornais, já tendo pertencido ao Comitê Central do Partido Comunista. Eneida declara que deixara Belém, abandonando esposo e filhos, a fim de se dedicar mais livremente à propaganda comunista (PRONTUÁRIO n.º 5.691, fl. 10). Portanto, em lugar dos papéis tradicionais da mulher, optara pela militância política. Com Eneida, havia centenas de boletins, já empacotados, prontos para a expedição, e muita correspondência do P. C., provavelmente elaborados por meio de um “custoso mimeógrafo, adquirido pelo Socorro Vermelho Internacional, e a ela entregue para a propaganda comunista” (PRONTUÁRIO n.º 1.948, fl. 7). Eneida estava há tempos sob vigilância policial. Um comissário da Delegacia de Ordem Política e Social, em 3/6/1932, informa que havia, na Secretaria da Viação, uma funcionária, Eneida de Moraes, também conhecida por “Neide”, que muito se distinguia na propaganda comunista e que “proclamava” estar bem protegida dos “próceres revolucionários”, invocando, “a cada passo”, o nome do Dr. Oswaldo Aranha como seu maior padrinho. Na seção onde estava locada, Eneida nada fazia, “passando os dias a fumar, a discutir comunismo e a aconselhar aos seus colegas a leitura deste ou daquele livro de ideias subversivas”. Poucos dias depois do movimento popular de 23 de maio e consequente mudança do Secretariado, “Neide”, conjuntamente com Oswaldo Costa, Cid Franco, Affonso Schmidt, Nabor Cayres de Britto, Amadeu Amaral Júnior, Herculano Macuco, Paulo Torres, Paulo Motta Lima e outros, subscreveu e fez larga distribuição de um boletim intitulado “Manifesto dos Trabalhadores

Intelectuais ao Povo Brasileiro”. Quando os funcionários da Secretaria a advertiam dos perigos que corria, Eneida afirmava que os responsabilizaria no caso de ser presa ou exonerada, sendo certo que, por esse motivo, nenhum deles se animara a levar esses fatos ao conhecimento dos seus superiores (PRONTUÁRIO n.º 1.948, fl. 6).

Na qualidade de crítica literária, Eneida defendeu os autores engajados na propaganda revolucionária, mas se manifestou duramente contra a novidade brasileira de se intitular “proletária uma literatura pornográfica e falsa, que usava palavrões, pornografia, libidinagem.” Tais eram “os monstruosos” livros de Pagu, Oswald de Andrade etc., obras “tipicamente fim de regime, próprios para os delírios sexuais de semivirgens”. *Cacau*, de Jorge Amado, merece apreciação exemplar: o autor pensava que a revolução seria feita com as prostitutas e achava que era um escritor proletário, por “escrever errado, empregar mal todas as palavras e ter uma profunda ingenuidade pelas coisas da vida” (*Ainda sobre Cacau de Jorge Amado*). Os objetos apreendidos na casa de Eneida deixam entrever o cotidiano de uma comunista intelectual dos anos 1930, com livros, material de propaganda e as indefectíveis malas que acompanhavam os “mascates da revolução”, em suas andanças de fuga ou de proselitismo político (PRONTUÁRIO n.º 1.948, fl. 14).

Eneida Costa contrastava com Maria da Cruz ou “Eulália da Conceição”. As duas tinham a mesma idade (nasceram em 1903) e dedicaram-se, com empenhos semelhantes, aos ideais do PCB. Ambas foram presas em 1932, quando contavam 28 anos de idade. Aí cessam as semelhanças. Em lugar da escritora, surge a tecelã analfabeta, “Eulália”. No momento da prisão, Eulália é registrada como branca. Folhas processuais adiante, torna-se parda, embora a sua foto seja flagrantemente a de uma negra. A propósito, vale observar que o problema da tipificação de prisioneiros como negros é uma das mais delicadas de se resolver pela pesquisa histórica. Aparentemente, não interessava às autoridades reconhecer a existência de negros nas fileiras revolucionárias, além do que o escamoteamento geral da realidade étnica da sociedade brasileira repercutiu nos registros policiais. Faz-se necessário ter em conta que o preconceito racial era tão agudo, ainda na década de 1920, que Andrade Bezerra (de Pernambuco) e Cincinato Braga (de São Paulo) apresentaram projeto de lei “proibindo a imigração de pessoas de cor preta” (JOFFILY, 1979, p. 83). A branca/parda/negra Eulália foi presa por incentivar greve na fábrica em que trabalhava. Era amiga inseparável de “Pagu” e as duas tomaram parte saliente no conflito havido na Praça da República, em Santos, em 1932. Pagu responsabilizou-se pela alfabetização de sua companheira, no decorrer da militância de ambas. Durante a

legalidade do Partido, Eulália fora cozinheira de Prestes, no Rio, e, segundo fontes reservadas, desde janeiro de 1936, estava novamente com o “Cavaleiro”, ainda como sua cozinheira. Presa a 30 de junho desse mesmo ano, Eulália Conceição narra ao Delegado de Polícia as circunstâncias em que entrara para o Partido, enfatizando as atenuantes clássicas de “ser mulher e de pouco entender”. Em 1930, diz ela, quando trabalhava na Companhia Santista de Tecelagem, ocorrera uma greve, liderada por João Freire de Oliveira, responsável pela sua entrada no Partido, pois era uma “mulher sem cultura e ignorando o que fosse aquilo, não opôs obstáculos a entrar para a referida agremiação.” Com o fechamento da fábrica, ficara desempregada e João Freire entregara-lhe um bilhete de recomendação a um estrangeiro, de nome Saul, residente em São Paulo, que alugou um quarto para ela, com a condição de que mantivesse consigo algumas malas fechadas. Em 1932, numa “batida” policial, as malas foram apreendidas e Eulália presa. Posta em liberdade, voltara para Santos e trabalhava como catadeira de café, ao ser presa (PRONTUÁRIO n.º 1.739, fl. 29).

A narrativa policial contraria a narração acima, apresentando Eulália como uma ativista de grande personalidade. No dia 30 de julho de 1932, Eulália dirigira-se à residência do comunista Miguel, onde também residia Regina Machado, esposa do “agitador” Joaquim Trindade, o pseudônimo de Leôncio Basbaum. Os policiais acampanados naquele local narram ter visto, pelo vidro da bandeira da porta, que no interior do mesmo estava Eulália procedendo ao empacotamento de papéis, à luz de uma vela. Pelo chão, espalhavam-se grandes pacotes, malas e caixotes. Havia ainda uma cama de solteiro, e, em um canto, “uma máquina com um rolo que muito parecia um mimeógrafo”. Aguardaram os policiais que Eulália se retirasse para proceder à apreensão do vasto material de propaganda que ali estava guardado: grande quantidade de *A Classe Operária*, um pequeno mimeógrafo e vários metros de pano vermelho. Eulália foi detida ao regressar, às 18 horas. Mais tarde, também recebeu voz de prisão Samuel Kliman, que chegara à procura de Eulália. Esta, como membro da “Comissão de Mulheres” do Partido, distribuía boletins entre operários de fábricas, nas quais trabalhava durante um mês, até conseguir formar uma célula. Eulália da Conceição, seguindo um dos papéis clássicos da mulher – o de transmitir a tradição – teria legado sua identidade revolucionária a Crisântemo, que aparece, em informação reservada, como esposa de um estivador não comunista e “filha da velha militante comunista, a mulata MARIA BENEDITA DA CRUZ (provavelmente, cognome de EULÁLIA CONCEIÇÃO, nome falso que ela adotou durante a ilegalidade)” (PRONTUÁRIO n.º 1.739, fl. 4).

Embora São Paulo tenha tido participação discreta no movimento de 1935, a violenta repressão que se seguiu desmantelou as organizações revolucionárias do Estado. Entre as centenas de prisioneiros político, figuravam 21 mulheres, cujos nomes, profissões e procedência encontram-se no quadro abaixo.

**Quadro n.º 1. Mulheres aprisionadas (São Paulo, 1935-37)**

Nome	Profissão	Procedência
Aida Glicker Narowski	Comerciária	Capital
Anezia Correa dos Santos	Catadeira de café	Garça
Anita Merege	n/c (nada consta)	n/c
Carolina Gonçalves	Tecelã	Santos
Ernestina Del Buono Trama	n/c	N/C
Genny Gleizer	Costureira	Capital
Helena Lezerovitz	n/c	Capital
Helena Willys	Empregada Doméstica	Capital
Ida Narowsky	n/c	N/C
Ida Sazan	n/c	N/C
Júlia Garcia Y. Garcia	n/c	N/C
Julietta do Lago	n/c	N/C
Lúcia Albano	Parteira	Bauru
Luiza Marcelina Branco	Estudante	Capital
Luiza Peçanha de Camargo Branco	Professora	Capital
Maria Beruta Vernaite	Doméstica	Santos
Maria da Cruz (Eulália da Conceição)	Tecelã/Catadeira de Café/Cozinheira	Santos
Maria Velasques Fernandes	Prendas Domésticas	Agudos
Patrícia Galvão	Jornalista	Capital
Stefania Sampaio	Doméstica	Piracicaba
Sydéria Galvão	Professora	Capital

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados extraídos de prontuários das prisioneiras ou apresentados por KAREPOVS, Dainis. *Nos subterrâneos da luta (Um estudo sobre a cisão no PCB em 1937-1938)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH/USP. São Paulo, 1996, pp. 131-155.

Os arquivos da repressão guardam fortes indícios de que muitas mulheres entregavam-se à revolução à revelia de seus companheiros, como Lúcia Albano, parteira diplomada de Bauru, conhecida por suas “ideias extremistas”. Em 21/2/1936 Lúcia foi detida por participar do Socorro Vermelho Internacional e de militar no comunismo entre ferroviários. Na prisão, Lúcia participou de uma greve de fome, com Patrícia e Sydéria Galvão, “reivindicando banho de sol diário, cuidados médicos, dietas às companheiras doentes e cessação de insultos que as autoridades lhes faziam das grades” (CARTA DE PATRÍCIA GALVÃO, SYDÉRIA GALVÃO E LÚCIA ALBANO A EGAS BOTELHO).Do prontuário de Lúcia Albano, consta uma carta que escreveu ao marido:

Emílio querido. Não sei se ao receberes esta ainda estarei no paraíso ou inferno. Negro<sup>1</sup>, estou ansiosa por saber se foste interrogado e tua declaração. Na minha vida tive a maior decepção a teu respeito quando o cabo deu-me o teu recado que se eu fosse inocente arranjarias advogado, do contrário que eu sofresse como os outros (CARTA DE LÚCIA ALBANO A EMÍLIO).

Em 25/12/1937, o delegado Venâncio Ayres ordenou ao carcereiro que colocasse em liberdade um grupo de detidos, entre os quais o líder ferroviário José Mariano de Oliveira Lobo, irmão de Aristides da Silveira Lobo, e de Lúcia Albano (PRONTUÁRIO n.º 1.082), indicando a provável militância na Oposição de Esquerda de Lúcia Albano, uma vez que Aristides Lobo foi o primeiro secretário da Liga Comunista Internacionalista.

As mulheres estrangeiras, envolvidas na Revolução, em São Paulo, perfazem uma quantidade semelhante à de suas companheiras nacionais. É o que se infere dos processos de expulsão de estrangeiros, considerados perigosos para a ordem social e política e que fornecem cifras confirmadoras da presença hegemônica dos homens no mundo da “desordem”. De uma relação de 82 “extremistas” expulsos do território nacional e que foram embarcados pela Delegacia de Ordem Social, no período de novembro de 1935 a outubro de 1937, constam quatro mulheres, de nacionalidades respectivamente espanhola, lituana, romena e alemã. Um novo comunicado sobre cinco comunistas expulsos, que se encontravam foragidos, registra a presença de apenas uma lituana (RELAÇÃO DE EXTREMISTAS EXPULSOS DO TERRITÓRIO NACIONAL E QUE SE ENCONTRAM FORAGIDOS). A presença diminuta do elemento feminino entre estrangeiros subversivos entende-se pela sobretaxa das dificuldades de adaptação ao novo *habitat* que a imigrada necessariamente enfrentaria, mais do que seus companheiros. A proveniência superavitária de “subversivas” da Europa Central e Leste, provavelmente refletiria graus mais severos de patriarcalismo nos povos mediterrâneos: das 37 expulsões de espanhóis, consta o nome de uma única mulher, Júlia Garcia y Garcia, e não há nenhuma entre os oito italianos embarcados, entre 5/6/1936 e 26/2/1937.

No caso dos 22 europeus centro-orientais exilados, a média percentual se aproxima do quadro das “radicais de esquerda” brasileiras, com os desterrados de Aida Glicker Narosky, uma romena embarcada, em 14/4/36, no vapor “Aurigni”, com destino à Varsóvia, e Ida Sazan, lituana, posta a bordo do vapor “Alsina”, rumo a Marselha, em 5/6/37 (Relação de extremistas expulsos do território nacional...). Entre comunistas estrangeiros, observamos a presença de duas mulheres (Paulina Cerniauskas e Maria Kuzmickas), integrando os oito delegados brasileiros no “Congresso dos Lituanos”

(Montevidéu, agosto de 1946), para tratar de assuntos dos partidos comunistas sul-americanos (PRONTUÁRIO n.º 2.456, fl. 116).

O companheirismo intergênero parece ter sido mais forte entre os camaradas da Europa de Leste e Central, dispostos – segundo as evidências documentais – a aceitar mulheres em postos de responsabilidade. Por exemplo, o lituano Albinas Kynas foi preso em março de 1932, no Alto de Santana, quando imprimia com Leon Schlafmann, Abraão Kovalski e Tzivia Kovalski o jornal *DARBINIKU ZODIS (NOSSA PALAVRA)*, órgão do grupo comunista lituano. A parceira de Kynas, de 24 anos, declara aos policiais ser francamente adepta do comunismo (RELATÓRIO DA DELEGACIA DE ORDEM SOCIAL DE SÃO PAULO, 3/8/1936). Tzivia (ou Sylvia) Kovalski, lituana, mas prontuáriada como alemã<sup>2</sup>, 22 anos, professora que “ministrava lições comunistas” aos alunos, inteligente e falando vários idiomas, amargou com seu marido Abraão masmorras e extradições (PRONTUÁRIO n.º 2.456, fl. 112). Antes da prisão, Tzivia trabalhava na indústria da tecelagem (quase toda ocupada por mão de obra feminina), presidindo a comissão intelectual no comitê e fazendo propaganda do partido às colegas de fábrica. Sua militância abrangia a direção de quatro reuniões de trabalho, com 156 delegadas, duas vezes por mês, a elaboração de circulares do Partido, lições, teatros para as crianças e velhos, excursões e discursos pronunciados dentro da fábrica (PRONTUÁRIO n.º 2.456, fls. 27-29). Fizeram parte do grupo das lituanas “as mais salientes agitadoras do bairro da Lapa”: Bárbara Keites (ou Keitissua), com 50 anos de idade, acompanhada de uma filha legítima Constância Keites (18 anos) e outra adotiva, Beruta Maria Varnaites (17 anos). Eram todas “perigosas agitadoras comunistas, incitando greves e promovendo reuniões”, no trabalho pela revolução social (PRONTUÁRIO n.º 2.885, fl. 2).

Da mesma cepa da família Keites é o caso da romena Genny Gleizer, cuja prisão e expulsão do território nacional mereceram a “Campanha pró-Liberdade de Genny Gleizer”, a maior mobilização da época a favor dos desterrados políticos. Genny Gleizer, aos 17 anos, foi presa em 15/7/1935, em companhia de Hygino Zumbano e Vandriolo Gadioli, dois dias após o fechamento da Aliança Nacional Libertadora, como “elemento estranho à classe estudantina, infiltrada na juventude das escolas e fábricas, onde fácil se torna a propaganda, graças às promessas de amor livre e de uma utópica distribuição de fortunas”. Em seu poder, encontrou-se um número de “tômbola” de uma coleção de cinco obras literárias, a correr pela loteria federal: *O Espião*, de Máximo Gorki, *No misterioso país de Tamerlão*, de Vaillant Conturier, *O caso de Scottsboro*, de Manuel Marsal, A

*emancipação da mulher na URSS*, de Solomin, e *O delator*, de Liam O’Flaherty (PRONTUÁRIO n.º 209, doc. n.º 5). Note-se nas leituras apontadas uma obra sobre a emancipação feminina, atestando que temas dessa natureza compunham as preocupações dos meios revolucionários.

A vida de Genny foi marcada por predeterminações de gênero: costureira, envolvida em namoros com camaradas, torturada e estuprada pela polícia, casada por conveniência política... No seu prontuário, figuram duas cartas amorosas assinadas por “Carlos Natal”, embora o seu casamento se tenha dado com o jornalista de *A Platéia*, Arthur Piccinini. Em 4/12/1935, aos 23 anos, Piccinini declara ter-se casado com Genny “sem qualquer interesse político”, por simpatia e para que ela permanecesse no país. Tivera compaixão porque Genny tinha todos seus familiares no Brasil, só contando com um parente muito afastado, nos Estados Unidos, além do que o regresso dela para a Romênia lhe fazia lembrar de uma maneira desoladora o suicídio de sua mãe, Rosa Gleizer, levada ao desespero pelo frio, fome e situação de extrema miséria em que se encontrava (PRONTUÁRIO n.º 4.915, fl. 38).

Abstraindo a alegação de ausência de fins políticos, é provável que Piccinini dissesse a verdade sobre o arranjo de seu casamento, pois de seu processo consta solicitação à 2.a Vara da Família e das Sucessões, datada de 14/10/1946, em que Arthur Piccinini figura como autor e Genny Gleiser, como ré, para a anulação de casamento (PRONTUÁRIO n.º 4.915, doc. n.º 272). A demora de 11 anos entre a celebração e o pedido anulatório do matrimônio explica-se pela duração da ditadura Vargas, com as consequências inevitáveis sobre os destinos pessoais dos militantes de esquerda. Não obstante, na residência de Piccinini foi encontrada copiosa correspondência de Genny, indicadora de que o afeto desempenhou algum papel no relacionamento dos jovens camaradas (PRONTUÁRIO n.º 960, fl. 12). O pai de Genny lutou corajosamente em defesa da filha, tentando por todos os meios livrá-la da prisão e da extradição. Um apelo que fez à Associação Jurídica Brasileira, para que intercedesse no caso, acabou por ter um desdobramento perverso: Arlee Mesquita, ex-colaboradora daquela Associação, indicou o atelier de “Mme. Geny” como centro de comunistas, entregando documentos e duas chaves à Delegacia de Ordem Social. A delatora aproveitou a ocasião para se oferecer como colaboradora da polícia (ORDEM DE SERVIÇO, n.º 0069).

A história de Ignez Itkis, uma estudante da Escola Normal, de 18 anos de idade, filha de russos e estudante da Escola Normal, expressa a vida de mulheres pertencentes à Juventude Comunista, da qual era organizadora, orientadora e tesoureira. Ela presta

declarações, em 1932, após ter sido presa “no piquenique do Sacomã”, evento que levou vários jovens à cadeia. Ignez declara a seus carcereiros que, após a leitura de alguns livros de fundo comunista, tornara-se simpática desses ideais. No carnaval do mesmo ano em que foi presa, ficou conhecendo um rapaz de nome Antônio, “de cor branca, cheio de corpo, com cabelos castanhos” , que se interessou por ela quando a viu lendo o livro *Passageiros de Terceira*, iniciando uma série de preleções comunistas (PRONTUÁRIO n.º 2.088, fl. 34).

As atividades de Ignez transbordavam para o *Club dos Artistas Modernos*, aonde se reunia com Felícia Itkis, Daisy Muller e muitos operários do Belém e do Bom Retiro. Chamada a prestar declarações, a polonesa Anna Mayrowitch, com 11 anos de idade, informa que Ignez a preparava para prestar o exame de admissão ao ginásio. Por isso, pôde se recordar que num dia após o carnaval Ignez esteve em sua casa, à noite, com diversos moços, e todos falavam sobre comunismo (PRONTUÁRIO n.º 2.088, fl. 10). Felícia Itkis (24 anos, escriturária) confirma a endogamia prevalecente entre camaradas: namorara Guido Romano, a quem conhecera no *Club Israelita* e era casada com Herch Schechter, também comunista e várias vezes expulso do Brasil. As suas relações eróticas emaranhavam-se com motivações políticas: falsamente Felícia declarou, por três vezes, ser russa, pelo desejo de ser deportada para a pátria da Revolução (PRONTUÁRIO n.º 2.088, fl. 1).

Provavelmente o único caso de uma lituana comunista que não sabia ler nem escrever é o da empregada doméstica Helena Willys (viúva, 22 anos), irmã do comunista Pedro Willys e traída pelo ex-namorado, também lituano, Stalislawa Kekisz. Em 1936, Stalislawa informa que Helena era comunista e não adotava o casamento religioso, por ser seu Deus uma cruz e um martelo (“Relatório da Delegacia de Ordem Social”, doc. n.º 3, fl. 3). Em defesa, Helena esclarece ter namorado Stalislawa e pretendido se casar com ele, mas após saber de seus maus precedentes, rompeu o namoro (PRONTUÁRIO n.º 503, doc. n.º 1, fl. 1).

Na militância feminina em São Paulo, destaca-se a russa Olga Yazikoff Pandarsky. Ela e seu marido Mark, como agentes da Internacional Comunista, foram os responsáveis pelo convencimento de Prestes, em 1931, de seguir para a U.R.S.S., a fim de se aperfeiçoar nos conhecimentos necessários ao cargo de secretário geral do PCB, que ocuparia a partir de 1935. Esse casal também teria incentivado a publicação dos jornais comunistas lituanos *Garsas*, *Darbiniku Zodis* e *Tiesa*, logo após a sua chegada ao Brasil, procedentes da Rússia, via Montevidéu (APOLLONIO, 1949, pp. 19-21).

Nas reuniões do Partido, mulheres mais combativas adquirem a desenvoltura dos camaradas masculinos, como fizeram “Leonor” e “Marina” na Assembleia do Comitê Regional de S. Paulo, Zona do Bom Retiro, realizada em 6/3/32, que reuniu 31 aderentes. A primeira toma a palavra para acentuar a importância da luta contra a guerra e contra os inimigos do Partido (a Oposição de Esquerda ameaçava as posições do stalinismo, em S. Paulo). A segunda manifesta-se em completo desacordo com “Nunes”, por considerar que a Internacional Comunista dizia ser a organização dos comitês de fábrica a principal tarefa do PCB. E se mais não se fazia era por causa da resistência e da sabotagem que existiam no Partido, observando ser certo que a proletarização não significava substituir operários por intelectuais, mas que sem uma maioria proletária não se podia fazer a proletarização. “Marina” afirma que outro ponto muito fraco do trabalho revolucionário referia-se às mulheres, mas o pouco que estava feito devia-se à iniciativa “das próprias companheiras, quase todas desta Zona.”

O discurso feminista das camaradas deu resultado: nas tarefas aprovadas para o Comitê de Zona do Bom Retiro incluiu-se o dobramento dos seus efetivos, em dois meses, por meio de um recrutamento que deveria comportar pelo menos 30% de mulheres. Também o Comitê deveria ser composto de sete camaradas, sendo um jovem e uma mulher (ATA DA ASSEMBLEIA DA ZONA DO BOM RETIRO, de 6/3/32). As falas das mulheres presentes a essa reunião revelam que elas estavam inteiradas dos problemas que o Partido enfrentava em âmbitos interno e externo e que conheciam alguns fundamentos da teoria revolucionária.

A inclusão de mulheres no Partido implicava a necessidade de lhes ceder determinados cargos, pois a estrutura organizatória deveria refletir os diferentes grupos da sociedade brasileira. Daí a aprovação da estratégia de mandar vir um operário maranhense para a Conferência Nacional, que fosse combativo e “de preferência índio” (ATA DA REUNIÃO DA ZONA DO BOM RETIRO, de 7/2/32), assim como a reorganização do *Bureau* Político ter sido proposta para cinco jovens, três ferroviários, uma mulher, um lituano e um israelita (ATA DA REUNIÃO DO SECRETARIADO, de 8/3/32). Portanto, espelhando os grupos de jovens, mulheres e os idiomáticos. Os ferroviários explicaram-se pela importância que a categoria possuía nesse momento histórico e pela própria proximidade geográfica das estações Sorocabana e da Luz com o bairro do Bom Retiro. É bom lembrar que essa era a zona que reunia os militantes mais ativos da cidade de São Paulo e, por decorrência, que contava com o grupo de mulheres

– quando considerado em conjunto – melhor preparado na linha teórica e na prática revolucionárias.

Das brasileiras atuantes em S. Paulo, avultam nomes como Mary Houston Pedrosa, Elsie Houston, Tarsila do Amaral, Rachel de Queiroz, companheiras respectivamente de Mário Pedrosa, Benjamin Péret, Osório César e José Auto Cruz de Oliveira, além das irmãs Galvão, Patrícia e Sydéria, que sobrepujaram os nomes de seus companheiros, na memória política. Mary Houston Pedrosa, funcionária da Secretaria da Viação (como Eneida de Moraes e Ceres Sacchetta), atuou na Oposição de Esquerda, no Rio e em São Paulo. Nesta última cidade, na noite de 11 de agosto, foi efetuada uma batida na residência do casal Pedrosa, sendo detidos os donos da casa, Victor Azevedo Pinheiro e Mário Dupont, enquanto outros fugiram, protegidos pela escuridão (PRONTUÁRIO n.º 2.096, doc. n.º 6). Antes da prisão, estavam todos sentados a uma mesa, lendo livros, enquanto Mary fazia trabalho de tradução, a máquina (PRONTUÁRIO n.º 2.096, doc. n.º 8).

Rachel de Queiroz também pertenceu ao grupo trotskista paulista. O seu marido, José Auto, prestou declarações à polícia, em 20/3/1934, dizendo que há dois meses viera da Bahia para São Paulo, com a sua mulher, com a qual se casara havia ano e meio. Num dia de fevereiro, quando chegou com Rachel a sua residência, teve conhecimento de que Murillo Teixeira de Mello, “que era comunista e que só falava sobre esse assunto”, havia trazido uma mala, que supunha se achar repleta de material subversivo. A sua esposa fora detida no Rio de Janeiro, sendo logo remetida para o seu estado natal (PRONTUÁRIO n.º 4.089). A atuação de Rachel de Queiroz na Oposição de Esquerda produziu os livros de crítica *Caminho de pedra* e *O Quinze*, que narram experiências vividas por militantes da Liga Comunista Internacionalista.

Patrícia Galvão consubstanciou o protótipo mais completo da mulher revolucionária. Em 1931, já registrava “inúmeras” passagens pela polícia. Nesse ano, fora presa em Santos, num comício de protesto contra a morte de Sacco e Vanzetti (PRONTUÁRIO n.º 699). Pagu foi uma das poucas aderentes do Partido a ser seguida por “secretas”, existindo, portanto, registros detalhados sobre a sua militância. Ficamos sabendo que ela e Oswald de Andrade estavam em atividade, em 1933, recebendo várias pessoas em suas residências (PRONTUÁRIO n.º 1.053, doc. n.º 6, fl. 6). Ademais, Pagu estava sob suspeita, pois o Comitê Central do PCB a considerava “descontrolada e ligada a elementos reacionários, bem como ‘seduzível’ por elementos do Partido, como Miguel

(José Villar Filho<sup>3</sup>), que por causa de suas intimidades relaxava e sabotava o trabalho partidário”.

Também era considerada como desagregadora por suas críticas a Fernando de Lacerda, resultando disso a retirada de um mimeógrafo que se encontrava em seu poder. Mais tarde, a conselho de “Miguel”, Pagu fez uma autocrítica, declarando que não mais devia criticar a direção do Partido, nas suas bases. Em 1933, Miguel a levava ao Plenário do Partido, em Paracamby, sendo, por esse motivo expulso, pois já estava em má posição perante os camaradas, por suas intimidades com Eneida. Nesse Plenário, Fernando mandara-a ficar “de autodefesa”, a fim de afastá-la da reunião. Após um grande escândalo, o Comitê Central deliberara submeter Pagu à “prova de fogo”, para poder readmiti-la (INFORME RESERVADO, dezembro de 1934, doc. n.º 9, f. 9). A posição de Pagu era de um revolucionarismo consequente, pois contestava um dos pontos sagrados da sociedade androcática – o moralismo vitoriano imposto às mulheres. Daí, provavelmente, advinha boa parte dos problemas que enfrentou em sua vida pessoal e partidária. Uma carta manuscrita, a lápis (portanto, bastante comprometida pelo tempo), indica um pouco da personalidade de Pagu, que, ao rejeitar o modelo casto da mulher, fornecia às forças da reação argumentos estigmatizantes contra as extremistas. Escreve Pagu: “Conheci um brasileiro que se escondeu no camarote até agora. O tal que entrou no Rio. Interessantíssimo. Esplêndido animal. Talentoso e sem um pingão de inteligência. Ficou louco [...]”.

A história de Pagu pode ser acompanhada pelas declarações que ela prestou às autoridades policiais, em 23/1/1936. Segundo ela, desde 1930 simpatizava com o comunismo, por ver injustiças no regime capitalista e considerar que somente o Partido Comunista poderia solucionar essa situação, implantando a ditadura do proletariado, para depois estabelecer o regime comunista. Ela chegara da Europa havia três meses, e, de passagem pela U.R.S.S., aperfeiçoara a sua simpatia pelo comunismo. A coragem de Pagu patenteia-se no interrogatório: nega-se a dizer se continuaria a participar da luta revolucionária e não fornece o nome de nenhum de seus companheiros, alegando que os conhecia apenas de vista. Afirma ter sido presa 12 vezes, mais ou menos, sempre sem prova nenhuma e que adotara, havia 12 ou 15 dias, o nome de “Paula” (PRONTUÁRIO n.º 1.053, fl. 29).

O espírito combativo de Pagu não conseguiu ser quebrado pela polícia, embora ela estivesse nas garras do terrível “especialista” em comunistas, Luiz Apolônio, confrontado, dessa vez, com um dos raros prisioneiros capazes de enfrentá-lo. Em

4/2/1936, Pagu denuncia que Apolônio a havia esbofeteado na Delegacia de Ordem Social e lhe afirmara que iria fazer tudo para desmoralizá-la. Para isso, detivera o seu pai, muito idoso e que reprovava as suas ideias, dizendo a ele, na presença de Pagu e de dois presos, que ele fora detido por acusações da filha (PRONTUÁRIO n.º 1.053, fls. 110-111). Sobre Patrícia e sua irmã Sydéria, existe uma ordem de serviço da Superintendência de Ordem Política e Social declarando não ter sido possível identificar a ambas, pois essas se recusaram a fornecer seus dados, sob a alegação de que haviam sido absolvidas pelo juiz competente. Durante o percurso para as dependências do Gabinete de Investigações, as irmãs cantaram a “Internacional”, gritando: “Pão, Terra e Liberdade” (PRONTUÁRIO n.º 1.053, fl. 106). O perfil revolucionário de Patrícia Galvão é traçado por uma fonte insuspeita, nessa matéria, o Delegado de Ordem Social de São Paulo, Venâncio Aires:

Atendendo-se ao pormenor de achar-se o país em estado de sítio, é medida policial e preventiva a custódia dessa comunista, mulher eminentemente rebelde aos poderes públicos e eficaz propagandista de ideias subversivas. [...] a sua atuação contra a ordem social é perigosa e pode tornar-se perniciosa, graças à sua inteligência, atividade, e atração que no vulgo despertam mulheres revolucionárias (CARTA DE VENÂNCIO AIRES AO SUPERINTENDENTE DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL, 23/3/1936).

Finalmente, posta em liberdade pelo Tribunal de Segurança Nacional, meses antes de novembro de 1937, Pagu uniu-se a alguns camaradas mais exaltados, que se separaram do grupo central, formando um novo partido, o Partido Operário Leninista (POL), composto de adeptos do trotskismo, que obedeciam à orientação da IV Internacional Comunista. O Comitê Executivo do POL, localizado em São Paulo, tomou o encargo de orientar os trabalhos de organização do Comitê Regional do Rio de Janeiro, enviando Patrícia Galvão como sua representante para aquela cidade. Aí, Pagu foi surpreendida pelos policiais e “a sua detenção se revestiu de características as mais impressionantes, que bem focalizam a que ponto chegava a ousadia dos conspiradores na sua faina nefasta de subverter a ordem pública.” Ao ser presa, Pagu, sob o nome de “Maria Magalhães”, procurou resistir à ação da polícia, alvejando pelas costas um dos inspetores, com um revólver. Uma vez desarmada, teria dito aos policiais: “Agora que falhei, na ocasião culminante, vocês podem me levar para a Polícia, pois eu bem mereço este castigo para não mais falhar”. No Rio, Pagu residia com Odila Nigro, também feita prisioneira, juntamente com Hylcar Leite (que agia sob o pseudônimo de “Lino”). Hylcar e Pagu, “intimamente ligados”, eram os responsáveis pela organização do Comitê Regional do POL, na capital federal.

A mesma diligência policial descobriu a ligação de Odila Nigro com uma personagem “estranha”: uma mulher ainda jovem e com traços másculos e originais, chamada Yara Jardim, que foi presa em companhia de um indivíduo “também bastante exótico”, Francisco Vaz. Yara e Francisco escandalizaram as autoridades, pois se nutriam exclusivamente de frutas e levavam uma vida primitiva, fugindo a tudo que dizia respeito à civilização. Os policiais descrevem Francisco como um “indivíduo anormalmente forte, tendo o cabelo bastante crescido, de modo a lhe dar uma aparência selvagem”. Yara, por sua vez, embora com tenha traços de beleza, era marcada por “equimoses” resultantes de sua exposição quase permanente ao sol e às intempéries. O casal havia manifestado “um baixo nível de cultura e um alheamento completo à civilização e desprezo pelos homens ‘contaminados por ela’, como declararam”. O “Tarzan”, quando não estava no ambiente sensual de sua companheira”, era “chauffeur” de ônibus. Um dos prisioneiros, Júlio dos Santos, “habilmente interrogado” (a expressão é da polícia), revelou ser o promotor de várias reuniões dos detidos e que o agrupamento estava ligado ao Socorro Vermelho, chefiado por Pascoale Petraccone. As autoridades presumiram que o grupo detido constituía uma agência central de todos os comunistas do Brasil, localizada em São Paulo, cidade onde a repressão menos se fazia sentir (RECORTE DO JORNAL *CORREIO DA MANHÃ*, DE 23/4/1938).

O sensacionalismo das referências ao casal Yara-Francisco servia para robustecer, na opinião pública, o conceito de exotismo e de insensatez atribuído aos adversários do *statu quo*. Antinomicamente justificava-se a racionalidade da ordem política e social, dos tempos de Vargas. Dessa forma, comportamentos revolucionários da mulher eram apresentados, sempre que possível, do ponto de vista de desvios morais, psicológicos ou sociais. Essa posição evidencia-se também no caso de Sydéria Galvão, professora e elemento ativo do Socorro Vermelho Internacional, posta em campana pela polícia.<sup>4</sup> Em 1931, com 18 anos de idade, Sydéria era professora do Grupo Escolar de Regente Feijó. Aí se tornou amiga de diversas mulheres, inclusive de Helena Peterlini, para quem Syderia escreveu uma carta, que caiu nas mãos da polícia. Helena, chamada a depor no inquérito instaurado contra Sydéria, relatou que aquela lhe falara, certa vez, sobre o comunismo e suas vantagens, criticando-a por ser muito religiosa, e que era tida por comunista por algumas pessoas de Regente Feijó (PRONTUÁRIO n.º 364, f. 47). As declarações de Sydéria aos seus carcereiros ajudam a recompor o universo revolucionário da época. Em 1936, estava com 23 anos e realizava traduções para a revista *PAN*, comunicando-se com a redação por intermédio de Ernest Joske. Em 7/2/1938, novamente

na prisão, narra que há muito tempo escrevera uma carta a Helena Peterlini, pedindo uma contribuição para o Comitê Anti-Integralista. Como Pagu, Sydéria denuncia os métodos policiais, informando ter estado presa quatro dias no Gabinete de Investigações, metida entre prostitutas e mulheres enfermas. Durante o seu interrogatório na Ordem Social, a autoridade que a inquiria (provavelmente Luiz Apolônio) mandara pedir cocaína na Delegacia de Costumes, mas como essa já se achasse fechada, não pôde ser atendido. Sydéria então perguntara para quem era destinada aquela droga e o policial respondera que era para uso dele.

O moralismo domina as preocupações dos interrogadores de Sydéria, obrigada a explicitar que nunca fora amante de Ernest Joske e que estava separada de seu marido por não gostar mais dele. Este, Ivan Voropinoff, um russo residente no país desde 1929, não gostava que a declarante saísse só à noite; ele não era comunista e residia no interior do estado, comerciando pedras preciosas e peles. Até Ernest Joske alugar um quarto para ela morar, Sydéria declara que não tinha residência, dormindo ao relento por muitas noites. Algumas vezes, ficava em casa de amigos e não possuía outra roupa a não ser a que vestia. A pobreza de Sydéria torna-se patente: no dia anterior tinha comprado um corte para a confecção de outro traje, que se encontrava em seu quarto, no largo da Concórdia, assim como mais dois pares de sapatos, uma escova de dentes, um pente e uma peça de roupa branca. Esses objetos estavam embrulhados e Sydéria levava-os sempre consigo, quando não dispunha de residência. Como professora, recebia ordenado mensal de trezentos mil réis, o que, de certa forma, faz crer que as condições de indigência em que vivia poderiam estar sendo exageradas para proteger companheiros (PRONTUÁRIO n.º 3.64, fl. 121).

Tarsila do Amaral foi objeto de várias representações da mulher comunista intelectual, efetuadas por um dos policiais de maior importância da época, o “reservado Guarany”. Em 1933, de volta da Rússia, doara quadros ao *Club dos Artistas Modernos*, considerado um centro de propaganda comunista. Tarsila era vista como uma “comunista de grande audácia e arrojo”, que falara pelo “Comitê das Mulheres” na reunião promovida pelo Comitê Anti-Guerreiro (PRONTUÁRIO n.º 41.391). Outro informe pontifica ser Tarsila do Amaral “a maior e mais arrojada comunista dentre todas as comunistas nacionais”, impressionando e convertendo todos que a ouvem em “salões nobres”, sem se preocupar em escolher, como os seus parceiros, “arrabaldes e lugares ocultos para pregarem o comunismo” (INFORME RESERVADO, de 30/7/1933).

Visados pela polícia, vivendo boa parte do tempo em esconderijos precários, os militantes valiam-se de parentas para em suas comunicações:

Pode-se mandar mamãe falar com a mãe dele (Rodolfo Coutinho) para combinar um encontro [...]. Se essa falhar, tem a carta à irmã de Corrêa. Confesso-te de que não tenho a certeza de quem se trata, mas mais me parece que é a minha “noiva” [...]. Se essa falhar, tem a Angelina. Levem a carta a ela [...] tenho confiança pessoal no espírito de camaradagem dela. [...] Em todo caso, ela tem sempre servido bem, e é camarada, e me confessou certa vez que sonhara mais de uma vez comigo (CARTA DE FÚLVIO ABRAMO, PROVAVELMENTE, A HILCAR LEITE).

Protetoras dos homens, as mulheres poderiam eventualmente entregá-los à repressão: uma desinteligência entre vizinhas resultou na prisão do pintor de 29 anos, Adolpho Dudrey. Este vivia com a catadeira de café, Anésia Corrêa dos Santos, em Garça, no ano de 1936, quando Manoel Alves da Silva lhe entregou vários papéis impressos, recomendando-lhe que os guardasse com cuidado. Por ser analfabeta e desejando saber o conteúdo daqueles papéis, Anésia pediu ao filho de uma vizinha, a parteira, Eulália Dias da Cruz, que os lesse. Eulália, como tivesse tido uma desinteligência com Anésia, compareceu à Delegacia de Polícia com um boletim comunista da Aliança Nacional Libertadora, declarando que esse boletim havia sido entregue ao seu filho, José Ferreira, pela “decaída Anésia Corrêa dos Santos” (PRONTUÁRIO n.º 364, fl. 3).

O quadro das mulheres encarceradas pelas Delegacias de Ordem Social e de Ordem Política, na década de 1930, é formado principalmente por membros do Partido Comunista – das correntes stalinista ou trotskista –. O anarquismo encontrava-se em recessão nesse período, além de reunir fundamentalmente italianos, espanhóis e portugueses, todos de cultura exacerbadamente patriarcal, o que afastaria suas mulheres de atividades políticas. Anarquistas como Maria Lacerda de Moura rareiam na documentação e nos arquivos policiais. Ademais, teriam condições mínimas de conquistar prosélitos, dados os postulados libertários referentes à família e ao amor livre, inaceitáveis para as expectativas sociais sobre comportamentos femininos, então vigentes.

Outro grupo de mulheres, atuante na capital paulista, era formado por militantes do Partido Socialista Brasileiro. Luíza Peçanha de Camargo Branco, casada com o Tenente José Alves Britto Branco, um dos chefes do movimento aliancista, em São Paulo, domina esse grupo. Ao ser presa, em 1935, Luíza era diretora do Grupo Escolar “Erasmus Braga”. Suas atividades políticas começaram muito antes de seu encarceramento. *TRABALHO*, de sua autoria, foi por ela apresentado ao I Congresso Revolucionário do Brasil, realizado na Capital da República, no dia 25 de novembro de 1932, sob os

auspícios da Legião Cívica 5 de julho (PRONTUÁRIO n.º 2.422, f. 7). Em 1934, discursou na “Liga Anti-Clerical de Santos”, situada na sede do Sindicato dos Bancários, investindo os prelados que tomaram parte no Congresso Eucarístico de Buenos Aires.<sup>5</sup> Desse mesmo ano é o livreto *CAMPANHA REVOLUCIONÁRIA*. A polícia a considerava uma “velha militante”, fervorosamente prestista, que se afastara do Partido por divergências com a direção. Os seus discursos “sempre primaram pela violência, pelos ataques mais desabridos às autoridades constituídas, Integralismo, capitalismo, latifúndios, imperialismo, etc.” (PRONTUÁRIO n.º 2.422, fl. 3). O folheto mimeografado que escreveu – *A Sucury* – recebeu duras críticas da Ordem Social. A autora, além de se enganar ao dizer que a sucuri era uma serpente das matas brasileiras, aconselhava o proletário para matar a machadadas o PRP, o PC, o PD, a Federação dos Voluntários, enfim todos os partidos conservadores. Também Luíza Peçanha qualificava a imprensa de vendida e mentirosa e insultava a mulher brasileira, dizendo que vendiam o voto “por um retalho de seda e um par de brincos”. Suas colegas professoras também eram acusadas e “de pregar o separatismo” e os estudantes, como “transviados, que empregam seu saber para o mal...” (PRONTUÁRIO n.º 2.422, fl. 45).

As preocupações com a ideologia de gênero apresentam-se em Luíza Peçanha. Em 21/9/35, proferiu a conferência: “Os direitos da mulher”, criticando a entrevista do Secretário da Segurança Pública relativa a Genny Gleyser (“Acompanhamento da conferência”). Como responsável pela organização da seção feminina do PSB, produziu um trabalho no qual defende a difusão ampla e uniforme da instrução pública, proporcionando a educação ao povo, ao invés da formação de falsas elites, “curando-se, com carinho especial, da educação profissional e cívica.” Propõe ainda o reconhecimento nacional do diploma, a socialização do ensino, “com afastamento de professoras de elite que sentem desprezo aos filhos de operários”, ao mesmo tempo em que apresenta um curioso esquema educacional:

**Quadro n.º 2. Demonstrativo das Escolas Públicas**

Escola de Maternologia: Noivado	Educação pré-natal	Educação do recém-nato	Educação do Lar
Escolas Profissionais (Citadinas)	Escolas Normais (primárias)	Escolas Rurais	Escolas Marítimas
Escolas Noturnas	Sindicatos	Crianças	Adultos

Fonte: Prontuário n.º 2.422, fl. 6.

Vê-se que Luíza defende um feminismo situado nas fronteiras das possibilidades oferecidas por seu tempo. A confusa reforma de ensino que elaborou reflete os papéis tradicionais da mulher, encaminhando-a para o casamento e filhos, na seção que ela chama de “maternologia”. Presa em 9/12/1935, Luíza Peçanha foi solta no mesmo dia, mas três dias após prestou declarações dizendo ter quatro filhos e ter pertencido à Aliança Nacional Libertadora, por entender que essa agremiação visava objetivos dignos e patrióticos (PRONTUÁRIO n.º 2.422, fl. 31). A polícia investe no modelo familiar, procurando desclassificar o papel da mãe de família, exercido por uma revolucionária. Lê-se no inquérito que Luíza Peçanha e seu marido chegaram “ao cúmulo de permitirem que uma filha menor do casal, uma menina de pouco mais de quinze anos, tomasse parte saliente em reuniões políticas proibidas pelas leis e moral”, acarretando a prisão dessa criança inexperiente, ao lado de elementos comunistas estrangeiros, como Genny Gleiser e outros (PRONTUÁRIO n.º 2.422, fl. 46). As relações de Luíza com o Partido Socialista Brasileiro datam do tempo em que existia o “5 de julho”, que mais tarde se dividiu em duas alas: PSB e PCB. Contrariamente às suas alegações, Luíza deve ter optado pela segunda corrente, pois em 1947 foi convidada para concorrer como senadora ou deputada federal pelo Partido Socialista Brasileiro, ex- esquerda democrática, e rejeitou o convite, depois de receber ordens de Prestes (PRONTUÁRIO n.º 2.422, fl. 4). Ao PSB também pertenceram Odila Basile e Aplecina do Carmo (PRONTUÁRIO n.º 833). A primeira foi presa em 1934, quando procurava ingressar no prédio da União dos Trabalhadores Gráficos, para ouvir conferência de Francisco Frola. Era farmacêutica, diplomada pela Escola de Farmácia e Odontologia de São Paulo. A segunda tomou parte na comemoração da “Bandeira dos 18”, mostrando a sua filiação com os ideais de 5 de julho (PRONTUÁRIO n.º 41.391).

O perfil profissional das mulheres presas como “desordeiras sociais e políticas”, em S. Paulo, registra poucos exemplos de pessoas confinadas nas fronteiras “do lar”:

**Quadro n.º 3. Profissões das mulheres revolucionárias**

<b>Profissões</b>	<b>Números de casos</b>
Jornalista	3
Tradutora, jornalista	2
Escritora, jornalista	2
Professora, tradutora, jornalista	1
Professora (Diretora de Escola)	1
Estudante	2
Funcionária pública	2
Artista (Pintora)	1
Farmacêutica	1
Parteira	2
Operárias	3
Cozinheira, tecelã, catadeira de café	1
Tecelã	1
Empregada doméstica	2
<b>Total</b>	<b>24</b>

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados extraídos de prontuários das prisioneiras existentes no Fundo DEOPS do Arquivo do Estado de São Paulo.

A concentração de mulheres em atividades ligadas ao jornalismo, letras, artes e magistério revela provável influência do importante grupo de intelectuais comunistas de São Paulo. Por outro lado, é preciso notar que o grau de alienação mais severo da mulher que não trabalhava fora de casa dificultaria a sua entrada no universo da contestação à ordem estabelecida.

A sociabilidade da mulher revolucionária no âmbito doméstico não discreparia, em essência, do modelo conjugal corriqueiro, que reservava o mando da família ao homem. Porém, vale a indagação sobre o comportamento de duplas conjugais que não comungassem da mesma visão sobre estrutura de classe e destinos sociais. A respeito, sobreviveu nos arquivos a carta da mulher de José Vidal Jeronymo, um construtor espanhol, detido em 1935, com um boletim comunista no bolso. Ao contrário das mulheres que, na quase totalidade, manifestam uma solidariedade heroica aos companheiros presos, esse documento deixa entrever a repulsa feminina a um companheiro que brutalizava esposa e filhos. Ademais, narra o cotidiano dramático das

famílias operárias de São Paulo, com os seus diferentes níveis de degradação física, moral e psíquica, razão a justificar a longa transcrição abaixo<sup>6</sup>, que, nos moldes de Foucault, concede a palavra aos protagonistas da História:

Infame, desconheço-te como marido, porque onze anos de casamento foram um calvário para a minha vida [...]. Canalha, havias de ter vergonha nessa cara de me mandar dizer que é infâmia tudo o que eu disse aos vizinhos. [...] Os investigadores vieram ver a casa e ficaram horrorizados e mandaram fechar até segunda ordem. E você há de morrer de remorsos das pancadas que você dava em mim e nos teus filhos. Sua filha que na idade de dez anos já faltam dois dentes que estão quebrados que você mesmo os quebrou. E seu filho que você sempre chamava de fascista e que na idade de nove anos já está com o corpo todo marcado das pancadas que você dava [...]. Você quando vinha em casa não perguntava se teus filhos tinham comido ou se faltava alguma coisa em casa. E ainda se eu te falava que faltava alguma coisa você dizia que eu te provocava e dizias que eu era bonita e bem podia ganhar dinheiro com facilidade só para te sustentar, pançudo [...]. Você sempre dizia que não queria viver no meio de italianos porque são todos fascistas. Pois então vá viver no meio dos espanhóis que são todos comunistas e fique sabendo que na minha casa não se fala nisso, só se pensa em ganhar um pedaço de pão para comer sossegado. [...] Lembre-se, canalha, que você para me fazer desaforo mijava no chão da casa, eu te falava para você não fazer e você então dizia não quer no chão? Então vai na cama e tudo isso eu não esqueço nem na hora da morte. [...] Você se lembra daquele domingo que iam jogar Corinthians e Palestra e eu precisei pedir 10\$000 emprestados da patroa de casa porque senão eu apanhava? Pois olhe que eu sentimento nenhum eu tenho de você porque eu sempre te avisei que deixasses de partidos porque partidos não enchiam barriga. E você dizia que eu era cúmplice dos integralistas e vinham pancadas por cima de mim e das crianças. (CARTA DA MULHER DE JOSÉ VIDAL JERÔNIMO).

Uma testemunha ratifica a veracidade das informações acima, dizendo que José Vidal espancava seus filhinhos, chamando-os de fascistas, por serem filhos de mãe italiana. Ao contrário das expectativas da missivista, que escreveu em 5/2/1936, sonhando com o desterro do marido, este foi posto em liberdade em 8/7/1937.

### *Considerações finais*

Mulheres das décadas de 1930 e 1940 participaram ativamente das fileiras revolucionárias, mas essa participação não tem recebido da historiografia a atenção merecida, a não ser em casos de figuras emblemáticas. No universo fragmentário feminino, pessoas que em geral apenas eram conhecidas por parentes e vizinhos não

provocaram a curiosidade de historiadores ou romancistas, permanecendo invisíveis aos olhos da posteridade. As histórias de mulheres comuns compõem um novo parâmetro para a história do proletariado e de sua formação, por meio da redescoberta da realidade concreta do passado, que expõe a emergência de um grupo que se descobre portador de uma identidade singular – a consciência de classe, recuperada através da luta cotidiana de indivíduos identificados como agentes de uma ação coletiva –. Sob a bandeira do combate contra a burguesia, militantes de correntes da esquerda nacional personificaram contradições, impasses e esperanças de um momento crucial da organização dos trabalhadores em partidos políticos próprios, duplicados, no caso do segundo sexo por uma dupla opressão: da polícia política e do sistema patriarcal. Mesmo que algumas das figuras aqui analisadas não sejam desconhecidas, elas continuam a representar mulheres comuns que souberam tirar de sua participação política uma força extraordinária para os seus destinos pessoais. De classe e de gênero.

#### **Referências bibliográficas:**

APOLLONIO, Luiz. *Métodos e táticas comunistas*. São Paulo: Tip. do Departamento de Investigações, 1949.

BLAY, Eva Alterman e AVELAR, Lúcia (orgs.). *50 anos de feminismo. Argentina, Brasil e Chile*. A construção das mulheres como atores políticos e democráticos. São Paulo: Edusp, 2019.

BRANCO, Luíza Peçanha de Camargo. *Campanha Revolucionária*. São Paulo: Tip. Graziano, 1934.

COURI, Norma. ‘História das Mulheres no Brasil’, da Editora Contexto, é uma obra completa sobre o tema”. In: *O Estado de S. Paulo*, Especial-Domingo. 8/6/97, p. D5.

FAUSTO, Bóris. *Negócios e ócios: Histórias da imigração*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HAERDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, V. 1, n.º 1, 1993, pp. 7-14.

HOBBSAWM, Eric. J. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1917.

JOFFILY, Joé. *Revolta e Revolução*. Cinquenta anos depois. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KAREPOVS, Dainis. *Nos subterrâneos da luta* (Um estudo sobre a cisão no PCB em 1937-1938). Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH/USP. São Paulo, 1996.

LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. A Documentação de Maria Lacerda de Moura (1887-1945). *Revista Brasileira de História*, v. 17, n.º 33, pp. 238-250. São Paulo, 1997.

PARIS, Robert. Biografias e “perfil” do movimento operário. Algumas reflexões em torno de um dicionário. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 17, n.º 33, pp. 9-31, 1997.

PORTO, Eurico Bellens, delegado. A Insurreição de 27 de novembro. *Relatório do Delegado Eurico Bellens Porto*. Polícia Civil do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

SCHPUN, Mônica Raisa. Carlota Pereira de Queiroz: uma mulher na política. *Revista Brasileira de História*, v. 17, n.º 33, pp. 167-200. São Paulo, 1997.

*Referências documentais - CEDEM/UNESP:*

CARTA DE FÚLVIO ABRAMO (a Hilcar?). *Processo Hylcar Leite*. Arquivo Nacional. 001-0-82-AMR-2, fl. 247. Microfilme.

CARTA DE HILCAR LEITE (“MORAES”) A Fernando Salvestri. *Processo de Hilcar Leite*, fls. 138 e 141. Microfilme.

JORNAL DO POVO, Rio de Janeiro, 12/10/1934. ASMOB.

REPRESSÃO AO COMUNISMO. Fundo Barreto Xavier.

*Referências documentais - Fundo DEOPS/SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo:*

ATA DA ASSEMBLÉIA DA ZONA DO BOM RETIRO, do Comitê Regional de S. Paulo, de 6/3/1932. *Prontuário de Fernando de Lacerda ou Fernando Paiva de Lacerda*, n.º 780, fl. 70.

ATA DA REUNIÃO DA ZONA DO BOM RETIRO, realizada em 7/2/1932. *Prontuário de Fernando de Lacerda ou Fernando Paiva de Lacerda*, n.º 780, f. 48.

ATA DA REUNIÃO DO SECRETARIADO, realizada em 8/3/32. *Prontuário de Fernando de Lacerda ou Fernando Paiva de Lacerda*, n.º 780, fl. 22.

CARTA DE LÚCIA ALBANO A EMÍLIO. *Prontuário de Lúcia Albano*, n.º 1082.

CARTA DE PATRÍCIA GALVÃO, SYDÉRIA GALVÃO E LÚCIA ALBANO A EGAS BOTELHO. *Prontuário de Patrícia Galvão*, n.º 1053, fl. 91.

CARTA DE VENÂNCIO AIRES AO SUPERINTENDENTE DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. São Paulo, 23/3/1936. *Prontuário de Patrícia Galvão*, n.º 1.053, fl. 97.

CARTA MANUSCRITA, A TINTA, ENVIADA PELA MULHER A JOSÉ VIDAL JERONYMO. *Prontuário de José Vidal Jeronymo*, n.º 253.

INFORME RESERVADO. São Paulo, 30/7/1933. *Prontuário de Tarsila do Amaral*, nº1680, fl.4.

INFORME RESERVADO. São Paulo, dezembro de 1934. *Prontuário de Patrícia Galvão*, n.º 1053, doc. N.º 9, fl. 9.

ORDEM DE SERVIÇO n.º 69, de 6/12/1935. *Prontuário de Genny Gleiser*, n.º 209.

PRONTUÁRIO n.º 209, 2 v, de Genny Gleizer ou Seindla Glessler.

PRONTUÁRIO n.º 364, de Anézia Corrêa dos Santos.

PRONTUÁRIO n.º 503, de Helena Simachko.

PRONTUÁRIO n.º 699, de Odilon Negrão.

PRONTUÁRIO n.º 833, de Aplecina do Carmo.

PRONTUÁRIO n.º 856, de Cid Franco.

PRONTUÁRIO n.º 960, de Belfort Mattos.

PRONTUÁRIO n.º 1.053, doc. N.º 6, fl. 6, de Patrícia Galvão.

PRONTUÁRIO n.º 1.069, de Ceres de Abreu Sacchetta.

PRONTUÁRIO n.º 1.082, de Lúcia Albano.

PRONTUÁRIO n.º 1.739, fl. 29, de Eulália da Conceição.

PRONTUÁRIO n.º 1.948, fl. 7, de Eneida de Moraes ou Eneida de Moraes Costa.

PRONTUÁRIO n.º 2.088, de Ignez Itkis.

PRONTUÁRIO n.º 2.096, de Mary Houston Pedrosa, informe reservado.

PRONTUÁRIO n.º 2.422, de Luíza Peçanha de Camargo Branco.

PRONTUÁRIO n.º 2.456, de Abrahão Kovalsky.

PRONTUÁRIO n.º 2.885, de Beruta Maria Varnaites ou Varunitas.

PRONTUÁRIO n.º 3.196, de Hermínio Sacchetta.

PRONTUÁRIO n.º 4.089, de José Auto Cruz de Oliveira.

PRONTUÁRIO n.º 4.915, de Arthur Piccinini.

PRONTUÁRIO n.º 5.691, fl. 10, de José Villar Filho.

PRONTUÁRIO n.º 41.391, de Odila Basile.

RECORTE DO JORNAL CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 23/4/1938. *Prontuário de Patrícia Galvão*, n.º 1.053, fl. 96.

RELAÇÃO DE COMUNISTAS EXPULSOS DO TERRITÓRIO NACIONAL E QUE SE ENCONTRAM FORAGIDOS. *Prontuário de Abílio Neves*, n.º 2, v. 2, fl. 35.

RELAÇÃO PARCIAL DOS COMUNISTAS EM MAIOR EVIDÊNCIA. *Prontuário do Partido Comunista do Brasil*, n.º 2.431, v. 5, doc. N.º 460, fl. 34. São Paulo, s/d, mas posto entre papéis referentes ao ano de 1933.

RELATÓRIO DA DELEGACIA DE ORDEM SOCIAL. *Prontuário de Helena Willys*, n.º 2.072, doc. n.º 3, fl. 3.

RELATÓRIO DA DELEGACIA DE ORDEM SOCIAL DE SÃO PAULO. São Paulo, 3/8/1036. *Prontuário de Abrahão Kovalsky*, n.º 2.456, fl. 112.

---

<sup>1</sup>“Negro”, assim como “nego”, era um tratamento comum entre casais, que se referia à doação completa da pessoa, por amor, e que remetia diretamente à lembrança das relações entre senhor e escravo.

<sup>2</sup> O erro dificilmente seria casual, pois são conhecidos os interesses das autoridades da época para a extradição de judeus para a Alemanha.

<sup>3</sup>O mesmo camarada citado como companheiro de Eneida Costa.

<sup>4</sup>De seu prontuário consta uma “parte” ao Delegado de Ordem Social, datada de 7/2/1938, de que o serviço de campana a Syderia não estava sendo feito a rigor pelos inspetores, encarregados da vigilância noturna. *Prontuário de Syderia Rehder Galvão*, n.º 544. *Arquivo do DEOPS/SP*.

<sup>5</sup>A temática desse discurso poderia sugerir raízes libertárias em Luíza Peçanha de Camargo Branco, mas lemos em seu prontuário que ela era espírita, em época em que, como defesa, o espiritismo no Brasil concentrava-se em ataques à Igreja Católica.

<sup>6</sup>Essa transcrição limita-se a corrigir erros gramaticais e de concordância, procurando respeitar a sintaxe utilizada pela autora.

Texto recebido em 7 de fevereiro de 2022.

Aceito para publicação em 27 de março de 2022.

# OS ARQUIVOS FEMININOS DO CPDOC ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA DO “ESCOLA NO ACERVO”

## THE FEMALE ARCHIVES OF CPDOC THROUGH THE EXPERIENCE OF “ESCOLA NO ACERVO”

Ayra Guedes Garrido\*

**Resumo:** O presente artigo busca tratar da experiência da iniciativa *Escola no Acervo*, do Projeto Difusão e Educação Patrimonial da FGV CPDOC, com os arquivos femininos do acervo contemporâneos a Era Vargas. Para isso, foram utilizados os arquivos pessoais de Almerinda Farias Gama, Alzira Vargas e Anna Amélia de Queiroz, para tratar da relação entre as mulheres e a política dos anos 30. Dessa forma, o presente artigo busca trazer discussões sobre os arquivos de mulheres no Brasil através de questões como o seu acesso, difusão e usos educativos dos acervos.

**Palavras-chaves:** mulheres, política, educação patrimonial, arquivos.

**Abstract:** This article seeks to address the experience of the initiative “Escola no Acervo”, from the Project Diffusion and Heritage Education of FGV CPDOC, with the women’s archives of the collection contemporary to the Vargas Era. To this end, the personal files of Almerinda Farias Gama, Alzira Vargas, and Anna Amélia de Queiroz were used to address the relationship between women and politics in the 1930s. Thus, the present article seeks to bring discussions about women’s archives in Brazil through issues such as their access, diffusion and educational uses of the collections.

**Keywords:** womens, politic, heritage education, archives.

### *Introdução*

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getulio Vargas (FGV CPDOC) foi criado em 1973, com o objetivo de abrigar um conjunto documental de arquivos pessoais de personagens importantes para história política contemporânea do país. Hoje, o acervo do CPDOC abriga mais de 2 milhões de documentos de homens e mulheres que tiveram uma relevância política e histórica brasileira<sup>1</sup>. Dos 230 arquivos pessoais presentes no acervo, somente 16 desses arquivos são femininos. Essa ausência de arquivos de mulheres, não é um problema somente do acervo do CPDOC, mas uma realidade das instituições arquivísticas brasileiras. Para melhorar essa situação e captar novos arquivos femininos, o CPDOC, a partir de 2015,

---

\*Pesquisadora Bolsista do Projeto Difusão e Educação Patrimonial e Doutoranda em História, Política e Bens Culturais (PPGHPBC) da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV CPDOC). E-mail para contato: ayra.garrido@fgv.br

mudou sua política de acervo, incluindo o marcador de gênero, para ampliar o número de arquivos de mulheres no acervo.

O Projeto Difusão e Educação Patrimonial, é criado em 2017, por iniciativa das coordenadoras Daniele Amado<sup>2</sup> e Martina Spohr<sup>3</sup>, com o objetivo de difundir e ampliar o acesso do acervo histórico da FGV CPDOC para diversos públicos, principalmente o público escolar. Desde então, o projeto vem desenvolvendo atividades presenciais e virtuais por meio da educação patrimonial, para professores, estudantes de graduação e alunos do ensino básico. Tendo como ênfase o arquivo pessoal do ex-presidente Getúlio Vargas, lançamos em 2018, a Exposição Virtual “Saio da Vida para entrar na História: Getúlio Vargas e a Propaganda Política (1930-1954)<sup>4</sup>”. Com documentos textuais, iconográficos e audiovisuais, além de jogos e atividades educativas, a exposição buscou democratizar o acesso dos documentos para professores e o público em geral, oferecendo a possibilidade de os documentos serem lidos na própria exposição ou baixados, sem necessidade de nenhum cadastro. Os jogos e atividades educativas auxiliam os professores a utilizarem o conteúdo dos governos Vargas de forma lúdica e divertida em sala de aula. A temática feminina é trabalhada na exposição através dos verbetes das personagens femininas da Era Vargas e nas atividades educativas, onde há atividades específicas da temática de mulheres e a conquista de seus direitos nesse período. O Projeto também é responsável por outras iniciativas educativas do CPDOC, como as *Oficinas de Uso de Fontes Históricas em Sala de Aula* e o *Escola no Acervo*.

### *O Escola no Acervo*

Apesar da exposição ajudar a democratizar o acesso ao documento, o Projeto Difusão e Educação Patrimonial busca aproximar ainda mais o público escolar do mundo dos arquivos. Assim, em 2019, o Projeto reformou uma das salas da Casa Acervo<sup>6</sup>, com atividades interativas sobre o arquivo de Getúlio Vargas e o acervo em geral, para receber alunos e professores do ensino básico no arquivo do CPDOC. Porém, ao final da reforma da sala, com previsão de abertura para abril de 2020, teve início a pandemia de COVID-19, adiando as visitas das escolas presenciais ao acervo.

Dessa forma, o Projeto precisou se readaptar e pensar em novas maneiras de conectar estudantes e professores ao acervo, através do formato virtual. A iniciativa do *Escola no Acervo* nasceu da necessidade de integrar alunos e professores ao acervo

histórico do CPDOC através de visitas virtuais temáticas guiadas pelo acervo. O programa também buscou auxiliar os professores, em suas aulas à distância.

Para isso, foram criados seis roteiros temáticos em torno da temática da Era Vargas: *Quem foi Getúlio Vargas?*; *Estado Novo*; *Cultura na Era Vargas*; *Propaganda Política na Era Vargas*; *Trabalho na Era Vargas* e *Mulheres e Política*. As temáticas dos roteiros foram escolhidas de acordo com as questões que se apresentavam nos arquivos pessoais do CPDOC, com ênfase no arquivo do ex-presidente Vargas. Foram escolhidos documentos textuais, iconográficos e audiovisuais que dialogassem com a temática do roteiro, promovessem um debate crítico a partir das fontes, e fizessem com que os alunos pudessem conhecer a diversidade de temas e olhares possíveis dentro do arquivo. Além da escolha desses documentos e a montagem de uma narrativa em torno deles, também desenvolvemos jogos sobre essas temáticas, que pudessem estimular no aluno, a construir, ele próprio, o conhecimento através dos documentos. Os jogos utilizados nas visitas, foram tantos jogos simples em apresentação de slides, que não demandam tanta capacidade de conexão, como jogos mais interativos, como os desenvolvidos na plataforma *Kahoot*. Durante mais de 1 ano de projeto, “conseguimos atingir mais de 500 alunos distribuídos em 4 regiões do Brasil, 10 estados e 18 cidades, das mais diversas realidades.” (SPOHR, AMADO e GARRIDO, 2021. p. 104).

Com o avanço das visitas percebemos que um dos roteiros mais escolhidos pelos professores era o roteiro *Mulheres e Política*, sendo escolhido por 29% dos professores. Essa informação nos chamou a atenção para a preocupação dos educadores em trabalhar com os alunos pautas “minoritárias” em suas aulas e descobrir instituições culturais ou arquivos que tratassem dessas temáticas, já que não são amplamente trabalhados no conteúdo da história política contemporânea. Trabalhar essas temáticas e questões na educação patrimonial de arquivos, é uma tentativa de aproximar esses alunos das suas identidades e de suas práticas sociais<sup>7</sup>.

### *A memória feminina*

O roteiro de *Mulheres e Política*, um dos roteiros temáticos do programa *Escola no Acervo*, foi pensado através da percepção da equipe do Projeto Difusão e Educação Patrimonial, da ausência do protagonismo feminino na história política contemporânea e nos arquivos. Perrot analisa que uma das causas dessa ausência da história dessas mulheres está na deficiência de fontes primárias que apontem as vivências femininas<sup>8</sup>.

Quando falamos sobre o cenário político ou de espaços públicos, essa desigualdade de representação, se torna ainda pior. “O mundo público, sobretudo econômico e político, é reservado aos homens e é este que conta.” (PERROT, 1989, p. 10). Perrot também salienta que o mundo político e econômico é o cenário valorizado, em detrimento da vida íntima e pessoal, consideradas como “frivolidades” deixadas a cargo das mulheres.

A partir dessas interpretações do espaço feminino, a mulher é representada como “ornamentos, estritamente disciplinadas pela moda, que codifica suas aparências, roupas e atitudes, principalmente no caso das mulheres burguesas cujo lazer ostentatório tem como função mostrar a fortuna e condição do marido.” (PERROT, 1989. p. 10). As mulheres são retratadas nos registros históricos, como mulher, filha ou mãe de alguma figura masculina. Alguns arquivos femininos, são correlatos aos arquivos de seus maridos, filhos ou pais, com o objetivo de contar a história privada ou familiar daquele personagem masculino. Segundo a experiência dos arquivos pessoais de mulheres do CPDOC, “Os arquivos de algumas dessas mulheres vinham sendo tratados como anexos dos arquivos de homens com os quais elas tinham algum grau de parentesco, deixando de lado sua atuação como sujeitos políticos independentes.” (MONTEIRO, COSTA, ALVES e et.al. P. 76). Outro ponto a ser levantado, é como as mulheres pobres são retratadas nos registros históricos: “Quanto às mulheres do povo, só se fala delas, quando seus murmúrios, inquietam no caso do pão caro, quando provocam algazarra contra os comerciantes ou contra os proprietários, quando ameaçam subverter com sua violência um cortejo de grevistas.” (PERROT, 1989. p. 10). Dessa forma, é importante que busquemos captar arquivos de diferentes mulheres nas instituições arquivísticas, para que possamos conhecer as mais diferentes narrativas de mulheres, através de suas próprias vozes. PERROT (1989) também aponta que muitas das vezes as narrativas históricas sobre as mulheres são sobre a “entidade coletiva de mulher” e não sobre suas próprias vivências singulares. Os arquivos pessoais femininos vêm subverter um pouco essa ordem trazendo não só as experiências íntimas e familiares, mas também profissionais e políticas sobre essas mulheres.

#### *Arquivo de Mulheres no CPDOC*

Em 2018, um projeto do CPDOC coordenado pela pesquisadora Carolina Alves<sup>9</sup>, foi responsável pela organização e digitalização dos arquivos femininos do CPDOC. Esse

projeto foi importante para que entendêssemos as características desse acervo no CPDOC e promovêssemos a sua difusão.

Após a mudança na política de acervos, o CPDOC recebeu 6 novos arquivos femininos. Hoje, o acervo do CPDOC conta com 16 arquivos de mulheres, são elas: Alba Zaluar, Almerinda Farias Gama, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Delminda Aranha, Hermínia Collor, Hilda Machado, Luiza Aranha, Luiza Erundina, Mariza Peirano, Niomar Moniz Sodré, Rosalina Coelho Lisboa, Silvia Scorel, Yvonne Maggie e o arquivo de Carlota Pereira de Queiroz, doado recentemente, no final de janeiro de 2022. A maioria dos arquivos femininos já se encontram disponíveis para consulta e digitalizados.

Embora os arquivos masculinos sejam a grande maioria no acervo do CPDOC, o primeiro arquivo feminino foi doado ainda em 1973, no mesmo ano de criação do CPDOC. Esse primeiro arquivo foi o de Delminda Aranha, esposa do ex-ministro dos governos Vargas, Oswaldo Aranha. O arquivo de Delminda também foi um dos 4 arquivos depositados no CPDOC anexados aos arquivos de seus maridos, esposos e filhos, na década de 70. “São eles: Delminda Aranha, Luiza Aranha, Hermínia Collor e Hilda Machado.” (MONTEIRO, COSTA, ALVES e et. al. P. 78 e 79)

Os outros 12 arquivos da casa foram doados pela própria iniciativa das titulares ou por familiares que acreditaram na importância histórica do conjunto documental acumulados por elas. Desses arquivos, 8 deles foram doados pelas próprias titulares, o que pode mostrar um protagonismo e preocupação dessas mulheres em contribuir para a memória histórica e política feminina. Porém, a realidade brasileira ainda é preenchida pela ausência feminina nos arquivos. “A ausência de arquivos que registram a atuação política feminina no Brasil se relaciona a um discurso sexista que excluiu mulheres da vida pública.” (MONTEIRO, COSTA, ALVES e et. al. p.81) Dessa forma, é necessário que pensemos estratégias de difusão desses arquivos que possam contribuir para o conhecimento de quem foram essas personagens e qual a contribuição das suas biografias para a história política contemporânea.

### *Escola no Acervo e o Roteiro Mulheres e Política*

O roteiro Mulheres e Política, tem por objetivo convidar o público escolar a conhecer o protagonismo e o ativismo político das mulheres durante a Era Vargas, com

foco nas figuras de Almerinda Farias Gama, Alzira Vargas e Anna Amélia de Queiroz, através de seus acervos depositados na FGV CPDOC.

Esses três arquivos foram escolhidos para serem trabalhados nesse roteiro não só pela contemporaneidade dessas mulheres que viveram na Era Vargas, mas pelo papel importantíssimo na conquista política de direitos femininos e atuação social que elas tiveram. Apesar de serem mulheres com perfis diferentes, elas nos ajudam a entender a luta feminina por direitos e igualdade, a partir dos anos 30.

Almerinda Farias Gama (1899-1999), nasceu em Maceió (AL). Foi fundadora do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos do Distrito Federal em 1931, participou como delegada da Assembleia Nacional Constituinte de 1934, como a única mulher negra e candidata à deputada classista na mesma Assembleia. Também foi secretária, jornalista, tradutora e membra da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Foi uma importante ativista na luta por direitos políticos e educacionais das mulheres, além de ter uma participação importante no movimento sindical.

O arquivo de Almerinda é o único arquivo de mulheres negras no CPDOC. “O arquivo pessoal de Almerinda Farias Gama nos convida a refletir sobre o silenciamento que se impõe às narrativas e vivências das mulheres negras. Assim sendo, se a presença de mulheres nos arquivos brasileiros é pequena, esse percentual é drasticamente reduzido quando incorporamos ao nosso campo de análise a dimensão étnico-racial.” (MONTEIRO, COSTA, ALVES e et.al. 2019, p. 81). Apesar de ser um arquivo pequeno, com apenas 4 documentos textuais e 20 fotografias, ele possui potencialidades para o debate do papel da mulher na política e na sociedade.

Anna Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça (1896-1971), nasceu no Rio de Janeiro (RJ). Foi escritora, poetisa e jornalista. Presidente e vice-presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e Fundadora da Casa do Estudante do Brasil em 1929. Foi presidenta da Associação Brasileira de Educação e a primeira mulher a integrar o Tribunal Superior Eleitoral, fazendo parte da mesa apuradora das eleições de 1934 e foi representante brasileira em diversos congressos internacionais sobre os direitos das mulheres.

O arquivo de Anna Amélia possui um conjunto documental rico para compreender a militância política feminista nos anos 30, seja pelas questões de sufrágio, comportamento ou oportunidades educacionais. Anna Amélia questionava o papel da mulher na sociedade e lutou pela igualdade de direitos das mulheres no Brasil, através de suas experiências em viagens pelo mundo. Seu arquivo subverteu a ordem de arquivos

femininos anexados ao masculino, quando por meio de seu arquivo, a equipe do CPDOC encontrou documentos referentes ao seu marido Marcos Carneiro de Mendonça. (MONTEIRO, COSTA, ALVES e et. al. 2019, p. 86)<sup>10</sup>

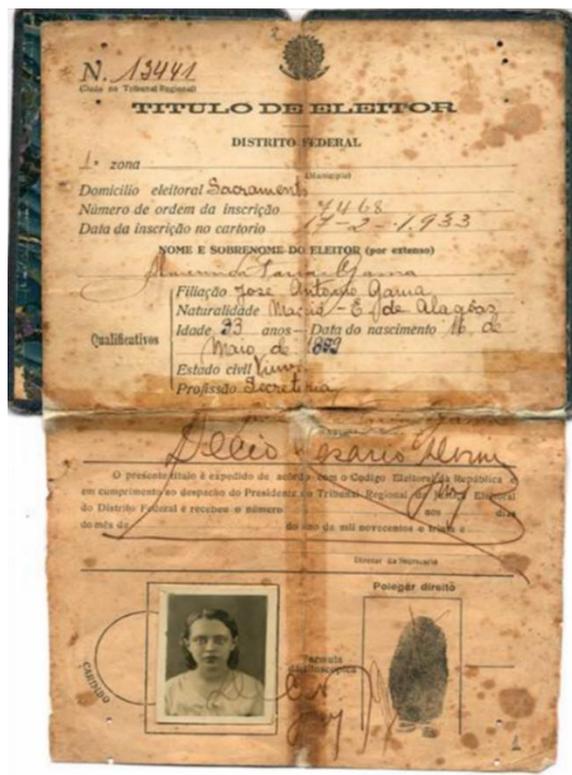
Alzira Vargas do Amaral Peixoto (1914-1992), nasceu em São Borja (RS). Filha do ex-presidente Getúlio Vargas, foi sua assessora e auxiliar do Gabinete Civil da Presidência da República durante os governos Vargas. Representou o Brasil em eventos internacionais como a Conferência Internacional do Trabalho, em 1952. Tradutora, arquivista, se formou bacharela em direito na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1937. Alzira Vargas também foi primeira-dama do Estado do Rio de Janeiro, durante a interventoria e governo de seu marido Ernani do Amaral Peixoto.

Secretária particular de seu pai, além de sua confidente, Alzira foi grande protagonista da cena política nacional do país durante o final dos anos 30, 40 e início da década de 50. Apesar de não ter sido uma militante ativa dos direitos das mulheres, ela questionava o papel da mulher na sociedade e era uma das poucas mulheres ativas na cena política tradicional do país no período.

Dessa maneira, essas três personagens dialogavam com o nosso objetivo de debater diferentes experiências femininas na política no pós-30, através do conjunto documental acumulado por elas. Para isso, realizamos uma seleção de documentos, entre textos, fotos, áudios e vídeos, de linguagem simples e com um potencial objetivo para debater questões da época em relação aos questionamentos do papel das mulheres na política hoje.

No início do roteiro, exibimos a foto das 3 personagens, para questionar aos estudantes e professores se eles conhecem essas mulheres. A maioria das respostas são negativas, com a exceção da figura da Alzira Vargas. Após isso, aprofundamos a narrativa de cada uma das personagens. Quando falamos da Almerinda, utilizamos o documento de seu título de eleitor e sua carteira de trabalho, vejamos os documentos abaixo:

Figura 1 - título de eleitor de Almerinda Faria Gama



Fonte: Acervo FGV CPDOC. Arquivo Almerinda Farias Gama. AFG dp 1933.02.17.

Figura 2 - carteira de trabalho de Almerinda Faria Gomes



Fonte: Acervo FGV CPDOC. Arquivo Almerinda Farias Gama. AFG dp 1933.02.17.

O título de eleitor da Almerinda (Figura 1), é um documento interessante para dialogar com os alunos sobre a luta pelo sufrágio feminino. No documento vemos a data de sua inscrição no cartório no ano de 1933, quase um ano após o decreto-lei do ex-presidente Getúlio Vargas de concessão do direito a voto às mulheres<sup>11</sup>. Portanto, possivelmente, Almerinda é uma das primeiras mulheres a votar no país, antes mesmo do direito ser assegurado na Constituição de 1934. A carteira de trabalho de Almerinda (Figura 2) também é potente para ser trabalhada com os alunos através da grafia das palavras: “do companheiro”, “delegado” e “portador”. Quando apresentamos esse documento, perguntamos aos alunos e professores o que eles gostariam de destacar nele. Alguns visitantes destacam logo as palavras “dactylographos” e “tachygraphos”, o que gera um estranhamento do seu significado e da sua grafia, porém, outros destacam a alteração dos artigos e sentido das palavras para o gênero feminino “da companheira”, “delegada” e “portadora” feitos à mão. Não sabemos se foi realmente a Almerinda que fez essa correção, mas essa ação mostra uma preocupação de Almerinda em marcar o gênero feminino em um documento trabalhista e político, mostrando a participação das mulheres nesses espaços, tão negados para elas. Hoje, vemos a discussão sobre a mudança dos artigos para uma garantia de cidadania a diversidade de gêneros, então a “simples” alteração de um artigo, pode carregar uma potência política e um reconhecimento daquela cidadã, como um ser político.

Após esse documento, são mostradas as fotos de Almerinda, em 1933, na Assembleia Constituinte. Ao apresentar elas durante a visita, perguntamos aos alunos o que eles destacariam dessas fotos, e recebemos algumas observações interessantes. Normalmente, é destacado a ausência de mulheres naquele recinto, com a presença de homens mais velhos e brancos, mas em uma de nossas visitas, uma aluna destacou a expressão de constrangimento no rosto de Almerinda por ser a única mulher presente, segundo a aluna “pode ter sido um ambiente opressor” para aquela mulher negra. Essa observação crítica e atenta dos alunos, ajudam a construir um conhecimento próprio do estudante, através das fontes históricas. “O uso de fontes históricas deve servir para suspender o caráter de prova que os documentos assumem desde a história tradicional e mostrar às novas gerações a complexidade da construção do conhecimento histórico.” (PEREIRA e SEFFNER, 2008. P. 126). Esses comentários, também podem sugerir uma aproximação ao cotidiano e identidade dos alunos e alunas através dos documentos:

Nossa concepção é que ensinar história na escola significa permitir aos estudantes abordar a historicidade das suas determinações socio-

culturais, fundamento de uma compreensão de si mesmos como agentes históricos e das suas identidades como construções do tempo histórico. (PEREIRA e SEFFNER, 2008. p. 119)

Depois, passamos para a Alzira Vargas. Não é possível falarmos de seu papel político, sem falarmos da sua relação com o seu pai e ex-presidente Getúlio Vargas, aliás, Alzira Vargas foi a responsável pela organização de seu arquivo. Começamos a falar da Alzira nas visitas, através dessa relação, já que o arquivo dela ajuda a compreendermos a figura do ex-presidente. Seu arquivo transmite muito a riqueza e complexidade de um arquivo pessoal, que trata tanto de questões íntimas e familiares, quanto de política. “Na medida que as mulheres nele se exprimiam de forma bem mais abundante, e, até mesmo, foram as produtoras desses arquivos, nos casos em que fizeram as vezes de secretárias da família.” (PERROT, 1989. p. 11)

Ao mostrar fotos do trabalho de Alzira como assessora de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, os alunos comentam sobre ela ser a única mulher nos eventos ministeriais, internacionais ou de recebimento de políticos no Palácio do Catete. Porém, algumas alunas comentaram sobre a diferença das expressões de Almerinda e Alzira Vargas, como se Alzira estivesse mais confortável naquele ambiente predominantemente masculino, que a Almerinda. Uma das hipóteses, para isso é o espaço social que elas ocupavam. Almerinda era uma mulher alagoana, negra, de origem pobre, onde uma Assembleia com políticos homens brancos, e muitos ricos, poderia ser um ambiente hostil para ela. Já para Alzira, apesar de ela ter sido uma mulher, e não haverem muitas mulheres nos espaços que ela trabalhava, ela convivia com políticos durante boa parte de sua infância e adolescência, se tornando, talvez, um ambiente mais comum para ela.

Uma das cartas trazidas para as visitas do *Escola no Acervo*, esse lado familiar, de filha do presidente, e de articuladora política, se confundem:

O queremismo parece q. se assanhou ainda mais com o Carnaval.  
Surgem parodias por todos os lados.  
Quanto aos charutos do Camara estou esperando para breve. Não consigo desde q. cheguei pôr os olhos em cima do Epitacio. Para facilitar a minha vida pediria q. desses a procuração para receber teus capitais a outra pessoa. É um inferno. Agosto do ano passado foi o ultimo q. vi. Não q. me faça falta ou prejudique tuas encomendas, fico atucanada de ter de andar atrás de S. Excía.  
Vai junto um pijama q. é presente nosso p. o Maneco (aniversario). Si estiver grande q. atore as pernas.  
O Goes ficou danado com os boatos de teu namoro com a UDN. E o Oswaldo [anda cercando todo o mundo].  
A tosse não me deixa continuar.  
Beija-te com todo o carinho tua filha  
Alzira

Acervo FGV CPDOC. Arquivo Alzira Vargas. AVAP vpu e 1946.01.02 (VI - 23)

Nessa carta que Alzira escreve a seu pai, no período de autoexílio de Getúlio Vargas, após o golpe de 1945, podemos trabalhar elementos do contexto histórico da Era Vargas, conjuntamente, com a vida pessoal da família Vargas. Quando Alzira fala do quererismo, ela está contando a seu pai, sobre o movimento popular que pedia sua volta à presidência, após anos de ditadura. Na frase seguinte, ela fala dos charutos que Getúlio pede a ela que a envie. Depois, ela fala de outra encomenda, de um pijama que envia para seu irmão, o “Maneco” (Manuel Vargas). Na próxima frase, ela fala de um boato de um possível “namoro” entre Getúlio e a UDN (União Democrática Nacional), partido opositor ao do ex-presidente.

Esse documento, assim como outros dos arquivos pessoais de mulheres, nos ajuda a trabalhar com os alunos a compreensão da história da Era Vargas, como também, através do cotidiano dos personagens, ajuda-los no entendimento do tempo histórico, como as pessoas viviam e se comportavam nesse período. Além disso, os documentos de arquivos pessoais também ajudam no debate sobre as mudanças linguísticas e expressões regionais e/ou temporais, como por exemplo: “Si estiver grande q. atore as pernas”. Como acabamos recebendo não só professores de história ou sociologia, mas também professores de português, biologia e educação física, podemos trabalhar os diversos campos com as fontes históricas.

Com o arquivo de Anna Amélia, podemos trabalhar outras questões da militância feminina. Apesar de Almerinda e Anna Amélia possuírem muitas bandeiras de luta em comum, como: a educação da mulher, o sufrágio feminino, sua independência e seu protagonismo na política, elas são mulheres de realidades sociais diferentes. Anna Amélia, era filha de um empresário, José Joaquim de Queiroz Júnior, dono de uma das primeiras siderúrgicas do país. Apesar das mulheres não terem acesso à educação formal, naquele período, Anna Amélia estudou na Europa e aprendeu vários idiomas como o inglês, italiano e alemão, se tornando tradutora.

Durante as visitas, contamos um pouco de suas vidas, incluindo curiosidades sobre suas experiências de vida. Anna Amélia teve uma forte ligação com o futebol, não só por ser casada com um jogador, mas por ter sido uma praticante e difusora do futebol no país, tendo traduzido as regras do futebol do inglês para o português, além de ter ensinado o futebol aos operários da fábrica de seu pai<sup>12</sup>. O futebol é um elemento essencial para se entender a identidade do Brasil, e conseqüentemente, a política. Por ser um campo ainda

machista, conhecer a atuação de mulheres como a Anna Amélia, que contribuiu para a democratização do futebol, nos mostra o quanto existiam mulheres que estavam ocupando esses espaços, mas que na maioria das vezes, acabamos não conhecendo suas histórias. Esse fato curioso, da vida de Anna Amélia, facilita a aproximação com a realidade dos alunos, onde muitos gostam e praticam o esporte. Em algumas visitas tivemos disputas clubísticas, o que aumenta o ambiente descontraído e, conseqüentemente, o bem-estar dos alunos durante as visitas. “Dessa maneira, o uso de diversas fontes tem a função de contribuir tanto na construção de conceitos históricos e aprendizagens quanto no processo de bem-estar dentro do ambiente escolar”. (MONTI, 2019. p. 5)

Ao falar da militância feminista de Anna Amélia, mostramos um pouco da sua participação na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização criada por feministas como Bertha Lutz e Mary Jane Cobbert, para a conquista do direito ao voto feminino. Anna Amélia foi presidente e vice-presidente da FBPF, lutando pelo direito das mulheres a se expressarem politicamente. Durante as visitas, exibimos fotos de encontros da Federação e documentos sobre sua atuação, inclusive em contato com o ex-presidente Getúlio Vargas.

O arquivo de Anna Amélia, ainda tem muitas fotos e documentos que tratam de suas viagens ao exterior com o intuito de representar o Brasil em eventos internacionais sobre os direitos das mulheres, na década de 30. Essas fotos mostram mulheres de vários lugares do mundo: África, Ásia, Europa e etc.; que exerciam as mais variadas profissões. Anna Amélia fala de arquitetas, professoras, deputadas, fotógrafas, advogadas e médicas. Ao mostrar essas fotos para os alunos, conseguimos desconstruir um pouco a visão de que as mulheres antigamente não ocupavam os espaços públicos. Será que elas não ocupavam mesmo ou eram poucas as mulheres que estavam atuando politicamente ou profissionalmente? Ou será que não conhecemos suas histórias pela ausência de relatos das histórias das mulheres?

Anna Amélia foi uma mulher que questionava o lugar das mulheres dentro da sociedade. Durante a visita, apresentamos um de seus textos escritos em 1936, sobre a loquacidade feminina:

Desde que o mundo é mundo que os homens acusam a mulher de falar demais. Nos romances antigos, nas anedotas de sucesso, nos salões de nossos avós, no tempo dos almanaques e das folhinhas, não têm conta as coisas engraçadas ou sem graça, que foram ditas em torno da loquacidade feminina. Fazendo uma estatística de tudo isso e pesando as frases de espírito com as histórias sem espírito nenhum, repetidas

através dos séculos, chega-se à conclusão de que os homens, nesse terreno, chegaram a falar demais.

Acervo FGV CPDOC. Arquivo Anna Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça. Crônica da Atualidade para o dia 15 de abril de 1936. AACM mf 1936.03.11)

Ao apresentar esse documento, pedimos a algum aluno, que leia esse trecho e comente sobre ele, o que aumenta a inclusão dos alunos com o conteúdo apresentado na visita. Esse texto, é um documento potente para debater sobre a voz das mulheres, se elas são verdadeiramente ouvidas quanto as falas masculinas. Quantas vezes, nós mulheres, fomos acusadas de falar demais? E quantas vezes somos realmente ouvidas? Perrot trata dessa questão ao tratar do mutismo dos homens em comparação a fala das mulheres: “O mutismo dos homens, em um casal, ao tratar-se das recordações da infância ou da vida privada, contrasta com a loquacidade muito maior das mulheres.” (PERROT, 1989. p. 16). A fala das mulheres é compreendida como algo inferior, já que elas dariam conta do âmbito familiar ou privado, em oposição à vida pública dos homens, voltado ao meio político e econômico.

No caminho de encerramento da visita, mostramos uma foto atual do Congresso Nacional, no início de 2020, antes da pandemia, e perguntamos aos alunos se eles veem diversidade na imagem. Infelizmente, os alunos logo destacam a falta de mulheres no Congresso, e mais ainda de mulheres negras. Quando consultamos os dados, vemos que apenas 14,6% dos deputados são mulheres<sup>13</sup>, mostrando a desigualdade de representação política feminina no país. Antes de toda visita, pesquisamos no município de cada escola, se os alunos conhecem a representação política de mulheres em suas cidades. Na maioria das vezes, os alunos mostram desconhecimento sobre a representatividade feminina na política em seus municípios. Isso mostra a necessidade de debater a representação política das mulheres em sala de aula, estimulando os alunos a conhecerem os seus representantes e a buscar uma maior igualdade política de gênero no município. Além disso, é importante debater com os alunos, se mesmo havendo representação política feminina, se esses políticos ou políticas têm buscado melhorias nas condições de vida das mulheres e a valorização de suas memórias. O *Escola no Acervo*, por ser um programa de visitas virtuais, nos possibilita o contato com escolas dos mais variados municípios do país, ampliando a difusão do acervo e possibilitando o debate com os alunos sobre a representatividade política feminina no início do século XX e como ela se reflete nos dias de hoje.

Ao final da visita, fazemos um passeio audiovisual, com o material dos arquivos pessoais dessas 3 mulheres. O vídeo que passamos aos alunos, é um vídeo de três minutos,

com trechos dos seguintes filmes: *Almerinda, a luta continua*. Direção de Cibele Tenório; *Anna Amélia – Feminismo no tempo do Zeppelin*. Direção de Tarcila Soares Formiga; e *A Bacharel e o Presidente*. Direção de Nay Araújo. Os vídeos foram produzidos em Oficinas de Produção Audiovisual do Núcleo Audiovisual e Documentário da FGV CPDOC, nas oficinas de 2018 e 2019<sup>14</sup> com material do Programa de História Oral do CPDOC (PHO)<sup>15</sup>. Ao apresentarmos esse vídeo, os alunos e alunas podem conhecer as vozes e imagens dessas mulheres, dando uma materialidade maior a essas personagens. Foram selecionados trechos que falam sobre as questões femininas. No trecho selecionado da *Almerinda*, ela fala sobre a emancipação da mulher: “Porque eu sempre tive este ideal, de melhorar o nível de vida das mulheres. Eu sempre quis melhorar o meu nível, mas sempre soube que o meu nível não poderia subir, se não fosse coletivo. Eu tentei entrar na Academia de Letras do Rio de Janeiro, mas a Academia não aceitava mulheres, porque a Academia de Paris não aceitava”, e ela se pergunta: “O que tem a ver o sexo com a intelectualidade?”. O discurso de *Almerinda*, ajuda a trabalharmos com os alunos sobre a desigualdade de gênero na educação e a normatização de um comportamento das mulheres.

Já *Alzira* vai falar um pouco sobre sua vontade de ter uma ocupação, uma profissão: “Eu não me conformava em ficar tomando chazinho, batendo papo vazio, aquilo para mim não fazia sentido. Minha tia dizia que eu nasci errado, que eu tinha que ter nascido homem. Aliás, meu avô também dizia isso, a bacharela que ajuda o Getúlio. (...) Porque essa emancipação feminina é muito recente”. A fala de *Alzira*, subverte um pouco a ideia da mulher no ambiente caseiro, responsável pelo lar. Demonstra a sua vontade em ter uma ocupação fora do espaço íntimo caseiro. Alguns alunos fazem comentários também em relação a fala de que ela deveria “ter nascido homem”, por ser uma mulher que trabalhava com o presidente. Isso mostra como o imaginário social, delimita o lugar da mulher na sociedade.

As imagens de viagens da *Anna Amélia*, onde ela fala de mulheres do mundo inteiro, que exerciam as mais variadas profissões, na década de 30, pode desconstruir a imagem de que as mulheres não trabalhavam e viviam no espaço do lar. Ela também aponta que nesses eventos eram discutidas questões dos direitos das mulheres: “Os pontos debatidos no Congresso são extremamente interessantes, como: o direito ao trabalho, reconquista de direitos, igualdade moral em nível alto, a mulher em face do governo.” Muitas dessas reivindicações ainda não foram atendidas, e ouvir sobre elas nos ajuda a

debater com os alunos sobre as lutas coletivas, se houve avanços e retrocessos e como podemos agir no presente.

Após a visita, jogamos com os alunos através da plataforma *Kahoot*. Por ser uma plataforma gratuita e intuitiva, ela é bem simples de ser utilizada. Podem ser incluídas imagens no jogo e possui uma dinâmica bem interativa, o que ajuda a reunir os alunos em torno da atividade sobre mulheres e política e finalizar a visita com descontração.

### *Conclusão*

A educação patrimonial de arquivos busca “criar mecanismos que viabilizem e estreitem de fato a relação entre patrimônio e sociedade. Esse é o papel da educação patrimonial.” (FRATINI, 2009. p. 2). Os arquivos não possuem somente a função de guarda dos documentos, mas também são responsáveis pela sua organização, preservação e acesso à sociedade. Desde 2017, com o Projeto Difusão e Educação Patrimonial buscamos ampliar e potencializar o acesso e a difusão do acervo histórico do CPDOC, com a inclusão de novos públicos. Os arquivos são instituições, normalmente, frequentados por pesquisadores, professores e alunos do ensino superior, sendo pouco acessados por professores, alunos do ensino básico ou o público em geral. Dessa maneira, buscamos realizar produtos e atividades que possam aproximar o público escolar ao acervo.

Uma dessas iniciativas, o *Escola no Acervo*, vem buscando ainda mais aproximar esse público dos arquivos através de visitas temáticas virtuais, devido a pandemia. Porém, apesar da possibilidade de retomada das atividades presenciais, temos que ampliar a oportunidade de atividades virtuais no acervo, já que podemos assim, estar em contato com escolas e realidades por todo o país. Entretanto, existem dificuldades e desigualdades do acesso dos alunos à aparelhos eletrônicos e uma boa conexão de internet que viabilizem essas atividades.

Dessa forma, durante a execução do Projeto, a temática dos arquivos de mulheres e sua inserção na política, no nosso caso durante a Era Vargas, chama a atenção para o quanto o público escolar e a sociedade em geral, desconhecem a vida dessas mulheres e reproduzem ao longo de gerações, um imaginário coletivo de comportamento dessas mulheres ou simplesmente as suas ausências. Como dito acima, percebemos uma demanda por parte dos educadores ao procurarem o roteiro de Mulheres e Política:

Isso mostra que assuntos relacionados às minorias e à cultura têm sido mais procurados pelos professores. Tal procura se coloca como um desafio para os educadores de arquivos, profissionais que trabalham com educação patrimonial em arquivos, em ampliar novos temas e abordagens nas atividades educativas institucionais, que possam auxiliar na aproximação com os alunos, de acordo com o seu cotidiano e práticas sociais. (SPOHR, AMADO e GARRIDO. 2021. p. 104)

Assim, com o roteiro de Mulheres e Política, do *Escola no Acervo*<sup>16</sup>, buscamos trabalhar com os alunos e professores, quem foram essas mulheres e como elas contribuíram para que mulheres hoje possam votar e exercer cargos políticos. A educação patrimonial de arquivos de mulheres pode contribuir para que o público escolar conheça a história das mulheres, contadas por elas mesmas. Além disso, a educação patrimonial de arquivos de mulheres pode contribuir para o conhecimento do protagonismo feminino na história do país e estimular a doação de novos arquivos de mulheres.

Em novembro de 2020, O CPDOC criou em parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros da USP, a Rede de Arquivos de Mulheres (RAM), que tem por objetivo reunir profissionais e pesquisadores de arquivos de mulheres para debater e promover ações que busquem preservar e difundir esses acervos. Desse modo, ainda temos muitos desafios à situação atual dos arquivos de mulheres. A ampliação desses arquivos e sua difusão se tornam necessários e urgentes, e talvez a educação patrimonial dos arquivos de mulheres pode ser um caminho.

O Projeto Difusão e Educação Patrimonial busca ampliar suas atividades em torno dos arquivos de mulheres e contribuir cada vez mais para seu conhecimento, debate, acesso e difusão. Afinal, conhecer a história das mulheres, através de seus próprios documentos, faz com que nós conheçamos a urgência da historicidade de nossas lutas passadas e futuras.

### Referências Bibliográficas

CAIMI, Flávia Eloisa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar?. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v.15, n. 28, p. 129-150, dez. 2008. p. 131.

FRATINI, Renata. Educação Patrimonial em arquivos. *Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*. São Paulo, n. 34, 2009.

MONTEIRO, Alessandra Nóbrega; COSTA, Anna Beatriz Oliveira Menezes; ALVES, Carolina Gonçalves e MENDES, Juliana Maia. *Arquivos Pessoais de Mulheres: a experiência da Escola de Ciências Sociais (FGV CPDOC)*. In: IX Seminário de Saberes Arquivísticos [ISSN: 2525-7544].

MONTI, Carlo Guimarães. Estratégias para o Uso de Fontes em sala de aula e a liberdade de ensinar e aprender história. In: *Anais Eletrônicos 30º Simpósio Nacional de História, Recife*. 2019. Disponível em:[https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565294438\\_ARQUIVO\\_Estrategiasparaousodefontesemsaladeaulaealiberdadedeensinareaprenderhistoria.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565294438_ARQUIVO_Estrategiasparaousodefontesemsaladeaulaealiberdadedeensinareaprenderhistoria.pdf)

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, dez. 2008.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, nº 18. P. 9-18. Ago-Set de 89.

SPOHR, Martina; AMADO, Daniele e GARRIDO, Ayra. A Escola no Acervo e os desafios do Projeto Difusão e Educação Patrimonial da FGV CPDOC em tempos pandêmicos. In: *Revista Memória e Informação*, v. 5, n. 2, p. 101-114, jul./dez. 2021. Disponível: <http://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/174/122> . Acesso em: 01/02/2022.

---

<sup>1</sup>Entendemos por arquivos pessoais o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma pessoa física de direito privado. São documentos ligados à vida pessoal, familiar, profissional, religiosa e política de qualquer cidadão que apresente interesse para a pesquisa histórica. Ver: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

<sup>2</sup>Daniele Chaves Amado é Analista de Documentação e Informação da FGV CPDOC

<sup>3</sup>Martina Spohr Gonçalves é Professora Adjunta da FGV CPDOC e Professora Visitante na University of Hawaii at Manoa.

<sup>4</sup>Disponível em: <https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/> . Acesso em 01/02/2022.

<sup>6</sup> Ver SPOHR, Martina; AMADO, Daniele e GARRIDO, Ayra. A Escola no Acervo e os desafios do Projeto Difusão e Educação Patrimonial da FGV CPDOC em tempos pandêmicos. In: *Revista Memória e Informação*, v. 5, n. 2, p. 101-114, jul./dez. 2021. Disponível: <http://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/174/122> Acesso em: 01/02/2022.

<sup>7</sup>CAIMI, Flávia Eloisa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v.15, n. 28, p. 129-150, dez. 2008. p. 131.

<sup>8</sup> PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, nº 18. P. 9-18. Ago-Set de 89.

<sup>9</sup>Atualmente Carolina Alves é coordenadora do Programa de Arquivos Pessoais (PAP).

<sup>10</sup>Marcos Carneiro de Mendonça foi goleiro e presidente do Fluminense, além de historiador. Seu arquivo está sendo organizado e deve ser liberado para consulta em breve.

<sup>11</sup>Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932.

<sup>12</sup>Ver “Poetisa Anna Amélia de Queiróz”. Disponível em: <https://museudofutebol.org.br/crfb/acervo/616497/> . Acesso em 06/02/2022. E “1ª maria-chuteira do Brasil fez poesia para conquistar o goleiro da seleção...”. Adriano Wilkson. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2014/10/02/1-maria-chuteira-do-brasil-fez-poesia-para-conquistar-o-goleiro-da-selecao.htm> . Acesso em 06/02/2022.

<sup>13</sup>Fonte TSE.

<sup>14</sup>Para conhecer outras produções do NAD, acesse: <http://cpdoc.fgv.br/nucleoAD/atividades> . Acesso em 07/02/2022.

<sup>15</sup>Os filmes estão disponíveis nos seguintes links: “Almerinda, a luta continua”: <https://www.youtube.com/watch?v=U0oc8sux7yI> . Filme realizado na 2ª Oficina de Produção Audiovisual do Núcleo de Audiovisual e Documentário FGV/CPDOC. Direção: Cibele Tenório. “Anna Amélia - Feminismo no tempo do Zeppelin”: <https://www.youtube.com/watch?v=l3yvqyO33hg> . Filme produzido na Oficina de Audiovisual em Sala de Aula, ofertada pelo Núcleo de Audiovisual e Documentário da FGV CPDOC no ano de 2019. Direção: Tarcila Soares Formiga. “A Bacharel e o Presidente”:

[https://www.youtube.com/watch?v=5y\\_oNafW2g0](https://www.youtube.com/watch?v=5y_oNafW2g0) . Filme realizado na 2ª Oficina de Produção Audiovisual do Núcleo de Audiovisual e Documentário FGV/CPDOC. Direção: Nay Araújo.

<sup>16</sup>Para mais informações sobre o Escola no Acervo, acesse: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/escola> . Disponível em 08/02/2022.

Os roteiros do Escola no Acervo foram desenvolvidos com o auxílio das estagiárias Luiza Botelho e Rafaella Salles, graduandas de ciências sociais da FGV CPDOC.

Texto recebido em 21 de fevereiro de 2022.

Aceito para publicação em 13 de junho de 2022.

# ARQUIVOS E FEMINISMO: O ACERVO DE MARIA LACERDA DE MOURA

## ARCHIVES AND FEMINISM: THE COLLECTION OF MARIA LACERDA DE MOURA

Fernanda da Costa Monteiro Araujo\*

Bárbara Moreira Silva de Barros\*\*

**Resumo:** O presente artigo discute a importância dos documentos de arquivo no processo de construção e disputa de memória. Configurando-se como uma ferramenta estratégica, os documentos arquivísticos são fundamentais na dinâmica entre lembrança e esquecimento. Através do acervo de Maria Lacerda de Moura, uma das principais expoentes do movimento feminista no Brasil, o debate acerca da importância dos documentos de arquivo fica latente no que se refere a divulgação e legitimação das reivindicações do movimento. O artigo pretende discutir a relação entre arquivos e memória através dos documentos de Maria Lacerda de Moura.

**Palavras-Chave:** arquivos, Feminismo, memória.

**Abstract:** This paper discusses the importance of archival documents in the process of memory construction and dispute. Configuring itself as a strategic tool, the archival documents are fundamental in the dynamics between remembrance and forgetfulness, forming the memorialistic framework about the feminist movement. Through the collection of Maria Lacerda de Moura, one of the main exponents of the feminist movement in Brazil, the debate about the importance of archival documents becomes latent when it comes to the dissemination and legitimization of the movement's claims. The article intends to discuss the relation between archives and memory through Maria Lacerda de Moura's documents.

**Keywords:** archives, Feminism, memory.

“Diga-me, quem te deu o direito soberano de oprimir o meu sexo?”

A frase supracitada é de Olympe de Gouges<sup>1</sup> guilhotinada no dia 03 de novembro de 1793 na França, acusada de ter se “comportado” como um homem de Estado e ter esquecido das virtudes próprias a seu sexo. Mais de duzentos anos se passaram desde a sua execução e a luta feminista ainda está longe de terminar.

A ideia de aprofundar o estudo sobre o tema se deu a partir de pesquisas teóricas e exploratórias para a dissertação<sup>2</sup> alinhada à participação ao projeto de pesquisa Acervos de Movimentos Sociais: da produção documental ao acesso<sup>3</sup> que teve como ponto de interseção o estudo pautado nos arquivos de pessoas<sup>4</sup> de mulheres com atuações em prol

---

\*Professora doutora do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio Janeiro - UNIRIO

\*\*Mestre em Memória e Acervos pelo Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa

do direito de igualdade de gêneros no Brasil e de que forma estes acervos estavam organizados e acessíveis para pesquisas.

No decorrer da investigação, houve uma dificuldade na pesquisa em localizar fontes primárias de militantes feministas no estado do Rio de Janeiro<sup>5</sup>, e concluiu-se que nove dos arquivos de pessoas do estado são de mulheres e destas, menos de um por cento são feministas (BARROS, 2018), confirmando a hipótese de que “a historiografia brasileira é rarefeita quando se trata de compreender o papel da mulher na sociedade nacional.” (ALVIM, 1983, p.61) e que os registros são ínfimos comparados com os de homens.

Nesse sentido, o presente artigo focará na análise documental do acervo de Maria Lacerda de Moura, um nome de destaque na trajetória militante por igualdade de gêneros no Brasil, no intuito de discutir sua importante presença no feminismo brasileiro e como a sua luta influenciou nas conquistas adquiridas pelo movimento.

O trabalho apresenta uma discussão teórica relacionando os conceitos de Arquivo e Memória a fim de entender a relação entre os documentos arquivísticos e o processo de construção de memória social sobre o movimento feminista brasileiro, tendo como objeto de análise o acervo documental de Maria Lacerda de Moura. O arquivo adquire um lugar de destaque na medida em que entendemos que os registros arquivísticos são ferramentas fundamentais nas disputas pela memória, configurando-se no processo segundo o qual a memória se torna um valor, uma forma de poder.<sup>5</sup>

O sentido de prova e de verdade segundo o qual o acervo arquivístico é investido, lhe confere uma singularidade. É nessa chave que analisamos a memória do movimento feminista a partir da documentação de uma das suas expoentes, Maria Lacerda de Moura. Por meio de uma metodologia exploratória, apresentaremos aspectos relevantes da sua trajetória histórica, assim como uma análise da documentação que conseguimos recuperar. Desta forma podemos propor uma importante discussão acerca da influência de Maria Lacerda de Moura nas bandeiras e nas reivindicações do movimento feminista brasileiro, e como essas demandas pautaram de forma mais geral os aspectos centrais do movimento.

Como questão principal, trabalhamos com os aspectos da memória que os arquivos conservam. Memória é processo, construção. Como tal é feita por atividades de rememoração do passado segundo elementos do presente que ressignificam noções de tempo e de espaço selecionando o que é “importante” para compor a memória. Esse

processo não é consciente, é uma difícil negociação entre o individual e o social, pela qual identidades são construídas e reconstruídas a fim de formar uma coesão ao grupo.

A importância do arquivo como um “lugar de memória”<sup>6</sup> ou ainda enquanto um objeto de disputa pela memória precisa ser abordado enquanto um instrumento estratégico na construção da identidade do movimento feminista. Nesse sentido, o arquivo é uma ferramenta singular, do processo de memória e de esquecimento que permeia os movimentos sociais. Cumpre um papel importantíssimo a partir do momento em que se configura em um instrumento para o acesso à informação. Porém, de acordo com Lissovsky<sup>7</sup>, é necessário analisar os acervos arquivísticos como um conjunto anacrônico, ou seja, o autor defende que são vestígios intencionais que carregam uma série de antecipações (não existe intencionalidade desprovida de antecipações) que se combinam de forma instável, são formados por diversas dimensões que juntas lhes dão vários sentidos. No entanto, terá um único sentido dado de acordo com o olhar particular dos pesquisadores e usuários.

#### *As anarcofeministas e a (in) visibilidade de suas ações no cenário brasileiro*

Antes de iniciarmos a análise documental do acervo de Maria Lacerda de Moura, precisamos compreender o tempo-espaço em que a militante estava inserida, a fim de entender a importância do movimento anárquico e da própria anarcofeminista.

O movimento político anárquico de indícios de surgimento ainda na Grécia Antiga, Renascença e Revolução Francesa (COSTA, 1985; WOODOCK, 2002), só recebeu essa nomenclatura, com exposição de definição e pensamentos, em 1840, com Pierre Joseph Proudhon com a obra *O que é propriedade?*. Nettlau afirma que anarquia é o “estado de um povo que surge sem autonomia constituída, sem governo” (NETTLAU, 2008). Ou seja, é uma ideologia política que luta pela construção de uma sociedade livre de Estado, instituições, autoridades (incluindo as religiosas) e com a expropriação de bens capitalistas.

O movimento anárquico chegou ao Brasil em meados da segunda metade do século XIX, por meio dos imigrantes europeus que difundiram os seus ideais anarquistas (MENDES, 2018); passando assim a exercerem uma influência expressiva nos movimentos operários principalmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, no biênio 1917-1918 (destacando-se a greve de 1917) ao acarretar a eclosão de momentos conflitantes entre as organizações sindicais e os donos de fábricas.

E em meio às classes operárias, destaca-se a significativa presença feminina, pois considerando que “dos 10.204 operários recenseados, em 23 fábricas, 2.648 são do sexo masculino e 6.801 do feminino”, segundo o *Boletim do Departamento estadual do trabalho, 1912, São Paulo* (ALVIM, 1983). Além da luta contra as extensas jornadas de trabalho e locais insalubres, as mulheres ainda tinham que lidar com a ausência de contratos de trabalho, violações sexuais, salários inferiores e desemprego (MENDES, 2018), o que fez com que elas buscassem por uma emancipação feminina que incluísse educação, libertação sexual, o término das relações hierárquicas considerando o sexo e o fim do padrão burguês de feminilidade (RAGO, 1994), e em decorrência de tais reivindicações, surgiram núcleos femininos como, por exemplo, o Centro Feminino de Jovens Idealista, (1920).

Apesar do anarquismo lutar contra a divisão de classes e a opressão de uns sobre os outros, as questões a respeito da emancipação e de igualdade feminina eram deixadas à parte, sem ganhar destaque nas pautas de discussões. Ainda que o movimento fosse contundente em suas críticas às instituições sociais, como a Igreja e a família, e com ataques ao casamento monogâmico indissolúvel, às desigualdades sexuais e à educação coercitiva para as crianças; na prática, a situação das mulheres continuava muito desigual em relação à dos homens e poucas melhoras haviam sido realizadas.

Um exemplo é que, durante a pesquisa exploratória ao analisar as pautas do Congresso Operário Brasileiro - COB realizado, respectivamente, nos anos de 1906, 1913 e 1920, constatou-se que não foram abordados problemas exclusivamente femininos.

À medida que verticalizou-se a pesquisa sobre as anarcofeministas, nomenclatura criada durante a década de 1980, quando ocorreu um significativo crescimento nas pesquisas sobre os movimentos feministas (LEITE, 1997), utilizado para referir-se às mulheres do movimento anarquista, observou-se que as ações dessas mulheres libertárias excederam aos limites das fábricas (BENJAMIN, 1994) e ampliaram-se aos comícios, teatros operários, redações de jornais, salas de alfabetizações e estudos. E se dedicaram com afinco a criar escolas, organizar cursos e palestras, promover atividades culturais, publicações de periódicos, entre outras atividades.

Os anarquistas defendiam que apenas por meio da educação seria possível uma transformação social, construindo uma nova sociedade socialista libertária. Para as mulheres, era a oportunidade de emancipação feminina e uma sociedade igualitária.

Um exemplo são as *Escolas Modernas*, um movimento pedagógico inspirado na filosofia anarquista de ensino do pedagogo Francisco Ferrer y Guardia<sup>8</sup> (RODRIGUES,

1992) com o objetivo de aplicar um ensino racionalista, distante do Estado, sem ideais religiosos, privilegiando os estudos científicos e articulando aspectos culturais e literários.

Instaladas em bairros operários e próximas às fábricas, com aulas nos turnos da manhã e noite para ambos os sexos, mantinham-se por meio de arrecadações em festas e campanhas de jornais operários feitas pelos próprios trabalhadores, além de ajudas mensais. Os anarquistas construíram locais voltados à educação como bibliotecas, ateneus, centros de cultura e escolas onde desenvolviam projetos educativos, tanto para adultos quanto para crianças.

Em consonância à afirmação de Perrot (1998) que mesmo excluídas das palavras públicas, as mulheres incluíram-se pela escrita, por meio de correspondências, literatura ou imprensa. Anarquistas defendiam, por meio de jornais libertários, o ensino racionalista e a emancipação feminina tais como: *A Terra Livre*, *A plebe*, *O nosso jornal*. Nomes como Angelina Soares, Teresa Maria Carini, Elvira Boni, Matilda Magrassi, Carolina Boni, Isabel Cerruti (Isa Ruti) são alguns que assinam as publicações e que também são encontrados em referências bibliográficas, porém, pouco se sabe de algumas dessas mulheres, de outras nada além dos nomes.

Como muitas mulheres do movimento eram operárias com pouca ou nenhuma educação formal, presumiu-se que transmitiam suas vivências, ações e impressões por meio de relatos orais<sup>8</sup>. O que foi confirmado durante a pesquisa exploratória, uma vez que localizamos os nomes dessas mulheres no Arquivo Público de São Paulo – no fundo *Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – DEOPS-SP – Fichas*, com registros criminais já que foram alvos de vigilâncias do órgão já extinto. E também na *Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital*, onde conseguimos resgatar alguns desses periódicos.

Dentre as engajadas, os nomes que mais se destacou foi o de Maria Lacerda de Moura, professora, escritora anarcofeminista, organizadora da biblioteca social “A Inovadora”. Também defendia a luta pela igualdade feminina e uma concepção de educação diferente da oficial da época.

Lacerda ia além, almejava criar um curso de “História das mulheres” e fundar universidades com ensino racionalista como podemos observar nesta carta<sup>9</sup> de Maria a Bertha Lutz:

Apesar de todas as horríveis dificuldades, a fundação de uma escola superior ou melhor uma Universidade com ensino racionalista científico para desenvolvimento das faculdades de raciocínio e julgamento, espírito crítico de mulheres já instruídas. (Carta de

21/10/1920, Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Arquivo Nacional).

Mesmo sendo o nome mais propagado entre as anarcofeministas, pesquisadores acreditam que Maria Lacerda de Moura não tem o reconhecimento merecido, vejamos:

Se no Brasil, que teve uma ativista como Maria Lacerda de Moura, a divulgação e o estudo do feminismo anarquista demorou a ser realizado, nos EUA ele goza de ampla repercussão, e Emma Goldman, reputa como a maior radical feminista que passou pelo país. (COELHO, 2007 p.13).

Sua biógrafa, a historiadora e professora Mirian Lifchitz Moreira Leite, autora do livro *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura* (1985), relata a sua dificuldade em localizar documentação sobre a anarquista:

Na ocasião em que escrevi a tese de doutorado Caminhos de Maria Lacerda de Moura (Contribuição para o estudo do feminismo no Brasil), tive muita dificuldade para encontrar documentação. (LEITE, 1997, p.238).

E continua:

De 1983 para cá, a situação mudou. Os Estudos sobre a Mulher, de que ela foi pioneira não reconhecida, tiveram um razoável desenvolvimento, em diversos deles as ideias e os livros de Maria Lacerda foram repassados com atenção ou com notas bibliográficas. [...] Apesar disso, em 1987, o centenário de seu nascimento passou em surdina. (LEITE, 1997, p.238-239).

As falas supracitadas e o resultado da pesquisa empírica, que visou buscar documentos produzidos ou recebidos por Maria Lacerda de Moura, de certa forma, não nos surpreenderam. Já era esperado encontrar uma ínfima documentação da mesma, uma vez que tal realidade, que não é exclusiva brasileira, tende a privilegiar os homens tornando as mulheres “sombras” da história. Bem como afirma Schmitt que os registros foram “sistematicamente abafados pelos detentores do poder” (1990, p.284). Por aqui, estudiosas, também já haviam percebido a mesma coisa, como na análise a seguir:

No Brasil, [...], a história da mulher em qualquer ramo de atividade aparece sempre trucada faltam testemunhos, as referências ao trabalho são sempre indiretas e, além de alguns relatos de viajantes, religiosos e raríssimo historiados nada resta a não ser a certeza que sempre será uma história incompleta. (ALVIM, 1983, p. 63).

Ainda sobre a temática, Dias afirma que a “memória social da vida das mulheres vai se perdendo mais por esquecimento ideológico do que por uma real inexistência de

documentos” (1984, p. 7). Sendo assim, a autora sugere que entre essas fontes “ralas e fragmentadas” é preciso reunir o máximo de dados possíveis e montar uma espécie de quebra cabeça e “interpretar o implícito”.

Neste sentido, faz-se necessário, realizar uma pesquisa biográfica para compreender melhor quem foi Maria Lacerda de Moura, sua atuação e quais as relações que manteve ao longo de sua luta ideológica.

### *Mas quem foi Maria Lacerda de Moura?*

Nascida em Manhuaçu (Minas Gerais), em 16 de maio de 1887, desde muito cedo participou de campanhas relacionadas a questões sociais. Após formar-se professora pela Escola Normal Municipal de Barbacena (para quem doou no ano de 1931, setenta livros do seu acervo pessoal), passou a alfabetizar e a se dedicar a luta de reformas educacionais.

Ainda adolescente, começou escrever para jornais e aos trinta e um anos publicou seu primeiro livro *Em torno da educação*. Casou-se com Carlos Ferreira de Moura no ano de 1905, com quem se manteve casada até 1925.

Ampliando seus contatos para Belo Horizonte, São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, aos trinta e quatro anos mudou-se para São Paulo. Já associada à luta anarquista e feminista, funda com Bertha Lutz a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher (precursora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino<sup>10</sup>), entretanto, em 1922 rompe com a organização por questões ideológicas, pois acreditava que o voto era uma parcela limitada das necessidades femininas.

Em 1923, lança a revista mensal *Renascença* e, entre os anos de 1928 a 1937, mora na comunidade anarquista de Guararema (São Paulo) com o seu segundo companheiro André Neblind, onde Maria se dedicava às aulas de história e poema. Contribuindo com publicações para o periódico O Combate (SP) e realizando conferências no Uruguai e na Argentina, a anarcofeminista estreitou relações com personalidades como Luís Carlos Preste e Anna de Castro Osório<sup>11</sup>.

No ano de 1938, após a deportação de André, passou a residir no Rio de Janeiro e trabalhar na Rádio Mayrink Veiga divulgando seu trabalho como astróloga e lendo horóscopo. Maria Lacerda de Moura adotou dois filhos ao longo de sua vida: Jair de Moura (um sobrinho) e Carminha de Moura (órfã carente), entretanto o ingresso de Jair na Ação Integralista Brasileira (AIB), causou-lhe um grande desgosto, demonstrando publicamente com uma carta aberta ao periódico A Lanterna (SP). Maria Lacerda morreu

em 20/03/1945, sendo enterrada sob a sepultura 16.167 do Cemitério São João Batista (Rio de Janeiro).

### *Documentação Maria Lacerda de Moura: uma busca pouco frutífera*

Nesta parte da pesquisa, apresentamos o mapeamento da documentação produzida, recebida ou referente ao nosso objeto de pesquisa. E como a feminista morou e atuou principalmente nos estados de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio de Janeiro, buscaram-se documentos por meio de instrumentos de pesquisas disponíveis nas páginas eletrônicas das instituições. E alinhado a isto, pesquisou-se em referências bibliográficas e artigos científicos sobre a temática. Chegando assim, a alguns arquivos, às bibliotecas e centro de documentação.

Por meio da biografia, procuramos em instituições que detinham arquivos sobre organizações de que Maria Lacerda participou como, por exemplo a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, um dos fundos arquivísticos do Arquivo Nacional - AN, que está entre um dos mais pesquisados segundo informações do próprio órgão. Nele obtivemos sucesso, encontrando cartas, recortes de jornais e uma fotografia. Encontramos também no AN, no *fundo Fábio Luz*, cartas que Maria enviou ao amigo anarquista Fábio Lopes dos Santos Luz em manifestação de solidariedade enquanto o mesmo esteve preso. Procuramos, porém sem sucesso, no *fundo Rádio Mayrink Veiga*.

Partimos então para arquivos de titulares engajados no movimento anarquista, chegando ao Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas (UNICAMP), que possui periódicos e cartazes da autoria da militante. E em seu acervo bibliográfico, há as duas principais obras da escritora, ambos os exemplares são do ano de 1932.

Como militante anarquista, e tendo sido presa em alguns momentos de sua vida, conferimos em arquivos da polícia política atuante na época. E encontramos no Arquivo Público Mineiro, no fundo *Polícia Política*, registros criminais pelo crime “comunismo”.

Em janeiro de 2004, a professora Mirian Moreira doou ao Centro de Documentação e Memória – CEDEM da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, o total de onze caixas arquivos com a documentação levantada durante a pesquisa acadêmica relacionada à produção da tese e também que resultou na biografia de Lacerda de Moura.

Como Maria manteve uma amizade com Ana de Castro Osório, identificaram-se na Biblioteca Nacional de Portugal, cartas enviadas por Maria à feminista lusitana. Vejamos de forma sistematizada a documentação localizada:

INSTITUIÇÃO	FUNDO	DOCUMENTOS	DATA-LIMITE
ARQUIVO NACIONAL	Acervos Privados - Federação Brasileira pelo Progresso Feminino	- 01 fotografia - 07 cartas enviadas e recebidas	1920 - 1922
ARQUIVO NACIONAL	Acervos Privados - Fábio Luz	- 15 cartas	1920-1923
ARQUIVO EDGAR LEUENROTH	Edgard Leuenroth	- Folheto <i>Clero e estado</i> (gênero textual)	1931
ARQUIVO EDGAR LEUENROTH	Edgard Leuenroth	- Periódico <i>Renascença</i> (gênero textual)	1923
ARQUIVO EDGAR LEUENROTH	Edgard Leuenroth	- Periódico <i>A mulher e a maçonaria</i> (gênero textual)	1922
ARQUIVO EDGAR LEUENROTH	Biblioteca Edgard Leuenroth	Amai e...não vos multipliqueis.	Edição 1932
ARQUIVO EDGAR LEUENROTH	Biblioteca Edgard Leuenroth	A mulher e uma degenerada.	Edição 1932
ARQUIVO EDGAR LEUENROTH	Biblioteca Edgard Leuenroth	A mulher e uma degenerada.	Edição 2018
ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO	Polícia Política	-Prontuários criminais (Pasta 1.294, o nome de Maria Lacerda é citado nos documentos de números 31, 33 e 40).	-
ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO	Secretaria do Interior	- 01 requerimento (enviado); - 05 pareceres (recebidos).	1919-1920
BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL	Espólio Família Castro Osório	-	1878- 1946
ARQUIVO DA ESCOLA NORMAL MUNICIPAL DE BARBACENA	-	-02 registros de diplomas; -01 ata de admissão na escola -03 atas de exames; - 01 registro de visitas de fiscalização.	1893-1921
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA – (UNESP)	Coleção Miriam Moreira Leite	- 20 Fotografias (ampliações); - 12 periódicos; - 16 livros - 11 caixas arquivos com documentos textuais.	1915 - ?

Fonte: As autoras (2019).

Acreditamos ser importante pontuar que no decorrer da pesquisa empírica localizaram-se mais de mil itens documentais da escritora feminista em uma loja virtual de leilões. Na página da *Harpya – Colecionáveis & Antiguidades*, há a informação de que houve no ano de 2014, no bairro de Vila Isabel (RJ), com lance inicial de vinte mil reais, o leilão da documentação pessoal de Maria Lacerda, composto de centenas de manuscritos e documentos de sua vida “pessoal, docente, política e ideológica, no feminismo, na anarquia e na esquerda”, além de “cartazes, revistas, livros autografados pela própria e fotografias”. Além disso havia no arquivo cartas de Olavo Bilac, Érico Veríssimo e Humberto de Campos. No *site*, também encontramos acervos de outros escritores com correspondências enviadas por Lacerda de Moura ainda disponíveis para lances.

Um ponto que consideramos ser destaque é que juridicamente no Brasil não é ilegal vender documentos pessoais, entretanto, o fato de um colecionador (a) particular ter em sua posse um acervo tão rico e não disponibilizá-lo é uma perda para a pesquisa científica brasileira que já é carente de fontes documentais de mulheres.

Entramos em contato com a Harpya com o intuito de buscar informações sobre o doador e o comprador, mas por questões de privacidade não obtivemos sucesso. Então perguntas ficam em nossas mentes sem respostas, como por exemplo: Quem doou essa documentação? Quem poderia ter comprado um acervo tão extenso? Será que existem mais documentos “perdidos”?

Maria foi uma mulher letrada e que muito produziu, ao contrário de muitas anarquistas feministas que eram trabalhadoras de baixa renda, com pouco ou nulo acesso à educação básica e sem privilégios sociais. Logo, acredita-se que ela produziu muito mais do que há disponível hoje.

#### *Arquivo e Memória: uma relação intrínseca*

*A memória é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento; em suma, ela é humana e social.*<sup>12</sup>

“Um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais”<sup>13</sup>, é assim que Andreas Huyssen inicia sua análise sobre a importância da memória na contemporaneidade. Segundo o autor, a partir da década de 80, a memória passa a ser uma questão e uma preocupação central das sociedades contemporâneas. Há uma busca política e cultural pela volta ao passado no sentido de

tentar preservar e guardar todos os elementos que possam de alguma forma influenciar no presente e no futuro, configurando-se o que o próprio autor identificou, fazendo uma alusão a Koselleck<sup>14</sup>, como sendo o deslocamento dos chamados “futuros presentes”, que marcaram as primeiras décadas da modernidade do século XX para os “passados presentes”, no qual o passado passou a ser muito mais valorizado.

A partir da concepção de memória, enquanto um processo, algo que é construído e influenciado por diversas vertentes e experiências, podemos entender que Huysen destaca que o processo de construção de memória nas sociedades contemporâneas adquire um perfil nostálgico, no sentido de se reportar para um passado valoroso e ideal e que por isso precisa ser preservado e divulgado como forma de tentar sempre reviver uma determinada época. Nesse sentido, o discurso de “passados presentes” é cada vez mais forte no sentido de influenciar o futuro. A ideia é que partindo de um passado grandioso como base, o futuro está garantido.

Outra perspectiva de análise fundamental nesse debate é a linha que pensa a memória baseada na ideia de reparação em experiências traumáticas, como as ditaduras e o holocausto. Segundo essa linha de raciocínio o passado não é nostálgico e, muito menos, valoroso, o objetivo é rememorar-lo para evitar o esquecimento de épocas tão desumanas, para que não se repitam. É necessário que estratégias de rememoração estejam sempre presentes, adquirindo proporções monumentais em vários pontos do planeta. Face a esse panorama, lembrar aspectos de um passado ruim é necessário para que não aconteça novamente, moldando as expectativas de futuro. Podemos destacar a autora Beatriz Sarlo<sup>15</sup> como uma das expoentes dessa linha de análise.

Independentemente do viés analítico, esse é o momento em que o mundo está sendo arquivado e musealizado com o objetivo de se conseguir recordação total, seja pela busca de um passado que não pode ser esquecido porque é valoroso e de certa forma remonta às origens de uma “época boa” que não volta mais, trocando o conceito de progresso pela valorização das tradições ou pelo contrário, a lembrança seria uma tentativa de fazer com que aspectos de um passado traumático nunca mais se repitam, resgatando a ideia de passado como algo a ser sempre lembrado como um aprendizado para o futuro.

Soma-se ainda a conjuntura social e histórica que os anos oitenta trazem. As políticas neoliberais, a globalização econômica e o incentivo ao consumo, mudam os rumos de pensar sobre o conceito de memória, a inserem no rol de mercadorias, a memória agora é passível de consumo, podendo ser comercializada por motivos políticos.

É a época das grandes produções cinematográficas, a criação de centros de documentação e museus interativos, proporcionando a espetacularização e a mercadorização da memória.

Esse cenário é circunscrito pela influência da mídia. Através da grande mídia, a memória é sempre exaltada, lembrada ou totalmente esquecida de acordo com interesses muitas vezes subliminares. A dinâmica social elege através de embates de interesses o que deve ser chamado de memória oficial<sup>16</sup>, nessa disputa os setores com maior poder de barganha levam considerável vantagem. Esse impasse está inserido na discussão mais ampla sobre o conceito de Estado, que deve ser entendido como uma relação de forças entre classes, que se manifesta de maneira específica e privilegia as relações sociais, possuindo a todo o momento interesses e alianças estratégicas.

Nesse sentido, o êxito ou fracasso de posições defendidas no embate entre projetos formulados por frações da classe dominante depende da sua capacidade organizacional, e do maior ou menor poder de barganha em prol da inserção de seus interesses no interior das mais variadas agências do poder público estatizado, processo este altamente dinâmico e em permanente redefinição<sup>17</sup>.

São questões importantes para refletirmos acerca da nova configuração que a memória e seus elementos adquirem a partir de um cenário global no qual a ordem econômica é prioridade. As grandes produções memorialísticas, incluindo-se toda e qualquer iniciativa de resgate e divulgação do passado, passaram a ser investidas de valor econômico, além do simbólico.

É interessante investir nessa discussão na medida em que esse processo acaba por reforçar determinados fatos e aspectos que, por vezes, se transformam em “verdades” absolutas. O jogo político que marca a construção de memória está diretamente ligado a essa individualidade da época moderna. As características de espetacularização e comercialização do passado no sentido de criar memórias oficiais, como falamos anteriormente, estão diretamente ligadas com essa forma de se relacionar na modernidade.

Quando pensamos em memórias oficiais logo se tem a ideia de arquivos, centros de documentação, museus e bibliotecas como guardiões de “verdades”, nesses espaços estão salvaguardados fatos e narrativas que, no senso comum, estão diretamente ligados com o que realmente aconteceu. No entanto, essa construção é muito complexa e envolve embates de interesses muito mais profundos, já que, em especial sobre os arquivos, compartilhamos a ideia de que é uma construção social e política.

Concomitantemente a essa explosão pela memória, há também o pânico do esquecimento, dinâmicas totalmente ligadas. Não existe memória sem esquecimento e vice-versa.<sup>18</sup> Quanto mais se tem a busca pela memória e pela lembrança, mais o esquecimento se torna latente, por isso criamos estratégias para lembrar. Dessa forma, Huyssen parte da hipótese de que memória, história e patrimonialização precisam estar juntas para combater o mundo do esquecimento provocado pela velocidade das mudanças e o encolhimento espaço-temporal.

O crescimento de estratégias de rememoração que marcam a modernidade, especialmente a partir dos anos 80 e, especificamente, no que se refere aos movimentos sociais, pode estar associada à busca por reconhecimento desse grupo. O motivo, na modernidade, pelo crescimento na construção de centros de documentação, arquivos, museus ou qualquer outra tentativa de resgate do passado, está no futuro, ou seja, existe um desejo de influência futura a partir de uma legitimação desses movimentos no presente. Busca-se um reconhecimento e com isso se ganha mais capital político, o que facilita a inserção desses movimentos e dos seus interesses nas esferas mais altas da sociedade.

Ao abordar especificamente o arquivo como um instrumento de contenção do passado, percebemos que o arquivo surge como um lugar propício para o resgate e/ou construção de memórias coletivas ou individuais por meio da custódia de seus documentos. Conforme Heloísa Bellotto<sup>19</sup>, o documento arquivístico representa muito mais que um suporte, uma estrutura e um conteúdo. Implica na guarda na circunstância e na vontade de dar origem a um fato. Também segundo a autora, indica um propósito por meio do qual um fato e uma vontade determinam consequências; é o resultado de um procedimento de criação que se verá refletido na forma documental.

É importante pensar os arquivos sob uma perspectiva crítica. Segundo Luciana Heymann, os arquivos devem ser entendidos “como artefatos dotados de historicidade, marcados por interferências configuradoras e investidos de uma série de atributos igualmente conformadores de sentidos”.<sup>20</sup> Essa passagem reforça o que vimos até aqui, legitima o caráter político dos arquivos destacando que precisam ser analisados criticamente antes de qualquer conclusão. É necessário pensar sobre a configuração arquivística que se apresenta, refletir sobre seus usos e seu percurso enquanto elemento passível de manipulação histórica. Segundo Heymann:

Investir no papel dos arquivistas na conformação da fonte histórica é uma das vertentes da abordagem etnográfica que alguns estudiosos têm

sugerido como caminho para ‘desnaturalizar’ os arquivos e entendê-los como produto social em cuja “fabricação” interferem vários agentes movidos por objetivos distintos e portadores de visões de mundo diferentes. Pensar os arquivos e sua produção implica, portanto, pensar em representações e práticas.<sup>21</sup>

Entendemos os arquivos como construções sociais. Possuem uma relação direta com as ideias de memória e verdade, influenciando na produção do conhecimento sobre o passado e nos registros que moldam no presente as ideias de história, memória e identidade.

“Os arquivos têm o poder de privilegiar ou de marginalizar. Podem ser uma ferramenta de hegemonia ou de resistência (...) Nesses espaços de poder, o presente controla o que o futuro saberá do passado”<sup>22</sup>. Essa passagem de Cook exemplifica a importância que o conceito de arquivo adquiriu na abordagem contemporânea. Entendido como um espaço estratégico de legitimação de narrativas e práticas sociais, que remetem à construção de valores e identidades, os arquivos são investidos de significados que são dados através de embates de interesses

O arquivo não pode ser entendido como depósito de documentos, mas sim como ferramenta estratégica de poder na construção de memórias e de identidades sociais. São lugares ativos onde o poder é negociado, contestado, confirmado principalmente pela atuação política dos agentes envolvidos, que agem de forma decisiva na configuração arquivística, fazendo com que os documentos reflitam as suas diversas “vozes”.

### *Arquivos Feministas – Algumas considerações*

O documento é poder, controla e ordena garantindo um poder simbólico representativo do documento. Sua estrutura técnica, uso e acesso permitem a alguns criar e manter registros, isto fornece a ideia de sociedade privilegiada versus sociedade marginalizada.

Nesse sentido, os acervos feministas, assim como a trajetória histórica das mulheres, ainda carecem de maior disseminação e conhecimento. Ainda são poucos os acervos feministas encontrados em instituições de guarda, levando-se em consideração apenas os acervos tratados e disponibilizados para consulta.

Entendemos que tal postura se deve a pelo menos duas hipóteses: a primeira se refere ao fato já identificado que, por vezes, acervos relacionados às mulheres, são “menos importantes”, ou seja, existem outras prioridades ao longo do processo produtivo

nas instituições que privilegiam outros tipos de acervos, como os institucionais ou de homens proeminentes. A falta de interesse e de uma política de memória no que se refere a preservação e divulgação de acervos feministas em relação ao Estado e às instituições arquivísticas é um fato que interfere diretamente na construção identitária do movimento, que não se vê representado em seu local social, prejudicando, em parte, o entendimento do processo histórico que viabilizou a participação das mulheres na vida política e social do país.

Uma segunda hipótese é a de que a escassez de acervos feministas em instituições de guarda disponíveis para consultas, também é resultado da ausência de conscientização, por parte dessas mulheres, de que hoje seus documentos pessoais seriam de tamanha importância para a trajetória do movimento. No final do século XIX e início do século XX, a produção documental relacionada às bandeiras pelas quais essas mulheres lutavam, era muito mais imediatista do que preservacionista, ou seja, os documentos naquele momento procuravam cumprir uma função específica (seja de divulgação do movimento, de comunicação ou, até mesmo, da vida cotidiana dessas titulares).

Nesse sentido, é importante trabalhar com duas perspectivas de análise: a falta de política memorial do movimento feminista por parte do Estado e das instituições arquivísticas, mas também a baixa produção documental das militantes, que naquele momento não tinham - e nem poderiam ter - a noção da importância que seus acervos teriam atualmente.

O estudo relacionado aos acervos feministas é cada vez mais necessário, por direito a constituírem sua memória e também pela evidência de suas reivindicações políticas e sociais que foram negadas durante décadas. Essa importância é refletida na especificidade que os documentos podem transmitir ao estudar o contexto de determinados movimentos em sua generalidade até as práticas culturais do grupo, não retirando o direito de fazerem parte de nossa história e memória.

### *Resultados*

Historicamente verifica-se que, nos movimentos sociais, a produção de documentos e a contextualização de seu conhecimento são extremamente descuidadas, quer por motivos políticos conjunturais, quer pela falta de entendimento do significado da preservação da memória para as atividades finalísticas de tais organizações. Ao mesmo tempo, apesar de ainda muito incipiente, a documentação produzida pelos movimentos

sociais, incluindo o movimento feminista, é semelhante a todas as demais estruturas formais de administração e, por isso, acabam por servir exclusivamente as demandas administrativas, não sendo percebidas como ferramentas sociais de valor político fundamental.

No caso da análise da documentação da Maria Lacerda de Moura, conforme afirmado, não esperávamos localizar uma documentação muito extensa, mesmo a militante tendo atuado ativamente por muitos anos no país.

Ainda que a própria demonstrasse ter a consciência da importância da documentação, pois tivera como anseio criar um curso “História das mulheres” além de deixar, antes de morrer uma carta-memória, pois sabia que tais artefatos poderiam ser estudados no futuro. Talvez não tenha tido tempo ou percepção em deixá-la centrada ou com um único responsável. Porventura, este responsável após a sua morte não tivesse noção do valor histórico dos registros. Essas e tantas outras questões que surgiram ao longo da pesquisa é que suscitam mais investigações.

Por questões temporais, não pudemos aprofundar mais as pesquisas *in loco*, entretanto, este artigo tem por intenção continuar buscando fontes de mulheres feministas e anarquistas assim como iniciar buscas por outros nomes. Pretendeu-se neste artigo fazer apontamentos iniciais almejando contribuir para outras pesquisas que possuem a mesma ou temáticas correlatas.

### **Referencias bibliográficas:**

ALVIM, Zuleika M. F. A participação política da mulher no início da industrialização em São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, n. 114, p.61-84, jan/jul. 1983.

BELLOTTO, Heloísa L. “Arquivos permanentes: tratamento documental”. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas: magia etécnica, arte e política. *Ensaaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1994.

COSTA, Caio Tulio. *O que é Anarquismo*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense, 1985.

COOK, Terry, SCHWARTZ, Joan M. “Arquivos, Documentos e Poder: a construção da memória moderna”. *Archives Science*, v. 2, n 1-2, p 1-19.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GOLDMAN, Emma. *O indivíduo, a sociedade e o Estado, e outros ensaios*. COELHO, Plínio AUGUSTO (org. e trad.). São Paulo: Hedra, 2007.

HEYMANN, Luciana Quillet. “De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do ‘legado’ de Darcy Ribeiro”. IUPERJ: Rio de Janeiro, Tese de doutorado, 2012.

HUYSSSEN, Andreas. “Seduzidos pela memória”. *Rio de Janeiro*, Aeroplano, 2000.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. A documentação de Maria Lacerda de Moura (1887-1945). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 17, n.33, p.238-250, 1997.

Marques, A.H.de Oliveira. *Dicionário da maçonaria portuguesa*. Lisboa, Editoria Delta, 1986.

MENDES, Samanta Colhado. As mulheres anarquistas no Brasil (1900-1930): Entre os esquecimentos e as resistências. *Revista Espaço Acadêmico* (UEM), v. 210, p. 63-75, 2018

MENDONÇA, Sonia Regina. “Economia e Política na historiografia brasileira”. *Antropolítica*, Niterói, EDUFF, v. 7, p. 23-39, 2001

NETTLAU, Max. Introdução: MALATESTA, Errico. *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Hedra, 2008.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15

RAGO, Margareth. A sexualidade feminina entre o desejo e a norma: moral sexual e cultura literária feminina no Brasil, 1990-1932. *Revista Brasileira de História* (ANPUH). São Paulo, Ed. Marco Zero, Volume 14, n. 28, 1994.

RODRIGUES, Edgard. *O Anarquismo na Escola, no teatro, na poesia*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1992.

SARLO, Beatriz. “Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva”. Belo Horizonte: UFMG, 2007

SCHMITT, Jean-Claude. *A história dos marginais*. IN: LE GOFF, Jaques (org.) *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, p. 261-190, 1990.

WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas - vol.1: A ideia*. Tradução: Julia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 2002.

<sup>1</sup>Escritora, dramaturga, ativista política, feminista e abolicionista francesa autora da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. (ALVES; PITANGUY, 1981).

<sup>2</sup>A pesquisa resultou em dissertação defendida no Programa de pós-graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa. Seguindo a avaliação às cegas, o nome da autora e o título da dissertação não serão informados neste momento

<sup>3</sup>Projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Seguindo a avaliação às cegas, o título do projeto e o nome da professora coordenadora não serão informados neste momento.

<sup>4</sup>Optou-se por esta nomenclatura, pois entende-se que esta transmite claramente a mensagem de que se trata do acervo deste ou daquele indivíduo, e não de documentos sobre pessoas existentes nos arquivos de empresas/instituições, como no caso dos documentos pessoais. (CAMARGO, 2009).

<sup>5</sup>A pesquisa teve o recorte temporal entre os anos de 1900 a 1950. (BARROS, 2018).

<sup>5</sup>NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Projeto história: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, v. 10, p. 07-28, dez. 1993

<sup>6</sup>Idem

<sup>7</sup>LISSOVSKY, Maurício. “O que fazem as fotografias quando não estamos olhando para elas?”. In: *Dobras da memória*, 2008, p. 26-36.

<sup>8</sup>Pensador catalão e pedagogo anarquista criador da Escola Moderna em 1901. (RODRIGUES, 1992).

<sup>8</sup>Para maiores informações ver o livro: *Velhos militantes – depoimentos* de Ângela de Castro Gomes (coord), Ed. Jorge Zahar 1988.

<sup>9</sup>Mantivemos a grafia original da carta na citação.

<sup>10</sup>Organização em prol dos direitos civis e políticos das mulheres. (LEITE, 1985).

<sup>11</sup>Ana de Castro Osório (1872-1935), foi uma escritora, jornalista, pedagoga, feminista e ativista republicana portuguesa. (MARQUES, 1986, p. 1065).

<sup>12</sup>HUYSSSEN, Andreas. “Seduzidos pela memória”. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000, p. 37

<sup>13</sup>HUYSSSEN, Andreas. “Seduzidos pela memória”. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.

<sup>14</sup>HUYSSSEN, Andreas. “Seduzidos pela memória”. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000, cap. 1, p. 9-40. O título do capítulo “Passados presentes: mídia, política, amnésia” e a ideia de “futuros presentes” se deve a obra de Reinhart Koselleck “Futuros passados”, Boston: MIT Press, 1985.

<sup>15</sup>SARLO, Beatriz. “Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva”. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

<sup>16</sup>Nesse contexto, memória oficial se refere ao que hegemonicamente deve ser lembrado, essa dinâmica é totalmente influenciada pelo contexto político e social de uma determinada época histórica, formando uma memória em oposição à memória das minorias.

<sup>17</sup>Essa discussão pode ser mais bem entendida em MENDONÇA, Sonia Regina. “Economia e Política na historiografia brasileira”. *Antropolítica*, Niterói, EDUFF, v. 7, p. 23-39, 2001

<sup>18</sup>POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

<sup>19</sup>BELLOTTO, Heloísa L. “Arquivos permanentes: tratamento documental”. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 24.

<sup>20</sup>HEYMANN, Luciana Quillet. “De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do legado de Darcy Ribeiro”. IUPERJ: Rio de Janeiro, Tese de doutorado, 2012.

<sup>21</sup>HEYMANN, Luciana Quillet. “De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do legado de Darcy Ribeiro”. IUPERJ: Rio de Janeiro, Tese de doutorado, 2012, p. 25.

<sup>22</sup>COOK, Terry, SCHWARTZ, Joan M. “Arquivos, Documentos e Poder: a construção da memória moderna”. *Archives Science*, v. 2, n 1-2, p 1-19.

Texto recebido em 21 de fevereiro de 2022.

Aceito para publicação em 4 de junho de 2022.

**ABRINDO AS FRESTAS: ILUSTRAÇÕES SOBRE  
PROSTITUIÇÃO NO PERIODISMO DO RIO DE JANEIRO  
(1910-1935)**

**OPENING THE CRACKS: ILLUSTRATIONS ABOUT  
PROSTITUTION IN PERIODICALS FROM RIO DE  
JANEIRO (1910-1935)**

Wellington do Rosário de OLIVEIRA\*

**Resumo:** Nas últimas décadas, o cotidiano dos excluídos vem virando a história de cabeça para baixo junto aos estudos de gênero, ambos constituindo um espaço privilegiado para a formação de novas problemáticas. Assim, a principal hipótese aventada pelo presente estudo visa trabalhar com 24 ilustrações sobre prostituição feminina, publicadas por impressos cariocas, tais como *A Batalha*, *O Malho*, *Vida Policial*, dentre outros. O trabalho tem por finalidade dialogar com a historiografia sobre o tema e compreender o contexto em que essas imagens foram publicadas, ora cômico, ora trágico, abordando assuntos como a prostituição de rôtula, os *rendez-vous* e o tráfico de escravas brancas. Tendo como recorte espacial o município do Rio de Janeiro, a documentação reunida foi publicada entre os anos de 1910 e 1935, momento de constante manifestação da imprensa em relação à manutenção da ordem.

**Palavras-chaves:** Escravas Brancas, Prostituição, Rio de Janeiro, Ilustrações, *Zwi Migdal*.

**Abstract:** In the last decades, the daily life of the excluded has turned history upside down along with gender studies, both constituting a privileged space for the formation of new problematics. That said, the main hypothesis put forward by this article aims to work with 24 illustrations, published by newspapers in Rio de Janeiro regarding a topic shortly discussed in consensus with other topics, which was female prostitution. Thus, this article aims to dialogue with the historiography on the subject and understand the context in which these images were published, sometimes comic, sometimes tragic, addressing issues such as the location of prostitution and trafficking of white women. Taking the Rio de Janeiro city as a spatial cut, the collected documentation was published between the years 1910 and 1935, a moment of constant manifestation of the press in relation to the maintenance of order.

**Keywords:** White Slaves; Prostitution; Rio de Janeiro; illustrations.

### *Introdução*

O discurso da imprensa frequentemente buscou traduzir, de algum modo, uma visão utópica da realidade social que informava a nação de uma determinada época, estabelecendo assim, alguns parâmetros morais e sociais a respeito de sujeitos

---

\* Mestre em História pela UFPR (Universidade Federal do Paraná). Desenvolve pesquisas nas áreas de história do crime, imprensa, violência e gênero. E-mail: hwellingtok@gmail.com.

considerados “subalternos”. Em relação às mulheres, apagadas historicamente, de acordo com Perrot (1988), as representações vieram sempre acompanhadas de narrativas turvas, seguido de discursos em formas de algaravias, como as teorias da inferioridade feminina e o da mulher submissa. Todavia, são visões forjadas por diferentes mecanismos de controle social, como a imprensa, que esteve interessada em diagnosticar, de diferentes formas, mulheres que recusavam às normas preestabelecidas e instituídas socialmente para estabelecer diferentes formas de ser, viver e de se relacionar. Assim, no campo das representações femininas, os estudos de gênero abriram caminhos no sentido de orientar novas problemáticas sobre mulheres pobres, contribuindo para desvendar as diferentes formas de participação e resistência num cotidiano restrito aos grandes temas e polarizado nas manifestações dos grupos dominantes.

Quando consideramos o discurso da imprensa como metodologia de análise e compreensão histórica sobre as mulheres, precisamos considerar alguns pontos. Chartier (2002) menciona que a imprensa sempre esteve costumada a lidar com espaços de disputa, estabelecendo padrões sociais e comportamentais que, não raras as vezes, resultou em narrativas tradicionais, mas ao mesmo tempo, também foi capaz de converter certas crenças e costumes construídos culturalmente. Devemos considerar que, ao saltar os muros que separam discursos e práticas em relação à imprensa como fonte histórica, devemos incorporar metodologias para evitar a reprodução discursiva contrária às mulheres. Assim, um outro importante passo para isso é garantir a abordagem de gênero como categoria de análise histórica, como menciona Scott (1990), no sentido de reverter o silêncio de mulheres sem direito à memória em novas narrativas interdisciplinares.

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (SCOTT, 1990) p. 21).

O conceito discutido pela autora, surge em meio ao remanejamento constante da história cultural na década de 1980, no qual ocorre uma importante mudança no campo dedicado às mulheres para avaliar as produções historiográficas feitas a respeito, e propor novos critérios de análise para esse tipo de abordagem. No Brasil, há importantes trabalhos que avaliam como se deu a emergência desse tipo de abordagem a partir de diferentes narrativas, contextos e grupos sociais diversos, sempre tratando de mulheres que foram duplamente excluídas: por serem mulheres e pela sua condição social.

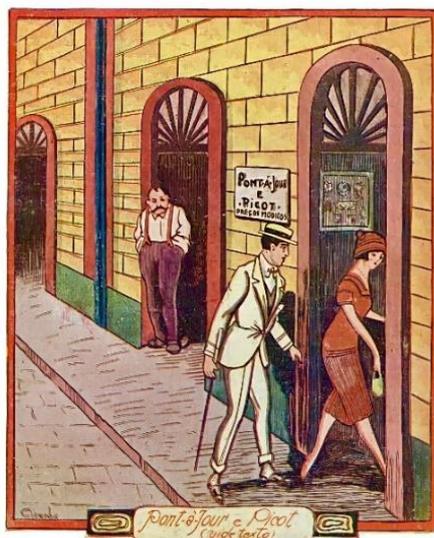
Podemos mencionar autores que se aventuraram a escrever uma história das mulheres e que, com o tempo, influenciaram outros estudos de gênero, como a obra da antropóloga Mariza Corrêa (1989), com um estudo sobre crimes passionais, mostrando que a justiça absolvía homens que matavam “por amor” e que mulheres eram absolvidas por serem “inferiores”, os escritos de Rachel Soihet (1989) sobre o cotidiano violento das mulheres em busca de novos espaços e suas implicações nas relações de gênero e, por fim, os escritos de Margareth Rago (1985, 2008), uma das primeiras a analisar a questão de gênero no movimento operário brasileiro e a condição das meretrizes no espaço urbano.

Esses estudos pioneiros, intercalado com trabalhos recentes, nos permitem a se aprofundar na onda de violência contra as mulheres no começo do século passado. Apesar da atmosfera vitoriana da época, a historiografia tem mostrado que à medida em que as mulheres tentavam se libertar de conceitos tradicionais e espaços de confinamento familiar para se tornarem onipresentes na sociedade, elas precisaram lidar com os estreitos padrões de moralidade dominante na época, conforme Martha Abreu (1989). Assim, pequenas ações como caminhar na rua, frequentar determinados locais e viver fora de um módulo familiar tradicional, tudo era capaz de pesar sobre a condição feminina que, de vez em quando, era convertida em comentários e discursos eufemistas e machistas. Um exemplo desse conflito entre ideologia do dominante e o cotidiano do dominado, aconteceu com a tentativa de diferentes mecanismos de poder em invalidar a presença das mulheres no espaço público, associando-as à criminalidade e, conseqüentemente, à prostituição, segundo (PERROT, 2016, p. 24).

Atento a essas preocupações, a pretensão deste trabalho é refletir sobre uma história delicada, mas que esteve tomada por diferentes discursos da época que limitam a condição feminina em mitos, normas e estereótipos. Vista como uma das profissões mais antigas do mundo, a prostituição também exerceu uma grande influência social em períodos que viu florescer os mais complexos sistemas filosóficos, políticos e jurídicos que se tem conhecimento. Segundo Soihet (1989), para se ter uma ideia da abrangência desses discursos e saberes, as próprias prostitutas acabariam vítimas da criminologia desde o século XIX, como mostrou os estudos de Lombroso, Pauline Tarnowsky e Parent du Châtelet. Em virtude disso, cabe aos historiadores, valendo-se de argúcia, sensibilidade e criatividade, buscar fragmentos que lhes forneçam as pistas para a recuperação do passado dessas mulheres, um método que, como afirmou Ginzburg (1989), em muito se assemelha ao do detetive e ao do psicanalista.

Para justificar a periodização deste artigo, ousamos a afirmar que tais estratégias de controle social contra as mulheres das classes subalternas nunca foram tão pensadas e reproduzidas quanto no período em questão (1910-1935). Graças a historiografia sobre o tema, temos uma noção do cotidiano difícil das mulheres que se estuda: oprimidas enquanto pobres, obrigadas a trabalhar em condições aviltantes e as humilhações do dia-a-dia. Assim, por se tratar de personagens que compartilhavam, entre outras coisas, experiências, identidades e um espaço em constante mutação, como o cenário carioca, o primeiro passo para isso foi analisar um conjunto de ilustrações referente a dois assuntos relacionados a ordem urbana: a localização dos *rendez-vous*, palavra francesa que significa lugares de encontro, tais como estabelecimentos destinados à prostituição: bordéis, lupanares, prostíbulos, entre outros, e a exibição impudica das meretrizes em público. Ao lado desses, outro aspecto a destacar refere-se às representações sobre o “tráfico de escravas brancas”, mas com atenção especial a partir das notícias envolvendo o escândalo judicial da organização criminosa *Zwi Migdal*, em março de 1930.

**Figura 1** – De exemplo, a capa da revista *Vida Policial*, edição 41, de 1925, protestando contra as casas de *rendez-vous* e o avanço do meretrício no centro da cidade, trazendo narrativas sobre como funcionava os meios usados pelos homens para aliciar mulheres



Fonte: *Vida Policial*. Rio de Janeiro: 19/12/1925.

A historiadora Schettini (2020) recentemente ressaltou que, onde há uma pitada de prazer, há duas de história. Sendo mais específico, a autora analisou imagens que circularam em jornais e revistas cariocas, do gênero humorístico e erótico do começo do século XX. A autora dedicou atenção especial ao jornal carioca "*Rio Nu*", que circulou de 1898 até 1916, consagrando-se como um dos pioneiros no país com uma abordagem sexual sobre causos e anedotas que aconteciam nas zonas da vida noturna. Aponta ainda, que diversos jornais de cunho humorístico se destacavam pelas reportagens dos fatos cotidianos da conjuntura social, política e econômica do país, mas poucos ousaram ao

ponto de abordar questões profundas sobre a sexualidade feminina com humor no recital erótico. Entretanto, a distinção entre o erótico e o pornográfico nunca foram muito claras, ainda mais se tratando da imprensa, mas é possível compreender que a pornografia explorava o sexo explícito, enquanto o erotismo explorava o implícito. Por fim, o livro é de extrema relevância para compreender o olhar masculino sobre a sexualidade feminina em voga, além de analisar um discurso que, diferente dos impressos políticos e policiais, se distanciava da agressividade e da amargura das conjunturas sociais e políticas do país para ceder lugar ao lirismo extremo e erótico.

Mediante ao conteúdo exposto, o quadro teórico-metodológico situa-se nos marcos da historiografia sobre os dilemas envolvidos na construção de uma ordem social e alguns dos estratagemas policiais do período. Julgou-se necessário outros autores como Chartier (2002), que reforça que as imagens são produzidas em função de um determinado contexto e, conseqüentemente, é fundamental entender os condicionamentos que as geram. Fabris (1998) defende que os impressos ilustrados serviam para provocar o público através de uma linguagem semiótica, considerando que boa parte da sociedade era analfabeta. Kaminski (2012) lembra que as charges e imagens das revistas retratavam o ambiente urbano e os seus temas corriqueiros, sempre de acordo com o contexto de determinado impresso e o seu público-alvo. Luca (2008) lança mão sobre os impressos enquanto fonte histórica, ressaltando que os periódicos permitem ao historiador o tracejo de nuances acerca das intencionalidades de formação simbólica dos sujeitos, e que essas representações são disseminadores de determinada visão social.

### *Das calçadas às termas*

No século XX, o cartão postal do Brasil, sinônimo de sonhos tropicais, entrou da mesma forma como saiu do XIX: em busca da modernidade. A expressão até ressoa bem, mas esteve longe de se constituir em consenso. Mais do que isto, provocou conflitos que marcaram a história recente do Rio de Janeiro. Quando o assunto é desordem urbana, a prostituição sempre esteve lado a lado de diversos questionamentos que visaram transformar a cidade, tendo como inspiração Paris. Assim como num conto de fadas, veremos que durante as reformas de Pereira Passos, cortiços e habitações foram derrubados para dar lugar a novos espaços de sociabilidade em consonância com as demandas da elite. Chalhoub (1986) utiliza essa metáfora para descrever o palco nada imaginário dos eventos que marcaram o Rio de Janeiro na Primeira República. Bretas

(1997) complementa que, além das transformações, o período acompanhou lutas e resistências, ao mesmo tempo que diferentes mecanismos buscavam excluir, reprimir e prevenir contra as classes pobres.

Dentro do quadro de transformações bruscas, as prostitutas sentiram na pele os efeitos e desejos de uma sociedade cosmopolita. Para se ter uma noção, a visão que se tinha de uma parcela das meretrizes cariocas no final do XIX, era a de seres “sub-humanos”, segundo Soares (1992). O autor reforça que essas mulheres foram submetidas a diferentes formas de violência, desde estudos que visavam comprovar tal inferioridade até procedimentos forçados, muitas vezes justificados pela própria ideologia da medicina sanitaria. Engel (1989) forneceu um painel crítico sobre a produção dos discursos e mecanismos de manipulação do prazer, ressaltando que foi neste período que se desenvolveu processos de urbanização inspirados em ideias europeias, e que viriam a se consolidar tempos depois. A autora ressalta ainda que, para evitar a imagem de uma cidade doente, a medicina entrou em cena, legitimando as transformações e usando o controle da prostituição como um mote, mais precisamente em decorrência da adesão às práticas de profilaxia de doenças venéreas e à exclusão e reabilitação das massas populares que assumiam o caráter “subversivo”.

Entretanto, como lembrou Lustosa (2003), mudam-se os tempos, mas não as práticas. A prostituição no início do século XX continuou sendo um assunto frequente, principalmente entre as autoridades públicas e os jornais interessados na manutenção da ordem. Não chega a ser novidade que as reformas de Pereira Passos e as campanhas de saneamento lideradas pelo médico Oswaldo Cruz, tenham resultado no deslocamento das classes populares para regiões apagadas dos centros e das regiões turísticas, como a formação dos subúrbios e da zona sul. Apesar dos efeitos pomposos, o então prefeito impôs um outro Rio de Janeiro sobre a cidade acanhada que ali sempre existiu. Os moradores de direito foram sumariamente expulsos e suas moradas demolidas, tendo reflexos no cotidiano das prostitutas, sendo despidas de seus pertences, das suas relações vicinais, dos seus hábitos, das formas de subsistência e sobrevivência.

Pode não parecer óbvio, mas em meio à essa conjuntura de constante mutação em relação ao centro da cidade, é sabido, por meio da historiografia, que a chamada “geografia do prazer” fora parcialmente desmoralizada. Isso porque os efeitos desses projetos modernos e utópicos estavam em dores de parto quando o noticiário começou a diagnosticar possíveis “efeitos colaterais”, como o despolicimento<sup>1</sup> e a onda de violência nas regiões onde houve o processo de interiorização da cidade. Aparentemente, a função

social dos impressos nesse contexto era muito semelhante com o da polícia: conter a reação das camadas populares e preservar o *status* e o poder das classes dominantes, custe o que custar, ambas enquanto ferramentas de controle que operavam de forma mancomunada.

Por que isso interessa? A resposta pode parecer simples. Mesmo após o processo de embelezamento para conferir à cidade um ar moderno e cosmopolita, alguns *rendez-vous* não sucumbiram e continuaram funcionando. A imprensa passou a diagnosticar a prostituição como um “problema crônico”, visto que os representantes públicos não tinham a intenção de eliminá-la, mas preferiam manter uma certa duplicidade: é ignóbil, mas tolerada, desde que controlada. Então, a realidade da prostituição carioca sempre morou ao lado, era muito mais complexa do que se imagina e não se resumia às calçadas e lupanares de luxo. Um fato social como a prostituição não era, e ainda não é, fácil de ser eliminada, pois não é o mesmo que dizer que amarelo é amarelo e que borboletas têm asas. Demanda planos, é preciso saber lidar com classe, gênero, raça, etnias diferentes e, sobretudo, a proibição não faria com que elas deixassem de existir, apenas dificultaria, em casos específicos, um dos poucos recursos que lhes restam.

A questão que atormentava era, portanto, a seguinte: a localização dos *rendez-vous* e a exibição impudica das mulheres em via pública. As constantes e intensas denúncias podem ser revisadas a partir de diversos impressos da época, mas foram separados alguns documentos da revista *O Malho*. Antes, por se tratar de uma revista ilustrada interessada na “desordem”, Saliba (2002) salienta que, durante a chamada “*Belle Époque*”, surgiu uma narrativa humorística que cumpre o papel de conectar o brasileiro com a própria sociedade. E uma dessas formas de conexão era apontar que as promessas de modernização republicana não cumpriam com o que o autor chama de “humor da desilusão republicana”. Então, por que não interpretar o humor como um sistema de deboche e uma poderosa, mas sutil, arma de mobilização de consciência? Um humor capaz de, nos momentos críticos, construir identidades, fornecer razões estáveis, mesmo sob o estranho constrangimento do caricato, do quase grotesco. Como se a sociedade fosse mais real do que farsa, ou que as autoridades, tão sérias em seus desempenhos incompetentes, adquirissem suas verdadeiras faces quando ridicularizadas.

**Figura 2** – "Vassoura Policial". Ilustração de Max Yantok. In: *O Malho*. Rio de Janeiro: 09/08/1913.

**Figura 3** - "Guerra ao meretrício". Ilustração de Ariosto Duncan. In: *O Malho*. Rio de Janeiro: 10/04/1915.

**Figura 4** – "A localização do meretrício". Ilustração de Vagalume. In: *O Malho*. Rio de Janeiro: 24/04/1915.



É clara a mensagem manifestada pelas ilustrações acima. Um tipo de denúncia recorrente na imprensa carioca era a fragmentação do meretrício. Não importa o ano ou quais estratégias formais de controle tenham sido usadas, a prostituição, no entendimento do discurso jornalístico, era um problema crônico, como um organismo capaz de se reproduzir, e que se fragmenta à medida que tais práticas policiais apresentam sinais de esgotamento e ineficácia. Porém, o afastamento do meretrício por parte das autoridades não acontecia de forma organizada e uniforme, visto que as prostitutas eram regidas por princípios subjetivos e objetivos específicos, embora estivessem sempre reunidas sob uma mesma perspectiva dominante.

Em razão disso, em 09/18/1913, a revista *O Malho* sugeriu às autoridades uma “abençoada vassourada”, conforme a figura 2, pois “varrendo não deixa pedra sobre pedra, limpa tudo”. Embora as críticas endereçadas reconhecessem que algumas diligências fossem tomadas e alguns exploradores apreendidos, tanto as prostitutas quanto a clientela retornavam aos velhos endereços. Segundo a fonte, ao anoitecer, logo após o fechamento do comércio, lá estavam elas, uma legião de mulheres que se colocavam estrategicamente nas ruas, portas e janelas dos bordéis para exercer o *métier* da prostituição.

Em 1915 a revista publicou “A guerra ao meretrício”, com uma ilustração em que mostra o Dr. Heitor Lima, Delegado do 14º Distrito, varrendo meretrizes e exploradores após apresentar ao chefe de Polícia um relatório com providências contra a “devassidão dos costumes”. Na legenda, Heitor diz: “vassoura no lixo! Mas de que serve isto, se o lixo

volta à zona, envolto em *habeas-corpus*?”. Em seguida, “Zé” retruca: “não faz mal, seu Lima! Vá varrendo a sua testada, que, afinal, a justiça há de espanar o juízo, metendo a espada na sujeira moral, em vez de a dourar com o brilho da sua tolerância de pechisbeque!...”. Inclusive, em março daquele ano a revista já havia publicado outra ilustração das representantes do meretrício e o *habeas corpus*, como garantia de livre exercício da profissão. Vinte dias depois, outra reportagem: “A localização do meretrício”, completando o quadro das ilustrações apresentadas em que o Dr. Aurelio Leal, chefe de polícia mencionado outrora, aparece varrendo o “lixo social”, segundo a fonte, referindo-se à retirada das meretrizes da Vila Marreca para uma nova “prole hetaira” que não fora especificada.

**Figura 5** – “As representantes do meretrício e o *habeas-corpus*”. Ilustração de Vagalume. In: *O Malho*. Rio de Janeiro: 06/03/1915



O historiador Bretas (1997) investigou que, durante os anos vinte, boa parte das denúncias da imprensa eram oriundas das famílias que residiam no centro da cidade, e que alguns moradores temiam chegar às janelas com medo de possíveis cenas de nudez e outros atos obscenos. As práticas policiais reveladas em relatórios analisados pelo autor, mostram que as reclamações dos populares provocavam uma reação que pressionava as autoridades públicas em relação à manutenção da ordem. Em períodos específicos, a polícia procurava conter com mais vigor a localização do meretrício. Um exemplo disso, segundo o autor, aconteceu nos anos vinte, com o fechamento de 130 casas de prostituição, mas não porque eram espaços de libertinagem, e sim porque funcionavam fora das zonas destinadas à prostituição. Embora o desafio de cortar o mal pela raiz apresentasse efeitos positivos, eles eram provisórios, pois como mostrou o autor, em menos de três anos os bordéis aumentaram em 30% nos distritos monitorados pela polícia.

De modo geral, a rebeldia não somente provocava menções desonrosas na imprensa, como também gerava outras críticas sobre outros problemas relacionados à prostituição. Com as reclamações contra os lugares da prostituição, a população esperava

que a chamada “prostituição de rótula” desse tréguas nas ruas de família. Soares (1992) descreve essa prática como sendo de longa tradição no Rio de Janeiro, e se tornou conhecida no século XIX pelas mulheres que ficavam sob às frestas das portas e janelas simétricas, ou nas portas próximas aos estabelecimentos à espera de clientes. Ressalta que algumas tinham o hábito de cantarolar nas janelas, outras vestiam mantos bordados de veludo negro para chamar a atenção e espantar os “diabos da moralidade”. Indubitavelmente, as histórias se repetem, e a documentação do período estudado mostra que tal prática não diferiu com o tempo, mas sim que certos hábitos, comportamentos e até algumas estratégias de autoproteção permaneceram as mesmas, ou até mais organizadas, de acordo com Kushnir (1996).

Na proposição de Schettini (2002), a exposição das mulheres nas janelas para atrair os clientes era tanta que num determinado período as autoridades começaram a intimidar, apreender e estabelecer o fechamento de alguns espaços de libertinagem. Segundo a autora, uma das exigências impostas foi a determinação de horários específicos para que as mulheres pudessem se exhibir nas portas e janelas, principalmente nas ruas localizadas no centro da cidade. Algumas mulheres recorriam ao *habeas-corporis* para que não fossem presas após ameaças devido ao remanejamento constante da parte da polícia em acabar com os *rende-vous*. Vale frisar que, “as autoridades interditaram alguns dos prédios cujos cômodos eram alugados a prostitutas, contribuindo para tratar a questão da visibilidade das mulheres que ‘faziam a vida’ nas janelas de ruas do centro da cidade” (SCHETTINI, 2002, p. 1). Para tanto, uma solução encontrada seria que as mulheres poderiam alugar quartos em hospedarias para que pudessem exercer o *métier* nas ruas movimentadas, sem que fossem expostas aos meios de repressão e controle da prostituição.

Além da furiosa perseguição aos cáftens estrangeiros, a ação moralizadora também era dirigida contra as mulheres que “faziam a vida” expondo-se nas janelas e portas de casas localizadas em ruas de grande trânsito de pessoas. Imigrantes brancas, de diversas partes da Europa, dividiam essa região com não poucas brasileiras, muitas das quais imigrantes nordestinas vindas para o Rio com o último suspiro do tráfico interprovincial de escravos ou logo depois da abolição da escravidão, por conta própria. Constituindo apenas uma parte da prostituição da cidade, mais visível e pobre, essas mulheres tinham em comum o problema de se verem obrigadas a comprometer grande parte de seus ganhos no pagamento de aluguéis exorbitantes como condição para se manterem em ruas do centro da cidade (SCHETTINI, 2002, p. 18).

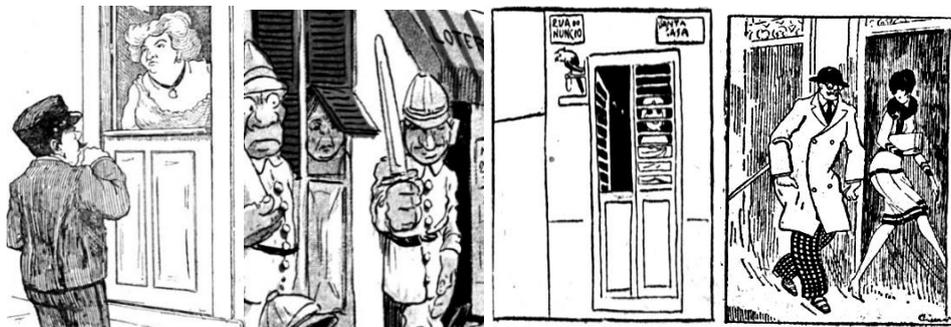
Nesse sentido, para contribuir com a discussão aventada, identificamos algumas ilustrações publicadas em jornais e revistas cariocas do começo do século XX, para demonstrar que essas denúncias eram de praxe, principalmente contra os *rendez-vous* e a “prostituição à janela”. Mas, para não ficar uma leitura cansativa, mencionaremos apenas o contexto das ilustrações publicadas. A primeira apresenta um diálogo entre uma “marafona” que se exibia na janela para um guarda da Delegacia de Costumes que disparou: “não pode estar aí em exposição, já disse!”, em resposta, a mulher afirma: “estou no exercício da minha profissão, sou mais inofensiva que aqueles doutores e cafajestes que andam a dar tiros no meio da rua e das sacadas”. A segunda remete ao combate das autoridades contra os três vícios: o alcoolismo, os jogos e a prostituição, fazendo referência a de rótula. A terceira menciona uma instituição que supostamente estaria desviando dinheiro público para alugar propriedades aos exploradores do meretrício na rua Núncio, no bairro do Realengo, e a última é sobre “cenas que precisam ter fim”, como o entra e sai de prostitutas em bordéis a luz do dia.

**Figura 6** - “Polícia de Costumes”, Ilustração de Augusto Rocha. In: *O Malho*. Rio de Janeiro: 26/02/1910<sup>2</sup>.

**Figura 7** - “Perseguição aos três vícios”. Ilustração de Max Yantok. In: *O Malho*. Rio de Janeiro: 24/01/1914

**Figura 8** – “Os fins justificam os meios”. Sem autoria. In: *O Malho*. Rio de Janeiro: 05/08/1918.

**Figura 9** - “Exploração do lenocínio”. Sem autoria. *Revista Criminal*. Rio de Janeiro: 15/09/1927.



Para encaminhar a discussão ao fim, um outro impresso que se manifestava contra os *rendez-vous* a partir de ilustrações foi o *Vida Policial*. Segundo Shizuno (2011), a revista de crônica policial do gênero sensacionalista, circulou entre 1925 e 1927, e basicamente noticiava contos reais e ficcionais sobre o mundo do crime e dos estudos de polícia em pauta no período. O oposto da revista anterior, a narrativa política não era a essência do *Vida Policial*, nem por isso devemos descartar que o periódico também se manifestava em relação às medidas de controle do espaço urbano e, principalmente, distribuía falas racistas e preconceituosas atribuídas aos estrangeiros, criminosos,

“vagabundos” e prostitutas.

A autora Ottoni (2008) investigou uma série de narrativas de crimes em bordéis, e argumenta que o sensacionalismo era uma estratégia comum adotada por alguns impressos como forma de conquistar a atenção do público. Afirma ainda que alguns periódicos deixavam de lado as longas digressões políticas para dar lugar ao espetáculo grotesco da morte de outrem, nem que para isso fosse preciso adotar “manchetes graficamente chamativas e em páginas inteiras editadas com grande quantidade de ilustrações e fotografias, o que eles chamavam de “crimes horríveis e monstruosos” (OTTONI, 2008, p. 288). Barbosa (2007) complementa que um dos objetivos desses impressos foi criar estratégias para atingir um público denso e analfabeto, utilizando, entre outras coisas, ilustrações sobre notícias hediondas das tragédias cotidianas. Os “contos sem palavras”, segundo a autora, serviam para ilustrar “histórias em quadrinhos sem fala”, similar às ilustrações a seguir do *Vida Policial* sobre a prostituição.

A ilustração passa a integrar a própria notícia, com a publicação de fotografias que reproduzem o momento da tragédia. Nas matérias policiais publica sempre o retrato do assassino e da vítima, sendo a foto invariavelmente da cena do crime. Mas não são apenas as notas policiais que merecem o destaque e a sensação de veracidade da fotografia: os grandes homens, os grandes feitos, o desenvolvimento e o progresso dos nossos navios são reafirmados pela imagem fotografica (BARBOSA, 2007, p. 43).

Como mencionado na introdução, em especial a edição 41 do *Vida Policial* faz consideráveis referências *rendez-vous* com ilustrações que despertam atenção. Nesta edição, foram publicados três artigos, todos sobre prostituição. O primeiro chama-se “*ponto á jour e picot*”, em que são cobradas medidas enérgicas contra as casas de *rendez-vous* e acusa o “vírus da imoralidade” de manchar as instituições e a imagem da nação. Noutra página: “a localização do meretrício: as casas de *rendez-vous* e o meretrício voltam a funcionar no centro da cidade”, citando o Becco dos Carmelitas, na Lapa, como exemplo de lugar de rebeldia, exibição e impunidade. A terceira e última reportagem é “pernilongos”, e trata-se do fechamento da Escola de Dança Margot, espaço frequentado pela *grand-monde*<sup>3</sup>, após o Chefe de Polícia, Dr. Melo Mattos, receber denúncias de exploração de menores. O referido afirmou que alguns pais “imbecis degenerados” não tomavam cuidado com as suas filhas e que as mesmas se deixam iludir por qualquer homem, ficando horas dançando ao som do ritmo barulhento e selvagem do *jazz-bond*.

**Figura 10** – “Sala de visitas da prostituição”, assinada por Cícero. In: *Vida Policial*. Rio de Janeiro: 19/12/1925.

**Figura 11** – “Como começa a prostituição”, assinada por Cícero. In: *Vida Policial*. Rio de

Janeiro: 19/12/1925.

**Figura 12** – Um encontro num *rendez-vous*, assinada por Cícero. In: *Vida Policial*. Rio de Janeiro: 19/12/1925.



*Sala de visitas da prostituição*

*Como começa a prostituição*

No ano seguinte, outro descontentamento: “ninguém mais leva a sério a localização do meretrício...”, publicado em janeiro de 1926. Segundo a fonte, as meretrizes eram “desobedientes”, visto que na época o chefe de polícia já havia determinado que elas abandonassem as ruas do centro da cidade para uma zona designada, mas sem sucesso. Após algumas denúncias do gênero, a revista passou a adotar um discurso mais preconceituoso, afirmando que a prostituição “enfraquecia a pátria” e “caminha o país para o abismo”. Apesar do deboche, nem *O Malho* usava tons agressivos em relação aos sujeitos que “atrasavam” a noção positivista de “ordem” e “progresso”. Ao mesmo tempo, o *Vida Policial* reconhecia que os verdadeiros responsáveis pela expansão do meretrício era a própria polícia, as mulheres, os pais desorientados, e os costumes “depravados e sensaboriais”, como as danças de salão, a cocaína e as bebidas alcóolicas.

**Figura 13** – Um encontro num *rendez-vous*, assinado por Cícero. In: *Vida Policial*. Rio de Janeiro: 02/01/1926.

**Figura 14** – “O espetáculo entristecedor”, assinado por Cícero. In: *Vida Policial*. Rio de Janeiro: 02/01/1926.

**Figura 15** – “Os dancings no Rio”, assinado por Cícero. In: *Vida Policial*. Rio de Janeiro: 30/01/1926.



Apesar das críticas, percebe-se que as alegorias infundem, ao mesmo tempo, melancolia e romantismo. Sobre o eufemismo presente na documentação atribuída à prostituição, devemos versar sobre o conceito de representação, em que Chartier (2002) defende que há uma considerável distinção entre aquilo que se representa e aquilo que é

representado. Apoiando-se nas colocações do autor, a imprensa e os impressos são espaços de disputa no que se refere ao estabelecimento de padrões sociais e comportamentais, e que algumas representações estão longe de serem consideradas “neutras”, mas sim revelam interesses, ideologias e discursos a partir dos conteúdos que carregam e, principalmente, dos grupos que as forjam.

Diante desses aspectos, por se tratar de um conjunto de imagens generalizadas, impostas a partir da interpretação de um grupo específico (imprensa) sobre um coletivo (prostitutas) em consonância de outro (elite), devemos tomar cautela para com estas representações e, principalmente com as notícias com as quais foram vinculadas. Nesse ambiente ilustrado é visível que ideias, convicções, princípios sociais e políticos diferentes caracterizavam o pensamento de um determinado periódico para com o seu público-alvo. Visto, nessas mesmas discussões, que algumas revistas, como *O Malho*, produziam imagens caricaturais das autoridades policiais e das ações movidas por elas, bem como a ausência de tais resultados. Como tal, o *Vida policial* frequentemente publicava “histórias em quadrinhos” e, por isso, repetia as mesmas ilustrações, criando situações *sui generis* sobre a prostituição e, principalmente, desconsiderando o fato de que a prostituição envolve personagens plurais que se debatiam para ocupar um espaço em contraste com o projeto de cidade-maquete idealizada pela burguesia e pela ordem instaurada.

#### *Alegorias sobre o tráfico de escravas brancas*

Em sintonia com outro tópico frequente quando o assunto é prostituição, daremos continuidade ao debate com algumas alegorias publicadas pelo periodismo, mas por outra perspectiva. O debate, desta vez, concentra-se em representações que foram atribuídas ao fenômeno popularmente conhecido como “tráfico de escravas brancas”. Em termos gerais, foi uma espécie de variante do crime organizado internacional, especialmente incorporada por poderosas máfias especializadas na exploração de mulheres. Uma segunda hipótese a ser destacada, é que na passagem de um século para o outro, a imprensa foi uma das responsáveis por disseminar o imaginário romântico em relação às mulheres judias, trazidas do Leste Europeu para a América do Sul para serem exploradas sexualmente como “escravas brancas” e destituídas de qualquer princípio. Assim, levando em conta os aspectos mencionados, a intenção é dialogar com a historiografia e dissertar sobre um conjunto de imagens publicadas entre 1930 e 1935, período em que floresceram

notícias sobre o tráfico, mas principalmente em razão da recém-descoberta, *Zwi Migdal*.

Entretanto, antes de lançar luz sobre a documentação, é preciso informar, novamente, que a movimentação temporal das alegorias analisadas não é a mesma da discussão anterior, mas sim, a partir da repercussão do escândalo judicial envolvendo a célebre *Migdal*, em Buenos Aires. Apesar do impacto nos jornais cariocas sobre o fatídico evento, a presença das “Polacas”, incluídas nas imagens, não era nenhuma novidade naqueles tempos, pois Rago (2008) pondera que as primeiras referências sobre a prostituição de mulheres judias no Rio de Janeiro sejam da segunda metade do século XIX. A descoberta dos eventos em curso contribuiu para impulsionar o discurso sexista, racista e sensacionalista sobre o tráfico de brancas que vinha sendo construído ao longo do começo do século XX. Assim, ocorreu uma propagação de estereótipos na imprensa, que por vez, associava os *cáftens* estrangeiros, principalmente os judeus, e as prostitutas “Polacas”, como responsáveis pelo fenômeno em questão, sempre a partir de representações xenófobas, sexistas e outros discursos discriminatórios.

Mas afinal, o que significa as expressões expressões “Escravas Brancas” e “*Zwi Migdal*”? Em termos gerais, é um campo de estudo sensível e lacunoso ao mesmo tempo, visto que engloba diferentes problemáticas, temporalidades e grupos sociais étnicos distintos, mas que vem recebendo nas últimas décadas atenção da historiografia, ainda que vagarosamente. O primeiro termo refere-se a todo um conjunto de mulheres estrangeiras, com excessão às francesas, em condição ignomínia e análoga à escravidão, interpretadas como “mercadorias sexuais”. Rago (2008) explica que a utilização da metáfora esteve associada ao comércio de escravos negros, mas que se findou nos marcos de um pensamento romântico conservador como uma “nova face da escravidão moderna do século XX”. Segundo Schettini (2002; 2012), a terminologia “escravas brancas” servia para classificar mulheres europeias em contingentes atribuídos à condição de vítimas “passivas e indefesas”, embora isso sempre fosse uma realidade em consenso. Sublinhou ainda, que alguns usos do vocabulário fazia referência aos debates políticos sobre as experiências de trabalho e o futuro das relações de trabalho no Brasil e na Argentina.

No Brasil, a imagem de “escravas brancas” remetia ao intenso debate sobre a reorganização das relações de trabalho desde os fins do século XIX; na Argentina, a ideia de uma rede de traficantes de mulheres mobilizava temores criados pelas dimensões inéditas que ganhavam a imigração de mão de obra europeia e seu impacto na definição de conceitos como cidadania e nação (SCHETTINI, 2012, p. 52).

Para Donna Guy, a expressão “escravas brancas” deu origem a um “conjunto de discursos sobre la reforma de la familia, el papel laboral de las mujeres, en las

*sociedades modernizantes y la construcción de la política desde el punto de vista del género*” (GUY, 1994, p. 48). A autora pondera que a terminologia é procedente de reformuladores europeus, e que a má fama veio apenas no começo do século XX, com a apropriação de escritores que utilizavam a servidão sexual feminina involuntária para refletir sobre uma determinada realidade. Perrot (2016) lembra que o tráfico de brancas era um comércio comum, embora torpe, nos centros urbanos europeus com destino à Ásia no século XIX. Com o tempo, “das zonas pobres da Europa central, mulheres polonesas e provenientes dos guetos judeus foram levadas para as zonas boêmias das cidades sul-americanas” (PERROT, 2016, p. 79). Os responsáveis por esse “tráfego”? criminosos que tinham uma alta mobilidade transnacional, principalmente em cidades conectadas umas às outras por diversos motivos, como Buenos Aires, Montevideo, Rio de Janeiro, entre outras.

Na ilustração a seguir, uma das poucas que faz referência ao tráfico de brancas na década de 1910, a revista *O Malho* menciona que em 1915, o Congresso aprovou uma resolução que, contra os *cáfrens*, modificava alguns artigos do Código Penal de 1890. Segundo Schettini (2002), os artigos 277 e 278 sofreram importantes mudanças e, basicamente, incorporaram novas mobilidades vinculadas à prostituição, como o tráfico de mulheres. O jornal *O Imparcial*, na época, discutiu a questão, apontando que antes da reforma, os dois artigos deixavam “brechas” e “deixava impune a corrupção e a exploração de outras vítimas que não estivessem entregues definitivamente à prostituição”. Venson e Pedro (2013) afirmam que, pela primeira vez no ordenamento brasileiro, uma medida contra o tráfico foi adotada e, segundo as autoras, deu-se possivelmente em decorrência do tratado de 1904, que aconteceu em Berlim. Assim, além de repercutir as novas medidas, o documento traz diálogos na ilustração como “para fora, bandidos! Isto aqui, agora, não é mais a casa da Mãe Joanna para o vosso commercio infame” e era preciso a “pena do chicote” contra os exploradores, como se fazia na Inglaterra<sup>4</sup>.

**Figura 16** - “O tráfico de mulheres”, Ilustração de Ariosto Ducan. In: *O Malho*. Rio de Janeiro: 09/01/1915



Adiante, a expressão “Zwi Migdal” em iídiche, dialeto usado pela comunidade judaica, significa “grande força”, além de homenagear uma importante figura que participou da fundação da organização criminosa, Luis Migdal, conforme Biagini (2004). Para Scarsi (2018) a “*Organización negra*”, como ficou popularmente conhecida, surgiu em 1906, a partir de um pequeno grupo oriundo da Polônia, que se reuniu num subúrbio industrial de Avellaneda, em Buenos Aires, para fundar a “*Sociedad Israelita de Socorros Mutuos Varsovia*”. Com o tempo, foi renomeada *Zwi Migdal*, e permaneceu mais de duas décadas sob o disfarce de uma mutualidade inofensiva que, na verdade, era usada como fachada para explorar mulheres, de acordo com Guy (1994). Apesar da coesão existente entre o crime organizado e a entidade institucionalizada ter vigorado por tanto tempo, a historiografia sugere que o poderio econômico da organização conseguiu subornar juizes, legisladores e comissários de polícia, justificando assim, a obstrução em eventuais investigações a respeito.

À vista disso, a historiografia nacional vem conferindo sentido e memória à presença das “Polacas” e, conseqüentemente, a dos proxenetas judeus, principalmente no que se refere às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, a partir de obras como, Rago (2008), Soares (1991), Menezes (1996) e Schettini (2002; 2012). Ao lado desses, Kushnir (1996) tratou de um aspecto pouco mencionado, que refere-se à busca por mecanismos de proteção e solidariedade entre esses grupos que tinham em comum o estigma, o preconceito e a exclusão, tanto social quanto da própria comunidade judaica. A tarefa consiste, segundo a autora, em promover uma “ótica interna”, que se distâncie da perspectiva violenta, como acontece nos relatórios de polícia e outros documentos

emanados do poder, e compreender os diferentes mecanismos de proteção e solidariedade desses grupos no intuito de manter uma identidade própria. Em síntese, Kushnir analisou documentos que permitem um vislumbre das vidas esquecidas que se auxiliavam em associações como a ABFRI<sup>5</sup>, cujo propósito era promover ajuda mútua.

Mediante ao conteúdo exposto, interessa especificar que, após o escândalo judicial da *Zwi Migdal* nos primeiros meses de 1930, depois que o comissário, Julio Alsogaray, entregou provas contra a organização ao juiz Manuel Ocampo, posteriormente ordenando a prisão de mais de 420 membros, ocorreu um processo de dispersão dos envolvidos para outras regiões da América do Sul. Donna Guy explica que “*en América dei Sur, Uruguay y Brasil eran considerados los puntos importantes dei tráfico internacional de mujeres a Buenos Aires*”, e devido à mobilidade transnacional por parte dos *cáftens*, muitos conseguiam transitar com certa facilidade entre as capitais (GUY, 1994, p. 148). Trochon (2007) ressalta que os *cáftens* tinham a fama de inventar mentiras notáveis para aliciar e ganhar a confiança das jovens, então, a imprensa e a literatura da época se alimentavam desses escândalos para reproduzir histórias obscuras e sensacionalistas que reforçavam o discurso anedótico das mulheres traficadas como seres fáceis e domináveis.

Tal como na documentação examinada, a imprensa carioca aproveitou o momento oportuno para reproduzir notícias escandalosas sobre a *Zwi Migdal*. Com isso, discursos reforçando o estereótipo das “Polacas” como consequência do “sexo frágil” e dos *cáftens* como “verdadeiros seres monstruosos”, dava sentido às “histórias obscuras e descrições apocalípticas”, conforme destacou Trochon (2007), no intuito de propagar o terror no imaginário social da época. Por isso, as narrativas eram um perigo constante, pois algumas falas discriminatórias acompanhavam noções racistas e antissemitas, mesmo que fossem enunciadas de forma “mais ou menos explícita”, segundo Menezes (1996). Em síntese, devemos considerar que, quando um periódico publica uma matéria, milhares de pessoas acabam lendo ou apenas visualizando o conteúdo exposto, tal como ilustrações e fotografias da época, e formam parte da visão que tem a partir dessa leitura, como as notícias sobre o tráfico de brancas publicadas com o intuito de promover comoção ao público, apresentando informações de maneira tendenciosa.

Então, por se tratar de imagens que contribuíram para a formação do imaginário social sobre o tema, elas precisam ser especificadas enquanto objetos de indagação histórica, visto que elas podem nos indicar caminhos a se pensar. Com isso, nas três primeiras ilustrações sobre o “tráfico de brancas”, é possível perceber, primeiramente, que a fonte se apropriou de concepções como fragilidade e passividade para fundamentar

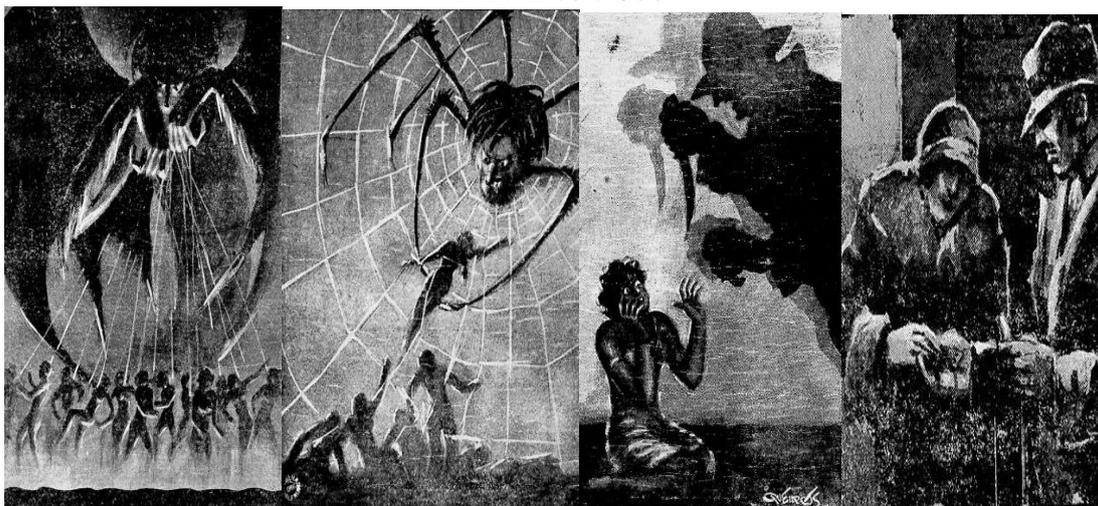
ainda mais a repercussão sobre a *Zwi Migdal*. As representações sobre os *cáfrens* são retradadas como “verdadeiros seres monstruosos”, algumas até mesmo com noções de antropozoomorfismo, como na primeira imagem, em que um “homem-aranha” aparece capturando suas “presas” pelas teias. De forma menos fantasiosa, o artista Queiros retratou a dominação contra as mulheres que resistiam às formas de violência na segunda ilustração. A última, retrata como os exploradores aliciavam mulheres por meio de falsas promessas, de forma menos agressiva se comparado as outras ilustrações. A documentação em questão foi publicada entre os dias 19 e 24 de julho de 1930, numa sequência de reportagens do jornal matutino *A Batalha*<sup>6</sup>.

**Figura 17** - “Sob uma designação de "grande força" há uma vastíssima instituição internacional de individuos tenebrosos disseminados por várias cidades civilizadas". Ilustração de M. Queirós. In: *A Batalha*. Rio de Janeiro: 19/07/1930.

**Figura 18** - “Os tenebrosos exploradores da desonra e do mais amargo infortunio!”. Ilustração de M. Queirós. In: *A Batalha*. Rio de Janeiro: 20/07/1930.

**Figura 19** - “Urge que sejam tomadas energicas medidas para a repressão ao lenocinio”. Ilustração de M. Queirós. In: *A Batalha*. Rio de Janeiro: 22/07/1930.

**Figura 20** - “A sociedade carioca não pode continuar a ser aviltada pela permanencia no Rio dos principais diretores da Zwi Migdal”. Ilustração de M. Queirós. In: *A Batalha*. Rio de Janeiro: 24/07/1930<sup>7</sup>.



Além dos títulos sensacionalistas, como “os tenebrosos exploradores da desonra e dos mais amargo infortúnio!” e “revelações impressionantes sobre a ação universal dos perigosos e repelentes traficantes de escravas brancas”, as publicações eram sempre acompanhadas de críticas às autoridades policiais. Outro fator a ser destacado, é que a documentação em questão circulou na sociedade carioca após a polícia ter descoberto o paradeiro de dois célebres membros da *Migdal* na cidade, Mauricio Caro e Zacarias Ztnisky, além de outros suspeitos. Outro aporte visível na documentação, é a evidência de um falso moralismo em relação às mulheres, contamiando por narrativas disfarçadas de sistemas educacionais, como se a violência contra às mulheres fosse consequências diretas de más escolhas (prostituição). Outrossim, a função das imagens violentas,

comoventes e melodramáticas poderia ser útil no sentido de demonstrar à sociedade as condições e os riscos atribuídos a quem se “desvirtuasse” dos padrões morais da época, e outras práticas que, além de legitimar a violência cometida contra as mulheres (escravidão), enrijecia a divisão das atribuições entre os gêneros.

A violência na sua forma simbólica manifesta-se, através de diversos canais, recorrendo-se a variados argumentos. A educação é elemento fundamental na tomada de consciência das mulheres de sua condição subalterna, ao mesmo tempo que lhes proporciona o instrumental para ultrapassar essa condição. Dialeticamente, porém, constitui-se num dos principais veículos de difusão da violência simbólica, contribuindo incisivamente para a inscrição das representações da inferioridade feminina nos "pensamentos e nos corpos de umas e de outros" (SOIHET, 1989, p. 8).

No mesmo mês, outra revista deu as caras. Desta vez, foi *O Malho*, comentando sobre a “Escravidão Branca no Brasil”. A fonte reforçava que o tráfico era a “nova face da escravidão moderna do século XX”, e que teria se tornado tão imperiosa ao ponto de ser considerado uma “necessidade social”, mas “chefiada por um infâme comércio perfeitamente organizado e ramificado em diversos cantos do globo, contendo agentes infiltrados e auxiliares largamente remunerados”. A revista alegava que os *cáftens* viviam numa inquebrantável rede de solidariedade que lhes permitia, mutuamente, o acesso aos meios de transporte, documentos e passaportes falsos. Além disso, enunciava que os exploradores instauravam o terror às “escravas”, operando logo na consciência, a partir de ameaças e crimes violentos, como consta em alguns relatos mencionados na fonte: “um que degolou a escrava que procurou, na fuga, a liberdade, “outro que deformou com um talho de navalha a amante que se apaixonou por alguém” e “outro que assassinou a mulher que denunciou uma sociedade”.

**Figura 21** – “A escravidão branca no Brasil”. Sem autoria. *O Malho*. Rio de Janeiro: 19/07/1930<sup>8</sup>.

**Figura 22** – “O problema social da escravidão branca na Argentina”. Sem autoria. *O Malho*. Rio de Janeiro: 19/07/1930<sup>9</sup>.



Apesar de mencionar as principais rotas do “mercado da escravatura branca” na América do Sul, a forma como agiam os *souteneur*, a expansão do “escritório de cativeiro” no Brasil, e acusar a ABFRI de estar protegendo criminosos foragidos da Argentina, a fonte não menciona diretamente a existência da *Zwi Migdal*. No entanto, o periódico faz duas advertências. A primeira, refere-se ao fato de que os exploradores intimidavam as mulheres com ameaças e agressões físicas, além de outras habilidades de tortura e neutralização dos corpos, como abuso psicológico, chantagem e promessas de recompensas condicionadas, fazendo com que elas trabalhassem para alcançar objetivos ilusórios, como a própria liberdade. Uma segunda observação percebida, é contra a narrativa da regulamentação como uma alternativa viável para as mulheres em situação de prostituição. Em termos gerais, para a fonte, a regulamentação legitimava a violência contra as mulheres, citando o exemplo de Buenos Aires, conforme a segunda alegoria, que segundo Simonetto (2019), ocorreu de 1875 até 1936, com a intenção de “*modernizar y regular la prostitución*”, mas que com o tempo foi totalmente desmoralizado.

José Luis Scarsi (2018) também investigou alguns registros da imprensa portenha contendo ilustrações, como o jornal *El Puente de Los Suspiros*, de 1874, dedicado especialmente à luta pela abolição do tráfico de escravas brancas na região *Rio de La Plata*. Apesar do recorte distante, as imagens fazem referência ao *modus operandis* dos exploradores e a forma como a polícia portenha se esquivava dos crimes praticados por eles. Já nos marcos da *Zwi Migdal*, Simonetto (2020) comenta que “figuras paradigmáticas” sobre os rufiões eram reproduzidas e narradas por agentes interessados no tema, como jornalistas, viajantes e até burocratas, então, certas imagens eram dotadas de um certo “*goísmo, frivolidad y afeminamiento*”. O autor se debruçou sobre a produção e circulação de narrativas estereotipadas sobre o tráfico de brancas no periodismo argentino, responsável por construir “*un imaginario abominable de los explotadores*

*sexuales*”, e ressalta:

*Las denuncias contra la Zwi Migdal se propusieron revelar su lugar como una institución poderosa y sin límites que convocó a periodistas de investigación a efectuar numerosas indagaciones a lo largo del siglo XX. Periódicos como Crítica (27/05/1930) destacaron la inoperancia policial con bromas ilustradas en las que signaban: “- ¿Sabes por qué la policía no dio a tiempo con la Migdal? Porque sufría de amigdalitis”. Otras ilustraciones lo destacaban como varones trajeados que arrastraban a mujeres harapientas del pelo por el suelo de un burdel e insistieron en su proveniencia extranjera (SIMONETTO, p. 12-13, 2020).*

Como de praxe, durante toda a década de 1930, a imprensa carioca continuou repercutindo as desventuras das “Polacas” e a circulação transnacional de membros da célebre *Zwi Migdal* em solo nacional. Dois documentos em questão chamam a atenção pelas alegorias publicadas. A primeira é de 1930, e menciona a presença dos policiais argentinos, Wiurnos e Zumárraga, depois que autoridades portuárias conseguiram barrar o embarque de dois suspeitos: Mauricio Caro e Zacarias Zyntinski. Segundo Alsogaray (1933), comissário que atuou contra a *Migdal*, ambos eram figuras de influência decisiva nas dependências administrativas da organização, e eram considerados o protótipo mais repugnante e tenebroso entre os exploradores. No entanto, há algo nesta história que permaneceu mal contada. Quando Wiurnos e Zumárraga retornaram para Buenos Aires, eles alegaram que os acusados foram libertos pelas autoridades brasileiras por “falta de provas”. Porém, tempos depois, foi descoberto que Zumárraga e Mauricio Caro eram amigos de longa data, e tanto um quanto o outro foram exonerados por supostamente estarem envolvidos com o esquema criminoso. Ainda segundo Alsogaray:

*No es posible establecer lo ocurrido en la capital brasileña, por falta de elementos de juicio. Se podrá intuir, pero no certificarlo en forma categórica. Sólo debe afirmarse que iel caso :fué extraordinario: primero la policía de Río de Janeiro lo detuvo, sacándolo de un barco de matrícula extranjera, y poco después, mediando un pedido \_ratificado con recaudos legales, esa misma policía lo puso en libertad . . . ¿Acaso el dinero niveló todos los escrúpulos? ¿Acaso fué la consecuencia de tortuosos manejos de la misma policía argentina, que comenzó a hacerse sospechosa enviando a Zuhlárraga al Brasil? ... Recordamos que Zumárraga era alter ego del ex-jefo de estigaciones prófugo, y que éste y Caro mantenían una amistad que provoca las más grandes suspicacias (ALSOGARAY, 1933, p. 95-96).*

Junto com a notícia, o documento apresenta uma ilustração com referência a forma como às mulheres eram comercializadas em leilões clandestinos, e segundo Rago (2008), acontecia em estabelecimentos comerciais de fachada, como hotéis, bares, salões e cafés.

A autora atenta que é inimaginável o grau de violência e dominação no tratamento para com as prostitutas, e que além dos relatos da época, como as obras de Albert Londres (1927) e Alsogaray (1933), há registrado na imprensa denúncias e depoimentos de mulheres que foram “arrematadas” nos leilões e, posteriormente, forçadas a se prostituir. Guy (1994) menciona que na Argentina, no começo do século XX, alguns homens leiloavam mulheres estrangeiras em público como se fossem “gados”. Outros autores indicam que, com o tempo, os negócios foram-se tornando cada vez mais formais, então, havia proxenetes específicos que ganhavam a vida comprando e vendendo mulheres como “mercadorias sexuais”, e normalmente utilizavam códigos secretos de comunicação que funcionavam somente entre os interessados.

*Los "remates" ocurrían en diversos establecimientos comerciales cuyos propietarios eran miembros de la Migdal. El salón destinado a ese fin poseía un tablado que oficiaba de escenario. Al describirse el telón aparecían las mujeres totalmente desnudas. Uno de los socios actuaba de rematador mientras que los asistentes ... entre los que no faltaba algún juez o político de importancia tenían autorización para palparlas, mirar su dentadura o comparar las dimensiones de sus encantos ... La escena tenía como fondo las sucesivas ofertas dichas a viva voz, hasta que el mejor postor se llevaba la mercancía (BRA, 1982, p. 117).*

O segundo documento é do jornal *Diário Carioca*, de 1935, sobre “enérgicas providências do Chefe de Polícia contra a exploração do lenocínio”. A reportagem é sobre duas mulheres, donas de pensões alegres, acusadas de seduzir e explorar menores para a prostituição. A primeira, refere-se à espanhola Soledade Pietro Perez, dona de duas pensões: uma na rua do Lavradio e outra na rua dos Arcos, ambas ruas conhecidas pela prostituição, segundo Schettini (2002). A segunda era Carmen Fernandes, dona de uma pensão na rua do Rezende, onde explorava uma menor identificada como Maria de Lourdes. O fato chegou ao conhecimento da 1ª Delegacia Auxiliar e a respeito foi aberto um inquérito para que as “indesejáveis” fossem expulsas do país.

Além da pequena crônica analisada, a fonte publicou a segunda imagem, do ilustrador Manoel de Queirós. O espaço de destaque atribuído à ilustração na fonte parecia valer mais do que mil palavras, evidenciando uma espécie de sadismo em retratar a dor e o sofrimento alheio como lição de moral para amedrontar a sociedade, em contraste com os desvios da modernidade (prostituição).

**Figura 23** - “A policia varejou, precipitadamente, uma associação onde há de fato elementos que se correspondem com os chefes do bando sujo de Buenos Aires”. Ilustração de Wantik. In: *Crítica*. Rio de Janeiro: 11/06/1930.

**Figura 24** - “A policia inicia uma campanha contra o abominável tráfico de escravas brancas”. Ilustração de M. Queirós. In: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro: 10/02/1935.



Em síntese, quanto às representações, os jornais usavam essas imagens para reforçar padrões que perpetuavam narrativas romanceadas e que não faziam questão de fugir de certos estereótipos relacionados ao tema, como racismo e sexismo por meio dos conteúdos que carregavam. Qual era a função dessas alegorias? Diferente dos impressos do “gênero alegre”, nos quais os corpos femininos eram usados para reproduzir representações de cunho erótico, estas eram voltadas ao público em geral, e exploravam a cultura da violência e o poder do imaginário sensacionalista sobre o tráfico de brancas com o “dever” de informar ao público o suprasumo do crime e o frenesi violento submetido às mulheres. Quanto mais dantescas e absurdas as notícias, maiores eram as chances do público absorver aquelas narrativas e transforma-lás em senso comum, contribuindo para reforçar o exotismo e o misticismo sobre o tema no imaginário coletivo. O poder dessas representações funcionava, de certa forma, como uma forma de controle social, mostrando as formas de agir e se portar na sociedade, mas principalmente quem deveriam suspeitar.

### *Conclusão*

Como pode-se verificar no conjunto de imagens analisadas, as mulheres às quais

nos referimos neste estudo, podiam até não ter as famosas “vassouras voadoras”, mas foram “varridas” por autoridades e massacradas pela imprensa como se fossem “sujeira moral”. Com isso, essas representações se configuram como uma espécie de “janela”, que nos permite ter um olhar diferenciado para um Rio de Janeiro que por muito tempo permaneceu polarizado nas grandes manifestações e não nas práticas sociais integradas ao cotidiano da cidade, como a prostituição. Dessa forma, a circulação dessas imagens, mesmo as mais modestas, tinha algum objetivo específico, ainda que nas “entrelinhas” fosse para produzir efeito sobre determinados assuntos escudados pela moralidade (prostituição), ou na construção do imaginário social e a reprodução de estereótipos sobre as mulheres em condição de inferioridade (escravas brancas).

Da mesma maneira, ao chegarmos as considerações finais, não temos o propósito de concluir tal discussão, mas sim assinalar que por meio da plataforma da Hemeroteca, há uma infinidade de impressos que podem ser trabalhados com assuntos considerados tabus valorizando, inclusive, uma perspectiva interdisciplinar. Não por acaso, Kossoy (2014) ressalta que os historiadores não costumam dar muita atenção as imagens, ou são utilizadas sem considerar o seu conteúdo ideológico. Trabalhar com periódicos não é nenhum bicho de sete cabeças, sem deixar de lado, é claro, o rigor acadêmico e científico, isso porque não é segredo que alguns impressos costumavam indicar seus interesses ideológicos logo nas páginas iniciais, o seu público-alvo, o que defendiam e quais os interesses que serviam.

Ao finalizar este estudo, devemos sempre ponderar que as representações femininas costumam partir sempre de um pressuposto de uma condição feminina abstrata e universal, quase a-histórica, principalmente dos documentos emanados do poder, como a imprensa, as ocorrências policiais, os processos de crimes, enfim, documentos que reconstituí esse cotidiano que se ecoa e que não é registrado se não pelas suas transgressões. Essas representações nos auxiliam a compreender o impacto que tais imagens tinham sobre determinados assuntos e, principalmente, como eram usados na formação e conformação de determinados códigos de representação social. Assim, frente à dificuldade de se trabalhar com assuntos considerados “tabus”, o desafio consiste em recuperar os ecos surdos das tensões vividas por essas mulheres, mas sem nunca esquecermos que, embora exiladas do poder, elas foram criadoras de formas sociais próprias, mas que nem sempre eram bem-vindas.

#### **Referências bibliográficas:**

- ALSOGARAY, Júlio L. *Trilogia de la trata de blancas: rufianes, policía, municipalidad*. Buenos Aires, 1933.
- BIAGINI, Furio. *L'incredibile storia di Noé Trauman e della Zwi Migdal*. Clio: revista trimestrale di studi storici, n. 4 (octobre-dicembre), 2004.
- BRA, Gerardo. *La Organización Negra: la increíble história de la Zwi Migdal*. Buenos Aires: Corregidor, 1982.
- BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHARTIER, Roger. *O Mundo como Representação*. In: CHARTIER, Roger. *A Beira da Falésia: a História entre as incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CORRÊA, Mariza. *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- ENGEL, Magali Gouveia. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989.
- FABRIS, Annateresa (Org.). *Fotografia. Usos e funções no século XIX*. Texto e Arte, volume 3. 2ª edição, São Paulo, Edusp, 1998.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GUY, Donna. *El sexo peligroso: la prostitución legal en Buenos Aires, 1875-1955*. Buenos Aires: Sudamericana, 1994;
- KAMINSKI, Rosane. *Gosto brejeiro: as revistas ilustradas e a formação de juízos estéticos em Curitiba (1900-1920)*. IN: BREPOHL, M.; CAPRARO, A.; GARRAFFONI, R. [orgs.]. *Sentimentos na história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2012.
- KOSSOY, Boris. *História e Fotografia*. 5ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014
- KUSHIR, Beatriz. *Baile de Máscaras. Mulheres Judias e Prostituição: as polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*. Rio de Janeiro, Imago, 1996.
- LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 2003.

- MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis*. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.
- OTTON, Ana Vasconcelos. *Finais trágicos nos prostíbulos: imprensa, notícias sensacionais e homicídios de meretrizes no rio de janeiro no início do século XX*. DIALOGUS, Ribeirão Preto, v.4, n.1, 2008.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PERROT, Michelle. *Minha História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2016.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar- Brasil: 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- SCARSI, José Luis. *Tmeim: los judíos impuros historia de la Zwi Migdal*. 1 edición, Buenos Aires: Editorial Maipue, 2018.
- SCHETTINI, Cristiana. *"Que tenhas teu corpo": uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 2002.
- SCHETTINI, Cristiana. *Exploração, gênero e circuitos sul-americanos nos processos de expulsão de estrangeiros (1907-1920)*. Tempo, v. 18, n. 33, 2012.
- SCHETTINI, Cristiana. *Clichês baratos: sexo e humor na imprensa ilustrada carioca do início do século XX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.16, n. 2, jul./dez, 1990.
- SHIZUNO, Elena Camargo. *A revista vida policial (1925-1927) - mistérios e dramas em contos e folhetins*. (Tese de Doutorado em História), Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.
- SIMONETTO, Patricio. *El dinero no es todo: Compra y venta de sexo en la Argentina del siglo XX*. Buenos Aires: Editorial Biblo, 2019.
- SIMONETTO, Patricio. *El sexo de las naciones: producción y circulación globalde narrativas de la trata de blancas en la Argentina (1900-1936)*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0201, jan./abr. 2020.
- SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, Ilhoas e Polacas: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo, Ática, 1992.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência - mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

TROCHON, Yvette. *Las rutas de Eros. La trata de blancas en el Atlántico Sur*. Montevideo: Taurus, 2007.

VELLOSO, M. P. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.

VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. *Tráfico de pessoas: uma história do conceito*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 33, nº 65, p. 61-83 – 2013.

YARFITZ, Mir Hayim. *Polacos, White Slaves, and Stille Chuppahs: Organized Prostitution and the Jews of Buenos Aires, 1890-1939*. (A dissertation in Doctor of Philosophy in History). University of California, Los Angeles, 2012.

### Fontes

*A Batalha*. Rio de Janeiro: 19/07/1930; 20/07/1930; 22/07/1930; 24/07/1930. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional - <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

*Crítica*. Rio de Janeiro: 11/06/1930. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional - <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

*Diário Carioca*. Rio de Janeiro: 10/02/1935. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional - <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

*O Malho*. Rio de Janeiro: 26/02/1910; 09/08/1913; 24/01/1914; 09/01/1915; 06/03/1915; 10/04/1915; 24/04/1915; 05/08/1918; 19/07/1930. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional - <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

*Revista Criminal*. Rio de Janeiro: 15/09/1927. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional - <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

*Vida Policial*. Rio de Janeiro: 26/12/1925; 26/11/1925; 02/01/1926; 30/01/1926. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional - <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

---

<sup>1</sup>O mesmo que ausência de policiamento.

<sup>2</sup>A mesma ilustração já fora usada pelo historiador Bretas (1997), mas sem nenhum apontamento específico em relação à imagem.

<sup>3</sup>“Alta sociedade”.

<sup>4</sup>Um castigo existente na Inglaterra para punir os *cáftens*.

<sup>5</sup>Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita.

<sup>6</sup>Não consta, na Hemeroteca Digital, a edição do dia 21/07/1930, em que, provavelmente, constava outra ilustração sobre o “tráfico de brancas”. Na edição do dia 23/07/1930, não foi possível compreender o contexto da imagem devido à baixa resolução. Mas a reportagem em questão, discorre sobre “os tenebrosos exploradores do lenocínio quando as suas escravas não podem mais alimentá-los de ouro, atiram-nas a rua, em condições que nem o Hospital da Santa Casa as recebe”.

<sup>7</sup>Sabe-se que as imagens são do ilustrador Manuel de Queirós, mas não fora identificado se o jornal *A Batalha* teria encomendado as pinturas com algum propósito ou se apenas reproduziam as imagens com a permissão do autor. A única informação das ilustrações é que foram feitas à base de tinta e pincel.

<sup>8</sup>A mesma imagem aparece na tese do historiador Mir Yarfitz (2012): “*Women Captured by Varsovia Society Members*”, e sabe-se que a imagem pertence a revista *La Crítica*, de 13 de maio de 1930, mas

também não é possível identificar o autor da ilustração. Curiosamente, a mesma imagem foi publicada no periodismo carioca na divulgação de um filme americano sobre o “tráfico de escravas brancas”.

<sup>9</sup> Apesar da crítica contra a regulamentação da prostituição em Buenos Aires na ilustração, a fonte também não indica quem é o autor, mas, sabe-se que, "a situação daquele país como grande mercado mundial de mulheres, inspirou a um caricaturista portenho esta alegoria de tão doloroso sentido".

Artigo recebido em 21 de fevereiro de 2022.

Aceito para publicação em 8 de junho de 2022.

**SER MÃE É UMA CONCEPÇÃO DIVINA?  
REPRESENTAÇÕES DE DEVERES MATERNALISTAS COM  
A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS REVISTAS “JORNAL DAS  
MOÇAS” E “O CRUZEIRO” (DÉCADAS DE 1930 A 1950)**

**IS BEING MOTHER A DIVINE CONCEPTION?  
REPRESENTATIONS OF MATERNALIST DUTIES WITH  
THE PHYSICAL EDUCATION IN “JORNAL DAS MOÇAS”  
AND “O CRUZEIRO” MAGAZINES (1930 TO 1950)**

SILVA, Carolina Fernandes da\*

BORBA, Bruna Letícia de\*\*

VICENZI, Liziane Nathália\*\*\*

**Resumo:** Este artigo buscou identificar quais as representações dos deveres maternalistas com a educação física nas revistas femininas *Jornal das Moças* e *O Cruzeiro* no período de 1930 a 1950. A metodologia consistiu em uma busca por essas representações por meio do paradigma indiciário e a análise documental de reportagens. A análise revelou que as principais representações dos deveres com a educação física foram relacionados a si mesma e aos filhos, a saber: educadora do corpo. Além disso, identificou-se que os periódicos jornalísticos reforçaram a função das mães como extensão do espaço escolar para a educação dos corpos dos filhos, baseados em preceitos da disciplina de educação física. O “ser mãe” era considerado uma concepção divina e dever social com o propósito de criar bons cidadãos para a pátria.

**Palavras-chaves:** Mães, Representação, Revista Feminina, *Jornal das Moças*, *O Cruzeiro*.

**Abstract:** This article sought to identify the representations of maternalist duties with physical education in the women's magazines *Jornal das Moças* and *O Cruzeiro* from 1930 to 1950. The methodology consisted in the search for these representations through the evidential paradigm and documentary analysis of reports. The analysis revealed that the main representations of duties with physical education were related to her and her children, namely the body educator. In

---

\* Pós-doutora em Ciências do Movimento Humano, no PPGCMH da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Filiada à Universidade Federal de Santa Catarina como professora e Líder do Sôma - Núcleo de Estudos em Cultura, Corpo e Movimento do Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina CDS/UFSC, Florianópolis, SC. E-mail: carolina.f.s@ufsc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0026-1318>.

\*\* Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Física (PPGEF) da Universidade Federal de Santa Catarina e ao núcleo de estudos Sôma - Núcleo de Estudos em Cultura, Corpo e Movimento do Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina CDS/UFSC, Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: brunabufsc@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6679-1974>.

\*\*\* Doutoranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Jornalismo pelo PPGJOR-UFSC. Jornalista formada pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Integrante do Núcleo de Estudos em Cultura, Corpo e Movimento do Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina (Sôma - CDS/UFSC). E-mail: lizivicenzi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1578-8369>.

addition, it was identified that the journalistic periodicals reinforced the role of mothers as an extension of the school space for the education of their children's bodies, based on the precepts of the discipline of physical education. Being a mother" was considered a divine conception and a social duty with the purpose of forming good citizens for the country.

**Keywords:** Mothers, Representation, Women's Magazines, *Jornal das Moças*, *O Cruzeiro*.

### *Introdução*

A construção do esforço empreendido na definição do que é “ser feminina” aparece em diferentes espaços e tempos, em diferentes aspectos socioculturais, e historicamente, sob diferentes formas, estratégias e discursos. Acerca do papel da história e do jornalismo na reprodução ou transformações de representações sociais é pertinente destacar que as revistas femininas podem ser consideradas instrumentos de construção social (MOLOTCH; LESTERS, 2016).

O conceito ainda é tema de discussões na atualidade e analisar o passado nos permite vislumbrar o presente com um olhar mais rigoroso e atento. Os periódicos ajudam a compreender como a sociedade em determinada época construía estes conceitos e estabelecia as estruturas dos deveres sociais das mulheres daquele período. Segundo Pinsky (2014), no século XX, entre os anos 1930 a 1950, as revistas femininas eram consideradas fontes importantes de informação para as mulheres brasileiras. Esses arquivos históricos tinham como público-alvo as mulheres<sup>1</sup>, conteúdo marcado pelo contexto histórico, e eram capazes de formar gostos, opiniões, padrões de consumo e discursos de conduta. Sendo assim, revelavam em suas reportagens, mudanças e permanências nas relações familiares e nos papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade.

Dentre estas representações de funções sociais, as revistas femininas sugeriam como o corpo deveria ser coberto e descoberto, educado e higienizado, como uma maneira de produzir identidades e representações das mulheres ao longo do tempo. Em relação a esta educação do corpo citada, um dos meios utilizados era a prática através da educação física, que diferenciava movimentos para homens, mulheres e crianças.

Em uma análise, foi possível identificar que o discurso apresentado pelas revistas femininas, quando relacionado à educação física, era direcionado prioritariamente às mães. Portanto, neste caminho, o artigo aqui proposto tem como objetivo geral identificar quais as representações dos deveres maternalistas com a educação física nas revistas femininas *Jornal das Moças* (JM)<sup>2</sup> e *O Cruzeiro* no período de 1930 a 1950.

Como bem avaliaram Soihet e Pedro (2007, p. 286), “tornam-se fundamentais na busca de pistas que permitam transpor o silêncio e a invisibilidade que perduram por tão longo tempo quanto ao passado feminino”. Logo, o uso do gênero como instrumento analítico possibilita a percepção da ordem cultural como modeladora do que representa os signos identitários dos conceitos de feminino e do masculino (MUNIZ, 2018). Em vista disso, compreendemos que os conceitos de feminino e feminilidade irão emergir das fontes, tal qual as representações que compõem a maternidade.

Este artigo está estruturado nos seguintes capítulos: O primeiro desenvolvemos a apresentação dos Procedimentos metodológicos. Em seguida, nos debruçamos em compreender como se construiu O jornalismo das revistas femininas JM e O Cruzeiro. Por fim, finalizamos a discussão com o capítulo “Falando às mães”: os deveres maternalistas nas revistas femininas, que discute as representações presentes nas reportagens das revistas femininas JM e O Cruzeiro. Bem como, as Considerações finais deste estudo.

### *Procedimentos metodológicos*

Para a realização deste estudo utilizou-se o referencial teórico-metodológico da História Cultural. De acordo com Chartier (2000, p. 16–17), a História Cultural, “tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. O pesquisador desta teoria busca por vestígios da produção destes sentidos e significados construídos pela cultura humana, observando suas escritas e reescritas do passado através destes documentos de narrativas produzidas em outro tempo histórico. Dessa forma, esta teoria tem como proposta decifrar a verossimilhança de um passado através de suas representações, da construção do real e da multiplicidade de discursos.

Segundo Pesavento (2008), o conceito de representação é compreendido pela História Cultural enquanto uma categoria de análise que busca decifrar a realidade do passado através de indícios históricos. Deste modo, as representações que chegam até o presente, resgatam os sentidos conferidos ao mundo e manifestados pelos homens e mulheres no passado, buscando traduzir a história e o mundo através da cultura, que podem ser expressas por meio de normas, imagens, discursos, ritos, construídos historicamente. Estes não são a cópia do real, mas uma construção feita a partir dele.

Em vista disso, toma-se como instrumento teórico-metodológico a análise das fontes documentais a partir do pressuposto de que nenhum documento é neutro, visto que sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu (PIMENTEL, 2001; BACELLAR, 2008). O procedimento para coleta das fontes nas revistas *JM* e *O Cruzeiro* compreendeu a divisão das reportagens em pastas separadas por décadas (1930-1960). Os arquivos de ambas as revistas foram encontrados no Acervo da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional do Brasil, no qual o período pesquisado foi entre as décadas de 1930 a 1960, a partir do termo “educação física”.

A definição do recorte temporal ocorreu por estes terem sido os anos de maior distribuição das duas revistas e também de maior alcance de suas publicações. Já a escolha pelo termo “educação física” para a busca das fontes, se deu em razão deste ser um campo de intervenção e educação do corpo, o qual historicamente gera representações de gênero a partir de suas práticas (PINSKY, 2014; SERPA, 2017). Dentre os temas que atravessam este estudo, temos as questões de gênero, que neste caso, perpassa pela compreensão dos papéis e simbolismos dos conceitos de masculinidades e feminilidades que estão presentes nas revistas. Porém, estes mesmos simbolismos que irão emergir das fontes só serão aprofundados caso estes elementos contribuam para respondermos nosso problema de pesquisa, uma vez que, segundo Scott (1995), o termo “gênero” pode ser uma forma de indicar as construções culturais das identidades sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres.

Para a realização da pesquisa, apropriamo-nos também dos escritos sobre paradigma indiciário. Neste método, o pesquisador é comparado a um detetive, pois busca minuciosamente os detalhes. Observa e interpreta além do que está em primeiro plano. Assim, alguns questionamentos foram levantados sobre as fontes utilizadas na pesquisa, tais como em quais condições e em qual contexto determinado documento foi redigido, por quem, para quem e como se construiu historicamente (GINZBURG, 1989).

#### *O jornalismo das revistas femininas *Jornal das Moças* e *O Cruzeiro**

Dentre os conceitos jornalísticos, segundo Almeida (2008), é o conteúdo que difere o que é jornal e o que é revista. O jornal, normalmente, vincula textos de opinião, discussões de temas polêmicos e notícias. Já a revista traz um conteúdo mais variado, geralmente em matérias de entretenimento. Durante um longo período, as duas

publicações confundiram-se, como no caso do JM, que se denomina jornal, mas seu conteúdo é predominantemente de revista.

Além disto, Barros (2019) salienta que havia a necessidade de se garantir um baixo custo para o consumidor, o que terminou por condicionar também materialidade dos exemplares impressos do período de criação da revista JM (1914), no caso, através do amplo predomínio da utilização de um tipo de papel reciclável que ficou conhecido como "papel-imprensa". Somente em 1934 que se insere o uso de cores em algumas páginas, como na capa da revista e nos suplementos do JM (MACHADO, 2018). Assim, para este estudo, optamos por denominar e definir a "revista" JM como um meio de comunicação impresso que dedica suas publicações para as mulheres.

O JM teve início em 1914 e se manteve no mercado até 1965. O seu ápice foi o período compreendido entre os anos de 1945 e 1950, quando conquistou o primeiro lugar entre as revistas femininas semanais, respectivamente (PINSKY, 2014). Semanalmente a revista era publicada no Rio de Janeiro e distribuída em todo o Brasil, incluindo as capitais e diversas cidades de vários estados (FREITAS et. al, 2019).

Já a revista *O Cruzeiro* se destacava na década de 1950 no Brasil, como um dos meios de comunicação mais importantes da época. Esteve em primeiro lugar entre as revistas no IBOPE durante 1950, presente nos lares de classe média urbana e lida por toda a família, reproduzindo e construindo valores (BASSANEZI; URSINI, 1995, p. 243).

Por trás do colorido, dos belos traços desenhados pelos melhores ilustradores e artistas plásticos do país, nasceu a revista *O Cruzeiro*. Com uma carga de símbolos e significados, não apenas do imaginário feminino do período, mas de toda uma época, desde a sua primeira edição a mesma era caracterizada por capas com belas figuras de mulheres. Durante o decorrer das décadas, priorizou em suas páginas a beleza e o glamour feminino em detrimento de um conteúdo mais informativo e interpretativo sobre a realidade do período (SERPA, 2003).

A revista integrava o conglomerado de comunicação de Assis Chateaubriand (Chatô), um dos expoentes do jornalismo brasileiro na época. Com uma proposta ousada e diferenciada, *O Cruzeiro* buscava expressar modernidade, enaltecer a beleza feminina e o consumo. As páginas coloridas indicavam às mulheres padrões de comportamentos atrelados à moda, roupas, eletrodomésticos, maquiagens, cinema, concursos de beleza e amenidades sociais. A proposta ainda pretendia promover uma ideia de nação

hegemônica que conseguiu alcançar aproximadamente quatro milhões de leitores (SERPA, 2003).

Com o objetivo de enaltecer as mulheres de camadas sociais mais elevadas e o universo feminino de forma glamourosa, bem como reforçar padrões já estipulados, em 1930, a revista lançou o primeiro concurso de beleza e promoveu a cobertura da eleição para “Miss Universo 1930”, no Rio de Janeiro e alcançou uma tiragem de 80 mil exemplares (SERPA, 2003).

As publicações das revistas eram destinadas a moças de uma classe economicamente privilegiada da sociedade brasileira daquele período. Ainda trazendo elementos do contexto brasileiro para compreendermos o público-alvo, é importante salientarmos o preço de venda da revista *Jornal das Moças*, que por sua vez, variou muito ao longo da sua existência<sup>3</sup>. Destaca-se também, que as mulheres negras e/ou de baixa renda já estavam inseridas no mercado de trabalho, e que, as mulheres dos segmentos médios – público da revista - passaram a buscá-lo em razão da necessidade financeira da família e da modernidade que, com o advento da industrialização, passaram a consumir produtos nos mercados (SOIHERT, 2018).

Por outro lado, mulheres empobrecidas, consideradas a princípio “naturalmente” saudáveis e talhadas para o trabalho braçal e para as longas jornadas, eram construídas como ameaça à saúde pública enquanto constituíam as principais vítimas do escasso repouso e nutrição, de doenças infectocontagiosas e de complicações do parto (SANTOS, 2020).

Desde seu surgimento, no fim do século XIX, as revistas femininas se propunham a aproximar suas leitoras de um novo mundo de modernidades e de novas rupturas sociais. Se surgem novas percepções de mundo, logo, surgem também, novas representações de saúde do corpo das mulheres. Pois, “A história do corpo humano é a história da civilização. Cada sociedade, cada cultura age sobre o corpo determinando-o, [...] criando os seus próprios padrões” (BARBOSA, et al. 2011, p.24).

A fim de compreendermos as estruturas, os elementos, as razões em que as revistas foram construídas acreditamos que é preciso trazer também para a margem o que a própria revista nos conta sobre a sua trajetória e buscarmos pelo corpo editorial das mesmas, a fim de compreendermos quem as escreve e o contexto por trás destes meios de comunicação que possuem as mulheres como público alvo.

Em relação à revista JM, ainda nas primeiras edições não é declarado o corpo editorial, mas nas edições dos anos seguintes, a revista nos revela a primeira aparição do

F.A Pereira como Diretor-Proprietário, em 15 agosto, na trigésima primeira edição da revista (EXPEDIENTE, 15.8.1915, p.1). A partir da década de 1950, a nova fase da revista JM traz a direção de Álvaro Menezes marcada pela relação das dicotomias daquele período, em que, acordo com os registros editoriais, era intitulada como a “revista da mulher no lar e na sociedade” (SPAVIÈR, 7/01/1960, p.14).

Não muito distante, a revista *O Cruzeiro* foi lançada pelo jornalista português Carlos los Malheiro Dias, e como já citado anteriormente, foi comprada pelo empresário Assis Chateaubriand, uma personalidade de grande importância no Brasil naquele período (DOS SANTOS, 2013). Desta forma, caracteriza-se que, em ambas revistas, homens eram proprietários e possuíam cargos de direção editorial. Ao deter o poder de gerenciar as revistas, evidencia-se a influência discursiva que esses profissionais da saúde exerciam na sociedade, especialmente a este público-alvo, as mulheres.

Ou seja, as páginas produziam e reproduziam simbologias e elementos socioculturais do universo das feminilidades daquele tempo, apostando no discurso de que possuía a essência de ser uma revista companheira e amiga de suas leitoras, a qual as auxiliava em suas dúvidas e construía aos poucos, uma relação de confiança.

Entre as décadas de 1930 e 1950 também foram registradas expressivas mudanças político-sociais: as mulheres passaram a ser consideradas cidadãs, ter direito ao voto e serem votadas e tiveram direitos trabalhistas regularizados via CLT por volta de 1932. Na primeira metade do século XX, além do direito ao voto, a mulher conquistou lugares fora do espaço privado a que vivia circunscrita, como a conquista profissional das mulheres de alta classe brasileira (ALMEIDA; LEÃO, 2008). A partir disso, ocorreram mudanças na interpretação do que seriam consideradas as funções das mulheres na sociedade, que iniciaram a inclusão no mercado de trabalho e dividiam a carga horária entre o cuidado do lar e o emprego. O período também foi marcado pela expansão da produção e do consumo de revistas ilustradas, consolidando esse gênero de periódico como suporte para proposição de novos comportamentos.

No período estudado, destaca-se o desenvolvimento industrial, um maior comprometimento do Estado com as Forças Armadas e uma polarização de classes. O *Cruzeiro* buscava representar uma mulher moderna, mas de uma camada social do mundo artístico, esposas de políticos e de donos da indústria. A intenção era abordar a rotina dessas mulheres que consumiam cosméticos e se vestiam conforme a moda parisiense e americana (SERPA, 2003).

Segundo Oliveira e Silveira (2016), desde o império, as mulheres tiveram presença assídua no contexto dos impressos, mas vale ressaltar que neste período, poucas eram as mulheres que possuíam acesso a uma educação formalizada. Neste período, segundo uma pesquisa feita pelo Censo Demográfico em 10 de março de 1951, 52% da população ainda era analfabeta, ou seja, poucas eram as mulheres que tinham acesso à leitura das revistas daquele período no Brasil (BATISTA, 2019). O perfil destas leitoras, em sua maioria era composto por moças e senhoras pertencentes à elite nacional, vista como suas consumidoras em potencial, responsáveis pela expansão da prática da leitura, inspiradas por países desenvolvidos. Segundo Batista (2019), entre 1959 e 1960, uma coluna chamada “Um broto por semana” foi publicada na revista JM, buscando traçar o perfil das entrevistadas. A revista compreendia que o “broto” era uma moça solteira, com idade variando entre 15 e 20 anos, frequentadora de um clube e participante dos concursos de beleza nele promovidos, que podia estar estudando ou trabalhando, caracterizando assim, um dos perfis de leitoras que a revista visava atingir.

Sendo assim, nesta época construía-se uma nova relação social para as mulheres, elas tornam-se leitoras e era nas revistas que encontravam uma de suas maiores fontes de lazer. Nestas décadas, nas quais a televisão estava começando a chegar aos lares brasileiros, os cinemas ainda eram precários, ler torna-se um novo espaço a ser descoberto como uma prática corporal prazerosa (MIGUEL, 2009). Podemos concluir por fim, que durante o período de publicações da revista, as leitoras que tinham acesso ao meio impresso possuíam uma classe economicamente privilegiada da sociedade brasileira daquele período.

Ao servir às funções de lazer, instrução pedagógica e material informacional, as revistas femininas impulsionaram a formação intelectual de inúmeras mulheres, bem como sua inserção no mundo das letras. Ou seja, as mulheres se tornavam cada vez mais assinantes de revistas femininas, pois os periódicos supriam tanto à função pedagógica quanto à de lazer em seus espaços domésticos. Foi, pois, nesses espaços de intimidade e sociabilidade que as revistas como, *o JM* e *O Cruzeiro*, alcançaram sua fama e se popularizaram (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2016; SILVEIRA; VAZ, 2015; FREITAS et. al, 2019).

Acerca do papel do jornalismo na reprodução ou transformações de representações sociais é pertinente destacar que as revistas femininas do estudo podem ser consideradas instrumentos de construção social. Todos os indivíduos são produtores de informações a partir dos modos como vêm e relatam aquilo que crêem ser o mundo

(MOLOTCH; LESTERS, 2016). A imprensa feminina particulariza-se por dirigir-se para o público feminino, ainda que nem sempre tenha sido produzida por mulheres, volta-se para grupos de mulheres que possuem práticas, hábitos e costumes em comum. Trata-se de um tipo de produção jornalística que orbita em torno de temas mais contínuos (LUCA, 2016).

A leitura de revistas por mulheres entre 1930 e 1950 era entendida também como uma prática de entretenimento, sendo assim, nesta época construía-se uma nova relação social para as mulheres, elas tornavam-se leitoras e, nas revistas, encontravam uma de suas maiores fontes de lazer. Nestas décadas, ler tornou-se um novo espaço a ser descoberto como uma prática corporal prazerosa, pois a televisão estava começando a chegar aos lares brasileiros e os cinemas ainda eram precários (MIGUEL, 2009).

Segundo Freire (2008), foram apropriados da França tais práticas. Para o mesmo autor, “[...] entre outros costumes ‘importados’ de Paris, o hábito de ler revistas tornou-se uma ‘coqueluche’ entre as famílias das classes mais elevadas dos centros brasileiros” (FREIRE, 2008, p. 156-157), mostrando-se sintonizado com a ideia de modernidade, progresso e civilidade.

Este período também trouxe mudanças expressivas para as mulheres, o que levou as revistas femininas a tomarem um perfil de “prefiguração de modelos femininos, reiterando a tradicional postura de rainha do lar, [...] em que se projetou a mulher emancipada, educadora, esportista, saudável, moderna” (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2016, p.52). Para tanto, a imprensa feminina aliou discursos, manteve tradições socioculturais e inseriu novas atribuições em suas reportagens, ou seja, apesar destas conquistas, não poderiam negar a responsabilidade esperada pela sociedade. A de cuidar da família e do lar, pois isso traria uma mudança na estrutura social. O discurso maternalista brasileiro mostrava-se claramente inspirado no modelo francês de sociabilidade e civilização (FREIRE, 2008). Esse modelo defendia a maternidade como a principal função das mulheres, o qual ainda se fazia hegemônico nas primeiras décadas do século XX.

Diversos assuntos eram tratados nestas revistas, principalmente os relacionados com as atividades atribuídas às mulheres, em meio a estes, além da função de serem mães, as mulheres possuíam também a função de responsáveis pela educação de seu próprio corpo e educadora do corpo do filho. Para tanto, tinham nos princípios da disciplina de educação física um caminho a ser seguido. Segundo Freire (2008), após a Primeira Guerra Mundial o mundo ocidental alcançou um renovado impulso, gerando ações

diferenciadas em cada sociedade. No caso do maternalismo, sua associação à valorização social da ciência se fortaleceu, conferindo-lhe um novo caráter.

No Brasil, esse fenômeno apresentou associações com especificidades do cenário econômico, político e social e, em particular, ressoou no projeto modernizador republicano, o qual depositou nas crianças a esperança da nação. Para Freire (2008, p. 154), “tal concepção fundamentou uma convergência identitária entre saúde, educação e nação, e uniu a intelectualidade urbana na elaboração de ampla proposta reformadora que tinha na higiene seu eixo central”.

No que se refere a este mesmo projeto de Nação, quando o discurso era direcionado às mulheres, utilizava-se da educação física e do caráter eugênico-higienista do início do século XX, que tinham como base as teorias das ciências médicas e biológicas nas quais o corpo das mulheres aparece como determinante de suas construções sociais referentes à maternidade e feminilidade. Sendo assim, estabelecia culturalmente a compreensão da maternidade como a mais importante missão das mulheres deste período (RUBIO, 2010; CAMARGO, 2010).

Almejava-se aumentar não só as condições individuais de saúde, mas do índice nacional brasileiro, sendo os preceitos higiênicos o meio para também aperfeiçoar eugenicamente as novas gerações através de cuidados especiais ministrados às futuras mães e aos recém-nascidos (SILVA, 2011). As mães fortes são as que fazem os povos fortes. É de toda necessidade a educação física das meninas para desenvolver o santuário da maternidade (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944, p.41).

Em vista disso, nos dois primeiros terços do século XX se construiu fortemente a convicção de que a educação era uma ferramenta transformadora de consciências. Desta forma, sendo voltada para um simbolismo das atribuições dadas às mulheres e baseando-se no potencial de redenção pela pureza e amor, a educação deveria fortalecer a atuação das mulheres como professoras na educação escolar.

Segundo Pedro (2011), é crescente o número de pessoas que incorporam em suas análises as diferenças de gênero para observar os impactos dos acontecimentos sobre homens e mulheres, nos quais as categorias “mulher”, “mulheres” e “relações de gênero” têm sido formuladas, divulgadas e apropriadas em diferentes locais, direção que iremos tomar com o presente estudo.

Esta relação entre imprensa feminina e as mulheres implica questões mais abrangentes, como por exemplo, como através de uma educação do corpo, a qual gerou representações das funções sociais das mulheres em determinado período, tendo a

imprensa como uma das formas de disseminação de representações sociais (FREITAS et al, 2019; MOSCOVICI, 2015).

*“Falando às mães” : os deveres maternalistas nas revistas femininas*

Quando pesquisadas as palavras “educação física”, levantou-se o total de 48 reportagens em ambas as revistas, nas quais as seções destinadas às mães possuíram o maior número de aparições (32), o que determinou a definição como local de extração de informações para a pesquisa e o caminho de análise para as representações dos papéis sociais das mulheres neste período.

Na revista *JM*, a maioria das reportagens se apresentavam nas seções fixas, e entre elas, o “Evangelho das mães” e “Falando às Mães”. Já a revista *O Cruzeiro*, a seção fixa “Lar doce Lar” que era destinada também às mães, e tinha como objetivo auxiliá-las e sanar suas dúvidas sobre puericultura. Em vista deste primeiro resultado através das buscas, identificados que, a maternidade era uma representação importante dos aspectos das representações do “ser mulher” neste período.

Segundo o conceito representado pela própria revista *JM*, a educação física deve ter duas grandes finalidades: “[...] 1º - saúde; 2º - o aperfeiçoamento das qualidades morais e sociais” (EVANGELHO, 1959, p.20). O que pode ser explicado pelas reformas e programas educacionais que estavam vinculados ao projeto de Nação no Brasil durante o século XX e o movimento Higienista. A Educação Física foi um dos principais objetos de poder das instituições médicas durante os séculos XIX e XX. A educação dos corpos se deu através da valorização das práticas de atividades físicas pela educação médica (MILAGRES et al 2018).

Além disso, estes mesmos movimentos ajudavam a construir culturalmente os estereótipos do gênero feminino, pois eram reforçados pelas linhas teóricas, juntamente com programas criados pelo positivismo, que às mulheres eram atribuídas as responsabilidades do cuidado dos maridos operários, dos filhos e do lar (SOARES, 1994). O projeto nacional regido pelo presidente Getúlio Vargas, tinha a mulher como elemento essencial e central para o aprimoramento do povo brasileiro. Desta maneira, nota-se a construção de todo um ideário de educação das mulheres, possuindo o incentivo da imprensa midiática durante o período do Estado Novo (1937 - 1945) (DEVIDE, 2007).

Nesta direção, foi observado nas revistas analisadas um modelo de representação baseado na maternidade como a principal função das mulheres, uma vez que o maior

número de aparições do termo “educação física” nas fontes estarem em seções destinadas a mulheres que exercem a maternidade. Em vista disso, as revistas femininas configuraram-se “[...]como veículo ideal para a difusão da nova cultura, simultaneamente refletindo e moldando o novo papel feminino de mãe” (FREIRE, 2008, p. 154).

Em uma reportagem da seção Lar Doce Lar da revista *O Cruzeiro*, é possível identificar vestígios de como eram elaborados e determinavam o que competia às mães em relação ao mundo psicológico das crianças:

O mundo psicológico da criança, tão mais complexo do que parece, merece de sua parte a mesma atenção e o mesmo cuidado que você dispensa à sua educação física. A mãe compete guiar o guri desde o início, [...] E, para isso, o melhor guia ainda é o coração (SANGIRARDI, 1944, p.12).

Nesse mesmo período houve uma grande repercussão da psicologia do desenvolvimento no processo de escolarização. Ao que se refere à infância, essa abordagem trouxe contribuições para essa “convicção” de mãe-pedagoga, ao incluir características e sentimentos considerados naturais, como o amor e a dedicação para as mulheres em geral, e a responsabilidade para as mães aos chamados problemas evolutivos no desenvolvimento infantil (ALMEIDA, 2008; KLEIN, 2005).

Vestígios deste discurso também foram localizados numa reportagem do *JM*, na qual se aconselha a prática “ativa e cuidadosa” às crianças que apresentassem predisposição a doenças. O título da reportagem era “As mães de família não devem esquecer” e reiterava-se que “as crianças que se irritam a miúde requerem um tratamento especial, [...] necessitavam uma educação física ativa e cuidadosa” (AS MÃES DE FAMÍLIA NÃO DEVEM ESQUECER, 1943, p.17).

É importante destacar que as reportagens que se referiam às mães eram assinadas principalmente por médicos, obtendo um espaço privilegiado de fala, sobretudo na revista *JM*, que possuía em seu quadro de colaboradores dois médicos. O capitão doutor José Ezagui, militar e médico, publicava artigos com temas variados determinados como do “universo feminino” do período, como: análise de moda, saúde, práticas corporais ideais para moças, relacionamentos, entre outros. E o doutor Werther Leite Ribeiro, segundo o discurso da própria revista, um dos melhores pediatras do Brasil, possuía uma seção fixa “Falando às Mães” a partir da década de 1950 (FALANDO ÀS MÃES, 1951, p.13).

Esses profissionais da saúde, homens, detinham o poder de legitimar esses discursos por meio da presença da ciência e do saber médico como legitimadores de uma

pedagogia corporal do feminino. Verificou-se que a ordem médica entrou como articuladora desse processo de normalização e, apoiada por saberes advindos principalmente da anatomia e da fisiologia, produziu argumentos com o intuito de converter o corpo da mulher em um objeto de constante preocupação e controle (SILVA, 2011)

O saber médico, na década de 1940, produziu uma série de regras de condutas e formas de pensar específicas. Seus ensinamentos colocavam-se como necessários para todos. Em conjunto, alguns periódicos, como a Revista Brasileira de Educação Física, formaram um eficiente meio de divulgação e propaganda do saber médico para a sociedade, afirmando-o como verdadeiramente responsável por educar, corrigir e curar o corpo. As matérias dessa revista relacionadas às práticas corporais indicadas às mulheres eram sempre assinadas, permeadas e legitimadas pelo saber médico. Estabelecia-se um compilado de “verdades” sobre os corpos femininos, seus usos higiênicos, eugênicos e morais, regulamentando suas ações em todas as esferas da vida. Os médicos permitiram o ingresso das mulheres no universo das práticas corporais, porque viam nele uma ferramenta importante para o desenvolvimento da saúde e da beleza feminina; um instrumento fundamental para o desenvolvimento da maternidade sadia (DALBEN; SOARES, 2008).

Neste trecho da reportagem da década de 1940: “São caracteres fisiológicos da infância a vivacidade dos movimentos, a regeneração dos tecidos e a resistência que opõe às enfermidades” (A EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944, p.15), é possível observar a presença de profissionais da saúde dirigindo-se às mães através dos termos e conceitos utilizados por esta área de atuação ao se referir ao cuidado com o estado físico saudável de crianças. Tais características podem ser observadas também em outra reportagem da revista desta mesma década, período de ascensão do movimento higienista no Brasil, através do projeto de nação regido por Getúlio Vargas: “A ausência quase constante de exercícios corretivos de educação física conduz logo a uma precoce anquilose progressiva, isto é, a um endurecimento das articulações [...]” (EXERCÍCIOS DE COMPENSAÇÃO, 1942, p.62). Isto se dá através de conselhos para explicar às mães o impacto da ausência de exercícios específicos de educação física em crianças.

Estas reportagens trazem intrínseco ao seu conteúdo orientações relacionadas aos cuidados de puericultura, o acompanhamento do desenvolvimento infantil, que tinha o corpo social como alvo de ação, implicando, portanto, mudanças de concepções, atitudes e comportamentos. Como a reportagem estava incluída em uma seção que se dirigia às

mães, podemos sublinhar que era pressuposto o desenvolvimento de tal função: cuidar das crianças e educar o corpo através das práticas específicas da educação física, com a orientação médica.

Tais aspectos contribuíram para a formação de hábitos e na moralização dos costumes e comportamentos, quando a ordem, disciplina e higiene pública tornam-se cruciais para o projeto nacional rumo à civilização (SANTOS, 2020). Contudo, podemos constatar através das reportagens que as mulheres eram constantemente convocadas a cumprir os deveres de guardiãs da saúde de sua família. A partir destes “novos” conselhos, Para Freire (2008), utilizar-se da ciência seria o novo papel social da mãe moderna. Sendo assim, as revistas com o público alvo para as mulheres apropriam-se destes pressupostos para publicá-los através dos discursos médicos e ler as revistas tornar-se uma forma de aproximação destas mães com tais conhecimentos.

Consolidava-se assim, na esfera social brasileira, a representação de mulheres que era “mãe-esposa-educadora” construídas nas concepções sociais de moralidade. Esse ideário se prolongou com as ambições políticas e a proliferação de um “discurso ufanista sobre a educação, que colocou nas mãos femininas a responsabilidade de guiar a infância e moralizar os costumes” (ALMEIDA, 2008, p.138).

A concepção de maternidade incorporou cada vez mais atributos de função patriótica e de prática científica, construindo uma representação de que o “ser mãe” era uma “missão divina e um dever social” (FREIRE, 2008, p.157). Assim, eram dados atributos às especificidades biológicas das mulheres como justificativas em defesa da maternidade. O seu descumprimento, por sua vez, era considerado “patologia, pecado ou crime” (FREIRE, 2008, p.158). O próprio título da seção fixa do *JM* “Evangelho das Mães”, remete aos ensinamentos de vias religiosas. Ou seja, às mulheres era dada a capacidade de uma ação moralizadora de manter a unidade da família e da Pátria (ALMEIDA, 2008; FREIRE, 2008).

Estes atributos dados como inerentes ao instinto da natureza “feminina” podem ser associados ao que o *JM* chamou de “natural intuição”, assim, observa-se uma “naturalização” de discursos, que seria entendido como algo inerente da época, sendo conservador e tradicional. Em uma das reportagens analisadas pelo estudo, ao se referirem aos movimentos que seriam indicados às mães para que estas aplicassem a seus filhos, o *JM* trouxe recomendações para os casos em que as crianças possuíam “pernas em arco”: “[...] As mães, por natural intuição de que são dotadas, sabem como fazer seus

filhinhos praticarem movimentos tão simples, os quais muitos beneficiam seu desenvolvimento corporal [...] (PERNAS EM ARCO, 1949, p.73).

Estas orientações eram dadas através de manuais práticos, mas também, podem ser vistas nas revistas, com o intuito de orientar condutas, comportamentos e cuidados higiênicos. Para que todos tivessem acesso, utilizava-se de discursos cujos “modos de fazer” eram descritos de forma clara e acessível para que até os mais humildes conseguissem entendê-los e, com isso, seria mais fácil à abertura nos lares e a adesão convicta dessas ações higiênicas nos cotidianos (STEPHANOU, 1997). Para Milagres et al, “com o higienismo, os estereótipos do gênero feminino eram reforçados pelas linhas teóricas do movimento juntamente com programas criados pelo positivismo” (MILAGRES et al; 2018, p. 165). A base dessa prática parece ter sido o informar para educar.

Este movimento foi baseado em áreas específicas das ciências que tratam da saúde, construídos pela junção do conhecimento científico e os ideais de ufanismo no Brasil. Isto é, a escola e os papéis da mulher-mãe-esposa-educadora, na sociedade e na educação dos corpos através da educação física, estavam ligados por um único propósito: o de criar bons cidadãos para a pátria.

Desta forma, as mães e a educação física seriam ferramentas para se chegar a este fim e deveriam estar alinhados com o que o estado projetava para o futuro do país abrangendo os movimentos militares e higienistas. Sendo assim, foram construídas representações da inerente e natural incumbência higiênica, científica e biológica das mulheres, com base em preceitos conservadores do período.

Segundo Klein (2005), a elas é incumbido ser afetiva, protetora e participativa, ao mesmo tempo a responsabilidade de administrar, organizar e gerenciar a casa e a educação dos filhos. Assim, possuem a atribuição de educar e educar-se constantemente. Portanto, fronteiras entre homens e mulheres de classe média e alta foram delimitadas quanto às suas obrigações sociais em relação ao lar. Nas revistas, a maternidade e a educação dos filhos eram indissociáveis da ideia de ser mulher (PINSKY, 2014). As ações midiáticas analisadas permitiram identificar representações de “educação do corpo” vinculadas com o papel de “ser mãe” naquele período. Isto vai ao encontro do que foi visto nas revistas femininas, como “natural intuição” das mães, ou seja, uma concepção de representação de ser mulher-mãe esposa-educadora na qual está intrínseco no instinto o cuidado, a responsabilidade de cumprir as tarefas domésticas e o compromisso com a participação escolar dos filhos. Em razão de que, eram dadas

atribuições às mulheres, na qual elas tinham por destinação ser “mãe” e “educadora dos filhos da pátria” (ALMEIDA, 2006; BUITONI, 2009).

### *Considerações finais*

Neste trabalho procuramos contemplar o objetivo geral de identificar quais as representações dos deveres maternalistas com a educação física nas revistas femininas *JM* e *O Cruzeiro* no período de 1930 a 1950. A partir da análise das reportagens, em ambas as revistas *JM* e *O Cruzeiro*, podemos inferir que as reportagens eram direcionadas para as mães e que o dever social apontado era realizar esta função concedida socialmente como uma missão divina. Outros deveres sociais identificados nestes arquivos históricos apontam que as mães deveriam ser as responsáveis pelo ensino de pureza e amor, professoras na educação escolar, pedagogas, cuidadoras do lar, esposas, guias da infância, reprodutoras de bons costumes e dotadas de natural intuição para o cuidado dos filhos.

As revistas manifestaram conceitos específicos de Educação Física. Dentre estes, enquanto disciplina curricular, na qual possui duas grandes finalidades: saúde e aperfeiçoamentos morais. Estes princípios estão diretamente vinculados ao projeto de Nação no Brasil durante o século XX e ao movimento Higienista. Porém, quando direcionado o discurso para as mulheres (público-alvo das revistas), as representações de Educação Física se voltam para a função de exercer a maternidade. O que corrobora com estereótipos de feminilidade do período, nas quais, foram construídas representações da inerente e natural incumbência biológica das mulheres, com base em discursos conservadores do período.

Além disto, as sessões das reportagens do *JM* tinham como títulos “Evangelho das Mães”, que nos remete ao controle e poder da Igreja sobre a educação e ao processo civilizador e moralizador que a sociedade brasileira estava passando. Era comum também o título “As mães não devem esquecer”, que nos levam a questionar quais eram os papéis de responsabilidades dos pais em relação aos filhos no seu desenvolvimento. Em outras palavras, ao ser criada uma representação de “ser mãe” é também criada, nas ausências, uma representação do “ser pai”. Estes questionamentos sobre como se construiu neste período estas representações nos permite identificar concepções estabelecidas em diferentes tempos e contextos socioculturais.

Portanto, através deste estudo, podemos concluir que não foi de forma natural que se atribuiu às mulheres tais representações. A sociedade construiu e segue reconstruindo culturalmente a sua própria identidade ao longo do tempo, e estabelece em suas estruturas os padrões sociais. Neste caso, a naturalização da maternidade como algo compulsório e uma missão divina para as mulheres foi para contemplar o propósito governamental de criar bons cidadãos para a pátria como um projeto de futuro do país. É pertinente notar como esses arquivos históricos disseminaram um pensamento vigente na época sobre a autoridade médica, a definição sobre o que era considerado feminino e de como deveria ser a educação dos corpos. A função da mulher foi determinada por discursos que fizeram das revistas participantes ativos no processo de construção da realidade.

Compreendemos também que, à medida com que a sociedade foi se transformando, seja através das leis ou das ampliações científicas, os papéis da Educação Física e das mulheres também foram sendo modificados. Este movimento configurou-se enquanto uma via de mão dupla, na qual os dois fenômenos se influenciaram na construção de suas respectivas representações.

Cabe ressaltar que o jornalismo produzido por meio das revistas era prioritariamente escrito por médicos, considerados atores sociais protagonistas e referências naquela época, além da própria direção das revistas serem compostas majoritariamente por homens. Apesar de não considerarmos esse discurso jornalístico como único fator isolado de reprodução dessas estruturas sociais dominantes, o entendemos como uma atribuição determinante no contexto de definição do que deveria estar entre as funções das mães na época.

Em vista dos fatos apresentados, retoma-se a elaboração dos artigos assinados por médicos, ou seja, uma correlação entre representações de conhecimento científico que foram transferidas para as mães por meio de revistas femininas. Os artigos das revistas visavam disseminar informações técnicas sobre a fisiologia infantil corroborando com o ideário da maternidade. Os periódicos consideravam uma função predeterminada das mulheres, a de ser mãe, por meio de reportagens vinculadas à educação do corpo e de como a mãe deveria atuar além dos ensinamentos da escola, recebendo uma função a mais, a de responsável pela educação do corpo da criança na extensão do espaço escolar.

Identificados os deveres atribuídos às mães e tecemos a crítica da responsabilidade materna entendida como única e não compartilhada com a família, assim como a ligação do “ser feminino” totalmente atrelada com a função de ser mãe. Os

arquivos históricos permitiram o vislumbre de uma realidade que julgamos não estar tão distante dos dias atuais e que carece de críticas quanto a estruturas sociais que insistem em distribuir papéis e atribuições sem considerar a possibilidade de escolha das mulheres. Ser mãe é uma missão divina? Ser mãe é uma função social? Como se construiu esse ideário de maternidade? É somente a mãe a única que deve ser responsável pela educação e formação dos filhos? O quanto os arquivos históricos como as revistas femininas podem interferir na construção de um pensamento social? Essas são perguntas que começaram a ser respondidas aqui e que podem pautar estudos futuros para compreender ainda mais as posições oferecidas a mulher na sociedade.

### **Referências bibliográficas:**

- A EDUCAÇÃO FÍSICA, *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, 6.01.1944, p.15.
- AS MÃES NÃO DEVEM ESQUECER, *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, 3.11.1949, p.17.
- AS MÃES NÃO DEVEM ESQUECER QUE, *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, 11/11/1943, p.92.
- AS CRIANÇAS E A NATAÇÃO, *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, 1.1.1942, p.61.
- AS MÃES DE FAMÍLIA NÃO DEVEM ESQUECER, *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, 18.11.1943, p.17.
- ALMEIDA, Nukácia Meyre Araújo de; LEÃO, Andréa Borges. *Jornal das Moças: Leitura, civilidade e educação femininas (1932-1945)*. 2008. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2008.
- ALMEIDA, Nukácia Meyre Araújo de. *Revistas femininas e educação da mulher: o Jornal das Moças*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2006. 08 jan. 2014.
- ALMEIDA, Jane Soares de. A destinação das mulheres para educar meninos e meninas: como são construídos os paradoxos históricos. *Portal Metodista de Periódicos Científicos e Acadêmicos*, São Paulo, v. 11, n. 18, p.136-148. jun-dez. 2018.
- BANDEIRA, Ana Paula Bornhausen da Silva. Jornalismo feminino e jornalismo feminista: aproximações e distanciamentos. *Vozes & Diálogo*. v. 14. n. 02, jul./dez, Itajaí, 2015.
- BARBOSA, Amélia Aparecida. *A imagem da criança na propaganda da década de 1950*. 2005. 85 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Uberlândia-MG, Uberlândia, 2005.

BARROS, José D'assunção. *Fontes Históricas: introdução ao seu uso historiográfico*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

BACELLAR, Carlos de A. P. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

BATISTA, Priscila Dieguez Alves. *Lugar de mulher é na sala de aula ou na cozinha? A inserção feminina no ensino superior durante os anos dourados: um olhar através do jornal das moças*. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 237 f. 2019.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Vozes, 1985.

BIRD, S. Elizabeth; DARDENNE, Robert W. Mito, registro e 'estórias': explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Florianópolis: Insular, 2016.

BRASIL. Constituição (1961). Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. *Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional*. 1. ed. Brasília, DF, 20 dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 4 jun. 2019.

BRASIL. Constituição (1996). Lei nº 9.394. *Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_2ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf) f. Acesso em: 4 jun. 2019.

BRASIL. Constituição (1971). Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. *Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional*. 2. ed. Brasília, DF, 11 ago. 1971. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei5692-71>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. Constituição (1932). Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. . Brasília, DF, 24 fev. 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/19301939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Constituição (1931). Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. . Brasília, DF, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>>. Acesso em: 10 maio 2018.

CASTRO, Celso. In corpore sano - os militares e a introdução da educação física no Brasil. *Fundação Getúlio Vargas*, Rio de Janeiro, n. 2, p.1-24, 1997.

CAMARGO, Julieta Furtado; WERLE, Verônica; SARAIVA, Maria do Carmo. *História das mulheres nos esportes e na educação física: mapeando produções*

*científicas – de 2000 a 2008*. Fazendo Gênero, Florianópolis, v. 10, n. 5, p. 1-8, 26 ago. 2010.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2009.

COSTA, Maria Emília , Mena Matos, Paula , Barbosa, Maria Raquel. Um olhar sobre o corpo: ontem e hoje. *Psicologia & Sociedade*. 2011, 23(1), 24-34. ISSN: 0102-7182. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326567001>.

COURTINE, Jean-Jacques. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CULTURAS..., *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, 11.11.1940, p.18.

DALBEN, A.; SOARES, C.L. A revista Vida e Saúde: modos de olhar e educar o corpo feminino em suas páginas (1940-1950). *Pensar a Prática*. Goiânia, v.11, n.3, p.239-50, 2008.

DIAS, Carolina. *Histórias do Instituto de Cultura Física de Porto Alegre (1928-1937)*. 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DIA DAS MÃES, *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, 1.5.1958, p. 61

DUMONT, Lígia Maria Moreira. *O imaginário feminino e a opção pela leitura de romances em série*. Tese de Doutorado, Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação da UFRJ/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, RJ, 1998.

DOS SANTOS, Marinês Ribeiro; MANNALA, Thaís. Modernidade e visualidade no projeto editorial da revista O Cruzeiro (1928-1945). *Visualidades*, v. 11, n. 1, 2013.

EVANGELHO, *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, 18.6.1959, p.20.

EXERCÍCIOS DE COMPENSAÇÃO, *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, 15.01.1942, p.62.

EXPEDIENTE EMPRESA JORNAL DAS MOÇAS, *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, 4/01/1940, ed. 01281, p. 4

EXPEDIENTE, *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, 15.8.1915, p.1

FIGUEIREDO, Anna Cristina Moraes. *Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas* (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920). Tese (Doutorado) – Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

FREIRE, Maria Martha de Luna. ‘Ser mãe é uma ciência’: mulheres, médico e a construção da maternidade científica na década de 1920. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v. 15, p.153-171, jun. 2008.

FREITAS, AF. et al. O futebol no jornal das moças: as aproximações e os distanciamentos das mulheres. *Corpoconsciência*, Cuiabá. v. 23, n. 2, p; 63-74, 2019.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Georges Demeny e Fernando de Azevedo: uma ginástica científica e sem excessos (Brasil, França, 1900-1930). *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, São Paulo, v. 2, n. 37, p.144-150, 5 mar. 2015.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo; SILVA, Leonardo Mattos da Motta. Educação do corpo e higiene escolar na imprensa do Rio de Janeiro (1930-1939). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 411-426, maio 2016.

GOMES, Christianne Luce. LAZER: NECESSIDADE HUMANA E DIMENSÃO DA CULTURA. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-20, abr. 2014.

HALL, Stuart et. al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. Florianópolis: Insular, 2016.

JORNAL DAS MOÇAS, Rio de Janeiro, 21.5.1914, p.1

KLEIN, Carin. A Educação de Mulheres Como Mães e Professoras no Programa Nacional Bolsa-Escola. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p.223-251, jan. 2005.

MACHADO, Vitória Almeida. Modas e Bordados e Jornal das Moças: revistas femininas a partir de Bourdieu. In: MARTINS, Luis Carlos dos Passos, organizador. *Pensar a História com e além de Bourdieu: experiências de pesquisa*. p. 54-65, 2017.

MACHADO, Vitória Almeida. *Para além de bordadeiras: a representação feminina nos periódicos jornal das moças e modas e bordados durante os estados novos (1937-1945)*. 2018. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Escola de Humanidade, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MARÍA LAURA OSTA VÁZQUEZ. *Seminário Internacional da História do Tempo Presente*. Florianópolis: Anpuh-sc, p. 15, 2011. Disponível em: <<http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/303/224>>. Acesso em: 7 out. 2019

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Intercom*. v. 39. n. 1. p. 39-56. São Paulo, 2016.

MATHIAS, Milena Bushatsky; RUBIO, Kátia. As práticas corporais femininas em clubes paulistas do início do século XX. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte* [online]. 2010, v. 24, n. 2 [Acessado 20 Maio 2022] , pp. 275-284. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1807-55092010000200010>>. Epub 16 Nov 2011. ISSN 1981-4690. <https://doi.org/10.1590/S1807-55092010000200010>.

MILAGRES, Pedro; SILVA, Carolina Fernandes da; KOWALSKI, Marizabel. O higienismo no campo da Educação Física: estudos históricos. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 30, n. 54, p. 160-176, jun. 2018.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. Florianópolis: Insular, 2016.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

O OBJETIVO DA EDUCAÇÃO FÍSICA, *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, 16.12.1948, p.18

OLIVEIRA, Nathalia Paulino; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Mulheres cariocas e práticas de leitura nos anos de 1920: um estudo documental a partir das revistas Fon-Fon e *Jornal das Moças*. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 33-60, jun. 2016.

OS COMPLEXOS DE INFERIORIDADE, *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro. 25.03.1944, p.72.

PERNAS EM ARCO, *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro. 11.08.1949, p.73.

PESAVENTO, S. *História & História Cultural*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PICCOLOTTO, Letícia. *Os desafios de equilibrar cuidados com os filhos, quarentena e home office*, Claudia, 2.04.2020. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/estilo-devida/os-desafios-de-equilibrar-cuidados-com-os-filhos-quarentena-e-home-office/>. Acesso em: 6 ago 2020.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: Seu uso numa pesquisa Historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, novembro/ 2001.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos Anos Dourados*. São Paulo: Contexto, 2014.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi* (Rio de Janeiro) , v. 12, n. 22, pp. 270-283, 2011. ISSN 2237-101X. <https://doi.org/10.1590/2237-101X012022015>.

RAGO, M. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. *REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA*. Rio de Janeiro: Comitê Nacional Instituto Pan-americano de Educação Física, ano 1, n.2, jan. 1944.

RIBEIRO, Tendências atuais na educação da Criança, *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, 18.12.1952, p.12.

SANGIRARDI, Helena; No mundo da criança, *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 11.03.1944, p.76.

SANTOS, Liana Pereira Borba dos. *Mulheres e revistas: a dimensão educativa dos periódicos femininos Jornal das Moças, Querida e Vida Doméstica nos anos 1950*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, Beatriz Oliveira; GERMANO, Idilva Maria Pires. Regulação do corpo feminino no almanaque de farmácia d'A Saude da Mulher. *Revista Estudos Feministas [online]*. 2020, v. 28, n. 1 [Acessado 20 Maio 2022], e57854. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n157854>>. Epub 15 Maio 2020. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n157854>.

SERPA, Leoní. *A máscara da modernidade: a mulher na revista O Cruzeiro (1928 – 1945)*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Curso do Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, 2003.

SERPA, Leoní. *Modernidade, mulher, imprensa: a revista O Cruzeiro no Brasil de 1928-1945*. 1 ed. Curitiba: Appris, 2017.

SERVIÇO UTIL, *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, 15.02.1945, p.14.

SILVA, Marcelo Moraes; FONTOUR, Mariana Purcote. Educação do corpo feminino: um estudo na Revista Brasileira de Educação Física (1944-1950). *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte [online]*. 2011, v. 25, n. 2 [Acessado 20 Maio 2022], pp. 263-275. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1807-55092011000200008>>. Epub 25 Jul 2011. ISSN 1981-4690. <https://doi.org/10.1590/S1807-55092011000200008>.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; VAZ, Paulo Bernardo Ferreira. Representações visuais da mulher leitora: notas sobre as transmutações de uma prática cultural. *Intexto*, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 421-455, dez. 2015.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, 16(2):71-99, 1995.

SOARES, Carmem Lúcia. Educação Física: raízes europeias e Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 1994. (Coleção educação contemporânea).

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.15, p.97-117. novdez. 2000.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa e História das Mulheres e das relações de gênero. In: Revista Brasileira de História. Dossiê História e gênero. São Paulo; ANPUH, v. 27, n. 54, Julh-dez, 2007, pp.281-300  
SPAVIÈR, Aracy M. Você e seu lar. *Jornal das Moças*. Rio de Janeiro, 7/01/1960, ed. 02325, p.14.

SOIHET, R., & Costa, S. G. (2008). *Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero*. Gragoatá, 13(25). Recuperado de <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33140>

THOMAS, Jerry R; NELSON, Jack. *Métodos de pesquisa em atividade física*. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, p, 462, 2012. Tradução: Ricardo Demétrio de Souza Petersen.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Florianópolis: Insular, 2016.

TURATO, Egberto Ribeiro. Métodos quantitativos e qualitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 3, n. 39, p.507514, 5 abr. 2005..pdf. Acesso em: 1 maio 2019.

UMA VIAGEM ATRAVÉS DO CRUZEIRO. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 26.11.1953, p. 33.

UM EXEMPLO A SER IMITADO, *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, 27.4.1944, p.16.

VIGARELLO, Georges. A história e os modelos do corpo. *Pro-posições*, São Paulo, v. 14, n. 2, p.21-29, maio 2003.

MILAGRES, Pedro; SILVA, Carolina Fernandes da; KAWALSKI, Marizabel. *O higienismo no campo da Educação Física: estudos históricos*. Motrivivência, Florianópolis/SC, v. 30, n. 54, p. 160-176, 2018.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Sobre História e Historiografia das Mulheres*. Caderno Espaço Feminino, 31(1), 2018. <https://doi.org/10.14393/CEF-v31n1-2018-8>.

---

<sup>1</sup> Dentro da categoria Mulher, é necessário entender as múltiplas diferenças. Não existe uma única Mulher, por isso, foi criada a categoria Mulheres, na qual estão representadas não apenas as mulheres brancas ricas ou das camadas populares, mas mulheres negras, indígenas, mestiças, pobres, trabalhadoras, que não se sentiam representadas na categoria universal de Mulher (GIANLUPPI, 2021).

<sup>2</sup> A revista *Jornal das Moças* será citada com a abreviação *JM* ao decorrer do texto.

<sup>3</sup> No recorte escolhido para pesquisa, podemos observar essas mudanças principalmente no ano de 1950. A revista custava Cr\$ 3,00, e no ano de 1959, o preço da revista salta para de Cr\$ 15,00.

Artigo recebido em 18 de fevereiro de 2022.

Aceito para publicação em 24 de maio de 2022.

**NARRATIVAS MÉDICAS SOBRE FEMINILIDADE NAS  
PUBLICAÇÕES DA LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE  
MENTAL (1925-1947)**

**MEDICAL NARRATIVES ABOUT FEMININITY IN THE  
PUBLICATIONS OF THE BRAZILIAN MENTAL HYGIENE  
LEAGUE (1925-1947)**

Cláudia POLUBRIAGINOF\*

Lucciano Franco de Lira SIQUEIRA\*\*

Paulo Fernando de SOUZA CAMPOS\*\*\*

**Resumo:** Estudos interdisciplinares indicam que o diálogo entre história e saúde constituem uma oportunidade a mais no processo de desmonte do controle dos corpos e das subjetividades. Fundado na documentação histórica o artigo evoca a Liga Brasileira de Higiene Mental – LBHM e evidencia impactos de narrativas médicas em relação às questões de gênero, destacadamente, sobre feminilidade. Os resultados sinalizam para permanências estruturais da dominação histórica que a medicina mental decisivamente promoveu, no caso, centrado na ideia de mulher-esposa-mãe.

**Palavras-chave:** História da Saúde, História da Psiquiatria, História das Mulheres.

**Abstract:** Interdisciplinary studies indicate that the dialogue between history and health constitutes one more opportunity in the process of dismantling the control of bodies and subjectivities. Based on historical documentation, the article evokes the Liga Brasileira de Higiene Mental - LBHM (Brazilian League of Mental Hygiene) and evidences the impacts of medical narratives in relation to gender issues, especially femininity. The results point to structural permanences of the historical domination that mental medicine decisively promoted, in this case centered on the idea of woman-wife-mother.

**Keywords:** History of Health, History of Psychiatry, History of Women.

*Introdução*

---

\*Mestre em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar da Universidade Santo Amaro – PPGICH/UNISA. Professora do curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Santo Amaro – UNISA. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Ciência Saúde, Gênero e Sentimento - CISGES/UNISA/CNPq [cpolubriaginof@prof.unisa.br](mailto:cpolubriaginof@prof.unisa.br)

\*\*Mestre em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar da Universidade Santo Amaro – PPGICH/UNISA. Professor de Educação Básica II na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Pesquisador dos grupos de pesquisa Ciência, Saúde, Gênero e Sentimento - CISGES/UNISA/CNPq e Arte, Cultura e Imaginário – UNISA. [lucianofr@gmail.com](mailto:lucianofr@gmail.com)

\*\*\* Doutor em História (UNESP, Assis) com Pós-Doutorado (EE/USP/FAPESP). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar da Universidade Santo Amaro – PPGICH/UNISA e Graduação em História da Universidade Santo Amaro – UNISA. Líder do Grupo de Pesquisa Ciência, Saúde, Gênero e Sentimento – CISGES/UNISA/CNPq. [pfcampos@prof.unisa.br](mailto:pfcampos@prof.unisa.br)

Em 1923, Gustavo Kohler Riedel (1887-1934) funda, na cidade o Rio de Janeiro, a Liga Brasileira de Higiene Mental – LBHM. O objetivo precípua implicava a melhoria da assistência psiquiátrica no Brasil, para o qual reunia médicos importantes que dirigiam serviços de psiquiatria na capital da República como, por exemplo, Porto Carrero, Renato Kehl, Valdemar Ferreira, bem como delegados regionais, entre os quais, Antônio Carlos Pacheco e Silva, em São Paulo; Alfredo de Britto, na Bahia; Samuel Libanêo, em Minas Gerais; Raymundo Gonçalves Vianna; no Rio Grande do Sul; Porto de Oliveira, no Pará; Ulysses Pernambucano, em Pernambuco e Sá e Benevides, na Paraíba. Como entidade civil, a LBHM era mantida por subvenção federal, doações de particulares e assinaturas dos periódicos que publicou, os quais, a partir de 1925, permitem ampliar as arrecadações com a venda de espaços para anúncios de produtos e de equipamentos médicos publicados no *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, principal revista, editada entre 1925 e 1947, assim como no *Boletim de Eugenia*, “mais acessível ao público leigo”, iniciado em 1929 e com última edição em 1933.

A partir de 1926, novos projetos dinamizaram a função inicial da LBHM em relação à prevenção das “doenças mentais”, inclusive, como possibilidade de construção da nascente República, proclamada em 1989, na medida em que a atuação da psiquiatria ampliava intervenções médicas para além dos espaços intramuros, no intuito de atingir não somente o corpo individual hospitalizado ou encarcerado, mas o “corpo social” submerso na vida cotidiana. Redes institucionais e políticas, delegados regionais e a importância da ciência médica na administração de políticas públicas estabeleciam e reverberavam a necessidade de prevenção, pela via da “higiene mental da população”, das doenças mentais, da detecção de tipos desviantes, do impedimento de sua propagação. Assim, projetavam a nação a partir da regeneração dos “brasileiros comuns”, nessa medida, corrompidos pela degeneração provocada pela miscigenação das raças. A perspectiva renovada da atuação médica produziu uma mudança do lugar assumido por psiquiatras, os quais exerciam suas atividades exclusivamente em hospitais, clínicas e manicômios com pessoas internadas, mas que passam a esquadrihar o comportamento das pessoas na vida social mais ampla.

Em 1928, a LBHM reformula seu estatuto ao enfatizar a “intervenção preventiva nos meios escolar e profissional” como possibilidade de promoção da saúde mental pela via da educação dos sentidos. A rede gerada pela LBHM ampliava acessos aos periódicos que publicou, fomentando o que estudos basilares sobre o tema caracterizam como

“medicalização da sociedade” (MACHADO, 1978). As intervenções impactaram no cotidiano das pessoas, pois a nova concepção e prática médico-psiquiátrica adentra espaços sociais, culturais, domésticos, de lazer, nomeadamente, de educação e trabalho, conclamando as “classes cultas” a colaborarem na identificação de estigmas da anormalidade no âmbito de suas relações interpessoais, nos lugares que ocupavam e atuavam profissionalmente, ou seja, como formadores de opinião. O reconhecimento institucional da perspectiva anunciada é reforçado com a fundação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), identificado, a partir de 1937, como Ministério da Educação e Saúde – MES unindo formação educacional como estratégia de higienização, de normatização, de regramento físico e moral dos incultos e dos inferiores, como diziam os médicos (HOCHMAN, 2005).

As intervenções da psiquiatria, no início do século XX, dirigiam-se preponderantemente à definição dos comportamentos atribuídos aos gêneros binariamente estabelecidos, isto é, masculino e feminino; mesmo havendo distintas subjetividades e sentimentos generificadores para corpos que importavam e não importavam, por esse motivo, excluídos (BUTLER, 2019). Aspecto central a ser observado pela medicina mental, as narrativas médicas evocam distinções heteronormativas de homem e mulher como parâmetros irretocáveis, cujo avesso era considerado “inversão”, algo contrário à natureza humana, portanto, doentio, degenerativo, criminalizável (CUNHA, 1986; ALMEIDA, 2007; CAMPOS; SIQUEIRA; SOUZA CAMPOS, 2021). Qualquer conduta que extrapolasse o preconizado pela “higiene mental” seria diagnosticada como sinal de desvio, indício de “doença mental”, patologia, isto é, de algum tipo de distúrbio que poderia levar à internação, à interdição e outras medidas de encarceramento, do mesmo modo, consideradas preventivas, assumidas por psiquiatras em todo o Brasil como terapêuticas, não somente no Rio de Janeiro, capital República (TARELOW, 2018; DIAS, 2015; MOTA; MARINHO; CAMPOS, 2015).

Em suas publicações, a LBHM conclamava “pessoas cultas” a se alistarem no movimento de regeneração da população brasileira. Mulheres, não por acaso, emergem como alvos preferenciais da medicalização, coadjuvantes no processo de eliminação das mazelas hereditárias, que inferiorizavam brasileiros ditos comuns; objetivo que a medicina mental propôs como base à construção do Brasil República (LUZ, 1982). Como esposas e mães, mulheres seriam disseminadoras, em potencial, de normas médicas, de condutas públicas e privadas, de comportamentos sociais estabelecidos pela medicina

como saudáveis ou doentios, os quais predeterminavam lugares sociais aos dois únicos gêneros aceitáveis, cujas recusas ou resistências, não raro, figuravam como estigmas da degenerescência, lógica que levou à internação compulsória em hospitais psiquiátricos a muitas mulheres diagnosticadas como “frígidas”, “melancólicas”, “esquizofrênicas”, “neuróticas”, “pitiáticas”, “invertidas”, “histéricas”, “assassinas”, “loucas”, isto é, “doentes mentais”. Para os médicos vinculados a LBHM, o ambiente urbano era expressamente responsabilizado pela geração de um número crescente de “degenerados”, cuja origem se atribuía, sobretudo, às determinações biológicas da hereditariedade e aos vícios da vida moderna como apontam os historiadores que trataram o tema no Brasil (CUNHA, 1989; MOTA, 2003; SIQUEIRA, 2022).

Fontes de significativo valor para o reconhecimento das narrativas médicas, os periódicos da LBHM disseminaram, no tecido social brasileiro, normas consideradas civilizadoras oriundas das ciências médicas. Fundado na consulta de registros históricos preservados no acervo do Museu Histórico, da Faculdade de Medicina, da Universidade de São Paulo – MH/FM/USP, bem como do material organizado pelo Departamento de Psicologia, da Universidade Estadual de Maringá – UEM, em específico, os periódicos mencionados, o presente artigo analisa como a LBHM construiu o ideal de feminilidade e de que modo mulheres emergem de suas publicações. Assim, o que se apresenta resulta de parte do inventário das duas publicações da LBHM, nas quais psiquiatras renomados disseminavam condutas atribuídas ao feminino, forjando a feminilidade como resultado do matrimônio e da maternidade, vale dizer, como mulher-esposa-mãe.

#### *Periodismo médico e disseminação do ideário eugênico*

Alzira Lobo de Arruda Campos (2003), em seu clássico estudo sobre o casamento na São Paulo colonial, revela que a dinâmica histórica atravessa de modo singular a vida das mulheres, pois afirma ser o matrimônio um terreno de disputas, arranjos, tensões permanentes que resultam em crises, decepções e mortes, vale dizer, não como idilicamente suposto ou romanticamente delineado, mesmo que indique que essas dimensões possam existir. As mulheres, como sinalizado pela historiadora, são destacadas como culpabilizadas pelos caminhos e descaminhos que transcorrem entre a imposição social do matrimônio à naturalização da maternidade, inclusive, como pressuposto atribuído às mulheres. Nesse diapasão, o não casamento, portanto, a não maternidade, vale dizer, a normalmente aceita, atingiam corpos femininos diagnosticados

pela medicina como doentios, mentalmente atacados e enfraquecidos, o que impunha intervenções e tratamentos médicos no sentido da higiene mental eugenicamente proposta.

O conceito eugenia data de 1883 foi atribuído a Francis Galton (1822-1911), que o utilizou como derivação do grego *eu*, que significa bom, correto e *genics*, cujo significado é origem, ou seja, boa origem. Primo de Charles Darwin (1809-1882), filho de uma família socialmente abastada e influenciado pelo darwinismo, defendia a importância da promoção do avanço físico e moral da espécie humana, ideal que atravessou a ciência médica no Brasil seguramente durante a primeira metade do século XX, destacadamente, em relação à psiquiatria clínica e forense, cujos pressupostos permanecem fabricando sociabilidades com base no combate aos indesejáveis, vale dizer, pobres e negros. Como afirmava Pacheco e Silva a eugenia pretendia “melhorar a raça, não só sob o ponto de vista físico como também psíquico” (PACHECO E SILVA, 1940, p. 159).

De acordo com a medicina mental proposta, a ação da eugenia ocorria em duas frentes. A primeira, caracterizada como restritiva ou negativa, visava a regulamentação de casamentos como possibilidade de segregar ou esterilizar os considerados inferiores, atavicamente comprometidos. A segunda, identificada como eugenia construtiva ou positiva, centrava seus esforços na educação amparada nos pressupostos da higiene mental, reiterando a importância da realização de exame pré-nupcial como forma de evitar a contração de matrimônios que culminassem em futura prole vitimada por patologias de ordem hereditária, portanto, degenerativas (MOTA, 2003). Nesse processo, mulheres assumiam a centralidade das ações médicas, pois como mães as que geram, assim, por onde tudo começa, isentavam aos homens da maternidade tratada, deste modo, como exclusividade do feminino (MARTINS, 2008).

No processo de divulgação dos saberes sobre os corpos, a historiografia clássica permite afirmar que, frequentemente, narrativas médicas disseminadas reduziam, simplificavam e rotulavam experiências femininamente vivenciadas (CUNHA, 1989). Tais permanências, tratadas como dispositivos de poder, foram engendrados no processo de normalização, disciplinarização e sujeição de corpos femininos, assim, colaboraram para a disseminação de juízos de valor centrados na moral burguesa, cristã, colonizada, os quais não correspondiam com a realidade, além de impedir que mulheres vivessem plenamente suas sexualidades, suas subjetividades e seus desejos (DESPENTES, 2016). De acordo com Michel Foucault, as formulações de normalidade devem ser analisadas a

partir do universo discursivo dos sujeitos históricos envolvidos, levando-se em conta “o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos” ou “os jogos de relações” estabelecidos historicamente pelas forças em disputa, pelos poderes instituídos, nos diferentes tempos e lugares sociais (2008, p. 32). Para o autor, o poder tem uma “forma capilar de existir, [...] se encontra no nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem” (FOUCAULT, 1998, p. 131).

Nessa perspectiva, a inscrição dos dispositivos de poder ou sua emergência no cotidiano vivido agia como mecanismos de educação dos sentidos a partir de verdade prontas e acabadas, lineares e progressivas, fundadas na ordem médica e norma familiar, como assevera Jurandir Freire Costa (1979). O movimento médico na cidade de São Paulo assume destaque na trama histórica, pois em prol da prevenção ou melhoria da assistência prestada aos “doentes mentais” o delegado regional da LBHM, Antônio Carlos Pacheco e Silva institui a Liga Paulista de Higiene Mental – LPHM. A historiografia sobre o tema permite considerar que, mesmo estabelecida em cortesias médicas, acadêmicas e profissionais, havia divergências entre delegados da LBHM, sobretudo, no que diz respeito ao lugar de sua emergência. Soma-se às inferências o fato de São Paulo, no contexto, ser significada por sua intelectualidade médica como “cidade-laboratório”, inclusive, em relação aos investimentos oriundos da Fundação Rockefeller que dão origem, por exemplo, à Universidade de São Paulo (MOTA; MARINHO; CAMPOS, 2015; DIAS, 2015).

Mesmo que o decreto n. 17.805, de 23 de maio de 1927, atribuísse à Assistência aos Psicopatas a competência dos cuidados com a população de alienados sob tutela médica no “Distrito Federal”, também alertava para os que estavam em risco, isto é, pessoas a caminho do desvio chamadas “*demi-fou*” (CUNHA, 1986), as quais, do mesmo modo, eram consideradas anormais, cujos perfis foram caracterizados como “alienados ou não”, em todo o território brasileiro. As apropriações da medicina clínica e forense, amparada nas leis da biologia, assim como nos dispositivos legais, reiteravam axiomas de teorias eugênicas fundadas em atavismos da degenerescência da raça, da superioridade branca sobre as demais raças como critérios reguladores da vida social, destacadamente, em São Paulo. Os que não eram bons ou sadios nasceriam, por esse motivo, corrompidos, doentes, no pior dos casos, criminosos natos (MOTA, 2003; SOUZA CAMPOS, 2003).

Normas médicas propostas como valores qualificadores de “pessoas de bem” deveriam ser introjetadas, absorvidas e replicadas em âmbito social no sentido de vigiar

e punir pessoas classificadas como “desviantes sociais”, entre as quais, “vagabundos”, andarilhos, gays, lésbicas, idosos ou “senis”, “alcoolistas”, “jogadores”, “onanistas”, “delinquentes”, “anormais”, “criminosos”, isto é, uma plêiade de adjetivos com os quais, como reitera Maria Luiza Tucci Carneiro (1996), é possível metodologicamente desmontar discursos racistas, excludentes, discriminatórios. As prerrogativas médicas divulgadas nos periódicos da LBHM explicitavam comportamentos caracterizados como próprios de estados patológicos, sinais de distúrbios mentais, anomalias psíquicas, doenças, exigindo tratamento intra-hospitalar, segregações, aprisionamentos. Tais instruções se estendiam desde o interior das instituições psiquiátricas à divulgação massiva em textos publicados nos periódicos médicos, cursos rápidos, palestras difundidas em programas de rádio, em escolas e indústrias, ou ainda, intermediadas por movimentos sociais promovidos filantropicamente por esposas de médicos, lugar ocupado por mulheres que simbolicamente atingiam sucesso matrimonial e idealizadas como modelo (POLUBRIAGINOF, 2016).

No editorial do primeiro número dos Archivos a redação explicita os objetivos da LBHM, qual seja, ampliar e disseminar projetos de “higiene mental” para o maior número de “pessoas cultas” no Brasil. Os editores solicitavam colaboração dos leitores para movimentos como “Campanha de Higiene Mental”, que propunha constituir “um núcleo de atração de prosélitos, no amplo domínio dessa higiene mental, que com justo direito aspira tornar-se a moral universal do amanhã” (Archivos..., 1925, s/p). A função precípua da revista, cabe destacar, propunha auxiliar os esforços da LBHM no sentido de estimular a reprodução de cidadãos com melhor “herança genética”, ou seja, sem desvios e atavismos que desqualificavam o brasileiro comum ou que fazia do Brasil um “espetáculo das raças” (SCHWARCZ, 1993). Os “cultos leitores” eram descritos como “advogados, professores, jornalistas” ou todos aqueles que se interessassem “pelos assuntos da Higiene Mental e Eugenia, pelos problemas da Educação, pelos estudos, enfim, que visam a melhoria e o aperfeiçoamento dos caracteres psicofísicos, étnicos, e etiológicos do povo” (Editorial, Archivos, 1929, II, 1, p.2). Os editores da LBHM também conclamavam a colaboração feminina para a “luta contra o flagelo do álcool em nosso país”, convidando associações como Federação Brasileira pelo Progresso Feminino - FBPF e União Universitária Feminina - UUF a adensarem a campanha de “profilaxia social do alcoolismo”, severamente perseguido, pois promovia a proliferação de degenerados ao conduzir os homens à práticas sexuais extraconjugais com “prostitutas”, ampliando o número de nascimentos de “corrompidos”, isto é, filhos bastardos, rejeitados, alijados dos

privilégios da raça pura (Apelo a Mulher Brasileira – Editorial, *Archivos*, 1930, III, 6, s/p.). Como indicado por Allister Andrew Teixeira Dias (2015) o vínculo entre etilismo, imoralidade e crime foi largamente difundido no discurso jurídico do século XX em todo o Brasil.

Os editores dos *Archivos* afirmavam que o periódico circulava “intensamente no Brasil e no estrangeiro, não só nos círculos médicos” por intermédio de assinaturas ou compra unitária. Entretanto, de acordo com os editoriais, as publicações poderiam ser “solicitadas gratuitamente” por “instituições, sociedades, colégios, bibliotecas públicas, salas de leitura de hotéis, navios mercantes, etc” (‘Editorial’, *Archivos*, 1931, IV, 2, s/p.), tratava-se, portanto, de um periódico que mantinha sua circulação garantida entre grupos economicamente favorecidos, formadores de opinião, pessoas institucionalizadas, consideradas elites, cultas, que introjetavam os preceitos médicos como verdades (SOUZA, 2017). Os *Archivos*, principal periódico da LBHM, constitua-se como uma revista com grande número de páginas, de conteúdo essencialmente científico, com artigos densos sobre temas em torno da higiene mental, eugenia, profilaxia das doenças mentais, classificação das psicoses, estigmas da degeneração, exemplos de anomalias, tratamentos e outros aspectos ligados às “causas e consequências” das moléstias mentais. Ainda que fosse amplamente disseminado, considera-se que a maior circularidade do *Archivos* ocorria entre grupos de médicos, higienistas, sanitaristas e profissionais no campo da saúde como enfermeiras, embora, segundo editoriais da revista, a publicação estaria direcionada “a todas as pessoas letradas”.

No período, também circulava o *Boletim de Eugenia*, um folhetim mensal, cujos primeiros números foram distribuídos gratuitamente na cidade do Rio de Janeiro. O periódico, produzido com no máximo dez páginas e tiragem limitada a 1000 exemplares, divulgava prerrogativas médicas assinadas, por exemplo, por Renato Kehl (1889-1974), importante divulgador das teorias médicas eugenistas, o qual informava que "para atender a todos" era constituído de “pequenos artigos científicos, ao lado de outros, de simples vulgarização. Tudo resumidamente, tudo em linguagem simples e clara” (Kehl, *Boletim*, 1929, I, 1, p. 1) de modo a facilitar a divulgação dos preceitos científicos entre seus leitores, leigos ou não. O discurso elitista, excludente e conservador sugeria distâncias existentes entre “homens cultos” e o cidadão comum, sobre os quais deveriam recair as normas de conduta que a medicina mental disseminava. O *Boletim* era uma tentativa de difundir a ciência eugênica entre pessoas destacadas, influentes, profissionais de carreira, grupos compreendidos como fundamentais para promover mudanças necessárias à

modernização do país, como é possível constatar no excerto que segue, publicado por uma aluna da clássica Escola de Enfermagem Ana Nery, Rio de Janeiro, no qual dizia:

As classes cultas da sociedade brasileira começam a inquietar-se principalmente diante da ruína física, mental e moral que tende caracterizar a época atual em nosso país, e já compreendem a necessidade imperiosa de medidas capazes de conduzir-nos a uma regeneração progressiva. A leitura dos trabalhos publicados a respeito por Belizário Penna e Monteiro Lobato, e especialmente pelo Dr. Renato Kehl, presidente da comissão Central de Eugenia, são verdadeiramente impressionantes, incitando todos os brasileiros de boa vontade a lutar contra a degenerescência da raça que, se não for contida em sua marcha avassaladora, acarretará certamente a decadência da nacionalidade [...] evidentemente não há solução para os males sociais fora das leis da Biologia! (LOPES, 1934, p. 8 apud SOUZA CAMPOS, 2021a, p. 173).

A modernidade atribuída à vida urbana determinou práticas sociais adequadas ao novo cotidiano ao fabricar um mundo diametralmente oposto ao antigo regime, vale dizer, escravocrata, eminentemente rural. A redefinição social ocorre a partir da percepção acerca da composição do povo brasileiro, considerado empecilho na construção de uma legítima identidade nacional, proposta e reivindicada pelo movimento higienista. O novo regime político determinou a primeira experiência efetiva de medicalização da loucura sob administração direta do Estado, por intermédio da criação de órgãos e políticas públicas levados a cabo pela medicina estatal (LUZ, 1982). A construção das condutas ocorre mediada pela percepção da diferença, isto é, do comparativo superioridade *versus* inferioridade, destacadamente, em relação aos marcadores gênero, raça e classe, considerados desqualificadores do brasileiro comum, pois “invertidos”, “inferiores” e pobres. Qualquer desajuste ou ação contrária às preconizadas como “verdadeiramente saudáveis”, física e mentalmente, poderiam acarretar intervenções médicas e jurídicas, além dos “medos sociais” (FERLA, 2005; FAUSTO, 2000; MONTEIRO; CARNEIRO, 2013).

Esforços políticos e econômicos foram investidos no intuito de mudar a imagem do Brasil, ainda significado pelo olhar europeu como exótico, negro (KOSSOY; CARNEIRO, 2002). Nesse processo, estratégias de saúde foram utilizadas para o controle das populações marginais, guiadas por teorias e práticas médicas deterministas como mecanismo de disciplinarização das relações sociais, sobretudo, as voltadas à exclusão do convívio mais amplo entre pessoas classificadas como hereditariamente comprometidas, física e moralmente inferiores, aos quais a medicina e o direito tratariam de eliminar da vida social mais ampla (SOUZA CAMPOS, 2003). A importância da

construção de uma nacionalidade renovada transparece no discurso de Pacheco e Silva quando, em 1938, ao aceitar o convite para Paraninfo da turma de formandos em medicina da Faculdade de Medicina, da Universidade de São Paulo, em seu discurso, aconselhava aos novos médicos que não descuidassem dos problemas raciais do país, ampliados, nas palavras do médico, pela “catastrófica política de imigração”, no qual enfatizava a política eugênica como saída para a “melhoria genética do povo brasileiro”, aproximando-se de diretrizes proclamadas pela eugenia negativa, como segue:

A higiene da raça, já o sabeis, repousa sobretudo em medidas eugênicas: uma raça é tanto melhor quanto maior for o número de famílias eugênicas, isto é, de componentes hereditariamente bem dotados [...] A indiferença pelos problemas raciais, a inobservância das leis biológicas, o desprezo pela experiência antropológica se fazem sentir cedo ou tarde sobretudo nas nações novas, com incalculáveis prejuízos para a coletividade. (PACHECO E SILVA, 1939, p. 30)

O discurso racial utilizado para diferenciar a população e ressaltar a periculosidade da miscigenação das raças, emblematicamente, situava as “classes pobres e perigosas” como alvos preferenciais da higienização proposta, como solução dos prejuízos oriundos do antigo regime, a escravidão (CHALHOUR, 1996). Ao mesmo tempo, o ideal racial fazia emergir estratégias de branqueamento da população, a exemplo do exame pré-nupcial, proposto como mecanismo de controle sistemático dos casamentos, mecanismo capaz de estacar problemas da hereditariedade, nomeadamente, ensejada na proposta de esterilização de mulheres negras, que Renato Kehl apresenta no Congresso de Eugenia, em 1929, na cidade do Rio de Janeiro. O discurso integrador da LBHM, de vigilância sobre a sexualidade, não se impunha somente através da lei, mas por intermédio do poder discursivo médico-científico-psiquiátrico, pois ambos determinavam os justos limites da vida (a)normal, da conduta (in)desejável, da própria percepção de modernidade, no caso, elevada ao grau máximo na representação da paulistanidade ou “raça de gigantes”, da qual, segundo o delegado regional de São Paulo, fundador da LPHM, decorreria o progresso biológico e social da nação (PACHECO E SILVA, 1936, p. 41).

A medicina mental assume o compromisso regenerador, em âmbito nacional, dos tipos desviantes, “tarados”, “invertidos”, “loucos de todo o gênero”, todavia, especialmente os paulistas deveriam se vangloriar de estarem “à frente do país” com um padrão de raça mais elevado (WESTEIN, 2006; MOTA, 2015; SOUZA CAMPOS, 2021b). Segundo Pacheco e Silva, apesar das mudanças processadas no âmbito dos direitos civis “a raça permanece intacta, os bandeirantes lutam sempre para engrandecer

a Pátria e implantar os marcos da civilização, seguindo as diretrizes dos seus antepassados" (PACHECO E SILVA, 1933, p. 4). Elegia-se, assim, a personagem histórica e miticamente idealizada pelo ideário paulistano, lugar eugenicamente superior e modelo de brasilidade, origem da mulher brasileira branca higienizada.

### *Mulher- esposa- mãe: narrativas médicas sobre feminilidade*

O programa higiênico abarcou variados aspectos da vida privada, sintomaticamente, o casamento. Porém, estendia-se aos círculos da vida pública ao propor a prevenção do aparecimento de qualquer distúrbio físico, psíquico ou “moral” considerados marcadores de inferioridade no meio social mais amplo, alvo preferencial das políticas médicas. A literatura médica considerava que "O progresso e a grandeza de uma nação não dependem somente da cultura do seu povo, senão também do equilíbrio, da justiça, da higidez, em suma, da sua mentalidade" (CALDAS, 1930, p. 35). As narrativas médicas em torno da higiene mental definiam a “mulher normal” a partir de conceitos muito específicos como “mulher-mãe”, “mulher-esposa”, “mulher-noiva”, “mulher-professora”, gerando um ideário normatizado das subjetividades e corporeidades femininas. A mulher idealizada pela LBHM assumia um perfil acabado: branca heterossexual, educada sem excessos, noiva virgem, esposa dedicada e boa mãe.

Porto Carrero, citação recorrente nos textos de Pacheco e Silva, alegava que “esposa-mãe” era o “tipo completo de mulher normal”, pois conforme os argumentos médicos “o mito da Virgem-Mãe aparece em várias religiões, como o padrão máximo de mulher perfeita: virgem e fecunda” (Porto-Carrero, 1933, p. 91-92). Apropriando-se de pressupostos psicanalíticos acerca do feminino e sobre a sexualidade das mulheres, a LBHM indicava três caminhos possíveis para a “dissolução do complexo de castração”: o primeiro seria dado pela neurose, com a renúncia ao prazer sexual; do segundo derivaria o complexo de masculinidade, a mulher fálica, a qual assumiria o papel do homem como uma “inversão”; o terceiro é denominado de “feminilidade”, que estaria relacionado à reivindicação do falo, isto é, por meio da transferência do desejo do falo para a figura do filho, lugar naturalizado como próprio das mulheres, vale dizer, a maternidade (Porto-Carrero, Archivos, 1930, III, 5, p. 159). Casamento e maternidade seriam os processos naturais de uma mulher normal, sã, mentalmente sadia.

A construção da chamada “mulher-normal”, elaborada por Porto-Carrero, disseminada nos Archivos, associava matrimônio e reprodução como indicadores da

normalidade feminina. A mulher ideal era significada pelo casamento e maternidade, características diagnosticadas como próprias da feminilidade, nessa medida, qualquer desvio do padrão assumido como normal acarretaria prejuízos à feminilidade, pois seria ela a culpada. Passividade, afetividade exacerbada, emocional fragilizado, faziam emergir a imagem idealizada, pois “a mulher é o ser que espera, que a princípio se esquivava ou resiste, que por fim se entrega, se abre, suporta a agressão; o homem é o ser que procura, que excita, que penetra, que agride” (Porto-Carrero, Archivos, 1930, III, 5, p. 158). Características assumidas como naturais, a mulher normal delineava bondade, ternura, fragilidade, amor romântico, “abnegação” ou “apagamento de si mesma” em prol dos desejos dos filhos e do marido. A “esposa satisfatória” seria aquela que, através de “seus carinhos e cuidados verdadeiramente maternos” trouxesse felicidade para ambos (Porto-Carrero, Archivos, 1930, III, 5, p. 158-159).

Antônio Austregésilo publicou textos nos quais a imagem da esposa ideal evoca a figura do “arcanjo solícito e sentimental”, isto é, da feminilidade “branda, submissa e amorosa”. O ideal de mulher reverberava, ainda, a “força do lar, a vigilante, a espiã avançada e o anjo de guarda da família” (Austregésilo, 1938, p. 109). A idealização de mulher construída pelos médicos procurava se estruturar na exaltação do subjugo, isto é, para o médico, características como “bondade”, “submissão”, “ternura” deveriam ser valorizadas uma vez que delas dependia o futuro da civilização, nessa medida, o desejável era que o primeiro filho fosse homem. A mulher modelo, a boa mãe, a fiel esposa, constituía-se de fundamental importância para a medicina como acrescenta o médico “o amor materno deve ser força útil, grandiosa e não declive para dores insolúveis; o amor materno deve constituir a base da sã moral” (Austregésilo, 1938, p. 108).

Outro psiquiatra membro da LBHM, Alfredo de Britto, também associava feminilidade com atividades privadas, descrevendo tipificações referentes à mulher modelar. Para o psiquiatra, a “mulher-mãe” admoestava ao filho sobre os perigos e os inconvenientes da vida moderna, pois ao educá-los com os “carinhos e beijos maternos, será fácil de ensinar, mais fácil ainda de aprender”. A “mulher-professora”, que na escola completa a educação materna, fornecia a instrução necessária para a boa compreensão dos desastres da vida social mais ampla. A “mulher-noiva”, com seus “encantos e o ardor de sua paixão” ou “com um simples olhar” levaria ao abandono por parte “de seu eleito” de possíveis vícios adquiridos pela convivência com “más companhias” e que viria certamente a perturbar a felicidade dos seus “róseos sonhos de virgem enamorada” ao produzir uma geração hereditariamente inferior, doentia e degenerada.

As narrativas médicas desvelam o compromisso incontestado da mulher em produzir “proles” saudáveis permanecendo sob tutela de seu “guardião” ou futuro marido, a quem deveria submissão e subserviência. A “mulher-esposa”, com “seu amor e o seu carinho, tudo conseguirá do seu esposo, e, nas horas de adversidade ou nos momentos de tristeza, com o seu conforto, evitará que ele procure afogar as suas dores na alegria fictícia e na fantasia do álcool”, vale dizer, às mulheres caberia impedir a vida sexual desregrada dos homens e promover a educação dos filhos, negando qualquer sentimento contrário à sua missão como mulher-esposa-mãe. Como todas as tipificações do feminino expostas nos periódicos da LBHM, a feminilidade é evocada a partir da contribuição para o controle social dos corpos, portanto, considerada pelos articulistas como marcador à ciência médica, decisivo na implantação do ideal republicano, fundamental na reorientação estratégica da política brasileira ou parte do esforço de constituição de um projeto nacional centrado, nomeadamente, em mulheres brancas, heterossexuais, oriundas das médias urbanas ou “classes cultas”. Modernização da sociedade, manutenção da superioridade racial exaltavam as mulheres como pilares da nova sociedade, fundada em determinações preconizadas como saudáveis e ideais pela medicina. De acordo com Porto-Carrero:

Quando cada mulher [...] tiver confiança em si e sentir o dever da espécie, de ser mãe, quando a escolha do esposo puder ser consciente, por uma educação sexual que não a deixe corar ante o ato natural com que os pais a engendraram, quando uma educação física lhe demonstrar que muitos dos seus impulsos podem ser sublimados, sem fantasias românticas e sem misticismo neurosante (sic), então a servidão da mulher será um fato histórico, a tentar pesquisas de ciência, pois que a esposa e a serva serão conceitos antagônicos” (1933, p. 113-114).

É possível verificar que os comportamentos modelares divulgados pelos médicos associavam a feminilidade dita normal a lugares sociais bem definidos, vale reiterar, como mulher-esposa-mãe. A higiene mental divulgava o ideário da normalidade feminina pautado na maternidade, pois toda a mulher normal deveria ser mãe, toda a boa mãe deveria se preocupar com a saúde física e mental “de sua prole”, fortalecer o homem e manter o lar. No conjunto das preocupações da LBHM, foram criados espaços destinados para a finalidade proposta como a Clínica de Eufrenia destinada a ensinar aos pais conhecimentos necessários à profilaxia das doenças a partir de elaborados manuais dirigidos às mães, amplamente divulgados (Caldas, Arquivos, 1933, VI, 1, p. 37). Nesse mesmo percurso, a LBHM lançou propostas que se baseavam na necessidade de ensinar às mães a forma correta de educar seus filhos. A puericultura constituiu um saber

fundamental e obrigatório para “boas mães” e de acordo com o artigo publicado no Boletim em 1930, é possível dimensionar a importância do tema:

a puericultura tem por dever primordial girar, através de todos os períodos da infância, o esquema da criança normal. protegê-la antes da concepção, assegurar seu desenvolvimento integral no ventre materno, evitar os incidentes perigosos durante o nascimento, controlar e favorecer o crescimento, afastar os perigos inerentes ao meio exterior e à vida social, guiá-las nas vigílias da adolescência, eis em largo traços o programa da puericultura" (Gonzaga, Boletim, 1930, II, 17, p. 5).

A puericultura deveria assegurar a educação sexual das crianças alertando-as, principalmente, para os males das doenças venéreas, ensinando-as acerca dos mecanismos da reprodução, destacadamente, em relação às percepções de raça e classe, pois como mencionavam à época “marmelo é fruta gostosa, que dá na ponta da vara, branco que casa com preta, não tem vergonha na cara”. Os ditos populares, que permanentemente desqualificavam corpos pretos, pardos e pobres, permitem dimensionar os alcances das proposituras médicas em torno da higiene mental, isto é, dos anunciados problemas da miscigenação complexificados por teorias da hereditariedade atávica, da degeneração da raça (FONSECA, 2012). O projeto de educação sexual consistia em ensinar, principalmente às mães, mecanismos da “reprodução, a verdadeira significação do casamento, o combate às doenças venéreas, o problema da prostituição, higiene social, etc”. Para tanto, solicitavam a “cooperação dos lares, das escolas, das igrejas, da imprensa, das instituições públicas e particulares” (E.R., Boletim, 1930, II, 22, p. 2) no processo de regeneração social necessária à formação da República. A medicina mental colaborou poderosamente para a formação e manutenção de sistemas sociais não igualitários, na medida em que o homem era caracterizado como forte, viril e ativo em oposição à mulher, descrita como fraca, submissa, passiva, cuja normalidade residia em sua tarefa original, qual seja, ser mãe ou “o autêntico fim feminino” (Asua, Boletim, 1929, 1, 6-7, p. 1).

A “maternidade científica” divulgada por médicos no intuito de normatizar o comportamento materno reverberava a modernização da sociedade. O desvio do lugar imposto à elas as lançavam como infratoras, patologicamente culpadas, visto que a tendência organicista da psiquiatria tendia a elaborar seus diagnósticos conectada a outro campo do saber médico, qual seja, a endocrinologia. Em *Psiquiatria Clínica e Forense*, obra publicada pela primeira vez em 1940, o catedrático de psiquiatria na Faculdade de Medicina, da Universidade de São Paulo e Escola Paulista de Medicina, Pacheco e Silva considera fatores fisiológicos como desencadeadores de doenças mentais ao pautar seus

estudos nos escritos do médico espanhol Gregório Maraño (1887-1960), cuja teoria estabelecia dois modelos únicos aos gêneros, vale dizer, masculino e feminino, nessa medida, os que transitassem entre os dois polos manifestavam sinais de “doença mental”, fisiologicamente diagnosticada. A predominância excessiva de traços psicológicos ou físicos atribuídos ao gênero oposto ao nascimento configurava prova incontestada da anormalidade sexual doentia, invertida, codificada internacionalmente como “homossexualismo” (FERLA, 2005).

Havia, por sua vez, mulheres que mantinham alianças com médicos a fim de conseguirem maior valorização social das atividades de mãe, esposa, dona de casa. Em São Paulo, mesmo que inconsciente ou por intermédio do “feminismo tático” (SOIHET, 2006), mulheres se engajavam em campanhas promovidas pela LBHM, destacadamente, mulheres de médicos como, sempre identificadas pelos nomes de seus maridos como os casos das senhoras Miguel Couto, Condessa Pereira Carneiro, Fernandes Magalhães, Raul da Cunha e Olinto de Oliveira, as quais reproduziam preceitos da higiene mental e disseminavam o ideário de feminilidade proposta pela medicina em eventos sociais, filantrópicos, promovidos em larga escala (POLUBRIAGINOF, 2016). A cidadania feminina que o direito ao voto projetou, oficializado em 1932, permitiu às mulheres redimensionar suas vidas públicas, não somente como eleitoras, mas como auxiliares da medicina no controle dos corpos, como “boas mães”. Como evidenciado, movimentos feministas se apropriaram das representações a elas impostas de modo a agirem nas estruturas de poder, redimensionando justos limites de suas atuações, inclusive, “[...] a partir dessa sexualidade na qual procura colonizá-las e atravessá-las para ir em direção a outras afirmações”, ou seja, a partir de brechas encontradas para fazer valer suas correlações de força, seus saberes, suas atuações políticas; mesmo que acabassem disseminando estratégias de dominação (FOUCAULT, 1998, p. 234).

As evidências reiteram a valoração médica do feminino delineia um imaginário centrado na maternidade ou como considera Ana Paula Vosne Martins (2008) do nascimento de um discurso que pretendia conhecer a natureza feminina. Como dispositivos de poder, a feminilidade preconizada, ao valorizá-las no seio doméstico como mulher-esposa-mãe, pretendia fortalecer a instituição familiar enquanto questão de vital importância, cabendo às mulheres mantê-la saudável, pura. Nesse sentido, cabe reiterar, qualquer desarranjo do modelo estabelecido evocaria a mulher como causa de seu insucesso. Contudo, a feminilidade que a medicina mental fabricou não somente permanece pautando trajetórias femininas, mas anulando subjetividades consideradas

nocivas, projetadas socialmente como vergonhosas, abjetas, nomeadamente, em relação às mulheres brancas, inclusive, por considerar mulheres negras como naturalmente desviantes, doentes, corruptoras, pois permanentemente sexualizadas, imaginários dos quais derivam o dito popular “branca para casar, mulata para transar e preta para limpar”.

No que se refere à maternidade, como destacado por Elizabeth Badinter (1985), o amor materno é considerado um mito inerente ao ser mulher. De acordo com a autora, a concepção de mulher-mãe emerge em contextos históricos particulares, vale dizer, o ideário da mulher-esposa-mãe desvela interesses específicos atribuídos à missão feminina em diferentes contextos históricos, mas também como uma ambivalência. A autora localiza como a maternidade atravessa a história das mulheres, não como via de mão única, ao contrário, pela inconstância e não universalidade do desejo das mulheres conceberem, das implicações das recusas ao longo do processo histórico ou mesmo das introjeções provocadas pela medicina pela retomada da “boa mãe”. O desmonte da idealização do feminino, como a proposta pela LBHM, permite não somente reparar processos vividos por mulheres silenciadas ou maculadas pela racionalidade médica, mas indicar que os discursos que enredam as mulheres devem ser permanentemente evidenciados, pois constantemente retomados.

### *Considerações finais*

Apesar da crítica feminista à omissão das mulheres na história, a identificação do corpo como o local de poder, como o *locus* da dominação, através do qual a docilidade é executada e a subjetividade constituída, redimensionou análises centradas nas relações de poder. O discurso e sua capacidade de produzir e manter formas de dominação, aliado à crítica ao humanismo Ocidental, que privilegiou o masculino como universal, como lugar da verdade, da liberdade, da natureza humana, ampliaram possibilidades de reinterpretar os fenômenos. Antes de ser uma afirmação, tais convergências incluem algumas das formas mais poderosas de resistência, qual seja, proposição de políticas feministas afirmativas destinadas a reduzir desigualdades, mitigar os danos, reinventar o social.

O discurso produzido sobre a feminilidade pela LBHM constituiu questão central da investigação. O que se pretendeu foi entender como a ciência médica serviu para construir o ideal de mulher durante a primeira metade do século XX ou nas origens da República, bem como tais formulações tornaram-se fundamentais na reorientação

estratégica da política brasileira, como parte do esforço de constituição de um projeto nacional republicano. As ações que pautaram o comportamento feminino naquele período permanecem como marcadores sociais e epidemiológicos, pois afetam diretamente a saúde de homens e mulheres, brancos e negros. A partir desta constatação, analisar a feminilidade ideal proposta como estratégia utilizada para moldar o comportamento feminino revela-se como duradoura realidade histórica a ser reparada e desconstruída – ontem e hoje.

### Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Jane Soares de. Imagem feminina e modernidade: o concurso de robustez infantil em São Paulo (1928). *R. bras. Est. pedag.*, Brasília, v. 88, n. 218, p. 157-170, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1461> . Acesso em: 8 jan. 2021.

ARCHIVOS BRASILEIROS DE HYGIENE MENTAL. Rio de Janeiro, Ano 6, n, 1, jan./mar. 1933.

ARCHIVOS BRASILEIROS DE HYGIENE MENTAL. Rio de Janeiro, Ano 4, n, 2, mar./abr. 1931.

ARCHIVOS BRASILEIROS DE HYGIENE MENTAL. Rio de Janeiro, Ano 3, n, 6, jun. 1930.

ARCHIVOS BRASILEIROS DE HYGIENE MENTAL. Rio de Janeiro, Ano 3, n, 5, mai. 1930.

ARCHIVOS BRASILEIROS DE HYGIENE MENTAL. Rio de Janeiro, Ano 2, n, 1, out. 1929.

ARCHIVOS BRASILEIROS DE HYGIENE MENTAL. Rio de Janeiro, Ano 1, n, 1, 1925.

AUSTREGÉSILO, Antônio. *Perfil da mulher brasileira: esboço acerca do feminismo no Brasil*. Ed. Guanabara, 2ª Edição, Rio de Janeiro, 1938.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução Waltensir Dutra, Ed. 3. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1985.

BOLETIM DE EUGENIA. Rio de Janeiro, v.2, n.22, out. 1930.

BOLETIM DE EUGENIA. Rio de Janeiro, v.2, n.17, mai. 1930.

BOLETIM DE EUGENIA. Rio de Janeiro, v.1, n.6-7, jun./jul. 1929.

BOLETIM DE EUGENIA. Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan. 1929.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. Tradução Veronica Daminelli; Daniel Yago Françoli, Ed. 1. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda; SIQUEIRA, Lucciano Franco de Lira; SOUZA CAMPOS, Paulo Fernando de. Antonio Carlos Pacheco e Silva e a patologização do feminino (Brasil, primeira metade do século XX). *Fênix- Revista de História e Estudos Culturais*, v. 18, n. 2, p. 339-258, dez. 2021. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/1086> . Acesso em 15 dez. 2021.

CALDAS, Mirandolino. Congresso de Higiene Mental e a Eugenia. *Archivos brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 35-36, fev. 1930.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O discurso da intolerância: fontes para o estudo do racismo. In: DI CREDO, Maria do Carmo Sampaio (org.). *Fontes históricas: abordagens e métodos*. Assis: UNESP, 1996, p. 21-32.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade fabril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Jurandir Freire. *A ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.9, n.18, p.121-144, ago./set. 1989. Disponível em: [https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=3853#:~:text=os%20internos%20deliram%2C%20s%C3%A3o%20incoerentes,bastante%20mais%20freq%C3%BCentes%20e%20evidentes](https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3853#:~:text=os%20internos%20deliram%2C%20s%C3%A3o%20incoerentes,bastante%20mais%20freq%C3%BCentes%20e%20evidentes). Acesso em: 10 nov. 2021.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo – Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DESPENTES, Virginie. *Teoria King Kong*. Tradução Márcia Bechara. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

DIAS, Allister Andrew Teixeira. *Arquivos de ciências, crimes e loucuras: Heitor Carrilho e o debate criminológico do Rio de Janeiro entre as décadas de 1920 e 1940*. 2015. Tese (Doutorado em História das Ciências). Casa Oswaldo Cruz- FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2015.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890 -1920)*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

FERLA, Luís Antônio Coelho. *Feios, sujos e malvados sob medida: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)*. 2005. Tese (doutorado em ciências). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FONSECA, Dagoberto José. *Você conhece aquela? A piada, o riso e o racismo à brasileira*. São Paulo: Selo Negro/ Grupo Editorial Summus, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Ed. 7. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. Ed. 13. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas públicas de saúde no Brasil (1930-1945). *Educar*. Curitiba, n. 25, p. 127 -141, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/YFprXwcGwr3jrnCXwRM8TGB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 23 ago. 2021.

KOSSOY, Boris; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2002.

LUZ, Madel Therezinha. *Medicina e Ordem Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Angela; LUZ, Rogerio; MURICY, Katia. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Vamos criar seu filho: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 135-154, mar. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702008000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000100008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 04 jun 2016.

MONTEIRO, Yara Nogueira; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *As doenças e os medos sociais*. São Paulo: Fap-UNIFESP, 2013.

MOTA, André. A Paulicéia sob um Diagnóstico Sanitário. In: MOTA, André. *Tropeços da Medicina Bandeirante: Medicina Paulista entre 1892-1920*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. cap. 2, p. 75-124.

MOTA, André. A Eugenia como projeto nacional. In: \_\_\_\_\_. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 39-58.

MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela Silva Martins da Cunha.; CAMPOS, Cristina de (Orgs.). *Racionalidades em Disputa*. Intervenções da Fundação Rockefeller na Ciência, Medicina e Práticas Médicas do Brasil e América Latina. São Paulo: FMUSP/UFABC/Casa de Soluções e Editora, 2015.

PACHECO E SILVA, Antonio Carlos. *A mulher paulista no atual momento brasileiro*. Conferência realizada no salão Club Comercial. São Paulo, 1933.

PACHECO E SILVA, Antonio Carlos. Discurso pronunciado como paraninfo na cerimônia da colação de grau dos doutorandos da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, 1939.

PACHECO E SILVA, Antonio Carlos. *Psiquiatria Clínica e Forense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

POLUBRIAGINOF, Claudia. *Liga Brasileira de Higiene Mental: representações do feminino no discurso médico psiquiátrico (1923-1947)*. Orientador: Paulo Fernando de Souza Campos. 2016. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas), Universidade Santo Amaro, São Paulo, 2016.

PORTO-CARRERRO, Júlio Pires. O exame pré-nupcial como fator eugênico. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, Anno 6, n.2, p.87-94, 1933.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SIQUEIRA, Lucciano Franco de Lira. *Afecções de mulher: a construção do feminino no compêndio Psiquiatria Clínica e Forense de Antonio Carlos Pacheco e Silva (São Paulo, 1930-1940)*. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Universidade Santo Amaro, São Paulo, 2022.

SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SOUZA CAMPOS, Paulo Fernando de. História, mulheres negras e enfermagem brasileira. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 21, n. 230, p. 167-177, 1 set. 2021a. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/58389#:~:text=Trata%2Dse%20de%20uma%20pesquisa,mulheres%20negras%20na%20arte%20e>. Acesso em 10 nov. 2021.

SOUZA CAMPOS, Paulo Fernando de. “Loucos de todo gênero”: o manual de Psiquiatria Clínica e Forense de Antonio Carlos Pacheco e Silva. *Projeto História*, São Paulo, v. 72, p. 81-106, set./ dez. 2021b. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/54802>. Acesso em: 14 dez. 2021.

SOUZA CAMPOS, Paulo Fernando de. *Os crimes do preto Amaral: representação da degenerescência em São Paulo 1920*. 2003. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2003.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à lava jato*. São Paulo: LeYa, 2017.

TARELOW, Gustavo Queródia. *Antonio Carlos Pacheco e Silva: psiquiatria e política em uma trajetória singular (1898-1988)*. 2018. Tese (Doutorado em Ciências). Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

WENSTEIN, Bárbara. Racializando as diferenças regionais: São Paulo X Brasil, 1932. *Revista Esboços: história em contextos globais*, Florianópolis, v. 13, n. 16, p. 281-303, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/133>. Acesso: 30 mar. 2020.

Artigo recebido em 19 de janeiro de 2022.

Aceito para publicação em 5 de julho de 2022.

# VALORAÇÃO DIFERENCIAL DA VIDA: A INVISIBILIDADE DAQUELAS QUE NÃO SE ENQUADRAM NOS PADRÕES

## THE DIFFERENTIAL VALUATION OF LIFE: THE INVISIBILITY OF THOSE WHO DO NOT FIT INTO THE STANDARDS

Isabel Saraiva Silva\*

**Resumo:** O presente artigo objetivou a análise das contribuições de Foucault para os estudos das relações de gênero a partir da obra "História da Sexualidade I", com olhar especial para as relações protagonizadas por empregadas domésticas defloradas. Para tal, foram utilizadas fontes encontradas no Arquivo do Judiciário Amazonense datadas do período contido entre os anos 1932 a 1962. No primeiro momento, apresentou-se uma resenha dos capítulos do livro de Foucault ora em tela, rastreando conceitos que auxiliam sobremaneira a compreensão do papel feminino nas sociedades ocidentais. No segundo momento, discutiu-se os conceitos foucaultianos à luz das histórias de mulheres pobres trabalhadoras que viveram em Manaus no período supracitado, relacionando os conceitos foucaultianos àqueles trabalhados por outros autores com ideias consonantes.

**Palavras-chave:** Gênero; Manaus; Arquivo do Judiciário; Biopoder.

**Abstract:** This paper aimed to analyze the contributions of Foucault to the studies of gender relations from the work "History of Sexuality I", with a special emphasis on the relations played by deflorated housemaids. To this end, sources found in the Amazon Judiciary Archives dated from 1932 to 1962 were used. In the first moment, a review of the chapters of Foucault's book was presented, tracing concepts that greatly help the understanding of the feminine role in Western societies. In the second moment, we discussed the Foucauldian concepts in the light of the stories of poor working women who lived in Manaus in the aforementioned period, relating the Foucauldian concepts to those worked by other authors with consonant ideas.

**Keywords:** Gender; Manaus; Judiciary Archive; Biopower.

### *História da sexualidade I: práticas de poder*

Em "História da Sexualidade I", Michel Foucault apresenta uma pesquisa centrada em práticas de poder e nos saberes correspondentes. Não é um texto sobre a sexualidade propriamente dita, mas sobre os mecanismos de poder concebidos na produção de saberes específicos; nesse caso, aqueles sobre a sexualidade. No primeiro capítulo, Foucault discute a repressão da sexualidade na Era Vitoriana, apontando que o discurso sobre a

---

\*Aluna regularmente matriculada no curso de Doutorado em História da Universidade Federal do Amazonas, mestre em História Social pela mesma universidade, licenciada em História pela Universidade Estadual do Piauí, professora da educação básica da SEMED-Manaus e da SEDUC-AM; atua no ensino de história mediado por tecnologia desde 2012. E-mail: isabelbbel@gmail.com.

repressão funcionava em conjunto com outros discursos. Nesse sentido, a repressão carregava uma possibilidade de falar do sexo como libertação, visto que as falas que sustentavam a ideia de um sexo livre já faziam parte da economia dos discursos sobre o sexo. A interdição teria uma função tática e instigadora, criando uma “vontade de saber” relacionada ao sexo. Cabe ressaltar que Foucault não nega a existência da proibição e da interdição em torno do sexo, “o que ele não concordou foi com a noção de que a história do sexo, a partir da modernidade, tenha ficado reduzida a esses elementos”. (MOURANI, 2009, p. 12).

No segundo capítulo – A hipótese repressiva – Foucault intensifica sua crítica à noção de que a história do sexo deva ser reduzida à proibição e à interdição, visto que, para ele, há uma multiplicação de discursos que instigam o falar sobre sexo. A sexualidade é o meio pelo qual o poder se exerce, por essa razão é que o cristianismo se utilizou dela para a prática da confissão.

A partir da Contrarreforma, o ritmo da confissão foi acelerado. Os sujeitos foram estimulados a confessar suas vivências sexuais em detalhes, numa tentativa de impor regras meticulosas do exame de si mesmo, trazendo à baila até mesmo seus mais íntimos desejos. Foucault enfatiza que, em um dado momento, o Estado se apropria dos mecanismos da confissão para erigir os pressupostos de uma ciência sexual, um discurso que vai além da moral e busca uma racionalidade: “cumpre-se falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o padrão de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo”. (FOUCAULT, 2014, p. 27). A intenção do filósofo é mostrar como a confissão passou a ter uma importância relacionada ao poder e na preparação de uma nova ciência, tema que ele desenvolve de maneira acentuada no terceiro capítulo.

Ainda no segundo capítulo, Foucault sublinha que uma das grandes novidades do poder, no século XVIII, foi o surgimento da população como problema econômico e político. (FOUCAULT, 2014, p. 28). Nesse contexto, o sexo assume um papel central na medida em que se relaciona com a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade, a frequência das relações sexuais etc. Através da economia política da população, forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo.

O terceiro capítulo – *Scientia sexualis* – Foucault destaca a criação de uma ciência do sexo, para dele falar de maneira “neutra” e “purificada”. O autor aborda o jogo de legitimação entre ciência moral e lei, enfatizando a subordinação da ciência sexual aos

imperativos de uma moral. Em tal obra, sublinha-se que, historicamente, existiram dois grandes procedimentos para a produção da verdade do sexo: a ciência do sexo e a arte erótica. A ciência do sexo é uma vontade do saber e produz-se como um saber universal. A arte erótica, predominante nas nações arábico-muçulmanas, busca fazer recair sobre quem a pratica o domínio absoluto do corpo; ela tem como finalidade a experimentação subjetiva. “Nossa civilização, pelo menos à primeira vista, não possui *ars erótica*. Em compensação é a única, sem dúvida, a praticar uma *scientia sexualis*”, (FOUCAULT, 2014, p. 64) que se desenvolve no Ocidente para dizer a verdade sobre o sexo.

No processo de produção dessa verdade sobre o sexo, a ciência vai se valer da confissão, transformando o homem ocidental em um animal confidente. A confissão difunde amplamente seus efeitos na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes, “foi e permanece ainda hoje, a matriz geral que rege a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo”. (FOUCAULT, 2014, p. 70). De tal modo, a confissão se insere no cerne de individualização pelo poder, ao tempo em que há o convencimento de que a liberdade só existe por meio da liberação da verdade, confessada após o exame da consciência e da interioridade. Ao dizer sua verdade, o sujeito se produz como sujeito no Ocidente e, conjuntamente, sujeita-se a modos dominantes de pensar, agir e sentir.

O quarto capítulo é o mais extenso da obra. Denominado: *O dispositivo de sexualidade*, destaca, entre outros temas, a forma como o poder se capilariza por toda parte, atravessa-nos e coloca-nos em correlação de forças com a sociedade em que vivemos. Desse modo, “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares”. (FOUCAULT, 2014, p. 101). Não se escapa do poder, mas onde há poder, há resistência, ou melhor, resistências, no plural.

Outro ponto de destaque é a visão da sexualidade como um dispositivo histórico. Na obra "Microfísica do Poder", Foucault explica o que ele chama de dispositivo:

[...] o dispositivo era de natureza essencialmente estratégica, o que supõe que trata-se, no caso de uma certa manipulação das relações de força, de uma intervenção racional e organizada nestas relações de força, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las, utilizá-las, etc... O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. E isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. (FOUCAULT, 1989, p. 218).

O estudo do conceito foucaultiano de dispositivo está situado na passagem do século XVIII para o XIX e destaca quatro grandes conjuntos estratégicos, que desenvolvem dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo. São eles, 1) a histerização do corpo da mulher, 2) a pedagogização do sexo da criança, 3) a socialização das condutas de procriação, 4) a psiquiatrização do prazer perverso.

A intenção do presente artigo é analisar os pontos da obra foucaultiana que estão ligados de modo mais acentuado ao sexo feminino. Cabe, portanto, um aprofundamento relativo ao primeiro dos dispositivos destacados acima: o que seria a histerização do corpo da mulher? Um processo pelo qual o corpo feminino foi analisado – qualificado e desqualificado – como corpo integralmente saturado de sexualidade e que necessita do homem. Essa imagem, segundo Foucault, se consolida no decorrer do século XIX. Para as estudiosas das relações de gênero, essa sexualização do corpo feminino traz diversas implicações sociais ligadas aos papéis que devem ser desempenhados pelas mulheres em sociedade, contribuindo sobremaneira para ressaltar a inferioridade feminina.

Natalie Zemon Davis, em sua obra “Culturas do povo”, ressalta a predominância de uma ideia sustentada pela medicina, ainda no século XVI, de que o útero vagava, pois o sexo feminino era formado por humores frios e úmidos, indicando um temperamento instável que só poderia ser contido pela presença do homem, pois, para evitar que o útero vagasse, seria necessária a relação sexual ou a prole; caso contrário, teríamos uma mulher histórica. (DAVIS, 1990). Ao que parece, essas ideias ainda sobrevivem, nos dias atuais, em comentários que costumam relacionar o mau humor feminino à ausência do ato sexual, à ausência da presença masculina.

Em consonância com as análises supracitadas de Davis, Foucault cita os efeitos de uma patologia que seria intrínseca ao corpo das mulheres, sustentada pelas práticas médicas em comunicação com o corpo social. A imagem feminina se apresenta dividida em dois polos: a “mãe devotada”, elemento essencial para a família, cuja função era cuidar do marido e da educação dos filhos (responsabilidade biológico-moral); e a “mulher nervosa”, imagem negativa do feminino e forma mais visível da histerização. (FOUCAULT, 2014, p. 113).

### *Dispositivo da sexualidade*

Sexualidade, para Foucault, seria o nome que se pode dar a um dispositivo histórico. Tal dispositivo teria se iniciado “no ‘dispositivo da aliança’, a partir do qual o

‘dispositivo da sexualidade’ foi instalado”. (MOURANI, 2009, p. 55). O dispositivo da aliança está ligado ao matrimônio, fixação e desenvolvimento de parentescos, transmissão dos nomes e dos bens. Esse mecanismo perde importância à medida que os processos econômicos e as estruturas políticas passaram a não mais encontrar nele um suporte suficiente. As sociedades ocidentais modernas inventam e instalam, a partir do século XVIII, um novo dispositivo que se superpõe ao primeiro, contribui para reduzir sua importância, mas não o põe de lado: o dispositivo da sexualidade.

Assim como o da aliança, o dispositivo da sexualidade se articula aos parceiros sexuais, mas traz algo novo: estrutura-se em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido, o prescrito e o ilícito; funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder. O dispositivo da sexualidade se liga à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo – que produz e consome – a principal. Para Michelle Perrot, tal dispositivo se traduz especialmente no corpo feminino, pois, segundo ela, a família é o cruzamento entre o dispositivo da sexualidade e o dispositivo da aliança. Nesse cruzamento, o corpo feminino é uma questão de poder, um lugar estratégico da esfera privada e pública. (PERROT, 2005).

Nesse sentido, o entendimento de Foucault elucidada a constituição histórica do corpo por meio de mecanismos de poder, influenciando a Teoria Feminista profundamente, uma vez que as análises foucaultianas têm possibilitado uma maneira de teorizar o corpo em sua materialidade, evitando todas as formulações naturalistas. Demonstra, assim, que os corpos não são objetos naturais, mas frutos de práticas culturais de poder, inclusive práticas punitivas. (OKSALA, 2018).

O quinto capítulo do livro – Direito de morte e poder sobre a vida – descreve o conceito de biopoder. Foucault busca desvelar em toda obra “sob que formas, através de que canais, fluindo através de que discursos o poder consegue chegar a mais tênue e mais individual das condutas”. (FOUCAULT, 2014, p. 16-17). O ápice dessa explicação emerge ao expor o biopoder:

O biopoder é o poder de promover a vida ou desautorizá-la ao ponto de morte. O biopoder é capaz de acessar o corpo porque funciona através de normas em vez de leis, porque é internalizado pelos sujeitos em vez de exercido de cima mediante atos ou ameaças de violência, e porque está disperso por toda a sociedade em vez de localizado em um único indivíduo ou organismo do governo. (TAYLOR, 2018, p. 60-61).

De acordo com Foucault, a velha potência de morte em que se simbolizava o poder do soberano é cuidadosamente recoberta pela administração dos corpos e pela gestão

calculista da vida. Diversas técnicas de sujeição dos corpos e controle da população são criadas. O biopoder se desenvolve em duas direções que aparecem nitidamente separadas no século XVIII: do lado da disciplina, em instituições como o exército e a escola; e do lado das regulações de população, por meio da demografia e da tabulação das riquezas. A articulação entre as duas direções foi feita na forma de agenciamentos concretos que constituíram a grande tecnologia do poder no século XIX; o dispositivo da sexualidade foi um dos mais importantes deles.

O biopoder foi indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, pois garantiu a inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos, representou a entrada da vida na história, “a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder”. (FOUCAULT, 2014, p. 153).

#### *O trabalho com as fontes do judiciário:*

Antes de analisar a relação entre biopoder e vivências femininas, cabe destacar a riqueza e as peculiaridades das fontes estudadas. A proposta de trabalho apresentada neste artigo, surgiu a partir da análise de processos advindos do Arquivo Central do TJAM, “Júlia Mourão de Brito”. Mediante essas fontes foi possível contemplar “aspectos cotidianos de uma época, aqueles que não versam em legislações, mas que são forjados no dia a dia”. (CHALHOUB, 2010, p. 104).

À vista disso, o número considerável de processos em perfeitas condições de pesquisa revelou fragmentos de histórias que impressionam pela riqueza de detalhes e abundância de personagens, retratados em seus sofrimentos, emoções e relações com o poder. Mediante esses fragmentos emergiram modos de pensar e agir, estratégias de resistência, condutas e significados conferidos ao cotidiano. No processo de resgatar as experiências históricas a partir do ponto de vista das mulheres, a documentação policial e judiciária revelou-se um material privilegiado, pois fala delas e as faz falar, nas palavras de Arlete Farge, (2009, p. 37): um maná, em razão de “tornar visível a mulher quando a história se abstinha em vê-la”, visto que por um significativo período, as mulheres foram ignoradas em detrimento de uma história em que se privilegiava, sobremaneira, “fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais as mulheres pouco aparecem”. (SOIHET, 1997b, p. 400).

Versando sobre os arquivos que guardam fontes judiciais Farge (2009, p. 94) afirma que “seu conhecimento é indispensável para tentar descrever a arquitetura das sociedades do passado”. No entanto, ao analisar processos judiciais é preciso atentar para sua finalidade, dentro do seu contexto de produção. Keila Grinberg lembra que o objetivo principal dos depoimentos presentes nos processos não está em descrever os acontecimentos, mas “produzir uma verdade acusando e punindo alguém”. (GRINBERG, 2009, p. 127). As palavras de Grinberg levam a reflexão sobre a carga de intencionalidade que envolve os órgãos responsáveis pela produção dos documentos, que não são registrados pelos próprios envolvidos, mas por um escrivão, responsável por transformar os relatos orais em escritos, enquadrando os discursos dos envolvidos dentro da ótica do sistema do Judiciário.

Neste campo, tornam-se fundamentais as contribuições de Chartier que analisou a importância da representação para o entendimento do universo cultural, mostrando que as representações do mundo social seriam determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam, não sendo de forma alguma discursos neutros. (CHARTIER, 1990). Tais colocações auxiliam na compreensão dos discursos sobre as empregadas domésticas presentes nas fontes analisadas.

Em síntese, cabe ressaltar que ao sopesar a documentação judicial é essencial considerar não a busca por uma verdade, mas a compreensão das intencionalidades que se escondem por trás do uso das palavras, procurando descobrir se foram emprestadas ou não de modelos já existentes. As contendas apresentadas e a postura do Judiciário lidas nos processos revelaram tramas que envolvem as mulheres (sobretudo as mulheres pobres) e suas relações com trabalho, família e vida afetiva, tramas essenciais para analisar a influência do biopoder sobre as vivências femininas.

#### *Biopoder e vivências femininas: valorização diferencial da vida*

Foucault não traz em sua obra uma referência direta à perspectiva do feminino, mas fornece pistas que permitem perceber como os corpos das mulheres, especialmente os das burguesas do século XVIII e XIX, eram os mais significativos para serem domesticados, pois denotavam a reprodução da família e da sociedade como um todo. Em suas palavras: a “histerização das mulheres que levou a uma medicalização minuciosa de seus corpos, de seu sexo, fez-se em nome da responsabilidade que elas teriam no que diz respeito à saúde de seus filhos, a solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade”.

(FOUCAULT, 2014, p. 159). Para as estudiosas das relações de gênero, no momento em que o sexo se tornou alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida, as mulheres se tornaram o principal alvo do controle sexual exercido pela sociedade.

Embora o foco tenha recaído sobre as mulheres burguesas, não demorou para que esses ideais procurassem alcançar, utilizando aparatos médicos e estatais, a moralização das classes pobres. Analisando o cotidiano das mulheres trabalhadoras das classes populares, especialmente das empregadas domésticas, percebe-se que o trabalho era parte intrínseca do cotidiano na grande maioria dos lares, porém, mesmo sendo fundamental para a sobrevivência da maior parte das residências das famílias humildes, teve sua importância pouco observada para que se preservasse a trama social, conforme Foucault delineia em sua obra ao descrever o biopoder.

Dessarte, é possível delinear que as mulheres populares sofreram investimentos específicos por conta das imagens às quais não correspondiam, pois o modelo feminino ideal é a mulher burguesa, presa ao lar, mãe devotada e esposa fiel, sobre a qual está assentada a família, base da sociedade, fábrica de bons cidadãos. Aquelas que não se enquadravam nesses padrões eram invisibilizadas, ou, quando isso não era possível, tomadas como loucas, histéricas e desregradas.

Investigando processos registrados entre os anos de 1932 a 1962 e protagonizados por 27 empregadas domésticas, com idade entre 13 e 18 anos, verificou-se que, no centro das preocupações do Judiciário, estava a defesa da honra das famílias, acima das liberdades individuais, pois “o que se punia era a conduta social do acusado e da vítima e não o crime cometido”. (CORRÊA, 1981, p. 69). Os argumentos para punir ou absolver eram pautados no profundo conhecimento das leis, da medicina e de outras ciências para justificar suas posições. Sobre isso, Foucault assevera que

a lei funciona cada vez mais como norma, e que a instituição judiciária se integra cada vez mais num contínuo de aparelhos (médicos, administrativos etc.) cujas funções são sobretudo reguladoras. Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida. (FOUCAULT, 2014, p. 156).

A partir dessa assertiva, verificou-se que os processos ligados aos crimes de defloração e sedução são um espaço privilegiado de análise das teorias levantadas por Foucault em “História da Sexualidade I”. No texto “A vida dos homens infames”, Foucault analisa, por meio de petições, cartas régias e documentos de internamento, a existência de pessoas destinadas a passar sem deixar rastros. No entanto, de acordo com ele, um feixe de luz veio a iluminar essas existências. O que as arrancou da noite em que

elas poderiam ter permanecido foi o encontro com o poder. “[...] que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto”. (FOUCAULT, 2003, p. 207). Nos processos analisados, também se enxergou o encontro de seus protagonistas com as estruturas de poder que os atravessavam.

Observou-se que trabalho feminino, tão presente entre as classes mais populares, muitas vezes essencial à sobrevivência, era visto como uma espécie de mal necessário, algo que deveria ser evitado sempre que possível, pois a participação no mundo do trabalho levava as mulheres populares a não se adaptarem “às características dadas como universais do sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade”. (CORRÊA, 1981, p. 69).

Isso ocorria porque as mulheres populares trabalhadoras adquiriam uma certa liberdade de transitar nos espaços públicos, de utilizar um palavreado mais solto, de escolher suas relações amorosas e delas sair quando insatisfeitas, estabelecendo relações matrimoniais informais. Ao analisar o porquê do grande número de relações informais entre as mulheres das classes populares, Rachel Soihet elenca que entre os principais motivos figuram: a ausência de propriedades, os entraves burocráticos, a dificuldade que o homem pobre possuía de assumir o papel de mantenedor, o alto custo das despesas matrimoniais e, ainda, o fato de algumas mulheres não desejarem abrir mão de sua autonomia. (SOIHET, 1997a).

Essa autonomia, porém, tinha preço: seus filhos (e elas mesmas) não estavam protegidos de um eventual abandono do lar por parte de seus companheiros; quando isso ocorria, a mulher se via obrigada a arcar com todas as despesas da família. Se o concubino viesse a óbito, conseguir indenizações e pensões não era uma tarefa fácil. Some-se a tudo isso a ocorrência de que “o não reconhecimento legal dos direitos das companheiras não as protegia de parentes do marido quando houvesse a partilha do patrimônio constituído pelo casal”. (CARNEIRO; GOMES, 1958, p. 99 apud MARQUES; MELO, 2005, n/p.).

Desde tenra idade, as mulheres dos segmentos populares eram vistas na cidade de Manaus, circulando pelo mundo do trabalho, não apenas no universo doméstico, mas também nas fábricas de cigarro, nos botequins, nas fábricas de beneficiamento de castanha. (PESSOA, 2014). Assim, delineava-se socialmente uma geração de mulheres que, desde cedo, estavam em contato com a esfera pública, fosse pela falta de vigilância dos pais, fosse pelo exercício de profissões fora do lar. Mulheres que não se enquadravam nos padrões de passividade da época. Algo que causava preocupação aos setores mais

conservadores da sociedade brasileira, principalmente no final do século XIX, em que o fim da escravidão e o advento da República ressignificaram o trabalho.

Das classes populares, era esperada uma mão de obra eficiente e disciplinada; sobre os ombros das mulheres pesava a inserção da nova ordem, dada sua importância no seio das famílias. No intuito de disciplinar as mulheres trabalhadoras das classes populares, surgiram, durante a primeira metade do século XX, iniciativas como a criação do Instituto Feminino Profissional Doméstico, fundado em 1937, pelas irmãs Filhas de Nossa Senhora Auxiliadora, destinado ao preparo de moças pobres para as profissões domésticas. Desde o final do século XIX, Manaus contava com escolas de formação profissional e/ou doméstica voltadas para os segmentos mais pobres da cidade. Ainda em 1892, foi fundado o Instituto Benjamin Constant com o objetivo de atender meninas órfãs e prepará-las para serem boas donas de casa. Quando deixavam o Instituto, empregavam-se em casas de família. (CAMPOS, 2010).

A educação das “jovens populares era uma resposta às concepções de honra e de casamento características das mulheres pobres, consideradas perigosas à moralidade da sociedade”. (SOIHET, 1997a, p. 367). Por serem trabalhadoras em sua quase totalidade, o mundo da rua era parte intrínseca do seu cotidiano. Sobre esse aspecto, trouxemos à baila um trecho da defesa preparada pelo advogado manauara Celso Aguiar<sup>1</sup> para o caso em que o estudante Matias Ribeiro foi acusado de deflorar sua noiva, a então menor Lia Raposo. Lia morava sozinha com sua mãe, uma mulher viúva que habitava uma estância no centro da cidade; as duas sobreviviam do trabalho como empregadas domésticas. O fato foi denunciado por um tio da jovem; sua mãe, porém, não desejava que o caso fosse levado à Justiça, por temer a demasiada exposição que seria gerada.

Da leitura do processo, evidenciou-se que ela procurou a família de Matias Ribeiro logo que soube da gravidez. De pronto, a família do rapaz mostrou não querer a união entre os dois, porém as falas dos envolvidos não esclareceram o porquê da recusa. Pudemos conjecturar que a situação econômica da jovem pudesse ter sido um dos fatores determinantes para tal.

O questionamento feito pelo advogado acerca da moral da família da moça, uma vez que eram mulheres trabalhadoras (mãe e filha deflorada) também foi deveras revelador. O trabalho, nas palavras do advogado, desassociou Lia Raposo da condição de “honesta”. Essa estratégia, aliás, era recorrente durante a perquirição sobre a conduta das menores, como nos mostrou a análise do processo em que Reginaldo Gomes, 22 anos, prático de farmácia, apelou da condenação de ter estuprado sua namorada em um quarto

de hotel por ele alugado, logo após terem saído de uma festa por volta da meia noite. A moça era a menor Cândida Macedo, de 15 anos. No discurso de defesa do advogado, constou a seguinte passagem:

O lar de Cândida não póde ter esse nome sagrado que só têm as casas de família, verdadeiramente reconhecidas como tal. Como facto concreto que se passou, não houve descrédito algum para essa família, que já vivia em concubinato dando os tristes exemplos aos filhos. Ademais como quer o próprio Sr Viveiros de Castro, citado por Chrysólito de Gusmão, ‘a lei tutela a presumpção da innocencia e essa presumpção é que as moças de família (o gripho é nosso) vivendo no recato do lar domestico, sob a vigilância materna, sabem conservar a virgindade do corpo e a dignidade dos sentimentos (honestidade). A offendida deve ser acreditada quando não há provas contrárias à sua precedente honestidade. (AMAZONAS, 1935, p. 64).

As afirmações do advogado de Reginaldo Gomes ilustraram bem o pensamento da época, corroborando o exposto até o momento. Notou-se, ainda, que a mãe de Cândida era uma mulher desquitada: o referido concubinato mencionado na citação acima era uma união ocorrida após a oficial, algo condenado pelas leis da época. O Judiciário esperava que a família da menor estivesse dentro dos padrões burgueses de família nuclear (pai, mãe e filhos); ou que, quando as famílias fossem regidas por mulheres, existisse um motivo plausível para isso, como, por exemplo, a viuvez. Caso contrário, não fazia sentido para a lei defender a honra dessa família, posto que esse aspecto já não existia para os padrões morais da época.

Não obstante, Cândida afirmou encontrar-se todas as noites com Reginaldo numa casa de jogos chamada “Bellipede Americano”, ferindo outro aspecto relevante para se adequar aos padrões esperados de uma mulher honesta: a extrema vigilância familiar. Sobre essa questão, precisamos lembrar que “A rua, no simbólico dos discursos dos juristas, estava cheia de tentações e de desvios. As mães pobres precisavam aprender a vigiar suas filhas”. (ESTEVES, 1989, p. 47). Se a família não vigiava a moça, deixando-a livre para ir onde quisesse, em qualquer horário, ela estava exposta ao mundo público e suas artimanhas. Em casos assim, a inocência da moça estava maculada, não sendo, pois, passível de engano; a relação sexual era, portanto, uma escolha consciente.

Assim procedeu o advogado Renan Lobo no caso ocorrido em 1944, no qual Luiz Otávio Montoya, 20 anos, comerciante, solteiro, era acusado de seduzir e desvirginar a menor Viviane Lima, 16 anos, empregada doméstica. Os dois se conheceram na estância que servia de moradia para Viviane e sua mãe e na qual Luiz Otávio se hospedava sempre que vinha a Manaus sozinho ou na companhia de seu pai. A versão dos acontecimentos

narrada por Viviane, no processo, mostrou que, por conta da amizade que possuía com as irmãs do acusado, ela foi convidada a passar uns dias na fazenda do pai de Luiz Otávio, onde, sob juras de amor e a promessa de casamento, entregou-se a Luiz. O passeio ocorreu por duas vezes. No retorno da segunda viagem por ela realizada, descobriu que estava grávida, acontecimento que a obrigou a contar o ocorrido a sua mãe.

Na versão de Luiz Otávio, Viviane não foi convidada pelas suas irmãs a passear na fazenda; o passeio dela foi uma sugestão do amásio de sua mãe, visto que ela estava sofrendo de “suspensão” há dois meses e esperava que a tranquilidade da fazenda resolvesse os seus problemas de saúde. Embora confesse já tê-la namorado, o rapaz afirmou que a relação ficou no passado e garantiu que os dois não mantiveram relações sexuais.

Ponderou-se, mediante a análise documental, que o comportamento de Viviane e a composição familiar existente em seu lar eram suficientes para absolver Luiz Otávio da culpa. Ela viajou sozinha por duas vezes e era filha de uma mãe solteira que vivia na condição de amasiada. Somou-se a isso o fato de ela não ser capaz de afirmar com clareza a exata data em que perdeu o selo de sua pureza. Apesar de todas as circunstâncias favoráveis à liberação da culpa de Luiz, o advogado Renan Lobo autenticou ainda a disparidade econômica e intelectual entre ofendida e denunciado, conforme trecho dos autos de defesa apresentado a seguir:

Um conjunto de fatos e circunstâncias a aflorar dos autos demonstra, à sociedade, a trama urdida contra o denunciado para envolvê-lo no processo a que responde: **a sua situação pessoal de moço que alisou os bancos de um curso secundário e de filho de pais ricos, em contraste com uma condição humilde da suposta vítima**, vivendo num ambiente que não tem a pureza nem a santidade do lar, as bradantes contradições existentes nas declarações de Viviane Lima no inquérito policial e no seu depoimento em júízo; o fato anormal, porque contrário à psicologia da mulher de não lembrar Viviane Lima da data do seu desvirginamento; [...] Todos esses fatos e circunstâncias deixam ver clara e nitidamente a urdidura preparada contra o denunciado para forçá-lo ao casamento ou à paga que seu pai não quis fazer. (AMAZONAS, 1944, p. 111. grifo da autora).

Por fim, a denúncia contra Luiz Otávio foi considerada improcedente e ele absolvido. A perspicácia dos advogados era notória. Silvia Hunold Lara e Joseli Maria Nunes Mendonça afiançam que o direito, na condição de produto social, é um campo privilegiado para os estudos sobre os mecanismos disciplinares presentes nas sociedades, uma vez que “as normas jurídicas estão diretamente relacionadas com os ritmos do processo social”. (LARA; MENDONÇA, 2006, p. 9). Isso permite observar que as

práticas judiciais reproduzem formas de saber, estabelecem relações entre o homem e a verdade, procurando disseminar modelos de comportamento aceitáveis para os padrões sociais.

Tendo em vista a preocupação com a moralidade das famílias e com a higienização dos hábitos sociais dos membros das classes da sociedade, o Estado passa a se preocupar com a juventude, porque essa foi considerada a fase ideal da vida para estabelecimento e aprendizagem de condutas, de maneira que “preservá-los e educá-los com a finalidade preventiva para os problemas sociais passou a ser tarefa importante para o poder público brasileiro”. (FERREIRA, 2014, p. 179). Dessarte, na primeira metade do século XX, a educação das moças passou a ser foco das estratégias de disciplina e de normalização, pois as mulheres estavam intimamente associadas à sexualidade. Tais estratégias de normalização voltadas para as mulheres pautaram-se na medicina enquanto saber-poder. (FOUCAULT, 1999).

A fala dos juristas da época estava repleta de citações sobre a anatomia do homem e da mulher, com o intuito de justificar cientificamente o dever feminino de resguardar o pudor e o direito masculino de exercer sua sexualidade de maneira mais livre. Voltando-nos para a postura do Judiciário nos casos de defloramento/sedução, foi visto, através da análise das fontes, um discurso de proteção à honra das mulheres, portadoras, por sua vez, da honra das famílias quando se tratava de sexualidade, ao passo que a honra masculina estava ligada a questões de trabalho.

Ao punir crimes pautados em falsas promessas de casamento, “a dignidade das moças ficava protegida contra a inconstância e a vaidade tola dos homens”, (CASTRO, 1936, p. 215) porém não era qualquer moça a merecedora da proteção da Justiça em tais assuntos. Se o homem possuísse motivos para romper a promessa de casamento, era justo que o fizesse. E se, mesmo assim, a postura da moça e de sua família fosse de insistência, era direito do homem expressar suas razões, mesmo que elas viessem a expor intimidades.

Os homens tinham um nome a zelar, porquanto deviam escolher bem suas consortes. Viveiros de Castro ponderou que os juízes deviam se inteirar bem dos motivos que levaram ao rompimento das promessas de casamento para proceder com retidão. A ausência da virgindade era a justificativa mais recorrente. No inquérito policial instaurado para apurar a sedução de Vânia Lopes, 17 anos, empregada doméstica, o acusado, Bernardo Lira, 38 anos, agente de seguros, noivo de outra moça, afirmou não poder se casar com Vânia, “uma vez que não se trata de uma moça”. (AMAZONAS, 1947, n/p.). A ausência da virgindade de Vânia é um argumento mais forte que o compromisso

anteriormente assumido com outra jovem. Sem que ficasse comprovada a virgindade da ofendida, a denúncia foi invalidada.

Foi observado em alguns casos que, mesmo sendo os acusados comprovadamente os autores do desvirginamento das ofendidas, eles eram absolvidos. Isso ocorria quando as menores gozavam de excessiva liberdade, frequentando lugares inadequados ou usufruindo da possibilidade de ficar longos períodos a sós com seus namorados. Os juízes justificavam que a virgindade era um conjunto de virtudes e não apenas membrana. Assim, na interpretação deles, a demasiada exposição das jovens já havia lhes corrompido. Isso fica exposto nas palavras do jurista Jorge Severiano Ribeiro: “O projeto não protege a moça que se convencionou chamar de emancipada”. (RIBEIRO, 1941, p. 63).

O trabalho era visto como um fator preponderante para essa emancipação, visto que possibilitava um contato com o mundo da rua, levando a mulher trabalhadora a romper com a “proteção” do mundo privado. Dessa feita, as mulheres populares apareceram nos processos analisados rompendo as imposições dos horários e a limitação do mundo privado, mesmo quando empregadas domésticas, parecendo íntimas da liberdade, algo temido pelas autoridades. Por isso:

Um dos principais eixos do processo educacional, dentro do qual se inseria a pedagogia de médicos e juristas, era precisamente a mulher pobre. Ela era um dos principais agentes reformadores, responsáveis pela saída do homem das ruas, dos cabarés, dos botequins, enfim da ‘vida fácil’. E jamais chegou a saber disso. (ESTEVES, 1989, p. 47).

Desse modo, educar as mulheres para se reportarem apenas ao mundo privado era, de acordo com o pensamento da época, também retirar o homem da lascívia, que só existia graças à presença feminina no mundo público. Mas a questão era complexa. Não era só o lazer que atraía essas mulheres para o mundo da rua, mas, principalmente, a necessidade de sobrevivência, ou seja, o trabalho.

Por consequência, as mulheres pobres se viam rodeadas por uma moralidade oficial desligada da sua realidade. Era possível se enquadrar à ótica burguesa de mulher integralmente mãe e esposa, presa ao lar, se a necessidade estava à porta? Identificou-se, então, que elas precisaram construir normas e valores diversos que se enquadrassem nas peculiaridades de seus cotidianos. (D’INCAO, 1997).

Para as autoridades políticas e jurídicas, essas atitudes eram perigosas, devendo ser doutrinadas, o que justifica a postura pedagógica dos discursos jurídicos. Nas palavras de Esteves:

Réus, mulheres pretensamente ofendidas, testemunhas arroladas e, quando era o caso, o próprio público atingido pela publicidade dada ao fato, todos esses, de uma forma ou de outra, acabavam vivenciando determinadas noções de honestidade, relacionadas com as proibições da rua e do exterior. (ESTEVES, 1989, p.47).

Quanto às mulheres, era preciso que se enquadrassem na condição de honestas, cultivando o recato, obedecendo à vigilância da família, evitando o demasiado contato com o espaço público, preservando o selo fisiológico da sua condição de honesta (a virgindade) para que dele se desfizessem apenas após as núpcias.

As ideias de Foucault conduzem à compreensão de que “há, historicamente, uma submissão do corpo e da sexualidade do feminino, [...] objetos de disciplina, de regulamentação, de controle social e de disputa política nas relações de poder”. (EMMERICK, 2007, p. 62). Embora as análises de Foucault tenham se pautado no desenrolar dos séculos XVIII e XIX, elas ajudam a compreender as minúcias dos processos ora analisados, ocorridos na primeira metade do século XX, demonstrando que, à medida que a sociedade se modifica, os instrumentos de legitimação do poder também se transformam, adequando-se às novas realidades sociais.

Considerando que o biopoder se articula sobre as populações visando à gerência dos fluxos de maximização da produção social e à garantia da vida do corpo social como se fosse um organismo, compreende-se que esse poder cria mecanismos para tratar e transformar aqueles que não se adequem aos padrões impostos; caso isso não seja possível, os inadequados serão aniquilados, expulsos do organismo social que é a população.

Em vista disso, analisa-se que as mulheres trabalhadoras domésticas, ao não se enquadrarem nos padrões de moralidade impostos pela sociedade, são postas à margem de alguns direitos sociais, tornando-se invisíveis diante do Estado, visto que suas vidas parecem ter menos importância, o que acaba por ocasionar uma valoração diferencial de suas vidas.

### **Referências bibliográficas**

AMAZONAS, Inquérito Policial “ex-offício” procedido contra F.S.S. por ser acusado de defloração da menor R.C.S. Manaus, 1947. (Arquivo do Judiciário Amazonense).

AMAZONAS, Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Manaus. Acusado: M.Q.S. Manaus, 1944.

- AMAZONAS. Cartório do Tribunal de Apelação. Requerente M.F.R. Manaus, 1935. (Arquivo do Judiciário Amazonense).
- AMAZONAS. Cartório do Tribunal de Apelação. Requerente M.F.R. Manaus, 1935. (Arquivo do Judiciário Amazonense).
- CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. *Trabalho e emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)*. 2010. 206f (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, 2010.
- CASTRO, Viveiros de. *Os delictos contra a honra da mulher*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 1936.
- CHALHOUB, Sidney. O conhecimento da História, o direito à memória e os arquivos judiciais. In: SCHMIDT, Benito Bisso. (Org.). *Trabalho, justiça e direitos no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2010, v.1, p. 90-105.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CORRÊA, Mariza. *Os crimes de paixão*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 223-240.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- EMMERICK, Rulian. *Corpo e Poder: um olhar sobre o aborto à luz dos Direitos Humanos e da democracia*. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FARGE, Arlete. *O sabor do arquivo*. São Paulo: EDUSP, 2009.
- FERREIRA, Gleidiane de Sousa. *Disputas discursivas em torno da violência: crimes sexuais na Fortaleza de inícios do século XX*. 280f (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. *Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 203-222.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 285-315.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. E-book.
- GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais. In: PINKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. 119-137.
- LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Apresentação. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. (org.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. Que sejam felizes para sempre! A mulher e seus direitos na sociedade conjugal. Um exame do Estatuto da Mulher Casada de 1962. In: Congresso Brasileiro de História Econômica, 6., e Conferência Internacional de História de Empresas, 7., 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFF, 2005. Disponível em: [http://historia\\_demografica.tripod.com](http://historia_demografica.tripod.com). Acesso em: 03 ago. 2015.
- MATOS, Vanessa Cristina Santos. Um estudo histórico das relações de gênero e classe. In: *Saber Acadêmico: Revista Multidisciplinar da UNIESP*, São Paulo, n. 7, p. 57-73, junho de 2009.
- MOURANI, Daniela Silva. *Michel Foucault e A vontade de saber*. 2009. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- OKSALA, Johanna. Liberdade e corpos. In: TAYLOR, Dianna. (org.). *Michel Foucault: conceitos fundamentais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 114-129.
- PERROT, Michelle. *As mulheres e ou os silêncios da História*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- PESSOA, Alba Barbosa. Meninas no mundo do trabalho: um olhar através da imprensa manauara. (1890-1920). In: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. (org.). *Gênero e Imprensa na História do Amazonas*. Manaus: EDUA, 2014.
- RIBEIRO, Jorge Severiano. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil comentado*. Rio de Janeiro: Livraria Jacintho, 1941.
- SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997a. p. 362-400.
- SOIHET, Raquel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (org.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campos, 1997b. p. 399-429. E-book.
- TAYLOR, Chloë. Biopoder. In: TAYLOR, Dianna. (org.). *Michel Foucault: conceitos fundamentais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 58-75.

---

<sup>1</sup> Todos os envolvidos nos processos tiveram seus nomes alterados para garantir a preservação de suas identidades, conforme exigência do Judiciário amazonenses.

Artigo recebido em 17 de fevereiro de 2022.

Aceito para publicação em 8 de junho de 2022.

**ARQUIVOS DE IMPRENSA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS  
PARA O ESTUDO DE JORNAIS DA SEGUNDA METADE DO  
SÉCULO XIX, SEUS NOVOS PÚBLICOS, INTERESSES E A  
FIGURA DA MULHER LEITORA E ESCRITORA**

**LES ARCHIVES DE PRESSE: POSSIBILITÉS ET DÉFIS  
POUR L'ÉTUDE DES JOURNAUX DE LA SECONDE  
MOITIÉ DU XIXE SIÈCLE, DE LEURS NOUVEAUX  
PUBLICS, DE LEURS INTÉRÊTS ET DE LA FIGURE DE LA  
LECTRICE ET DE L'ÉCRIVAINNE**

Isadora Costa\*  
Laura Reis\*\*

**Resumo:** Utilizando-se da Nova História Cultural e da História Política Renovada, o presente trabalho busca analisar como os jornais, além de fontes para diferentes pesquisas, também podem ser objetos dessas. Nesse sentido, problematizaremos as transformações ocorridas na sociedade brasileira da década de 1850 a fim de percebermos como essas mudanças impactaram também a realidade da imprensa desse período. Posteriormente estudaremos o processo que possibilitou a demanda por uma segmentação temática dos assuntos da imprensa e dos interesses impressos destinadas a cada público leitor, principalmente o feminino. Como resultado de pesquisa, foi possível visoriar que a partir de meados do século XIX uma pequena parte das mulheres letradas se tornou não apenas leitoras, mas também escritoras, apresentando novas funções, demandas e perspectivas, que podem ser encontradas em diferentes periódicos, não apenas aqueles dedicados às damas e senhoras de época.

**Palavras-chave:** Imprensa, Século XIX, Fontes de pesquisa, Mulheres leitoras e escritoras.

**Résumé:** L'objectif de ce texte est de comprendre la presse en tant que source documentaire pour les recherches historiographiques; en outre, de comprendre comment les journaux, en plus d'être des sources, peuvent également être des objets de recherche. En ce sens, nous problématisons les transformations qui se sont produites dans la société brésilienne dans les années 1850 afin de comprendre comment ces changements ont également impacté la réalité de la presse à cette époque. Cela dit, nous cherchons à étudier le processus qui a rendu possible la demande d'une segmentation thématique des sujets de presse et des intérêts imprimés destinés à chaque lectorat. Comme résultat de la recherche, nous pouvons constater que, dans ce contexte, les femmes alphabétisées deviennent non seulement des lectrices, mais aussi des écrivaines, présentant de nouvelles fonctions, exigences et perspectives, que l'on retrouve dans différents périodiques, pas seulement ceux dédiés aux dames et aux demoiselles de l'époque.

**Mots clés:** Presse; 19ème Siècle; Sources de recherche; Femmes lecteurs et écrivains.

---

\* Doutoranda pela UERJ, bolsista capes.

\*\* Doutoranda pela UERJ, bolsista capes.

## Introdução

A década de 1850 é considerada, em termos de História da Imprensa, quase como um divisor de águas, pois não somente a política contribuiu para mudanças em suas acomodações, mas a própria imprensa mudou os rumos de seus assuntos para abarcar e cooperar com as transformações desse período.

Nessa década vivia-se o apaziguamento dos conflitos regionais e partidários do Segundo Reinado (1840-1889). Esse apaziguamento apresentou maior êxito ao fim da última grande revolta da Praieira (1848) <sup>1</sup>. Após esse marco, os partidos políticos estabeleceram conciliações visando a manutenção do poder, a legitimidade da coroa, a centralização política e a consolidação de certa identidade nacional de modo a impedir que novas revoltas locais estourassem no vasto território da nação brasileira que ainda se construía.

Os liberais, conhecidos na época como *Luzias*, e conservadores, como *Saquaremas*, embora apresentassem suas diferenças, nesse cenário da década de 1850, perpetuaram mais pontos em comum do que divergências. Tanto que, a frase – “Nada há mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder” – expressou parte significava das acomodações políticas dos grupos partidários e a visão que esses grupos tinham uns dos outros no decorrer desse tempo (NEVES; MACHADO, 1999).

A trégua política permitiu que novos assuntos ocupassem a arena das páginas impressas e não apenas aqueles dedicados às questões políticas (MOREL, 2008). Além disso, tal trégua contribuiu para o desenvolvimento de melhorias técnicas, urbanísticas e a estabilidade necessária para a consolidação do Estado-nação brasileiro que pouco a pouco se assentava por meio da unidade nacional, da integridade territorial e da manutenção da escravidão como forma de assegurar a ordem e a estabilidade política (MOREL, 2008).

Com a conciliação de interesses políticos o quadro econômico também trazia uma diversidade de transformações, sobretudo em relação ao modelo de inspiração europeia que se firmava no tecido cultural brasileiro da época. Buscavam-se hábitos vistos como refinados, importavam-se produtos e objetos próximos aos que existiam nos países europeus, principalmente, em países como França e Inglaterra. Desenvolviavam-se transformações materiais, surtos industriais, ao mesmo tempo em que se desfrutava de uma exponencial valorização do café (MOREL, 2008).

A vida econômica das principais cidades do Império era atingida por diversas reformas e transformações, como o movimento de regulamentação das sociedades

anônimas, a fundação do segundo Banco do Brasil, a expansão do crédito bancário (que estimulou a iniciativa particular), o incremento de negócios favorecidos pela rapidez das notícias, a introdução dos telégrafos, a iluminação pública à gás, o desenvolvimento de uma elite comercial e financeira, e, enfim, o estabelecimento de meios de transportes modernos entre os centros de produção agrária e as grandes praças comerciais do Império (MOREL, 2008). O país desfrutava de um universo econômico de melhorias significativas que transparecia em diversos setores da sociedade como na indústria tipográfica, de transportes e as melhorias na vida urbana como um todo.

Esse ímpeto de progresso também foi desempenhado pela palavra impressa. Após a agitação política da maioria de D. Pedro II, em 1840, a imprensa foi pouco a pouco arrefecendo os debates destinados às causas políticas e se inserindo no projeto que visava aproximar o Brasil de certo padrão de corte, progresso e civilidade de nações vistas como socialmente avançadas (MARTINS, 2008). Assim, além de suas funções enquanto propagadora dos papéis de cunho político e oficial, de quando foi criada em 1808, ou de arena dos papéis que incendiavam os debates políticos (após a liberdade de imprensa de 1821), os papéis impressos, nos fastos anos da década de 1850, ganhavam a função de portadores do progresso da nação e eram incentivados “pela carga de civilidade” que comportavam (MARTINS, 2008).

Nesse período, “civilidade”, como apontava o dicionário de Antônio Moraes e Silva, um dos maiores dicionários do século XIX, poderia ser definido como:

Ação de homem do povo (civilidade, polidez). Civilidade é propriamente uma disposição habitual, que nos faz evitar no comércio da vida e no trato com os homens, tudo que pode ofendê-los ou desagradá-los. A polidez acrescenta à civilidade o cuidado que pomos em agradar e obrigar os outros (SILVA, 1877, p 390).

Dessa forma, percebe-se que um indivíduo civilizado seria aquele polido e educado que teria trato nas relações interpessoais. Tratava-se de um ideal europeu conforme já ditava a imprensa do período. O objetivo era fazer homens e mulheres civilizadas que, de acordo com o mesmo dicionário, significava:

Civilizado: Policiado, polido. Civilizado diz-se de um povo, quando tendo deixado os costumes bárbaros se governa por leis. Policiado quando pela obediência às leis tem adquirido o hábito das virtudes sociais. E polido quando em suas ações mostra elegância, urbanidade e gosto (SILVA, 1877, p. 390).

Nessa lógica, a partir dos preceitos expostos nas folhas, os indivíduos deveriam seguir a legislação, deixando de lado os costumes bárbaros que os guiavam anteriormente.

Seria então alguém que obedecia devidamente às normas, além de demonstrar refinamento, através do bom gosto e da elegância.

Nesse mesmo período de busca de ares mais civilizados, em meados do século XIX, havia altos níveis de analfabetismo (BUIIONI, 1981). Logo, vale destacar, que por mais que a imprensa tenha avançado a partir da década de 1850, os/as leitores/as eram, majoritariamente, brancos e pertencentes ao menos a uma classe mediana cujo conhecimento da leitura permitia circular entre o universo dos periódicos.

Também vale destacar que a imprensa foi o meio de comunicação de destaque nesse período. Através dela perpassaram todo tipo de informação e de moldes comportamentais a fim de adequar as condutas do momento que poderiam adentrar à oralidade das ruas, ser debatida e comentada. Assim como, poderia ser propagada, copiada, reproduzida, a partir das posturas comportamentais que colocava a público. Afinal, longe de serem isentos, os jornais apresentavam perfis editoriais distintos e cada artigo era publicado exprimindo uma intenção (CHARTIER, 1999).

Assim, “mergulhar” nessa carga de civilidade e as reformas que a imprensa perpassava e propagava vem a ser um dos objetivos desse artigo. Além disso, busca-se entender que os jornais são importantes fontes de análise para pesquisas historiográficas; além de também agirem como objeto de pesquisa que exprimem vozes, representações, posturas comportamentais, silêncios e almejos; e fora, à época, um meio fundamental de expressão para as mulheres que ousavam escrever e, é nesse período, que a figura das mulheres leitoras e escritoras começa a se expandir.

Para isso, como quadro teórico-metodológico, adentraremos à tradição da História Cultural a partir de Roger Chartier e Pierre Bourdieu pois esses compreenderam que os impressos devem ser estudados tanto por observações sobre distinções sociais, tanto pela análise dos objetos de leitura e sua materialidade. Ao lado da História Cultural, utilizaremos da História Política Renovada, pois essa cada vez mais vem mostrando a importância e os múltiplos poderes que o impresso pode desempenhar. A partir da Renovação da História Política, a mídia, que no Oitocentos significava basicamente os periódicos, passa a ser encarada, como um meio privilegiado de entendermos a cultura política. Assim, seguindo essa lógica, compreendemos os jornais como possuidores de significado, ritos, símbolos de poder, “quadros e valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma” (BERSTEIN, 1998, p. 351).

Nesse sentido, em um primeiro momento, problematizaremos as transformações ocorridas na sociedade brasileira da década de 1850 a fim de percebermos como essas

mudanças impactaram também a realidade da imprensa desse período. Posteriormente, analisaremos a ampliação das temáticas da imprensa e sua segmentação temática de modo a fazer um quadro dos tipos de impresso que poderiam ser direcionados às mulheres de época; assim como aquelas folhas que eram voltadas para o público em geral, a exemplo de periódicos religiosos e diários, que não preocupava-se, necessariamente, com questões que, à época, eram entendidas como de interesse feminino, a exemplo da moda e literatura.

*A imprensa dos faustos anos do Segundo Reinado e sua segmentação temática: Novos públicos, novos interesses, novos impressos e a presença das mulheres.*

Na segunda metade do século XIX a imprensa se abria para temas diversos, tornando-se mais sólida e multiplicando-se as funções que desempenhava. Dentre as várias transformações que perpassava se destaca: o aumento do número de tipografias, a criação da profissão de jornalista (CHARTIER, 1999) e a consolidação de jornais literários, satíricos, ilustrados, comerciais, de moda e outras temáticas. Cresciam também os almanaques, os diários, as traduções, os romances-folhetins, as crônicas e firmavam-se os impressos que se direcionavam para públicos específicos e com interesses próprios (CHARTIER, 1999).

A imprensa ainda prestava serviços diversos à sociedade. Era nela que se anunciavam o movimento das navegações do porto, os produtos de diferentes lojas, a busca por um serviço específico, a chegada ou partida de um morador ilustre e todas as novidades que se materializavam, fosse na sede da corte, fosse em locais distantes, que passavam a ser conhecidos por meio da rapidez das notícias que se deslocavam pelos novos caminhos de ferro.

Nos faustos anos de 1850, que marcaram o apogeu do Império de D. Pedro II, a imprensa mostrava-se produto e agente de um contexto diversificado que buscava o progresso e novos hábitos culturais com jornais que pretendiam atender a complexidade e objetivos da nação que se formava. Vivia-se um período de mudanças técnicas e materiais, de melhorias da imprensa, do aumento do número de leitores(as) e da inauguração de impressos para públicos diversos, como os jornais literários, científicos, comerciais, de religião, satíricos, de imigrantes e um maior número de jornais voltados para as mulheres.

Sobre os jornais direcionados ao público feminino Marco Morel e Mariana Barros afirmaram “em uma sociedade patriarcal, como a brasileira, a leitura representou para a mulher ‘as primeiras aventuras de libertação’” (2003, p. 60). De acordo com os autores, o letramento feminino foi uma das primeiras reivindicações e conquistas femininas ao longo da história, tendo em vista que durante o período colonial, e ainda logo no pós-independência a educação feminina se limitava, à grosso modo, ao claustro dos conventos ou às famílias abastardas que solicitavam o trabalho das preceptoras e, posteriormente, dos colégios particulares. Além de um restrito acesso à educação feminina, de modo geral, ler não era tradicionalmente uma atribuição vista como necessária às condições e funções destinadas ao feminino. Sendo assim, a constituição de uma imprensa especializada, voltada para as mulheres letradas foi uma questão atravessada por empecilhos.

Nessa sequência, os jornais voltados às mulheres no Brasil data da década de 1820, pois, lado a lado com a busca e a conquista de certa instrução feminina, a imprensa dedicada às leitoras tomou seus contornos. Em 1827, juntamente com a lei que regulamentava o ensino de meninas, nasciam periódicos que tinham em seus títulos palavras como “espelhos”, “professores”, “manuais”, “despertadores” e outras, denotando a ideia que as mulheres deveriam ser instruídas (DUARTE, 2016).

Contudo, em meados do século XIX, por volta de 1850, os jornais femininos tomaram números diferenciados. Segundo Constância Lima Duarte, o Rio de Janeiro e Pernambuco foram os locais que mais circularam jornais voltados às leitoras do Império. Ao todo, pelo menos vinte e cinco periódicos dedicados às damas circularam em Recife e quarenta e cinco na cidade do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX (DUARTE, 2016). Dentre esses quarenta e cinco, somente na década de 1850, pelo menos dez revistas foram publicadas exclusivamente para o público feminino na corte e capital política do Império<sup>2</sup>.

No que se refere aos jornais voltados para o público feminino destacamos que, embora em número muito reduzido, em meados do XIX já existia periódicos escritos por redatoras, como foi o caso do conhecido *Jornal das Senhoras* (1852–1855), entre outros. Entretanto, em maior número havia aqueles periódicos dedicados às leitoras que eram escritos por homens, mantendo algumas seções redigidas por mulheres, como foi o caso da *Marmota* (1849–1864), *O Periódico dos Pobres* (1850–1856), *Novo Gabinete de Leitura* (1850), *Novellista Brasileiro ou Armazem de Novellas Escolhidas: Revista Feminina da Casa Laemmert* (1851), *Recreio do Bello Sexo, A Borboleta* (1857), *A Violeta Fluminense* (1857-1858), *O Espelho* (1859-1860), *Figaro-Chroniqueur* (1859) e outros.

Nesses jornais, é possível perceber tanto prescrições de uma moral feminina que deveria passar por transformações e que se diferenciavam do passado colonial até então vivido, quanto conteúdos relativos as novas morais e normas comportamentais. Essa moral “moderna” se vislumbrava não apenas nos comportamentos, mas também nos trajes que essas mulheres oitocentistas utilizavam.

Além das condutas citadas nos jornais, não podemos esquecer que as relações sociais desenvolvidas por esses sujeitos também eram fundamentais para determinar hábitos e costumes exemplares. A condição e as relações sociais dos sujeitos envolvidos determinavam as condutas corretas a serem seguidas (CHARTIER, 2004). Tais prerrogativas podem ser percebidas em trechos de periódicos, como nas páginas da *Marmota Fluminense* que, em 1854, afirmava:

Costume que a mulher adota em seu traje; porque não é honesta a mulher que desonestamente se veste, pois que o traje é um grande argumento para sua honestidade ou falta dela, e tanta que os antigos mandando que fosse punido severamente todo homem que fizesse ofensa pública a qualquer mulher, deixava isso de ser delito se a mulher injuriada ou ofendida tinha por costume andar com vestidos pouco honestos (MARMOTA FLUMINENSE, 1854, p. 02).

Esse texto era seguido por uma figura que vislumbrava às leitoras qual era o modelo de traje ideal que deveria ser utilizado por uma senhora fluminense que almejasse se comportar como uma mulher civilizada, ou seja, uma mulher europeia, de preferência uma francesa.

A esfera da civilidade não se encontrava somente nos modos de vestir, mas também estava presente quando falamos de comportamento, conforme mencionamos anteriormente. Não à toa, esse mesmo jornal buscava delinear pontos fundamentais para uma maternidade ideal:

A mulher nascida nas classes superiores dessa sociedade não limita sua obrigação aos cuidados materiais que exige a conservação física de seu filho. Ela aumenta a esfera de seus conhecimentos, coordena sua existência moral, dá-lhe todas as qualidades de seu espírito, imprime-lhe toda sensibilidade de sua alma, de alguma sorte reveste-o com seu caráter, ensina-o a falar, e assim lhe dá o doce som de sua voz, lhe delinea os alegres traços de sua fisionomia, dá graça aos seus movimentos, modela-lhe a precipitação, e assim influi sobre seu futuro destino (MARMOTA FLUMINENSE, 1854, p. 01).

Assim, a imprensa ia, aos poucos, moldando morais comportamentais que deveriam ser seguidos pelas mulheres leitoras. E isso era feito tanto pelos jornais dedicados ao público feminino, produzido por redatores homens, quanto aqueles que

eram produzidos por redatoras mulheres, como aponta *O Jornal das Senhoras* (1850-1855): “Perguntarão como? Pois a mulher pode ter outra influência além das panelas? Outra missão além das costuras, outro provir que não seja o rol da roupa suja? Pois escute-me e a educação de seus filhos?” (JORNAL DAS SENHORAS, 1852, p. 6).

Nesse periódico, suas autoras buscavam espaço e elaboração de uma “missão” feminina que, como se percebe na citação, caminhava para uma justificação de sua atuação a partir do contexto de valorização das novas ideias acerca da educação e ação social, mas também de algo considerado próprio do feminino e sacralizado nos discursos literários e religiosos de época: a maternidade (JORNAL DAS SENHORAS, 1852, p. 4).

*O Periódico dos Pobres* (1850 – 1854) - jornal dedicado às mulheres, mas produzido por homens -, não ficava atrás quando o assunto era delinear publicações a respeito do comportamento feminino. Publicara, em 1850, um pequeno texto com o título *Dedicado às Senhoras* e argumentava a forma como as mulheres deveriam se colocar em sociedade:

A sociedade depende das senhoras, todos os povos que tem a desgraça de enclausura-las são insensíveis. Não são as mais belas mulheres que inspiram as mais violentas paixões e sim aquelas que possuem virtudes em grão iminente, como seja a bondade, beneficência, ingenuidade que supõe inocência (PERIÓDICO DOS POBRES, 1850, p. 3).

A folha, além de escrever o texto direcionado às mulheres, buscava parecer que estava, em um primeiro momento, compreendendo as aflições das mesmas; contudo, em seguida, percebemos a tentativa de moldar o comportamento feminino, citando qualidades que as mulheres deveriam ter e que conotavam condutas obedientes (REIS, 2020).

Em geral, como bem sinalizou Constância Duarte (2016), os jornais femininos voltam-se para mulheres específicas: mulheres letradas, brancas, delicadas como flores<sup>3</sup>, pedras preciosas<sup>4</sup> ou animais pequenos<sup>5</sup>, como fazem alusão alguns títulos. Outros títulos da imprensa voltada às mulheres leitoras enfatizam, em sua maioria, diretamente o público a que o impresso se dirigia e o local onde elas deveriam ser encontradas. Isso é, principalmente, no ambiente doméstico, privado, no lar<sup>6</sup> - ainda que houvesse exceção.

Outra segmentação temática dessa imprensa de meados do XIX era a moda. Embora a imprensa feminina englobe, em nossa concepção, os jornais de moda, existiam alguns que eram específicos, visto que seus objetivos eram abordar, estritamente, um conteúdo referente à moda. Na década de 1850 esses periódicos pretendiam definir o que os grandes centros europeus vestiam e buscar replicar esses moldes na corte brasileira era

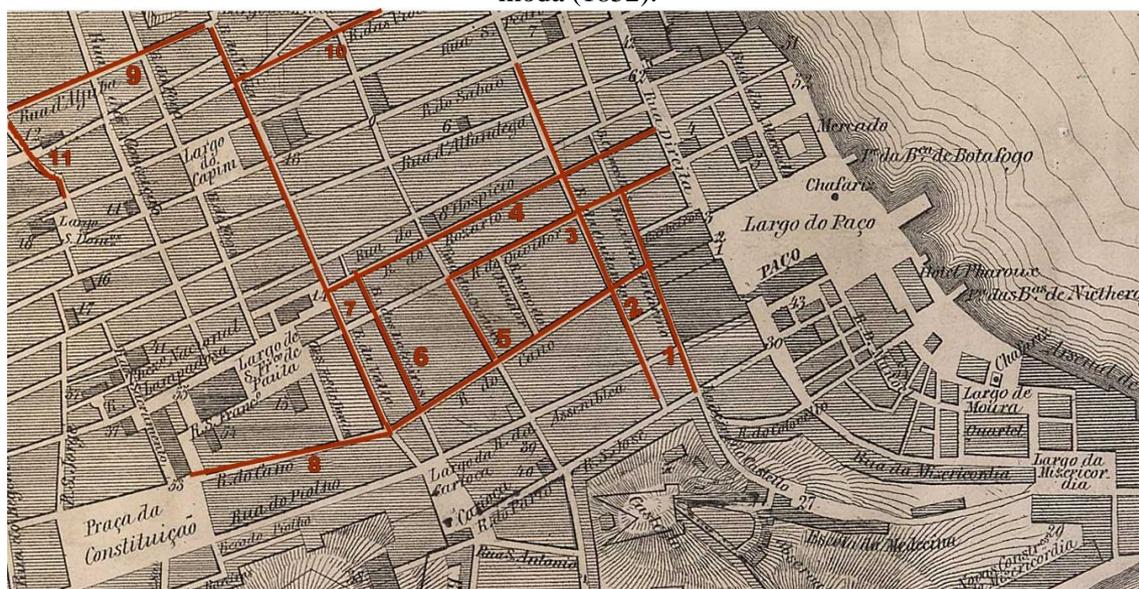
uma das formas encontradas pela sociabilidade fluminense de estar ainda mais próxima da tão almejada civilização.

Os periódicos femininos já mencionados contavam com seções de moda, que costumavam ser nomeadas por “Moda” “Modos” e/ou outras designações que norteavam esse mesmo sentido (como foi o caso da *Marmota*, do *Jornal das Senhoras* e do *Periódico dos Pobres*); Na década de 1850 temos ainda o lançamento do período *Novo Correio das Modas* (1852 – 1854), um periódico volumoso que completava o conjunto de folhas dedicadas a moda no período. Se formos pensar nas décadas seguintes ainda podemos mencionar folhas como *O sexo feminino* (1873 – 1889), *A mãe de família* (1879 – 1888) e outras.

Nesses jornais, as seções, normalmente, dedicavam-se a mencionar modistas e costureiras adequadas aos novos cortes e moldes que chegavam da Europa. Os modelos, tecidos e adornos a serem utilizadas, entravam no Brasil através dos mesmos navios que traziam os europeus imigrantes e a imprensa destacava os muitos produtos que chegavam aos poucos para as lojas que fixavam-se, em sua maioria, na famosa rua do Ouvidor (MACEDO, 1963).

Nessa rua, havia as principais tipografias e lojas de luxo da sede Império do Brasil. Novas lojas de tecido e de moda francesa se instalavam, assim como novos gostos e modos de se fazer distinguir. Como exemplo disso, podemos citar a partir de cruzamento de dados de anúncios de periódicos, o seguinte arranjo das modistas e costureiras que se desenvolviam no ano de 1852.

**Figura 1:** Planta do centro da cidade do Rio de Janeiro com as principais ruas do comércio de moda (1852).



- |                    |                   |                      |                |                 |                       |
|--------------------|-------------------|----------------------|----------------|-----------------|-----------------------|
| 1- Rua do Carmo    | 3- Rua do Ouvidor | 5- Rua dos Ourives   | 7- Rua da Vela | 9- Rua da Ajuda | 11- Rua da Imperatriz |
| 2- Rua da Quitanda | 4- Rua do Rosário | 6- Rua dos Latoeiros | 8- Rua do Cano | 10- Rua da Vela |                       |

Fonte: identificação do autor. *Sincronias impressas entre o Rio de Janeiro e Porto: Um estudo comparado sobre as representações das mulheres no Jornal das Senhoras (Rio de Janeiro; 1852-1855) e A Esperança (Porto; 1865-1866)*, 2021.

Em outras palavras, percebe-se que havia toda uma lógica de dispersão de gostos e condutas, sobretudo, a partir da Rua do Ouvidor (rua destacado como número 3 no mapa). Essa rua se caracterizava como o local em que as mulheres mais abastadas começaram a circular, ainda que sempre acompanhadas de seus pais ou maridos. Ir às compras, era uma nova prática cultural que se afastava de hábitos comuns do começo do século XIX.

Pouco a pouco, os jornais demonstravam o surgimento de uma mulher leitora, escritora e consumidora, porém, com muitas resistências e preconceitos em relação à escrita feminina e a própria presença feminina no ambiente público. Afinal, o ambiente público era caracterizado como pertencente aos homens, não às mulheres, ainda que algumas vozes femininas bradassem contra isso:

Enfim, visitem as nossas assinantes os primeiros armazéns de modas [...] feminizem-se com as nossas modistas de primeira ordem, que elas por certo terem nisso muito prazer. Não mandem, vão mesmo em pessoa, que assim melhor comprarão e alcançarão com mais facilidade as explicações de que carecem (JORNAL DAS SENHORAS, 1852, p. 2).

Sobre as mulheres escritoras podemos citar, por exemplo, Beatriz Brandão, Ana Luísa de Azevedo Castro e Anna Rosa Termacsis dos Santos que dedicaram parte das suas vidas a compartilharem textos e publicar em jornais do período. Beatriz e Ana Luísa escreveram artigos e romances que foram publicados na *Marmota*; por sua vez Ana Luísa e Anna Rosa publicaram obras e romances que foram lidos e relidos pelos seus contemporâneos; e que ainda podem ser encontrados tanto como livros (re)editados e publicados atualmente, como na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Viviam dos ganhos que seus escritos as permitiam e, muitas vezes, exerciam também a função de professoras, como forma de complementarem seus sustentos<sup>7</sup>.

Essas três mulheres citadas são apenas exemplos dentre muitas outras escritoras que publicaram seus escritos nos muitos periódicos citados anteriormente e que circularam no Rio de Janeiro na década de 1850 adiante. Publicavam nos jornais escritos por e para as mulheres, como o já mencionado *Jornal das Senhoras*; assim como na *Marmota* e no *Periódico dos Pobres*.

Todavia, é fato que se existia uma imprensa específica para as mulheres, o mesmo não podemos dizer para os homens. Aparentemente, cabia aos homens assuntos tão vastos e sua atuação nos impressos era tão mais corriqueira que, por tais razões, não se via a

necessidade de se fazer uma imprensa que, desde seus títulos, se firmassem como própria deles. Eles poderiam ler periódicos diferentes, voltados para o grande público. Ou seja, público voltado e pensado, em geral, no masculino, que abraçava temáticas de domínio dos homens letrados, como ilustrava *A Marmota*, quando expõe uma possível conversa que um médico poderia ter com homens e quais assuntos poderiam tratar com uma mulher:

O doutor acudio ao vosso chamado e acha-se sentado em uma paltrona, ao lado da senhora, vossa esposa [...].  
Enquanto dedicadamente toma o pulso à sua doente, conversa com ela sobre modas, saias balões, etc., e convosco argumenta sobre política, cavalos do Cabo e questões bancárias (A MARMOTA, 1859, p. 1).

Nesse grande público, havia periódicos segmentados, com temáticas mais especializadas, que tomaram maiores vultos nesse momento, sobretudo, com a ascensão de ideias científicas, ilustrada e até religiosas. Será, então, que as mulheres ficaram alheias a tais ideias?

#### *Periódicos voltados para o grande público na segunda metade do Oitocentos*

Em termos científicos, devemos lembrar que no decorrer do período trabalhado, o positivismo se caracterizou quase como uma religião dentro da lógica cultural do Império do Brasil, pois foi na doutrina de Auguste Comte (1798-1857) que os contemporâneos encontraram um suporte, “substituto da religião, que servisse, como esta fizera no Antigo Regime, de fiador para a ordem social” (NEVES; MACHADO, 1999, p. 236). A doutrina pautava-se, à grosso modo, na valorização da ciência, na busca de comprovações científicas para se explicar certas ordens, estagnações e progresso dos povos e das coisas. Assim como valorizava-se a ordem, a autoridade e a hierarquia como seus pilares, se acomodando, dessa forma, sem grandes contrastes às crenças do tecido cultural brasileiro e toda sua hierarquia, liturgia e manutenção de privilégios (NEVES; MACHADO, 1999, p. 236-237).

Jornais científicos como: *Revista Médica Brasileira* (1841 – 1843); *Anais de Medicina Brasiliense* (1845 – 1849); *Minerva Brasiliense* (1843 – 1845) e *Guanabara, revista mensal artística, científica e literária* (1849 – 1855) – que, em 1857, passa a ser a *Revista Brasileira – Jornal de Sciencias, Letras e Artes* tomaram a cena, publicando artigos que mais que entreter, buscavam informar e instruir os indivíduos. Esses periódicos científicos, como se percebe, se desenvolveram mais profundamente a partir

do Segundo Reinado (1840 – 1889), isso porque, nessa época, conforme mencionamos anteriormente, a difusão de técnicas e novidades no campo da ciência estavam em plena expansão, principalmente após a Segunda Revolução Industrial, datada em 1870.

O objetivo dessas folhas era, basicamente, o mesmo: divulgar a ciência para a população brasileira. Como indicamos no início desse trabalho, a população era majoritariamente analfabeta, portanto, a difusão dos conhecimentos científicos acabava ficando restrito a certa parte da população. O que não significa que eles não tenham tido sua importância no período, muito pelo contrário, esses periódicos vão intervir no modo como os indivíduos agiam, em suas crenças e visões de mundo, podendo até mesmo se fundir, pela força da oralidade, às práticas mais tradicionais da sociedade (SANTOS; ALENCASTRO, 2000).

Os jornais científicos do período não eram considerados como de interesse feminino; afinal, a ciência no oitocentos era vista como racional e, por isso, pertencente aos homens. Como consequência, o *Jornal das Senhoras* (1852 – 1855), ao escrever artigos onde almejava a ilustração das mulheres, recebeu severas críticas públicas de um autor desconhecido cujo pseudônimo era “O Homem”. Um trecho de uma das críticas dizia:

Primeiro que tudo dir-lhe-ei, que a doutrina não é nova, e ela tem sido propagada por muitos utopistas e por muitas senhoras de instrução, que julgam todas as mulheres com a mesma capacidade intelectual que elas, e querem fazer do sexo feminino uma ciência viva e ambulante, que acalente seus filhos com orações de Demóstenes e de Cícero, em vez de nossos cânticos populares, que lhes ensinem a andar com preceitos geométricos de Legendre, e que lhes ensinem a falar com os algarismos de Bezout (O MÁGICO, 1852, p.3).

Se nas ciências e em sua imprensa havia uma reduzida participação feminina, o que dizer da religião? Em termos culturais a religião estava profundamente presente na sociabilidade brasileira, sobretudo na vida social do Rio de Janeiro. Logo, o batismo, o casamento, e o funeral marcavam a vida dos diferentes indivíduos do Império e poderiam fazer parte de assuntos literários, como apontavam alguns jornais de época. Títulos como *O pae de família catholico* 1858-1859), *A voz da Religião* (1846-1850) e *A Abelha Religiosa* (1854) denotavam essa religiosidade. Apropriar-se dos meios de comunicação permitia uma ampla dimensão da religião. A utilização dos jornais católicos como objetos de pesquisa tornou-se, então, uma fonte primordial para os estudos preocupados em compreender a história da religião católica no Brasil. (MARIN, 2018). De acordo com Martin:

Os primeiros jornais católicos datam da primeira metade do século XIX, sendo, porém, “pequenas gazetas de circulação quinzenal ou semanal, carregadas de textos polêmicos, que além de um raio de ação muito reduzido, em geral, duravam pouco (MARIN, 2018, p. 13).

Essa fase inicial durara, então, até meados da década de 1870 quando a imprensa católica finalmente conseguiu se consolidar e passou a informar sobre os acontecimentos dentro da igreja, além de buscarem afirmar o catolicismo em um período que o mesmo era, por vezes, criticado. A imprensa católica servia, portanto, para “*informar e formar*”, nas palavras de Marin (2018, p. 13).

Existia também os jornais antieclesiásticos que confrontavam os periódicos católicos. A igreja criticara, inclusive, D. Pedro II por pouco fazer a respeito desses confrontos e continuar incentivando a liberdade de imprensa o que fazia com que essas folhas contrárias ao catolicismo continuassem a se propagar, principalmente a partir da década de 1850. (NEVES; MACHADO, 1999, p. 203).

A religião, além dos jornais, estava no cotidiano dos contemporâneos ainda que medidas das autoridades governamentais pudessem modificar o modo com que essa religião fosse vivida. No município da corte da década de 1850, por exemplo, as reformas se sucederam com a restrição da utilização dos fogueteiros, barracas, fogueiras nas festas públicas da corte, assim como a proibição dos enterros no interior das igrejas como forma de implementação de práticas mais civilizadas e higiênicas (NEVES; MACHADO, 1999, p. 224-225). Mesmo com mudanças aparentes, a religiosidade, sobretudo a católica, continuava a abrir as cerimônias políticas, era lembrada por meio de seus impressos de cunho religioso que circulavam em diferentes cantos do Brasil, bem como adentrava o ambiente das casas e se fundiam com muitas outras formas religiosas que existiam no período (NEVES; MACHADO, 1999, p. 211).

Ainda que as mulheres não tivessem poder de decisão no que se refere a religião, assim como em muitos outros pontos sociais debatidos nesse artigo; a religiosidade era, contudo, um assunto frequentemente direcionado às mulheres. Afinal, nesse período, os argumentos de cunho religioso em torno da figura feminina eram instigados tanto por textos literários, quanto aqueles considerados oficiais na história da Igreja, como é o caso do dogma da Imaculada Conceição de Maria, datado de 1854. Com base nesse dogma, Maria não só tinha dado à luz permanecendo virgem, como também fora concebida sem pecado, sem mácula.

Por conseguinte, a igreja passou a incentivar sua vida como um modelo a ser seguido pelas senhoras da época. Já que Maria, além de pura, era boa mãe, caminho do

progresso, do bem, da moral e da ordem cristã. Maria se tornava, a partir de então, o modelo mais bem acabado de mulher a ponto de até mesmo os teóricos do catolicismo passarem a sinalizar as mulheres como aquelas condutoras do bem e da ordem, mas sempre no âmbito doméstico, onde alcançariam a sua realização com o casamento (LIMA, 2012).

A imprensa científica repelia, de certa maneira, a participação de mulheres ativas em seus assuntos, os jornais religiosos – e até outros – passaram a valorizar as mulheres como de suma importância para a propagação da fé católica a partir do culto mariano. Mas e os jornais de grande circulação? E os jornais diários??

Os jornais de grande circulação, com seus anúncios e colunas informativas, como *O Jornal do Comércio* (1827 – 2013), *O Correio mercantil* (1848 – 1868) e o *Diário do Rio de Janeiro* (1821 – 1878) eram folhas caracterizadas por serem publicadas diariamente no Rio de Janeiro e contarem com variadas publicações dos mais diversos assuntos: política, economia e cultura e etc...

Além disso, esses jornais diários eram muito conhecidos pelos anúncios que divulgavam. Habitualmente, dedicavam a última folha do jornal para que fossem publicados os mais diversificados assuntos: desde venda e/ou aluguel de casas e lojas; venda e/ou aluguel de escravizados; e, até mesmo anúncios sobre novos comércios que estavam chegando ao Rio de Janeiro poderia ser encontrado pelos leitores/leitoras nas páginas desses jornais.

Nesses, e em outros periódicos, podia-se encontrar as relações hierárquicas e políticas entre diferentes camadas sociais. Inclusive, nessas folhas, podia-se perceber como os requintes ditos civilizados e reformistas perpassavam o cotidiano da escravidão, sem que isso fosse um problema para os contemporâneos. No *Correio Mercantil*, por exemplo, é possível encontrar anúncios que colocavam a público preferências por modistas brancas e francesas, em contraposição a modistas/costureiras negras e locais.

No entanto, conviviam, nesse mesmo jornal – e contexto de busca por modernização das condutas de “bom tom” – as costureiras escravizadas, como deixa transparecer o anúncio abaixo, de 1854.

Carolina Remy, costureira, recebeu ultimamente um sortimento de fazendas francesas, camisinhas [...], lenços de cambraia, vestidos e toucas de batizados, rendas pretas e brancas, filó preto, etc.; na rua do Ourives n. 101. Também precisa-se de costureiras escravas (CORREIO MERCANTIL, 1854, n. 5, p. 8).

Percebe-se que, por mais que fossem voltados para o grande público, esses diários não deixaram de mostrar anúncios que buscavam atingir um público feminino, ainda que fosse um público diverso daquele da chamada imprensa feminina. Dado que, as mulheres, na maioria das vezes, tinham espaço, apenas nas páginas dos anúncios desses jornais, aparecendo como: mulheres costureiras, mulheres escravas e suas variações.

Assim, é possível percebemos que, em meados do XIX, o público leitor se segmentava, as reformas técnicas e materiais do período tomavam ares de progresso e civilização, mas as raízes de um país escravocrata, continuava a coexistir com as novas formas vistas como mais civilizadas sem que isso fosse, necessariamente, uma questão controversa. No dizer de Sérgio Buarque de Holanda, as tentativas de “liquidação mais ou menos rápida” de certa “herança colonial” e as buscas por modelos de comportamento próximos às nações vistas como “socialmente avançadas”, foram, em certa medida, também acompanhadas de mudanças “superficiais e artificiosas” (1995, p. 78), pois contradições sociais e culturais pairavam sob as diferentes províncias e entre elas como a manutenção da escravidão, o fato das cidades litorâneas desfrutarem de um maior número de melhorias materiais e urbanísticas que outras províncias do interior e a não contradição entre liberalismo e escravidão (HOLANDA, 1995).

### *Considerações finais*

Atualmente, os pesquisadores que se debruçam nos arquivos de imprensa tomaram a vantagem de obter, em geral, um fácil acesso às suas fontes. Haja vista que a maioria dos periódicos se encontra digitalizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (B.N.R.J.). Esse processo de digitalização foi possível devido ao projeto realizado pela B.N.R.J. que teve como objetivo proporcionar um maior alcance ao mundo dos impressos através do site da instituição. Essa iniciativa contribuiu para muitas pesquisas ao longo dos anos, ainda mais nos anos pandêmicos enfrentados pelo Brasil, e pelo mundo, entre 2020 – 2022.

Os arquivos digitalizados são uma realidade que precisa estar cada vez mais próxima do pesquisador e das consultas efetuadas por nós. Afinal seja como fonte, seja como objeto, ou mesmo utilizando-os como fonte e objeto, os periódicos permitem saber hábitos, costumes, morais, desejos e questionamentos dos contemporâneos de um determinado tempo e local.

A digitalização dos jornais permitiu que o material estudado se perpetuasse por mais tempo, evitando um contato direto de muitos pesquisadores com papéis que, na maioria das vezes, estão em condições materiais precárias, por serem mal armazenados e/ou muito antigos. Ao digitalizar e permitir o acesso garantimos que a História, os historiadores/as, e a população tenham a possibilidade de estudar tais documentos por mais tempo, auxiliando a democratização do saber. Assim, é de suma importância nos atentarmos para as vantagens tecnológicas no que tange a compreensão e perpetuação de nossas fontes e, conseqüentemente, a continuação de estudos historiográficos.

Foi graças a essa perpetuação e acessibilidade das fontes que foi possível analisarmos que os jornais da segunda metade do século XIX buscavam informar e atualizar um reduzido nicho de letrados, inclusive, mulheres leitoras que viviam toda a novidade das inserções das ideias liberais e os almejos por modernidade. As folhas impressas passaram a contar com redatoras e redatores que colocavam a público páginas repletas de temáticas literárias, com romances, moda, eventos públicos e privados da corte do Rio de Janeiro que se destinavam a grupos específicos, com prescrições morais características e reformas particulares que deveriam surgir para cada um desses universos.

Para os/as historiadores/as que desejam trabalhar com tais tipos de periódicos é necessário ter em mente que a imprensa era, em suma, um canal de comunicação subjetivo. Havia intenções por trás das decisões editoriais que acompanhavam os redatores e redatoras que conduziam as folhas de então. Além disso, é preciso compreender como essas prerrogativas alcançavam os leitores e também as leitoras nesse período estudado, já que a década de 1850 pode ser considerada como um marco na inserção das mulheres no universo dos periódicos, conforme explicitado ao longo do artigo.

Destacamos ainda que embora tenhamos destrinchado as temáticas, em certa medida, alguns assuntos – como os de moda, de literatura, de anúncio, de religião e outros – poderiam aparecer em um único jornal. O que evidencia como esses periódicos se ligavam a sociedade em que era produzido; ou seja, eles não estavam avulsos e isolados, na realidade eram produzidos a partir de escolhas, de interesses e assuntos que agradavam àqueles contemporâneos/consumidores que viviam em um mesmo tempo histórico.

Nesse período, a diversidade temática tornou-se uma realidade, principalmente, a partir dessa segunda metade do século XIX. Cada vez mais os periódicos se especificavam ou procuravam trazer diferentes seções, diferentes assuntos, devido à necessidade de atrair um amplo público leitor. Afinal, era difícil manter um periódico no

decorrer desse tempo. Os jornais, sobretudo os menores, eram mantidos pelas assinaturas e pelos investimentos pessoais de seus donos. Porém, o investimento era caro, o papel era caro, e poucos eram os letrados e letradas. As estratégias de venda, então, eram um diferencial para permanecerem nos prelos. Assim, muitos jornais buscavam manter um editorial em que tratassem de diferentes questões da realidade vivida, embora, muitas vezes, tivessem destaque para um leitor ou assunto específico, como a moda, a religião, o comércio e assim por diante.

A imprensa na década de 1850 estava atenta às mudanças políticas, culturais e sociais que dominavam o período e procuravam, portanto, agradar “a gregos e troianos”, respeitando o programa exposto no editorial de fundação do impresso e seus objetivos principais, mas sempre buscavam ter estratégias para atualizar e informar o público leitor. Estratégias essas que podemos demarcar como: possíveis barateamentos; modificações na forma de aquisição do impresso; ou, até mesmo, brindes, como os riscos de bordado, as estampas de moda e partituras musicais que se abrigavam nas páginas de alguns impressos.

Esses periódicos da década de 1850, além de estratégia de vendas, também interagiam com um tempo no qual a palavra “civilização” era empregada como uma palavra chave. O almejo por civilização proporcionava modificações que eram propagadas pelas páginas impressas, mas também, modificações nas próprias páginas impressas. A busca por essa tão sonhada civilização moldava comportamentos, aumentava as páginas que eram dirigidas aos jornais literários e científicos, permitia que as damas não apenas se tornassem mais instruídas, como também, comprassem diferentes fazendas nas ruas do ouvidor, frequentassem modistas e costureiras, tivessem mais oportunidades de serem leitoras, escritoras e redatoras.

Alguns periódicos ensinavam normas comportamentais às mulheres leitoras, outros anunciavam as melhores modistas e costureiras e faziam questão de anunciar que, no mesmo mundo que almejava se civilizar, poderia existir uma costureira escravizada e isso não era uma questão controversa. O liberalismo e o escravismo conviviam num mesmo solo e numa mesma folha.

E, nesse contexto, as mulheres, passaram a circular no mundo dos impressos com mais frequência e eram debatidas, comentadas, moldadas e auxiliavam a moldar as páginas impressas, já que muitos jornais passaram a se dedicarem a elas ou criar seções específicas para as mesmas e passaram, inclusive, a publicar textos escritos por mulheres.

Dentre as segmentações temáticas, a presença das leitoras e escritoras é um dos fatores que mais chama atenção em nossa análise, é nesse período que começam a aparecer nos jornais mais mulheres escrevendo e assinando seus próprios nomes, sem recorrerem aos pseudônimos (ainda que eles existissem e estivesse presentes), como foi o caso da escritora e professora Beatriz Brandão. Portanto, é a partir de meados do século XIX que, com mais facilidade, os pesquisadores encontram informações sobre elas nos arquivos de imprensa, sobretudo, no caso do Rio de Janeiro; contudo há também aparições e circulações em outras províncias.

O fato é que a imprensa oitocentista se desenvolveu de forma vertiginosa ao longo das últimas décadas do século XIX, com modificações e estratégias que, numa longa duração, podemos ver perpetuações das práticas até os dias de hoje. A virada em meados de 1850 é apenas o começo para o que se constituiria o mundo dos impressos ao longo dos anos subsequentes, afinal os jornais eram o maior meio de comunicação do século XIX e tudo – ou quase tudo – o que acontecia na sociedade estava registrado nas páginas desses periódicos.

É justamente por esse motivo que os periódicos são uma fonte histórica fundamental para que possamos investigar nosso passado e colocar nossas intuições de historiadores/as em ação. Nesse artigo, a imprensa foi mais que nossa fonte, foi também nosso objeto de pesquisa. Adentrar no mundo da imprensa nos permitiu entender as suas múltiplas formas de abordagem e a escolhida por nós foi, justamente, perceber como as segmentações temáticas, tão presentes na sociedade brasileira, foram ganhando as folhas de então destacando a presença de novas temáticas nesses jornais, a participação ativa de um novo público leitor, ou melhor dizendo, público leitora e, por fim, mas não menos importante, as mulheres enquanto participantes diretas dessa imprensa, como redatoras e/ou escritoras.

Nos decênios seguintes a imprensa cresceu ainda mais, as décadas de 1860 e 1870 veem florescer as revistas, a maior incidência dos jornais ilustrados e um número enorme de novidades que despertavam os interesses da população, mas nós paramos por aqui já que os anos subsequentes são assuntos para outra história.

### **Referências bibliográficas:**

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Jean-Pierre Rioux & Jean François Sirinelli. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 351.

BOURDIEU, Pierre. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1989.

BUITONI, Dulcília S. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

CASTRO, Ana Luísa de Azevedo. *D. Narcisa de Villar*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2000.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CHARTIER, Roger. Distinção e divulgação: a civilidade e seus livros. In: CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2004.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1999.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX: dicionário ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

HOLANDA; Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição, 14ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA, Joelma Varão. *O Jornal das Senhoras, um projeto pedagógico: mulher, educação, maternidade e corpo (RJ, segunda metade do século XIX)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2012.

MACEDO, Joaquim. *Memórias da rua do Ouvidor*. São Paulo: Saraiva, 1963.

MARIN, Jérri Roberto. Reflexões sobre a imprensa católica no Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 38(3): 197-217, 2018.

MARTINS, Ana Luíza & LUCA, Tânia Regina (Org). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MACHADO, Humberto Fernandes Machado. 2ª impressão. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NEVES, Lúcia Maria. B. P. das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia M. Bessone da C. (Org.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006.

REIS, Laura J. de M. *As mulheres no periódico Marmota: escritos, estratégias e noções de civilidade (1849 – 1864)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2020.

RIBEIRO, Cristiane de Paula. *A vida caseira é a sepultura dos talentos: gênero e participação política nos escritos de Anna Rosa Termacsis dos Santos (1850-1886)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/bitstream/ufjf/9807/4/cristianedepaularibeiro.pdf>. Acesso em: 12 de fev. 2022.

SANTOS, Anna Rosa Termacsis. *Tratado sobre a emancipação política da mulher e o direito de votar*. Brasília: Edições Câmara, 2022.

SANTOS, Nadja P e ALENCASTRO, R Bicca de: Pinto, Ângelo da C. *Jornais científicos brasileiros do século XIX (1813-1889) - Publicações na área da química. Química Nova*, 200.

SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua portuguesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: Tipografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1878.

*Fontes Primárias:*

*A ABELHA RELIGIOSA: VERDADE E CARIDADE*. Rio de Janeiro: Tipografia Dous de Dezembro, 1854.

*A BORBOLETA*. Rio de Janeiro: Tipografia Fluminense, 1857.

*A ESTAÇÃO: JORNAL ILUSTRADO PARA A FAMÍLIA*. Rio de Janeiro: Livraria Lombaerts e Comp., 1879 – 1904.

*A MÃI DE FAMÍLIA*. Rio de Janeiro: Tipografia dos Editores, 1879 – 1888.

*A MARMOTA*. Rio de Janeiro: Tipografia Dous de Dezembro, 1857 - 1864.

*A MARMOTA NA CORTE*. Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, 1849-1854.

*A VIOLETA FLUMINENSE*. Rio de Janeiro: Tipografia de F. A. de Almeida, 1857-1858.

*A VOZ DA RELIGIÃO: UNUS DOMINUS, UNA FIDES*. Pernambuco: Tipografia de Santos e Companhia, 1846-1850

*ANAIS DE MEDICINA BRASILIENSE*. Rio de Janeiro, 1845 – 1849.

*CORREIO MERCANTIL, INSTRUTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL*. Rio de Janeiro: Francisco José dos Santos e Rodrigues, 1848-1868.

*DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO*. Rio de Janeiro: Tipografia Real, 1821-1878.

*ESPELHO FLUMINENSE OU NOVO GABINETE DE LEITURA: Modas, Poesias, Charadas, Etc*. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1843.

*FIGARO-CHRONIQUEUR: JOURNAL CRITIQUE, COMIQUE, SATYRIQUE, ANECDOTIQUE, RÉCRÉATIF ET AMUSANT. Rio de Janeiro: Tipografia Imprimerie Moderne de Georges Bertrand, 1859.*

*GUANABARA, REVISTA MENSAL ARTÍSTICA, CIENTÍFICA E LITERÁRIA. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarensis, 1849 – 1855*

*JORNAL DAS SENHORAS. Rio de Janeiro: Tipografia Parisiense, 1852-1855.*

*JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1827-2013.*

*MARMOTA FLUMINENSE. Rio de Janeiro: Tipografia Dous de Dezembro, 1854-1857.*

*MINERVA BRASILIENSE. Rio de Janeiro, Tipografia de J. E. S. Cabral, 1843 – 1845.*

*NOVELLISTA BRASILEIRO OU ARMAZEM DE NOVELLAS ESCOLHIDAS: REVISTA FEMININA DA CASA LAEMMERT. Rio de Janeiro, 1851.*

*NOVO CORREIO DAS MODAS: NOVELLAS, POESIAS, VIAGENS, RECORDAÇÕES HISTÓRICAS, ANECDOTAS E CHARADAS. Rio de Janeiro, Tipografia Universal Laemmert- 1852 a 1854.*

*NOVO GABINETE DE LEITURA. Rio de Janeiro, 1850.*

*O ESPELHO: REVISTA SEMANAL DE LITTERATURA, MODAS, INDUSTRIA E ARTES. Rio de Janeiro: Tipografia de F. de Paula Brito, 1859 – 1860.*

*O PAE DE FAMÍLIA CATHOLICO. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1858-1859. O SEXO FEMININO, 1873 – 1889.*

*PERIÓDICO DOS POBRES. Rio de Janeiro: Tipografia dos Pobres, 1850-1871.*

*RECREIO DO BELLO SEXO. Rio de Janeiro, 1856*

*REVISTA BRAZILEIRA - JORNAL DE SCIENCIAS, LETRAS E ARTES. Rio de Janeiro, 1857.*

*REVISTA MÉDICA BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial de F. P. Brito, 1841 – 1843.*

---

<sup>1</sup>A Praieira é considerada a última revolta do período regencial. Ela foi desencadeada em Pernambuco como resultado das intrigas que tinham levado ao golpe da maioria. Ver mais em: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. MACHADO, Humberto Fernandes Machado. 2ª impressão. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 239-241.

<sup>2</sup>Sendo esses: A Marmota na Corte/ A Marmota Fluminense/ A Marmota (1849- 1864), Novo Gabinete de Leitura: Repertório oferecido às Famílias Brasileiras, para seu recreio e Instrução (1850), Novellista Brasileiro ou Armazem de Novellas Escolhidas: Revista Feminina da Casa Laemmert (1851), O Jornal das Senhoras: Modas, Literatura, Bellas- Artes, Teatros e Crítica (1852-1855) Novo Correio das Modas: Novelas, poesias, viagens, recordações históricas, anedotas e charadas (1852 -1854), Recreio do Bello Sexo: Modas, Literatura, belas-Artes e teatro.( 1852- 1856), A Borboleta (1857), A

Violeta Fluminense: Folhas Críticas e Literárias Dedicada ao Belo Sexo (1857-1858), O Espelho: Revista Semanal de Literatura, Modas, Industria e Arte (1859-1860) e Figaro-Chroniqueur (1859).

<sup>3</sup>A *Rosa* (1907-1908/Cidade de Goiás-GO; 1883/Rio de Janeiro-RJ; 1890-1893/Recife-PE); *O Lyrio* ou *Lirio* (1898/Cataguases-MG; 1902-190/Recife-PE; 1875/Fortaleza-CE; 1960/São Paulo-SP); *A Bonina* (1891/Oliveira-MG; 1854/Recife-PE); *A Camelia* (1890/São Paulo-SP; 1854/Recife-PE; 1898/Mar de Espanha-MG); *A Madressilva* (1869-1870/Recife-PE); *A Violeta ou Violeta* (1887/São Paulo-SP; 1849/São Paulo-SP; 1878-1879/Rio Grande-RS; 1900/Rio de Janeiro-RJ; 1918-1950/Cuiabá-MT); *O Jasmim* (1857/Curitiba-PR; 1850/Recife-PE); *A Primavera* (1861/Rio de Janeiro-RJ; 1875/Açu-RN); *A Flor* (1909/Penedo-AL; 1921-1933/Feira de Santana-BA); *A Tulipa* (1879-1880/Estância-SE); *Magnolia* (1905/Laguna-SC).

<sup>4</sup>A *Perola* (1899/São Paulo-SP; 1895-1896/Oliveira-MG); *A Esmeralda* (1850/Recife-PE).

<sup>5</sup>A *Borboleta* (1902/Sabarã-MG; 1888/Teresina-PI; 1859/Aracaju-SE; 1860/João Pessoa-PB; 1857/Rio de Janeiro-RJ); *O Beija-Flor* (1897/Viçosa-MG; 1850/Belém-PA; 1883/Recife-PE; 1880/Recife-PE; 1869-1870/Maceió-AL; 1881/Salvador-BA); *Phalena* (1877/Recife-PE); *O Colibri* (1870/Rio de Janeiro-RJ; 1888/Manaus-AM).

<sup>6</sup>Como exemplos, temos: *O Sexo Feminino* (1873-1874), da cidade de Campanha-MG; *A Mulher* (1875), de Recife-PE; o *Bello Sexo* (1868), do Rio de Janeiro-RJ; o *Espelho das Bellas* (1860-1861), de Maragogipe-BA; a *Revista Feminina* (1914-1926), de São Paulo-SP; *O Jardim das Maranhenses* (1861-1862), de São Luís-MA; e *O Despertador das Brasileiras* (1830-1831), de Salvador-BA. Outros títulos, especificam uma leitora específica: *A Mai de Família* (1879-1888), do Rio de Janeiro-RJ; o *Almanach Litterario Alagoano das Senhoras* (1888-1889), de Maceió-AL; *A Mocinha* (1888), de Curitiba-PR; o *Jornal das Damas* (1890), de São Paulo-SP; e *A Senhorita* (1920), de Curitiba-PR. Já *O Anjo do Lar* (1898), de Belém-PA, ou *O Mensageiro do Lar* (1909-1942), de São Paulo-SP e outros.

<sup>7</sup>Para saber mais ver: Reis, Laura J. de M. As mulheres no periódico Marmota: escritos, estratégias e noções de civilidade (1849 – 1864). Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2020; RIBEIRO, Cristiane de Paula. A vida caseira é a sepultura dos talentos: gênero e participação política nos escritos de Anna Rosa Termacsis dos Santos (1850-1886). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/bitstream/ufjf/9807/4/cristianedepaularibeiro.pdf>. Acesso em: 12 de fev. 2022. SANTOS, Anna Rosa Termacsis. *Tratado sobre a emancipação política da mulher e o direito de votar*. Brasília: Edições Câmara, 2022. CASTRO, Ana Luísa de Azevedo. *D. Narcisca de Villar*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2000.

Artigo recebido em 20 de fevereiro de 2022.

Aceito para publicação em 8 de junho de 2022.

# ARQUIVOS, FONTES E AS LACUNAS NA HISTÓRIA DAS MULHERES: O CASO DA PINTORA NICOTA BAYEUX

## ARCHIVES, SOURCES AND GAPS ON THE WOMEN'S HISTORY: THE CASE OF PAINTER NICOTA BAYEUX

Mariana Sacon FREDERICO\*

**Resumo:** O estudo de mulheres artistas, atuantes no entresséculos, oferece muitos desafios aos historiadores. Rotuladas de amadoras, muitas não foram reconhecidas pelo cânone artístico e conseqüentemente tiveram os vestígios de suas trajetórias ignorados por arquivos e muitas vezes perdidos definitivamente com o passar do tempo. Sabendo de tais desafios, o presente artigo centrará sua análise no caso da pintora paulista Nicota Bayeux (1870-1923). Pretendemos refletir a respeito das barreiras encontradas no estudo de sua trajetória, bem como os caminhos construídos para solucionar em parte as lacunas deixadas pela falta de documentação e fragmentação das fontes. Destaca-se também em nosso estudo a descoberta de um importante documento elaborado pela artista: seu *Álbum* pessoal.

**Palavras-chave:** Nicota Bayeux (1870-1923), arte brasileira, estudos de gênero, arquivos, mulheres artistas.

**Abstract:** Studying female artists who produced their works in the end of the 19th and the beginning of the 20th century poses different challenges to historians. Labeled as amateurs, many were not recognized by the artistic canon and consequently had the traces of their trajectories ignored by archives and often lost with the passage of time. Aware of these challenges, this article focuses on the case of São Paulo-based painter Nicota Bayeux (1870-1923). We will address the obstacles found while studying her trajectory and the alternatives sought to partially fill in the gaps left by the lack of documentation and fragmentation of sources. Additionally, our study highlights the discovery of an important document prepared by the artist: her personal journal.

**Keywords:** Nicota Bayeux (1870-1923), Brazilian art, gender studies, archives, female artists.

### *Introdução*

No artigo *As mulheres artistas e os silêncios da história: a história da arte e suas exclusões* (SIMIONI, 2007, n.p.), a pesquisadora Ana Paula Cavalcanti Simioni narra sua experiência de estágio em 2002 na cidade de Paris, cujo objetivo era pesquisar a respeito das condições de formação artística das mulheres no entresséculos. Simioni explica que era fundamental para sua tese de doutorado ter acesso à documentação da *Académie Julian*, importante instituição privada de ensino artístico do século XIX.

---

\*Mariana Sacon Frederico é doutoranda pelo programa de pós-graduação em Estética e História da Arte do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, Brasil. Possui graduação em História pela USP e mestrado pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP. E-mail: mariana.sacon@gmail.com.

Fundada em 1868, em Paris, por Rodolphe Julian, a escola logo ganhou reconhecimento no estudo de figuras acadêmicas, atraindo discentes homens e mulheres de diferentes partes do mundo, inclusive do Brasil<sup>1</sup>. Como as mulheres foram impedidas de se matricularem na principal escola de ensino artístico da França até 1897, a *École de Beaux-Arts* (EBA), a *Académie Julian* se apresentava como uma instituição que oferecia uma formação equivalente à dos homens, incluindo aulas com modelo vivo<sup>23</sup>. Além disso, outra estratégia da escola que atraiu a clientela feminina foi a criação de ateliês exclusivos para as mulheres, pois estudar em salas mistas poderia ser uma situação constrangedora para muitas alunas, sobretudo em aulas com modelo vivo (MONTIÈGE, 2011, p. 150). Enquanto o alunado masculino via a passagem pela instituição de Rodolphe Julian como uma etapa preparatória para ingresso na EBA, muitas mulheres matriculavam-se com o objetivo solidificarem sua formação e consolidarem suas carreiras como pintoras, escultoras ou ilustradoras.

A maior parte da documentação relacionada à *Académie Julian* estava localizada nos *Archives Nationales*, de Paris, contudo, como relata Simioni, estavam disponíveis apenas as fontes relacionadas aos alunos homens. Todos os estudos, cadernos de pagamentos, livros de matrículas, desenhos, fotografias, entre outras fontes ligadas às alunas mulheres integravam a coleção particular do Sr. André Del Debbio (SIMIONI, 2007, n.p.), um escultor e professor que havia comprado a marca *Académie Julian*, em 1946<sup>2</sup>.

Durante muitos anos, artistas de diferentes nacionalidades passaram pelos ateliês da instituição, porém, apenas os homens tiveram os vestígios dos seus processos de criação organizados, catalogados, descritos e disponibilizados para os pesquisadores no arquivo público francês. Toda documentação relacionada às milhares de mulheres discentes, esteve durante muito tempo com o acesso dificultado, sem identificação e, em sua grande parte, pouco explorada pela historiografia<sup>3</sup>. Mas por que o gênero do alunado determinou a inclusão ou a exclusão dessa gama de fontes pelo arquivo francês? Esse questionamento foi feito por Simioni a Del Debbio:

Ao indagar exatamente isso ao sr. Del Debbio recebi a seguinte explicação: a de que, quando ele comprou a marca, Academie Julian, devido a importância já conhecida dos alunos homens que passaram pela instituição, decidiu-se por doar toda a documentação para o arquivo nacional. No entanto, no que tange às mulheres, essas eram tão pouco conhecidas e consideradas, que junto com a marca, o novo proprietário acabou “ganhando” uma vasta gama de caixas, desenhos, e até mesmo telas realizadas pelas antigas alunas. (SIMIONI, 2007, n.p.).

De acordo com a pesquisadora, antes de Del Debbio comprar a empresa *Académie Julian*, a antiga proprietária havia tentado doar o acervo completo aos *Archives Nationales*, contudo, no momento, não houve interesse por parte do arquivo pela documentação das mulheres<sup>4</sup>. O fato de alguns alunos homens terem suas trajetórias já conhecidas, serviu como justificativa para que a documentação dos ateliês masculinos fosse aceita. Por outro lado, o desconhecimento das alunas conduziu ao pressuposto que suas produções e trajetórias não fossem relevantes para o conhecimento público e nem para a história da arte.

Diante disso, cabe perguntar quem é responsável pela legitimação dos artistas? Por que alguns nomes são elencados como pintores e escultores e, portanto, merecedores do reconhecimento, enquanto outros recebem o rótulo de amadores e então são ocultados da história, tendo seus nomes e trajetórias guardados em caixas sem qualquer contato com o público? Nesta lógica de classificação entre profissionais e amadores, às mulheres costumou-se atribuir o segundo rótulo.

Simioni demonstra em seu livro *Profissão Artista* como a crítica de arte do século XIX brasileira utilizou amplamente o termo “amadora” para se referir às artistas mulheres. Ao receberem este rótulo, pintoras e escultoras eram colocadas em uma posição hierárquica inferior aos artistas entendidos como “profissionais”, que eram em sua maioria homens (SIMIONI, 2008, p. 37). Tal discussão também é colocada pela historiadora da arte Georgina Gluzman, que ao se debruçar sobre o contexto artístico argentino, discorre sobre como os termos “amadora” e “profissional” são insuficientes para compreender o cenário artístico platino do entresséculos. Salienta que, além do mercado de arte argentino se desenvolver lentamente, poucos eram os artistas que conseguiam de fato viver da venda de suas obras, incluindo os homens (GLUZMAN, 2014, p. 150). Para Gluzman, é necessário identificar nas artistas um “perfil comprometido” de desenvolvimento da arte, ao invés do conceito de amadorismo<sup>5</sup>.

Uma autora importante para pensarmos a respeito da lógica de exclusão das mulheres do cânone artístico é historiadora da arte Linda Nochlin, que em seu texto *Porque não houve grandes mulheres artistas?* (NOCHLIN, 2016) abriu caminho para pesquisas posteriores sobre o assunto. Nochlin inicia o artigo com o questionamento apresentado pelo título e chega à conclusão de que a exclusão é sobretudo institucional, a exemplo das instituições acadêmicas que impediam a matrícula de mulheres em seus cursos – na França, por exemplo, as mulheres foram impedidas de se matricular na *École*

de *Beaux-Arts* até 1897; já no Brasil, a *Escola Nacional de Belas Artes* só permitiu o ingresso de mulheres a partir de 1892 (SIMIONI, 2008, p. 85).

No caso da documentação da *Académie Julian*, também observamos um exemplo de exclusão institucional sistemática das mulheres. O arquivo, como um espaço responsável pela difusão de memórias, legitima aquilo que deve ou não ser salvaguardado e quais histórias devem ser catalogadas e disponibilizadas ao público, não se trata de um espaço neutro. Portanto, a recusa do acervo feminino pelo arquivo francês, contribuiu para que histórias fossem silenciadas.

Treze anos após a experiência descrita por Ana Paula Cavalcanti Simioni e sessenta e nove anos depois da venda da marca a André Del Debbio, apenas em 2015, que os documentos das discentes da *Académie Julian* foram incluídos nos arquivos franceses, após doação de Christophe-Emmanuel Del Debbio, filho do escultor. Em 2017 tal acervo foi disponibilizado para consulta no arquivo físico, na unidade de *Pierrefitte-sur-Seine*. Ou seja, durante muitos anos os registros dessas mulheres estiveram restritos por não estarem em uma instituição pública<sup>6</sup>.

No início de 2019 tivemos acesso à tal documentação durante a pesquisa de mestrado<sup>7</sup>. As informações contidas nessas fontes eram de grande importância para o desenvolvimento da dissertação, que tinha como objetos de estudo a trajetória e obra da pintora paulista Nicota Bayeux, que foi matriculada na *Académie Julian* em 1903 e 1904. A partir desse acervo, conseguimos identificar o período que Nicota Bayeux esteve matriculada, o ano que sua principal tela foi produzida, com quais professores teve aulas, além de informações pessoais, como o endereço que residiu em Paris e dados sobre as colegas mais próximas a ela<sup>8</sup>.

Assim como o difícil acesso à documentação da *Académie Julian* ocasionou que vestígios de mulheres artistas, incluindo Nicota Bayeux, ficassem por anos desconhecidos, pretendemos apresentar por meio deste artigo os desafios encontrados ao longo da pesquisa, sobretudo aqueles relacionados ao acesso às fontes, mas também refletir sobre os caminhos desenvolvidos para a efetivação do estudo. Apresentaremos também parte do *Álbum* pessoal da pintora, fonte importante para compreender sua formação e produção.

*Entre lacunas e fragmentos chega-se à artista*

Anna Bayeux, conhecida como Nicota Bayeux, nasceu em 1871 na cidade de Campinas, São Paulo. Pertencente a uma família de posses, iniciou seus estudos em pintura ainda no Brasil por meio de aulas particulares com o pintor italiano Carlo de Servi e, anos depois, estudou em Paris, na *Académie Julian*, importante instituição particular - nessa ocasião produziu sua principal tela, *Coeur Meurtri*<sup>9</sup>, em 1903. Uma década depois, em 1913, Bayeux participou da II Exposição Brasileira de Bellas Artes, mostra coletiva na qual seu nome ganhou destaque entre órgãos da imprensa paulistana, a exemplo do *Correio Paulistano* (GOES, 1913, p. 1) e *O Estado de São Paulo* (JOÃO PAULO, 1913, p. 4). No mesmo ano, *Coeur Meurtri* foi comprada pelo Governo do Estado de São Paulo e incorporada ao acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo. É importante destacar que naquele momento o museu adquiria suas primeiras telas após a regulamentação em 1911, deixando de ser uma “galeria artística” e tornando-se um museu independente (NERY, 2015, p. 113), portanto, a inclusão da obra ao acervo correspondeu a um momento de formação da identidade da instituição. Ainda em 1913, Nicota Bayeux organizou uma exposição particular no *Centro de Ciências, Letras e Artes* de Campinas, evento em que expôs telas que foram produzidas em São Paulo, Campinas, Paris e Argel, cidade natal de seu marido. Em 1914 viajou novamente para Paris, porém, retornou no mesmo ano devido ao início da Primeira Guerra Mundial. Após sua volta ao Brasil, a artista praticamente desapareceu dos registros da imprensa, sendo anunciada como expositora apenas em 1923, com uma mostra particular na cidade de São Paulo, na Galeria Edison. Com problemas de saúde, Bayeux faleceu em Campinas em agosto de 1923.

O interesse pela pintora e a ideia de estudá-la surgiu em 2015, após uma visita à exposição *Mulheres Artistas: As Pioneiras*, realizada pela *Pinacoteca do Estado de São Paulo*, quando pela primeira vez tive conhecimento da existência de Nicota Bayeux e sua pintura *Coeur Meurtri*. Esse primeiro contato com a tela despertou algumas curiosidades que depois se desenvolveram em questionamentos acadêmicos<sup>10</sup>.

Ainda na formulação do projeto de ingresso para a pós-graduação, nos deparamos com o primeiro desafio da pesquisa: a quase inexistência de literatura em história da arte que tratasse da artista, com exceção de alguns trabalhos que se referiam pontualmente a Nicota. O trabalho de Ruth Tarasantchi *Pintores Paisagistas em São Paulo* (TARASANTCHI, 2002, p. 344) foi um dos primeiros encontrados que mencionavam Bayeux como integrante do ambiente artístico paulista, serviu, portanto, como ponto de partida da investigação<sup>11</sup>. Diante da ausência de literatura preliminar, tornou-se fundamental a busca por fontes primárias, contudo, como não havia estudos mais

sistematizados sobre a trajetória da artista, não tínhamos muitas referências do que poderia ser encontrado nos arquivos e, conseqüentemente, quais seriam os rumos da pesquisa – estávamos cientes também que havia o risco de muitos vestígios terem se perdido definitivamente.

As primeiras fontes consultadas foram os jornais e revistas do início do século XX, embora as reportagens encontradas nem sempre se referissem diretamente à “artista”, mas sim à “filha” ou à “irmã”<sup>12</sup>. A partir da consulta das colunas sociais, das críticas de exposições, dos anúncios de falecimentos e das viagens presentes em periódicos como *Correio Paulistano*, *O Estado de São Paulo* e *Folha da Noite* foi possível encontrar resquícios de informações que nos ajudaram a identificar sua posição social e dados sobre sua família e deslocamentos para a Europa. Além disso, tais referências, ainda que dispersas em diferentes arquivos e bibliotecas, permitiram descobrir o nome de várias pinturas feitas pela artista, bem como os compradores de suas obras, o que auxiliou a compreender o lugar de Bayeux dentro do contexto artístico paulista<sup>13</sup>. Parte significativa da vida da pintora se deu em Campinas, sua cidade de nascimento, portanto, foi fundamental a busca por periódicos locais, como o *Diário do Povo* e a *Revista do Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas*.

Os jornais e revistas consultados forneceram um rico material para análise das dinâmicas de gênero do cenário artístico paulista. Cabe destacar uma abordagem comum encontrada nesses documentos: a associação da produção feminina ao amadorismo, como podemos observar no excerto publicado pelo jornal campineiro *Diário do Povo*, em 1913:

Na segunda exposição nacional de Bellas-Artes, realizada, não há muito, no Lyceu de Artes e Ofícios, em S. Paulo, as telas de d. Nicota Bayeux tiveram, ao lado de outras, firmadas por nomes de velhos mestres, um excepcional relevo. Viram então os amadores de cousas d’art, que os quadros da nossa distinta conterrânea não se confundiam com esses trabalhos mesquinhos, essas prendas bonitas e ingênuas executadas por mãos de mulher. Porque a verdade é que, entre nós, e, por via de regra, em todo mundo, a mulher, que se gaba de artista ou se apresenta como tal, só tem, em rigor, prendas de salão.

Mas d. Nicota, pela segurança do desenho, pelo conhecimento da arte da perspectiva, pela justeza do colorido e pela sinceridade com que estuda os seus modelos, antes de lançar na tela os primeiros traços é uma verdadeira artista, com qualidades másculas (PELA ARTE, 1913, p. 2).

A articulista “J.C”, com objetivo de exaltar a produção de Bayeux, busca distanciar suas telas do que chama de “trabalhos mesquinhos, essas prendas bonitas e ingênuas executadas por mãos de mulher” e associar as habilidades da artista ao

“masculino”, quando afirma “é uma verdadeira artista, com qualidades másculas”. Tal trecho mostra como a ideia do “amadorismo feminino” nas artes estava presente na sociedade paulista do início do século XX, associando a produção das mulheres a um “hobby”.

Outro exemplo nesse sentido pode ser encontrado na *Revista Feminina*, de 1919, onde o articulista critica a qualidade da produção das mulheres paulistas. Novamente é feita a associação às “prendas mesquinhas de salão”, ou seja, associando a algo de qualidade inferior.

Quanto à pintura que fazem, não passa de “guaches”, ingênuas decalcadas sobre cartões postais, aquarelas em leques ou em casacas de árvore, copiadas das ilustrações francesas, ou quadros a óleo que a serviram de modelo as oleografias do mercado barato de papéis pintados. De desenho nada sabem. [...] O curso de desenho, para o qual são necessários alguns anos de esforço contínuo e tenaz, é logo posto de parte, por inútil. A gentil e elegante patriciasinha, no fundo, só deseja saber duas coisas: decalcar e obter as tintas. [...] É por isso que, em S. Paulo, quando se fala em pintura de senhoras, logo nos ocorrem essas prendas mesquinhas de salão, fundos de pratos horrendos, oleografias restauradas, paisagens de um catitismo de mau gosto ou, quando muito, telas sem personalidade.

São dessa laia as nossas pintoras. Elas fazem a regra geral. Há exceções já se ve, tanto mais honrosas quanto raras. Há uma Bertha Worms, que faz arte séria, uma Nicota Bayeux, cujo talento ainda não foi devidamente apreciado, uma Anita Malfatti, que tenta esconder seu temperamento em desvarios e audácia futuristas, e alguma outra mais que não conhecemos. (EXPOSIÇÃO, 1919, p. 19)

Com o uso de uma linguagem bastante essencialista, é estabelecida uma relação entre ingenuidade, mau gosto, falta de personalidade e de técnica no desenho ao gênero feminino. Com objetivo de diferenciar algumas mulheres daquilo que ele considera como padrão, lista nomes que entende como dignos de menção: Bertha Worms, Nicota Bayeux, Anita Malfatti e Helena Pereira da Silva – Pereira da Silva não aparece no excerto em questão, mas era o assunto principal do artigo.

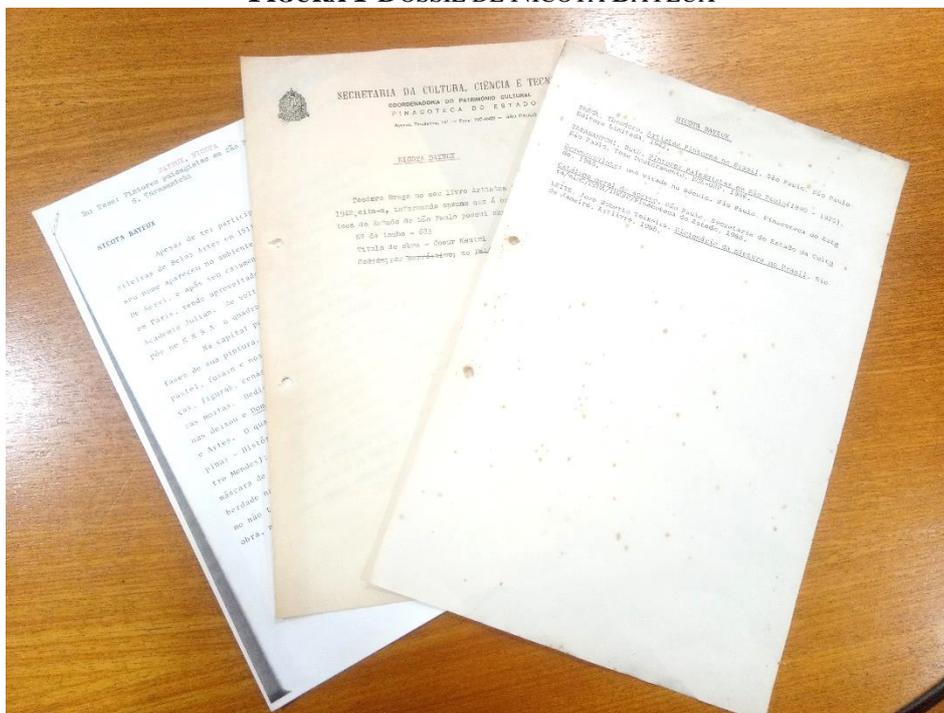
Todas essas fontes estavam dispersas em diferentes arquivos e bibliotecas, sobretudo no acervo físico do *Arquivo do Estado de São Paulo* e dos acervos digitais da *Biblioteca Nacional Digital* e do jornal *Folha de S. Paulo*. Apesar de a pintora ter nascido em Campinas, os arquivos públicos da cidade pouco tinham informações sobre ela, seu nome estava completamente ausente nos bancos de dados de instituições como *Unicamp*, *Museu da Imagem e do Som de Campinas* e *Arquivo Municipal de Campinas*.

O *Centro de Ciências Letras e Artes* de Campinas (CCLA), instituição cultural particular fundada em 1901, foi um dos poucos locais onde foi encontrada uma

organização de documentos e recortes de periódicos relacionados a Bayeux<sup>14</sup>. Estavam dispostos em uma pasta denominada “Benain” – sobrenome da pintora após o seu casamento com Eduardo Benain. Esse dossiê contava com recortes de periódicos de diferentes períodos que mencionavam a artista, um convite e um catálogo da exposição póstuma de Nicota Bayeux, organizada por seu marido em 1924 no *Clube Campineiro*. O catálogo foi de grande importância para a pesquisa, pois, além de trazer algumas reproduções de pinturas, lista o nome de 60 trabalhos de Bayeux, incluindo pinturas, desenhos e estudos, evidenciando sua especialização na produção de retratos e figuras, visto que são maioria, ainda que também existam paisagens, pinturas de gênero, flores e um nu dentre as obras registradas<sup>15</sup>.

Além do acervo do CCLA, também há um dossiê correspondente à artista na *Biblioteca Walter Wey*, da *Pinacoteca do Estado de São Paulo*, sendo este constituído por uma pasta com quatro folhas de papel em seu interior. As informações sobre a pintora são pontuais, uma folha traz referências de cinco bibliografias, outra menciona que o pintor Teodoro Braga a citou em seu livro *Artistas Pintores no Brasil* e as duas últimas, que estão grampeadas, possuem uma transcrição de parte do livro *Pintores Paisagistas*, de Ruth Tarasantchi, sobre a artista. As informações do dossiê são limitadas, não possuindo recortes de jornais e de revistas que tratem da atuação da pintora no cenário artístico brasileiro<sup>16</sup>.

**FIGURA 1-DOSSIÊ DE NICOTA BAYEUX**



Fonte: Biblioteca Walter Wey, Pinacoteca do Estado de São Paulo. Fotografia: Mariana Sacon Frederico, 2022.

Além da biblioteca, o *Centro de Documentação e Memória* (Cedoc) e o *Núcleo de Acervo Museológico* (NAM), também da *Pinacoteca*, foram consultados. Ambos possuíam poucas porém importantes informações sobre a pintura *Coeur Meurtri*, como o valor de aquisição da tela e fotografias do antigo entelamento da obra, que foi substituído para o restauro e conservação da produção – tais registros fotográficos nos permitiram identificar que *Coeur Meurtri* havia sido feita em Paris, no ateliê da *rue Berri*, durante a passagem de Bayeux pela *Académie Julian*.

Portanto, apenas no *Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas* e na *Pinacoteca do Estado de São Paulo* foram encontrados conjuntos de documentos organizados relacionados à artista – no entanto, fica evidente que mesmo nestes dois casos há uma escassez de fontes. Sobretudo na *Pinacoteca do Estado de São Paulo*, é possível observar uma contradição, se por um lado o museu adquiriu sua pintura em 1913, sendo esta uma das primeiras telas a constituir a nova fase da instituição, por que existem tão poucas informações sobre a artista em seu banco de dados? Deve-se ressaltar também o papel do museu como espaço de consagração (SIMIONI, 2008, p. 36), como um importante legitimador daqueles que pertencem ao cânone artístico; portanto, neste caso, observamos uma situação ambígua de reconhecimento e silenciamento de um mesmo indivíduo. Tais lacunas existentes nos arquivos institucionais acabam reforçando categorizações limitantes, a exemplo da dicotomia entre profissionais e amadores, o que evidencia como tais espaços não são neutros e sim construtores ativos da memória social (COOK, 1998, p. 139 e 140).

Sendo o museu um espaço de consagração, é importante ressaltar que *Coeur Meurtri* é a única tela de Bayeux musealizada. A maior parte de suas pinturas, desenhos e esboços acabaram se perdendo, sendo que a maior parte das obras encontradas pela pesquisa estão em instituições privadas e, principalmente, em coleções particulares<sup>17</sup>, o que acaba inviabilizando, muitas vezes, o acesso às mesmas, a exemplo da tela *Dominó Rose*, que faz parte do acervo do *Centro de Ciências, Letras e Artes* de Campinas, mas só pode ser acessada por meio de autorização. Também foram localizadas reproduções de pinturas feitas por jornais e revistas contemporâneos à artista que, apesar da péssima qualidade de impressão, nos permitiram ter alguma referência sobre as telas, a exemplo de *Marina, Espera da Consulta* e o retrato *Coronel Bento Bayeux*, que foram publicadas pela *Revista Renascença* (NICOTA, 1923, p. 17). Mesmos nos sites de leilões a busca por seus trabalhos foi dificultada devido ao desconhecimento de seu nome, por exemplo, o cartão com pintura a óleo *Figura* e a tela *Cabeça de Velho Italiano* foram encontrados

em sites de leilões, porém em ambos os casos a autoria era desconhecida, aparecendo apenas a inscrição “Nic. Bay.”, assinatura mais recorrente nas produções de Bayeux<sup>18</sup>.

**FIGURA 2-** REPRODUÇÃO DA PINTURA "MARINA"



Fonte: NICOTA Bayeux. *Renascença*, revista de arte e pensamento, São Paulo, 1923<sup>19</sup>.

O conjunto de fontes primárias encontrado nas instituições públicas e privadas, ainda que escassos, nos permitiu delinear uma base de informações a respeito da trajetória de Nicota Bayeux. Contudo, o fato da documentação estar fragmentada e parte dela estar perdida, deixou muitas lacunas que prejudicaram a compreensão do lugar da pintora naquela sociedade, bem como dificultaram a reflexão sobre o seu fazer artístico. Além disso, é importante salientar que a maior parte das fontes até então encontradas eram de terceiros falando da artista, sejam estes críticos das mostras de arte ou colunistas da alta sociedade paulistana.

Diante dessas brechas documentais, como alcançar as diferentes dimensões do indivíduo? Com objetivo de voltar os olhos para a dimensão do “eu” da artista, o contato com seus familiares foi fundamental para o desenvolvimento da dissertação. Após a realização de entrevistas e buscas no acervo particular da família de Bayeux, foi encontrado o *Álbum* da pintora, documento nunca antes estudado, que possibilitou pensarmos sua trajetória a partir de outra perspectiva. Como salientado por Michelle Perrot a respeito dos escritos pessoais, “Esses diversos tipos de escritos são infinitamente

preciosos porque autorizam a afirmação de um ‘eu’. É graças a eles que se ouve um ‘eu’, a voz das mulheres” (PERROT, 2006, p. 30).

### *Os registros pessoais como espaços do pensar*

No caso de Nicota Bayeux, diferentes fatores contribuíram para que muitos de seus registros fossem perdidos com o passar do tempo. Além do fato de ser uma mulher, o que influencia em seu reconhecimento no campo artístico como pintora, é importante destacar que Bayeux provavelmente não deixou herdeiros<sup>20</sup>, o que contribuiu para que muitos de seus objetos pessoais e obras acabassem “desaparecendo”.

Como afirmou Jacques Le Goff, em alusão ao escritor Jorge Luis Borges, “Um homem não estará verdadeiramente morto a não ser quando o último homem que ele conheceu por sua vez estiver morto” (LE GOFF, 1999, p. 29), excerto que se refere ao processo de construção da memória e como aqueles que cercam o indivíduo contribuem para que sua trajetória não seja silenciada. No caso de Bayeux, membros de sua família assumiram esse papel de resguardar sua memória e gentilmente contribuíram com a pesquisa, tanto compartilhando lembranças por meio de entrevistas, como nos permitindo ter acesso ao acervo particular, onde tivemos contato com fotografias, pinturas e um importante registro pessoal da artista, seu *Álbum*.

O *Álbum* de Nicota Bayeux é um caderno de capa dura e preta, com detalhes em dourado nas margens e na lombada, seu tamanho pequeno permitia que fosse carregado no bolso de um casaco, o que possibilitaria à artista levá-lo a diferentes lugares. O documento possui um compilado de escritos e imagens realizados entre 1898 e 1904<sup>21</sup>. Nele encontramos dedicatórias, colagens, desenhos feitos pela pintora e por seus amigos, rascunhos, versos de poemas escritos por diferentes autores, memórias de seu falecido sobrinho, endereços e um diário de viagem, escrito em 1902 na cidade de Paris.

As características do *Álbum* indicam que este possuía um caráter sobretudo pessoal, provavelmente Nicota Bayeux não tinha o objetivo de tornar públicos todos os seus escritos. Contribuem com esta hipótese os seguintes elementos: aparentemente não há uma lógica de organização, as anotações estão distribuídas aleatoriamente pelo caderno, não seguem uma ordem cronológica e muitas páginas ao longo do documento estão em branco; a maioria dos desenhos e gravuras não estão assinados; percebemos o uso de uma linguagem corrente, com muitas abreviações, sem preocupação com a pontuação e sem uma descrição minuciosa dos eventos relatados. Essa aparente falta de

organização, deveria ter um sentido lógico apenas para a artista, possuindo, portanto, uma característica de memória pessoal.

Parte da escrita do *Álbum* ocorreu em um contexto de viagem, quando a artista e membros de sua família partiram de São Paulo, em 1902, com destino a Paris, onde permaneceram até 1904. Esse foi um período importante de sua trajetória como pintora, pois por mais de um ano estudou na *Académie Julian*, tendo aulas com Gabriel Ferrier e com o renomado pintor do século XIX, William Bouguereau. Embora no documento a artista não escreva diretamente sobre sua experiência na escola de pintura, uma série de elementos da fonte ajudam a compreender sua formação como pintora, seu processo criativo e, conseqüentemente, seu pensar. No presente artigo serão analisadas duas partes importantes do documento: os desenhos e esboços e um pequeno texto de sua autoria intitulado *A Mulher*.

Os escritos pessoais, dentre outros fatores, têm a competência de promover o *pensar*, ou seja, trata-se de um espaço não apenas para registro de memórias, mas também de criação (LEJEUNE, 2008, p. 264). No caso do *Álbum* de Nicota Bayeux esse processo criativo é evidente em seus desenhos e esboços, mostrando uma inclinação da artista para a produção de retratos e figuras.

Os desenhos presentes no documento são de gêneros variados, encontramos paisagens, um pássaro, uma figura religiosa e algumas charges. Contudo predominam os estudos de figuras humanas e de flores. Os estudos de figuras são particularmente importantes para pensarmos a trajetória artística de Bayeux, pois ela foi uma pintora que ficou conhecida em sua época pela produção de retratos, como é possível observar no comentário do articulista do *Correio Paulistano*: “D. Nicota é um nome sobejamente conhecido em S. Paulo. [...] A distinta pintora paulista dedica-se de preferência a estudos physiomicos e retratos, que são, como todos sabem, o calcanhar de Achilles dos pintores” (EXPOSIÇÃO Bayeux. 1923, p. 4). Tal dedicação ao gênero é perceptível em seu *Álbum*, que possui seis desses desenhos, dentre eles a **imagem 3** e **imagem 4**, sendo a primeira um estudo de perfil, que representa uma figura feminina com cabelos longos e soltos, adornados com um adereço, aparentemente há um panejamento sobre seu ombro direito; e a segunda um meio corpo de uma menina com um lenço na cabeça.

Além destes dois exemplos, também foram representados a figura de um senhor de barba longa e chapéu; de uma mulher tocando um violino, de costas ao espectador; um esboço de uma pintora com um grande chapéu na cabeça sentada em frente à uma tela em branco; e um esboço de difícil identificação, que mostra, aparentemente, duas

personagens, uma de pé e a outra pessoa sentada, sendo que a primeira parece colocar algo sobre a face da segunda (FREDERICO, 2019, pp. 218-220).

**Figura 3-** Detalhe do Álbum de Nicota Bayeux



Fonte: Bayeux, Nicota. s.d.[1898/1904], coleção particular. Fotografia: Mariana Sacon Frederico, 2017.

**Figura 4-** Detalhe do Álbum de Nicota Bayeux



Fonte: Bayeux, Nicota. s.d.[1898/1904], coleção particular. Fotografia: Mariana Sacon Frederico, 2017.

Possivelmente Nicota Bayeux produziu esses desenhos enquanto aluna da *Académie Julian*, primeiro porque a artista estava com seu *Álbum* durante a permanência em Paris, como evidencia o diário de viagem<sup>22</sup>, segundo porque sabe-se que havia um estímulo nos ateliês da escola para que os alunos se especializassem no gênero do retrato (WEISBERG, 1999, p. 20). Tal especialização auxiliaria na inserção das alunas ao

mercado artístico e, além disso, atribuiria prestígio às suas produções, visto que o gênero era comumente associado à produção masculina.

Outro elemento importante a ser destacado é que alguns desenhos de flores estão com o registro da data de produção, indicando que foram feitos antes da passagem da artista pela *Académie Julian*, a exemplo da **imagem 5**, uma representação de três flores, em diferentes tons de violeta, unidas por um laço azul, com a seguinte inscrição no canto inferior direito “Nicota Bayeux 8-3-1899”. Já os retratos e figuras de seu *Álbum* não possuem o registro da data de produção. Portanto, podemos levantar a hipótese de que os desenhos das flores foram feitos antes da formação de Bayeux como pintora e os retratos e figuras são resultado de sua especialização no gênero durante sua passagem pela escola francesa. O *Álbum* nos oferece alguns indícios a respeito dessa questão.

**Figura 5**-Detalhe do Álbum da artista



Fonte: Bayeux, Nicota. s.d.[1898/1904], coleção particular. Fotografia: Mariana Sacon Frederico, 2017.

Diferentemente das imagens aqui apresentadas, que dialogam diretamente com sua formação em pintura e seu aprofundamento na retratística, o pequeno texto intitulado de *A Mulher*, que também integra o *Álbum*, nos permite refletir sobre o lugar de Nicota Bayeux como uma artista mulher na sociedade do entresséculos e qual era o seu posicionamento político diante dessa situação. O conteúdo abaixo corresponde à transcrição do documento:

#### A Mulher

Rousseau definiu assim a função da mulher “A mulher foi feita especialmente para agradar ao homem”. Agradar em tudo,

agradar sempre, agradar a todos, eis o fim da mulher. Tudo nela suscita o amor. Seus ornatos, seus vestuários, seus sorrisos e seus olhares são outras tantas armas para despertar o desejo.

Protesto contra tal pensar. A mulher quando é inteligente é superior a todas essas tolices e se agrada ao homem é sem se aperceber e nem procurar meios para isso. NB. (BAYEUX, s.d., s.p.).

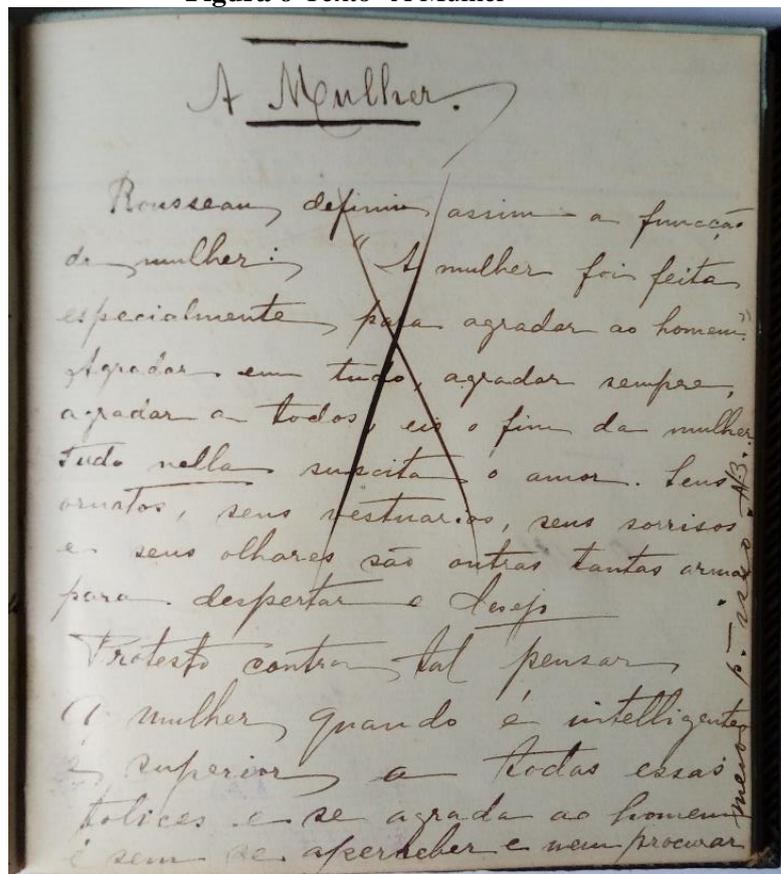
Com poucas linhas de escrita, o excerto tem aparência de um rascunho [imagem 6]. O “x” que rasura o primeiro parágrafo reforça a ideia que se tratava de um texto em processo, resultado da reflexão e produção escrita da artista. Por outro lado, algumas palavras estão em destaque, como a palavra “desejo”, que está levemente sublinhada, e dois grifos fortes abaixo do título “Mulher”. Já no final do texto aparece a inscrição “NB”, que é uma abreviação da expressão em latim *nota bene*, geralmente utilizada para chamar atenção a algo que foi dito anteriormente – também existe a possibilidade de serem as iniciais de seu nome. Por ser um texto em desenvolvimento, não finalizado, é possível que a pintora tivesse a intenção de publicá-lo.

O parágrafo que está rasurado com um “x” faz menção ao livro *Emílio ou da Educação*, de Jean-Jacques Rousseau, capítulo *Sofia ou a Mulher*, onde o filósofo francês do século XVIII, expõe diferenças entre homens e mulheres, definindo como estes deveriam atuar na sociedade. Nicota Bayeux cita a escrita do pensador, que afirma que “a mulher é feita especialmente para agradar ao homem” (ROUSSEAU, 1995, p. 424), que deve se subjugar a ele e buscar ser agradável ao invés de confrontá-lo. No início do século XX, pensamento similar era ainda bastante difundido, sobretudo pelas revistas de variedades, como a *Revista Feminina*, enaltecendo a figura da “esposa virtuosa” que possuía como características a bondade e a dedicação de antecipar e satisfazer os desejos de seu marido (MALUF; MOTT, 1999, p. 390).

Colocando-se contrária a tais pensamentos, Bayeux afirma que a mulher quando é inteligente supera o que Rousseau escreveu, demonstrando com esse argumento um alinhamento com um dos debates de seu tempo que defendia a importância do acesso das mulheres à educação (BESSE, 1999, p. 123). Tal posicionamento político também aparece em outra situação. A publicação de 1894 do jornal carioca *A Família* (LIVRO, 1894, p. 6) mostra que Nicota Bayeux era uma assinante do periódico. Apesar do nome aparentemente conservador, o jornal possuía um conteúdo bastante progressista para a realidade brasileira de então<sup>23</sup> que, por meio de suas colunas, defendia que a emancipação feminina só se tornaria uma realidade por meio do trabalho, participação política e educação da mulher (ELEUTÉRIO, 2005, p. 57) – sobretudo a questão do trabalho, era

bastante incômoda para setores conservadores da época, que tinham a preocupação de salvaguardar os papéis maternos e de domesticidade das mulheres<sup>24</sup>.

**Figura 6-Texto "A Mulher"**



Fonte: Bayeux, Nicota. s.d. [1898-1904], coleção particular. Fotografia: Mariana Sacon Frederico, 2017.

Nesse sentido, pode-se ler o texto *A Mulher* como uma contestação a tais setores da sociedade. Contestação essa que pode ser percebida também em alguns aspectos de sua trajetória: na dimensão pessoal, por exemplo, além de não ter filhos, a pintora se casou com aproximadamente 40 anos de idade com um homem treze anos mais jovem, uma união matrimonial que caminhava no sentido contrário às recomendações da época (COSTA, 1979, p. 221). Já na dimensão profissional é importante destacar que Bayeux se colocava como pintora, assumindo-se, portanto, como uma figura pública, que participava de exposições e que tinha seu nome divulgado pela imprensa da época.

Dessa forma, a partir de seu escrito *A Mulher* e seus desenhos, é possível depreender parte de seu processo criativo, de sua formação como artista e de seus posicionamentos. Seus registros pessoais são fundamentais para compreendermos o lugar de Bayeux na sociedade do início do século XX: uma pintora que buscava se desvencilhar da normatividade domesticadora esperada para as mulheres das classes altas, defendendo a emancipação intelectual.

### *Considerações finais*

O estudo da história das mulheres artistas, em especial àquelas que atuaram no final do século XIX e início do século XX, leva à uma investigação repleta de lacunas, dúvidas e contradições das fontes, o que nos permite entender o arquivo como o lugar da falta, visto que não é capaz de abarcar a completude. Relegadas ao rótulo de amadoras, muitas dessas mulheres estão ausentes nos arquivos e museus institucionais, tendo suas produções perdidas ou fragmentadas, como observado no caso dos *Archives Nationales*, da França, que durante décadas abrigou apenas a documentação relacionada aos alunos homens da *Académie Julian*. O ato de pesquisar essas escultoras e pintoras exige cruzar os poucos vestígios disponíveis, sempre com uma análise crítica de seu conteúdo, visto que as fontes existentes não podem ser entendidas como dados objetivos, pois muitas vezes estão imbuídas de pressupostos essencialistas sobre a concepção de “mulher” da época.

A partir da análise do caso da pintora Nicota Bayeux, o presente artigo deu destaque a alguns dos obstáculos encontrados ao longo da pesquisa da trajetória da artista, a exemplo da ausência de seu nome na literatura de história da arte, bem como essa dispersão das fontes e o desaparecimento de suas pinturas e de seus desenhos, que não estão nos museus públicos, com exceção de uma tela. A partir de exemplos pontuais, também foi observado que quando críticos da imprensa se referiam à obra de Bayeux costumavam categorizar sua produção a partir de estereótipos comumente atribuídos às mulheres ou aos homens, revelando dinâmicas de gênero do campo artístico brasileiro do início do século XX.

Diante deste cenário, o artigo buscou mostrar que mesmo em sua incompletude e dificuldade de acesso, os arquivos forneceram subsídios importantes para compreender aspectos da trajetória da artista. No entanto, é necessário ressaltar a importância dos acervos íntimos para o estudo da história das mulheres. Tais escritos, quando resistem ao tempo, permitem a análise da trajetória a partir da fala sobre si, dando voz ao sujeito em questão – cabe destacar que muitos destes testemunhos e memórias eram destruídos pelas próprias mulheres, com medo do julgamento futuro (PERROT, 2006, p. 30). Essa fala sobre si pode ser observada por meio do *Álbum* de Nicota Bayeux, onde a pintora registrou, dentre outras informações, parte de seu processo de criação artística, bem como seu posicionamento a respeito da condição das mulheres na sociedade onde vivia.

Ainda que diários e registros pessoais em geral estejam na esfera do íntimo, do particular, do secreto, é importante salientar que também têm a importante função de guardar a memória e fazer seu autor sobreviver ao tempo, possuindo um apelo a uma leitura posterior (LEJEUNE, 2008, p. 262). Portanto, ao registrar informações e momentos diversos de sua trajetória em um pequeno caderno, Bayeux criou condições para que seu nome e sua voz sobrevivessem e não fossem silenciados pelas muitas lacunas da história.

### Referências bibliográficas:

BAYEUX, Nicota. *Álbum*. S.d.[1898/1904].

BESSE, Susan. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira São Paulo: EDUSP, 1999.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.1, n.21, p. 129-149, 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>. Acesso em: 2 dez. 2021.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

EXPOSIÇÃO Bayeux. Correio Paulistano. São Paulo, 9 fev. 1923.

EXPOSIÇÃO de Pintura de D. Hellena P. da Silva. Revista Feminina. São Paulo, fev. 1919.

FREDERICO, Mariana Sacon. *Mulher ambígua, mulher moderna: aspectos da pintura Coeur Meurtri e da trajetória de Nicota Bayeux*. 2019. Dissertação (Mestrado). Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

GLUZMAN, Georgina. *Mujeres y arte en la Buenos Aires del siglo XIX: Prácticas y discursos*. 2014. Tese (Doutorado). Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2014.

GOES, Eurico de. Exposição de Bellas Artes. Correio Paulistano. São Paulo. 26 jan. 1913, p.1.

JOÃO PAULO. A Segunda Exposição Brasileira de Belas Artes. O Estado de São Paulo. São Paulo, 12 fev. 1913, p.4.

LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LIVRO de ouro. A Família: jornal literario dedicado a educação da mãe e família. Rio de Janeiro, 4 mar. 1894, p. 6.

MALUF, Marina; MOTT, Maria L. Recônditos do Mundo Feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: República - da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MONTIÈGE, Samuel. *L'Académie Julian et ses élèves canadiens Paris, 1880-1900*. 2011. Tese (Doutorado em História da Arte). Université de Montréal, 2011.

NERY, Pedro. *Arte, pátria e civilização: A formação dos acervos artísticos do Museu Paulista e da Pinacoteca do Estado de São Paulo, 1893-1912*. 2015. Dissertação (Mestrado em Museologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

NICOTA Bayeux. *Renascença*, revista de arte e pensamento, São Paulo, 1923.

NOCHLIN, Linda. *Porque não houve grandes mulheres artistas?* Tradução de Juliana Vacaro. São Paulo: Edições Aurora, 2016.

PELA ARTE. *Diário do Povo*. Campinas, 7 set. 1913.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução de Angela M. S. Corrêa. 2a ed. São Paulo: Contexto, 2016.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. Tradução de Sérgio Milliet. 3a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. As mulheres artistas e os silêncios da história: a história da arte e suas exclusões. *Labrys, estudos feministas*, v.11, 2007. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys11/ecrivaines/anapaula.htm>. Acesso em: 5 dez. 2021.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Profissão Artista: Pintoras e Escultoras Acadêmicas Brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

WEISBERG, Gabriel P. The women of the Académie Julian: the power of professional emulation. In: WEISBERG, Gabriel; BECKER, JR, (eds.). *Overcoming All Obstacles: The Women of the Académie Julian*. Rutgers University Press: New York, 1999.

---

<sup>1</sup>As aulas com modelo vivo eram uma importante etapa do estudo acadêmico, a qual as mulheres artistas tinham dificuldade de acesso em seus países de origem, seja pela ausência de modelos ou pelo tabu social de terem contato com corpos nus masculinos. SIMIONI, op. cit. 2008, p. 187.

<sup>2</sup>As informações sobre a aquisição da marca *Académie Julian* por André Del Debbio foram encontradas no endereço eletrônico <http://andredeldebbio.com/academiejulian.html> (Acesso em 28 de março de 2022).

<sup>3</sup> Também escreveram sobre parte dessa documentação os pesquisadores Gabriel Weisberg, Catherine Fehrer e Jane R. Becker, com textos publicados no livro: WEISBERG, Gabriel; BECKER, JR, (eds.). *Overcoming All Obstacles: The Women of the Académie Julian*. Rutgers University Press: New York, 1999.

<sup>4</sup> Após a leitura do artigo “As mulheres artistas e os silêncios da história” surgiram algumas dúvidas a respeito deste contato da pesquisadora com a documentação em 2002. Dessa forma, no dia 15 de fevereiro de 2022 consultamos Ana Paula Cavalcanti Simioni, que nos detalhou sua experiência.

<sup>5</sup> De acordo com Gluzman, eram artistas de perfil comprometido aquelas que se movimentaram para terem seus trabalhos expostos, que tinham um espaço de trabalho próprio e que possuíam uma sólida formação artística.

<sup>6</sup> É importante destacar que os *Archives Nationales* possuem apenas as fontes escritas do acervo feminino, como as correspondências, os livros de pagamentos e matrículas. Não sabemos qual foi o destino das fontes imagéticas, como fotografias, desenhos e pinturas.

<sup>7</sup> Este artigo é derivado da dissertação de mestrado “Mulher ambígua, mulher moderna: aspectos da pintura *Coeur Meurtri* e da trajetória de Nicota Bayeux” defendida no dia 26 de agosto de 2019. Tal pesquisa contou com auxílio FAPESP e o acesso à documentação dos *Archives Nationales* foi possível devido à Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE). FREDERICO, Mariana Sacon. *Mulher ambígua, mulher moderna: aspectos da pintura Coeur Meurtri e da trajetória de Nicota Bayeux*. 2019. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

<sup>8</sup> A documentação em questão faz parte dos *Fonds de l'Académie JULIAN (1867-1946)*, localizados nos *Archives Nationales, Pierrefitte-sur-Seine*.

<sup>9</sup> *Coeur Meurtri*, é um óleo sobre tela (67 cm x 87 cm) feito em [1903/1904]. Pode ser considerada sua principal produção visto que foi adquirida em 1913 pelo Governo do Estado de São Paulo e incluída ao acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo.

<sup>10</sup> Os questionamentos que serviram como base para a pesquisa visavam, principalmente, identificar as referências iconográficas e de *Coeur Meurtri* e se a maneira que a artista representou a figura feminina da tela era comum para o período. A análise da pintura não será abordada no presente artigo.

<sup>11</sup> Além do livro de Ruth Tarasanchi também encontramos menções a Nicota Bayeux, ainda que pontualmente, em trabalhos dos pesquisadores Ana Paula Nascimento, Duílio Battistoni Filho, Júlio Lucchesi, Lóris Graldi Rampazzo, Miriam Rossi e Patricia Michele Gomes. BATTISTONI FILHO, Duílio. *Vida Cultural em Campinas*. Campinas: S.N., 1986.; RAMPAZZO, Lóris Graldi. *Algumas Pintoras Paulistas na Virada do Século XIX-XX*. 1989. (Trabalho de Conclusão de Curso). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. NASCIMENTO, Ana Paula. *Espaços e a representação de uma nova cidade São Paulo (1895-1929)*. 1999. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. MORAES, Julio Lucchesi. *Sociedades culturais, sociedades anônimas: distinção e massificação na economia da cultura*. (Rio de Janeiro e São Paulo, 1890-1922). 2014. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. ROSSI, Miriam Silva. Circulação e mediação da obra de arte na Belle Époque. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 6/7. p. 83-119, 1998-1999 (Editado em 2003); GOMES, Patricia Michele. *A Revista do Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas (1902-1916)*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2009.

<sup>12</sup> Parte significativa das informações sobre o deslocamento da artista de Campinas para São Paulo e de São Paulo para a Europa foram deduzidas a partir de notícias que falavam sobre as viagens da família Bayeux, sobre o seu pai Bento Bayeux e sobre seu irmão José Theodoro Bayeux.

<sup>13</sup> Destacam-se entre os compradores de pinturas de Nicota Bayeux, personalidades políticas importantes de Campinas, a exemplo do fazendeiro Coronel Joaquim Egydio de Souza Aranha, do médico Mario Gatti, do político e fazendeiro Thuribio de Moraes Teixeira e do arquiteto Ramos de Azevedo, que embora fosse paulistano, viveu grande parte de sua vida em Campinas, tendo influência política na cidade.

<sup>14</sup> A biblioteca do CCLA também possui uma grande quantidade de jornais sobre a cidade de Campinas, que seriam de grande importância para compreender o contexto artístico campineiro no início do século XX, no entanto, o acesso a esse material não foi permitido na época da pesquisa, devido ao estado de conservação que se encontrava.

<sup>15</sup> Lista de obras do catálogo de Exposição Póstuma: 1- Mme A. L. (Rio); 2- Mlle N. B. (São Paulo); 3- Dr. José Th Bayeux (São Paulo); 4- Saudades; 5- Francesco; 6- Francesco (pescador); 7- Francesco (cabeça); 8- Cabeça (estudo de luz); 9- Geraniuna; 10- Busto nu (estudo); 11- Hugo; 12- Finet (cabeça estudo); 13- Florinda; 14- Cabeça de Velho Italiano; 15- Blusa Vermelha; 16- Melindrosa; 17- Cabeça de Moça (pastel); 18- Quem me traz os jornais; 19- Leonor (estudo); 20- Crysanthemos; 21- Rua (estudo); 22- Izabelita; 23- Rosas; 24- Vaso com flores; 25- Marinheiro; 26- Mimosa; 27- Galinhas; 28- Galinhas; 29- Galinhas; 30- Colhendo Abóboras; 31- Casa de Sapé; 32- Marinha; 33- Marinha; 34- Marinha; 35- Paisagem (aquarela); 36- Paisagem (aquarela); 37- Nostalgia (estudo); 38- Mar agitado; 39- Jogando Xadrez (crayon); 40-

Cabeça (fusain); 41- Cabeça (fusain); 42- Dolorosa (fusain); 43- Cabeça (fusain); 44- Cabeça (fusain); 45- Mosqueteiro (fusain); 46- Brincando (estudo); 47- Perfil (crayon); 48- Na feira do Arouche (crayon); 49- Rosina; 50- Galinha (aquarela); 51- Cabeça (estudo); 52- Jovem Italiana; 53- Estudo; 54- Estudo; 55- Estudo; 56- Estudo; 57- Estudo; 58- Estudo; 59- Estudo; 60- Estudo.

<sup>16</sup>A consulta ao dossiê de Nicota Bayeux ocorreu em dois momentos, no início da pesquisa de mestrado, em 2016, e no dia 14 de fevereiro de 2022

<sup>17</sup>O contato com a família da artista foi fundamental para que tivéssemos acesso a algumas produções, como as telas *Camponesa*, *Saudades*, *Retrato de Bento Bayeux*, *Sem título (Retrato de Nina)*, e *Sem Título (Retrato de Mulher com Trança)*.

<sup>18</sup>A reprodução da pintura *Cabeça de velho italiano* foi encontrada no site de leilão <https://m.skinnerinc.com/auctions/2440/lots/710> - na referida página eletrônica, a tela aparece com outro título “Tolstoi”, porém, uma reprodução da mesma pintura aparece no catálogo da exposição póstuma de Nicota Bayeux com o título “cabeça de velho italiano”. Já a fotografia de *Figura* foi encontrada no site <https://www.fibragalera.com/peca.asp?ID=346724&ctd=29>, do leilão Fibra Galeria. Em ambos os casos o autor é desconhecido e a assinatura é “Nic. Bay”.

<sup>19</sup>Material consultado no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, São Paulo.

<sup>20</sup>Em 1914 a artista concedeu uma entrevista ao jornal *A Gazeta*, do Rio de Janeiro, quando falou a respeito de uma “filhinha”, contudo, esse foi o único vestígio encontrado sobre a criança – inclusive a família da artista, que foi entrevistada para a pesquisa de mestrado, desconhece a existência de uma filha. NO “ARLANZA” veio de Paris a gentilíssima pintora paulista Mme. Nicota Bayense. *Gazeta de Notícias*. 29 de setembro de 1914, p. 2.

<sup>21</sup>Alguns dos registros do *Álbum* estão datados, o que nos permitiu delimitar os anos de produção.

<sup>22</sup>O diário de viagem, que está no interior do *Álbum*, trata das vivências da artista desde a partida de São Paulo no dia 14 de maio de 1902 até o dia 29 de julho, já em Paris. Bayeux escreve sobretudo a respeito das pessoas que conviveu e se relacionou.

<sup>23</sup>No entre séculos existiam diversos periódicos voltados para o público feminino, porém, estes possuíam conteúdo que, em muitos momentos, corroborava com aquilo que era socialmente aceito para as mulheres, fomentando a ideia de submissão ao homem. Assuntos muito frequentes em periódicos como *Revista Feminina*, *A Estação* e *Alma Feminina*, tinham a função de educar para o casamento, com dicas de culinária e moda. Já o jornal *Família*, possuía um conteúdo com linguagens e formatos diferentes, como contos, poemas, textos políticos e traduções de textos representativos para a causa feminista.

<sup>24</sup>Quando falamos dessa reivindicação das mulheres em poderem sair do espaço doméstico para terem acesso ao espaço público e ao mundo do trabalho remunerado, nos referimos às mulheres pertencentes às classes dominantes. A maioria das mulheres brasileiras do início do século XX, além de cuidarem dos afazeres domésticos eram as responsáveis pelo sustento de suas famílias. MALUF; MOTT, op. cit., 1999, p. 400.

Artigo recebido em 20 de fevereiro de 2022.

Aceito para publicação em 8 de junho de 2022.

# **SOBRE ARQUIVOS E LEGADOS: UMA EXPERIÊNCIA A PARTIR DO ARQUIVO WALDISA RUSSIO**

## **ABOUT ARCHIVES AND LEGACIES: AN EXPERIENCE FROM THE WALDISA RUSSIO ARCHIVE**

Viviane Panelli Sarraf \*

Karoliny Aparecida de Lima Borges\*\*

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo discutir o trabalho realizado pela equipe do projeto Jovem Pesquisador FAPESP “O legado teórico de Waldisa Rússio para a Museologia Internacional” a partir do arquivo de Rússio. O projeto tem como objetivo principal pesquisar e difundir o legado teórico da professora e museóloga Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, que foi de certa forma apagado e esquecido por grande parte do campo museológico após seu falecimento em 1990. Outro objetivo do projeto é realizar o processamento do fundo pessoal com a intenção de visibilizar novas fontes para pesquisa tanto sobre a própria museóloga, quanto sobre a museologia no Brasil e no mundo nas décadas de 1970 e 1980 e sobre as próprias instituições museológicas das quais Rússio participou.

**Palavras-chave:** Waldisa Rússio, Museologia, Arquivos pessoais.

**Abstract:** This article aims to discuss the work done by the team of the Jovem Pesquisador FAPESP project "The theoretical legacy of Waldisa Russio for International Museology" from Russio's archive. The project's main objective is to research and disseminate the theoretical legacy of professor and museologist Waldisa Russio Camargo Guarnieri, which was somehow erased and forgotten by most of the museological field after her death in 1990. Another goal is to process the personal collection with the intention of providing new sources for research on the museologist herself, on museology in Brazil and in the world in the 1970s and 1980s, and on the museological institutions in which Waldisa participated.

**Keywords:** Waldisa Russio, Museology, personal papers.

### *Introdução*

O presente artigo tem como objetivo discutir o trabalho realizado pela equipe do projeto Jovem Pesquisador FAPESP “O legado teórico de Waldisa Rússio para a Museologia Internacional”, idealizado e coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Viviane P. Sarraf com

---

\*Pesquisadora Colaboradora do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo com Auxílio e Bolsa Jovem Pesquisador FAPESP. Pesquisadora Responsável e Principal do Projeto de Pesquisa (JP-FAPESP/IEB-USP) "O Legado Teórico de Waldisa Rússio para a Museologia Internacional". Pós Doutora em Museologia pelo PPGmus-USP, Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, Mestre em Ciência da Informação pela ECA-USP, Especialista em Museologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e Graduada em Educação Artística pela FAAP.

\*\* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras do IEB-USP e graduada em História pela Universidade de São Paulo. Foi bolsista de mestrado no projeto de organização do Fundo Waldisa Rússio entre 2019 e 2022, tendo colaborado em outros projetos de organização de arquivos pessoais dentro do Arquivo IEB-USP desde 2014.

o propósito de pesquisar, analisar, sistematizar e desenvolver estratégias de reconhecimento da contribuição teórica e empírica da museóloga, professora e servidora pública Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (1935-1990) para os museus e a museologia brasileira e internacional a partir do processamento documental do Arquivo Waldisa Rússio, salvaguardado no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP).

Waldisa Rússio, maneira como assinava grande parte de seus documentos, foi uma das figuras-chave para o desenvolvimento do campo da museologia no Brasil, especialmente em São Paulo, mas de alguma forma teve seu legado, especialmente o teórico, apagado e esquecido por grande parte do campo após seu falecimento em 1990.

Acredita-se que esse esquecimento se deu em parte por tensões existentes com outros atores do campo e em parte porque, com seu falecimento precoce e inesperado, a museóloga não conseguiu estruturar e compilar sua obra.

O projeto realizado no setor de arquivo do IEB-USP tem como parte das suas atividades realizar o processamento do fundo pessoal, com o objetivo de visibilizar novas fontes para pesquisa tanto sobre a própria museóloga, quanto sobre a museologia no Brasil e no mundo nas décadas de 1970 e 1980, e sobre as próprias instituições museológicas das quais Rússio participou.

Será apresentado no presente artigo um resumo com os principais pontos de sua carreira, com a intenção de tornar compreensível a dimensão do impacto do trabalho de Rússio para o desenvolvimento do movimento de consolidação da museologia como disciplina científica no Brasil e no mundo e para a afirmação da Função Social e Educativa dos museus em ações práticas e reflexões teóricas.

Além disso, o artigo trará um breve relato dessas atividades de processamento do fundo e das outras atividades realizadas a partir do processamento, e discutirá a questão dos arquivos de mulheres com base em reflexões feitas a partir de discussões estabelecidas na participação dos membros do projeto junto à Rede Arquivos de Mulheres (RAM).

### *Waldisa Rússio e o campo museal*

Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, originalmente Waldisa Pinto Rússio, nasceu na cidade de São Paulo em 1935. Formou-se em Ciências Jurídicas em 1959 na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; tendo concluído o mestrado em 1977 e o doutorado

1980, ambos sob orientação do professor e sociólogo Antônio Rubbo Müller e na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP).

Sua dissertação, intitulada “Museu: um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento”, propõe entender como os museus no Brasil foram organizados, historicizando os diferentes modelos de museus ao longo do tempo e apontando a necessidade de mudança do paradigma museológico que colocava os museus como um lugar de guarda de objetos.

Já sua tese de doutorado, intitulada “Um Museu de Indústria em São Paulo”, serviu como base para a constituição de um dos principais projetos de sua carreira, o Museu da Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia de São Paulo. A tese apresenta um histórico de Museus de Ciência, Indústria e Técnica no mundo, e os fundamentos e a proposta museológica para um Museu de Indústria em São Paulo, com o anteprojeto museográfico e o anteprojeto da estrutura técnica-administrativa do museu.

Ambas as obras apresentam o trabalho como um elemento central no desenvolvimento da condição humana, um componente constituidor da cultura e, conseqüentemente, do patrimônio cultural que deveria ser preservado pelos museus. Essa compreensão da cultura e do lugar do trabalho humano dentro da esfera cultural vai aparecer ao longo de toda sua carreira, tanto em artigos e textos de falas publicados, quanto na base de seus projetos museológicos.

Cabe ressaltar, principalmente em relação a esse segundo trabalho, o caráter militante nas pesquisas e na produção acadêmica de Rússio, em busca de uma prática museal que estivesse pautada no museu como agente de desenvolvimento social, engajado com as questões sociais de sua comunidade e entorno.

Na consolidação do projeto do Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo, criado no âmbito da Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia de São Paulo, é possível concluir, a partir da análise documental, que o principal elemento patrimonial do museu era o trabalho dos operários e colaboradores das indústrias e do comércio do Estado de São Paulo.

Eles também eram considerados o público principal do museu, junto com suas famílias e a comunidade do entorno dos diferentes polos museológicos que o comporiam, como Indústrias, Fábricas, Museus de Fábricas, espaços expositivos em áreas comerciais da cidade de São Paulo.

Antes mesmo de fazer o mestrado e o doutorado, Rússio iniciou sua atuação no campo das políticas culturais na década de 1960, tendo migrado para o campo da museologia na década de 1970, campo em que permaneceu até seu falecimento súbito em 1990. Como funcionária pública, esteve intimamente envolvida nas modificações das políticas culturais do Estado, nas quais

Liderou mudanças administrativas, coordenou grupos de trabalho e implantou programas culturais. A sua projeção profissional alcançou, ainda, a elaboração de diversos projetos museológicos como, por exemplo, o projeto para a Casa-Museu dedicada a Guilherme de Almeida, em São Paulo, e a proposta da Estação Ciência, também na capital, a convite do CNPq (BRUNO; FONSECA; NEVES, 2010b, p.162).

Além do museu Casa Guilherme de Almeida e da Estação Ciência, Rússio ainda contribuiu para a implantação, para a reforma administrativa e para o projeto museológico e expositivo do Museu de Arte Sacra e do Museu da Casa Brasileira e para idealização e implementação parcial do já citado Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia, um museu polinuclear que focaria na preservação de práticas voltadas para o universo do trabalho.

O projeto do Museu da Indústria tinha em seu cerne um avanço na discussão sobre patrimônio e preservação que acontecia nas décadas de 1970 e 1980, ao sair da lógica de preservação somente de bens com características monumentais, e passar a promover uma memória da classe trabalhadora; propor a preservação de práticas, e não somente de objetos – sendo, portanto, uma proposta de preservação de patrimônio imaterial, um diferencial em relação a outros modelos de museu que têm como enfoque a preservação de suas coleções materiais –; colocar o trabalho como um elemento importante dentro do desenvolvimento humano; e procurar incentivar vínculos com as comunidades diretamente ligadas aos diversos núcleos que comporiam o museu.

Em sua atuação dentro da comunidade museológica, Rússio participou de diversos conselhos e associações da área, tanto no âmbito nacional quanto internacional, tendo contribuído para a criação da Associação dos Trabalhadores de Museu (ATM), da Associação Paulista de Museólogos (ASSPAM) e do Conselho Federal de Museologia (COFEM), tendo neste último colaborado para a regulamentação da profissão de museólogo.

Além disso, Rússio foi membro do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e fez parte da diretoria do Comitê Internacional de Museologia do ICOM (ICOFOM) entre 1983 e 1986. Suas contribuições para o ICOFOM incluíram a participação no movimento

para o reconhecimento da museologia como disciplina científica e a colaboração em publicações do comitê, como *Icofom Study Series* e o *MuWop (Museological Working Papers)*.

Dentre suas formulações teóricas publicadas e discutidas com seus pares, Rússio ficou conhecida pela formulação do conceito de “fato museal”, que ela mesma define como a “relação profunda entre o homem – sujeito conhecedor –, e o objeto, parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir” (GUARNIERI, 2010a, p. 123) dentro do espaço do museu.

Outra importante contribuição para o campo foi sua atuação como idealizadora, coordenadora e professora do Curso de Especialização em Museologia da FESP-SP em 1978. O curso seguia as recomendações do ICTop-ICOM (*International Comitee of Training of Personel* do ICOM), que afirmava que a formação de museólogos ocorresse em cursos de pós-graduação Lato Sensu e com abordagem interdisciplinar, algo inovador para a formulação museológica do período.

Único curso de museologia em São Paulo no período, ele formou uma geração inteira de museólogos paulistas que hoje em dia são referências no campo museológico brasileiro, como Maria Cristina Oliveira Bruno – professora titular no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e atual coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da USP –; Beatriz Cruz – museóloga responsável pelo Museu de Arte Sacra de São Paulo, tendo sido, durante 20 anos, museóloga da Secretaria da Cultura –; Marília Xavier Cury – museóloga e professora do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, que desde 2010 se dedica à pesquisa-ação colaborativa com indígenas, reconhecendo as contribuições dos povos originários na constituição da ideia de museu e no desenvolvimento da Museologia –; Amanda Tojal – museóloga e educadora de museus, consultora em Acessibilidade e Ação Educativa Inclusiva para públicos com deficiências em museu<sup>24</sup>, entre outros.

Rússio “ultrapassava os limites acadêmicos e buscava inserir os alunos nas práticas museológicas” (ARAÚJO, 2017, p. 74), proporcionando a criação de uma espécie de rede com esses “jovens profissionais da área, que [ela] acolheu em seus projetos e encaminhou para oportunidades profissionais e acadêmicas – e que hoje são destacados profissionais da área de museologia, preservação do patrimônio e ação cultural” (SARRAF, 2018, p.307).

A coordenação de Rússio no curso durou 12 anos ininterruptos, nos quais ela procurou proporcionar uma dimensão prática ao curso, e propiciar oportunidades profissionais e acadêmicas no Brasil e no exterior para o alunado.

Além disso, existiu uma preocupação em reunir para as disciplinas e palestras professores e profissionais nacionais e internacionais de grande influência na área museológica e social. Entre eles podemos destacar Gael de Guichen, então diretor da área de formação do ICCROM – *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* – que entre 1978 e 1984 ministrou a disciplina de Conservação Preventiva; Maria Teresa Gomes Ferreira, então diretora dos Museus Gulbenkian de Lisboa, que ministrou palestras em disciplinas e eventos; Nise da Silveira, psiquiatra, fundadora do Museu de Imagens do Inconsciente e responsável pelo trabalho de Arte-Terapia no Hospital Psiquiátrico do Engenho de Dentro.

O contato com esses profissionais e pesquisadores atribuía ao curso uma qualidade de nível internacional, além de possibilitar aos estudantes uma visão atual e ampliada da área de museologia, suas aplicações, possibilidades e intercâmbios.

A atuação docente de Rússio, entretanto, não se limitou ao Curso de Especialização em Museologia da FESP-SP. Ela também colaborou como docente principal e coordenadora de cursos em outros lugares do Brasil, como Bahia, Minas Gerais e Pará, e em países como Peru, Venezuela e México.

Rússio faleceu aos 55 anos, em 1990, após sofrer mal súbito durante uma viagem ao México para participar do Simpósio Patrimônio, Museo y Participacion Social, de onde ela viajaria para Cuba, onde iria ministrar a disciplina de Teoria Museológica na Oficina de Cultura que a UNESCO estava promovendo no país. Segundo o museólogo Mário Chagas,

seu pensamento museológico libertário, o seu flerte anarquista com o anarquismo, as suas referências a Charles Chaplin e suas posições políticas decolonizadoras eram (e continuam sendo) inspiradoras. Além disso, num momento em que as posições políticas majoritárias no campo da museologia, dos museus e do ensino da museologia eram fortemente conservadoras e alinhadas com a ditadura militar, os posicionamentos teóricos, políticos e pedagógicos de Waldisa Rússio traziam uma lufada de inovação para o campo museal brasileiro. (CHAGAS, 2017, p.133).

Rússio nunca teve tempo de revisar, organizar e editar sua obra, que ficou espalhada em artigos publicados em revistas da área e jornais, em textos de comunicações

e palestras para eventos no Brasil e em diversos países, e presente em seus projetos museológicos.

Deve ser mencionada também a importância desse material na influência de muitos trabalhos profissionais e acadêmicos de seus ex-alunos e de colaboradores que participaram de ações sob sua coordenação, que por consequência acabaram por deixar um legado na área de museologia no país.

Ainda assim, nos anos que sucederam seu falecimento, a atuação de Rússio foi pouco lembrada e, aos poucos, seu legado foi relegado à memória das pessoas que a conheceram. Os documentos em seu fundo ficaram esquecidos e, em alguns casos, até mesmo desconhecidos, e seus trabalhos teóricos e empíricos enfrentaram um processo de apagamento, sendo pouco referenciados e visibilizados.

Após um período sob a guarda do Instituto de Museologia da FESP-SP, instituição da qual Rússio havia sido diretora até seu falecimento, seu arquivo foi doado para o IEB-USP, onde permaneceu por mais de duas décadas não sistematizado e, por conta disso, pouco conhecido.

#### *Uma reflexão sobre arquivos de mulheres*

O acesso à documentação é algo vital para gerar interesse em pesquisadores e na comunidade de forma mais ampla, e, no caso dos arquivos de mulheres, é essencial para dar voz às mulheres na história e na memória. Servindo normalmente como guardiãs da memória de seus pais, de seus maridos, de suas famílias ou de suas comunidades, os esforços para a constituição e preservação de arquivos de mulheres e sobre mulheres é uma pauta iniciada com movimentos feministas dos anos 1960 e 1970, com a intenção de preservar um patrimônio feito por mulheres e sobre as mulheres (VASSALLO, 2018, p. 82).

Isso acontece ao se perceber que, para que as mulheres assegurassem seu lugar como sujeitas da história, seria necessário a preservação de material que registrasse suas atividades (CIFOR & WOOD, 2017, p. 4), que eram vistas como acontecimentos que se davam à margem da história oficial. Dentro da arquivologia, esse movimento de preservação vem em consonância com correntes da arquivologia contemporânea que tiravam os arquivos e os próprios arquivistas de uma posição de neutralidade colocada por diversas linhas teóricas da arquivologia tradicional, desde o século XIX.

Os arquivos e as instituições de guarda passam a ser entendidos como uma forma expressão do poder presente em determinada sociedade, sendo instrumentos de criação e

de controle da memória e da história, ao conservar ou apagar determinados agentes ou acontecimentos, e repercutir “na organização do contexto social ao mesmo tempo em que são estruturados por ele” (DUARTE, 2018, p. 11), o que dialogava diretamente com as discussões feitas dentro dos movimentos feministas. Preservar esses acervos é finalmente percebido como algo crucial para a preservação de uma memória intelectual que é muitas vezes marginalizada e esquecida, sendo possível pensar o arquivo como algo composto por inclusões e exclusões, silêncios e representações (CIFOR & WOOD, 2017, p. 14-15).

Vale ainda ressaltar aqui, que os arquivos produzidos fora das instituições públicas já são no geral de difícil acesso por serem produzidos e acumulados em âmbito privado, com os arquivos produzidos por mulheres essa dificuldade é ainda maior, e gerada muitas vezes pela destruição desses acervos ou pela manutenção deles na esfera privada em posse dos herdeiros (VASSALLO, 2018, p. 91).

Da mesma forma que os esforços para a constituição e a preservação de arquivos de mulheres e sobre mulheres, as políticas de acesso e de difusão dos arquivos de mulheres estão na agenda do feminismo acadêmico há décadas (VASSALLO, 2018, p. 86), mas esses arquivos só passaram a ser de interesse para as instituições de memória no Brasil e para os pesquisadores de maneira mais ampla muito recentemente.

As mudanças nas instituições de memória têm sido lentas e graduais, o IEB-USP, por exemplo, já que é o caso aqui tratado, tem sua política de aquisição norteadas pelas diretrizes:

- [os acervos...]1. Serem relacionados às áreas constitutivas do Instituto, a saber: Antropologia; Arquitetura; Artes Plásticas; Cinema; Direito; Economia; Educação; Geografia; História; Língua; Literatura; Música; Sociologia; Teatro; Toponímia.
2. Serem afeitos aos Estudos Brasileiros;
3. Estarem relacionados às áreas de pesquisa existentes e/ou emergentes no IEB consolidadas em projetos de pesquisa, grupos de estudos etc.;
4. Terem características multidisciplinares;
5. Preservarem a integralidade do acervo mantendo a indissociabilidade entre suas diferentes partes. (Universidade de São Paulo, 2010, p.34)

É possível ver que, apesar de serem diretrizes de caráter abrangente, o instituto, até o momento, não estabeleceu políticas institucionais de aquisição ligadas a gênero – nem referentes a minorias no geral, algo que pode e deve ser levado em conta em uma instituição que é especializada em “estudos brasileiros” –, nem tem algum programa ou projeto que priorize a organização de seus fundos ligados às mulheres.

E é importante salientar que mesmo a mudança na política de aquisição deveria vir acompanhada de outras mudanças de caráter estrutural, com um enfoque maior em

repensar os arquivos e as instituições de guarda a partir de pressupostos que vão observar relações de poder e os silenciamentos e falar de questões de identidade, e não somente recolher e guardar mais arquivos de mulheres (CIFOR & WOOD, 2017, p. 18) – especialmente se essa recolha não for acompanhada de uma organização e de uma disponibilização do arquivo para o público.

Repensar os arquivos e as instituições passa pela possibilidade de serem feitas revisões nos padrões dos nossos instrumentos de pesquisa, tendo uma indexação que leve em conta nomenclaturas e descritores que saiam de uma lógica que privilegia atributos normalmente ligados ao universo masculino, permitindo o acesso a pessoas e trajetórias apagadas.

A mudança de nome, por exemplo, é algo importante quando pensamos em titulares mulheres, já que tradicionalmente no Brasil elas trocam de sobrenome quando se casam. É o próprio caso de Rússio, que por diversas vezes vai oscilar entre adotar somente o sobrenome da família paterna ou acrescentar o sobrenome da família do marido. Isso facilita a perda de registros relacionados à trajetória de diversas mulheres, especialmente no meio acadêmico, já que as citações são feitas pelo sobrenome e algo que precisa ser pensado no momento de planejamento dos mecanismos de cadastro e indexação das instituições de guarda.

O fato de que uma instituição passou mais de duas décadas sem se propor a disponibilizar uma sistematização para a consulta do público de um de seus maiores arquivos pessoais é uma pequena amostra de como os arquivos de mulheres podem ser apagados mesmo quando institucionalizados. Como profissional, Rússio:

não se representou como uma mulher excluída de uma sociedade organizada para e por homens [...] [mas] sua trajetória foi, em si, o rompimento de um padrão social. Em todos os documentos e relatos, há sempre muitos homens entre ela, são seus chefes, colegas de conselho, alunos (GOUVEIA, 2018, p. 113).

Ainda assim, seu legado recebeu durante muito tempo o mesmo tratamento que o de outras mulheres na história: sobreviveu de maneira oral nos relatos de seus alunos, muitas vezes por conta de dimensões afetivas; e de maneira física foi inicialmente preservado por uma outra mulher, sua mãe, e depois parcialmente esquecido em uma instituição que tinha outras ações como prioritárias.

*A invisibilização do fundo Waldisa Rússio e o Projeto Jovem Pesquisador FAPESP*

Tendo recebido uma organização preliminar por parte de professores e alunos ligados ao Instituto de Museologia de São Paulo, o arquivo pessoal de Waldisa Rússio foi incorporado ao IEB-USP em 1992, a partir de doação feita pela mãe da museóloga, Isa Simões Pinto.

O acervo, composto prioritariamente por livros e documentos referentes ao universo de trabalho de Rússio, foi dividido entre acervo bibliográfico e acervo arquivístico, sendo encaminhados aos respectivos setores do Instituto. O acervo arquivístico está atualmente distribuído em 409 caixas e em uma gaveta de mapoteca e é o segundo maior fundo pessoal sob a guarda do Arquivo IEB<sup>25</sup>, com uma estimativa de 25 mil documentos.

A parte bibliográfica do acervo é composta por aproximadamente 1700 volumes e se encontra organizada e disponível para busca pelo sistema online de bibliotecas da USP, o Dedalus, e para consulta local na Biblioteca da instituição.

É preciso mencionar que para diferenciar o arquivo Waldisa Rússio, da documentação que compõe o Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP como um todo, ou seja, o conjunto de arquivos (fundos) que compõe o arquivo IEB-USP, o acervo pessoal deixado por Waldisa Rússio, será aqui tratado como fundo Waldisa, já que o termo fundo equivale à arquivo, em seu significado de “Conjunto de documentos de uma mesma proveniência” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 97).

O primeiro tratamento realizado no fundo foi iniciado em 1994, com a adoção de uma organização que identificava a documentação a partir de um código formado pelo número da caixa e pelo volume em que o documento estava; sendo utilizado um sistema alfanumérico de identificação que, aparentemente, seguia a ordem deixada pela organização feita no Instituto de Museologia. Nos anos 2000, o fundo recebeu um segundo tratamento, que adotou uma nova organização e uma nova identificação dos documentos: o código foi feito com um sistema numérico bipartido, cujo primeiro número da sequência do código se refere a uma categoria documental/museológica atribuída pela equipe de organização e o segundo à ordem de inventário.

Ambas as organizações foram feitas antes da adoção de um sistema informatizado no Arquivo IEB-USP e não produziram nenhum instrumento de pesquisa – ou seja, de um “meio que permite a identificação, localização ou a consulta a documentos ou a informações neles contidas” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 108) – que facilitasse o acesso ao fundo.

Foram deixados poucos registros sobre a realização dessas atividades de organização e as sistematizações das informações sobre o fundo foram mantidas junto dos próprios documentos, espalhadas em mais de 400 caixas; o que dificultava o acesso ao fundo. A atual organização iniciada no fim de 2017 está sendo realizada pelo projeto Jovem Pesquisador FAPESP “O legado teórico de Waldisa Rússio para a Museologia Internacional”, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Viviane Sarraf, e tem como objetivo principal a divulgação do legado teórico e empírico da museóloga.

O projeto também visa possibilitar a criação de um instrumento de pesquisa para o fundo, estando atualmente trabalhando com o banco de dados do Arquivo IEB-USP, o Sistema de Gerenciamento de Acervos (SGA) e em processo a criação de um guia, o que facilitará o acesso ao fundo e dará uma melhor compreensão de sua documentação como um todo, algo que não foi possível com as organizações anteriores.

O tratamento documental inclui a manutenção da conservação preventiva do acervo, iniciada nos projetos de organização realizados anteriormente, com higienização e acondicionamento da documentação em envelopes de papel neutro; a classificação, ou seja, a “organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 49); o cadastro dos documentos no SGA; e a digitalização da documentação.

A classificação dos documentos do fundo Waldisa Rússio foi feita a partir de um quadro de arranjo<sup>26</sup> funcional, ou seja, como aponta Bellotto (2006, p. 149), a criação de um grupo dentro do quadro de arranjo do fundo está ligada às funções que justificam sua existência. O quadro é, portanto, composto por conjuntos de documentos produzidos pela mesma função ou atividade e esses agrupamentos são denominados grupos e subgrupos e divididos em níveis hierárquicos.

No caso do fundo Waldisa Rússio, os grupos que encabeçam o quadro de arranjo são: Museologia; Relações Sociais; Estudos para Obra; Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia; Formação; Universo de Interesse; Vida Doméstica e Familiar; Documentação Complementar e Documentação Póstuma.

Ou seja, a criação de um grupo no fundo Waldisa Rússio, como, por exemplo, do Grupo Secretaria de Estado da Cultura, ocorre pela existência de documentos que comprovam a atuação de Rússio como funcionária da Secretaria, como relatórios, atas de reuniões, anotações e ofícios que foram produzidos durante o dia a dia de Rússio dentro do órgão público, existindo, dentro desse grupo que encabeça o quadro, subdivisões (subgrupos) que seguem a mesma lógica e que são criados porque se remetem a uma

atividade específica feita por Rússio no âmbito da Secretaria, como, por exemplo, o trabalho dela como assistente técnica.

Seguindo a classificação durante o cadastro no banco de dados, cada documento recebe uma espécie de número de série, denominado código de referência, composto por uma sigla que vai identificar individualmente cada documento dentro do acervo. Para cada série de documentos, foi estabelecido pela equipe de tratamento documental um código de referência, que consiste nas iniciais da titular do fundo, acrescidas de uma sigla relacionada normalmente ao grupo ou subgrupo documental do qual o documento faz parte, junto com uma numeração que vai do 1 ao infinito, como no exemplo: WR-MI-0001, ou seja, WaldisaRússio-MuseudaIndústria-0001.

Simultaneamente ao processo de descrição do documento na plataforma digital, é feito o processamento físico, ou seja, sua codificação e acondicionamento. O código garante ao documento a correspondência com sua ficha digital, que contém uma pequena descrição de seu conteúdo e outras informações como data e autor e lugar onde ele poderá ser encontrado no acervo.

Uma característica importante do sistema utilizado para o cadastro no Arquivo IEB-USP é a possibilidade de se identificar o documento em mais de um lugar no quadro de arranjo, o que permite reconhecer que um documento pode “pertencer a (ou refletir) várias séries de ordens originais, e não apenas uma” (Cook 2018, p. 69). Isso enfatiza a complexidade do contexto de criação dos documentos, ampliando as possibilidades de análise de um documento no âmbito de uma pesquisa.

Isso permite, por exemplo, que cadernos com anotações, artigos científicos, artigos de periódico, folhetos sobre instituições museológicas e livros utilizados por Rússio para compor sua base teórica para pesquisas e/ou para formulação de projetos de museus possam ser pensados como fonte de diversos trabalhos e alocados, dentro do sistema, com múltiplas combinações diferentes de grupos e subgrupos.

Todo esse trabalho possibilita o acesso aos documentos de maneira individual ou como séries documentais e permite que qualquer pessoa possa acessar as descrições de cada documento no site do IEB-USP<sup>27</sup> e consultá-lo de maneira física no Arquivo IEB-USP.

Para se ter uma dimensão da ampliação do alcance possibilitado pela presença da parte já cadastrada do fundo Waldisa Rússio no SGA, entre 2010 e 2017, o fundo foi consultado 15 vezes, enquanto nos dois primeiros anos de atividade do projeto Jovem Pesquisador utilizando o sistema, 2018 e 2019, ele teve 23 consultas<sup>28</sup>. Até o momento

(fevereiro de 2022), a equipe do projeto já disponibilizou a descrição de aproximadamente 7 mil documentos, organizados segundo os grupos e subgrupos do Quadro de Arranjo do fundo no Catálogo Eletrônico do Arquivo da Instituição, e já possui aproximadamente 2 mil documentos digitalizados em alta definição.

É interessante destacar como a organização do fundo Waldisa Rússio é importante para a história de diversas instituições museológicas, especialmente as de São Paulo. Sendo formado basicamente por documentos referentes às suas atividades profissionais, Rússio de alguma forma guardou a memória de diversas instituições do estado, algumas já extintas e que teriam suas histórias apagadas, como o Museu da Indústria e os projetos iniciais da Estação Ciência.

Como desdobramento da organização do fundo, diversas pesquisas sobre a atuação de Waldisa Rússio surgiram no âmbito do projeto, incluindo pesquisas de mestrado e de iniciação científica sobre o Museu da Indústria e a Estação Ciência; sobre a preservação do patrimônio no pensamento de Rússio; sobre seu conceito original de Fato Museal; sobre o projeto do Museu da Criança e das Oficinas Infantis organizadas pelo Museu da Indústria; sobre a democratização do acesso ao patrimônio; sobre as contribuições de Rússio nos museus de arte de São Paulo; além de outras pesquisas feitas de maneira autônoma por bolsistas de Treinamento Técnico e voluntários que compuseram e compõem a equipe.

Junto ao trabalho de processamento documental, o projeto realiza entrevistas com ex-alunos, familiares e companheiros de trabalho de Rússio, que servem como um complemento ao fundo e estão presentes em sua documentação complementar. Atualmente, há 27 depoimentos gravados em áudio e vídeo, que podem ser consultados por pesquisadores interessados.

O projeto também foi responsável por realizar diversas ações de difusão, com a publicação de artigos científicos em revistas acadêmicas, como a Revista do Arquivo do Estado e a Revista do Instituto de Estudos Brasileiros; e a gravação de podcasts para o Podcast do IEB e o Podcast Farol – Conexões da Informação.

Além disso, os membros do projeto participaram da organização de eventos sobre o arquivo pessoal de Rússio e sobre a própria museóloga, como os seminários online “IEBinário As Contribuições de Waldisa Rússio para os Museus Paulistas”, em 20 de outubro de 2020; o “IEBinário Waldisa Rússio e o campo cultural brasileiro: possíveis reflexões para o presente”, que aconteceu em 13 de novembro de 2020; e “As Contribuições de Waldisa Rússio para os Museus e para a Museologia em Homenagem

aos 50 anos do MCB”, fruto de uma parceria entre o IEB-USP e o Museu da Casa Brasileira, ocorrido entre 25 e 29 de março de 2021, além de participação com fala em seminários como o “IEBinário - Arquivos de Mulheres: memória e representatividade”, realizada em 24 de novembro de 2020<sup>29</sup>.

Também foram criadas redes sociais sobre o projeto, com o intuito de difundir o acervo e a obra de Waldisa Rússio ao grande público e divulgar as atividades realizadas pelo projeto de organização.

A criação das redes sociais possibilitou um diálogo com um público que não necessariamente conhecia a obra e o pensamento de Waldisa Rússio, e que não é necessariamente frequentador de arquivos; e ainda promoveu a parceria com outras iniciativas, como foi o caso da colaboração com a Revista Tonel<sup>30</sup>, projeto desenvolvido por graduandos da Escola de Comunicação e Artes da USP, que teve como resultado uma série de postagens sobre a descolonização dos museus e a obra de Waldisa Rússio e que foi ao ar nas páginas do Instagram dos dois projetos.

As redes sociais ainda promoveram o contato com pessoas que tinham convivido com Waldisa Rússio, viabilizando o recolhimento de seus depoimentos que vão ser acrescentados ao fundo como documentação complementar. Elas também possibilitaram o acesso à documentação inédita para a pesquisa, que estava em posse de membro da família que não conhecia o projeto anteriormente.

Tendo em vista o panorama mencionado sobre a questão dos arquivos de mulheres, a equipe do projeto Jovem Pesquisador FAPESP “O legado teórico de Waldisa Rússio para a Museologia Internacional” também teve como uma de suas frentes a atuação junto à Rede Arquivos de Mulheres (RAM), iniciativa criada para “visibilizar, valorizar e refletir sobre arquivos de mulheres e seus processos de salvaguarda”<sup>31</sup>.

O intuito inicial foi inserir o trabalho da equipe nas discussões sobre arquivos de mulheres – algo que não estava colocado nos objetivos iniciais do projeto, mas que passou a fazer sentido a partir das reflexões sobre provenientes das pesquisas realizadas dentro do projeto –, mas a participação junto à Rede acabou mostrando a importância de se estabelecer mudanças no campo da arquivologia e nas próprias instituições de guarda.

Viu-se também, a partir da participação em discussões feitas na RAM, como o esforço para que essas mudanças aconteçam deve vir pautado em mudanças sociais que perpassam a própria discussão do que deve ser preservado. Além disso, é importante pensar pelo que passa essa preservação: ela é referente à coisa física relacionada com o seu suporte do documento, e somente mantê-lo dentro de uma instituição é realmente o

bastante ou é preciso pensar em estratégias para que os arquivos sejam acessíveis e acessados?

Isso reforça a necessidade de criação de movimentos e redes que pautem essas questões e ampliem para toda a sociedade o diálogo que está inicialmente no campo acadêmico ou restrito a grupos de militância.

Esse diálogo permite evitar que apenas os mesmos grupos de populações marginalizadas sejam responsabilizados pelo trabalho de pedir por mudanças (CIFOR & WOOD, 2017, p. 19), como os movimentos feministas e as mulheres em geral vêm sendo até hoje os responsáveis e os responsabilizados pela preservação de seus arquivos, e ao mesmo tempo ressalta a compreensão de que “os arquivos não são objetos com funcionamento isolado das questões político sociais que os cercam, mas objetos em constante e profunda interação dialógica com seu meio” (DUARTE, 2018, p. 9), e que, portanto, as instituições precisam entendê-los em sua relação com a sociedade.

O interessante é pensar que, no âmbito dos museus, Rússio já estava de alguma maneira pensando essas mudanças de paradigma da preservação, o que torna ainda mais importante trazer seus trabalhos de volta para as discussões.

### *Considerações Finais*

O presente artigo tentou, de maneira muito resumida, refletir sobre os processos de trabalho que envolvem o resgate de um legado a partir de um arquivo pessoal, apontando a importância dos processos de tratamento documental, como a conservação preventiva, a organização e a descrição da documentação, e também as outras atividades ligadas a esse tratamento, mas que o extrapolam, partindo para os âmbitos da pesquisa acadêmica com recortes fora da chave arquivística, como a difusão e o próprio processo de se pensar o fundo em questão como o arquivo pessoal de uma mulher.

Por consequência da pesquisa e das atividades que compõe o processamento técnico serem realizados em um fundo de uma mulher paulista, que iniciou sua carreira no campo da cultura e dos museus a partir do ingresso como funcionária pública do Governo do Estado de São Paulo, as discussões acerca da invisibilização da produção intelectual de mulheres na história brasileira, sobretudo aquelas que se destacaram independente de uma figura masculina de maior projeção a elas associados, como maridos, pais, avós e irmãos, são retomadas no campo acadêmico.

Assim como Waldisa Rússio, outras mulheres que contribuíram de maneira fundamental para as áreas de preservação do patrimônio cultural, museologia, ação

cultural, assistência social, política e em carreiras acadêmicas nas áreas de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas no Brasil, ainda não configuram as referências de pesquisas nos estudos sobre as áreas em questão.

Dessa forma, a realização de projetos de pesquisa que tenham como objetivo a investigação e difusão do legado dessas mulheres se faz de extrema relevância para a mudança de paradigma no campo científico, não apenas no Brasil.

Se na atualidade, presenciamos uma notável militância dos movimentos feministas direcionados a diferentes áreas de atuação, bem como seu reconhecimento social e algumas mudanças já conquistadas, é necessário realizar ações efetivas para o reconhecimento do legado de pesquisadoras, cientistas, políticas, professoras, líderes para que as futuras gerações de estudantes e pesquisadoras possam se beneficiar dos mesmos.

A ideia era refletir sobre todos esses processos e mostrar um caminho possível para se abordar questões de apagamento da memória e retomada de possíveis legados esquecidos, a partir de um projeto pautado inicialmente no tratamento arquivístico de um corpo documental que conseguiu se desdobrar em mais frentes de atuação complementárias umas às outras. Esperamos que esse caminho possa ser aprimorado e percorrido por outros projetos para dar visibilidade a outros legados que podem – e que merecem – ser retomados.

### **Referências bibliográficas:**

ARAÚJO, Lea Blezer. *A tecitura de uma Museologia paulista: tramas do ensino pós-graduado em São Paulo*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação Interunidades Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: Tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira, FONSECA, Andrea Matos da, NEVES, Kátia Regina Felipini. Mudança social e desenvolvimento no pensamento da museóloga Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos. In.: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010b, p. 159-180.

CHAGAS, Mário. Museus e Patrimônio: por uma poética e uma política decolonial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 35, p.121-138, 2017. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat\\_35.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf)>.

CIFOR, Marika; WOOD, Stacy. Critical Feminism in the Archives. In: *Critical Archival Studies*. CASWELL, Michelle, PUNZALAN, Ricardo, and SANGWAND, T-Kay (Eds.). Special issue, *Journal of Critical Library and Information Studies* 1, no.2, 2017. DOI: 10.24242/jclis.v1i2.27.

COOK, Terry. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). *Pensar arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 17-81.

DUARTE, Renato Crivelli. *Arquivos pessoais: institucionalizações e trajetórias*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2018.

GOUVEIA, Inês. *Waldisa Rússio e a Política no Campo Museológico*. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - UNIRIO/MAST. Rio de Janeiro, 2018.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. A interdisciplinaridade em Museologia. In.: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010a, p. 123-126.

SARRAF, Viviane Panelli. O legado teórico de Waldisa Rússio para a museologia internacional. In: HOMEM, Paula Menino, SILVA, Diana & GRAÇA, Gabriel (Eds.). *Ensaio e Práticas em Museologia*, Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, DCTP. Vol. 08, p. 66-89, 2019.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Estudos Brasileiros. *Guia do IEB: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 2010. Disponível em <<http://www.ieb.usp.br/guia-ieb-2/>>.

VASSALLO, Jaqueline. Mujeres y patrimonio cultural: el desafio de preservar lo que se invisibiliza. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 71, p.80-94, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i71p80-94>.

---

<sup>24</sup> As informações sobre os ex-alunos do curso de museologia da FESP-SP foram retiradas de, respectivamente: <<https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/1916/maria-cristina-oliveira-bruno/>>, <<https://www.facebook.com/ieb.usp/videos/931777610950928>>, <<http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoam/marilia-xavier-cury>>, <[http://arteinclusao.com.br/amanda\\_tojal/](http://arteinclusao.com.br/amanda_tojal/)>, <<https://www.escavador.com/sobre/7880634/maria-ignez-zucon-mantovani-franco>>, <<http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/marcelo-mattos-araujo/>>, acesso em 17/02/2022.

<sup>25</sup> Informação retirada do banco de dados do Arquivo IEB-USP, o Sistema de Gerenciamento de Acervos (SGA), através da contagem de caixas dos fundos, o maior fundo é o Mário de Andrade com 548 caixas.

<sup>26</sup> Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, o quadro de arranjo é um “esquema estabelecido para o arranjo dos documentos de um arquivo, a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo.”

<sup>27</sup> A descrição dos documentos do fundo Waldisa Rússio fica disponível para consulta em: <[http://200.144.255.59/catalogo\\_eletronico/consultaUnidadesLogicas.asp?Tipo\\_Unidade\\_Logica\\_Codigo=20&Setor\\_Codigo=1&Acervo\\_Codigo=44&Numero\\_Documentos=>](http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/consultaUnidadesLogicas.asp?Tipo_Unidade_Logica_Codigo=20&Setor_Codigo=1&Acervo_Codigo=44&Numero_Documentos=>)

<sup>28</sup> Dados retirados do Sistema de Gerenciamento de Acervos (SGA).

<sup>29</sup> A produção dos membros do projeto pode ser encontrada em: <[https://linktr.ee/Projeto\\_Waldisa](https://linktr.ee/Projeto_Waldisa)>

<sup>30</sup> Mais informações sobre o projeto disponíveis em: <<http://www.tonel.co/sobre/>>.

<sup>31</sup> Fonte: <<https://redearquivosdemulh.wixsite.com/website-2>> acesso em: 19/02/2022

Texto recebido em 21 de fevereiro de 2022.

Aceito para publicação em 21 de junho de 2022.

## ARQUIVOS E COLEÇÕES DE MULHERES NO CEDOC/FUNARTE: UM DIAGNÓSTICO

### WOMEN'S ARCHIVES AND COLLECTIONS AT CEDOC/FUNARTE: A DIAGNOSIS

Caroline Cantanhede LOPES\*

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise quantitativa e qualitativa a respeito da presença de titulares mulheres no acervo custodiado pelo Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Nacional de Artes (CEDOC/Funarte). Formado ao longo de décadas, desde os anos 1970, este patrimônio documental detém uma característica incomum perante as demais instituições congêneres: há nele uma grande quantidade de conjuntos documentais produzidos e/ou acumulados por mulheres. Ainda que em menor número quando comparados aos titulares masculinos, essa evidência nos instigou a uma reflexão sobre como aumentar a visibilidade para tais produtoras. Para tanto, buscamos, como ação inicial, contextualizar a formação do acervo privado sob a guarda da entidade, apresentar o levantamento quantitativo de produtoras de arquivos e coleções e mapear suas principais funções e respectivos campos de atuação. Por fim, apontamos para outras estratégias possíveis que buscam identificar a presença feminina nos Arquivos Privados do CEDOC, para além da titularidade.

**Palavras-chave:** Arquivos e coleções de mulheres, CEDOC/Funarte, mulheres e arte.

**Abstract:** This article aims to present a quantitative and qualitative analysis of the presence of women in the collection held by the Documentation and Research Center of the National Art Foundation (CEDOC/Funarte). Formed over decades, since the 1970s, this documentary heritage has an unusual characteristic when compared to other similar institutions: it contains a large number of sets of documents produced and/or accumulated by women. Although fewer in number when compared to the male holders, this evidence has instigated us to reflect on how to increase the visibility of such producers. To this end, we sought, as an initial action, to contextualize the formation of the private collection under the custody of the entity, to present the quantitative survey of women producers of archives and collections, and to map their main functions and respective fields of action. Finally, we point to other possible strategies that seek to identify the female presence in CEDOC's Private Archives, beyond the ownership.

**Keywords:** Women's archives and collections, CEDOC/Funarte, women and art.

#### *Introdução*

O Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Nacional de Artes (CEDOC/Funarte) detém um amplo acervo bibliográfico e arquivístico dedicado à preservação

---

\*Caroline Cantanhede Lopes; Doutora em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); documentalista da Fundação Nacional de Artes (Funarte). E-mail: caroline.lopes@funarte.gov.br

da memória cultural do país. Ele também custodia conjuntos documentais de natureza privada relacionados às linguagens artísticas fomentados pela instituição: teatro, dança, ópera, circo, artes visuais. São arquivos e coleções de entidades coletivas, personalidades artísticas, intelectuais, gestores, ex-funcionários e, até mesmo, de apreciadores da arte e cultura brasileiras. Uma parte deles foi produzida por mulheres.

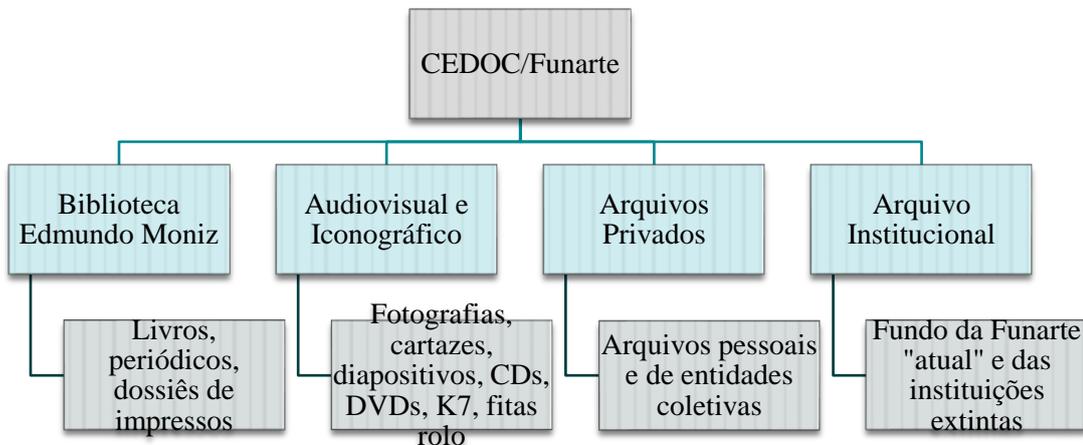
Em 2016 foi publicado o guia dos Arquivos e Coleções Privados CEDOC/Funarte. A elaboração deste instrumento de pesquisa, considerado basilar pela literatura arquivística, proporcionou um panorama de todo esse universo documental e, por conseguinte, desvelou inúmeras possibilidades de reflexão a seu respeito. Dentre as ações viabilizadas com seu advento, apresentamos, neste artigo, o mapeamento quantitativo e qualitativo da presença de titulares mulheres nos Arquivos Privados do CEDOC da Funarte.

Recentemente, inúmeras instituições de memória têm se dedicado não apenas a discutir como também a propor estratégias para que seus acervos reflitam de maneira mais contundente o protagonismo das mulheres enquanto agentes sociais, nas mais diferentes esferas. Desse modo, inspirados pelos trabalhos recém publicados e pelas discussões cada vez mais pungentes, objetivamos lançar luz sobre a questão da representatividade feminina na composição do acervo da Funarte, tema ainda pouco abordado pela própria entidade e também por demais pesquisadoras que se dedicam a mapear acervos de mulheres no país.

#### *A presença feminina no CEDOC/Funarte: dados para o início de uma reflexão*

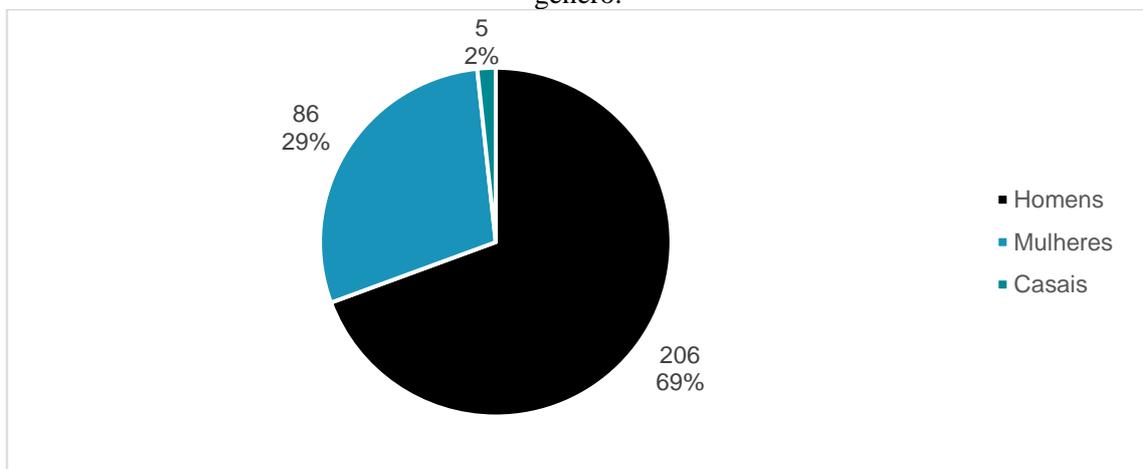
A Funarte é o órgão responsável, no âmbito da administração pública federal, em elaborar políticas públicas para as artes, bem como por fomentar as atividades artísticas no território nacional. Possui uma longa e imbricada trajetória, marcada por uma complexa sucessão de instituições criadas ainda no Estado Novo, como o Serviço Nacional de Teatro (SNT), em 1937, passando pela Fundação Nacional de Arte, de 1975, até chegarmos à sua conformação atual, iniciada em 1994 (LOPES, 2020). Através do CEDOC, a Funarte cumpre a função de preservar e difundir a história e a memória da arte e cultura brasileiras, bem como das políticas públicas desenvolvidas pelo governo federal para as artes cênicas (teatro, dança, circo), artes visuais (fotografia, artes plásticas, vídeo, entre outras) e música (popular e erudita). O seu acervo se encontra distribuído em segmentos de acordo com as características físicas dos documentos e segundo a natureza de sua produção:

**Figura 1:** Organograma do CEDOC/Funarte e da distribuição do acervo.



Atualmente, os Arquivos Privados do CEDOC se compõem de 324 arquivos e coleções, 27 delas referentes a conjuntos documentais oriundos de entidades coletivas. Ao todo, 297 foram produzidos por pessoas. Quando introduzimos um recorte de gênero em nossa investigação no tocante à titularidade, observamos os seguintes resultados:

**Gráfico 1:** Quantitativo e percentual de titulares no Arquivo Privado Cedoc/Funarte segundo o gênero.



Embora constitua a minoria diante do total de titulares homens, existe, na Funarte, uma quantidade considerável de titulares mulheres em termos absolutos. Tal constatação fica mais evidente quando comparamos com outras entidades custodiadoras de arquivos pessoais. Para esse fim, recorreremos ao levantamento de arquivos e coleções de mulheres realizado por Barros em 2020. A pesquisadora percorreu os acervos de quatro relevantes centros de preservação de memória brasileiros: o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e a Casa de Oswaldo Cruz (COC) da Fundação Oswaldo Cruz.

**Tabela 1:** Quadro comparativo de instituições arquivísticas e seus arquivos pessoais

<b>Instituição Arquivística</b>	<b>Total de Fundos/coleções</b>	<b>Nº de Titulares Homens</b>	<b>Nº de Titulares Mulheres</b>
IEB	92	55	21
COC	116	83	9
MAST	42	35	7
CPDOC	223	199	14
<b>TOTAL</b>	<b>473</b>	<b>372</b>	<b>51</b>

Fonte: BARROS, 2020, 14.

Na verdade, os Arquivos Privados do CEDOC superam, em termos quantitativos, o somatório de mulheres titulares de todas as instituições analisadas pelo estudo citado, mesmo sem incluir aquelas que integram arquivos de casais. Diante desses dados tão particulares, se faz urgente uma reflexão sobre os fatores que contribuíram para o atual estado da arte desses fundos e coleções salvaguardados pela Funarte. “Precisamos compreender nossas próprias políticas de memória, as ideias e premissas que nos influenciaram, se quisermos que nossas ‘casas da memória’ reflitam mais fielmente todos os componentes das complexas sociedades a que pretendem servir” (COOK, 2018, 19-20). Essa é a nossa perspectiva ao trazermos, a seguir, uma breve contextualização da formação deste acervo.

#### *Políticas de memória e arquivos/coleções de mulheres: o caso do CEDOC/Funarte*

Tanto a estrutura quanto a composição de todo o amplo patrimônio documental sob a guarda do CEDOC/Funarte, representadas anteriormente por intermédio do organograma, foi resultado de uma série de estratégias e investimentos colocados em prática, conforme as necessidades e prioridades estipuladas ao longo do tempo pelos agentes neles envolvidos. De fato, os Arquivos Privados é o mais “jovem” dos campos do organograma acima, emergindo a partir de 2005, quando arquivos pessoais de personalidades artísticas foram organizados enquanto arquivos, e não dispersos segundo espécie documental, conforme o assunto (LOPES, 2021). O que não quer dizer que sua existência no CEDOC seja recente. Pelo contrário, a própria criação de um centro de documentação, ainda dentro do SNT, está intimamente relacionado com a recepção de tais conjuntos.

Em 1974, o SNT iniciou um projeto de modernização que incluía uma ampla ação de preservação e difusão da memória do teatro. O projeto Memória do Teatro abarcou a expansão

do acervo, a coleta de depoimentos, publicações de obras teatrais, o registro de espetáculos. Dois anos mais tarde, há uma formulação mais delineada sobre o propósito de ampliação dos registros documentais. Era implementada, então, a Campanha de Doação, idealizada sob a perspectiva de “preenchimento” das lacunas da história do teatro brasileiro, considerado negligenciado do ponto de vista da preservação de sua memória. Ainda que não fosse o seu objetivo direto – já que a ênfase da Campanha era para o recolhimento de itens documentais, como programas, fotografias, cartazes, periódicos especializados –, sua implementação promoveu a aquisição de inúmeros arquivos e coleções de artistas e demais profissionais ligados às artes da cena. Até então, encontramos registro da presença de apenas um grande arquivo pessoal sob a guarda do SNT: do crítico teatral, jornalista e colecionador Brício de Abreu, adquirido em 1972 (LOPES, 2020).

Devido a sua longevidade, uma vez que a iniciativa continuou apesar das reformas administrativas dos anos seguintes, perdurando até o início de 1990, o volume de doações foi enorme. Do mesmo modo, a diversidade de doadores e titulares também se constituiu como um de seus aspectos mais marcantes. Artistas, profissionais, grupos, espectadores, entidades públicas e privadas enviaram contribuições ao chamamento veiculado pelo SNT e mantido por suas sucessoras: o Instituto Nacional de Artes Cênicas (Inacen), que existiu entre 1981 e 1987, e Fundação Nacional de Artes Cênicas (Fundacen), criada em 1987 e extinta em 1990. Ainda que os textos institucionais nos levem a crer em uma certa linearidade entre a Funarte atual e aquela da década de 1970<sup>1</sup> – como se fossem uma só – é importante salientar que se constituem em duas fundações completamente distintas uma da outra, dotadas de estatuto e missões próprios.

A Funarte extinta (1975-1990) também preservava em seu centro de documentação, arquivos pessoais. Na década de 1980, a instituição recebeu a doação do arquivo da pintora Djanira (1981) e comprou o fundo do crítico de arte Roberto Pontual (1983) (FUNARTE, 2016). Em 1990, todo seu acervo juntou-se ao da Fundacen, bem como o da Fundação do Cinema Brasileiro (FCB)<sup>2</sup>. Como fruto dessa fusão, criou-se o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBAC), renomeado Funarte a partir de 1994.

O CEDOC de hoje é, dessa forma, tributário dessas entidades extintas e seu acervo conserva marcas de origens institucionais bastante diversas quanto às políticas de desenvolvimento e ao seu tratamento técnico. A reunião desses arquivos privados preservados pela Funarte e, principalmente pela Fundacen, muito mais volumoso, originou o atual Arquivos Privados, já acrescido de novas aquisições.

No âmbito da política de memória levada à cabo, sobretudo pelo SNT, Inacen e Fundacen, destacamos o projeto de incremento do seu acervo documental. Não havia necessariamente uma preocupação com recolhimento de arquivos de personalidades notáveis – geralmente identificados como homens – como foi o paradigma que norteou a fundação de inúmeras instituições de memória a partir dos anos 1970, e sim com a confluência de documentos. Existia o desejo de transformar o então Museu do SNT em um centro de documentação e, para isso, era fundamental reunir acervo. Acreditava-se que, assim, seria possível “remontar” a história do teatro no país.

Essa nossa percepção pode ser ratificada, inclusive, pelo processamento técnico de caráter bibliográfico destinado a esse material. Nem ao menos as integridades das doações eram mantidas. Fundos inteiros foram desmembrados e seus documentos distribuídos em pelas áreas que integravam o setor de documentação, como acervo fotográfico, banco de peças, biblioteca. Conforme apontamos, apenas em 2005 que os arquivos de caráter privado passaram a ter sua natureza respeitada de forma mais institucionalizada. Ou seja, passaram a ser organizados efetivamente enquanto arquivos, com a observância de suas proveniências e dos vínculos entre os documentos.

Acreditamos que a pouca relevância que a titularidade exerceu na ação de prospecção de registros documentais executada pela Campanha de Doação deve ser entendida como um dos fatores para o ingresso, no decorrer de seus quase 19 anos de vigência, de inúmeros conjuntos documentais pertencentes a mulheres, hoje preservados pelo CEDOC. Após 1990, ano de seu encerramento, identificamos o registro de apenas uma aquisição de arquivo com titularidade feminina pela instituição<sup>3</sup>: a doação dos documentos da pesquisadora Solange Zuñiga, especialista em políticas públicas em conservação e preservação de acervos documentais e ex-funcionária da Funarte. Nesse sentido, consideramos que a ampla abordagem empreendida pela Campanha de Doação favoreceu que doadoras mulheres, independente do seu prestígio e/ou notabilidade, atendessem ao chamamento da iniciativa e depositassem seus arquivos e coleções – e mesmo documentos avulsos – nos órgãos que a mantiveram em vigor.

Dessa forma, várias mulheres atuaram como protagonistas ao doarem suas próprias contribuições para as artes cênicas brasileiras, ou ao entregarem seu viés a respeito do que deveria ser preservado pela instituição, quando era o caso da doadora não exercer nenhuma atividade artística. Podemos considerar, por conseguinte, que o acervo reunido pela Campanha também nos oferece uma perspectiva feminina sobre a política memorial desempenhada no SNT, no Inacen e na Fundacen entre as décadas de 1970 e 1990.

*Desvendando as titulares: intersecções entre arte, gênero e o acervo do CEDOC/Funarte*

Apresentamos, na listagem abaixo, o nome de cada mulher que possui arquivo ou coleção no CEDOC/Funarte:

1. **Tabela 2:** Quadro de titulares mulheres nos Arquivos Privados do CEDOC/Funarte

1. Adeliza Teixeira Benicio
2. Alzira Tenório Araújo
3. Ana Augusta de Almeida
4. Ana Lucia Soares Moreira
5. Ângela Salles
6. Aracy Cortes
7. Aurora Aboim
8. Beatriz Fiorca
9. Beatriz Veiga
10. Beyla Genauer
11. Carolina di Pietro
12. Cássia Kiss
13. Claudia de Tomasi Grassi
14. Claudia Soares Duarte
15. Cristina Rafaela
16. Denise Marques
17. Deocélia Vianna
18. Desirée Doraine
19. Dina Sfat/Paulo José
20. Djanira
21. Edna Ozon
22. Elizabeth de Araújo Fernandes
23. Eloisa Augusta de Almeida
24. Estelita Bell
25. Eva Wilma
26. Fernanda Montenegro/Fernando Torres
27. Flavia Savary Jaguaribe
28. Geir Campos
29. Grace Moema
30. Haydee Cordeiro da Silva
31. Henriqueta Briebe
32. Irene Ravache
33. Ismênia Dantas
34. Ivette Amaral
35. Jussara Portilho Lins
36. Lena Brasil
37. Liliana Neves
38. Lucília Oswaldo Cruz
39. Eva Todor-Luiz Iglesias
40. Luiza Barreto Leite
41. Maria Christina Velloso Silva
42. Maria Clara Azevedo
43. Maria Della Costa/Sandro Polônio
44. Maria Helena Aranha
45. Maria Helena Araújo
46. Maria Ivete Cabral Santana
47. Maria Izabel Mienvielle

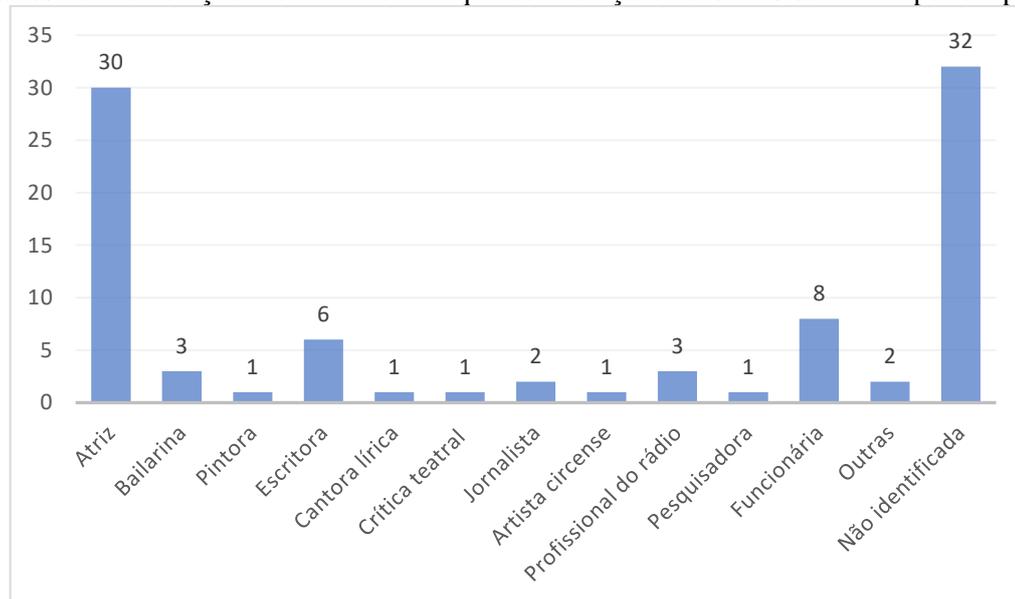
48. Maria Luiza de Macedo
49. Maria Luiza Jorge
50. Maria Pompeu
51. Maria Regina Alves
52. Maria Regina Gonçalves
53. Maria Rosa Moreira Ribeiro
54. Maria Salomé Albuquerque
55. Maria Teresa Pires
56. Maria Thereza Vargas
57. Maria Wanderley
58. Marilda do Lago Fernandes
59.
60. Mariska-Pinto Filho
61. Mira Alves
62. Moema Toscano
63. Mônica de Almeida
64. Myriam Pérsia
65. Nair Pacheco de Oliveira
66. Neila Tavares
67. Nelle Romero de Barros
68. Norma Geraldly
69. Renata Ryan
70. Ressay Marie Penafort
71. Ruth de Souza
72. Ruth Mezeck
73. Ruth Pereira Lima
74. Silvia Aderne
75. Solange França
76. Solange Zuñiga
77. Sonali Becker
78. Sônia Motta
79. Tania Pacheco
80. Tatiana Leskova
81. Tatiana Motta Lima
82. Tereza Freitas
83. Thais Bianchi
84. Tina Gonçalves
85. Tonia Carrero
86. Valderez Perez
87. Vanda Lacerda
88. Vera Brito
89. Yara Amaral
90. Zenir Fernandes
91. Zola Amaro
92. Zuleika Mello

Nosso intuito é que tal relação assuma uma função de instrumento de pesquisa paralelo aos já existentes, reverberando a presença de tantas mulheres no acervo da Funarte. Por outro lado, ela também serve para reforçar, internamente, que um maior conhecimento do patrimônio documental da instituição é fundamental para traçar estratégias para melhor difundi-lo – inclusive no tocante ao processamento técnico – como para estabelecer critérios de aquisição mais condizentes com a complexidade do campo ao qual se dedica (no caso do CEDOC, as artes cênicas, as artes plásticas e visuais e a música).

As 91 titulares que compõem o mosaico dos Arquivos Privados do CEDOC/Funarte são provenientes, sobretudo, do teatro. Pudemos chegar a essa conclusão após realizar um levantamento das principais atividades desempenhadas por cada uma delas. Na maioria dos casos não foi possível determinar a profissão ou a área da qual a produtora do arquivo ou coleção provinha. Mas isso não chegou a ser um problema para o nosso propósito devido ao já mencionado caráter abrangente da Campanha de Doação. Era esperado que houvesse um contingente significativo de mulheres sem vínculos diretos com nenhuma expressão artística.

Na verdade, parece-nos que a Campanha efetivamente preencheu uma lacuna. Não no sentido de promover uma completude de registros a respeito da história do teatro, como o pretendido em sua formulação original. Essa ação proporcionou a instituição da função de salvaguarda, pelo então SNT, da memória da arte teatral praticada no país, ação que ainda não era exercida por nenhum órgão da administração pública federal. Apresentamos, assim, o gráfico abaixo, o qual representa as principais ocupações identificadas (ou não identificada) e a distribuição de titulares que participaram ativamente desse processo de construção do acervo:

**Gráfico 2:** Distribuição das titulares de arquivos e coleções do CEDOC/Funarte por ocupação.

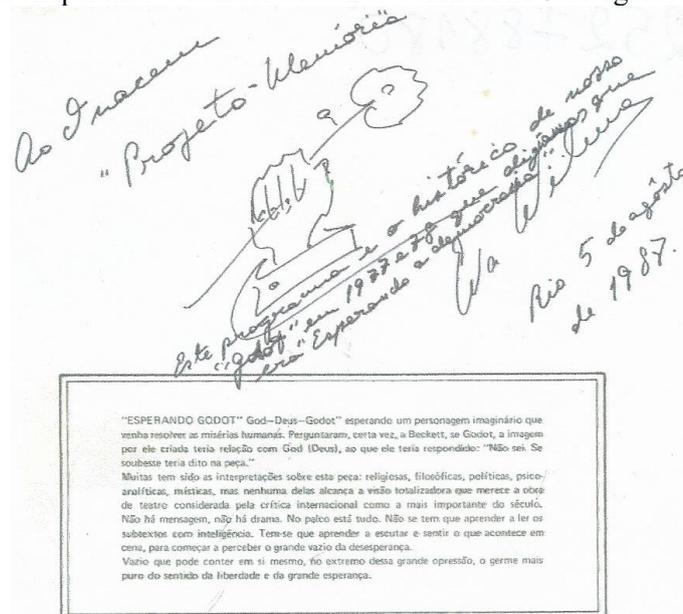


Decerto que as categorias aqui destacadas não esgotam a plenitude de atividades exercidas por essas mulheres. Mas, para conseguirmos traduzir em uma representação visual, necessária para nossa análise, foi incontornável adotar alguns critérios como: estipular como prioritária a função mais proeminente e motivadora de reconhecimento perante sua área e a ocupação desempenhada à época da incorporação da doação. Outro elemento que merece esclarecimento é a inclusão dos cinco arquivos de casais na listagem de titulares e no gráfico de distribuição por ocupações mapeadas. Em especial os fundo Fernanda Montenegro/Fernando Torres, Maria Della Costa/Sandro Polônio e Eva Todor/Luiz Iglezias, que já foram parcial ou

completamente organizados. Eles refletem as dinâmicas profissionais adotadas pelos titulares, desempenhadas conjuntamente. Relacionam-se ainda com um modo de fazer teatro característico das décadas de 1940 a 1960, em que os empreendimentos artísticos eram capitaneados por atrizes renomadas (PONTES, 2010).

Nesses exemplos, elas ainda compartilhavam as empresas teatrais com seus companheiros. Logo, “o arquivo traz uma marca de organização que é o reflexo de uma visão empresarial do teatro” (FUNARTE,2016, 70) e, por esse motivo, optou-se por manter uma titularidade conjunta de modo a reafirmar a parceria. Não consideramos, desta feita, que a incorporação de tais arquivos em nosso recorte analítico seja inadequado. Pelo contrário, eles conferem mais uma característica distintiva do acervo do CEDOC, em termos de complexidade e unicidade.

**Figura 2:** Programa do espetáculo *Esperando Godot* com dedicatória da atriz Eva Wilma: “Ao Inacen. ‘Projeto-Memória’. Este programa e o histórico de nosso ‘Godot’ em 1977 e 78 que dizíamos que era ‘Esperando a democracia’. Eva Wilma. Rio 5 de agosto de 1987”.



Fonte: Coleção Eva Wilma. CEDOC/Funarte.

Esclarecidos esses dois aspectos referentes aos critérios observados na determinação das ocupações e da inclusão dos casais na análise sobre os arquivos de mulheres, merece atenção a preponderância das atrizes dentre as titulares. A discrepância quantitativa entre a função de atriz e demais atividades derivam das próprias especificidades do campo teatral. Se nele há uma ordem visível, conforme Bulhões-Camargo; Damasceno; Andrade (2008) nos apontam, composto por atrizes e *performers*, existem, do mesmo modo, uma série de profissionais comprometidos para o acontecimento teatral, ou seja, o espetáculo. As autoras destacam, ainda,

o polo da recepção e a importância do trabalho das críticas. Salientamos, ainda, as atividades de ensino e de pesquisa, fundamentais para qualquer campo do conhecimento.

Há, outrossim, uma grande variedade de frentes de trabalho a ser realizado para que o teatro aconteça, seja na representação ou em outros processos correlatos. Algumas delas constam em nosso levantamento, como, por exemplo, autora de teatro. Abarcada pela categoria “escritoras” há quatro mulheres que escreveram, em maior ou menor medida, peças infantis: Thais Bianchi, Maria Wanderley, Flavia Savary e Zuleika Mello. A respeito da participação de mulheres no teatro no Brasil entre os anos 1940 e 1968, recorte temporal aproximado em que se situam a maioria dos arquivos femininos do CEDOC/Funarte, Pontes (2010) ratifica a existência de clivagens de gênero no ambiente teatral, apesar de considerá-lo mais “feminino” do que outros campos intelectuais e artísticos.

Na divisão de trabalho que presidia a carpintaria teatral da época, elas estavam lá, mas com inflexões distintas. Enquanto o trabalho do ator era facultado a homens e mulheres, o da dramaturgia era privilégio ou atributo dos homens. Entre o polo mais “feminino” da representação, ocupado por atores e atrizes, e o mais “masculino” da dramaturgia, exercido pelos autores, encontravam-se os diretores e as ensaiadoras, com claro e diferenciado reconhecimento para os primeiros (IDEM, 43).

Não é por acaso que as poucas autoras presentes nos Arquivos Privados da instituição se dedicaram ao teatro infantil, considerado menos “sério” e, talvez por isso, mais permeável à atuação da mulher, por estar mais de acordo com os preceitos da feminilidade padrão vigente. No Brasil, mulheres escrevem textos teatrais desde o final do século XIX, mas ainda persiste um silenciamento dessa produção (RODRIGUES, 2007), situação que começa a ser objeto de revisões a partir da década de 1960 (BULHOES-CAMARGO; DAMASCENO; ANDRADE (2008). O acervo da Funarte acaba por refletir essa condição marginal em que as dramaturgas se encontram na literatura teatral brasileira.

Em “pesquisadora”, categoria que também se distingue por contar com apenas uma titular, destaca-se a presença de Maria Thereza Vargas, considerada por seus pares como uma das pioneiras da investigação histórica do teatro brasileiro. Assim como Luiza Barreto Leite, a única representante da categoria “crítica teatral” em nosso gráfico. Atuou proficuamente nessa função no *Correio da Manhã*. Também foi atriz, diretora e professora. Sua versatilidade e competência dificultou nossa tarefa de limitá-la a apenas uma de suas atividades. Porém, tendo em vista o significado de seu êxito como crítica, espaço ocupado majoritariamente por homens, convencionamos em caracterizá-la especialmente por este papel. É de sua autoria, inclusive, a obra “A mulher no Teatro Brasileiro”, de 1965, onde comenta a influência feminina para o

teatro brasileiro e do qual destacamos a seguinte passagem: “Este é o Brasil, nosso imenso Brasil, povoado de mulheres de imaginação sem limites, ansiosas de conquistar com amor e coragem a cultura que jamais lhes será oferecida de mão beijada” (LEITE, 1965, 35). Algumas áreas relacionam-se com as artes cênicas mas possuem regras e são codificadas de modo muito particular. Em nosso mapeamento identificamos o rádio e o circo, duas manifestações artísticas de forte apelo popular e, por isso mesmo, negligenciadas por sistemas culturais estratificados em alta e baixa culturas, como tem sido o nosso há algum tempo. Suas popularidades não lhes restituíram prestígio, a são ser perante seu público fiel. A despeito do trânsito característico entre circo, teatro e rádio e teatro, com profissionais circulando de um para outro, ambos são considerados de menor qualidade.

Localizamos apenas três titulares com atuação no rádio (Deocélia Vianna, Geir Campos e Solange França) e uma ligada ao circo (Edna Ozon). Nesse último caso, há o agravante do Inacen, umas das entidades antecessoras da Funarte, ter criado a Escola Nacional de Circo em 1982. Uma aproximação com os professores e mestres do picadeiro poderia ter municiado o órgão de uma estratégia mais apropriada para estímulo de doações de registros das atividades circenses, dentro das captações da Campanha de Doações.

No âmbito das artes cênicas, há, mais duas funções: “bailarina” e “cantora lírica”. A primeira, específica da dança e entendida como feminina por excelência, computa escassas três representantes: Ruth Pereira Lima, Sônia Motta e Tatiana Leskova; enquanto a segunda, típica da ópera, detém uma titular: Zola Amaro. Diferente do rádio e do circo, correspondem a duas manifestações mais elitizadas, menos acessíveis à maioria dos espectadores de meados do século XX.

Estes são aspectos que transbordam os limites pretendidos para este artigo, mas que podem nos auxiliar na compreensão da desproporção de titularidades nos Arquivos Privados do CEDOC, motivada, provavelmente, por mecanismos de consagração (no caso da presença massiva de atrizes) e por investimentos sexistas de reconhecimento (no caso da ausência de autoras e de demais ocupações ligadas às artes cênicas). Decorre daí uma composição que mantém trajetórias e manifestações eclipsadas e que acaba por decantar uma interpretação patriarcal que estereotipa e limita a participação da mulher no campo.

Ao voltarmos nossa atenção para a representatividade das mulheres nas demais linguagens (artes plásticas e visuais e música) nos Arquivos Privados, constatamos as mesmas lacunas. De forma mais severa, com mais silêncios e até mesmo ausências completas. Efetivamente, as artes cênicas possuem um espaço privilegiado dentro dos arquivos e coleções

preservados pela Funarte em decorrência do projeto implementado pelo SNT e estruturas sucessoras, que realizaram um esforço contínuo e duradouro que perdurou por quase quinze anos. Inclusive, das oito titulares da categoria “funcionária”, sete doaram suas coleções durante a vigência da Campanha. Certamente que esses dados evidenciam o engajamento e comprometimento do corpo funcional com a iniciativa e, por outro lado, a sua credibilidade enquanto uma política pública de memória.

Um projeto similar não foi desempenhado pela Funarte extinta, que mesmo sem uma política com tal finalidade recolheu o fundo da pintora Djanira, em 1981, a única titular da categoria no gráfico. De lá pra cá, subsiste a solitária presença da artista na Funarte pós-1990. Mesmo que essa inatividade da instituição em captar acervos de artistas visuais atinja de maneira igual homens e mulheres – não ocorreu nesse período a aquisição de nenhum fundo de artista homem – ela não pode se afastar dos recentes questionamentos sobre a atuação das mulheres no campo das artes visuais no Brasil face à sua invisibilidade na história da arte.

Articular arte e gênero é, de alguma forma, trazer uma tensão a mais para um olhar acostumado a ver a arte através dos olhos de historiadores e críticos de arte que tratam como única verdade uma visão particular e arbitrária. A Arte, esta celebrada com inicial maiúscula e luminoso neon no mundo ocidental, tem outros adjetivos que mal vemos abaixo da palavra “Universal”. A Arte Universal ou a História da Arte, legitima e naturaliza em grande parte um olhar masculino, branco, europeu e heteronormativo (LOPONTE, 2008, 16).

Seria oportuno, na verdade, que essa escassez de conjuntos documentais no CEDOC servisse de substrato para a consolidação de uma interpretação menos canônica de arte, no tocante às ações de desenvolvimento de acervo, abrindo-se para as diferentes dinâmicas artísticas, em especial das mulheres brasileiras. O emprego do têxtil e do bordado, por exemplo, muitas vezes não é reconhecido como uma técnica artística por serem associados diretamente com o trabalho feminino. Esse entendimento, de que se trata de uma arte “menor”, funciona como um gatilho de marginalização de mulheres artistas (CARNEIRO; MESQUITA, 2019, 11). A Funarte poderia, desse modo, cumprir ativamente uma importante função social de refazimento da escrita de uma história parcial e excludente ao reconhecer o *status* de arte na produção de diversas mulheres ainda escanteadas pelos cânones da disciplina.

Uma estratégia eficiente nesse sentido diz respeito à revisão da *Política de aquisição e desenvolvimento de acervos de arte e cultura*, publicada em 2014. Ela configura-se como um instrumento fundamental para estabelecer um perfil especializado de acervo e para garantir um crescimento ordenado e sustentável. A incorporação de todas essas reflexões aqui rapidamente

enunciadas traria uma considerável atualização das práticas memorialísticas atualmente empreendidas pela Funarte.

Por fim, mas não menos importantes, cabe mencionarmos as mulheres que não são titulares e se encontram integradas a arquivos e coleções de homens ou de casais. Existem documentos sobre elas, enquanto assuntos, ou, até mesmo, produzidos por elas. No arquivo de Paschoal Carlos Magno existem alguns dossiês compostos por registros de familiares, como de suas irmãs, Orlanda e Rosa Carlos Magno, parceiras fundamentais para a execução de seu empreendimento cultural, como o Teatro do Estudante do Brasil e o Teatro Duse. Sua mãe, Filomena e sua outra irmã, Aurora, também se fazem presentes através de seus documentos, organizados em dossiês que levam seus nomes.

Já no fundo de Maria Della Costa/Sandro Polônio, o material referente à atividade de Itália Fausta, tia de Sandro, constitui uma de suas séries. O mesmo acontece com Heloísa Viggiani, viúva e doadora do arquivo de Dante Viggiani. Foi destinada uma série no arranjo para o material reunido por ela para elaboração de um livro biográfico sobre seu marido, nunca publicado. No caso da coleção Roberto Ruiz, ainda não totalmente organizada, há mesmo uma certa indefinição sobre as proveniências dos documentos ali contidos, uma vez que é grande a quantidade de registros sobre a trajetória artística de sua mãe, a atriz Pepa Ruiz, o que certamente exigirá uma análise mais pormenorizada, para que seja possível a devida identificação.

Esse levantamento não pretendeu ser exaustivo, mas sim apresentar um diagnóstico amplo das principais características do acervo dos Arquivos Privados do CEDOC da Funarte no que tange às principais ocupações desempenhadas pelas titulares mulheres. Por seu intermédio foi possível estabelecer uma reflexão inicial a respeito dos campos em que as funções mapeadas se situam e de que maneira suas dinâmicas impactam a formação do patrimônio documental sob a guarda da instituição.

### *Considerações finais*

Este artigo buscou estabelecer algumas relações a fim de iluminar a presença de 91 titulares de arquivos e coleções presentes no acervo de arquivos privados sob a salvaguarda da Funarte. Em menor quantidade quando comparadas a de titulares homens, esse montante ainda assim se apresenta como significativo, ao tomarmos outras instituições custodiadoras como

referência. Certamente, contribuiu para tal situação a maior permeabilidade das artes à presença feminina, em especial as artes cênicas, em relação a outros campos, como a política e a ciência. Políticas públicas de preservação da memória empreendidas por órgão anteriores à atual Funarte, voltados para a área das artes cênicas, também colaboraram diretamente para que se constituísse um repositório de conjuntos documentais provenientes de artistas e demais profissionais do teatro, como pudemos demonstrar.

Destaca-se, dessa forma, a função de atriz, maioria absoluta das ocupações identificadas dentre as titulares. Essa informação nos revelou que é inviável pensarmos em formação e desenvolvimento de acervos sem realizarmos articulações com as devidas linguagens artísticas, *locus* em que se dá a produção dos documentos. Quando o propósito é pensar em estratégias que ensejem uma representação igualitária de gênero, é primordial analisar como essas agentes se situam em seus respectivos campos e quais as principais limitações que lhes são impostas.

A proporcionalidade das linguagens artísticas também se encontra prejudicada, com apenas uma titular ligadas às artes visuais e nenhuma à música, duas das áreas de atuação da Funarte. Para esta e demais observações, consideramos que a revisão do atual documento que dispõe sobre a política de aquisição do CEDOC representaria um passo importante para o reposicionamento da Funarte frente aos debates relacionados à gênero e memória.

Do mesmo modo, é necessário iniciar outros mapeamentos neste acervo. Além da titularidade, é possível avaliar a incidências das mulheres difusas nos vários fundo de homens. As intelectuais, escritoras, ensaiadoras, vedetes dispersas dentre correspondências, fotografias, peças teatrais. Fica evidente, pois, que há um longo caminho a ser percorrido e que muito ainda precisa ser feito: levantamentos, instrumentos de pesquisa, biografias, revisão de metodologias de descrição e de ferramentas de gestão, indexações mais eficientes, agregar outros recortes analíticos ao gênero, como de raça etc. Entre ausências e presenças, sobressai a necessidade de explorar, quantificar e qualificar todo esse domínio que é a contribuição feminina para as artes no Brasil. Senão, prevalecerá o silêncio e a manutenção de uma ordem que não reconhece a potência criadora das mulheres enquanto agentes sociais que movimentaram e modificaram o cenário artístico brasileiro.

### **Referências bibliográficas:**

BARROS, Vitória Regina de L. C. Mapeando arquivos pessoais brasileiros. ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA. XII. São Paulo. 2020. Disponível em: <https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe->

eeh2020/1601828191\_ARQUIVO\_bbee1c89eaa2eba22dc9469640ff70e1.pdf. Acesso em 02 fev. 2020.

BULHÕES-CARVALHO, Ana Maria; DAMASCENO, Leslie Hawkins; ANDRADE, Ana Lúcia Vieira de. Ô Abre Alas! Marca feminina no Teatro Brasileiro. In: ANDRADE, Ana Lúcia Vieira de; EDELWEISS (org.). *A mulher e o teatro brasileiro do século XX*. São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: CAPES, 2008.

CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André. Ainda à procura dos jardins de nossas mães. In: MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEUBRIAND. *História das mulheres, histórias feministas*. Vol. 2. São Paulo: MASP, 2019.

COOK, Terry. O passado é prologo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

FUNARTE. *Política de aquisição e desenvolvimento de acervos de arte e cultura*. Rio de Janeiro, 2014.

FUNARTE. *Arquivos e coleções privados Cedoc/Funarte: guia geral*. Rio de Janeiro: Funarte, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/WpKoKc>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

LEITE, Luiza Barreto. *A mulher no teatro brasileiro*. Rio de Janeiro: Espetáculo, 1965.

LOPES, Caroline Cantanhede. *Guardar para todos a memória de muitos: projetos e políticas para a preservação da memória das artes cênicas no Brasil*. 2020. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <http://www.unirio.br/cchs/ppgh/producao-academica/teses-de-doutorado-e-egressos-pasta/arquivos/CAROLINECANTANHEDELOPESPPGHUNIRIOT.pdf>. Acesso em 20 jan. 2022.

LOPES, Caroline Cantanhede. *O Arquivo Família Oduvaldo Vianna: subsídios para a construção de um manual de organização de arquivos pessoais para o centro de documentação e informação em arte da Fundação Nacional de Artes (CEDOC/FUNARTE)*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia). Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em: [https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/22810/TCC\\_CarolineCantanhede\\_versao\\_final%20%20\(1\).pdf;jsessionid=9E07451846BAEEAF53410CDBBBD45421?sequence=1](https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/22810/TCC_CarolineCantanhede_versao_final%20%20(1).pdf;jsessionid=9E07451846BAEEAF53410CDBBBD45421?sequence=1). Acesso em 22 jan. 2022.

LOPONTE, L. G. Mulheres e artes visuais no Brasil: caminhos, veredas, descontinuidades. *Visualidades*. Goiânia, 2008. Vol. 6, n. ½, p. 13-31, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/VISUAL/article/view/18066>. Acesso em: 02 fev. 2022.

PONTES, Heloisa. Teatro, gênero e sociedade (1940-1968). *Tempo Social*, São Paulo, vol.22, n.1, p.29-46, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/7qdVhJTrk5dRm4BxVNBsgvD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 fev. 2022.

RODRIGUES, Marise. A presença de Maria Jacintha na dramaturgia brasileira do século XX. ANAIS DO SEMINÁRIO MULHERES E LITERATURA. 2007. Ilhéus: ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Lingüística), v. 1, n. 11, 2007.

Disponível em:

<http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/MARISE%20RODRIGUES.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

---

<sup>1</sup> <https://www.gov.br/funarte/pt-br/aceso-a-informacao-lai/institucional/institucional>.

<sup>2</sup> Ainda não realizamos um levantamento sobre a existência de registros a respeito da aquisição de arquivos privados realizados pela FCB.

<sup>3</sup> Destacamos os conjuntos documentais que ingressaram no CEDOC/Funarte após 1990, com seus respectivos anos de aquisição: Coleção de Edigar de Alencar (1993); Coleção Geraldo Avellar (1993); Arquivo Paulo Porto (1999); Arquivo Paschoal Carlos Magno (2000); Arquivo Sadi Cabral (2001); Coleção Yan Michalski (2002); Arquivo Edgard da Rocha Miranda (2003); Coleção do Centro de Demolição e Construção do Espetáculo (2004); Coleção Agildo Ribeiro (2005); Coleção Ankito (2008); Arquivo Leonardo Villar (2008); Arquivo Bemvindo Sequeira (2010); Arquivo Renato Vianna (2010); Coleção Abraão de Carvalho (2012); Arquivo Dante Viggiani (2012); Arquivo Fernando Peixoto (2012); Coleção Martinho de Carvalho (2012); Arquivo Luís Carlos Mendes Ripper (2013); Arquivo José Renato (2014); Arquivo Juan Carlos Berardi (2014) (FUNARTE, 2016). Em 2018 foram doados os arquivos de Colmar Diniz e de Solange Zuñiga.

Texto recebido em 21 de fevereiro de 2022.

Aceito para publicação em 16 de maio de 2022.

# HISTÓRIA ORAL & HISTÓRIA DAS MULHERES: ENTRE SILENCIAMENTOS E MEMÓRIAS

## ORAL HISTORY & WOMEN'S HISTORY: BETWEEN SILENCES AND MEMORIES

Nikolas Corrent\*

**Resumo:** O presente artigo versa acerca da história das mulheres por intermédio de suas memórias, bem como seus relatos impetrados pela história oral. Desse modo, analisa-se os conceitos básicos que circundam nossa temática, como a categoria gênero, as relações de poder ao longo da história e o silenciamento das mulheres na historiografia, para que destarte, seja evidenciado de que forma a história das mulheres se consolidou no campo científico. O trabalho fundamentou-se em uma análise bibliográfica e conceitual, empregando autoras e autores como Scott (1994, 1995, 2000, 2008), Tedeschi (2014, 2015), Venson e Pedro (2012) e Salvatici (2005), as quais abordam essa temática em seus descritos. Doravante essa coleta e análise das informações fundamentadas nos autores supracitados, lograram-se os subsídios necessários e pertinentes para a construção deste artigo e, como resultado, verifica-se que a gênese da história das mulheres sucede-se na década de 1960, concomitantemente a consolidação da história oral.

**Palavras-chaves:** História Oral; Memória; Gênero.

**Abstract:** This article deals with the history of women through their memories, as well as their reports impetrated by oral history. In this way, we analyze the basic concepts that surround our theme, such as the gender category, power relations throughout history and the silencing of women in historiography, in order to show how women's history has been consolidated in the scientific field. The work was based on a bibliographical and conceptual analysis, using authors such as Scott (1994, 1995, 2000, 2008), Tedeschi (2014, 2015), Venson and Pedro (2012) and Salvatici (2005), which they address this theme in their descriptions. Henceforth, this collection and analysis of information based on the aforementioned authors, the necessary and pertinent subsidies for the construction of this article were achieved and, as a result, it is verified that the genesis of women's history takes place in the 60's, concurrently with consolidation of oral history.

**Keywords:** Oral History; Memory; Gender.

As concepções e os valores apregoados pelo sistema patriarcalista são responsáveis pela identidade das mulheres, as quais se tornaram submissas a esse sistema aderindo à subjetividade imposta. Diante disso, ao longo do tempo e na historiografia oficial, as mulheres viram suas histórias dissolvidas na historiografia escrita por homens.

Ademais, pode-se constatar que em preponderância, a história de mulheres fora silenciada e esquecida por cientistas das ciências humanas e artistas, fator que evidencia que grande parcela da humanidade parece furta-se ao exame e, a história tem grandes dificuldades em erigir essa multidão em objeto histórico.

---

\*Doutorando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: nik\_corrent@hotmail.com.

Ponderando o exposto, é que emana a presente pesquisa, a qual busca tratar sobre a história de mulheres, que por muito tempo foram marginalizadas e silenciadas dentro da historiografia. Assim, o estudo fornece contribuições importantes para a compreensão da temática, evidenciando como a História Oral pôde contribuir para que as experiências das mulheres se solidificassem na historiografia.

Desse modo, nosso objetivo geral é compreender como a história de mulheres fora concretizada na historiografia. Como objetivos específicos, foram designados: conceitualizar a categoria gênero e suas implicações sociais; evidenciar a efetivação do silenciamento das mulheres na historiografia; identificar a importância da história oral e da memória feminina para a construção da história de mulheres.

Para alcançarmos nossos objetivos supracitados, empregamos neste artigo, o método dedutivo, bem como a análise bibliográfica por intermédio de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, utilizando-se amplamente de um referencial teórico-conceitual. Neste seguimento, utilizamos de autores e autoras que conceituam termos aqui empregados, como Joan Scott (1994, 1995, 2000, 2008), Guacira Lopes Louro (1997), Michelle Perrot (1994, 2005, 2007), Alice L. Laffey (1994), Bonnie Smith (2003) e Simone Beauvoir (1987). Ademais, tratando-se de nosso foco principal, inserimos as concepções de Losandro Antonio Tedeschi (2014, 2015), Anamaria Marcon Venson e Joana Maria Pedro (2012) e Silvia Salvatici (2005).

### *Gênero e o silenciamento das mulheres na Historiografia*

A definição de gênero emprega elucidações arcaicas, as quais raramente possuem um conceito sólido e acabado. Consoante, a historiadora Joan Scott (1995, p. 74), “as tentativas dos/as historiadores/as para teorizar o gênero permaneceram presas aos quadros de referência tradicionais das ciências sociais, utilizando formulações há muito estabelecidas e baseadas em explicações causais universais”. Diante de sua análise, Scott sintetiza que “gênero” é empregado como um sinônimo de “mulheres”, sucedendo-se uma substituição dos termos por parte de alguns pesquisadores com o intuito de submeter a mulher ao homem, visto que “[...] “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”” (SCOTT, 1995, p. 75). A historiadora explana ainda que:

Nessa utilização, o termo “gênero” não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada (e até hoje invisível). Enquanto o termo "história das mulheres" proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente

às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo “gênero” inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça (SCOTT, 1995, p. 75).

Desse modo, a autora evidencia que a substituição por gênero adverte que uma informação acerca da mulher é fundamentalmente, também reincidida sobre o homem. Ainda, como afirma Scott (1995, p. 75), “essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino”. Diante do exposto, notam-se os desdobramentos da história das mulheres. Como resultado, ela foi escrita de forma que reafirmava a submissão feminina aos homens, então detentores de poder, enquanto as mulheres eram silenciadas pela historiografia oficial. Em síntese, as mulheres tornaram-se esquecidas e invalidadas com o decurso da história.

A historiadora Guacira Lopes Louro (1997) explica que essa condição das mulheres ao longo da história emana de inúmeros fatores, ressaltando como principal: “a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito — inclusive como sujeito da Ciência” (LOURO, 1997, p. 17). Dessa forma, o discurso e a prática patriarcalista de que as mulheres deveriam se privarem ao mundo doméstico, resultou na sua restrição ao lar e no seu não envolvimento com questões públicas, que por consequência, resultaram na submissão aos patriarcas e no silenciamento na história. Louro afirma ainda que

Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental (LOURO, 1997, p. 21).

Mediante o supracitado por Louro (1997), a história das mulheres é constantemente marcada pela presença e pelos reflexos do sistema patriarcalista. Dessa maneira, a submissão ao homem e sua dependência em relação a ele, as desigualdades de poder e a restrição de vida ao ambiente doméstico são alguns elementos que revelam o cotidiano de diversas mulheres, as quais possuem suas funções e papéis devidamente disseminados pelos patriarcas. Acerca disto, Louro elucida:

Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para

uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas (LOURO, 1997, p. 24).

Conforme essas colocações, a distribuição de algo que remete a mulher ou ao homem é o que mantinha - e mantém - as desigualdades entre ambos. A título de exemplo, a mulher deveria cuidar da casa e da prole, enquanto o homem, incumbia-se de sair para trabalhar e buscar o “sustento” do lar. Diante de todo esse exposto, verifica-se que as mulheres veem sua história dissolvida na história dos homens e, além disso, são silenciadas e esquecidas em determinadas fontes, evidenciando que grande parcela da humanidade parece furtar-se ao exame e a história tem grandes dificuldades em erigir essa multidão em objeto histórico.

A historiadora Michele Perrot (2005) elucida que a escrita sobre as mulheres e, concomitantemente, suas histórias e vivências, consolidaram-se somente no século XX, e a contemporaneidade é assinalada por uma mais intensa pesquisa acerca desse tema. Perrot (2005) evidencia a sua participação nas pesquisas acerca das mulheres, no início dos anos de 1970, desenvolvendo seus trabalhos no âmbito da história e debatendo sobre o silenciamento das mulheres e de suas resistências na narrativa historiográfica. No entanto, a historiadora acredita que as mulheres se encontram mediante a esse silêncio, devido a exacerbada desigualdade entre os gêneros.

Conforme os escritos de Perrot, verifica-se que, as mulheres além de portarem uma história, são elas mesmas que se fazem lembradas. Devido a esse fenômeno, a história das mulheres que antecede o século XX apresenta um caráter embaciado e incongruente, tendo em vista que é descrita, reservadamente, por estudiosos do gênero masculino. Desse modo, nas investigações se encontrava apenas o silenciamento das mulheres. Com essa escassez de informações, a presença das mulheres na história evidentemente não se solidificava. Nessa conjuntura, Perrot assevera:

Evidentemente, a irrupção de uma presença e de uma fala feminina em locais que lhes eram até então proibidos, ou pouco familiares, é uma inovação do século 19 que muda o horizonte sonoro. Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento. No início era o Verbo, mas o Verbo era Deus, e Homem. O silêncio é comum das mulheres. Ele convém a sua posição secundária e subordinada. Ele cai bem em seus rostos, levemente sorridentes, não deformados pela impertinência do riso barulhento e viril. Bocas fechadas, lábios cerrados, pálpebras baixas, as mulheres só

podem chorar, deixar lágrimas correrem como água de uma inesgotável dor (PERROT, 2005, p. 09).

A partir disso, elucidam-se os reflexos do arcaico sistema patriarcalista, o qual foi o promotor desse silenciamento feminino ao longo dos anos. Perrot (2005) expõe ainda que a religião foi outro fator essencial para que essa conjuntura se consolidasse socialmente, visto a limitação em que as mulheres são submetidas nesse âmbito. Desse modo, relata que

O silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento. Silêncio das mulheres na igreja ou no templo; maior ainda na sinagoga ou na mesquita, onde elas não podem nem ao menos penetrar na hora das orações. [...] Silêncio até mesmo na vida privada (PERROT, 2005, p. 10).

A doutora em Escrituras Sagradas, Alice L. Laffey ratifica as considerações de Perrot explanando que:

A opressão costuma ser sutil numa cultura patriarcal [...] A estereotipagem das funções dos sexos foi legitimada por muitas religiões e pela sociedade ocidental durante milênios. As mulheres que extrapolam o “seu lugar” e assumem posições normalmente reservada aos homens são “exceções”. As exceções podem até ser louvadas pelos homens – enquanto permanecem exceções. Mas quando há perigo de que a exceção se torne a norma, os homens se rebelam. Consequentemente, o patriarcado funciona melhor quando o sexo oprimido, o sexo feminino, suporta o status quo e opta pela segurança que sua função oferece (LAFHEY, 1994, p. 10).

Diante do exposto, verifica-se que no decurso do tempo, o patriarcalismo e a religião impuseram à mulher uma condição de submissa, por meio da qual, a mesma se tornou dependente do homem, limitada e marginalizada. Ademais, as mulheres foram condicionadas a ocuparem um papel secundário nas mais distintas esferas sociais.

Paralelo a isso, o historiador Losandro Antonio Tedeschi (2014) evidencia que o patriarcalismo incidiu em uma determinante para o silenciamento da mulher na história, tendo em vista que “a historiografia oficial atuou como uma eficaz ferramenta de dominação e de justificação das estruturas existentes, baseadas em uma ideologia posta a serviço do patriarcado” (TEDESCHI, 2014, p. 23-24).

Os fatores que subsidiaram no silenciamento da mulher e na omissão de sua história na historiografia são diversos, no entanto, embora a desigualdade de gênero ainda ocorra em grande escala nas diversas nações do mundo, vemos que na contemporaneidade, inúmeras mulheres romperam com estes padrões e foram em busca

de sua emancipação e da escrita de sua história, como aquelas que impetraram a oportunidade de estudar e alcançar locais e postos que antes, eram destinados apenas aos homens.

Assim, nota-se uma alteração na conjuntura da mulher na contemporaneidade, onde àquelas restritas e acudadas deram espaço para mulheres que, atualmente, vem para contrapor as tradições dessa sociedade ultrapassada, a qual, segundo a historiadora Bonnie Smith (2003), era regida por uma hierarquia onde os homens eram vangloriados por seu intelecto, enquanto as mulheres eram sexualizadas.

Essas mulheres contemporâneas, por meio do empoderamento e da independência, desempenham funções importantes na sociedade atual, sendo possibilitadas de atuarem em diversos segmentos sociais, inclusive, na política, a qual segundo Perrot (2007, p. 151), “de todas as fronteiras, a da política foi, em todos os países, a mais difícil de transpor”.

A filósofa Simone Beauvoir (1987) questiona a desigualdade entre mulheres e homens, não restrita apenas ao silenciamento na historiografia. Sua abordagem critica o sistema patriarcalista, o qual prevê que a mulher deve submeter-se ao homem e, sobretudo, ser designada apenas ao âmbito doméstico. Perrot reflete sobre o lugar da mulher no século XIX explanando que

Os homens do século XIX europeu tentaram, efetivamente, conter o poder crescente das mulheres [...] não só fechando-as em casa e excluindo-as de certos domínios de atividade – a criação literária e artística, a produção industrial e as trocas, a política e a história – mas, mais ainda, canalizando-lhe as energias para o doméstico revalorizado ou, mesmo, para o social domesticado (PERROT, 2005, p. 279).

No entanto, Beauvoir (1987) analisa a contemporaneidade evidenciando a inserção da mulher no mercado de trabalho e, segundo a autora, “é pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta” (BEAUVOIR, 1987, p. 14). As palavras de Perrot (1994, p. 503) corroboram com essa perspectiva, pois “as mulheres souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados para alargar a sua influência até as portas do poder”.

Nas últimas décadas do século XX, sucederam-se também, mudanças na historiografia, mediante as suas teorias e metodologias, o que resultou em grandes avanços para os estudos sobre as temáticas relacionadas a grupos sociais que se encontravam fora do interesse das pesquisas nas ciências humanas. Pesquisadores e

pesquisadoras começam a se dedicar a temas como: grupos étnicos raciais, camponeses, pessoas comuns e, em especial, as mulheres. Essas mudanças possibilitaram o conhecimento desses campos, os quais anteriormente, eram pouco ou quase nada explorados.

### *História oral e a memória de mulheres*

O resgate de uma história silenciada e depreciada pela historiografia, como a história das mulheres, encetou-se apenas no final da década de 1960, com o advento da história oral. As historiadoras Anamaria Marcon Venson e Joana Maria Pedro esclarecem que:

A história oral é um campo que se propôs originalmente como interdisciplinar, pois articula análises da oralidade amparada nos arcabouços teóricos da história, da literatura, da antropologia, da linguística, da psicanálise. A partir da técnica da entrevista, a história oral se configurou como metodologia propositora de um novo entendimento acerca da memória como fonte histórica, mostrou as diversas temporalidades que destroem a linha do tempo política, colocou em evidência o tempo subjetivo. Não se trata simplesmente da transcrição da entrevista gravada, nem de uma pretensão exclusiva de formar arquivos orais, mas de uma produção de conhecimento histórico com todos os cuidados dispensados a qualquer outra fonte (VENSON; PEDRO, 2012, p. 132).

A historiadora Silvia Salvatici elucida que a história oral emana com o propósito de

[...] inserir as vozes que faltavam, as dos desfavorecidos, a fim de criar uma nova “história vinda de baixo”, enquanto feministas desejavam demonstrar o papel vital desempenhado por mulheres, no passado e no presente, por meio de uma reconstrução do passado (SALVATICI, 2005, p. 29)

Diante disso, a história oral possibilitou uma maior visibilidade histórica aos sujeitos cujos testemunhos ausentam-se nos registros em outros tipos de fontes, como a escrita, ponderada por muito tempo, como a mais confiável e, por vezes, incontestável pelos pesquisadores. Doravante os anos de 1970, tem-se então, uma tomada de consciência acerca dos marginalizados pela historiografia e, além disso, o movimento feminista desempenhou questionamentos e intensas críticas sobre o silenciamento e a exclusão das mulheres na história, reivindicando pela escrita dessa história mediante o resgate da memória desse gênero. Acerca da memória, Tedeschi estabelece:

A memória como categoria de análise pode ser utilizada como ferramenta teórico-metodológica de distintas disciplinas e áreas de trabalho. Como categoria social, refere-se à maneira que diferentes atores e seus usos da memória abraçam o social, o político e as conceitualizações, crenças do sentido comum (TEDESCHI, 2015, p. 334).

Salienta-se que a entrevista incide em uma técnica significativa para a experiência e para a memória, a qual possibilita a construção de uma história oral e, posteriormente, a sua escrita. Venson e Pedro explanam:

A entrevista, uma chamada para a significação da experiência, é ferramenta e fonte tanto da história quanto da antropologia, disciplinas essas que articulam metodologias particulares amparando-se nos estudos sobre a memória, em análises de narrativas, na interpretação daquilo que é lembrado e esquecido, nos contraditos e nas repetições, na elaboração de significados, nos modos de dizer (VENSON; PEDRO, 2012, p. 125).

Foi por intermédio das entrevistas obtidas por meio de fontes orais que se pôde constatar efetivamente que as mulheres eram e são detentoras de uma história, impetrando um respeito por suas vivências solidificadas na área do saber. Ademais, conforme expõe Salvatici (2005, p. 32), “as histórias faladas de mulheres foram consideradas um novo tipo de “verdade”.

A conscientização acerca dos segregados somada aos esforços das feministas, resultaram na busca pela construção da história das mulheres mediante suas memórias. Salvatici (2005) ressalva que “o objetivo político do movimento feminista era dar valor as áreas específicas de experiência feminina, e a história oral forneceu assunções teóricas e soluções metodológicas para caminhar nessa direção” (SALVATICI, 2005, p. 31).

Diante da possibilidade dessa construção, Scott (2008) estabelece que para se escrever a história das mulheres, deve-se ter uma abordagem distinta daquela empregada pelos estudiosos da historiografia oficial. Tedeschi elucida que

Isso significa reescrever a história sob uma perspectiva feminina, interpretar de maneiras diferentes, reformular a análise histórica e revisar conceitos e métodos existentes com o objetivo de converter as mulheres em sujeitos da história, reconstruir suas vidas em toda sua diversidade e complexidade, mostrando como atuaram e resistiram às circunstâncias impostas (TEDESCHI, 2015, p. 334).

O que Scott (2008) e Tedeschi (2015) advertem é que as mulheres, por sua vez, devem ser as protagonistas de suas histórias e não coadjuvantes, como sucedera no decurso do tempo. Assim, deve-se valorizar não somente a memória, mas também as experiências desempenhadas e vividas por elas. De acordo com Salvatici,

[...] o interesse pelas mulheres e o uso de fontes orais ampliaram positivamente o cenário da pesquisa histórica e nele introduziram novos tópicos de investigação, tais como a vida diária, as atividades domésticas e a esfera privada de mulheres comuns (SALVATICI, 2005, p. 31).

Para Tedeschi (2014, p. 29), a história oral não possibilitou apenas a construção da história de mulheres, mas a transformou, “[...] deixando-a de ser uma forma de dominação androcêntrica ou de sujeição a discursos históricos de poder”. Essa afirmativa se justifica, pois, a oralidade viabilizou que as mulheres ditassem sua história consoante suas experiências impetradas pela memória. Assim, passaram a operar como agentes da história e não apenas sujeitos passivos que vivenciaram a história de homens.

Com o advento da década de 1980, a história de mulheres abrangia novas proporções, considerando que se desvinculava apenas do mundo do trabalho e tornara-se uma categoria de análise entre as relações de poder na sociedade, o que resultava na elucidação acerca da invisibilidade destes sujeitos na historiografia. Surgia assim uma conscientização coletiva, onde os questionamentos proferidos anteriormente apenas pelos movimentos feministas, difundiam-se pela sociedade. Para Salvatici

A mudança crucial que teve origem exatamente no início dos anos 1980 ocorreu quando a subjetividade de fontes orais passou a ser vista muito mais como um sinal de força, um indício vital para a modificação da consciência histórica, do que como uma fraqueza intrínseca (SALVATICI, 2005, p. 33)

Desse modo, os relatos que antes demonstravam a fragilidade das mulheres e suas funções atreladas ao lar e a prole, doravante os anos de 1980, passaram a refletir sobre as mulheres enquanto vigorosas, as quais detêm aquele poderio que na historiografia oficial foi conferido apenas aos homens. Concomitantemente, na década de 80 tem-se a origem da categoria gênero, a qual emana, consoante a Venson e Pedro (2012, p. 134) “[...] como uma ferramenta para analisar a construção social e cultural daquilo que se entende por feminino e masculino”. Destarte, “gênero” se apresenta como um elemento intrínseco as relações de poder, fornecendo os subsídios necessários para questionar determinadas condutas e funções estruturalmente atribuídas às mulheres e aos homens.

Cabe ressaltar a função do pós-estruturalismo nesse período, defendido por feministas e identificado como uma corrente filosófica de investigação, pela qual supera a perspectiva estruturalista, visando indeferir nos fundamentos tradicionais da filosofia. Consoante a uma de suas defensoras, Joan Scott (2000), a teoria pós-estruturalista se concebe como uma fonte de rompimento com as arcaicas tradições, as quais definem a

sociedade de forma hierárquica, ponderando a superioridade do homem em detrimento da mulher.

Dessa maneira, o pós-estruturalismo apresenta concepções alternativas acerca da categoria gênero, possibilitando a ruptura com o remoto e indagando novos significados nas relações de poder. Assim, a história de mulheres passa a se estabelecer como um “[...] agente político no qual desafia as premissas pré-estabelecidas, questionando a primazia concebida ao homem, em oposição às mulheres” (SCOTT, 1994, p. 81-83).

Para desafiar as premissas estruturadas historicamente, foi necessária além de uma tomada de consciência, uma incessante busca pela memória de mulheres, por intermédio da qual, possibilitou-se que a oralidade construísse suas histórias. De acordo com Venson e Pedro (2012, p. 135), a oralidade “trouxe, portanto, novas possibilidades de explorarmos experiências de pessoas comuns e acontecimentos da vida privada”, e além disso, possibilitou que as mulheres fossem detentoras de uma história solidificada por si mesmas.

A fonte oral se apresenta, portanto, duplamente armada: nos oferece a chance de transitar por domínios entendidos como privados, particulares, considerados irrelevantes para a esfera pública e, mais ainda, nos permite visitar percursos de rememoração da experiência de constituição da sujeita por ela mesma (VENSON; PEDRO, 2012, p. 135).

A “nova” forma de fazer história com o auxílio da memória e da oralidade, foi fundamental para a descoberta de novas histórias excluídas e apagadas pela historiografia oficial, como a de mulheres, e isso, ocasionou

[...] uma profunda transformação na historiografia, que alcançou inúmeros aspectos do estudo da ciência histórica, os quais abriram o horizonte do conhecimento a uma extensa área até então desconhecida. Essa nova história libertou a ciência histórica de estruturas, métodos e interpretações, pois obrigava a sacudir as velhas práticas rígidas e patriarcais que impediam a incorporação de novos sujeitos na história” (TEDESCHI, 2015, p. 333).

A investigação sobre a memória de mulheres, possibilitou que determinadas experiências tanto individuais quanto coletivas que adormeciam no passado, abiscoitassem espaço no presente, concedendo voz as mulheres e visibilidade para suas histórias dentro da historiografia que se sucede a década de 1960. Esse fator torna-se relevante não somente para o cenário científico, mas também, devido a valorização das mulheres na história, as quais foram possibilitadas de se sentirem pertencentes a história coletiva.

A memória, embora seja concebida com algumas imperfeições, é fruto de uma aquisição, tanto cognitiva quanto social, sendo constantemente atualizada pela lembrança. Para Ecléa Bosi (1994), a memória pessoal deve ser considerada uma memória social, familiar e grupal. A autora corrobora com a ideia de que a rememoração é dirigida pela vida contemporânea, pelo ambiente social e pela imaginação da pessoa que está lembrando. Nessa concepção, considera-se que tudo aquilo que se recorda, ignora ou se esquece, se refere a uma indigência na ocasião presente dos sujeitos, que os induz a relembrar. As lembranças são reconstituídas, evidenciando a veemência de quem fez a escolha daquilo que deve continuar eternizado em sua história de vida: “Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor” (BOSI, 1994, p. 17).

O ato de lembrar-se não se restringe apenas ao retrocesso ao passado, mas também se refere a uma maneira de reatualizá-lo e de reconstruí-lo no presente, sendo de suma importância para o desenvolvimento da história e, por consequência, da humanidade, o que para Bosi (1994) pode ser entendido como memória-trabalho. Para Halbwachs (1990, p. 75), “[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente” e, dessa forma, “[...] na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 1994, p.17). É importante evidenciar que o lembrar é recriar experiências marcadas também pelo gênero. Muitas vezes, as memórias de mulheres ascendentes de imigrantes ucranianos podem ser talhadas por aspectos atribuídos pela cultura patriarcal, e tornam-se fragmentadas e desconexas, de acordo com as narrativas materializadas coletivamente, pelas relações de poder, histórica e coletivamente construídas.

Nesse quesito, as percepções das mulheres sobre o passado estão imbricadas em lembranças de suas experiências, inclusive no que diz respeito às relações de gênero, uma vez que estas fazem parte do procedimento de constituição da própria subjetividade. A produção da narrativa histórica toma novos e distintos objetos de conhecimento ao questionar as relações de gênero. Assim sendo, Marina Maluf (1995) apresenta a perspectiva de que a experiência de vida promove diferentes experiências no dia a dia de homens e mulheres, com base na incubação social da percepção sobre as diferenças corporais, e imputação de papéis e significações ao masculino e feminino, a qual,

obrigatoriamente, acaba derivando em algumas particularidades ao ato de rememoração do passado gerado por eles. Para Mario Martins Viana Junior (2011):

É certo que a memória não é biologicamente sexuada, contudo, ela é historicamente sexuada. Não é o fato de nascer homem ou mulher que implica uma forma exclusiva de pensar. Ao corpo biológico não está vinculada nenhuma forma de lembrar. É sim o fato de vivenciar experiências como homens e mulheres, isto é, seguindo ou desafiando papéis sociais estabelecidos de acordo com o sexo, que certamente implica formas específicas de memória (VIANA JR., 2011, p. 79).

De modo igual, Elizabeth Jelin (2001) compreende que mulheres e homens possuem desenvolvimentos de memória dessemelhantes e diferentes modos de delinear suas memórias. Para a autora, as mulheres possuem a tendência de rememorar os eventos com um maior detalhismo, enquanto os homens são mais generalizantes e superficiais. Além disso, as mulheres evidenciam suas emoções e sentimentos, citando mais as questões íntimas e as relações pessoais.

Os limites de suas rememorações são as afinidades familiares, porque o tempo subjetivo delas está aparelhado e ligado a acontecimentos reprodutivos e a conexões afetivas (JELIN, 2001). Rememorar, segundo Marina Maluf (1995), é uma tentativa de organizar um tempo sentido e vivido do passado, e reencontrado pela vontade de lembrar, sendo, portanto, um ato de intervenção no caos das imagens guardadas: “Acompanhar o reencontro das imagens reconstituídas de outros tempos é um modo de conhecer o lugar do qual essas mulheres falam, como falam e a importância que atribuem ao seu lugar e aos fatos narrados” (MALUF, 1995, p. 89).

Anamaria Venson e Joana Maria Pedro (2012) ponderam que a memória, e o seu uso como fonte de conhecimento, são práticas permeadas por relações de poder, e datadas. Nesse entendimento, o ato de rememorar é concebido dentro de uma relação de poder. Sendo assim, vale lembrar que “[...] quem narra suas lembranças recria e comunica experiências marcadas pelas diferenciações estabelecidas pelas construções de gênero” (TEDESCHI, 2014, p. 19). Joana Maria Pedro (2005) destaca o papel fundamental do gênero, entendendo-o como uma categoria relacional, e, também, como sendo todo o aspecto político, cultural e social dos sujeitos na história.

Michelle Perrot (1989), ao debater a especificidade da memória feminina, afirma que ela deixa de existir se for ancorada na natureza e no biológico. Porém, existiria uma peculiaridade, na medida em que as práticas socioculturais, atualizadas nas operações que compõem a memória, estão imbricadas nas relações masculinas/femininas reais e, como elas, são resultados de uma história. A memória, configuração de relação com o tempo e

o espaço, seria intensamente sexuada. Ademais, a autora destaca que a memória é caracterizada e estruturada por papéis sociais. Em suas palavras: “A memória passa mais pelo modo de vida que pela variável sexo [...], sua sexualização seria constitutiva do debate das determinações sócio-históricas do masculino e do feminino” (PERROT, 1989, p.18).

Salvatici (2005, p. 41) elucida que “a história oral de mulheres contribuiu para expandir as fronteiras da história” e, “além disso, a complexidade das narrativas de mulheres e suas múltiplas perspectivas sobre o passado contribuíram para dar destaque às contradições e repressões do discurso público”. Assim, foram desconstruídos certos valores historicamente disseminados pelo patriarcalismo, sistema que ocultou e, por vezes, dissipou a presença e importância das mulheres na historiografia.

### *Considerações finais*

Na contemporaneidade, verifica-se uma expansão nas pesquisas que aludem à categoria gênero e a história das mulheres, sobretudo, devido a influência do movimento feminista e a necessidade em prosseguir com a valorização das mulheres propensos a dizimar o patriarcalismo e, concomitantemente, a histórica submissão das mulheres aos homens.

A proposta desse artigo, visou analisar a solidificação da história das mulheres na historiografia, a qual procede de suas memórias, e das narrativas alcançadas com o auxílio da história oral. Desse modo, encetamos o estudo abordando e conceituando a categoria gênero, bem como, explanado as relações de poder ao longo da história, que resultou no silenciamento das mulheres na historiografia, justificado por sua submissão aos homens.

Aludindo especificamente sobre a história de mulheres, evidenciou-se ao longo da pesquisa que tal história associa-se ao advento da história oral na década de 1960, considerando que foi através desta metodologia e da memória feminina, que as mulheres foram ouvidas e dialogaram com entrevistadores sobre suas experiências. Nesse período, o foco das investigações referia-se as atividades domésticas e associadas a família.

No entanto, doravante os anos de 1980 e a origem da categoria gênero, a conjuntura da história de mulheres se modifica, possibilitando que as relações de poder fossem questionadas e concedendo um maior espaço e visibilidade para a história de mulheres dentro da historiografia. É nesse contexto que o silenciamento mais foi questionado, resultando em críticas à desconstrução de normas e valores patriarcalista.

Atualmente - conforme exposto -, a história de mulheres se encontra difundida nas ciências e, além disso, verifica-se que as mulheres constroem através da própria escrita, suas histórias e de muitas outras. Contudo, cabe ressaltar que a historiografia, embora “renovada” ainda guarda, mesmo que escasso, vestígios do que era oficial, concedendo mais visibilidade ao homem, do que a mulher.

**Referências bibliográfica:**

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1987.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

DOSSE, François. *História e ciências sociais*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

DUBY, George; PERROT, Michelle. (Orgs.). *História das Mulheres: o século XIX*. Lisboa: Afrontamento, 1994.

LAFHEY, Alice L. *Introdução ao Antigo Testamento: perspectiva feminista*. São Paulo: Paulus, 1994.

LOURO, Guaciara Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. São Paulo: História, 2005, p. 77-98.

PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Bauru, EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres, Prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 18, p.9-18, 1989.

SALVATICI, Silvia. Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, Vol. 8, Nº 1, p. 29-42, jan.-jun. 2005.

SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp. 2000.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, 20(2): 71-99, Porto Alegre/RS, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em 28 ago. 2020.

SMITH, Bonnie. *Gênero e História: Homens, Mulheres e a Prática Histórica*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *Alguns Apontamentos sobre História Oral, Gênero e História das Mulheres*. Dourados, MS: UFGD, 2014.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Os lugares da História Oral e da Memória nos Estudos de Gênero. *OP SIS*, Catalão, Vol. 15, Nº 2, p. 330-343, 2015.

VIANA JUNIOR, Mario Martins. Rasuras e contingências: (entre) laços do feminismo, do gênero, da memória e da escrita da História, In: *Por linhas tortas: Gênero e interdisciplinaridade-I*. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. *História Oral*, Vol. 15, Nº 2, p. 125-139, jul.-dez. 2012. Disponível em: <http://www.revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&-page=article&op=view&path%5B%5D=261&path%5B%5D=293>. Acesso em 03 jan. 2022.

Texto recebido em 15 de janeiro de 2022.

Aceito para publicação em 8 de junho de 2022.

v.12, n.1, Jul/2022 | ISSN 2238-6270

# ARTIGOS LIVRES E RESENHAS

---

**MUSEU CAPIXABA DO NEGRO *MARIA VERÔNICA DA PAS*  
(MUCANE): LUGAR DE QUILOMBISMO E DE  
PROTAGONISMO DE MULHERES NEGRAS (1994-2020)**

**MUSEU CAPIXABA DO NEGRO *MARIA VERÔNICA DA PAS*:  
LUGAR DE QUILOMBISMO Y PROTAGONISMO DE LAS  
MUJERES NEGRAS (1994-2020)**

Maria José Corrêa de SOUZA\*

André Filipe Reid Pereira dos SANTOS\*\*

**Resumo:** O presente artigo objetiva acompanhar a trajetória do Museu Capixaba do Negro *Maria Verônca da Pas* (MUCANE), a fim de analisar se o museu foi e ainda é um espaço de quilombismo e de preservação da memória do protagonismo da mulher negra. Utilizou-se também da observação participante e da pesquisa com perguntas semiestruturadas e fontes diversas. Por fim, na análise dos resultados, juntamente com as considerações finais, são apresentados os resultados da pesquisa onde constatou-se que o MUCANE surge com a proposta de ser um lugar de resistência, de memória viva, alteridade e autonomia, mas com a institucionalização do espaço, houve uma tentativa de apagamento de algumas memórias, e conseqüentemente perdeu força do instituinte.

**Palavras-chave:** Museu; Memória; Quilombismo; Protagonismo; Mulheres Negras.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo seguir la trayectoria del Museo Capixaba do Negro *Maria Verônca da Pas* (MUCANE), con el fin de analizar si el museo fue y sigue siendo un espacio de quilombismo y de preservación de la memoria del protagonismo de la mujer negra. También se utilizó la observación participante y la investigación con preguntas semiestruturadas y fuentes diversas. Finalmente, en el análisis de los resultados, junto con las consideraciones finales, se presentan los resultados de la investigación, donde se constató que MUCANE aparece con la propuesta de ser un lugar de resistencia, de memoria viva, alteridad y autonomía, pero con institucionalización desde el espacio, hubo un intento de borrar algunos recuerdos, y en consecuencia perdió fuerza de la institucionalización.

**Palabras clave:** Museo; Memoria; Quilombismo; Protagonismo; Mujeres negras.

*Considerações iniciais*

O direito à memória e à cultura está garantido na Constituição de 1988, como expõe o Art. 215: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988, p. 126). E diz ainda, no § 1º: “O Estado

---

\* Doutoranda em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico e Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. E-mail: mazecorrea@gmail.com .

\*\*Doutor em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Professor do Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais, da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). E-mail: afprsantos@gmail.com

protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional [...]” (BRASIL, 1988, p. 126). Diante disso, a luta em defesa da memória e da cultura é uma luta em prol de um direito fundamental.

A busca pela garantia desse direito gestou também a ideia da criação do Museu Capixaba do Negro *Maria Verônica da Pas* (Mucane), o qual teve início em 1988, quando as discussões em torno do centenário da abolição da escravidão, ocorridas na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), fomentaram a ideia de criação de um espaço para a preservação da memória da negritude capixaba. Esses debates foram coordenados pela Médica Psiquiatra, precursora do feminismo negro no Estado e ativista antirracista Maria Verônica da Pas. A preparação do cenário do centenário da abolição foi palco de grandes debates e mobilizações do Movimento Negro do Espírito Santo, os quais duraram cinco anos e levaram o então Governador Albuíno Azeredo, primeiro governador negro do Brasil, a acatar essa demanda do Movimento Negro por um museu que celebrasse a história dos negros no Estado. Mas essa interpretação foi motivo de acaloradas discussões, assim como a data escolhida pelo governador para a publicação e criação do Mucane, por meio do Decreto Lei nº 3.527, de 13 de maio de 1993. O Decreto determinava que no prazo de 31 dias tivessem início as contratações e licitações necessárias para o funcionamento da instituição.

Passados os trinta e um dias, o esperado investimento não aconteceu nem na gestão do então governador, que terminou no final de 1994, nem na gestão de seu sucessor, Vitor Buaiz. Apesar de o Movimento Negro Organizado ter o decreto e o espaço, este era um prédio caindo aos pedaços. Diante disso, o caminho escolhido pelo Movimento Negro, sob a Coordenação de Maria Verônica, foi fazer uma ocupação estratégica do prédio, a fim de não perder o espaço. A primeira ação foi a criação do Pré-vestibular para Negro, além da promoção de atividades culturais e visitas de escolas ao Museu, que está situado no Centro de Vitória, capital do Espírito Santo.

Partimos da hipótese de que se trata de um espaço de quilombismo, embora exista um patriarcado e uma desigualdade nas relações de gênero no Mucane, mas que desde a sua fundação foi-se construindo núcleos e narrativas femininas de ocupações e resistências. No desenvolvimento dessa pesquisa, utilizou-se do método descritivo-analítico e dos estudos referentes ao Mucane, ao conceito de quilombismo e à memória desenvolvidos por Abdias Nascimento (2019). Além das pesquisas bibliográficas, foram colhidos os depoimentos de duas ex-coordenadoras do Museu.

O artigo tem como objetivo investigar as motivações que levaram à criação do Mucane e proceder à análise do Museu como um espaço de quilombismo, de preservação da memória e do protagonismo da mulher negra.

### *Quilombismo no enfrentamento ao racismo*

A formação da cultura brasileira teve como elemento estruturante o racismo. Este esteve presente na violenta e criminoso prática de escravização de povos de origem africana, de extermínio das populações afro-brasileiras e de tentativas do apagamento de sua memória social. Sobre esse aspecto, Abdias Nascimento (2019) destaca que a memória do afrodescendente brasileiro vem sendo sistematicamente agredida e apagada nos últimos 500 anos. E afirma ainda que:

O chão desse país foi regado com o suor dos africanos e afro-brasileiros. além dos indígenas escravizados, o africano foi o primeiro e o único trabalhador, durante três séculos e meio, a erguer as estruturas do Brasil: os canaviais, os algodoais, os cafezais, o ouro, o diamante a prata e todos os demais elementos da formação brasileira se nutriram no sangue martirizado dos escravizados (NASCIMENTO, 2019, p. 279).

É nesse contexto, segundo o autor, que nascem os quilombos no Brasil: diante da necessidade urgente de o povo negro se defender, de sobreviver e de resgatar sua liberdade. Para Abdias Nascimento (2019), o quilombo é uma das primeiras experiências de liberdade nas Américas e tinha uma organização política e democrática, além de uma estrutura comunitária baseada em valores culturais africanos. Dessa forma, “quilombo não significa lugar de escravo fugido, quilombo significa reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência e comunhão existencial” (NASCIMENTO, 2019, p. 289-290). Por conseguinte, a propagação dos quilombos os transformou em verdadeiros movimentos de resistência física e cultural para os afro-brasileiros que se recusavam à exploração e à violência escravista, donde o surgimento do conceito de quilombismo.

Kabengele Munanga, prefaciador da última edição do livro *O Quilombismo: Documento de uma Militância Pan-africanista*, diz que Nascimento (2019) descreve o quilombismo como um conceito científico emergente de processos históricos, culturais e político-ideológico. Munanga (2019) afirma que, ao ler o livro 40 anos depois, a obra continua atual. Além disso, Nascimento (2019) observou que:

[...] o quilombismo é um movimento político dos negros brasileiros. Nascimento propõe a criação de um Estado Nacional Quilombista, antirracista, livre, justo e soberano, inspirado no modelo da República dos Palmares e em outros quilombos que existiram e ainda existem no país, cuja finalidade básica seria promover a felicidade do ser humano (NASCIMENTO, 2019, p. 305).

Ainda segundo Nascimento (2019),

[...] o quilombismo se estruturava em formas associativas que tanto podiam estar em locais de difícil acesso, como as florestas, que facilitava sua defesa e organização social própria, e os que eram consideradas *ilegais* ou permitidos e tolerados pela elite dominante, normalmente com finalidade religiosa (católica) e de ajuda mútua (NASCIMENTO, 2019, p. 281).

Ao longo do tempo, essas experiências foram se ampliando, sendo que, para Abdias Nascimento (2019), não importam as formas ou objetivos, uma vez que todas elas preencheram uma importante demanda social para a comunidade negra. Ele cita, por exemplo, uma rede de associações: “[...] irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba, gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade; dominante; do outro lado da lei se erguem os quilombos revelados que conhecemos” (NASCIMENTO, 2019, p. 281).

Para Nascimento (2019), o ideal quilombista está longe de se esgotar, pois as condições da grande camada da população negra continuam a mesma, com raras alterações superficiais, tendo em vista as condições atuais da população afrodescendente. Descreve ainda que, como resultado de um racismo histórico, a maioria absoluta dessa população mora nas favelas, em alagados, em conjuntos populares e em ocupações irregulares. São também a maioria entre os desempregados e subempregados, além de estarem sujeitos à permanente brutalidade policial e às prisões arbitrárias motivadas pela cor.

Para Almeida (2018), o racismo opera como um sistema de racionalidade que considera como normalidade os exemplos citados por Nascimento (2019) no parágrafo anterior, assim como o extermínio de jovens negros. Em outras palavras o racismo encontra-se institucionalizado no imaginário nacional brasileiro e naturalizado pelo Estado. Diante disso, o racismo estrutural é concebido por Almeida (2018) como decorrente da estrutura da sociedade, que normaliza e concebe como verdade padrões e regras baseados em princípios discriminatórios de raça.

Desse modo, Almeida (2018) salienta que a superação do racismo exige considerá-lo como elemento estrutural dos processos de dominação para a constituição

de modos alternativos na organização de uma sociedade. A superação do racismo se pautou historicamente na luta dos movimentos negros no Brasil. Na primeira República, como dito anteriormente, os escravizados libertos e seus descendentes criaram inicialmente dezenas de grupos ou associações.

Nessas linhas de ações de enfrentamento ao racismo, Domingues (2007) descreve que na primeira metade da década de 1930 foi criada, no Estado de São Paulo, a Frente Negra Brasileira (FNB), umas das mais importantes organizações de lutas por direitos das populações negras brasileiras, a qual teve representação em diversos estados brasileiros, inclusive no Espírito Santo. Contudo, a FNB teve seu fim durante o período do Estado Novo (1937-1945).

Por caminhos diferentes, mas na linha de ações de enfrentamento ao racismo e à valorização social do negro e da cultura afro-brasileira, em 1944, Abdias Nascimento criou o Teatro Experimental do Negro (TEN). Nele, havia a mistura do trabalho pela cidadania do ator por meio da conscientização e da alfabetização do elenco, o qual era recrutado entre operários, empregadas domésticas, favelados sem profissão definida e modestos funcionários públicos. O TEN já colocava em marcha algumas das ideias de Abdias Nascimento quanto às necessidades de os negros ocuparem lugares estratégicos na sociedade e na política. Como o próprio Abdias diz em uma entrevista em 2009:

O TEN propunha-se a resgatar, no Brasil, os valores da cultura negro-africana, degradados e negados pela violência da cultura branco-europeia; propunha-se à valorização social do negro através da educação, da cultura e da arte. Teríamos que agir urgentemente em duas frentes: promover, de um lado, a denúncia do racismo e uma ação de valorização da estética negra e, por outro lado, fazer com que o próprio negro tomasse consciência da situação social em que estava inserido (NASCIMENTO, 2009, p. 9).

Já na década de 1970, depois de um período de turbulências pela conjuntura da ditadura militar, o Movimento Negro voltou a se reorganizar a partir de 1978, período do surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU). Essa entidade, ainda existente nos dias de hoje, foi responsável pela difusão da noção do Movimento Negro como designação genérica para diversas entidades.

Entretanto, o Brasil tornou-se palco das atenções da sociedade e do Estado após a marcha Zumbi dos Palmares em 1995, que levou aproximadamente 30 mil pessoas para Brasília em celebração aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares. Foi um momento de grande articulação política dos movimentos negros no país, o que nos permite afirmar

que a marcha foi um divisor na forma de tratamento do Estado Brasileiro em relação à problemática do racismo no Brasil.

Gustavo Henrique Araújo Forde, ativista antirracista, Doutor em Educação e autor do livro *Vozes Negras na História da Educação: racismo, educação e movimento negro no Espírito Santo (1978-2002)*, descreve que o movimento negro capixaba sempre esteve inserido no contexto das lutas antirracistas nacionais e internacionais, reorganizando-se no contexto da criação do MNU.

Segundo Forde (2019), os passos percorridos por esses grupos do Movimento Negro no início dos anos 1980 desdobraram-se em uma grande variedade de entidades, grupos e organizações, cujos desdobramentos chegaram aos dias atuais. Dentre eles, destacou:

O Grupo Gangazumba criado em 1982, o Centro de Estudos da Cultura Negra em 1983, o Grupo Raça em 1985, o Grupo de Mulheres Negras do Espírito Santo criado em 1987, a Associação de Mulheres Negras ‘Oborin-Dúdú’ criada em 1995, o Grupo Afro Cultural Abi-Dudu criado em 1987, o Grupo Negra-ô criado em 1991, o Grupo de Artes Cênicas Afro-Dandara criado em 1994 [...] (FORDE, 2019, p. 50).

Compreendendo o Mucane como um espaço de resistência escolhido pelo Movimento Social Negro Capixaba a partir da preparação das atividades dos 100 anos da Abolição, optamos por narrar a trajetória do Museu como espaço de quilombismo/quilombagem a partir do protagonismo de Maria Verônica da Pas, além de Edileusa Penha de Souza, Suely Bispo e tantas outras mulheres empoderadas que aqui são citadas direta ou indiretamente.

#### *Maria Verônica da Pas: afetos e resistências*

O itinerário das lutas antirracistas no Espírito Santo, que culminou com a criação do Mucane, perpassa pela trajetória e pela memória de Maria Verônica da Pas. Relembrar sua história se faz necessário, pois, como afirma Suely Carneiro (2018) em entrevista ao site da Fundação Tide Setúbal, realizada em março de 2018, as conquistas alcançadas pelo Movimento Negro terminam por privilegiar homens negros em função do sexismo presente em nossa sociedade.

Podemos notar a relevância da afirmação de Carneiro (2018) quando observamos as narrativas nos livros sobre os quilombos brasileiros. Muitos citam Palmares, na figura de Zumbi, e de Ganga Zumba, esquecendo outros personagens atuantes nesses movimentos de resistência. Dandara, por exemplo, durante séculos foi citada, como no

site oficial Fundação Palmares, como auxiliar nas estratégias e “esposa de Zumbi”, com quem teve três filhos: Motumbo, Harmódio e Aristogíton. Fazendo uma crítica à síntese apresentada da biografia dessa grande guerreira, Madeiro (2019) salienta que é típico do patriarcado descrever Dandara apenas como esposa e auxiliar nas estratégias de defesa do quilombo. Para o autor, existem várias lacunas sobre a história de Dandara, levando alguns pesquisadores a duvidar de sua existência. Além disso, segundo Madeiro (2019), no caso de Dandara, não há documentação comprobatória, porque os assassinos dos negros de Palmares quiseram omitir sua presença. Observa-se que essas narrativas sobre Dandara trazem as marcas do racismo estrutural e do machismo, porque, na prática, ela foi uma grande estrategista e capoeirista na defesa de Palmares e nas lutas negras. Isso tudo vai muito além do que o rótulo reduzido à auxiliar e esposa de Zumbi, que a coloca como coadjuvante da própria história.

Nesse sentido, a trajetória dessa mulher e de tantas outras foi apagada porque a história foi contada na perspectiva do patriarcado. Dandara foi muito mais que esposa de Zumbi, foi uma grande estrategista na luta contra a escravatura e em defesa da Nação de Palmares. A Lei 13.816/2019 incluiu o nome de Dandara dos Palmares no livro de heróis e heroínas da Pátria, que está no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília. Sua inclusão foi oficializada 22 anos depois da inclusão de Zumbi do Palmares, porém falta ampliar sua biografia nos livros de história.

Ao falarmos dos quilombos como espaço de resistência, faz-se necessário apresentar o papel das mulheres nesse processo, que é histórico, mas também contemporâneo. Para apresentarmos a história do Mucane, é preciso reverenciar a memória de Maria Verônica da Pas – principal mentora e idealizadora da proposta do museu – a fim de torná-la conhecida para além do Movimento Negro e dos frequentadores do espaço do museu.

Ela nasceu Maria, como tantas outras Marias, mulher negra que veio ao mundo numa família numerosa. Foi a segunda filha dos onze que seus pais tiveram, sendo que eles conseguiram apenas criar oito. Maria Verônica desafiou as impossibilidades e se formou em medicina pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM) e se especializou em Psiquiatria. Foi militante do Movimento Negro e precursora do movimento de mulheres negras no Espírito Santo. Atuou em várias frentes da luta feminina, além de ter sido coordenadora do museu até sua morte, em 1996.

Segundo a pesquisadora Edileuza Penha de Souza (2020), ativista antirracista e contemporânea de Verônica, Verônica atuou na defesa dos direitos fundamentais em

várias frentes e participou das reuniões do primeiro grupo de mulheres negras. “As reuniões aconteciam aos sábados à tarde no Bairro Santa Rita, localizado em Vila Velha (ES). Era início dos anos 80, em plena ditadura” (SOUZA, 2020).

Uma das ações realizadas por elas foi a divulgação de panfletos, cujo título foi *Ligadura Ditadura*, que objetivava sensibilizar as mulheres para não trocarem o voto por cirurgias de laqueaduras. Importa lembrar que essa prática de trocar votos por laqueaduras acontecia em nível nacional, principalmente em regiões de vulnerabilidade social. No contexto dos anos de 1980, o bairro Santa Rita era uma região de extrema vulnerabilidade. Ele surgiu nos anos anteriores como fruto de uma ocupação em uma área de mangue, que a cada povoamento era aterrado, dando origem a muitas casas construídas com a técnica de palafitas. Como mulher negra e médica, Maria Verônica encampou essa luta junto às suas companheiras.

A saúde é um dos problemas mais presentes na vida das mulheres negras em todas as regiões do país e, diante disso, para Sueli Carneiro (2003), esse tema deve ser transformado em pauta de luta por parte dos coletivos. A saúde da mulher é uma pauta importante do feminismo negro, o que demonstra que as lutas locais encampadas por Verônica e suas companheiras dialogavam com as lutas nacionais. Por essa e por outras razões, ela foi considerada uma mulher à frente do seu tempo.

Para Souza (2020), Verônica foi uma mulher empoderada e realizada profissionalmente. cursou medicina e se especializou em Psiquiatria numa época em que poucas negras chegavam à universidade. Foi também atuante na desinstitucionalização da saúde mental, além de filha, mãe e companheira, buscando conciliar sua atuação em defesa de várias demandas.

Além disso, participou da coordenação do Projeto Cultural Afro-Brasileiro da Sub-Reitoria Comunitária da UFES, sendo presidente da Comissão do Centenário da Lei Áurea. Nesse cargo, organizou e coordenou várias atividades, como o Seminário Internacional da Escravidão, em 1988, na UFES. Foi nesse contexto que surgiu a ideia da criação do Mucane. Por um lado, parece existir um consenso de que Maria Verônica da Pas é a grande idealizadora do Museu Capixaba do Negro e que 1988 foi o marco inicial de uma longa luta para a realização desse projeto. É, portanto, mais que justo o Museu homenageá-la com seu nome, visto que é uma forma de preservação da sua memória. Por outro lado, podemos perceber que a questão de gênero também foi motivo de conflito e isso está explicitado no trabalho da pesquisadora Fernanda de Castro Barbosa (2015), que resgata uma entrevista muito significativa, na qual uma entrevistada afirma que, no

contexto de 1988 até o início da década de 1990, gerava desconforto em algumas lideranças negras o fato de uma mulher estar coordenando a discussão para a criação de um museu. Nesse contexto, alguns militantes acreditavam que defender demandas específicas dentro dos movimentos negros significava comprometer, enfraquecer e dividir a luta. Essa informação também foi confirmada por Souza (2020) na entrevista no contexto da produção desse artigo.

Esse depoimento presente na pesquisa de Barbosa (2015) e outras práticas observadas na gestão de Edileuza Penha de Souza e Suely Bispo durante a trajetória do Mucane, descritas por alguns militantes, nos remete ao texto de Lélia Gonzalez (1988), cujo título é *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*. Nele, a autora afirma que a conscientização das mulheres negras em relação às opressões sociais ocorre, antes de qualquer coisa, pela via racial, e que as raízes e as experiências históricas e culturais comuns entre as mulheres e os homens negros acabam por fortalecer laços políticos. Ainda segundo a autora, a luta de mulheres e homens negros pela liberdade começou muito antes desse ato de formalidade jurídica da abolição da escravatura e se estende até os dias atuais.

A pesquisadora Jaqueline Lima Santos (2011), no seu texto *O feminismo negro como perspectiva*, afirma que foi dentro do Movimento Negro Unificado, na década de 70, que os movimentos de mulheres negras do século XX tiveram possibilidade de se articular, incluir e defender sua pauta política. De forma empírica, podemos perceber que não foi diferente aqui no Espírito Santo: as mulheres negras organizadas tiveram que enfrentar o poder, fruto da sociedade machista e patriarcal, dentro e fora do movimento negro<sup>1</sup>.

### *Diálogos sobre Verônica, Quilombismo e MUCANE*

O roteiro das entrevistas que realizamos contou com as seguintes perguntas: 1. Para você, qual o papel de Maria Verônica da Pas para a existência do Mucane e para a luta antirracista no Espírito Santo? 2. O Mucane é um espaço de quilombismo?

Conversamos com duas “mulheres em movimento”, ou seja, segundo definição delas próprias, de uma militância não tradicional, cujas histórias de vida foram atravessadas pela trajetória de Maria Verônica da Pas e do Mucane. São elas: A Prof. Doutora em Educação, Cineasta-documentarista, ativista antirracista Edileuza Penha de Souza e a atriz, poeta, escritora e Mestre em Estudos Literários e ativista antirracista Suely

Bispo. As duas fizeram parte do primeiro grupo de mulheres negras no Espírito Santo, assim como fizeram parte da ocupação de resistência cultural do Mucane, liderada por Verônica, em 1993.

Ambas as depoentes apresentam um olhar privilegiado sobre a trajetória de Maria Verônica da Pas junto ao Museu, em períodos de grandes conflitos: Edileuza da Penha Souza foi eleita coordenadora pelas organizações do Movimento Negro da Grande Vitória após a morte de Verônica, em 1996, e ficou até 2003, juntamente com Zuilton Ferreira, Madalena Telles, Ariane Meireles, Gil Mendes, Ilma Viana, entre outros nomes. Dando continuidade ao movimento de ocupação do Mucane, Suely Bispo, que foi a primeira Coordenadora após a reforma do Mucane feita pela Prefeitura Municipal de Vitória (ES), cumpriu sua gestão de maio de 2012 a outubro de 2013. Conversamos também com Gustavo Henrique Araújo Forde, ativista antirracista e Doutor em Educação. Ao lado das entrevistas, buscamos fontes documentais sobre o museu, como revistas, pesquisas em andamento ou concluídas e sites.

Quanto ao papel de Verônica da Pas para a criação do Mucane, Souza (2020) assinala que pensar a memória negra no Espírito Santo significa pensar a memória de Maria Verônica da Pas e a sua trajetória na conquista do Museu Capixaba do Negro. Sobre esse aspecto, Suely Bispo destaca:

No depoimento que dei e que está no livro *Negros no Espírito Santo* de Cleber Maciel, com 2ª edição, organizado pelo professor Osvaldo, na época que eu era coordenadora que o MUCANE foi fruto reivindicações dos setores organizados da população negra em movimentos sociais. Nada veio de presente. Ela conseguiu reunir militantes e artistas das mais diversas áreas em 1994 para ocupação cultural do museu, como uma forma de garantir o espaço. Enfim, Verônica foi fundamental para o Museu, ela fazia acontecer. E agora, olhando para a trajetória do Mucane. Penso que nos períodos em que em que a gestão está sob o comando de uma mulher, Mucane tem mais movimento, mesmo com todas as dificuldades. Falo isso pensando na Verônica, Edileuza, no curto período que fiquei na gestão e na atual gestora (BISPO, 2020).

A percepção da Suely Bispo sobre a força das mulheres no contexto do museu pode dialogar de forma ampla com a fala de Angela Davis (2017) numa palestra proferida na Universidade Federal da Bahia, em 27 de julho de 2017, sobre o poder de mobilização das mulheres: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo” (DAVIS apud ALVES, 2017, p.2).

Souza (2020) acrescentou que a militância de Verônica era visível também na sua estética moderna e de empoderamento, e que os anos de convivência com ela foram fundamentais para a construção da sua própria estima. Ainda segundo a autora, era libertador ver a forma livre e lúdica que Verônica da Pas usava os cabelos: com *black power*, *dreadlocks* e acessórios, sem se preocupar com julgamentos.

Foi o desejo de manter o Mucane que moveu Verônica da Pas no processo de construção do espaço. Ela lutou bravamente para conciliar seu trabalho como médica no Hospital São Lucas e a sua vida pessoal com as atividades voluntárias na Coordenação do Museu. Participou de inúmeras reuniões com os gestores do Estado para conseguir viabilizar a restauração do espaço, reforma essa que não veio nem na gestão do governador Albuíno nem na Gestão do Governador Vitor Buain. Segundo Souza (2020), ela fez, inclusive, contatos internacionais promissores.

O Museu Nacional da História e Cultura Afro-americana (NMAAHC) em Washington (DC) – ficou interessado em financiar a reforma do MUCANE, por causa do ineditismo do MUCANE no contexto da América Latina. Mas a Burocracia e ou falta de vontade política da gestão por intermédio da Secretaria de Estado na época, não foi possível concretizar essa parceria. O prédio onde estava o museu continuou caindo aos pedaços. Toda essa situação, e muitas outros obstáculos vividos por Maria Verônica na Coordenação, me fazem acreditar que ela morreu de desgosto. Ela era médica, jovem e saudável e teve aneurismas... na verdade, penso que o racismo institucional matou a Verônica (SOUZA, 2020).

Quando Souza (2020), que acompanhou a luta pela conquista do espaço físico para o Mucane, diz acreditar que “[...] o racismo institucional matou Verônica na forma de um aneurisma [...]” (SOUZA, 2020), provavelmente ela está chamando a atenção para as dificuldades burocráticas citadas anteriormente, que muitas vezes podem ser usadas para mascarar o próprio racismo. Além disso, houve uma opressão que sofreram para sair do espaço, que na época era disputado pela Delegacia de Crimes Contra a Vida, que intencionava aumentar o número de salas que ocupava no prédio. Ainda segundo Souza (2020), “[...] muitas vezes, quando o grupo que estava fazendo a ocupação cultural chegava no museu, encontrava marcas de tiro. Alguém da delegacia tinha ‘brincado’ de fazer o museu de treino para tiro ao alvo, na hora em que não tinha ninguém” (SOUZA, 2020).

Aqui podemos dialogar novamente com Almeida (2018), para quem o racismo institucional diz respeito aos efeitos causados pelos modos de funcionamento das instituições que concedem privilégios a determinados grupos de acordo com a raça. Com

base nessa ideia, “[...] as instituições são a materialização das determinações formais na vida social [...]” (ALMEIDA, 2018, p. 30) e derivam das relações de poder, de conflitos e de disputas entre os grupos que desejam admitir o domínio da instituição.

Em resposta à segunda pergunta, que questionava se o Mucane foi ou é um espaço de quilombismo, Souza (2020) diz que até onde ela vivenciou a trajetória do museu, pode afirmar que foi um espaço de quilombismo: “[...] foi criado para ser um espaço de consciência, de memória, de pesquisa, de produção. Um espaço que demarcasse a identidade negra capixaba, e brasileira [...]” (SOUZA, 2020). Desse modo, ela espera que esse espaço não seja para exaltar instrumentos que serviram para destruir a identidade negra, como insistem algumas pessoas em enaltecer objetos de tortura como sendo a única memória negra.

Souza (2020) acrescenta, porém, que não está acompanhando o conceito do Mucane atualmente e que não pode afirmar se ele ainda é um espaço de quilombismo. Relata, com estranheza, mas sem muita surpresa, o que parece ser mais uma tentativa de apagamento de sua trajetória no museu: o fato de não ter sido convidada para a festa de inauguração da reforma do Museu Capixaba do Negro *Maria Verônica da Pas*, após a reforma feita pela Prefeitura Municipal de Vitória (PMV). “Estiveram presentes ‘estrelas’ do circuito nacional, com ou sem nenhuma relação com a trajetória do Mucane” (SOUZA, 2020). Parece ter havido tentativas de apagamento de algumas trajetórias, segundo a pesquisa de Barbosa (2015), que faz uma análise desse evento citado por Edileusa a partir das imagens publicadas nos sites oficiais, de depoimentos de alguns presentes e ausentes, e constata que foi perceptível a tentativa de invisibilização de pessoas e histórias.

Em relação ao conceito de quilombismo, Souza (2020) acrescenta que não lembra de terem parado para estudar esse conceito em conformidade com o postulado de Abdias Nascimento no processo de construção do museu. Lembra, porém, de terem estudado, no grupo de mulheres negras do qual participava na década de 1980, “[...] autoras como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, dentre outras” (SOUZA, 2020). Para ela, o quilombismo faz parte de um conhecimento ancestral, daí a relevância de Abdias Nascimento, que ela acredita ser um dos primeiros a pensar e escrever sobre esses ensinamentos que são ancestrais.

Acreditamos ser importante pontuar que, no quilombismo de Abdias Nascimento, pode-se observar uma grande correspondência entre os espaços e a teoria apresentada por ele e por Beatriz Nascimento: conhecimento científico do quilombo aplicado por meio dos debates e discussões que os espaços promovem.

Suely Bispo (2020) também tem dúvidas se o Mucane ainda é um espaço de quilombismo, pois, desde que saiu da coordenação do Mucane, em 2013, voltou poucas vezes lá e não acompanha de perto as atividades do museu hoje. Conta que assumiu a coordenação após a reforma e recebeu um prédio espaçoso, lindamente reformado, mas vazio:

Recebi um prédio sem mobiliário, sem acervo para exposição, sem uma equipe de apoio, apenas uma técnica administrativa, (muito competente), mas com poucas condições objetivas para trabalhar, a biblioteca não tinha livros. Quando tinha algum evento, corria de uma Secretaria a outra para conseguir algumas cadeiras aqui, outras ali, e a gente ia fazendo. Mas para receber o público em especial, alguma escola, quando não tinha exposição, muitas vezes tivemos que usar a criatividade, contar história, fazer um sarau. Mas o pior para mim foram as brigas por cargos e disputas de poder. Ouvia muito: ‘fulano/a quer seu cargo, cuidado!’ As brigas, as vaidades me magoaram muito (BISPO, 2020).

Bispo (2020) acrescenta que, dentro do Conselho do Mucane, sempre teve o apoio incondicional de Alcebíades Cabral e de Ilma Viana e Luiz Henrique. Ao final da sua gestão, Suely, como uma forma de catarse, escreveu uma poesia sobre aquela época, que está publicada no seu livro *Lágrima fora de lugar*, lançado em 2016.

#### **Ancestralidade**

Alívio sair do cerco dos abutres  
Afinal não sou carniça.  
A sobrevoar o museu  
Um urubu  
De quando em vez  
Pousa  
A sondar a carniça  
Não visível  
A olhos nus.  
O lixo espiritual  
Acumulado por séculos  
De infelicidade cravada  
Nas almas que ainda  
Não se libertaram  
Da escravização dos corpos  
Da escravidão emocional  
Das intrigas, desarmonias e discórdias  
(BISPO, 2016).

Em uma leitura possível da poesia, podemos dizer que, quando a autora diz “[...] alívio sair do cerco dos abutres, afinal, não sou carniça [...]” (BISPO, 2016, p. 22) ela faz uma referência à sua exoneração do cargo, que foi uma indicação da PMV e, como ela metaforicamente disse anteriormente, era disputado pelos “urubus” que sobrevoavam o Museu. Provavelmente, muitos outros conflitos somados a esses culminaram em sua

saída, mas parece que esse motivo foi o mais doído. Quando ela diz “[...] alívio sair desse cerco, afinal, não sou carniça [...]” (BISPO, 2016, p. 22), provavelmente quis dizer: “Eu não estou morta! Estou aliviada em sair, pois tenho muita coisa para viver”. No desenvolver da poesia, há indícios de que ela critica os negros que não se libertaram do racismo e os convida a enegrecerem.

Em relação ao comportamento de muitos militantes no período de sua gestão, sentido e descrito por ela, podemos inferir que o abandono por boa parte do Movimento Negro que Suely sofreu pode ter sido consequência da insatisfação do próprio movimento com a PMV pela forma como conduziu a institucionalização do Mucane que, para muitos, foi de forma arbitrária. É possível que a maioria das críticas não seja à pessoa dela, mas ao que ela representava nesse momento. Mas também é possível que estejam presentes desejos e disputas por cargos e salários por parte de alguns. Segundo Gustavo Forde (2020), a proposta inicial do Mucane se aproximava de uma perspectiva do quilombismo.

A conquista desse espaço foi fruto de muita mobilização resistência do movimento: projeta-se uma sala de acolhimento para entidades negras e canal direto com o movimento, construção de espaços permanente de exposição permanente e outra para exposições rotativas, entre outras coisas, para além de espaço físico, é ser espaço de consciência, de memória, de pesquisa, de produção. Um espaço que demarcaria a identidade negra capixaba. Observo que com a Institucionalização do Museu pela PMV, e todo esse longo processo de disputas de narrativas em torno do Museu foi desgastante (FORDE, 2020)

A institucionalização a que ele se refere foi feita pela Lei Complementar nº 406, de 25 de julho de 2007 que, em seu artigo 2º, institui que “O Museu Capixaba do Negro – MUCANE, patrimônio cultural do Estado do Espírito Santo, passa a ser administrado pelo Município de Vitória [...]” (ESPÍRITO SANTO, 2007, n.p). Posteriormente, em 26 de maio de 2008, explicitou-se que a concessão do uso do museu é por um prazo de 25 anos, podendo ser renovado, desde que haja interesse entre as partes. Todo esse longo processo de disputas de narrativas em torno do Museu foi desgastante. Assim, podemos afirmar que o Mucane não é mais hoje esse espaço com características quilombistas, incluyente e plural. Perdeu-se um pouco a força instituinte dos movimentos negros em função da institucionalização burocrática do museu.

Apesar das implicações trazida pela forma com que a PMV conduziu à institucionalização do Mucane, pudemos observar, de forma empírica, que existe indícios de um desejo também por parte da atual gestora, Thais Souto Amorim, e de parte da militância acadêmica de preservar a memória do Museu e o protagonismo de Maria

Verônica da Pas, Podemos citar como exemplo a exposição e a roda de conversa coordenadas pela estudante/pesquisadora do curso de Ciências Sociais da Ufes Jaiara Dias, em 18 de maio de 2019. Na ocasião, foram expostas 30 fotos no *hall* do Museu e aconteceu um bate-papo sobre sua ocupação em 1995. Além da partilha de memórias, houve uma roda de conversa com algumas pessoas que fizeram parte e conduziram atividades na Vigília Cultural, registradas nas fotografias que foram expostas.

Dentro dos limites dessa pesquisa, analisamos que as premissas do conceito de quilombismo esteve presente nos anos iniciais da trajetória do Museu Capixaba do Negro *María Verônica da Pas*, mas que, ao longo dos anos, foi se perdendo nos embates de velhos e novos conflitos potencializados pela institucionalização do Mucane.

Partimos do princípio de que, para Abdias Nascimento, os museus são importantes instrumentos de preservação da memória cultural de um povo e responsáveis por seu patrimônio material ou imaterial. Considerando que em seu manifesto quilombista ele propõe que o “[...] governo estabeleça museus de arte com finalidade dinâmica e pedagógica de valorização e respeito devidos à cultura afro-brasileira [...]” (NASCIMENTO, 2019, p. 302), ousamos sugerir ao Movimento Negro Capixaba – que tanto lutou pelo espaço do Mucane ser, ao mesmo tempo, instituinte e instituído, ou seja, mesmo estando em um espaço institucionalizado – defender sua autonomia nos espaços decisórios. Urge fazer a mudança, de fato, por dentro, numa perspectiva de defender os interesses coletivos e não individuais. Além disso, faz-se mister buscar estratégias, retomar o poder de gerir o Museu ou numa gestão compartilhada ou conquistar a liberdade de o Mucane ser administrado pelo Conselho Gestor e continuar vinculado à Prefeitura. Enfim, buscar sua autonomia sem se perder nos conflitos internos e nas disputas por cargos e salários.

### *Considerações finais*

A partir do exposto, concluímos que existe um reconhecimento do protagonismo de Maria Verônica da Pas por parte da militância e, principalmente dos que conviveram com ela e conhecem a sua trajetória. Vimos pelos depoimentos e pelas análises das produções sobre o Museu que Maria Verônica da Pas é muito respeitada e homenageada dentro do movimento por ser uma das primeiras mulheres negras a ocupar instâncias na disputa de poder no Estado do Espírito Santo, porém ainda é pouco conhecida do grande público.

No entanto, essa realidade poderá mudar aos poucos, pois existe uma proposta em andamento, segundo a atual coordenadora do Mucane, Thais Amorim, de construir uma sala de exposição permanente sobre a idealizadora e mentora do Mucane.

Ademais, podemos constatar, através das narrativas aqui apresentadas, que existe uma desigualdade de gênero no Movimento Negro Capixaba que, por sua vez, atravessa a trajetória do Mucane e invisibiliza ou desqualifica algumas trajetórias de mulheres negras. Ousamos sugerir o aprofundamento da discussão sobre o machismo no movimento, na mesma medida em que se discute o racismo. Além disso, também se faz necessário aprofundar o conceito de militância negra, pois percebemos que essa visão de uma militância tradicional, na qual a pessoa precisa estar vinculada organicamente a um movimento, tem desqualificado trajetórias importantíssimas na luta antirracista por praticar uma militância “avulsa”, ou seja, uma militância que está inserida numa prática cultural, artística ou acadêmica, mas não está vinculada a um movimento ou associação.

Acreditamos que seja possível retomar o projeto inicial de quilombismo do Museu Capixaba do Negro *Maria Verônica da Pas*, ou seja, um lugar coletivo, de cultura, arte e ciência, lugar de acolhimento dos movimentos e saberes negros, lugar de memória e lugar de afeto.

A teoria quilombista ainda vive no seio do Movimento Social Negro no Espírito Santo e no Museu Capixaba do Negro *Verônica da Pas* (Mucane) e deverá ser mais um espaço privilegiado dentre tantas outras experiências quilombistas e de resistências antirracistas no contexto das lutas nacionais e internacionais. Sabemos, também, que os direitos se conquistam na luta. Como alertou Abdias Nascimento (2019), as experiências dos quilombos ensinam que o povo negro não se curvou diante das dificuldades e das barreiras que surgiram em seus caminhos. Que assim seja!

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, Alê. Ângela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. *El País*, Salvador, 28 jul. 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503\\_610956.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html). Acesso em: 18 jul. 2020

BARBOSA, Fernanda de Castro. *Memórias e Identidades no Espírito Santo: um estudo a partir do Museu Capixaba do Negro*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências

Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

Disponível em:

[http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/9908/1/tese\\_9057\\_FERNANDA\\_DE\\_CASTRO\\_BARBOSA%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Vers%C3%A3o%20Final20160621-173135.pdf](http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/9908/1/tese_9057_FERNANDA_DE_CASTRO_BARBOSA%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Vers%C3%A3o%20Final20160621-173135.pdf).

Acesso em: 17 jul. 2020.

BISPO, Suely. *Lágrimas Fora do lugar*. Vitória: Cousa, 2016.

BISPO, Suely. *Museu Capixaba do Negro (MUCANE)*. [Entrevistada cedida a] por Maria José Corrêa de Souza e André Filipe Reid Pereira dos Santos. Vitória (ES), jun. 2020.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília (DF): Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARNEIRO, Sueli. *Entrevista com Sueli Carneiro*. Entrevistador: Programas de Influência da Fundação Tide Setubal, São Paulo, 23 mar. 2018. Disponível em: <https://fundacaotidesetubal.org.br/noticias/noticia/3838/fundacao-tide-setubal-entrevista-sueli-carneiro>. Acesso em: 7 jul. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. *Estud. Av.*, São Paulo, v. 17, n. 49, dez.2003.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Niterói, v.12, n.23, p.100-122, 2007.

ESPÍRITO SANTO (Estado). *Lei Complementar nº 406, de 25 de julho de de 2007*. Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº 391, de 10.5.2007 e sobre a administração do Museu Capixaba do Negro - MUCANE. Disponível em <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEC4062007.html>. Acesso em: 7 jul. 2020.

FORDE, Gustavo Henrique Araújo. *Vozes Negras na história da Educação: racismo, educação e movimento negro no Espírito Santo (1978-2002)*. Rio de Janeiro: Ed. Brasil Multicultural, 2019.

FORDE, Gustavo Henrique Araújo. *Museu Capixaba do Negro (MUCANE)*. [Entrevistada cedida a] por Maria José Corrêa de Souza e André Filipe Reid Pereira dos Santos. Vitória (ES), mai. 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

MADEIRO, Carlos. Muito mais que esposa de Zumbi: quem é Dandara, nossa nova heroína negra. *UniversaUOL*, [S.l.], 24 nov. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/11/24/dandara-quem-e-mulher-negra-que-quer-ser-heroína-em-pais-de-heróis-brancos.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 18 jul. 2020.

NASCIMENTO, Abdias. *Quilombismo: documentos de uma Militância Pan-africanista*. Rio de Janeiro: IPEAFRO, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. Entrevista com Abdias Nascimento. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, jul./dez. 2009.

ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde declara pandemia de Coronavírus. *Ascom SE/UNA-SUS*, Brasília (DF), 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 18 jun. 2020.

SOUZA, Edileuza Penha de. *Museu Capixaba do Negro (MUCANE)*. [Entrevistada cedida a] Maria José Corrêa de Souza e André Filipe Reid Pereira dos Santos. Brasília (DF), 25 jun. 2020.

Artigo recebido em 11 de março de 2021.

Aceito para publicação em 18 de outubro de 2021.

---

<sup>1</sup> É importante compartilhar que quase a totalidade dessa pesquisa foi no contexto de pandemia, isolamento social e quarentena como consequência do COVID-19. Por isso, tivemos que fazer ajustes e escolhas.

# ESTRADAS, DOENÇAS ENDÊMICAS E O PROCESSO DE ABERTURA DE ESTRADAS E FERROVIAS NO OESTE PAULISTA

## ROADS, ENDEMIC DISEASES AND THE PROCESS OF OPENING ROADS AND RAILWAYS IN WEST PAULISTA

Natalia Scarabeli ZANCANARI\*

**Resumo:** No contexto da expansão das fronteiras agrícolas, no final século XIX e começo do XX, em particular no Oeste paulista, com a construção de ferrovias e estradas, essa região se torna endêmica para várias doenças, como a febre amarela, entre trabalhadores da construção das ferrovias. Deste modo, busca-se analisar a propagação da febre amarela naquela região e as teorias sobre causas e tratamentos que circulavam nas cidades da fronteira, através dos jornais da cidade de Jaboticabal. Percebe-se uma transição no período entre as referências a teoria do miasma para perspectiva da teoria microbiana como forma de transmissão da doença.

**Palavras-chave:** Febre amarela; Jaboticabal; Ferrovias.

**Abstract:** In the context of the expansion of agricultural frontiers, in the late 19th and early 20th centuries, particularly in the West of São Paulo, with the construction of railways and roads, this region became endemic for several diseases, such as yellow fever, among workers in the construction of the railways. In this way, we seek to analyze the spread of yellow fever in that region, and the theories about causes and treatments that circulated in the border cities, through the newspapers of the city of Jaboticabal. A transition can be seen in the miasma theory to the perspective of the microbial theory as a form of disease transmission.

**Keywords:** Yellow fever; Jaboticabal; Railways.

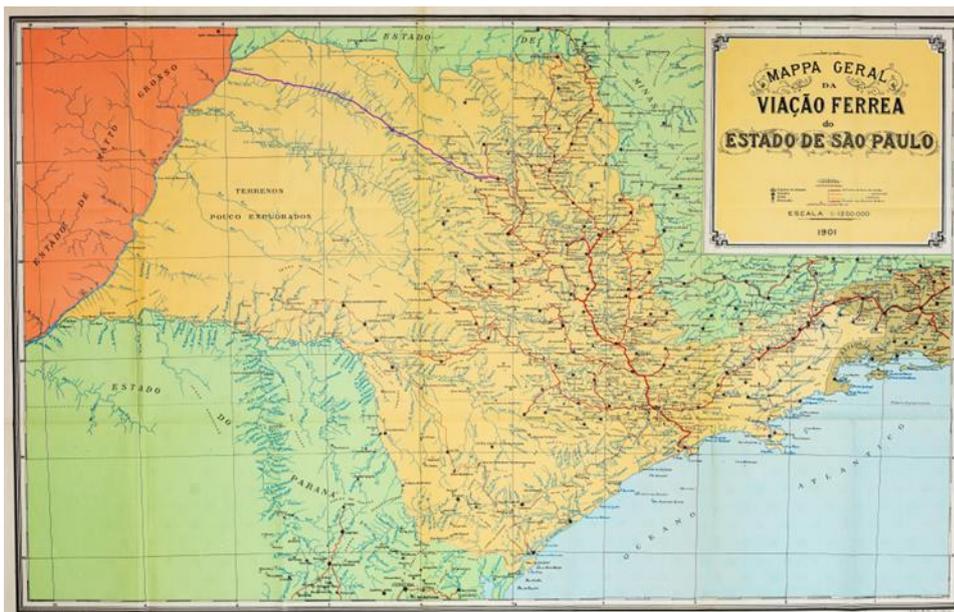
### *Introdução*

O presente artigo analisa as teorias sobre as causas e tratamentos da febre amarela que circulavam nos jornais da cidade de fronteira, como Jaboticabal, no contexto da expansão da ocupação econômica do interior do Estado de São Paulo. Essas duas cidades, em particular, se situavam na rota da nomeada Estrada do Taboado cujo traçado se estendia até o porto do Taboado no rio Paraná, divisa com o estado de Mato Grosso. Essa estrada representava o caminho mais curto para alcançar os campos de criação de gado do Mato Grosso.

---

\*Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (PPH/UEM). E-mail: nataliazancanari@yahoo.com.br.

**Figura 1-** mapa geral da viação férrea do estado de São Paulo



Fonte: Adaptado de Adolfo A. Pinto (1977)

O mapa acima faz parte dos estudos de Adolfo Augusto Pinto sobre as estradas de rodagem e de ferro do estado de São Paulo. O autor faz referência a abertura da estrada do Taboado, bem como os melhoramentos para uma estrada de rodagem ligando o Mato Grosso com o estado de São Paulo.

Essa região é a que privilegiaremos na nossa análise entre os surtos de doenças, seus diagnósticos e tratamentos publicados nos jornais locais, entre o final do século XIX e início do século XX, com destaque para os jornais *O Debate e O Combate* na cidade de Jaboticabal, ambas localizadas no traçado da estrada do Taboado no estado de São Paulo. Em diversas matérias publicadas no período é possível observar as teorias que se fundamentavam as explicações para a propagação e transmissão da malária e febre amarela, bem como o uso das profilaxias para o seu tratamento.

Neste momento, se constata a relação entre a abertura de estradas, de ferrovias e de surtos de doenças endêmicas, em especial a malária e a febre amarela entre os anos de 1898 a 1906. O período compreendido representou um momento de grande crescimento da malha ferroviária brasileira, principalmente no estado de São Paulo.

Neste caso, busca-se analisar os processos de abertura de vias de comunicação no território do Oeste paulista<sup>32</sup>, compreendido geograficamente e historicamente como a porção do estado de São Paulo, considerada pouco explorada até o ano de 1900. Esse fator, adquire significado ao relacionar as mudanças na configuração física e ambiental durante o processo de exploração e reconhecimento do território voltado para a expansão da economia cafeeira, grande responsável pela alteração socioeconômica desses espaços

aliando as vias de comunicação as redes ferroviárias na remodelação dos espaços nacionais.

Diversos estudos historiográficos contribuíram para entender o processo de expansão da economia cafeeira para a região Oeste do Estado de São Paulo, entre o final do século XIX e o início do século XX. Essas análises contemplaram a economia, o surgimento do espaço urbano, a violência contra as populações indígenas, a construção de ferrovias, viagens científicas etc. Com base nos estudos sobretudo de Maria Inês Malta Castro (1993); Nilson Ghirardello (2002); Paulo Roberto Cimó Queiroz (2004) Francisco Foot Hardman (2005) Nísia Trindade Lima (2013) é feita uma discussão da análise do período de expansão das ferrovias e sua relação com os trabalhadores na abertura dessas estradas relatando os maus tratos e a falta de saneamento que viviam tendo como resultado a alta incidência de moléstias, cujas histórias são baseadas em mortes, doenças e fugas.

Neste contexto do avanço das ferrovias o historiador Jaime Larry Benchimol e André Felipe Cândido da Silva (2008) pesquisadores da história da ciência realiza um estudo da abertura das ferrovias e sua relação com as doenças que afetavam os trabalhadores, dando ênfase a malária nos anos de 1890 a 1920. No período em que o Brasil passava por transformações econômicas voltadas para a expansão do mercado interno – como café – e nas questões sanitárias com o aumento de endemias nas regiões exploradas. O período caracterizou-se pela consolidação das instituições científicas que desempenharam papel importante nos estudos referentes às ações sanitárias nessas regiões de ferrovias, resultando na forma de transmissão de doenças e utilização da profilaxia como tratamento. (BENCHIMOL; SILVA, 2008)

Nesse contexto, novos estudos e teorias surgiram para explicar os agentes transmissores de doenças como a malária e a febre amarela e suas possíveis formas de tratamento. Assim, os estudos referentes às doenças endêmicas caracterizaram-se em teorias que se encontravam inseridas em um campo apoiado de discussões e controvérsias.

A partir da análise dos modelos de circulação de diversas teorias sobre a etiologia da febre amarela, Jaime Larry Benchimol (1999) faz um estudo sobre a microbiologia no Brasil, no período que anteriormente havia sido dominado pelas crenças do miasma. Dando ênfase à dinâmica de competição e controvérsias que se envolveram bacteriologistas dentro e fora do país e as rupturas que ocorreram com a passagem do agente causador para o modo de transmissão da febre amarela. A partir das ideias e instituições científicas, o autor enfatiza sobretudo, as investigações sobre o

desenvolvimento dos conhecimentos relacionados à descoberta de microrganismos que transformaria o estudo da transmissão da febre amarela. Neste caso, Benchimol centra sua pesquisa nos estudos de Domingos José Freire, trazendo uma grande contribuição para a nossa reflexão. A partir de uma análise de projeção que o bacteriologista obteve no campo nacional e internacional, enfatizando no ano de 1883 o anúncio da descoberta do micróbio causador da febre amarela e a vacina contra a doença (BENCHIMOL, 1999).

Esse período caracterizou-se pela transição entre a teoria dos miasmas e a microbiana formulada por Pasteur. Segundo a teoria dos fluidos, predominante no pensamento médico desde o século XVIII, o ar e água eram fatores mórbidos, continham emanções fétidas e pútridas, os miasmas corrompiam o ar, atacando o corpo humano e transmitiam as doenças.

Os miasmas seriam gerados pelas sujeiras insalubres e também por gases formados pela putrefação de matérias vegetais e animais, estando presente nos solos úmidos, pântanos, água suja entre outros. No Brasil, a discussão referente a essa teoria, as informações sobre os miasmas, seus efeitos e as maneiras de eliminá-los circulava não apenas pelo corpo médico, chegavam também à população por meio de jornais. Assim como a teoria dos miasmas presente nos jornais da cidade de fronteira, gradualmente se percebe também a circulação da teoria de Pasteur. A teoria microbiana, questionou as crenças anteriores, mostrando que as doenças contagiosas não eram transmitidas por ar contaminado, mas por agentes infecciosos como germes e bactérias, através do contato direto entre as pessoas e seus objetos. Para Pasteur, os microrganismos não tinham geração espontânea, mas eram gerados por outros iguais presentes, então seria necessário descobrir o agente contagioso específico para buscar maneiras de combatê-lo (RAGO, 1985). Essa teoria se manteve presente nos estudos das bactérias, considerando os locais insalubres como focos da epidemia. Outra questão discutida é a presença da microbiologia defendendo a existência de agentes contagiosos, que poderiam se manifestar em conjunto com outros fatores como clima, ar e água.

Esses estudos desempenharam papel fundamental nas práticas de profilaxia como meio de vencer os obstáculos da expansão da economia e sociedade capitalista. As ações sanitárias induziram investigações importantes que ajudaram a conformar as formas de transmissão da doença.

*As condições sanitárias nas ferrovias*

À medida que estradas e ferrovias foram sendo construídas no interior do estado rumo ao Oeste paulista na procura de novas terras para o plantio de café, ia se tornando necessário conhecer e principalmente propiciar as ocupações de regiões até então consideradas desconhecidas, as quais apareciam em alguns mapas do período como espaços vazios ou não explorados.

A expansão das fazendas de café ampliou a quantidade de moradores no interior, contribuindo de forma decisiva para o surgimento de cidades. As formas de ocupação do espaço agrário e também do espaço urbano determinaram condições que favoreceram a disseminação das doenças transmitidas por vetores.

O processo de desbravamento e ocupação do então considerado como sertão paulista, conjugou-se em uma ação sistemática do governo estadual, interessado em criar condições para o povoamento do Estado, e na agricultura cafeeira os meios para sua manutenção e ampliação. Neste processo de ocupação foi ampliada a rede ferroviária paulista e a abertura de estradas de rodagem. Ambas foram responsáveis pela abertura de caminhos para a ocupação de várias regiões do Estado de São Paulo, possibilitando que nelas se consolidassem as atividades produtivas essenciais a uma economia de base agrário-exportadora. Deste modo, ocupava, assim, o interior do estado, assegurando a continuidade da expansão da cafeicultura.

Além das ferrovias, também promovia a abertura de estradas de rodagem, como vias de comunicação no transporte de animais e mercadorias, por lugares nos quais as estradas de ferro não alcançavam as estradas de terra. Em alguns trechos dessas estradas havia focos de doenças endêmicas contaminando viajantes, trabalhadores e população local. Deste modo, será feita análise da historiografia dentro do período de 1890 a 1906 destacando aspectos relacionados à abertura de estradas utilizando-se da intensa exploração da força de trabalho nos traçados em que foram abertas em locais propícios à transmissão da malária e febre amarela.

Maria Inês Malta Castro (1993) analisou os problemas vivenciados pelos trabalhadores em toda a construção da estrada de Ferro Noroeste, como as epidemias, as doenças tropicais e os ataques de índios. Segundo a autora, foi nesse estado de precariedade e em locais insalubres e infestados de mosquitos portadores de doenças que os trilhos da ferrovia foram assentados, ficando evidente a relação de maus-tratos aos trabalhadores e a falta de saneamento que resultou na alta incidência de moléstias.

Realizado em locais insalubres e infestados de mosquitos portadores de doenças, o assentamento dos trilhos fez-se de forma penosa, fato que se

agravava por estarem os operários à mercê da vontade dos empreiteiros e, sendo assim, ainda mais vulneráveis às moléstias tropicais que assolavam a região (CASTRO, 1993, p. 186).

Esse fato mostra relação de exploração aos trabalhadores e a alta incidência de doenças como a malária e outras moléstias. A partir da cidade de Araçatuba até as margens do rio Paraná, divisa com o Mato Grosso, a incidência de doenças foi bastante elevada. Assim, a construção dos trilhos da ferrovia em locais insalubres fizera muitas vítimas exigindo uma constante renovação de mão-de-obra em que muitos trabalhadores morriam ou perdiam a capacidade de trabalhar, diante de um cenário caracterizado por duras viagens a locais desconhecidos constituído de sofrimento e privações.

De acordo com Maria Inês Malta Castro as doenças mais comuns foram a malária, as verminoses, beribéri e úlcera de Bauru. Esses homens “sem poder contar com alimentação adequada e enfraquecidos pelo duro trabalho nas picadas abertas na mata, os operários adoeciam facilmente” (1993, p. 197). Esse conjunto era visto como obstáculo ao progresso, impedindo o crescimento da produção. Em relação às condições sanitárias quase nada foi realizado no sentido de estabelecer medidas para impedir que os trabalhadores fossem acometidos dos inúmeros males presentes em regiões distantes e intocadas. Segundo a autora, a “atuação dos médicos sanitaristas restringia-se a mitigar o sofrimento dos doentes, sem uma ação preventiva. Assistiam à propagação de epidemias violentas e dolorosas que acabavam inutilizando a vida dos mais atingidos” (1993, p. 200).

Neste contexto, Nilson Ghirardello (2002), ao analisar a construção da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil faz uma abordagem nas condições de vida dos homens que, por volta do ano de 1905, abriam os caminhos na construção da ferrovia. Segundo o autor, as condições de trabalho eram consideradas “subumanas: as jornadas eram de dez horas, todos os dias da semana, sem exceção” (2002, p. 39). Devido a distância de centros “os empregados eram obrigados a comprar alimentos nos armazéns de propriedade da Companhia, onde acabavam por se endividar” (2002, p. 39). Nestas condições, os trabalhadores da Noroeste seguiam no serviço até a morte, pois a saída do local era difícil já que se encontravam em dívidas nos armazéns da Companhia.

Diante disso, “as más condições sanitárias, de alimentação e trabalho faziam com que os operários contraíssem doenças rapidamente” (2002, p.40). Esse quadro piorava quando as obras da ferrovia começaram a se aproximar da margem esquerda do rio Tietê, onde havia condições de insalubridade piorando ainda mais o número de trabalhadores doentes. Devido à grande incidência de malária entre o rio Tietê e Aguapeí, o trecho da

estrada precisou ser modificado, construindo na década de 1920 uma nova linha passando por Araçatuba e Jupiá, pelo espigão. O traçado de toda a Noroeste mantinha-se um sentido estratégico, definindo por zonas de terras virgens, de boa qualidade e principalmente devolutas, tendo como medida de economia e lucratividade a exploração da força de trabalho.

Paulo Roberto Cimó Queiroz (2004) examina os aspectos da história da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil durante a primeira metade do século XX e mais especificamente o período entre 1918 e 1956. Neste período, os trabalhadores da estrada sofriam com as regiões onde os trilhos atravessaram territórios endêmicos, principalmente com a malária no trecho paulista. A Noroeste foi responsável pela expansão da frente pioneira, dizimando tribos indígenas como Kaingangs de forma violenta, objetivando a ocupação e valorização das terras, bem como a acelerada implantação e crescimento das lavouras de cereais e café.

Porém, a construção dessa via férrea foi cercada por inúmeras dificuldades. Neste contexto, o oeste do estado de São Paulo constituía em uma área de confrontos com os Kaingangs (coroados) que defenderam arduamente suas terras, levando a vida de muitos indígenas. Foi também nesse trecho paulista que “a malária, senhora do vale do baixo Tietê, impôs às obras elevadíssimo tributo em vida de trabalhadores” (2004, p.24). Esse fato ocorria ao antigo traçado previsto para a Noroeste, em que a ferrovia deveria cruzar o rio Tietê, percorrendo até a capital do estado de Mato Grosso, tendo sido alterados o traçado da ferrovia. Uma das características da Noroeste mencionadas pelo autor é que em grande parte de sua extensão era endêmica a malária e outras moléstias. A “malária, que já causara a morte de muitos trabalhadores da construção e continuava a matar os empregados da ferrovia, além de impedir o estabelecimento de atividades econômicas na região, transformada, portanto, numa autêntica zona fantasma” (2004, p.49).

As condições dos trabalhadores nas ferrovias não era algo específico das ferrovias do estado de São Paulo, mas de todas, inclusive a construção dos grandes canais. A ferrovia era um espaço da modernidade sem limites. Esse fato se define por meio das formas compulsórias de exploração na qual os homens sobreviviam poucos anos, encurralados na própria floresta, vítimas de doenças e más condições de vida.

Neste caso, Francisco Foot Hardman (2005) ao analisar a construção da ferrovia Madeira Mamoré, ressalta o contingente de trabalhadores que seguiu para esses espaços insalubres, cujas histórias eram narrativas baseadas em “mortes, doenças, fugas, motins frustrados e anônimos” (HARDMAN, 2005, p. 152). De acordo com o autor, esses

operários vindos de todos os cantos do país se igualavam às condições de “escravos modernos, despossuídos e prontos a parecer um holocausto aos senhores do novo maquinismo” (HARDMAN, 2005, p. 152). Nesses locais, a liberdade era uma utopia, de modo que:

(...) era o sumo da ironia, já que esses exércitos de proletários nômades estavam livres somente para morrer. Da ruína coletiva nasciam fantasmas, imponderáveis, sem nome nem número definidos. Homens concretos vestiam essas máscaras fúnebres. Logo depois, ninguém mais se lembrava deles (HARDMAN, 2005, p.152-153).

A fim de impedir a paralisação e o atraso nas obras devido a doenças contraídas pelos trabalhadores, como a malária, foram tomadas medidas profiláticas nas obras. Segundo Hardman (2005, p. 162-163), os textos dos relatórios médico-sanitários evidenciam a imagem das doenças frente ao trabalhador: “não se trata de acabar com a morte e a doença, mas de administrá-las em níveis sofríveis - não para a humanidade ou civilização, em geral, mas para a companhia particular que empreitou as obras” (2005, p.163).

Nesse caso, como menciona Hardman (2005), Oswaldo Cruz propõe uma campanha intensiva de quinização, sendo necessário “sanear para produzir. Tratava-se de um programa inteiramente hierarquizado de combate à malária, sob controle direto da companhia, acrescido da vigilância por parte de representantes do poder público” (2005, 102 p.177) em combate à malária. Assim, a imagem “caótica e aventureira” cede espaço para as técnicas de saúde pública na organização racional do trabalho. Hardman (2005) afirma que é muito provável que o saneamento idealizado por Oswaldo Cruz não tenha seguido por completo pela companhia ferroviária, já que seu objetivo se encontrava na otimização das forças produtivas, de modo que havia as propostas de se “instituir prêmios salariais aos operários e turmas de trabalho que alcançassem a façanha de se manter saudáveis por um prazo determinado” (2005, p.177), evidenciando a direção oposta realizada nesses locais em relação a saúde dos trabalhadores.

Um estudo de grande importância sobre as formas de transmissão de doenças endêmicas nas ferrovias é o de Benchimol e Silva (2008) analisam a circulação de teorias e formas de transmissão das doenças que circulavam no período de abertura das ferrovias sobre os aspectos da doença e suas relações com os hospedeiros e ambientes a partir das novas teorias que iam surgindo com a transmissão da doença. Ao se tratar das doenças que acometiam os trabalhadores na abertura das ferrovias Benchimol, e Silva (2008) aborda o impacto da malária nesses locais, durante a modernização urbana, que assumiu

o papel de integrar o território, buscando entrelaçar o período caracterizado pela expansão do mercado interno em territórios interiorano ao estado então dominado pelos cafeicultores. Nesse contexto, as ferrovias que penetravam o interior e interligavam o território nacional foram objeto de ações sanitárias, induzindo investigações importantes que “ajudaram a conformar a medicina tropical aquela que lida em complexos ciclos de vida de parasitas em múltiplos hospedeiros e com sinergias, muito dinâmicas entre tais processos biológicos e os ciclos econômicos das sociedades humanas” (2008, p. 720).

Segundo os autores no ano de 1897 – 1898 a malária propagou-se de forma epidêmica entre os trabalhadores em áreas cobertas de matas em locais como pântanos, onde o grande volume de café transportado para Santos e o crescimento das cidades do interior demandara de duplicações de ferrovias. Deste modo, a parte principal da estrada de ferro entre São Paulo e Santos, a “ferrovia atravessava aí matas ininterruptas, túneis e viadutos, por sobre boqueirões e ravinas pelos quais desciam diversos riachos” (2008, p. 724). Diante dessas características na “abertura da nova linha, centenas de operários foram alojados na mata, em ranchos que se comunicavam por meio de picadas” (2008, p.724). Nesses locais, numerosos casos de febres intermitentes foram surgindo.

Os territórios onde a malária e outras doenças endêmicas acometera o maior número de populações infectadas foi caracterizado como sertão, espaços pouco explorados, conhecidos pelo atraso diante de contrastes e desigualdades, conjunto de fatores interligados na relação de doenças e más condições de vida da população. Nesse aspecto, Nísia Trindade Lima (2013) aponta algumas reflexões sobre a difusão dos ideais civilizatórios e a construção de um imaginário sobre o país. Segundo a autora, no primeiro quartel do século XX, o conhecimento do interior do país teve significados importantes. As ações sanitárias do Instituto Oswaldo Cruz tinham o objetivo de desenvolver trabalhos profiláticos nas zonas exportadoras, base da economia do país na construção das ferrovias e dos portos. Nos registros das missões destinadas a conhecer esses “sertões”, foi desenvolvido pelos médicos um importante trabalho na profilaxia da malária. As atividades do Instituto Oswaldo Cruz se fizeram presentes na construção de ferrovias onde havia o desenvolvimento intenso do trabalho destinado à transmissão de doenças e comportamentos de seus vetores (LIMA, 2013).

Essas viagens ao interior do Brasil tinham como objetivo realizar um levantamento das condições de saúde: os “médicos desempenharam importante papel em trabalhos dessa natureza, especialmente na profilaxia da malária” (2013, p.132). No caso específico do Instituto Oswaldo Cruz, as atividades sanitárias referente a construção de

ferrovias foram acompanhadas dos estudos voltados pela transmissão de importantes doenças e em especial, o comportamento de seus vetores.

Segundo a autora, nos relatórios de viagem, os cientistas de Manguinhos destacam-se os aspectos ameaçadores de doenças que ocorria em torno das ferrovias, nos projetos de desenvolvimento regional, na nova frente de expansão do café, cuja localização geográfica poderia “ser ampliada a partir da identificação do sertão com o quadro de patologias disseminado pelo país” (2013, p. 141).

Em fins de década de 1910 ganha-se destaque a visão do “sertão como sinônimo de doença e de uma natureza agressiva ao homem” (2013, p. 170). Neste caso, mesmo considerando as diferenças regionais que compõem o Brasil, este era apresentado “como um celeiro de doenças” (2013, p. 170). Deste modo, “o sertão aparece como sinônimo de uma natureza de difícil domesticação e, mais uma vez, isto tem por referência a quase totalidade do território” (2013, p. 170-171).

Nos discursos higienistas aparece o contraste da exuberância dos elementos naturais e diante dela a fragilidade do homem, de modo que “a higiene é vista como conhecimento e conjunto de práticas capazes de fazer a mediação entre o estado natural e a civilização” (2013, p.171).

Em relação ao saneamento do Brasil, as doenças passaram a ser uma justificativa do atraso. Desse modo, a partir dessa última expedição, liderada por Belisário Penna e Arthur Neiva, o sertão passou a ser caracterizado “pelo atraso, pelo abandono e, naturalmente, pela doença” (LIMA, 2013, p. 141). A integração do interior no país previa a incorporação das populações do interior, o que era apresentado como elemento importante no âmbito político e econômico do país. A discussão sobre as doenças como sinônimo de atraso contribuiu para a reflexão acerca das narrativas de viagens que interpretavam o Brasil, envolvendo significados aos termos da saúde e enfatizando o processo de civilização e modernização do país sob a condição de integração nacional.

Como procuramos demonstrar, diversos autores que estudaram as ferrovias apontaram as condições de trabalho e os surtos de doenças entre os trabalhadores e moradores do interior paulista. Neste sentido é interessante observarmos como aparecia este assunto nos jornais locais.

#### *Os jornais de circulação das teorias de transmissão da febre amarela*

Na segunda metade do século XIX o estado de São Paulo passou por profundas transformações afetado pela imigração estrangeira, industrialização, mudança do regime

político e os desdobramentos econômicos com o fim do escravismo. Envolveu-se na identificação e tratamento de doenças em núcleos urbanos e zonas rurais principalmente nas regiões do interior do estado, que a partir de 1880 recebeu um elevado número de imigrantes que adentraram o país rumo as fazendas de café em busca de trabalho e melhores condições de vida. Neste momento, a cafeicultura era o principal produto exportado do país que se expandia alcançando as terras do Oeste paulista em território ainda não explorados, modificando a paisagem, por meio da abertura de estradas que permitiram a circulação de pessoas e mercadorias em zonas de difícil acesso (MILLIET, 1941; FRANÇA, 1960; MATOS, 1974; MESSIAS, 2003).

Nesse cenário, a expansão da produção cafeeira ampliou as relações capitalistas em escala nacional e internacional, contribuindo para a construção de ferrovias e novos caminhos de exploração para o cultivo de café, permitindo o alargamento da fronteira agrícola e expansão da área cultivada. Neste contexto, surtos de febre amarela atingiram trabalhadores e imigrantes nos cafezais e durante a abertura de estradas e ferrovias no Oeste paulista, representando uma preocupação das autoridades do governo em relação as questões sanitárias, cujas formas de transmissão da doença objetivaram em diversas teorias utilizadas na tentativa de encontrar o causador da doença e embasar as formas de combatê-la (TELAROLLI JUNIOR, 1996; BENCHIMOL; SILVA, 2008).

As formas de transmissão e terapêuticas utilizadas foram fatores mencionados nos jornais de Jaboticabal no período de 1889 e 1906. Essa cidade se localizava na estrada do Taboado, cujo traçado ligava Jaboticabal ao Porto do Taboado no rio Paraná, divisa com o estado de Mato Grosso, como afirmamos anteriormente.

A ausência de maiores conhecimentos sobre a febre amarela resultou em diversas teorias sobre suas formas de transmissão. Segundo Rodolpho Telarolli Junior, “não houve consenso quanto à forma de propagação da febre amarela até a aceitação da transmissão pelo mosquito, no início do século XX” (1996, p.95). Diante desse fator, havia de um lado os “adeptos da transmissão hídrica da doença, cujo representante de maior prestígio era o dr. Luiz Pereira Barreto, e os que acreditavam na transmissão da febre amarela por diversos meios, incluindo água, o solo, subsolo e ar” (1996, p.95), e a outra teoria considerada mais aceita que se baseava na “propagação da doença de forma *mista*, combinando mecanismos de contágio e transmissão, conferindo-lhe uma natureza *infecto-contagiosa*” (1996, p.95).

Em primeiro lugar abordaremos a corrente que defendia a transmissão da doença por meio da água. O principal defensor no Brasil da teoria hídrica foi o médico Luis

Pereira Barreto, relacionando os surtos epidêmicos na cidade de Campinas em 1890 com a ausência ou ineficiência de água encanada. Durante as discussões sobre a propagação da febre amarela pela via hídrica, o dr. Pereira Barreto defendeu sozinho a transmissão da febre amarela como exclusiva da doença pela água, tal posição coincide com a Diretoria do Serviço Sanitário.

(...) À água combinavam-se elementos ligados à circulação do ar, ao solo, à alimentação, aos fenômenos na natureza, como a direção dos ventos, as descargas elétricas, a temperatura, o regime das chuvas (que modificava o teor do O<sub>2</sub> do ar, afetando a respiração humana e a biologia dos micróbios), a altitude, o tipo de solo (a terra roxa das zonas cafeeiras era considerada mais insalubre), o clima em geral, a maior ou menor presença de estrangeiros na população, o trânsito de cargas e passageiros entre localidades, entre outros fatores (TELLAROLI JUNIOR, 1996, p.103).

Dentre os críticos da teoria hídrica, havia os que defendiam a propagação da febre amarela apenas pelo contágio e aqueles que não descartavam totalmente a água como meio de transmissão, mas que também admitiam o ar e o solo como disseminadores da doença. Na primeira metade da década de 1870, havia divergências sobre os meios de propagação da febre amarela em especial, em que várias teorias eram utilizadas para explicar o surgimento das doenças e a forma de combatê-la. Diante desse fator os meios de propagação dessa enfermidade poderiam ser de forma contagiosa passando de pessoa para pessoa, bem como de forma infecciosa, ou seja, necessitando de um hospedeiro infectado para transmitir a doença para uma outra pessoa não infectada. Apesar dessas duas possíveis formas de transmissão era de consenso que a doença se originava de emanções pútridas que seria a teoria dos miasmas.

Segundo Luzia Margareth Rago (1985) na teoria do miasma, o ar e a água eram considerados como “veículos mórbidos, portadores de emanções fétidas e pútridas”, transmissores de doenças” (1985, p.167), cuja inalação provocaria uma “ruptura do equilíbrio do organismo, obstruindo as vias de circulação do sangue” (1984, p. 167), ocasionando o surgimento de doenças. Acreditava-se que o ar exercia uma ação direta sobre o organismo ao espalhar o miasma, que tinha um poder destrutivo, alcançando toda matéria viva, vegetais e alimentos expostos ao ar. O ato de purificação consistia na ideia de impedir os fatores pútridos das cidades representados pela ameaça dos “pântanos e por todo local onde a água ficava estagnada acumulando detritos, dejetos, substâncias estranhas, insetos e matérias em decomposição” (1984, p.168).

Diante desse quadro, pode-se observar a teoria do miasma em que se acreditava que as doenças eram transmitidas a partir da circulação dos elementos constituídos da água e do ar. De acordo com Rosen essa teoria consistia em “surto epidêmicos de doenças infecciosas” (1994, p.222) que seriam causados pelo estado da atmosfera, segundo o qual as “condições sanitárias ruins criavam um estado atmosférico local, que vinha a causar doenças” (1994, p.222).

A teoria do miasma defendia que a causa das enfermidades e epidemias advinha das más condições do ambiente e doenças endêmicas que se desenvolveriam conforme a adaptação às condições ambientais, variando desde a temperatura a insalubridade das habitações. Esses fatores eram evidenciados por meio da observação de que as doenças se disseminariam em ambientes insalubres. Assim, “os odores, somados à falta de saneamento, esgoto, água potável e asseio corporal, faziam das classes trabalhadoras pessoas mais suscetíveis às doenças” (LÓDOLA, GÓIS JÚNIOR, 2015, p. 688).

A teoria do miasma reforçou a gênese do microrganismo e a possibilidade de surgimento de doenças advindas de consequências da infestação dos corpos por emanações pútridas, provenientes de regiões insalubres e a origem dessas doenças tinham como atuação a presença de microrganismos invisíveis a olho nu. As descobertas dos germes causadores de doenças infecciosas foi uma das teorias importantes da medicina, identificando inúmeros micróbios, esse fato ocorre em grande parte das descobertas de Pasteur em que seus estudos se voltam para a identificação de diversos microrganismos causadores de doenças animais e humanas.

Para Benchimol, o fio condutor de Pasteur são as substâncias pertencentes ao reino vegetal e animal. O complexo da problemática das fermentações levaram a Pasteur a analisar as doenças causadas do bicho da seda, contendo uma visão mais experiente dos processos fermentativos, a partir de observações e conceitos fundamentais para a constituição da bacteriologia, cuja disciplina explicaria a origem e o desenvolvimento das doenças humanas. Neste sentido, Pasteur “revelou um mundo povoado de seres microscópicos capazes de sobreviver à custa da matéria mineral, com ou sem oxigênio” (1999, p. 60). Deste modo, “cada tipo de fermentação estava relacionada à vida de um microrganismo específico que se multiplicava com incrível velocidade” (1999, p. 61).

A partir dos estudos voltados para a bacteriologia, diversas controvérsias surgiram mostrando implicações quanto as ideias relativas aos micróbios e conseqüentemente às vacinas e soros, dentro e fora do país.

Nas décadas de 1880 e 1890, os higienistas do Rio de Janeiro e do restante do Sudeste passaram a sustentar ideias divergentes em relação ao processo de transmissão da febre amarela e conseqüentemente das medidas adequadas para combatê-la. A doença constituía na predominância da insalubridade urbana que se confundia com a do restante do país. Diante desse fato, a corrente utilizada nesse período era a teoria de Pettenkofer, relativa a cólera e a febre tifóide:

A teoria do higienista bávaro adequava-se muito bem ao traço mais saliente da febre amarela: a sazonalidade(...) os bacteriologistas que a investigavam estavam convencidos de que seu germe, fosse qual fosse, cumpria importante etapa de seu ciclo vegetativo no meio circundante. Combinação ainda desconhecida de fatores determinava a latência durante certos períodos e a virulência entre outros. Tal suposição foi uma das pedras angulares das teorias formuladas no período. As equações que davam como resultado explicações mais ou menos convincentes da sazonalidade ou do modo de transmissão da febre amarela envolviam, em proporções e combinações diversas, os fatores telúricos (solo, matérias orgânicas em putrefação, águas estagnadas, morros, valas...), fatores climáticos (atmosfera, umidade, calor, chuvas, ozônio, pressão barométrica...) e fatores sociais (navios, habitações, cemitérios, matadouros, mercados, ruas, canos de esgoto...) (BENCHIMOL, 1999, p.283).

Esses fatores explicam o ciclo em que as chuvas provocavam o umedecimento das matérias presentes no solo, reativando sua putrefação, criando uma matéria ideal para que os germes se multiplicassem infeccionando a atmosfera e os lençol de água causando epidemias de febre amarela.

Outras duas teorias se destacam para explicar a propagação da febre amarela que se baseava por meio da transmissão ou infecção e a do contágio. Segundo Rodolpho Telarolli Junior (1996) para os adeptos da teoria do contágio, a “porta de entrada dos germes no organismo era a pele, ao passo que para os seguidores da teoria da transmissão ela podia se dar pelo aparelho digestivo, com a participação ou não do aparelho respiratório” (1996, p.107). Para aqueles que acreditavam na teoria da transmissão hídrica “a penetração dos germes só se dava pelo estômago, através da ingestão de água poluída” (1996, p.107). Os contagionistas defendiam a ideia de que as doenças se propagavam pelo contato com o indivíduo doente, favoráveis ao isolamento afim de diminuir o contágio.

A ausência das causas sobre os mecanismos de transmissão influenciava como as autoridades sanitárias lidavam com as epidemias. Neste sentido, o jornal O Debate da cidade de Jaboticabal com o artigo intitulado “*A febre epidêmica no Oeste de S. Paulo*” mostra como circulava as notícias referentes as formas de transmissão das doenças.

A profilaxia desta molestia acha-se na remoção das causas que a produzem. E' assim por exemplo, que em um logar novo, que ainda não foi infectado, torna-se necessario proceder á canalisação d'agua e construcção de esgottos, porquanto, essas fossas, que existem, para deposito das immundícies, conservando por muito tempo os detrictos organicos, estes irão se infiltrando no sólo, soffrem à acção do calor e da humidade, tornando-se uma das fontes do desenvolvimento dos germes. Deve-se tambem ter em vista a localidade para a construcção do cemitério (...)

E' assim que a construcção de um cemiterio exige um logar distante da cidade, em um logar declive, onde o lençol d'agua subterraneo faça o seu curso em ponto opposto ao da cidade, porquanto esta agua carregada de detrictos orgânicos vai dar origem às fontes que tornarão-se por sua vez o vehiculo dos germens, pois esta provado que a agua é um dos vehiculos d'esta molestia (O DEBATE, 1898a, p. 2).

A teoria hídrica é representada por meio da contaminação da água em que o solo, chuva, clima e detritos eram fatores ligados a disseminação de doenças. Com isso, a localização dos cemitérios representava uma preocupação na contaminação da água e uma possível infecção entre a população. Esse conjunto de fatores relacionado a água se destaca a presença do clima no interior do estado, como fator que intensifica a disseminação da doença.

(...) ultimamente em certas localidades d'este mesmo interior, não sendo outra a explicação senão de que a atmosfera n'estes últimos tempos tem-se modificado muito, a ponto da temperatura soffrer elevação, e acrescentando-se este facto a accumulção no sob-sólo durante muito tempo de materias animaes sujeitos a putrefação (O DEBATE, 1898a, p.2).

Neste caso, é atribuído ao clima do interior a intensidade ainda maior da putrefação de animais que entram no subsolo e posteriormente alcança o lençol freático contaminando a água.

Os meios causadores da febre amarela são comparados ao paludismo e diferenciado por elementos da teoria miasmática. Segundo o jornal *O Debate*:

(...) Comparando a febre amarella com a febre palustre vemos que ha analogia e em certos elementos. E' assim que para a producção da febre amarella são necessarios districtos animaes, aptos a putrefação, calor e humidade, ao passo que no impaludismo além dos dous últimos elementos, são necessarios districtos vegetais.

Na febre palustre, dá-se a fermentação a descoberta, na superficie da terra, sendo por consequencia, como medida preventiva a dessecação dos pântanos, o evitar a estagnação d' agua com fragmentos vegetaes; emfim todo acceio possivel tendente a remover estes elementos; enquanto que esta medida torna-se nulla no que diz respeito a febre amarella (O DEBATE, 1898b, p. 2).

No mesmo ano o jornal *O Debate* fez uma combinação de teorias baseada na transmissão da febre amarela pela água, solo e o ar, utilizando teorias miasmáticas.

A geração da febre amarela, que é o nome genuíno d'esta moléstia, acha-se na fermentação dos districtos, que, durante muito tempo, têm se accumulado no subsolo, que soffrendo o effeito da humidade, proveniente das chuvas que cahem sobre a superfície do solo, infiltram se até pôrem se em contacto com esses detricos, os quês soffrendo posteriormente a acção polongada do calor, em um solo argiloso, como geralmente é o que se encontra n'esta zona, por consequência apto para a retenção destes elementos: calor e humidade (...). A' noite, sendo a camada do ar inferior mais leve do que a superior, em consequência do aquecimento do solo durante o dia, tornando o ar rarefeito, nota-se, á maneira dos germes malaricos, a grande facilidade com que n'esta hora os indivíduos podem ser atacados pelo mal (O DEBATE, 1898c, p. 1).

Neste sentido, o jornal utiliza-se de medidas contra a doença baseadas na combinação da teoria dos miasmas quando se referindo a transmissão hídrica exclusivamente pela água e a mista, ar e solo úmido. As indefinições entre as teorias de propagação da febre amarela circulavam nas notícias dos jornais, bem como nos debates entre o meio científico.

Porém, com o desenvolvimento da microbiologia permitiu produzir evidências em relação a etiologia infecciosa das doenças endêmicas e epidêmicas. A associação de determinados locais ou ecossistemas, à ocorrência de determinadas doenças atraiu a atenção de pesquisadores que buscavam desenvolver modelos explicativos. De modo que, em fins do século XIX a concepção de doença tendo como uma única etiologia um agente infeccioso abriu margens para discussões de outras abordagens que determinasse as causas.

O jornal *O Debate*, na cidade de Jaboticabal, informa a presença dos germes como agente causador da febre amarela, seguindo os procedimentos de isolamento dos pacientes para o tratamento.

Em principios do mez passado foram observados alguns casos sporadicos da chamada febre amarela, porem, domingo da semana transacta, manifestaram-se mais trez casos, com caracter grave, que podem ser considerados percursos da epidemia. Isto prova a victalidade dos germens productores da molestia sendo, portanto, provável o apparecimento de outros casos. O inicio da enfermidade motivou a retirada da população que esta reduzida à metade. O aspecto da cidade é desolador". Até à hora em que escrevemos, 6 da tarde de hontem, foram removidos para o hospital de isolamento tres pessoas affectadas da molestia, em estado grave, sendo dous homens e uma mulher, dos ques faleceram

dois e existe um em tratamento, cujo estado, segundo nos informaram, é animador” (O DEBATE, 1898, p.1).

A importância de se descobrir o agente transmissor e, portanto, as formas de transmissão, é que esta ajudaria no uso correto de uma profilaxia que poderia ser utilizada nos sertões paulistas, onde os trabalhadores das estradas e ferrovias que se instalavam em áreas de constante risco de contaminação com a febre amarela poderiam ter acesso. Mas até que este conhecimento se consolidasse, tornando corrente, os tratamentos indicados, ou discutidos, incluíam desde substâncias naturais até injeções de alguns medicamentos. De acordo com o jornal *O Debate* de Jaboticabal:

Não havendo meio curativo específico para esta moléstia, o tratamento médico funda-se na therapeutica sytmomatica, é assim que no período prodômico, quando apparecem a cephalalgia (...) dores musculares, indisposição gastrica o doente deve logo tomar um purgante, sendo preferivel o sulphato de magnésia ou o óleo de rícino e um sadorítico, como o jaborandy ou a pilocarpina, sem principio activo, cuja applicação será preferivel fazer em injeções hypodermicas. Manifestados os symptomas característicos da molestia, como o vomito aquoso, bilioso ou sanguineo, será preciso fazel-os cessar, por meio dos calmantes, como a morphina, o gelo e a agua carregada de acido carbonico, ao mesmo tempo que procura-se abaixar a temperatura por meio das loções com agua fria e antipiryna, servindo também este medicamento para fazer cessae a cephalalgia. N’este período deve-se empregar a pilocarpina em injeções hypodermicas, como meio derivativo para affastar as hemorragias dos orgams internos (O DEBATE, 1898c, p. 1).

Outras terapêuticas:

(...) temos a accrescentar os tonicos, afim de levantar as forças do doente, como o vinho quinado, o acido arsenioso, sob a forma dos pós de Brudin, ou em solução n’agua, a tintura de perchlorureto de ferro, em solução n’agua, para fazer cessar as hemorragias internas” (O DEBATE, 1898b, p. 2).

Diante desse quadro, abre o caminho para os estudos sobre a atuação dos microrganismos na transmissão da febre amarela. Benchimol (1999) realizou os estudos sobre o professor de química orgânica e biologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Domingos José Freire, que em 1879, anunciou pelos jornais que teria identificado o germe da febre amarela, o *Cryptococo xantogênico*, descrito com um micróbio “da espécie das algas” modificando suas formas conforme as fases de evolução, podendo por meio dos esporos contaminar a água, ar, terra, alimentos entre outros. Ao anunciar que seriam os germes os causadores da febre amarela, propunha as injeções (subcutâneas) de

salicilato de soda, como tratamento. Neste contexto Freire defrontou-se com adversários de diversas matrizes envolvendo médicos convencidos de que a febre amarela era produto de miasmas, de algum outro “envenenamento químico ou ainda de fermentos inanimados” (1999, p. 50). Neste período também ocorria terapêuticos supostamente eficazes contra a febre amarela, nos campos da alopatia e da homeopatia.

Domingos Freire justificava o tratamento da febre amarela pelo uso das injeções hipodérmicas de salicilato de soda, caracterizada como “um pó branco, cristalino, inodoro e sem gosto” que a indústria química europeia fabricava em grande quantidade, “considerado o mais importante antisséptico, antizimótico e antipirético jamais descoberto” (1999, p. 50). A partir de meados do dos anos de 1870, quando Freire visitava os laboratórios dessas sínteses químicas, o uso de ácido salicílico e do salicilato de sódio alcançava seu barateamento na produção em escala industrial ao mesmo tempo que sua procura era voltada para tratar a patogenia das doenças. O aumento da valorização do medicamento “deveu-se não apenas as suas propriedades antitérmicas, antiinflamatórias e analgésicas, mas também às virtudes ‘antipútridas’ e ‘antifermentescíveis’, isto é, o poder de sustentar ou retardar a ação de quaisquer ferimentos, fossem eles figurados (microrganismos) ou não” (1999, p. 52).

Essa experiência do ácido salicílico no Brasil despertou o interesse de Domingos José Freire que buscava provar nesta propriedade antisséptica a hipótese de que a febre amarela era causada por um germe. Seu objetivo era “consagrar-se como o descobridor do medicamento capaz de curar cientificamente a doença, matando o germe que ainda não conhecia” (1999, p.72).

Em 1883, Freire voltou-se para a produção de uma vacina, que gerou ceticismo entre os médicos que contestavam o micróbio como causador da febre amarela e conseqüentemente a vacina como imunizante da doença. Apesar das contestações, a vacina teve aceitação entre as classes populares e imigrantes embora se tenha descoberto posteriormente a inocuidade de sua vacina, suas pesquisas tiveram reconhecimento nos principais fóruns internacionais.

Em meio aos debates científicos, tanto a malária como a febre amarela permaneciam como territórios expostos a indefinições, em parte nas tentativas de encontrar seus supostos agentes microbianos. A partir de meados da década de 1890 surge na imprensa médica brasileira e estrangeira as informações e especulações sobre o papel dos insetos na transmissão de doenças.

De acordo com Benchimol (1999) nos anos de 1881 a 1900, a discussão da transmissão ocorre por meio dos estudos do médico cubano Carlos Juan Finlay com a hipótese de o mosquito ser o transmissor. O médico efetuou centenas de inoculações experimentais fazendo com que as “fêmeas do *Culex* alimentadas com sangue de doentes picarem indivíduos saudáveis e não- imunes”. Com isso, buscava-se dois propósitos: “induzir a doença para obter a comprovação de sua teoria e conferir imunidade às cobaias humanas, posto que as formas atenuadas de febre amarela assim provocadas as imunizavam contra os ataques potencialmente mortais” (1999, p. 391). Porém essas experiências não convenceram seus pares que criticavam o fato de os sintomas aparecerem dias depois do período normal de incubação (cinco dias) “comprometendo o elo causal entre a picada e a doença” (1999, p. 391). As experiências passaram a ser realizadas em regiões endêmicas “com indivíduos não protegidos contra a picada de outros insetos ou o contato com doentes, o que não excluía a possibilidade da infecção externa, até mesmo por miasmas” (1999, p. 391). Esses insucessos ajudaram a explicar os vinte anos que sucederam as ideias de Finlay.

No ano de 1900 uma equipe de bacteriologistas do exército norte-americano conseguiu demonstrar em Cuba a teoria formulada pelo médico cubano Carlos Juan Finlay, afirmando que a febre amarela era transmitida por um mosquito, direcionando as investigações para os estudos do mosquito *Stegomyia fasciata*, hoje conhecido por *Aedes aegypti*. Diminuindo então, consideravelmente o interesse pelas pesquisas e controvérsias relacionadas ao micróbio da febre amarela.

No ano de 1906 o jornal *O Debate* atribui a transmissão de doença como o paludismo aos mosquitos e não a febre amarela. A presença das anófeles era utilizada para explicar as causas das chamadas maleitas:

O causador das *sezões*, o *hematozoario de Laveran* vive dentro do corpo de certos mosquitos, de qualidades diversas, uma d’ellas chama-se Anopheles, cujos mosquitos gostam das aguas claras, outra chama-se *Culex*, e gosta das aguas escuras, sujas, pòdres, outra finalmente chama-se Aede (O DEBATE, 1906a, p. 1).

Neste caso, o jornal faz referência ao mosquito como a causa de transmissão do paludismo que por meio dos debates científicos discutidos anteriormente foi o mosquito *Aedes aegypti* que transmitia a malária e a febre amarela.

Esses mosquitos todos gostam das aguas paradas na superficie das quaes põe ovos; desses ovos, no fim de 48 horas sahem larvas, filhotes,

que ficam assim, durante 8 a 10 dias, tempo depois do qual transformam-se em mosquitos.

Quando taes mosquitos picam a gente (só a femea é que pode picar) o ferrão d'elles, entrando na pelle deixa dentro d'ella, no lugar da ferroadá, os germens, os filhotes do hematozoario de Laveran, (...) (O DEBATE, 1906a, p. 1).

Deste modo, o mosquito é hospedeiro do microrganismo e o agente transmissor de doenças. De acordo com o jornal *O Combate*:

As vezes no corpo dos mosquitos não contêm o germen do *hematozoario de Laveran*, e portanto as femeas podem mordem ser produzir *maleitas*, quando porem os mosquitos mordem um doente de *sezão*, um doente de *maleita velha* (...) chupam com o sangue desses doentes os germens do paludismo, os *hematozoarios*, que ficam de tal modo morando no corpo do mosquito, onde se multiplicarão e onde sahirão na primeira occasião opportuna, por meio das picadas na pelle do homem, espalhando assim, *maleitas* por lugares e casas, onde antes não havia (O COMBATE, 1906 b, p. 1).

Podemos observar o papel do mosquito como hospedeiro intermediário do parasito da malária. Essas descobertas se tornariam uma suposição inevitável sobre a febre amarela, cujo modo de transmissão, depois de alguns anos foi comprovada ser muito semelhante ao da malária. Esse fato trouxe novas problemáticas científicas, envolvendo as interações entre os transmissores de doenças bacterianas e parasitárias, e os hospedeiros desses microrganismos, principalmente o homem.

### *Considerações Finais*

Esta reflexão orientou-se por um esforço de síntese entre as referências de estudos das ferrovias e sua relação com a vida dos trabalhadores que se sujeitavam em adentrar os sertões abrindo caminho para os trilhos, destacando as doenças endêmicas como a malária e febre amarela que dizimaram a vida de muitos desses homens. Essas novas terras que foram abertas pelas ferrovias se referem ao potencial dinamizador e diversificador de integração do mercado interno a partir da economia paulista.

As estradas foram eficazes na expansão do mercado interno e na integração do território. Neste cenário, cientistas e médicos sanitaristas brasileiros fizeram parte da ação de desbravamento de fronteiras no sentido de descobrir as formas de transmissão de doenças e a profilaxia utilizada, constituindo em inovações teóricas. Os periódicos contribuíram para apresentar o panorama em que se deu a disseminação de teorias como miasmática, contagionistas, bacteriológicas até a descoberta do mosquito como transmissor da malária e febre amarela.

Deste modo, mesmo com a permanência da teoria dos miasmas, no caso da transmissão da febre amarela pela água, ar e solo, os embates da medicina protagonizados por José Domingues e Finlay revelam o caráter experimental das pesquisas no campo da saúde pública no período. Porém, defensores de uma política higienista conseguiram resistir por muito tempo nas teorias miasmáticas até as evidências de novas descobertas, com receio das questões de higiene e saneamento fossem ignoradas.

Entre os anos de 1898 a 1906 a transição e circulação das ideias referente a febre amarela por meio dos jornais da cidade de Jaboticabal, teve como resultado o modo instável de transmissão e profilaxia da doença, na medida em que não havia nada de concreto a respeito da descoberta da doença.

### Referências bibliográficas:

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora UFRJ, 1999.

BENCHIMOL, Jaime Larry. SILVA, A. F. C. da. *Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República*. História, Ciências, Saúde, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 719-762, jul./set. 2008.

CASTRO, Maria Ines Malta. *O preço do progresso: a construção da Estrada de ferro Noroeste do Brasil (1905-1914)*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

FRANÇA, A. *A marcha do café e as frentes pioneiras*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.

GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a ferrovia Madeira – Mamoré e a modernidade na selva*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

LÓDOLA, Soraya; GÓIS JUNIOR, Edivaldo. *Teorias sobre a propagação da febre amarela: um debate científico na imprensa paulista, 1895-1903*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, n.3, jul.-set. 2015, p.687- 704.

MATOS, O. N. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

MESSIAS, Roseane Carvalho. *Ocultivo do café nas bocas do sertão paulista: mercado interno e mão de obra no período de transição – 1830-1888*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MILLIET, S. Roteiro do Café e Outros *Ensaio*s. 3ª Edição – Revista aumentada. Coleção Departamento de Cultura, volume XXV. São Paulo, 1941.

O COMBATE. Jaboticabal, n.240, 31 de outubro 1906a, p. 2

O COMBATE. Jaboticabal, n.242, 7 de novembro 1906b. p. 1

O DEBATE. Jaboticabal, n. 25, 20 março 1898a, p. 2

O DEBATE. Jaboticabal, n. 26, 27 março 1898b, p.2

O DEBATE. Jaboticabal, n. 24, 13 março 1898c, p.1.

O DEBATE. Jaboticabal, n. 25, 20 de março 1898, p. 2

PINTO, Adolfo Augusto. *História da viação pública de São Paulo*. 2º ed. São Paulo, Governo do Estado, 1977.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E.F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru,SP. Ed. UFMS, 2004.

RAGO, Luzia Margareth. *Do Cabaré ao Lar – A Utopia da Cidade Disciplinar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

ROSEN, George. *História da saúde pública*. São Paulo: Hucitec/ Ed. Unesp, 1994.

TELAROLLI JUNIOR, Rodolpho. *Imigração e epidemias no estado de São Paulo*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, p. 265-283, jul – out, 1996.

TELAROLLI JUNIOR, Rodolpho. *Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.

---

<sup>32</sup> A região Oeste Paulista, no contexto e nas referências históricas, não corresponde decisivamente ao oeste geográfico do estado, de modo que, convém demarcá-lo como uma região traçada por uma conjuntura histórica comum. Os limites dessa região também são imprecisos, a partir do momento em que a “marcha para o oeste” adquire como fator fundamental os fazendeiros de café, a implantação das ferrovias visando os territórios ainda não explorados convencionando chamar de Oeste Paulista. Nos estudos da economia cafeeira, na Depressão Periférica até os limites do rio Paraná, ainda despovoada por volta dos anos de 1870, era designada nos mapas como “terras desconhecidas” e “habitadas por índios” representando o chamado sertão paulista. Nesse território se encontra o que mais tarde se chamaria de Noroeste paulista, a região fica localizada ao noroeste do estado de São Paulo, fazendo parte desses espaços anteriormente conhecidos como “boca de sertão”. Essa é a definição qual mais se adequa a região em estudo.

Artigo recebido em 10 de setembro de 2021.

Aceito para publicação em 19 de novembro de 2021.

# LA ESCULTURA MÁS ESPERADA. LA INMORTALIZACIÓN DEL MARISCAL ANTONIO JOSÉ DE SUCRE EN EL ECUADOR REPUBLICANO

## A ESCULTURA MAIS ESPERADA. A IMORTALIZAÇÃO DO MARECHAL ANTONIO JOSÉ DE SUCRE NO EQUADOR REPUBLICANO

Nataly Andrea CÁCERES-SANTACRUZ\*

**Resumen:** Este documento reflexiona acerca de la creación de la imagen escultórica de Antonio José de Sucre, que, por un lado, debía cumplir la función de ejemplificación social, y por otro, debía ser una imagen de reconocimiento nacional, con incidencia en el ideario patriótico ecuatoriano, por lo cual, se analizaron los proyectos artísticos escultóricos públicos sobre el Mariscal Sucre en las ciudades de Quito, Cuenca y Guayaquil respectivamente. Aquí se demuestra el ejercicio del poder político, sobre las manifestaciones artísticas, también permite explicar cómo se dio o no la apropiación del personaje en las ciudades por separado, y plantea a la obra escultórica como un esfuerzo consciente del poder local que da forma a la memoria oficial.

**Palabras clave:** Escultura; monumento; nación; memoria; Antonio José de Sucre.

**Resumo:** Este documento reflete sobre a criação da imagem escultórica de Antônio José de Sucre, que, por um lado, deve cumprir a função de exemplificação social, e por outro, deve ser uma imagem de reconhecimento nacional, com impacto na Ideologia patriótica equatoriana, para tal, foram analisados os projetos artísticos escultóricos públicos sobre Mariscal Sucre nas cidades de Quito, Cuenca e Guayaquil, respectivamente. Aqui se demonstra o exercício do poder político, ao longo das manifestações artísticas, também nos permite explicar como se deu a apropriação da personagem nas cidades isoladamente, e coloca a obra escultórica como um esforço consciente do poder local que molda a memória oficial.

**Palavras-chave:** Escultura; monumento; nação; memória; Antônio José de Sucre.

### *Introducción*

La escultura del héroe Antonio José Francisco de Sucre y Alcalá (Cumaná, 3 de febrero de 1795- Berruecos, 4 de junio de 1830), mano derecha de Simón Bolívar, fue durante el siglo XIX una de las obras más esperadas y postergadas de aquella época en Ecuador. En el documento referente a la *Estatua de Sucre de 1874*, se menciona que bajo el auspicio del Gral. Juan José Flores, se estableció la erección de un monumento en honor Sucre, con el fin de conmemorar el triunfo obtenido el 24 de mayo de 1822 en las faldas del Volcán Pichincha, batalla donde se concretó la independencia del antiguo Reino de

---

\* Magister en Historia. Estudiante del doctorado en Historia y Estudios Humanísticos: Europa, América, Arte y Lenguas por la Universidad Pablo de Olavide, Sevilla-España. E-mail: nacacsan@alu.upo.es.

Quito y la victoria sobre las fuerzas realistas al mando de Melchor Aymerich. Sin embargo, por diversas circunstancias, como fueron cambios de gobierno y enfrentamientos civiles internos (complejo gobierno de Juan José Flores y la Revolución Marcista en 1845), se retrasó el proyecto indefinidamente<sup>1</sup>.

Se presenta como una necesidad levantar la imagen escultórica de Sucre y las razones, aunque son algunas y podrían atender diferentes aspectos sociales, en interés de este estudio, el reflexionar acerca de la creación de la imagen escultórica de Sucre, que por un lado, debía cumplir la función de ejemplificación para los ciudadanos, y por otro, se vuelva una imagen de reconocimiento nacional, alejada de esa tendencia de “hacer local” una figura en una ciudad o una provincia, al momento de erigir la estatuaría pública, que inevitablemente dividía al país en el sentido social, político y hasta económico. No es una idea nueva el decir que en el siglo XIX, las naciones estaban emergentes de imágenes para lograr el reconocimiento y la validación de propios y extraños, de esa subjetividad que se estaba formando, pero cada proceso es distinto y lo interesante aquí es que la imagen de Sucre se fue elaborando en diferentes años del siglo XIX e incluso del siglo XX, con diversos atributos y posturas, que van a responder a las necesidades, no necesariamente del Ecuador como tal, sino de cada ciudad donde se realizó. Para este estudio se toma en consideración a Quito, Guayaquil y Cuenca, pues las esculturas levantadas corresponden al periodo de estudio y contienen características particulares, como también homogéneas entre creaciones e intenciones.

#### *Algunos datos preliminares*

Sabemos que el Mariscal Antonio José de Sucre fue el Libertador del Ecuador, el padre de la Patria, que tal vez después de Simón Bolívar, fue el hombre más conocido en este territorio, por ser considerado benemérito, inteligente y generoso. De hecho, su nombre es recordado, no sólo por haber actuado en la Batalla de Pichincha, sino también en la de Pasto (1822-1824), Ayacucho (1824)-donde el Congreso de Perú lo condecoró con el título de Gran Mariscal- y Tarqui (1829).

También es importante destacar que Sucre tuvo especial gratitud por el Ecuador, pese a que había nacido en otro territorio, demostró preferencia por la ciudad de Quito. De acuerdo con los documentos analizados, en Quito particularmente “quiso fundar su hogar, familia y dormir su último sueño” (ESCULTURA SUCRE, 1874, p. 2), voluntad que fue respetada<sup>33</sup>. Pablo Herrera, ministro de Relaciones Exteriores, argumenta que los restos del Mariscal debían reposar en el Ecuador y en particular en Quito porque fue

“voluntad expresada, [...] del vencedor de Pichincha por el amor con que el pueblo emancipado por él lo consideran como padre de su libertad [...]” (HERRERA, 1895).

Se casó con la quiteña Mariana Carcelén – Marquesa de Solanda-, con quien tuvo una hija y formó patrimonio en bienes. Dio a conocer su deseo de ser el primer magistrado del Ecuador, su conductor, defensor, protector y su primer ciudadano, y aunque su destino fue otro, pues fue asesinado en Berruecos (1830), sus acciones merecieron el reconocimiento de las autoridades, pese a que esta se realizaría de manera tardía.

Para apuntar, las conmemoraciones que incluyen desfiles y homenajes en su nombre, se realizaron de manera multitudinaria y con más fuerza, a partir de la conformación de su escultura en bronce en Quito en el año de 1892, pero, de forma general, y con tintes más nacionales, en ciudades como Guayaquil y Cuenca, tendrían más importancia la conmemoración en torno al encuentro de sus restos mortales, que a saber, por orden de Mariana Carcelén, su esposa, fueron enterrados y escondidos inicialmente en la Iglesia del Carmen Moderno en Quito, para luego, en el año de 1900, en una ceremonia que inició el 29 de agosto de ese año, ser trasladados a la Catedral Primada de Quito (FERNÁNDEZ SALVADOR, 2015). Para esta primera parte hablaremos sobre la propuesta inicial y la final de la escultura de Sucre en Quito, para luego tratar la escultura monumental que fue levantada en Cuenca y Guayaquil correspondientemente.

### *Los primeros intentos de darle una escultura al Mariscal de Ayacucho*

La atribulada vida política ecuatoriana y los escasos recursos económicos del Estado, debido en mayor medida, a la deuda contraída después de la independencia, durante el siglo XIX, no permitieron que la escultura de Sucre apareciera en los primeros años de vida republicana. En el caso de Quito hubo dos proyectos, uno que no llegó a concretarse, que fue propuesto en el año de 1874, y un segundo, que fue ejecutado en el año de 1892, que se convirtió en la primera escultura realizada en bronce de la ciudad.

Con respecto al proyecto de 1874 fue una propuesta presentada por el artista español-granadino, Don José González y Jiménez<sup>34</sup>, quien elaboró un boceto en un intento de crear una reputación en Quito como escultor, la cual, fue presentada ante el presidente de la República, el Dr. Gabriel García Moreno y las autoridades municipales quiteñas, quienes se vieron interesados en el modelo.

El conjunto escultórico, realizado en yeso, de bulto exento, tenía como tema central a *Sucre y el Ecuador libre*. Se trataba de una composición original en la cual se

representaba a Sucre, “con sus propias facciones y en actitud valentísima, pisando la cabeza del León Ibero y amagando con la espada que empuñaba en la diestra [...]” (ESCULTURA SUCRE, 1874, p. 7) El Conjunto escultórico se completaba con el gesto de Sucre que

con la izquierda acogía benigneamente á una esbelta joven de tipo americano, que representaba á la República del Ecuador [...] la joven que se inclinaba un tanto en actitud de entregar sus rotas cadenas al pie. Finalmente, se veía sobre el suelo el cetro español, roto en la mitad, como si acabara de caer con recio golpe (ESCULTURA SUCRE, 1874, p. 7).

Es importante mencionar que Manuel Ribadeneira y su hija Emilia<sup>35</sup>, quienes tenían el deseo de generar un ambiente cultural en Quito, apoyaron a González y Jiménez insistiendo por esta causa ante el presidente Gabriel García Moreno. Ante la petición de los Ribadeneira, García Moreno estableció “que se lleve á debido efecto la erección de dicha estatua, que en verdad es un deber de gratitud [...]; por lo cual, ordenaré hoy mismo se arregle el contrato, siempre que usted garantice á González y Jiménez, por \$10.000, [...]” (ESCULTURA SUCRE, 1874, p. 8), y termina diciendo que no se fía del artista pero que confía en la palabra de los Ribadeneira.

En la escritura del contrato celebrado entre el Ilustre Concejo Municipal y el Sr. José González y Jiménez en Quito, el 10 de septiembre de 1874, se compromete al artista a “construir en piedra de cantera, mármol o jaspe, en el término de dos años, un grupo que represente al inmortal Antonio José de Sucre, dando libertad a la República del Ecuador en la batalla de Pichincha [...]” (ESCULTURA SUCRE, 1874, p. 8.). El uso del material dependía del sitio donde se halle y en caso de no encontrar el mármol en la provincia de Pichincha, se determinó realizar la obra con piedra de cantera. El grupo escultórico de *Sucre dando libertad a Ecuador* debía ser elaborado en jaspe<sup>36</sup>, mineral equivalente al mármol o piedra de cantera, con una dimensión de “dos metros diez centímetros de altura, es decir perfectamente igual al que está modelado en arcilla plástica i ha sido exhibido al público por el artista” (GONZALEZ Y JIMENEZ, 1891, p. 48)<sup>37</sup>. Para la ejecución de la obra se pidió el aporte económico de la ciudadanía quiteña como de otros lugares del Ecuador. Emilia Ribadeneira fue la encargada de suscribir las donaciones realizadas. El primero en suscribirse fue el Sr. Miguel Camacho, ciudadano colombiano, que realizó la donación de una moneda de oro, en la que se mostraba el grabado de un cóndor. Luego, en los documentos referidos a la construcción del monumento, aparecen nombres como Mercedes Chiriboga y Salvador, y Rosario Gómez

Zaldumbide, mujeres de sociedad que mostraron interés en el proyecto. Por el ímpetu presentado, se creería que la obra se llevó a cabo y que se cumplieron con los plazos y pagos estipulados, sin embargo, la edificación de este proyecto tuvo otro desenlace.

José González y Jiménez, después de celebrar el contrato en el que se comprometió su reputación como escultor, como el honor nacional, emitió varias veces cartas dirigidas a la municipalidad de Quito planteando que no se volvió efectivo el pago de los dividendos como se había acordado. Por ejemplo, en la carta del 14 de abril de 1875, González y Jiménez dice que por su parte entregó “el boceto que fue aprobado y recibido casi al mismo tiempo de contratar” (GONZALEZ Y JIMENEZ, 1891, p. 30), pero que el primer dividendo fue pagado por partes y mucho tiempo después del correspondiente, lo cual, generó preocupación en el artista. En adelante, las cartas de González y Jiménez son enfáticas en afirmar que no existe apoyo de las autoridades, de hecho, él relata una experiencia con la gobernación de Guamote, lugar donde llegó para la recolección del material, pero por la situación beligerante que estaba viviendo el país en ese momento, los trabajos fueron suspendidos, siendo ese viaje en vano. La municipalidad respondía las cartas de González y Jiménez, pero es curioso que en una de sus respuestas anotan que como el contrato establecía que la obra era de carácter público, las autoridades municipales “presentaron al artista los auxilios necesarios para facilitar la construcción del monumento, mediante la indemnización que aquel debe dar por el trabajo que se emplee en su servicio” (GONZALEZ Y JIMENEZ, 1891, p. 30), aunque los valores que aseguran, de acuerdo a lo que expresa el escultor, no fueron desembolsados y el apoyo fue nulo a su actividad. La misiva de parte del Comité también menciona que “se solicitará del Supremo Gobierno que dicte las órdenes convenientes para que también los empleados nacionales cooperen á la ejecución de dicha obra” (GONZALEZ Y JIMENEZ, 1891, p. 30).

Esta situación nunca se resolvió de manera favorable para el artista, es más, transcurrieron aproximadamente cinco años y la escultura no se había ejecutado. El artista tuvo muchos inconvenientes económicos, pues como se ha dicho, el desembolso de los haberes no fue realizado como se estipulaba en el contrato. Don Manuel Ribadeneira y su hija Emilia fueron quienes protegieron y sostuvieron económicamente al artista en sus días de mayor estrechez e incertidumbre. Al final, José González y Jiménez decide retirarse a Europa, y durante este lapso escribió a los Ribadeneira para agradecerles sus atenciones y les hizo saber que dentro de la escultura hecha en yeso había dejado una

botella escondida, en la cual, se podía encontrar una relación escrita, que resumía el proceso por el cual estuvo sometida la obra pastoril (ESCULTURA SUCRE, 1874, p. 9).

### *Un tenorio no es para la república. Sucre como ciudadano ilustre y digno*

Para el año de 1881, se organizó una comisión denominada como *Junta Sucre* que tenía como misión principal la de evaluar, controlar y ejecutar el proyecto de la escultura del Mariscal en Quito. Los miembros de esta junta fueron Julio Arboleda -secretario-, Roberto Espinoza –presidente-, entre otros, que contribuyeron con dinero y gestión para la ejecución del proyecto. Esta Junta elaboró un informe en el cual estipula algunos argumentos con los que explica el retraso en la ejecución de la escultura y de alguna manera menciona que no solo depende de los organizadores, sino que se necesitaba de la colaboración de otras entidades para cumplir con el objetivo propuesto. Por ejemplo, era imprescindible el apoyo de la gobernación de Chimborazo con recursos humanos para la extracción del material pétreo llamado *Traquita* blanca, luego de lo cual, requerían colaboración en el traslado del material desde las canteras de Guamote hacia Quito. También se requería de la inversión económica por parte la municipalidad y de otros miembros de la sociedad.

Otra de las observaciones que hace la Junta Sucre, va a estar dirigida al boceto de González y Jiménez, que, según la publicación, la *Escultura de Sucre de 1887*, “parecía que Sucre requería amores a la emblemática figura que representaba al Ecuador” (LOS HOMBRES DE BIEN, 1887, p.1), y se determinó que por la postura del representado se trataba más de un *Sucre Tenorio*, que se alejaba de la imagen del *Sucre liberando*. La escultura -de la forma en la que había sido concebida- de acuerdo con la reflexión de la Junta desacreditaba la efigie del Gran Mariscal, en cuanto a su presencia como héroe y estrategia militar. Entonces, se resuelve devolver la escultura en yeso a su artífice. La escultura de *Sucre libertando a la Patria* quedó como un proyecto materializado en yeso, que luego, durante el periodo alfarista sería materializado en bronce<sup>38</sup>.

La crítica relacionada con la representación de *Sucre Liberando la Patria*, en la que acusaban a la obra de evocar a un Sucre Tenorio, más que un Sucre dando libertad, nos recuerda a lo mencionado por Eco (2010) acerca de un fenómeno social llamado el Dandismo y Bauzá (2018) con lo relacionado a la figura del héroe. En una primera instancia, en lo referente al fenómeno social, Eco señala que, en las obras de los primeros decenios del siglo XIX, aparece la figura del Dandí, como parte de un culto de la sociedad inglesa de la Regencia, cuando el amor a la belleza y a la excepcionalidad se manifiestan

en los hábitos y en el modo de vestir. El Dandi se destaca por la elegancia y la simplicidad, llevada hasta la extravagancia, unido al gusto por lo desconcertante y sobre todo al gesto provocador, que se vincula con la imagen del Don Juan Tenorio, obra teatral de Juan Zorrilla publicada en 1844. Por su parte, esta pieza literaria narra la historia de un joven caballero que se entrega a la vida desenfadada de amoríos, apuestas y duelos. A medida que la trama se desarrolla, las acciones de Juan Tenorio, en las que se incluye apuestas arriesgadas como la de seducir a una joven novicia y a la prometida de otro caballero, provoca que su alma se vaya perdiendo. Entonces, el dandismo que se convierte en una moda francesa a finales del siglo XIX, y que en lugares como Italia aparece como elemento artístico, un ejemplo lo encontramos en las obras de Gabriele D'Annunzio, se define como una forma de vida que no era de ejemplificación, pues es una "institución vaga y extravagante", que se alejaba de la moralización de las costumbres, y que inevitablemente ponía en la palestra comportamientos relacionados con las aventuras de Juan Tenorio. Aunque el dandismo era una rebelión contra la sociedad burguesa y el culto al dinero, pues el dandi "no aspira al dinero como algo esencial [...] de buen grado deja esta trivial pasión a los hombres vulgares" (ECO, 2010, p. 334), y que a veces se presentaba como oposición a los prejuicios y a las costumbres corrientes, definitivamente el dandi es una manifestación aristocrática. Charles Baudelaire (1869) habla acerca del perfecto dandi y refiere a este personaje como el hombre que ha crecido en el lujo,

acostumbrado desde la juventud a la obediencia de los otros hombres, que no tienen más profesión que la elegancia [...]. Estos individuos no tienen otra obligación que cultivar la idea de belleza en su persona, satisfacer sus pasiones, sentir y pensar. [...] El dandi no tiende al amor como a un fin especial [...] (BAUDELAIRE, 1869; ECO, 2010, p. 334).

Es decir que el dandi será la figura de un hombre mimado económicamente, que no cumple con lo establecido en cuanto a normas sociales, pues, como lo diría Baudelaire es un símbolo de la superioridad aristocrática. Por el contrario, la figura de Antonio José de Sucre debía presentarse como la del sacrificio, la entrega, el patriotismo, como lo define Juan Montalvo, "ingenio, fuerza, poder [...], valor, ímpetu, victoria" (MONTALVO, 2012, p. 117), alejándose del culto a sí mismo, y de ese Tenorio "que busca la felicidad que se encuentra en los demás sobre todo en las mujeres [...]" (ECO, 2010, p. 334). De acuerdo con la crítica de la Junta Sucre, un Mariscal en amoríos con la República, jamás debía representarse. Levantar la obra de González y Jiménez significaba dejar a la libre interpretación ciudadana la reputación de Sucre, y por ello prefieren que se configure una imagen más "sobria", más sencilla, alejada de la carne, del desorden de

los sentidos y del interés por las personalidades que desafían todas las reglas morales, en otras palabras, construir la imagen de un ciudadano digno y leal.

En una segunda instancia, configura al Mariscal Sucre en una imagen de héroe implicaba hablar de su valor, tal y como se concebía en la antigüedad, así lo recoge Bauza (2018) cuando dice que en este aspecto se apreciaba el coraje durante el combate, como si al hablar de los héroes se acercaran a la descripción de una raza divina, que puede enfrentarse a cualquier vaticinio. Y es que la grandeza del héroe radica en que, al combatir, arriesga la vida, y por esto el combate se convierte en su prueba esencial de existencia, y que al encontrar la muerte se immortalizan sus acciones. El héroe era considerado el antepasado poderoso, a quien se le debía rendir culto con carácter público, y estos actos aluden más a la solución para necesidades de carácter institucional a nivel comunitario, que a posibles rasgos de un ser individual. Entonces, las características de este héroe debían ayudar a consolidar y comprender la historia (BAUZA, 2018, p. 40), es así que mostrar un héroe permitía hablar de varios atributos ejemplificadores para el fortalecimiento de la idea del poder político. Esto nos recuerda entonces al discurso del Dr. Mariano Cueva- rector de la Universidad de Cuenca en ese tiempo-, pronunciado el 12 de diciembre de 1881, durante la inauguración del monumento de Sucre en la ciudad de Cuenca, que, al referirse a la figura del Mariscal de Ayacucho, lo hace como,

Joven, muy joven, este ínclito soldado de la independencia, empuño la espada, no para sostener pasiones vergonzosas, ni los dorados sueños de una loca ambición, y ni siquiera el incentivo de su gloria personal, sino los fueros de un continente aherrojado por más de tres siglos, y la esperanza de generaciones que deseaban romper las cadenas (CORDERO, 1990, p.27).

Con este ejemplo, se plantea en Quito, tener una figura que, en base a la etiología de Sucre, como un ser singular, converja en un elemento funcional social y político revelador de valores, inexistentes hasta ese momento, evidente ante la mirada crítica de propios y extraños.

La ausencia de la imagen de uno de los héroes del Pichincha revelaría la ingratitud de un pueblo poco agradecido con los gestores de su independencia, al menos eso manifiesta Manuel Rivadeneira en una carta dirigida a la Municipalidad de Quito, en la cual defiende la obra de su protegido. El ilustre quiteño dice que “cuando la ávida mirada del extranjero busque en nuestras plazas algún monumento en que se vea encarnada una página de nuestra historia, ¿dónde lo encontrará? en ninguna parte [...] entonces dudaría del valor de la tierra que pisa” (ESCULTURA SUCRE, 1874, p. 14). Rivadeneira es

tajante y reclama a las autoridades la mala gestión en la ciudad, pues no solo no se concretó la esperada escultura de Sucre, sino que se continuaba con esa deuda al hijo primogénito de Quito, y la fisonomía de la ciudad, que continuaba cambiando, no se refería a lo nacional en el espacio público.

Ante esa situación, en el año 1883, el Sr. Ribadeneira quien por casualidad transitaba por el sector de la Loma Chica, encontró la imagen en yeso del Mariscal Sucre que años atrás fue realizada por González y Jiménez, en una vitrina correspondiente a una tienda. Este espacio que estaba cerrado con fuertes candados y que sobre el dintel de la puerta colgaba un letrero que decía: *El Gran Mariscal de Ayacucho*, llamó su atención, provocando en Ribadeneira, la necesidad de solicitar al entonces presidente de la república Sr. Plácido Caamaño, la reubicación de la escultura a un espacio acorde al personaje representado. El lugar seleccionado fue el balcón de la fachada del Teatro Sucre.

El conjunto escultórico se mantuvo en este frontispicio algún tiempo, hasta que, por decisión del presidente José María Plácido Caamaño, y bajo petición de Manuel Llorente Vázquez -ministro español, quien se mostró indignado por la figura-, se procedió a la mutilación de la escultura, específicamente del león ibero, que estaba “jadeante y moribundo”, sometido por el pie de Sucre sobre su cabeza, razón por la cual, se consideraba una imagen ofensiva para España<sup>39</sup>.

Personajes Ilustres como el escritor Juan León Mera y el abogado Antonio Zapata- por medio de sus escritos- reaccionaron en contra de este acto que se consideró como un crimen en contra de la patria. Pero también hubo quienes mencionaron que no pasaba de ser un aspaviento y que el haber mandado a quitar trozos de yeso que representan un León, símbolo del poder español, no aleja al Ecuador de ser libre e independiente (LOS HOMBRES DE BIEN, 1887).

#### *La figura de mármol de Antonio José de Sucre en Cuenca*

En Cuenca, como indica Leoncio Cordero Jaramillo (1990), Antonio José de Sucre fue un huésped ilustre, no sólo por su victoria en Tarqui (1829) en la que derrotó al General La Mar, sino porque en esta ciudad durante su estadía fundó la Corte Superior de Justicia, el 22 de marzo de 1822. Considerado como un benefactor, y en tono de gratitud, el 13 de septiembre de 1822, la Ilustre Municipalidad de Cuenca resolvió levantar dos monumentos, uno de Simón Bolívar y el otro de Antonio José de Sucre. En las disposiciones del Cabildo del acta del 13 de septiembre de 1822 se menciona que

Los Señores del Cabildo, Justicia y Regimiento [...] Hallándose juntos y congregados para tratar los negocios [...] consideran la necesidad de [...] gratitud y aprecio á los héroes que sostienen el trono de la República, para que, perpetuándose en lo futuro sea feliz su memoria, especialmente en este pueblo que posee la paz, y regeneración política, y al intento acordaron: Primero: Que se levanten dos estatuas de mármol fino sobre columnas elevadas, la primera del Excelentísimo libertador y la segunda del digno General Antonio José de Sucre (CORDERO, 1990, p.25).

Encargan los bustos al artista escultor Gaspar Sangurima, más conocido como el *Lluqui*<sup>40</sup>, para luego ser ubicados estas esculturas en sitios públicos, y también se establece que los gastos se costearían con fondos de la ciudad. Aunado a esto, se resuelve que al inaugurarse las esculturas se solemniza con “tres días de regocijo público, anunciándose a los Cantones su reunión en esta Capital” (CORDERO,1990, p.25). Es más, en la resolución de acta, en el tercer apartado, se plantea que de este particular deben ser informados los homenajeados, es decir Sucre y Bolívar. Cordero dice que el Mariscal de Ayacucho respondió la misiva, en una carta enviada desde Quito, y fechada el 22 de septiembre de 1822 diciendo que

el singular honor [...] es tanto más digno de mi profunda gratitud al pueblo de Cuenca, cuanto, conociéndolo, muy superior al mérito de mis cortas tareas por la independencia del Sur, pueden haberme hecho contraer, es y será siempre un rasgo generoso de la munificencia y entusiasmo de esa ciudad ilustre por la Libertad, más bien de la gloria a la que me crea acreedor (SUCRE, 1822; CORDERO, 1990, p.25).

Y termina diciendo que él dará a los habitantes de Cuenca “los testimonios más incontestables de la consideración a que tantos títulos tiene derecho” (SUCRE, 1822; CORDERO, 1990, p.26), contestación que trascendió en Cuenca, haciendo énfasis en la realización de ambas esculturas, por lo cual, se pasó la orden correspondiente para que el escultor Sangurima presente las creaciones y así levantar el monumento. Posiblemente por la muerte del artista Sangurima y de otras situaciones políticas coyunturales, este proyecto no se concretó.

Después de cincuenta y nueve años, el gobernador de la provincia del Azuay, Mariano Moreno, el 7 de julio de 1881, solicitó al Concejo Municipal que se materializa el acuerdo del 13 de septiembre de 1822, recordando que la idea era la de “levantar una estatua tallada en mármol de Tarqui, a la memoria del Ilustre General Antonio José de Sucre [...] en prueba de reconocimiento de los eminentes servicios que prestó en la guerra de la independencia Sudamericana” (CORDERO, 1990, p.26) En esta ocasión fue

contratado el escultor José Miguel Vélez de origen cuencano para la elaboración de los bustos, por el valor de trescientos pesos. El gobernador del Azuay propuso que la inauguración de la escultura de Sucre sea el 9 de diciembre de 1881, para conmemorar el quincuagésimo séptimo aniversario de la Batalla de Ayacucho, en la que, de acuerdo con Moreno, se selló la independencia de las naciones sudamericanas. Moreno también presentó el proyecto de que la carretera que va con dirección al sur, desde Cuenca, lleve la denominación de General Sucre, pues Moreno agrega que es “el camino que por tierra, se dirige a los campos de Ayacucho y el mismo por el que pasó y repasó, con los restos del Ejército de Colombia para la Batalla de Tarqui” (MORENO, 1881; CORDERO, 1990, p.26) El Concejo Municipal de la ciudad de Cuenca, en el acta del 2 de agosto de 1881, presidido por Dr. Daniel J. Zevallos, considera que la propuesta de Moreno podría honra la memoria de hombre que ha prestados grandes servicios a la Patria, por lo cual, se acuerda como punto primero que:

Se erigirá, cerca del río Yanuncay, a la memoria del Gran Mariscal de Ayacucho, Gral. Don Antonio José de Sucre, una columna de mármol, del orden compuesto, coronada por el busto del Gran Mariscal, esculpida en jaspe y levantada sobre una base y pedestal, que descansa en un zócalo rodeado de verjas de hierro; debiendo tener el conjunto, fuera del busto, cinco metros de alto (ACTA DEL CONCEJO MUNICIPAL DE CUENCA, 1881; CORDERO, 1990, p. 26).

En el Acta de 1881, también hacen detalles sobre el rostro de Sucre, el cual debía estar mirando hacia el Sur, hacia el río Yanuncay, como avizorando el campo de batalla. Asimismo, aprueban el cambio en el nombre de la carretera que va hacia el Sur, como Carretera Sucre, y señalaron como fecha aniversaria de la Batalla de Ayacucho, el 9 de diciembre, decisión que fue acatada y reafirmada por el Gobernador Moreno alegando que es una fecha cívica. De esa manera se ejecutó lo resuelto por el jefe político Guillermo Harris. Ciertamente, la obra fue inaugurada, en la Colina de Yanuncay, el 12 de diciembre de 1881, a las doce del día como había dispuesto el gobernador del Azuay, Mariano Moreno. El acto tuvo concurrencia numerosa, quienes se reunieron desde temprano para presenciar el solemne acto de inauguración. Luego de la intervención en la Mariano Moreno exaltó los méritos de Sucre y los servicios prestados a la independencia del Sur, se dirigió a la audiencia con estas palabras: “Cuenca, en donde toda virtud encuentra eco, grato me es decirlo, ha hecho justicia a su mérito y ha procurado honrar siempre su mérito y ha procurado honrar siempre su memoria, a inspirarse en sus hechos, tan grandes como nobles” (CORDERO, 1990, p.27).

El evento tuvo las intervenciones de autoridades quienes exaltaron los triunfos y la figura de Sucre. El presidente del Concejo Municipal Daniel Zevallos entregó el monumento destacando que la obra “no solamente debía servir como recuerdo de las epopeyas gloriosas, sino aún más, como modelo de virtudes cívicas del inmortal Sucre” (CORDERO, 1990, p.27) Otro ejemplo es el discurso pronunciado por el Rector de la Universidad de Cuenca, Mariano Cueva, quien se refiere a Sucre como

[...] uno de los primeros en esta gigantesca lucha, hizo sentir el poder de su formidable brazo, del Orinoco hasta el Potosí y fue coronado por la victoria. Más, lo que le distingue a su alma grande, no es el ciego furor de las batallas, sino la prudencia en dirigirlas y su denodado valor en la refriega; no es haber derramado la sangre de sus enemigos, sino la propia suya en defensa de sus compatriotas y por sostener la santa libertad del Mundo de Colón. Generoso con los vencidos, modesto entre los vencedores, lleno siempre de grandeza y dignidad personal, jamás cometió ningún abuso, ningún hecho que pudiera manchar su nombre y hacer desmerecer su elevado y sincero patriotismo. Esta es la más brillante aureola de sus glorias (CORDERO, 1990, p. 28).

La inauguración terminó con la recitación de dos poemas dedicados al Mariscal Sucre, por Alberto Muñoz Vernaza y Luis R. Chacón. No obstante, ni el monumento, ni tampoco el nombre de la carretera permanecieron en el tiempo. Las razones para la reubicación del monumento no son claras, pero lo que sí es un hecho es que este primer monumento, no tuvo relación directa con la columna que posteriormente fue erigida en la plaza frente a la Iglesia de San Roque, en la parroquia Sucre. En la actualidad, el busto tanto de Sucre como el de Bolívar, son parte de la colección del Museo Remigio Crespo Toral en Cuenca, en el caso de la carretera, tomó el nombre de avenida Loja.

Con relación a esta segunda columna conmemorativa, ubicada en la plazoleta de la Iglesia de San Roque, pasando el río Tomebamba, los documentos nos indican que fue inaugurado el 3 de noviembre 1920 y fue una obra protagonizada por la Liga Pedagógica del Azuay, organización presidida por el profesor Miguel Ángel Galarza Arizaga, quien, apoyado por Carlos Cueva Tamariz, Manuel Muños Cueva y Virgilio Salazar Orrego, llevaron a terminación esta incursión artística. El artista Abraham Sarmiento fue contratado para que elabore un busto y el pedestal, que, al cabo de algunos años, lo retiraron de la plazoleta como originalmente se había emplazado, para remodelar la Iglesia de San Roque, la plaza y la calle, por lo que de la obra inicial sólo se mantiene el busto, colocado sobre un pilar de cemento, que no conserva la placa expositiva, puesta en el año 1920 durante la inauguración. Para Leoncio Cordero, en Cuenca se levantaron tres

monumentos a la figura de Sucre, pero como podemos evidenciar, sólo uno se conserva en el espacio público, y de manera parcial.

*Los proyectos en bronce: La escultura del Mariscal Sucre en Quito y Guayaquil*

En Quito, la intención de levantar la obra se retoma para el año de 1887 y esta vez, se desea que los artistas que se encuentran en Europa o en Norteamérica concursen en la elaboración de la imagen del héroe de Pichincha. En el oficio nro. 1 del Ministerio del Interior, con fecha 29 de enero de 1887, se pide al presidente del Concejo Municipal, Francisco Andrade Marín, otorgue información relacionada con las dimensiones de la figura, pedestal a construirse, preferencia en materiales y presupuesto para la obra. El objetivo era transmitir la información a los diplomados de la República del Ecuador que se encontraban en Europa y Norteamérica, para abrir la convocatoria a los artistas que deseen concursar en la materialización de la escultura. (SALAZAR, 1887, p. 71) En respuesta a esta petición, Francisco Andrade Marín delega al ingeniero Gualberto Pérez la tarea de proporcionar los datos relacionados con dimensiones, volumen y otros aspectos formales. Respondiendo a esta petición, Gualberto Pérez realiza un informe en el cual menciona las dimensiones de la plaza, la altura de las edificaciones y se refiere a la forma en la que debía presentarse la figura de Sucre. Pérez escribe que “la estatua será de bronce y debe tener la altura de tres metros; la actitud, como se ve sencilla pero elocuente: Sucre señalando el Pichincha, lugar de sus victorias y donde se decidió nuestra independencia” (PÉREZ, 1887, pp. 63a -64). El ingeniero declara que no es su intención presentar el diseño como un modelo, más bien, lo que pretende es dar una idea general “para que allá los grandes maestros, los artistas que han hecho serios estudios, den vida y expresión á la idea y vean si las dimensiones calculadas de la estatua, están en relación con la del sitio donde debe colocarse” (PÉREZ, 1887, p. 64b). Siguiendo la línea del investigador Rodrigo Gutiérrez Viñuales, en los concursos para monumentos dedicados a eventos históricos trascendentales, -en este caso a la imagen del héroe- los reglamentos a menudo estuvieron sujetos a supervisión de las autoridades políticas, a veces, “sin una sólida formación estética y mucho menos atentos a los avances estilísticos que iban produciendo las vanguardias escultóricas de Europa” (GUTIERREZ VIÑUALES, 2004, p.133).

Al momento en que el presidente del Concejo Municipal -Francisco Andrade Marín- delegó desarrollar los detalles técnicos referentes al monumento de Sucre, no se tomó en consideración la carente formación en artes de Pérez. El propio Gualberto Pérez

dice con reiteración en el informe, que, según su opinión, “bastaría enviar al extranjero la idea del monumento, el material, la extensión del lugar donde debe erigirse la estatua y la altura de los edificios” (PÉREZ, 1887, p. 72). dejando a la imaginación del artista los aspectos estéticos, iconográficos y de representación nacional. Entonces, se dejó a un lado la presentación de una iconografía del héroe de la independencia, y se apostó por una imagen de Sucre desarrollada de acuerdo con la idea de un extranjero, acerca de los héroes de la independencia americana, que nunca vino a tierras ecuatorianas y que solamente disponía de datos generales.

En esta emergencia, también se presentó la propuesta del quiteño Bruno Hidalgo, quien, en el documento fechado del 20 de mayo de 1887 plantea una efigie más estilizada. Antonio José de Sucre “al pie del Pichincha dándonos patria apoyado solo en su espada; y, para que su actitud corresponda à la grandeza del hecho, le he dado una atrevida si, mas no contraria a las leyes de la gravedad” (AHQ, DOCUMENTOS SUCRE, 1891, p. 72). Bruno Hidalgo, a diferencia de Gualberto Pérez idealiza a Sucre dando patria, apoyado solo en su espada, que va en relación con “el carácter y virtudes cívicas del héroe [...] que presentó su espada, desnuda para defender nuestra autonomía nacional, orlada de la oliva que brotara del punto en donde la clavó el héroe, y junto à ella un cóndor que de los frutos de esa planta se sustenta” (AHQ, DOCUMENTOS SUCRE, 1891, p. 72).

Hidalgo, al igual que Pérez, detalla que Sucre debe estar de pie, argumentando que es la actitud más favorable a la idealización de un héroe. Como sabemos, la figura de pie se asocia con la victoria, el héroe parado, simboliza una columna fuerte, capaz de soportar cualquier percance o tempestad. Ambas propuestas describen al héroe mirando o haciendo un ademán con la mano hacia el volcán Pichincha. Se puede decir que se insiste en este aspecto debido a que en las faldas de esta montaña se desarrolló la Batalla el 24 de mayo de 1822, transformando este sitio en un icono de las victorias del Sucre.

Para el escritor Dr. Alfredo Baquerizo, Sucre encontró en el Pichincha una página de su gloria, en el cual, “constancia, heroísmo, sacrificios, todo ello escrito y proclamado allá en la altura, en el declive del histórico monte, entre ásperas quiebras, sobre la dura roca, por el noble caudillo que, en la flor de la vida, á los veintisiete años de edad y con doce de esclarecidos servicios á la causa de la emancipación sud-americana, confirmaba para siempre la libertad de los pueblos” (BAQUERIZO, 1900, p.3). Por lo tanto, Pichincha fue la Epopeya de sangre que tuvo Sucre para ser considerado héroe. Pero la presencia de la montaña no fue casual, en el discurso dirigido por Alfredo Baquerizo el 24 de mayo de 1900 en la misma página donde resalta al noble Sucre en el Pichincha,

relaciona a la elevación con un peldaño hacia la grandeza, y al vencer, la “corona gloriosísima con que engalanan la frente del vencedor [...] de virtudes, inteligencia y patriotismo” (BAQUERIZO, 1900, p.5). La propuesta de Hidalgo no fue aceptada, el Concejo Municipal dio preferencia a la idea de Gualberto Pérez.

El 10 de octubre de 1887, el abogado Lucio Salazar le escribe al presidente del Concejo Municipal y le comunica que se ha oficiado al Sr. Clemente Ballén -Cónsul de la República en París- la contratación de un artista para la elaboración de la escultura de Sucre conforme al informe enviado, pero solicita se realice un documento con más especificaciones como dimensiones totales, inscripciones, grabados y detalles no aclarados, para participarle al artista europeo (SALAZAR, 1887, p. 64b.).

En Francia, Clemente Ballén, inicia con los preparativos, y en la carta del 12 de diciembre de 1887 el diplomático sugiere al Concejo Municipal el bronce llamado Keller de 91%, para proporcionar durabilidad a la obra. También menciona que “la actitud del héroe, colocado simplemente sobre los pies, no ofrece seguridad en un lugar como Quito, sujeto a terremotos, (BALLÉN, 1889, p. 104b.), por ello propone poner un cañón u otro apoyo complementario, porque es necesario sujetar a una base sólida la estatua. En el caso del pedestal, el presidente del Concejo Municipal Francisco Andrade Marín pide al diplomático Ballén que se exporte desde Francia este elemento, ante lo cual, Ballén responde que utilice el material de las canteras cercanas a Quito, sobre todo por el tiempo, peso, transporte y valor económico que significarán para el Ecuador. Un detalle que no mencionó Pérez en el documento que se envió a París es el atuendo que llevaría Sucre. Ante eso Ballén dice que debe llevar “uniforme militar considerada como de suprema elegancia”, (BALLÉN, 1889, p. 105) y pone en conocimiento que podría llevar o no capa, para generar armonía y seguridad en la obra y todo eso depende de lo que el artista decida para la escultura.

Mientras tanto, en Quito, se propuso realizar un pedestal de hierro galvanizado, mientras el de granito llegaba por vía férrea, esperando la conclusión del ferrocarril. En el pedestal de hierro se podían fijar cuando se desee los bajorrelieves que debían hablar de las glorias de Sucre. En fin, en carta del 03 de mayo de 1888, Ballén manifiesta – por pedido del Concejo Municipal –

el escultor [...] determine el tamaño, en vista de la altura de las casas de la Plaza de Santo Domingo [...] que el héroe no tenga capa [...] que el peso no sea menor de quinientos kilogramos [...] y que el pedestal se elabore en Quito [...] que también se remite los bajorrelieves, y que ellos

representaran las batallas de Pichincha, Junín y Ayacucho (BALLÉN, 1889, p. 111).

En el caso de los bajorrelieves Ballén solicita una vista del Pichincha, un dibujo del uniforme que usaba la tropa, retratos de la cúpula militar y retratos de Sucre. El diplomático Ballén recibió una carta en la que el presidente del Concejo Municipal, le decía que no pida nuevos datos y que se sirva contratar la hechura de la escultura con la información recibida. El cónsul guayaquileño explica que “en vista de este desahucio, y colocado entre un escultor que pide datos y un Concejo Municipal que no puede dárselos, ha debido buscar por mí mismo” (BALLÉN, 1889, p. 117).

En su necesidad y deseo de no entregar una obra defectuosa, Ballén acudió a otras personas para conseguir información. Prueba de ello es la carta del 30 de enero de 1889 dirigida al Concejo Municipal, en la cual, se mencionan los nombres de aquellos que contribuyeron con datos requeridos. Ballén se puso en contacto con artistas como los venezolanos Martín Tovar y Tovar y Arturo Michelena, quienes realizaron varios cuadros del Mariscal Sucre, también contó con el apoyo del Modesto Urbaneja, pariente de Sucre, quien le facilitó varios retratos de generales y uno de Sucre de perfil. Se valió también de la colaboración del Comité Olmedo<sup>41</sup> para obtener fotografías y documentos; de Antonio Flores Jijón, presidente de la República, quien donó un libro sobre el asesinato de Sucre, en el que se encuentra el retrato de perfil que se considera como el auténtico. Lamentablemente estos documentos no fueron usados por ser actuales en su tiempo (BALLÉN, 1889, p. 119).

Ballén pedía datos específicos de Sucre pues, de acuerdo con su percepción, la estatua de Sucre, no era representación de un hombre, ni de una idea abstracta, sino de él como persona y por eso, no debía ser una efigie sin contenido, sino un retrato propio. Ballén un tanto indignado señaló que era deplorable que para el hijo predilecto de Quito se deba acudir hacia las reminiscencias de los más ancianos y así poder lograr una imagen digna. Es más, al diplomático guayaquileño le pareció insólito que, en la tierra de pintores como Antonio Salas o Joaquín Pinto, y tratándose de Sucre, se haya preferido enviar una pésima fotografía tanto del Sucre como del Ruco Pichincha, a buen retrato que podían encargar a los artistas mencionados. Ballén enfatiza ese interés porque reitera en que esa rigurosa exactitud es un deber, debido a que las esculturas conmemorativas no son otra cosa que la historia del país representada en piedra o bronce (BALLÉN, 1889, p. 120).

**Figura 1-** escultura de bronce de Mariscal Sucre.



*Escultura de bronce del Mariscal Sucre. Plaza de Santo Domingo en Quito. Fotografía realizada por la autora, 2017.*

Las cartas iban y venían y el Concejo Municipal quiteño preguntaba a Ballén cuando enviaría la escultura terminada. El diplomático se puso en contacto con Monsieur Alexander Falgüiere, afamado escultor, quien comenzó a realizar el bosquejo del monumento, pero debido a la falta de un retrato de faz de Sucre y otros elementos necesarios para la representación, el trabajo se realizó de manera pausada, situación que fue expuesta ante el Concejo Municipal por Ballén. También se explicó que la obra tardaría un poco más y que tan solo en el traslado de París a Quito se demoraron aproximadamente cinco meses. Sumando a esta situación, hubo retrasos en la elaboración de las placas en bronce. En la carta de Ballén fechada del 26 de mayo de 1891, el cónsul explicó que el bajorrelieve de la Batalla de Ayacucho tuvo algunas imperfecciones a diferencia de aquel relacionado con la Batalla de Pichincha, el percance suscitado tuvo que ver directamente con el escultor, quien enfermó y la obra fue realizada con cierta improvisación (BALLÉN, 1889, pp. 133- 135). Finalmente, cuando la obra estuvo completa, se procedió al envío del monumento y de los bajorrelieves, que llegaron a Quito entre los meses de mayo y junio de 1892.

De acuerdo con los documentos analizados se encontró que la municipalidad de la ciudad y el Comité encargado decidieron establecer un cronograma de actividades, dentro de un programa de fiesta cívica para celebrar la inauguración de la escultura monumental del Mariscal Antonio José de Sucre, aprovechando la celebración y conmemoración del Primer Grito de la Independencia suscitado el 10 de agosto de 1809 y la Matanza de los Próceres de la Independencia el 2 de agosto de 1810. Los actos empezaron desde el amanecer, entre los días 10, 11 y 12 de agosto. En la Cima del Panecillo, los artilleros del ejército ecuatoriano, despertaron a la población con una serie de disparos estruendosos, los que anunciaban la conmemoración en tono militar.

El 10 de agosto de 1892 fue el día de la inauguración del monumento en la plaza de la Iglesia de la Orden de Santo Domingo en Quito, que luego tomaría el nombre de Plaza Sucre. El evento estuvo complementado con la celebración de la misa en la Catedral Primada de Quito, como ya era costumbre. Al terminar el oficio religioso, se desarrolló una reunión entre representantes del cuerpo diplomático, cortes de justicia, de la prensa, y otros, que fueron invitados a la Casa Municipal. En horas de la tarde, inició la procesión solemne, que, de acuerdo con las actas de la inauguración, participaron diferentes sectores en el siguiente orden:

Los coraceros, gremios, las escuelas, los colegios, las sociedades patrióticas, la Universidad Central, los delegados de las provincias, distritos y cantones, el Concejo Municipal, el Poder Judicial, las comisiones del H. Congreso, el cuerpo diplomático y consular, el Supremo Gobierno y el Ejército” (INAUGURACIÓN, 1892, p. 7).

La presencia del cuerpo diplomático destacó en el desfile de carros alegóricos, en el que participaron Bolivia, Colombia, Perú y Venezuela. Este evento comenzó desde la Plaza Grande siguió por la calle Gabriel García Moreno y se dirigió a la Plaza Sucre (Plaza de Santo Domingo), por la calle Rocafuerte<sup>42</sup>. Al llegar a la Plaza Sucre, se proclamaron discursos, y finalizó el acto con fuegos pirotécnicos y serenatas en honor a Sucre, ejecutadas por las bandas de música de la ciudad. Todo concluyó pasada las 10 de la noche. Cabe destacar que entre las actividades que se desarrollaron y que permitieron el ambiente formal y solemne de la inauguración fueron las veladas literarias, premiaciones a los artistas ganadores de la Exposición Nacional y los discursos declamados.

**Figura 2-** vista da praça de São Domingos.



Quito. Vista de la Plaza de Santo Domingo con la estatua de Sucre. Fondo Fotográfico: Dr. Miguel Díaz Cueva, Instituto Nacional de Patrimonio Cultural, ca. 1910 – 1920.

### *Sucre como el ciudadano ideal, ejemplaridad social*

La escultura levantada en Quito responde a la ideológica histórica, más no a la estética, ni moderna del arte en ese momento. La obra de José González y Jiménez, aunque estéticamente llevaba un contenido más contundente, pues los documentos así lo indican, todo apunta que no calzaba en los requerimientos, ni ideales de la época. Creemos que la imagen de Sucre realizada en Quito calza con la de la ejemplaridad social. Con relación al tema, Gutiérrez Viñuales (2004) dice que generalmente estos monumentos están dedicados al Trabajo en general y al trabajador en particular, como aquellas esculturas que hacían una conmemoración de la inmigración europea como forjadora de la Patria por medio de la labor, figuras más recurrentes al sur del continente americano, o también estarían inmersas aquellas imágenes dedicadas a los maestros o a las madres, que resultan en temáticas muy usuales en la estatuaria pública y que se caracterizan por su expresión popular y el uso de materiales como el yeso. Hay que anotar que por las características que presenta la escultura de Antonio José de Sucre, como son su sencillez, -aunque por ser un personaje emblema de la independencia se realizó en bronce para darle cierta importancia-, ausencia de alegorías, excepto las que se encuentran en uno de los bajorrelieves de la base, y la poca o nula información sobre posturas o gestos proporcionada a Falguière, hace notar la urgencia votiva, severidad y austeridad que se quería alcanzar, como un verdadero artículo de fe, donde la estética prácticamente no interesaba.

Estando de acuerdo con Bustos (2017) cuando dice que el ritual de conmemoración realizado en 1892, con uno de los eventos desarrollados nos referimos a la inauguración del Monumento a Sucre, se puede entender como una suerte de ejercicio colectivo de ensamblaje y montaje de la memoria pública. Ciertamente la escultura utilizada en una conmemoración funcionó como un “marco social” para la gestación de la memoria de la nación, es decir, un dispositivo por el cual las personas, comprenden determinadas imágenes del pasado (BUSTOS 2017, p.147), de acuerdo con la mirada dominante del momento, aunque naturalmente, esas imágenes no pueden oponerse a la moral o ser consecuentes a las modas europeas. Hay que recordar que estas incursiones ritualistas de y para generar memoria fueron gestionados por el Estado, principalmente por el municipio, el poder local y la Iglesia, que, en una lucha constante entre la civilización y la barbarie, la enseñanza de las buenas costumbres y modales eran prioridad, y que esas modificaciones culturales integrarán la idea de lo culto en la sociedad (CÁCERES, 2018). La escultura de Sucre se volvió parte del proceso civilizatorio que intentó homogeneizar y regular los comportamientos no sólo de la estirpe en ascenso, sino de la población en general.

#### *El Mariscal Sucre en la Perla del Pacífico*

En el caso de Guayaquil como en Quito y Cuenca, se erigió la escultura monumental para perennizar la memoria del Gral. Antonio José de Sucre, pero con la clara intención solamente de agradecer al que consideran como el único y verdadero libertador de la Audiencia de Quito, pero no de Guayaquil. La historia oficial de esta ciudad claramente argumenta que dos años antes de la Batalla de Pichincha, Guayaquil ya se había declarado como provincia libre, proclamando su independencia el 09 de octubre de 1820, por lo que levantar una escultura monumental a este personaje tendría un contexto votivo más que conmemorativo.

En el diario *Los Andes* de Guayaquil, con fecha del 03 de febrero de 1887, se escribe acerca de la iniciativa de erigir en la ciudad la escultura al héroe de Pichincha, e incluye un comentario relacionado con el ejecutivo, quien proporcionó una cantidad de dinero de “su bolsillo” y que ordenó al departamento del Tesoro del Estado ecuatoriano que entregue quinientos sucres, para que pueda conformarse un comité, e iniciar con las gestiones para obtener los recursos y ejecutar la obra. La misiva del diario tuvo buena acogida, Efrén Avilés y Melvin Hoyos (2009) recogen esta información y mencionan que

para agosto del año 1888, los suscriptores hacen contribuciones importantes, de modo que en París, lugar donde se estaba realizando las gestiones con los artistas y talleres por parte del Cónsul General del Ecuador, Clemente Ballén, estaba disponible la cantidad de veintisiete mil francos para la construcción de la estatua, sin embargo, por cuestiones económicas, la obra no fue elaborada en ese año.

En 1894, el Dr. Pedro J. Noboa, miembro del Comité organizador de las fiestas por el Centenario del natalicio del Mariscal Sucre, propuso la erección de una columna de hierro, que tuviera aproximadamente de 10 a 12 metros de alto

en cuyo centro habrá un medallón que representa en relieve al mariscal Sucre, y en los costados de ella, representaciones alegóricas de los hechos más culminantes de la vida del héroe. Rematará la columna el ángel de la Victoria, asentando la planta sobre un cóndor de potentes alas abiertas, y en cuyas garras habrá un pliego con esta inscripción: “Victoria a Sucre” (DIARIO LA NACIÓN, nro. 9, 1894).

Como indican Avilés y Hoyos (2009), la obra al parecer quería ser trabajada en los Estados Unidos, pero por el plazo de entrega (seis meses), y su costo inicial de 4.700 dólares, se decidió buscar otras opciones. Con el tiempo la idea se fue diluyendo, sin embargo, para 1908, se constituye el Comité Pro Monumento al Gral. Sucre, a la cabeza como presidente Manuel de Jesús Arzube y otros personajes importantes de la política ecuatoriana como Lizardo García, o del ámbito social como José Joaquín Olmedo (hijo), quienes sería los iniciadores del proceso para el desarrollo de la escultura a Sucre en Guayaquil. La obra le fue asignada al escultor Augusto Faggioni, quien firmó un contrato suscrito en Guayaquil el 20 de septiembre de 1908, con el presidente del Comité y dos miembros J. Isidro Rodríguez y Francisco Fernández Madrid.

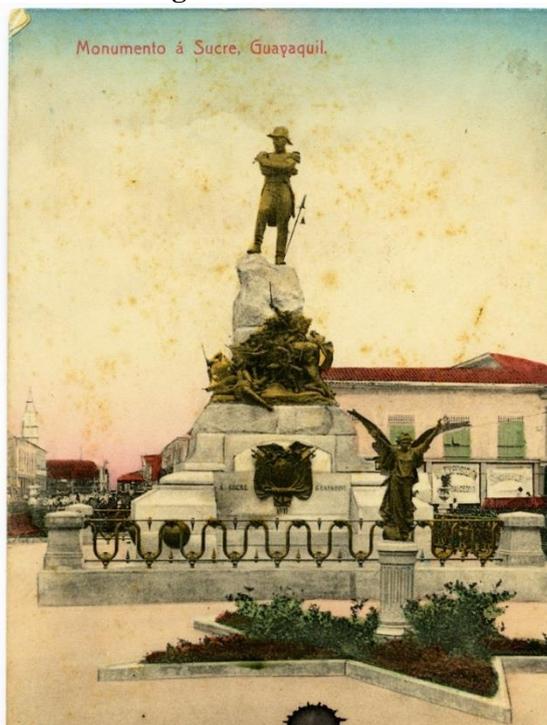
En cuanto al lugar de emplazamiento de la obra, en el número nueve del diario *La Nación* del 27 de diciembre de 1894, manifiesta que lugares como la plazoleta de la Merced (años antes de la construcción de la escultura a Pedro Carbo), la avenida Olmedo, la curva de la línea férrea al oriente, que forma la calle del Teatro, o la plaza de la Victoria, podrían ser espacios a considerar para la obra. No obstante, el Comité decidió levantar el monumento en la calle Illingworth por el Malecón de la ciudad.

La escultura fue fundida en un taller en Italia. Al llegar a Guayaquil, fue ubicada en el terreno de la desaparecida “Casa Consistorial”, lugar donde fue firmada el Acta de Independencia de Guayaquil el 09 de octubre de 1820 y el Tratado de Guayaquil del 22 de septiembre de 1829, luego de la victoria en la Batalla de Tarqui (AVILÉS Y HOYOS 2009, p. 117).<sup>43</sup> Después de un tiempo, se inició con la construcción de la base, dividida

en mármol gris en la parte inferior y granito en la superior, para ubicar en estos espacios, los diferentes elementos elaborados en bronce y traídos desde Italia, es decir que el conjunto escultórico está constituido en tres partes, la base, el pedestal y la propia figura de Sucre.

Tanto la base como el pedestal poseen figuras realizadas en bronce que aluden a representaciones físicas de otros héroes y placas conmemorativas. En la parte superior del pedestal, se encuentra un alto relieve de bronce que representa la Batalla de Pichincha. Entre el grupo de combatientes representados sobresalen las figuras del Gral. Córdova, a caballo, y el Capitán (nombrado de manera póstuma) Abdón Calderón, en la base se encuentran dos medallones conmemorativos de estos dos personajes. En el pedestal se encuentra una placa alusiva a la Batalla de Tarqui del 27 de febrero de 1829. Sobresale una figura de un hombre con una espada, a lo cual, Avilés y Hoyos (2009) plantean que es posible que se trate de Antonio José de Sucre, en el acto de cortar una cadena, cuyos eslabones rotos se encuentra pisando. Hacia el lado sur, hay una placa alusiva a la Batalla de Ayacucho, de septiembre de 1823. Las placas funcionan como la explicación a las escenas en alto relieve sobre las guerras de la independencia, complementado con la parte superior del pedestal, trabajado en piedra sin pulir para representar los Andes. En la cumbre se encuentra la figura de Antonio José de Sucre en actitud contemplativa. Porta una espada y un sombrero bicornio.

**Figura 3-** monumento a Sucre.



*Monumento a Sucre. Guayaquil. Fondo Fotográfico: Dr. Miguel Díaz Cueva, Instituto Nacional de Patrimonio Cultural, ca. 1915 – 1925.*

El conjunto escultórico del maestro Augusto Faggioni se complementa con esculturas que se encuentran depositadas en dos fuentes de agua que tienen en su centro una alegoría. Ambas esculturas pueden estar sintetizando la existencia y el pensamiento de Sucre. En la fuente hacia el norte, se puede apreciar la alegoría del pensamiento, como un ángel heraldo que “anuncia con su trompeta los triunfos logrados por el héroe de Pichincha y Ayacucho” (AVILÉS Y HOYOS, 2009, p. 118) Mientras tanto al sur, sobre la fuente se encuentra una alegoría femenina de la Victoria, en actitud de volar hacia el héroe,

“llevando en su mano una corona de laureles alusivos a la gloria y al honor, celebrando [...] los servicios desinteresados a la humildad y evocan el peregrinaje libertario de Sucre, por los caminos de América [...] también evoca el deseo incesante que tuvo Sucre de una vida tranquila y de señalar un gobierno por la clemencia, la tolerancia y la bondad [...]” (CASTRO 1999; AVILÉS Y HOYOS, 2009, p. 118).

La inauguración del monumento se celebró el 8 de octubre de 1911, en una ceremonia solemne a la que asistieron el gobernador de la provincia del Guayas, Gustavo Icaza, los miembros del Comité Pro Monumento, el director de Estudios de la Provincia, el jefe Político del Cantón, miembros del Concejo Cantonal, y en representación de la Corte Suprema de Quito Alfredo Baquerizo Moreno, entre otros distinguidos personajes del medio. Hay que anotar que previo al acto cívico, la escultura del Mariscal Antonio José de Sucre fue cubierta con la bandera nacional. La entrega de la escultura a nombre del Comité encargado al Concejo Cantonal fue de parte de César Villavicencio quien declamó un discurso, y que luego de su intervención se haría el correspondiente descubrimiento de la pieza artística. El concejal Arturo Carrión recibió la escultura a nombre del Cabildo, manifestando que “Guayaquil es la primera ciudad de la República en pagar la deuda nacional de gratitud a la memoria de los grandes hombres de la Patria Libre” (AVILÉS Y HOYOS, 2009, p. 117).

#### *Sucre como la figura del progreso*

En la urbanística de la época contemporánea se concibieron como espacios de memoria, lugares públicos dentro de las ciudades, vinculados -generalmente- al “nuevo catecismo cívico” que estuvo integrado por los próceres de la independencia y personajes de relevancia histórica, y ante esta característica fundamental, que es una constante en los países americanos y el Ecuador, es innegable que existe la configuración de imágenes que

tienden a ser más decorativas. Gutiérrez Viñuales (2004) plantea a estos como “monumento al progreso que son aquellas

obras ornamentales y mobiliario urbano emplazado en las ciudades americanas generalmente durante la segunda mitad del XIX e inclusive en la centuria siguiente, que, con fines casi meramente decorativos, propiciaron la exaltación por parte de las autoridades gubernamentales de una imagen propia aliada a las ideas del desarrollo (p.77).

Creemos que la escultura de Sucre en Guayaquil responde a una obra monumento al progreso, por las características, primero el uso de las fuentes, que fueron esenciales, tanto por su categoría estética, como por su significación simbólica, por los talleres de fundición en Francia, quienes, en sus catálogos de venta al público, presentaban fuentes con varios diseños y estilos. Haciendo eco de lo tratado por Maurice Agulhon, y que es citado por Gutiérrez Viñuales (2004), se puede afirmar la existencia o el desarrollo de una “era de la fuente pública”, con connotaciones conmemorativas y que servían como soporte y complemento a las obras escultóricas principales, y que por su nexo progresista, pues mostrar cómo se lleva el agua corriente hasta una plaza principal, queriendo decir que la ciudad tiene acceso al agua y por tanto a la higiene, entonces, se consideraron elementos que aparte de ser funcionales, sean estéticamente presentables.<sup>44</sup> Como la creación de fuentes, a lo largo de América en el siglo XIX, respondió a la monumentalización del progreso, estas creaciones se vinculan a la prosperidad, pues la captación y traslado del agua fue uno de los desafíos fundamentales de los gobiernos y, lógicamente, la edificación de una fuente obedeció a la idea de exhibición de los logros para la ciudad. Por lo tanto, la existencia de la fuente no es coincidencia, el agua fluyendo significaba para el habitante de la ciudad, el signo más fehaciente del progreso de su ciudad, y por ende algo innovador, que a su vez hace referencia a la higiene pública, que será determinante para la comprensión de un concepto de desarrollo, no sólo urbano, sino también social. La utilización del chorro en una fuente, en la que estaba representada una figura escultórica, aporta a la concepción estructural de la obra, pues el dinamismo producido por el agua, aleja lo estático que la escultura por sí sola no puede proporcionarle a la percepción de la obra. Entonces, podemos afirmar que, a diferencia de Quito, en Guayaquil la escultura de Sucre, de manera inicial, se levantó a inicios del siglo XX, lo que demuestra que no había tanta urgencia, y aunque se menciona que había que cumplir con la deuda patriótica, las razones para levantarla no responden a la necesidad de crear la imagen de un héroe, como de alguna forma se configuró en Quito,

pues en Guayaquil, esa función ya la cumplirían las imágenes de Vicente Rocafuerte y José Joaquín de Olmedo.

Cabe resaltar, que en los documentos analizados se deja en claro que héroes de la independencia serán aquellos que actuaron en la gesta del 09 de octubre de 1820, quedando excluidos de esta denominación, los que protagonizaron durante la batalla de Pichincha en 1822. Por ello, incluso se puede afirmar que hasta en la ciudad de Cuenca, aunque toman como motivación el levantar el busto de Sucre, por ser un personaje extranjero, su permanencia no será relevante, y funciona su imagen como un hito de referencia geográfica dentro de la ciudad, y eso se confirma, pues el busto de Sucre fue realizado en mármol y no en bronce, como lo dice Gutiérrez Viñuales (2004), material reservado para aquellos relevantes y de permanencia en la memoria. Creemos que, en el caso Guayaquil en particular, más bien, la escultura de Sucre, marca la presencia de la revolución industrial, que potenciaba a la vez la imagen francesa en la ciudad moderna, cuestión bastante frecuente, incluso en la propia Guayaquil, con las esculturas ubicadas en las entradas al Parque 9 de octubre o en ciudades como Riobamba, con el caso de la fuente de Neptuno. No decimos que la obra no fue inaugurada en el contexto patriótico nacional, pero dentro de la categorización de elaboración de esculturas públicas en el Ecuador, esta figura se encuentra en aquellas que cumplen con reconocimiento a los guerreros de la independencia, como servidores, pero que no comparten, los mismos valores patrióticos locales autóctonos, a ser difundidos dentro del imaginario social.

*A modo de conclusión: Lo no resuelto. La popularidad de la imagen de Sucre y la legitimidad del poder*

Después de cada inauguración de las esculturas de Antonio José de Sucre se generaron actas y memorias escritas de lo ocurrido y según los comentarios realizados, la presentación de la escultura en todas las instancias fue exitosa. Sin embargo, en el caso de Quito existen manuscritos elaborados por autores que firman con seudónimo, donde se expone oposición y resistencia a la escultura, incluso antes de su inauguración. Con la firma de X.X. se encontró el documento fechado, del 24 de julio de 1892, en el que señala que la anterior propuesta realizada por el artista español José González y Jiménez fue en vano juzgada negativamente, y afirma que la composición de la escultura aprobada, ejecutada y pronto a ser inaugurada “ha sido poco acertada, y que (...) habrá de ser reemplazada algún día por otra que merezca ser ornato de (...) la capital” (ESCULTURA SUCRE, 1874, p. 10) porque representa a Sucre como un signo convencional, que no se parece al Mariscal. Claramente, los padrinos de González y Jiménez y otros que

seguramente estuvieron a favor de su obra, hablan a través de estas publicaciones, justificando la belleza de la escultura realizada por el español, pero también, se nota que hay resistencia a la imagen emplazada, por haber sido una imagen elaborada de forma estandarizada y aceptada por el oficialismo.

Como lo manifiesta Weber, la resistencia surge, pues se desatendió los límites tradicionales del poder en los que hay respeto a los derechos individuales que son inherentes al ciudadano e implican un límite a todo posible avasallamiento por el Estado. El imponer un retrato, asumiendo que este es innegablemente al personaje a representar, incluso si quienes lo conocieron son testigos de esa imposición, da paso a la resistencia y al rechazo. En lo estético, la crítica hace alusión a la carencia de elegancia, explican que se trata de una representación forzada, que no refleja en verdad las glorias del héroe y que no logra conectarse con su figura y con la idealización realizada hace varios años por la propia historiografía ecuatoriana y regional. El manuscrito de XX finaliza con una nota de resignación, en la cual, dice que, al fin y al cabo, hay una estatua de Sucre pese a las dificultades y que, ante la situación, los ciudadanos deben enorgullecerse (ESCULTURA SUCRE, 1874, p. 10). Aunque, es evidente que la municipalidad de Quito está consciente de que su actuación con relación a la realización de la escultura no estuvo del todo acertada, asumen que la obra es lo que necesitaba la ciudad para pagar “la deuda de gratitud”. Una suerte de aceptación se recoge en el documento referente a la inauguración del monumento, en el que se indica, que algunos hubieran preferido verlo en combate, pero la actitud tranquila y sobria demuestra carácter valeroso (TERÁN, Diario Oficial, 1892; FERNANDEZ SALVADOR, 2015).

**Figura 4-** escultura de Sucre.



*Escultura, A. José de Sucre. Colección Manuel Jesús Serrano, Instituto Nacional de Patrimonio Cultural, ca. 1930 – 1940.*

La figura de Sucre se convirtió en un modelo que como hemos visto fue aplicándose paulatinamente, primero en las ciudades más importantes para luego aparecer en poblaciones a lo largo y ancho del Ecuador, por ejemplo, en Girón, Provincia del Azuay, en la Casa de los Tratados, donde se puede encontrar un obelisco conmemorativo, que en su cúspide tiene un busto de Sucre realizado por el escultor azuayo B. Vintimilla. La temática de Sucre será un género que fue poblando en el Ecuador, -sea en el arte hasta incluso en la nomenclatura- dentro de un proceso al que Gutiérrez Viñuales (2004) describe como la democratización iconográfica urbana, en el que se incorpora el concepto de Sucre como la encarnación del fiel y devoto ciudadano. Por tal razón, hay una disposición estética en torno a la obra de arte, pues el ser levantada e inaugurada da a lugar a que sea reconocida como legítima. Al legitimarla, se admite, se acepta y hasta se imponen normas relacionadas con la percepción alrededor de la obra artística, que define tácitamente lo que representa como único y legítimo. La obra de arte es aquello que exige ser percibido según o no una intención estética, haya o no sido producido con arreglo a una intención artística.

La legitimidad del poder descansa en la santidad de ordenaciones y poderes de mando heredados que se vuelven inmemoriales, creyéndose en ella en méritos de esa santidad. El Concejo Municipal de Quito toma la figura de Sucre como sujeto de su propia representación, en virtud de reglas tradicionalmente recibidas. Weber (2004) menciona que hay una “asociación de dominación” determinada por la comunidad, que ve al representado como una extensión del soberano, un señor personal y su entorno está constituido por “servidores”, por ello, los dominados no son “miembros” de la asociación sino súbditos.<sup>45</sup> Las relaciones que llevará el personaje con su entorno no se determinan por el deber objetivo del cargo, sino por la fidelidad personal de quienes le sirven. Los dominados, no obedecen a disposiciones establecidas, sino a la persona llamada por la tradición- el representado- y los mandatos de esta persona son legítimos. La fuerza de la tradición señala “inequívocamente el contenido de los ordenamientos, así como su amplitud y sentido tal como son creídos, y cuya conmoción por causa de una transgresión de los límites tradicionales podría ser peligrosa para la propia situación tradicional [...]”. (WEBER, 2004, p.20) El Concejo Municipal y el poder local en sí está hablando a través de la figura de Antonio José de Sucre, entonces, la estatuaria pública fue la respuesta pero también la herramienta luego de los debates con relación a lo que se debía o no conmemorar, y ciertamente existen importancia a la gesta de la independencia, pero por

ser internacional, cambia su relevancia, por ello, en Quito al desarrollarse la Batalla de Pichincha consideran su héroe al Mariscal Sucre, distinto a Guayaquil y Cuenca donde será un personaje más del proceso independentista.

Finalmente, la obra escultórica es el esfuerzo consciente que da forma a la memoria oficial y de esa manera, el oficialismo se ampara en la construcción y administración de obras monumentales en el espacio público. El crear memoria, o como lo dirá Pierre Nora (1989), donde esta se cristaliza, es donde también se segrega y eso pasa en un momento histórico particular. Existen sitios de memoria, porque ya no hay entornos reales de memoria, o al menos el acceso a estos no es frecuente. En las nuevas naciones, la independencia se extendió a las sociedades históricas, que generaron la historia, pero fue necesario entonces crear memoria para acercar el pasado, y de esa manera se siga percibiendo. La escultura funciona como ese medio de comunicación y de extensión del pasado, que a la vez complementa los textos que se generan de parte de la Academia de Historia del Ecuador, (BUSTOS, 2017) como también por si sola habla, pues es un documento de su tiempo. Como la memoria es vida, permanece en constante evolución y está abierta a la dialéctica de recordar y olvidar inconscientemente, es vulnerable a la manipulación y a la apropiación, porque es susceptible de estar largo tiempo dormido y revivir de forma periódica (NORA, 1989). Por ello, la escultura de Sucre era emergente, pues considerando que la memoria, en cuanto afectiva y mágica, sólo acomoda aquellos hechos, y al hacerlo nutre de recuerdos, que pueden estar desenfocados o simbólicamente sensibles a cada fenómeno, a toda censura o proyección, permite unir al grupo, ante el cual se mostrará como algo real, que se instala en el recuerdo como algo sagrado. El recuerdo es por naturaleza múltiple, pero específico, colectivo, plural, e individual, que se arraiga a lo concreto en espacios, imágenes y objetivos, es decir, se vuelve absoluto (NORA, 1989). Rodríguez Viñuales hace hincapié en el carácter popular de las obras que recogían hechos históricos, que intentan una particular visualización, fundamentados en las características de un realismo imaginado y seleccionado, con elegancia neoclásica, a fin de insertar parámetros estilísticos individualizados, que resulta en “el más rotundo y coherente testimonio plástico de la expresión cultural de un continente que alcanzaba la edad de la razón” (GUTIÉRREZ VIÑUALES, 2003, p.285).

#### **Referencias bibliográficas:**

ARCHIVO HISTÓRICO DE QUITO. *Documentos sobre la estatua del Gran Mariscal de Ayacucho, 1874 a 1892*, 1891.

ARCHIVO HISTÓRICO DE QUITO. Carta de Clemente Ballén, Consulado General del Ecuador, París, 30 de enero de 1889, *Documentos sobre la estatua del Gran Mariscal de Ayacucho, 1874 a 1892*, p. 103b, 1891.

ARCHIVO HISTÓRICO DE QUITO. Carta de José Gonzáles y Jiménez a la Municipalidad, Quito, 22 de febrero de 1877, *Documentos sobre la estatua del Gran Mariscal de Ayacucho, 1874 a 1892*, pp. 30-50, 1891.

ARCHIVO HISTÓRICO DE QUITO. Cartas de Lucio Salazar al presidente del Ilustre Consejo Municipal, Quito, 22 y 29 de enero de 1887, *Documentos sobre la estatua del Gran Mariscal de Ayacucho, 1874 a 1892*, p.70-72, 1891.

ARCHIVO HISTÓRICO DE QUITO. Escritura de contrato Celebrado entre el Ilustre Concejo Municipal y el Sr. José González y Jiménez, Quito, 10 de septiembre de 1874 en: *Documentos sobre la estatua del Gran Mariscal de Ayacucho, 1874-1887*, 1891.

ARCHIVO HISTÓRICO DE QUITO. Informe del Ing. Gualberto Pérez, Quito, 15 de julio de 1887, *Documentos sobre la estatua del Gran Mariscal de Ayacucho de 1874 a 1892*, 1891, pp. 63a -64.

AVILÉS, Efrén; HOYOS, Melvin. *Monumentos, Plazas y Parques de Guayaquil*. Ed. 1, Guayaquil, Poligráfica, 2009.

BAQUERIZO, Alfredo. Discurso pronunciado a nombre del Comité Sucre en el festival organizado para el 24 de mayo de 1900, en: *Homenaje a Sucre, Álbum Conmemorativo formado por el Comité Sucre con ocasión del hallazgo de los sagrados restos del Gran Mariscal Sucre*, Guayaquil, Imprenta “La Nación”, 1900, Biblioteca Aurelio Espinoza Polit, Sección Impresos digitales siglos XVII, XVIII, XIX, Autores conocidos, Antonio José de Sucre.

BAUZA, Hugo Francisco. *El Mito del Héroe, morfología y semántica de la figura heroica*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2007.

BIBLIOTECA AURELIO ESPINOZA POLIT, *Escultura de Sucre 1874*, Documentos referentes a la Escultura proyectada e inaugurada de Sucre, Quito, 2014.

BIBLIOTECA AURELIO ESPINOZA POLIT, *Inauguración de la Estatua del Mariscal D. Antonio José de Sucre en Quito el 10 de agosto de 1892*, Quito, Publicación Municipal, Imprenta del Clero, 1892, en: Impresos digitales siglos XVII-XVIII-XIX, 2014.

BIBLIOTECA AURELIO ESPINOZA POLIT, *Inauguración de la Escultura de Sucre*, Quito, mayo 1892, en: Impresos digitales siglos XVII-XVIII-XIX, Autores conocidos, Antonio José de Sucre, folio: FAA\_02\_313a/.

BUSTOS LOZANO, Guillermo. *El culto a la nación: escritura de la historia y rituales de la memoria en Ecuador, 1870-1950*, Quito, Fondo de Cultura Económica, 2017.

CÁCERES SANTACRUZ, Nataly Andrea. Los manuales de cocina y urbanidad, un elemento clave para la moralización de las costumbres en Quito durante el siglo XIX y principios del siglo XX, *Revista História e Cultura*, v.7, n.2, 2018, Disponible en: <<http://dx.doi.org/10.18223/hiscult.v7i2.2686> >.

CASTIÑEYRA FERNÁNDEZ, Patricia. Arte y expresión en el pensamiento de E. H. Gombrich, *Panta Rei. Revista Digital de Ciencia y Didáctica de la Historia*, pp. 59-70, 2014.

CORDERO JARAMILLO, Leoncio. El Primer monumento de Sucre en Cuenca, *Revista Apuntes. Órgano de Opinión de la Asociación de Ejecutivos de Cuenca*, Cuenca, n.16, año 7, pp. 20-30, marzo de 1990.

DIARIO LA NACIÓN, Guayaquil, n.9, 27 de diciembre de 1894.

FERNÁNDEZ-SALVADOR, Carmen. De monumento a cuerpo: reinventando la memoria de Sucre en Quito (1892-1900), *19&20*, Rio de Janeiro, v. X, n. 2, jul./dez, 2015. Disponible en: <http://www.dezenovevinte.net/uah2/cfs.htm>

GUTIÉRREZ VIÑUALES, Rodrigo. *Construyendo las identidades nacionales en: Manuel Chust, Víctor Mínguez, La construcción del héroe en España y México*, Valencia, Universitat de Valencia, 2003.

GUTIÉRREZ VIÑUALES, Rodrigo. *Monumento conmemorativo y Espacio público en Iberoamérica*, Madrid, Catedra, 2004.

Los Hombres de bien, *Estatua de Sucre*;; Guayaquil, 08 de enero de 1887, Imprenta Nacional., Impresos digitales siglos XVII-XVIII-XIX, folio DSC 09662., Quito, Biblioteca Aurelio Espinoza Polit, 2014.

MOLTALVO, Juan. *El Regenerador*, Ambato, Ediciones Casa Montalvo, 2011.

RIVADENEIRA, Manuel. “A la Municipalidad de Quito”, *Escultura de Sucre 1874*, Quito, Biblioteca Aurelio Espinoza Polit, 2014.

RODRÍGUEZ CASTELO, Hernán. *Panorama del Arte*, Biblioteca ecuatoriana de la familia, Quito, Casa de la Cultura Ecuatoriana, 1993.

NORA, Pierre. *Between Memory and History: Les Lieux de Memoire. Representations*, University of California Press, no. 26, Special Issue: Memory and Counter-Memory, Primavera, 1989, pp. 7-24.

WEBER, Max. “Tipos de dominación”, *Economía y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*, México, Fondo de Cultura Económica, 2004.

---

<sup>1</sup>Parte de esta investigación fue presentada y publicada en las memorias del VI Encontro do Grupo de Trabalho da Associação de Historiadores Latino Americanistas e Europeus (AHILA): “Trabalho Intelectual, Pensamento e Modernidade na América Latina, séculos XIX e XX”: Cultura e História na Criação Intelectual na Europa e na América Latina, Séculos XIX e XX, desarrollado en la Universidad de Sao Paulo en el mes de mayo del 2018. El documento actual es una actualización del tema y se deslinda de

la tesis doctoral *Esculpiendo la nación. La conformación de la escultura monumental pública en el Ecuador de 1880 a 1935*, que se encuentra en proceso de finalizar.

<sup>33</sup>El primer entierro de Sucre fue en el bosque de Berruecos donde fue asesinado. Luego fue trasladado a la hacienda el Deán, propiedad de Mariana Carcelén, y después de un tiempo trasladado frente al altar mayor de la iglesia del Monasterio del Carmen Moderno en Quito. Casi 70 años más tarde, fue trasladado a un mausoleo en la Catedral Primada de Quito.

<sup>34</sup>José González y Jiménez, español nacido en Granada. Realizó sus estudios en Roma. Llegó al Ecuador para ser maestro de la Escuela de Bellas Artes en Quito. Manuel Antonio Rivadeneira Heredia y su hija Emilia propusieron la realización de una escultura de Sucre-en mármol o en bronce- para adornar una de las plazas de Quito. González y Jiménez realizó un boceto en arcilla plástica y luego elaboraron la escultura en yeso en tamaño natural. (ESCULTURA SUCRE, 1874, p.7).

<sup>35</sup>Nació en Quito en la parroquia de San Marcos en 1814. Impresor y tipógrafo profesional. Imprimió el periódico “El Pueblo” (1850), en defensa del gobierno de Manuel Ascázubi y Matheu, y en diciembre de ese mismo año el periódico “La Paz”. Artífice de sellos o estampillas para portes de correo. Junto con sus hijos Emilia y Rafael manejaron la imprenta denominada “De la Nación”. Murió el 13 de marzo de 1894.

<sup>36</sup>Equivalente al mármol italiano de segunda clase.

<sup>37</sup>La obra se fijó en diez mil pesos pagados en dividendos “el primero, inmediatamente que se apruebe el boceto; el segundo cuando este el grupo vaciado en yeso; el tercero, cuando esté concluido dicho grupo en piedra de cantero, jaspe o mármol, i el cuarto después de colocado en el lugar que se designa” (GONZALEZ Y JIMENEZ, 1891, p. 49).

<sup>38</sup>Es posible que el origen del artista haya influenciado en la decisión de rechazar la obra planteada. Rivadeneira menciona que existía cierto rencor hacia España, pero manifiesta que “la ruindad salvaje debe quedar para seres degradados, no para quien abriga un alma generosa, cuál debe ser la de un republicano y la de quien lleve en sus venas una gota de sangre española”. Rivadeneira argumenta que hay aprovechar el genio constructor y que no debe ser desdeñado por ser español. En los archivos del Concejo Municipal no hay una respuesta clara a la afirmación realizada por Rivadeneira, pero menciona que la figura de Sucre proyectada por el artista español evoca un amor entre los personajes. (ESCULTURA SUCRE, 1874).

<sup>39</sup>Manuel Llorente se indigna al ver a Sucre sometiendo a España en la figura del León jadeante y moribundo. Por lo que considera es una ofensa para la madre patria por eso Caamaño atiende la solicitud de su amigo y procede a la mutilación de la escultura.

<sup>40</sup>Lluqui significa en quichua zurdo. (RODRÍGUEZ CASTELO, 1993, p.113).

<sup>41</sup>Se trata del Comité en Pro monumento de José Joaquín de Olmedo para Guayaquil que coincidentemente también estaban realizando las gestiones para la elaboración de la escultura monumental del guayaquileño, y que llegaría al Ecuador al mismo tiempo que la de Sucre. (BALLÉN, 1889, p. 119).

<sup>42</sup>Sobresalió el carro alegórico de Colombia, arrastrado por “cuatro briosos caballos negros de dorados cascos, [...] sobre una alta pirámide destacaba [...] una niña que representaba a la libertad; [...] cubierta con una túnica blanca de seda y empuñando una espada”. El carro del Ecuador tenía “el escudo nacional. En el centro [...] el Pichincha, cubierta la cima de nieve [...]. En el propio lecho de la montaña se hallaba recostada una niña que representaba la Libertad, lujosamente vestida de guerrero romano”. (INAUGURACIÓN, 1892, BAEP, 2014).

<sup>43</sup>Este espacio corresponde a un parque ubicado entre el Palacio Municipal y la Gobernación del Guayas en el que ahora se levanta el monumento de la Fragua de Vulcano. En 2004, el Centro de la ciudad de Guayaquil comienza a ejecutar el Programa de Regeneración Urbana implementado por la alcaldía y el monumento con todos sus elementos, incluso la base, fue reubicada la Plaza de la Administración en la intersección de las calles Pichincha y Clemente Ballén.

<sup>44</sup>Una operación de desvío de aguas concluye en una fuente, y la tradición, además de la euforia que suscita esta novedad, exige que las fuentes sean bellas o monumentales. Por tradición colonial la presencia de la fuente servía para definir los barrios, pues funcionaba como un sitio de recolección de agua por sectores y un lugar de encuentro. Ya en el siglo XIX e incluso en el siglo XX, su presencia en la ciudad refiere a la higienización pública y a la conmemoración. (GUTIÉRREZ VIÑUALES, 2004, pp. 77-93)

<sup>45</sup>Weber (2004) refiere acerca de la dominación tradicional en el sentido de que es imposible la creación deliberada, por declaración, de nuevos principios jurídicos o administrativos. De hecho, las nuevas creaciones efectivas sólo podrían ser legitimadas por considerarse válidas de antaño y ser reconocidas por la sabiduría tradicional. El arte oficial en el espacio público, aunque no haya

vido del agrado de quienes lo observaban, se esperaba que con el tiempo fuera un objeto de aceptación, aunque como es evidente, no sólo no se logró, sino que está invisibilizada para propios y extraños.

Artigo recebido em 14 de setembro de 2021.  
Aceito para publicação em 13 de janeiro de 2022.

# RELAÇÕES SOCIAIS E DE PODER NA MANAUS DA BORRACHA ATRAVÉS DO ESTUDO DE REMÉDIOS HISTÓRICOS.

## SOCIAL AND POWER RELATIONS IN THE RUBBER MANAUS THROUGH THE STUDY OF HISTORICAL REMEDIES.

Samuel Lucena de MEDEIROS\*

Tatiana de Lima Pedrosa SANTOS\*\*

**Resumo:** Estudos interdisciplinares na Arqueologia buscam, através dos artefatos, construir inferências várias, entre elas as socioculturais. Assim, escolhendo como amostras três marcas de remédio comercializadas na Manaus do final do século XIX e início do XX (*belle époque*) - “Tiro Mortal de Lemos”, “Leite de Magnesia de Phillips”, e “Lab. Francisco Giffoni”, apresenta-se neste trabalho colocações teóricas a respeito do poder simbólico e relações de poder ligadas a elas. A partir das considerações levantadas, pode-se entrever um possível sistema simbólico e cultural ligado aos artefatos, o qual permitiria a manutenção de uma realidade cotidiana conflituosa, onde se buscava negar um passado real de emprego de práticas de saúde locais (indígenas/caboclas), e exigia a adoção de um sistema de Estado e comércio legitimado pela ideia da medicalização oficial.

**Palavras-chave:** Arqueologia Histórica; História do Amazonas; Belle Époque; Consumo; Relações de Poder.

**Abstract:** Interdisciplinary studies in Archeology seek, through artifacts understood as bridges to cultural phenomena, to build inferences on social, cultural, economic ways of life, symbolic and power relations, among others. Thus, as the three brands of medicine marketed in Manaus during the late 19th century and early 20th century (*belle époque*) are delegated, this work presents theoretical statements about symbolic power and power relations, as well as those that they relate to material culture and that manifest themselves socioculturally through processes of production, legitimation, reproduction and definition of symbolic meanings inserted in the local context of the sociocultural shocks of “modernization” in the field of representation, linked to the three brands of medicine studied: “Tiro Mortal de Lemos”, “Phillips' Milk of Magnesia”, and “Lab. Francisco Giffoni”. From the considerations raised, it is possible to glimpse a possible symbolic and cultural system linked to the artifacts, which would allow the maintenance of a non-harmonious daily reality, where an attempt was made to deny a real past of use of local health practices (indigenous/caboclas), and demanded the adoption of a system of State and commerce legitimized by the idea of official medicalization.

**Keywords:** Historical Archaeology; History of the Amazon; Power Relations.

---

\*Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH/UFAM). Pesquisador do NIPAAM e do Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza (SEC/AM). E-mail: samuelmedeiroscomp@gmail.com.

\*\*Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGH/PUCRS). Coordenadora do NIPAAM. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: tatixpedrosa@yahoo.com.br.

## *Relações de Poder e Cultura Material na Belle Époque manauara: Introdução*

Os estudos relacionados à temática das relações de poder ou relações socioculturais engendradas em mecanismos de controle (direto ou indireto) e legitimação por parte de grupos e/ou classes sociais dominantes ganharam lugar no interesse acadêmico especialmente a partir dos anos 1960 e 1970, quando teóricos como Bourdieu e Foucault (e Elias décadas antes, ainda que incipientemente) apresentaram discussões acerca das relações sociais desenvolvidas sob condições de contraste e conflito entre as partes.

Quando, no trabalho “O poder simbólico”, Bourdieu (1989) destaca que o campo onde ocorrem tais relações de poder é, na verdade, um campo quase invisível, que não aparenta claramente ser o que é, traz-nos uma tarefa que requer cuidado e atenção, e é esta: procurar investigar a manifestação do poder simbólico em lugares e situações que aparentemente não o manifestam, em problemas que, *a priori*, desconsideravam ou escondiam relações conflituosas no campo social das representações. Conforme diz:

No entanto, num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que – sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de “círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma” – é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 1989, p.7-8).

Qual dos quadros contextuais históricos que melhor poderia exemplificar a tentativa de encobrir disparidades no campo simbólico e também material para a região amazônica que a chamada *belle époque*? Em sua representação clássica, pode-se vislumbrar o fulgor da sociedade da borracha, onde a riqueza e a opulência propositalmente representadas e reificadas escondem os desfavorecidos e não legitimados pelo capital econômico e cultural, no que Dias (2007) chamará argutamente de “A ilusão do Fausto”. Nesse quadro de escondidas relações aparentemente mediadas por estruturas estruturadas, quando são, ao mesmo tempo, estruturas estruturantes, é que os trabalhos mais recentes buscam encontrá-las e estudá-las, partindo de abordagens históricas e também arqueológicas.

Aspectos intrínsecos à experiência humana, como o nascimento, os ritos de passagem, a procura por satisfazer as necessidades fisiológicas, a preocupação com a

qualidade ou manutenção da vida, não são de todo neutros, ou melhor, destituídos de interferências de origem social e cultural, respondendo a fatores externos, criados ou não pela transformação da natureza. Ora, a preocupação com a saúde/doença é um deles que, além de estar ligado ao instinto, recebe as lentes do universo simbólico e imaterial, podendo ser emissor ou receptor de significados, como se verá mais à frente. Para a Manaus da borracha não é diferente, acrescente-se contextos e situações próprias. Aqui, destaca-se a investigação do poder simbólico e das relações de poder.

Indo mais adiante no recorte de problemática, surge então a pergunta: como é possível abordar e estudar o que se observa no campo da saúde entre o final do século XIX e início do século XX numa *Manáos* bombardeada pelo mercado de importação e formalização da saúde? Buscando entrever tais aspectos, escolheu-se dentre um universo amostral de artefatos histórico-arqueológicos, que se trata de recipientes de remédio, três marcas comercializadas na capital do Amazonas, que serão ao final analisadas: “Tiro Mortal de Lemos”, “Leite de Magnesia de Phillips”, e “Lab. Francisco Giffoni”.

Para a presente pesquisa, busca-se, a partir da visitação a colocações teóricas a respeito do poder simbólico e relações de poder vinculadas à dinâmica da cultura material<sup>1</sup>, discutir as possibilidades de seus estudos interpretativos ligados à Arqueologia Histórica e Interdisciplinaridade, em especial na apresentação das considerações preliminares dos aspectos socioculturais (Relações de poder, status social e econômico e alcance / acesso) ligados às três marcas de remédio estudadas. Para tal, o cruzamento das possibilidades teóricas de se pensar as dinâmicas entre a materialidade e a sociedade múltipla da Manaus antiga com sua representação, ou seja, a materialidade e imaterialidade decorrente das transformações do período, é de essencial composição no entrever das relações no campo simbólico e representacional, que dizem sobre distinção social, status, poder e acesso a bens de consumo distintos, por exemplo.

Bourdieu (2009), em “Economia das Trocas Simbólicas”, traz-nos a concepção de uma sociedade configurada como um campo de relações conflituosas em constante choque, onde a linguagem se mostra através de símbolos e significados. As classes e suas posições, o campo religioso, o mercado de bens simbólicos, o poder em suas diversas facetas, entre outros, são explorados a partir da perspectiva do poder simbólico.

Quando se considera o contexto da *belle époque* Manauara, podemos ver sendo construídas, através dos projetos de modernização e organização da malha urbana, formas de distinção social através da legitimação conseguida por apoio das estruturas estruturantes, como as noções de “destino”, “sorte”, “deus”, organização social capitalista

naturalizada, o recente Estado republicano, entre outras (DIAS, 2007; PINHEIRO, 2015). Um poder que se manifesta não apenas nas relações sociais ou no intangível, mas também no estilo arquitetônico e decorativo dos prédios exigidos pelos padrões de “modernidade” europeia e os códigos de postura do município, todos distinguindo e separando por status de “cultura”, ou seja, erudição, e status econômico, pelo custo da obra como um todo (MESQUITA, 2006; SAMPAIO, 2016). Dessa forma, a “erudição” distintiva das classes mais abastadas além de ser mantida por instituições, é ela mesma uma forma de reforçar a distinção entre quem pode ter acesso ou não a determinado produto cultural.

Por este motivo, são acessíveis apenas aos detentores do manejo prático ou teórico de um código refinado e, conseqüentemente, dos códigos sucessivos e do código destes códigos. Destarte, enquanto que a recepção dos produtos do sistema da indústria cultural é mais ou menos independente do nível de instrução dos receptores (uma vez que tal sistema tende a ajustar-se à demanda), as obras de arte erudita derivam sua raridade propriamente cultural e, por esta via, sua função de distinção social, da raridade dos instrumentos destinados a seu deciframento, vale dizer, da distribuição desigual das condições de aquisição da disposição propriamente estética que exigem e do código necessário à decodificação (por exemplo, através do acesso às instituições escolares especialmente organizadas com o fim de inculcá-la), e também das disposições para adquirir tal código (por exemplo, fazer parte de uma família cultivada) (BOURDIEU, 2009, p.116-117).

Tratando-se da Sociogênese e Etnogênese, Elias (2001), ao falar do processo civilizador, conceitua a sociogênese da cultura a partir de duas óticas: a alemã e a francesa. A cultura é vista como um conjunto de decisões arbitrárias. No contexto alemão não depende de inovações tecnológicas ou avanços econômicos, mas está ligada a valores morais; no contexto francês, ligada a tudo o que externaliza a supremacia francesa e a noção de bons costumes, pode-se confundir-se com o conceito de civilização alemã.

É imprescindível considerar para o contexto manauara da belle époque uma aplicação da noção de bons modos, etiqueta, e costumes, que pode ser exemplificada nos códigos de postura da cidade. Não apenas isso, mas também vemos a aplicação de projetos de “modernização”, sendo a tradução do empenho em “civilizar” os trópicos. Mais intensamente na última década dos oitocentos, Manaus passaria por uma grande transformação, implícita e explícita ao mesmo tempo. Enquanto havia grande preocupação com a imagem da cidade enquanto urbes, visando atrair investimentos e incrementar o comércio, havia também a de mostrar a “Paris dos Trópicos” como limpa, bonita e organizada. Além disso, salubre, saudável, segura para a saúde pública. Contudo, no afã de transformação a mais rápida possível, para além da formosura e organização

implantada com base em ideais europeus, houve um preço no que tange às configurações socioculturais locais.

A tarefa de edificação da “nova” sociedade, moderna, dinâmica, civilizada, só parece possível pelo avanço da europeização, entendendo-se por ela, a gradual, mas contínua substituição da população indígena e cabocla por um fluxo migratório capaz de transferir também novos valores culturais (SANTOS JÚNIOR, 2010, §48).

A *belle époque* manauara foi marcada pela mudança, mas uma mudança que perde em sutileza e ganha na substituição e imposição. Esse processo, que na sua maioria das vezes é salientado como um tempo de prosperidade econômica, social, política e cultural, silencia um outro que foi traumático, não para as elites da época, mas para quem vivia à margem, ou na periferia deste processo. Sobre o assunto, há o exemplar ensaio de Ednea Dias Mascarenhas, “A Ilusão do Fausto” (2007), que já pelo próprio título, bastante explicativo, desmascara a imagem de uma sociedade opulenta, ausente de conflitos e deficiências.

Quando se muda a malha urbana, aterra-se igarapés, favorece-se ondas migratórias ou as causam, os planos do Estado para atrair investimentos externos atraem também as patologias depois chamadas de “patologias da borracha” (GALVÃO, 2003). Ao mesmo tempo, formaliza-se o acesso às práticas de manutenção da saúde, quando se proíbe a manipulação ou utilização de métodos caseiros medicamentosos e se legitima as instituições de saúde, farmácias e serviços de médicos registrados. As formas de legitimação dessa “nova era” que chegava para os amazônidas não se faziam somente pelos meios facilmente visíveis, identificáveis aos indivíduos nela inseridos. Com o conflito nos campos material, simbólico, e outros a eles relativos, a valorização de um discurso oficial, de “cultura ocidental”, em detrimento de uma bagagem etnocultural amazônica, pode-se pensar até que ponto seus alcances são hoje sentidos.

**Figura 1**– Salão Nobre do Teatro Amazonas, exemplo de arte erudita e opulência.



Fonte: FIDANZA, 1902, p.116.

**Figura 2** – Igarapé do Espírito Santo antes de ser aterrado para se construir a Av. Eduardo Ribeiro.



Fonte: Brasiliana Fotográfica, c.1875.

O projeto de civilização na *belle époque* cria um grande espaço entre os grupos menos favorecidos e o acesso à saúde. Além de serem obrigados a comunicar as autoridades da Superintendência de Higiene sempre que houvesse doentes em casa – os casos de hanseníase e elefantíase são exemplares, os manauaras estavam proibidos de manipular qualquer medicamento por conta própria, podendo ser enquadrados em prática ilegal de medicina, com multa e prisão (SAMPAIO, 2016). Em 1848, o Art. 33 do Código de Posturas Municipais já empunha proibições:

Toda a pessoa, que se intitular Pajé, ou que a pretexto de tirar feitiços, se introduzir em qualquer casa, ou receber na sua alguém para **simular**

**curas por meios supersticiosos, e bebidas desconhecidas** [...] incorrerá na multa, assim como o dono da casa, [...] ou oito dias de prisão, em qualquer dos casos (SAMPAIO, 2016, p.19 e 22. Grifo dos autores).

Em 1896, sob a égide da República e sua ideia de “progresso”, intensificada pela cultura “civilizatória” da *belle époque* manauara, a Lei nº49 de 24 de novembro, que promulga o Código de Posturas Municipais, traz em seu capítulo XII enrijecimentos e penas aumentadas às infrações:

Art. 172 – Todo aquele que **exercer a medicina sem habilitação legal** incorrerá na multa de 50\$000 réis ou sofrerá 5 dias de prisão. [...] Art. 175 – É proibido, sob pena de 20\$000 réis de multa: [...] b) Deixar de transcrever no vaso ou invólucro do remédio a **receita médica**; c) Deixar de lacrar e selar as garrafas com o **selo da farmácia**. (SAMPAIO, 2016, p.137. Grifo dos autores).

Com o código de 1910, como em resposta à continuação do uso informal de remédios caseiros, manipulados sem o controle dos fiscais da Intendência de Saúde e também comercializados, é promulgado, no capítulo XV: “Art.236 – Unicamente às **farmácias e drogeries** é permitido vender **drogas e medicamentos, ou preparados medicinais, nacionais ou estrangeiros**. Aos contraventores, multa de 100\$000”. (SAMPAIO, 2016, p.196. Grifo dos autores).

As preocupações médico-higienistas do poder público pareciam ter por objetivo o controle dos aspectos cotidianos das populações locais (SANTOS JÚNIOR, 2008), seja pela proibição de práticas consideradas “tradicionalmente amazônicas”, até legar a exclusividade de acesso aos cuidados para com a saúde às instituições e estabelecimentos comerciais, principalmente. Acontece, no entanto, que nem todos poderiam arcar com os custos de uma consulta médica ou o medicamento vendido nas farmácias. Para limitar ainda mais o acesso dos grupos menos favorecidos, grande parte dos medicamentos comercializados na cidade era importada, conseqüentemente elevando seus preços, especialmente se eram produtos estrangeiros.

Du Gay (2003), apresenta-nos uma forma ao mesmo tempo cíclica e aberta da circulação dos bens culturais no que chama de “Circuito de Cultura”, onde as produções culturais passam pelos âmbitos da identificação, produção, consumo, regulação e representação. A ressignificação constante é o ponto chave de suas análises. Assim, partindo de seu ponto de vista, o produto ou bem cultural que chega até os indivíduos jamais é o mesmo daquele produzido anteriormente, ao menos no que diz respeito à sua

significação, ou seja, do que representa para os consumidores enquanto cultura e economia.

Quando chegavam os produtos da Europa à “Paris dos trópicos”, recebiam mais carga simbólica, quer-se dizer, tinham seu valor aquisitivo aumentado pela regulação do mercado local, que se especializara em importações, onde os produtos locais eram decaídos para que, através de uma aplicação, os importados tivessem seu preço aumentado e seu valor ressignificado (DIAS, 2007).

O comércio de Manaus passou a depender de produtos importados dos mais diferentes pontos da Europa e do país: água mineral, azeite-doce, amêndoas, bacalhau, batata, biscoito, tecidos, conservas, doces, feijão, aguardente, material elétrico, calçados, automóveis, móveis, carruagens, bordados, cal, cerveja, caviar, champanhes, ferro, licor, pregos, sardinhas, sal, sabão, telhas de barro, vinho, vermute, café, farinha, farinha d’água, milho, fósforo, redes, charques, carvão, paralelepípedos (DIAS, 2007, p.39).

McCracken (2003), ao abordar o tema “cultura e consumo”, através de uma leitura de clássicos, como Bourdieu e Certeau, chama atenção para a configuração de um fenômeno que classifica como Cultura de Consumo, intrinsecamente ligado ao campo simbólico das representações e relações de poder, status, entre outros. Com leitura em Bourdieu, Du Gay, Pierce, Certau, entre outros, McCracken traz a noção de inserção ou aplicação de significado simbólico aos bens culturais, à medida que desenvolvem o papel de suportes para as transmissões no campo simbólico do consumo.

Neste ponto de vista, os remédios estudados tanto representariam a saúde, porque assim vistos pelos consumidores, quanto produtos destinados a determinados tipos de público. Seu valor simbólico seria, portanto, colocado pelos seus produtores, vendedores e compradores. As propagandas desempenhavam o papel de alcançar um maior número de consumidores, ao mesmo tempo em que conferiam aos produtos (remédios) qualidades e propriedades.

[os] bens de consumo têm uma significação que vai além de seu caráter utilitário e de seu valor comercial. Esta significação consiste largamente em sua habilidade em carregar e em comunicar significado cultural (MCCRACKEN, 2003, p.99).

No campo da materialidade, Baudrillard (2015), ao refletir sobre o sistema dos objetos a partir de uma perspectiva simbólica, traz a noção de que os objetos possuem certa racionalidade que ultrapassam os processos tecnológicos e entram no campo das ideias. Possuem a capacidade de interferir em sistemas ideológicos, sejam eles públicos ou privados. Parte da ideia de que o processo tecnológico é a parte essencial dos objetos

e o objeto-paixão é a parte inessencial do objeto buscando suprir as necessidades sociológicas e psicológicas.

No caso dos vidros de remédio, podemos perceber a criação de marcas ou linhas específicas de acordo com as demandas percebidas pelas indústrias, demandas estas que, nalguns casos, pouco tinham a ver com a ação das propriedades do remédio. Por exemplo, a marca de água medicinal portuguesa comercializada nesse período em Manaus, “Águas de Melgaço”, prometia a melhora de tudo um pouco, desde uma dor estomacal até depressão e esquizofrenia neural (SANTOS; MEDEIROS, 2017). Outras vezes, as propagandas faziam alusão a um estilo de vida feliz, completo ao se beber da dita água termal. Neste trabalho, o objeto-paixão se traduz naquilo que se espera no consumo dos remédios, ou seja, no consumo de seu significado simbólico: “Quando o significado finalmente vem a se assentar no consumidor, está completa sua jornada através do mundo social.” (MCCRACKEN, 2003, p.119).

#### *Cultura Material Histórico-Arqueológica: em busca de Relações Simbólicas*

O estudo da cultura material tem caminhado para a compreensão das relações existentes entre indivíduos e objetos. Nesse sentido, destaca-se a atenção que vem sendo dada à dinâmica do que é chamado de significado simbólico, atrelado à materialidade e imaterialidade da cultura. Analisar a cultura material e a sociedade à qual ela está relacionada exige reconhecer que uma é derivada da outra e vice versa.

Se em suas primeiras manifestações no Brasil a prática da Arqueologia Histórica tem estado restrita, com poucas exceções, a construções monumentais, como prédios públicos, fortes, igrejas, etc., atendendo fundamentalmente a grandes projetos de restauração e preservação, o que num momento inicial é perfeitamente compreensível, deve-se daqui para a frente procurar transcender esta limitação, promovendo o desenvolvimento de pesquisas voltadas para problemas especificamente orientados, construindo-se hipóteses relevantes para serem testadas, sob o risco de se reduzir a Arqueologia meramente a uma técnica aplicada. Não apenas monumentos, mas sobretudo o cotidiano rotineiro, as habitações populares, os estabelecimentos comerciais, os engenhos, as fábricas, as lápides tumulares, os depósitos de lixo, os bairros, as vilas e pequenas cidade devem ser recuperados e avaliados, agora dentro de uma perspectiva antropológica. Não apenas fornecendo subsídios, mas acima de tudo refazendo, reinterpretando a História do Brasil. Esta é a função primordial da Arqueologia Histórica Brasileira (LIMA, 1985, p.97-98).

Através das contribuições da Arqueologia Histórica, interdisciplinar por natureza (ORSER JR., 1992; TRIGGER, 2004), os artefatos (recipientes vítreos de remédio) são

vistos não apenas como coadjuvantes nos processos históricos e culturais de uma Manaus do passado, mas como pontes que nos permitem galgar caminhos diversos de abordagem. Assim, uma abordagem que tem em seu arcabouço teórico-epistemológico uma conversa entre Arqueologia, Antropologia e História, como se pretende nesta pesquisa, é nada menos que o reconhecimento da interdisciplinaridade no estudo das relações simbólicas ligadas à cultura material e ao seu suporte de significados.

Enxergar, portanto, a Cultura Material enquanto resultado de ideias, é reconhecer que o universo material depende intrinsecamente do imaterial, e, dessa forma, ela é ubíqua enquanto natureza (MENESES, 1983). Isto quer dizer que a cultura que foi intencionalmente materializada é uma mescla de circunstâncias e ações humanas, resultado do desejo de transformar e interferir no ambiente a sua volta. Ela, mesmo tendo como suporte a materialidade, não é estática, mas sim dinâmica. Ela é simbólica.

Hoje, as abordagens das novas correntes na Arqueologia e Estudo dos Objetos, agregam em seu corpus teórico-metodológico as mudanças ocorridas no campo epistemológico (TRIGGER, 2004). Todavia, vale ressaltar que as contribuições feitas a seu tempo e ocasião pelas escolas teóricas anteriores não são desconsideradas, ainda que seus caminhos estejam sendo paulatinamente e progressivamente revisados. Pois além da forma fragmentária e dialética do pensamento científico como é visto hoje, há também aquela proporção que não deixa de ser cumulativa, culminando na produção de novos pensamentos. Assim, a arqueologia enquanto pensamento não abandona a materialidade, apenas a coloca em patamar mais próximo dos fenômenos imateriais.

Porém, mais do que estudar o objeto enquanto materialidade, busca ver nesse objeto os resquícios de uma vida ativa em meio social e simbólico, ou seja, materialmente, simbolicamente (semiótica e teorias da interpretação), e existência no campo representacional.

Reconhecer a potencialidade simbólica dos bens culturais materiais, especialmente dos chamados bens de consumo (MCCRACKEN, 2003), é também reconhecer a capacidade do ser humano de imbricar significados a tudo o que o cerca e que distingue como constituinte do mundo sensorial, ou seja, objeto existente. Ele mesmo, enquanto indivíduo imerso num universo simbólico que criou para si, conscientemente ou não, é o responsável por propagar mensagens imateriais por meio de suportes diversos, como no caso da cultura material. Ela, enquanto pano de fundo, transmite ao mundo discursos que apenas a atenção desperta pode trazer à baila da análise.

À medida que os remédios, enquanto cultura material, objetos, produtos para consumo, cura para doenças, objetos-troféu, entre outros, participavam do histórico *boom* da borracha na Amazônia, ao mesmo tempo participavam das dinâmicas sociais manifestadas como diferenciação socioeconômica pelo consumo de determinados produtos, por carregarem valor simbólico passível de ser usado em benefício de determinados grupos sociais, acesso restrito (do ponto de vista econômico) e formalizado, entre outros, que são aspectos encontrados nas visíveis relações de poder, que ocorrem na legitimação de dominâncias e formas de exercer o poder, neste caso em poder simbólico ligado à saúde e ao dinheiro.

### *Sítio Catedral e Outros: as portas se abrem para o estudo Histórico-Arqueológico*

Entre os anos de 2001 e 2002, foi realizado na Igreja Matriz de Manaus (Catedral Metropolitana) um trabalho de salvamento arqueológico coordenado pela professora Arminda Mendonça, por ocasião de trabalhos de remoção de solo e instalação de um complexo de central de condicionadores de ar na lateral da edificação, que em seu decorrer evidenciou material arqueológico e histórico em abundância, “[...] material cultural indígena pré-colonial, de contato (tecnologia de fabricação indígena com designer europeu), colonial e histórico, inclusive recente, de meados do século XX, entre outros” (MENDONÇA; ANTONY, 2013, p.11).

Durante os trabalhos foram estabelecidos e nomeados dois sítios arqueológicos que integravam o conjunto Catedral, sendo eles os sítios Catedral (edifício) e Jardins da Catedral (área externa). A quantidade de material arqueológicos revelada foi tão grande, que foram ao final contabilizados cerca de 3.000 sacos, pesando em média cada um deles 15 kg. Os artefatos não estiveram aquém a nível quantitativo, nem em nível qualitativo.

Dentre eles, destacou-se o grande quantitativo de recipiente vítreos, em sua maioria garrafas e vidros de remédio, cuja parte significativa se encontra hoje sob a guarda do Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza (SEC/AM), criado especialmente para curar, analisar e estudar o material recolhido dos trabalhos do conjunto então chamado Sítio Catedral. Posteriormente, durante a manipulação dos artefatos de vidro em laboratório a partir do ano de 2014 com pesquisas de iniciação científica, monográfica (2017) e dissertativa (2020), pôde-se notar seu potencial não apenas de análises quantitativas, mas também qualitativas, na medida em que se identificavam marcas e filiações dos recipientes a indústrias, empresas e figuras

comerciais do período da borracha no Amazonas, e abriam-se as portas para estudos de consumo dos produtos, significação simbólica pela saúde e status, entre outros.

Sua importância para os estudos arqueológicos históricos está representada pela grande parte da cultura material, que é de origem histórica, tendo especial destaque os exemplares de recipientes de vidro (em sua maioria garrafas e vidros de remédio), sendo contados em um número total de 1752 de diferentes tipos, considerando-se apenas os artefatos intactos ou parcialmente intactos (CORRÊA, 2007). Além da análise *in situ* e laboratorial do material resgatado, foi também procedido o estudo da Arqueologia da Arquitetura, prezando pela edificação centenária da igreja. Tamanho foi o quantitativo de material, que até hoje são realizados trabalhos de curadoria. Inicialmente estava distribuído nos centros culturais do Palácio Rio Negro, Povos da Amazônia e Palacete Provincial. Hoje, contudo, encontra-se exclusivamente no acervo do Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza, trasladado para o Usina Chaminé; para alguns dos artefatos, é o primeiro contato com o mundo exterior desde que foram resgatados e trazidos para reservas técnicas.

Além do Sítio Catedral, principal sítio arqueológico e histórico da cidade de Manaus até o presente momento identificado, os sítios Glacial, Luiz Anthony, Coronel Salgado, Horto Municipal, entre outros, apresentaram concentração de vestígios históricos, assim como de recipientes vítreos histórico-arqueológicos, que permitiu aos pesquisadores (com destaque para o NIPAAM)<sup>2</sup> uma breve noção dos remédios que porventura circularam entre os diferentes tipos de consumidores manauaras e foram, posteriormente, descartados, ora levados aos lixões ou aterros sanitários, ora deixados em terrenos baldios ou vias públicas. Os sítios arqueológicos anteriormente citados encontram-se dentro da área central da cidade, e caracteriza-se por manterem em suas camadas estratigráficas vestígios do período histórico, com destaque para os vidros.

O Sítio Glacial (Manaus Glacial / AM-MA-4/SEC) está localizado na esquina da Av. Getúlio Vargas com a Rua Lauro Cavalcante, e foi identificado pela professora Arminda Mendonça quando por ali caminhava e se deparou com trabalhadores a abrirem um buraco na calçada. Os objetos retirados e que seriam descartados, foram recolhidos pela arqueóloga e levados para a Secretaria de Estado de Cultura (SOUZA, 2018). O que antes era apenas um achado fortuito em 2009, posteriormente ganhou a classificação de sítio arqueológico, tendo como destaque em seu material coletado os recipientes vítreos de medicamentos, como do “Leite de Magnésia de Phillips”.

Os Sítios Luiz Anthony (AM-MA-38 e AM-MA-39) e Coronel Salgado (ligado ao PROSAMIM III) se caracterizavam inicialmente também como achados fortuitos, em decorrência da evidenciação de seus vestígios histórico-arqueológicos durante obras de pavimentação. Para esses três sítios citados, pôde-se ver a localização da cultura material de acordo com os níveis estratigráficos, possibilitando vinculá-los a períodos determinados de seus descartes relacionados às ocasiões registradas historicamente de pavimentação com pedras de lioz e paralelepípedos de Arenito-Manaus. O segundo foi identificado em 2002 durante o Projeto ARQUEOURBS e posteriormente pela HECA quando da implantação da tubulação do grande Projeto Gasoduto Urucu-Coari-Manaus; o terceiro durante a execução do PROSAMIM III – Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (MIANA; OLIVEIRA, 2012) na microbacia do Igarapé do São Raimundo. Em ambos, a predominância no material recolhido foi vidro do período histórico.

O Sítio do Horto Municipal foi identificado em outubro de 2010 pela Arqueóloga Arminda Mendonça, responsável pelo laboratório da SEC/AM e sua equipe. Está localizado num terreno de quase dois hectares onde fora antes o Horto Municipal de Manaus, e que atualmente abriga o Parque Cidade da Criança. A maior parte do material foi encontrada durante a revitalização do calçamento externo para a Av. André Araújo, próxima à passarela suspensa. Igualmente, os artefatos vítreos chamaram a atenção pela predominância. É importante destacar que a identificação dos vestígios histórico-arqueológicos apenas ocorreu nas áreas de intervenção em subsuperfície, o que significa que a cultural material resgatada é apenas uma pequena parte do que se pode esperar de um local onde funcionou, em inícios do século XX, o aterro sanitário da cidade.

Os vidros históricos de que se dispõe para análise, recolhidos de lugares a que chamamos de sítios arqueológicos, são sinais de uma série de etapas na cadeia de consumo de tais bens culturais. Quando retirado do sedimento e revelado aos olhos do pesquisador, levado ao laboratório para minuciosos cuidados e posteriormente estudado, apenas pôde ali estar por conta de indivíduos que, há mais de cem anos atrás os produziram, os venderam, os compraram, os consumiram, e, principalmente e essencial para nós, os descartaram. Assim, tem-se que esta pesquisa parte da cultura material (artefatos) que foi descartada, e, para o Sítio Catedral, em especial, provieram de rejeitos antes localizados no antigo lixão da cidade, onde foi identificado o Sítio Horto Municipal. Trabalhamos com o lixo da sociedade da borracha, em literal. Um lixo que não é inferior em importância ou valor, já que, como dizia Glassie (1999) “Material Culture is the

conventional name for the tangible field of human conduct” [Cultura Material é o nome convencional para o campo tangível da conduta humana] (p.41. Tradução dos autores).

Como se sabe, os artefatos, inseridos num mundo repleto de redes de significação e ressignificação, assim como manipulados, construídos e destruídos pela ação humana, localizam-se neste emaranhado de acordo com o alcance que adquirem, condicionados pelo acesso, disponibilidade, e modo como são representados, tanto material quanto imaterialmente.

É nesse cenário que as marcas de remédio apresentadas adiante surgiram como pontos referenciais de três possíveis instâncias de alcance e consumo, inferidas através da materialidade, documentação histórica, propagandas, e contexto histórico.

### *Relações de Poder, Socioeconômicas e Socioculturais: o estudo de três marcas de remédio*

Como que numa escala de alcance e respectivo preço de produção e compra, as três marcas escolhidas representam as três instâncias de valoração simbólica existentes no consumo de remédios na Manaus do final século XIX e início do século XX. “Leite de Magnesia de Phillips”, marca internacional e estrangeira (EUA) que mantinha sede no Brasil em São Paulo e Rio de Janeiro e comercializava em grande escala, inclusive constituindo-se a marca de maior ocorrência nos remanescentes materiais históricos em Manaus; “Laboratorio Francisco Giffoni”, marca nacional com sede no Rio de Janeiro, pertencente a um dos fundadores da Academia Brasileira de Medicina e de amplo investimento em propagandas; “Tiro mortal de Lemos”, marca local (Manauara), pertencente à famosa Farmácia Lemos, e de manipulação com produtos regionais, difícil de ser identificada, por conta de seu rótulo de papel.

Tem-se para cada uma um espectro de alcance diferente, pois que quanto menos local fosse o produto, ou seja, quanto mais distante seu lugar de origem, mais procurado e caro seria. De origem norte-americana, o “Leite de Magnesia de Phillips” (Figura 3) é facilmente encontrado nas pesquisas arqueológicas em Manaus, dado em conta que, independentemente de seu alto preço, possuía um índice de consumo altíssimo, e era vendido nas principais farmácias, ainda que possuísse apenas um agente em território brasileiro: a empresa *Paul J. Christoph Company*.

Famoso antiácido e laxante, deixou sua marca ao ser vendido em recipientes de cor azul, que nos últimos anos ganharam outras versões. Em junho de 1911 a empresa

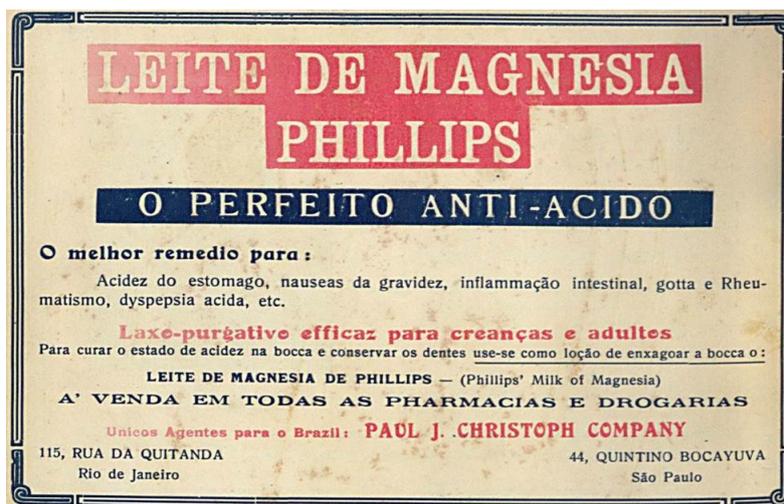
norte-americana registrou três marcas do preparado medicinal de magnésia para comercialização no Brasil, sendo a partir daquele momento considerados produtos também brasileiros, mesmo que importados em sua origem (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1911). A empresa investiu grandemente em anúncios, perdurando até hoje o conhecimento de seu nome nos lares brasileiros.

Os medicamentos do “Laboratório Francisco Giffoni” (Figura 4) eram considerados os de melhor qualidade, assim como artigos de luxo, sempre acompanhados de selos de aprovação de setores públicos e privados. Possuía circulação a nível nacional e pesado investimento em publicidade, principalmente no que concerne às iconografias; era considerada uma marca confiável, porque seu criador e dono um médico renomado e respeitado, com venda principal em seu próprio comércio, a Drogaria e Pharmacia Giffoni, no Rio de Janeiro; sua característica são os vidros de cor âmbar, para a preservação das propriedades medicinais do conteúdo.

Pelos idos de 1904, a fama da empresa já estava consolidada, e nos diversos anúncios em periódicos, detalhadamente elaborados e ricamente ilustrados, fazia-se a propaganda dos efeitos idealizados de cada remédio, que em sua maioria traziam misturas de essências naturais, ervas e as primeiras drogas sintéticas. Por exemplo, as “especialidades farmacêuticas de Francisco Giffoni”, como eram comumente referendadas, eram indicadas para o tratamento das asma, dores reumáticas, nas congestões de catarrhos, dispepsias, prisão de ventre, enxaquecas, coqueluche, entre outros males, até mesmo a embriaguez e a temida sífilis (RENASCENÇA, 1904).

A rápida expansão e consolidação do verdadeiro “império” de Francisco Giffoni, fez com que já em 1914 seus produtos chegassem mesmo ao interior do Estado do Amazonas, ao município de Lábrea, sendo anunciado no jornal local chamado “O Correio do Purus”. Com o aviso “convem cortar”, o anúncio traz detalhadamente as qualidades de cada remédio, que eram vendidos nas maiores farmácias do Brasil. Se já no interior estava, é de se pensar que anos antes já chegara a Manáos, durante o período da borracha. O que se comprova com os vidros encontrados em trabalhos arqueológicos.

**Figura 3** – Leite de Magnesia de Phillips em propaganda brasileira.



Fonte: CARETA, 1919, p.36.

Figura 4 – Propaganda de medicamento do Dr. Francisco Giffoni.

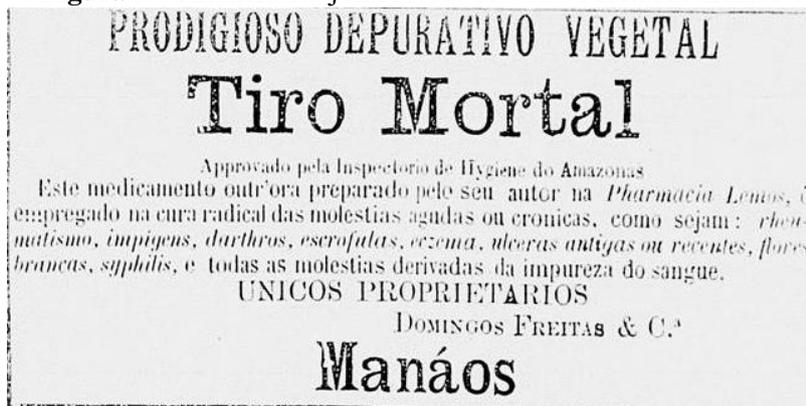


Fonte: CORREIO DA MANHÃ, 1904, p.7.

Já a marca “Tiro mortal de Lemos” (Figura 5), de origem local, tinha por preço considerado “módico”, ou seja, bom, de fácil acesso. Além de que, por possuir em sua composição produtos naturais amazônicos como o guaraná e a quina, era procurado por aqueles que confiavam nas propriedades destes compostos da floresta, e era indicado para a cura de doenças como: sífilis, úlceras, reumatismo, febres, entre outras.

Tem origem na Farmácia Lemos, estabelecimento fundado pelo casal José Miguel de Lemos e Catharina Ferreira em 1851 na antiga cidade de Manáos (ESTRELLA DO AMAZONAS, 1856). Apesar das relações políticas e econômicas entre os Lemos e o poder público (contratos, favores e favorecimentos), a maior parte dos produtos vendidos por eles era acessível ao público em geral. O produto chefe, Tiro Mortal, foi vendido desde final das décadas de 1850, e chegou à *Belle Époque* manauara com os primeiros anúncios de 1892, permanecendo até a metade do século XX (ESTADO DO AMAZONAS, 1892). Foi um remédio de alcance local, às vezes regional, por seu conhecimento no interior, de longa trajetória e resistente em seus mais de cem anos de comercialização. Era não apenas acessível, mas também doado aos menos favorecidos.

**Figura 5** – Anúncio em jornal local do “Tiro Mortal de Lemos”.



Fonte: AMAZONAS COMMERCIAL, 1895, p.3.

Para as três marcas, pode-se vislumbrar públicos e alcances diferentes, tanto a nível geográfico quanto sociocultural. Este tipo de abordagem à cultura material, ainda que pouco comum nas pesquisas realizadas na Amazônia, traz à discussão como pode ser visto o objeto histórico-arqueológico, para além de sua constituição física e sem estar restrito a uma análise puramente funcional. Ora, os produtos materiais são constituintes do campo cultural, e desempenham papéis multifacetados, sendo pontos de mescla dos aspectos material e imaterial. Sua circulação e alcance no meio social onde esteve inserido, pode ser pensado como portas abertas a inferências relativas a aspectos que se consideravam “perdidos” pelo passado.

Contudo, partir da materialidade para o entendimento de práticas sociais, também permite que se possa inferir acerca das relações entre o suporte material, com os significados simbólicos a ele concedidos, e os indivíduos que com ele interagem, como no caso das relações de poder. Podem ser entendidos, portanto, como pontos de concentração de uma rede de agregados intangíveis que, à medida que são mais ou menos identificados, trazem maior nitidez ao cenário que se investiga. Na Manaus da Borracha, até mesmo os remédios comercializados podem ser vistos como indicadores de status social e comportamento de consumo, bem como limitadores de acesso a produtos para determinadas faixas da população local; como substituição do “velho” pelo “novo”. A ilusão que fugia aos olhos, agora está sendo desvelada pelos produtos de sua própria existência.

#### **Referências bibliográficas:**

AMAZONAS COMMERCIAL. *Prodigioso Depurativo Vegetal – Tiro Mortal*. Anno I, N.I. Manáos, domingo, 10 de mar. de 1895, p.3.

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Editora Perspectiva, coleção Debates, vol. 70, 2015.

- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, coleção Debates, vol. 20, 2009.
- BOURDIEU. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989. (Coleção Memória e Sociedade)
- CARETA. *Leite de Magnesia Phillips*. N.584, Anno XII, Rio de Janeiro, 30 de ago. de 1919, p.36.
- CORRÊA, M. V. de Miranda. Da capela carmelita à Catedral Metropolitana de Manaus (AM): uma arqueologia da arquitetura. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v.17, n.5/6, 591-607, maio/jun. 2007.
- CORREIO DA MANHÃ. *Elixir Eupeptico de Giffoni*. Anno IV, N.1018, Rio de Janeiro, Domingo, 27 de mar. de 1904, p.7.
- DIAS, Ednea Mascarenhas. *A ilusão do Fausto - Manaus, 1890-1920*. 2.ed. Manaus: Editora Valer, 2007.
- DU GAY, Paul. *In: Doing Cultural Studies: The History of the Sony Walkman*. London: SAGE Publications. 2003.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador, Vol. 1 – Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ESTADO DO AMAZONAS. *Tiro Mortal*. Anno I, N.5. Manáos, sexta-feira, 15 de janeiro de 1892, p.3.
- ESTRELLA DO AMAZONAS. *Expediente do Governo*. N.160, 13o Trimestre. Manaus, quarta-feira, 24 de julho de 1856, p.2.
- FIDANZA, Filipe Augusto. *Album do Amazonas*. Manaos: [s.n.], 1902.
- GALVÃO, Manoel Dias. *A História da Medicina em Manaus*. Manaus: Editora Valer / Governo do Estado do Amazonas / Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.
- GAZETA DE NOTÍCIAS. *Junta Commercial*. Anno XXXVI, N.202. Rio de Janeiro, sexta-feira, 21 de julho de 1911, p.6.
- GLASSIE, Henry H. *Material Culture*. Indiana, EUA: Indiana University Press, 1999.
- LIMA, Tânia Andrade. Arqueologia Histórica: algumas considerações teóricas. I SEMINÁRIO DE ARQUEOLOGIA HISTÓRICA. SPHAN/FNPM, outubro de 1985, Rio de Janeiro. 13p.
- MCCRACKEN, Grant. *Cultura & Consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Tradução de Everardo Rocha. Rio de Janeiro: Editora MAUAD, 2003. (Coleção Cultura e Consumo).

MENDONÇA, Arminda; ANTONY, Hildebrando. A Sé Catedral de Manaus. In: *Série Memória Arqueologia* / Maria Arminda, ORG. [ET. AL]. - Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2013. p. 11-12.

MENESES, Ulpiano T. B. de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História USP*, São Paulo, n.115, 1983, p.103-117.

MIANA, Eduardo Jorge; OLIVEIRA, Manoel Ferreira de. *Relatório de Impacto Ambiental* – Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2012.

ORSER JR, Charles. *Introdução à Arqueologia Histórica*. São Paulo: Oficina de Livros, 1992.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. 3. ed. Manaus: FUA, 2015.

RENASCENÇA. *Especialidades pharmaceuticas de Francisco Giffoni*. Anno I, N.5. Rio de Janeiro, julho de 1904, p.52.

SAMPAIO, Patrícia Melo (Org.). *Posturas municipais, Amazonas (1838-1967)*. Manaus: EDUA, 2016.

SANTOS, Tatiana de Lima Pedrosa; MEDEIROS, Samuel Lucena de. Do invisível engarrafado: história, memória, cultura material e as Águas de Melgaço na Manaus da borracha. *MÉTIS: HISTÓRIA & CULTURA*, Caxias do Sul, v. 16, p. 227-244, 2017.

SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. A cara do “outro”. Palestra apresentada no IV Seminário Sobre a Identidade Mestiça (suporte digital). 2010. Disponível em: <https://nacaomestica.org/blog4/?p=1627>. Acesso em: 27 jan. 2022.

SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. *Vivências urbanas e conflitos culturais: intervenções e ações na medicalização da sociedade manauara da Belle Époque*. OPSIS, 8 (11), p. 299-317.

SOUZA, Maria Arminda C. Mendonça de. *Sítio Arqueológico Histórico “Glacial” – Relatório Final*. Manuscrito original consultado em 2020 no acervo do Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza – SEC/AM. Manuscrito, 2018, 11p.

TRIGGER, Bruce G. *História do pensamento arqueológico*. Tradução de Ordep Trindade Serra; revisão técnica Lucas de Melo Bueno, Juliana Machado. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

---

<sup>1</sup> Cultura Material é entendida como a porção do meio da qual o ser humano produz ou se apropria, dando-lhe significados, funções e importâncias, bem como ressignificando quando este outrora representava no campo das coisas naturais. Ou seja, ela é fruto da interferência do Homo sapiens. “Material Culture is the conventional name for the tangible yield of human conduct” (GLASSIE, 1999, p.41).

<sup>2</sup> NIPAAM – Núcleo de Interdisciplinar de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica – grupo do CNPq coordenado pela Profa. Tatiana de Lima Pedrosa Santos, também arqueóloga da Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas, responsável pelo Lab. Arq. Alfredo Mendonça de Souza.

Artigo recebido em 20 de agosto de 2021.

Aceito para publicação em 11 de janeiro de 2022.

# OS CÉSARES: DEFESA E ATAQUE POLÍTICOS DO IMPERADOR JULIANO (SÉCULO IV D.C.)<sup>1</sup>

## THE CAESARS: DEFENSE AND POLITICAL ATTACK OF THE EMPEROR JULIAN (4TH CENTURY AD)

Larissa Rodrigues ALVES\*

**Resumo:** de todos os governantes do Império Romano, o imperador Juliano (361 – 363) foi aquele cujos escritos sobreviveram até os nossos dias em maior abundância. Nossa intenção neste trabalho é examinar uma das suas sátiras, comumente conhecida como *Os Césares*. Hipotetizamos que ela foi escrita pelo imperador Juliano como uma forma de defesa política, na medida em que ele se promove como o imperador ideal mediante as figuras de Alexandre, o Grande (336 – 323 a.C.) e de Marco Aurélio (161 – 180). Concomitantemente, nosso personagem realiza um ataque político à dinastia constantiniana na tentativa de legitimar o seu governo.

**Palavras-chave:** imperador Juliano; *Os Césares*; Antiguidade Tardia.

**Abstract:** of all the rulers of the Roman Empire the Emperor Julian (361 – 363) was the one whose writings survived to the present day in greater abundance. Our intention in this paper is to examine one of his satires commonly known as *The Caesars*. We hypothesize that it was written by the Emperor Julian as a form of political defense, insofar as he promotes himself as the ideal Emperor through the figures of Alexander the Great (336 – 323 a.C.) and Marcus Aurelius (161 – 180). Concomitantly, our character carries out a political attack on the Constantinian dynasty in an attempt to legitimize his government.

**Keywords:** Emperor Julian; *The Caesars*; Late Antiquity.

### *Considerações iniciais*

Intentamos analisar neste artigo a sátira *Os Césares*, escrita pelo imperador Juliano como uma forma de ataque e defesa políticos. Num primeiro momento, discorreremos a respeito do gênero ao qual esse discurso pertence, sua datação, repercussão e conteúdo. Em seguida, demonstraremos a nossa hipótese com ênfase nas figuras de Alexandre, o Grande, de Marco Aurélio e da dinastia constantiniana. Dois são os pressupostos teóricos que norteiam este artigo: o conceito de representação de Roger Chartier e “o político” de Pierre Rosanvallon. A ideia de representação nos auxilia a interpretar de forma crítica tanto os escritos do imperador Juliano quanto uma vasta gama

---

\*Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (PPGH/UNESP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, Brasil, processo número: 2020/05378-5. E-mail: larissa.r.alves@unesp.br.

de referências historiográficas (desde o século XIX) sobre esse personagem político. Levando em consideração a concepção de Antiguidade Tardia, o século IV, no qual viveu Juliano, é caracterizado pelo político-cultural. Esse vocábulo nos remete a uma sociedade onde não havia uma clara distinção entre a religião, a política e a cultura, por exemplo. Dessarte, o conceito do político se faz extremamente pertinente para o desenvolvimento da nossa temática.

Segundo Chartier, “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (2002, p. 16-17). Essas realidades sociais sempre são devedoras dos grupos que as constroem. Consequentemente, é necessário analisarmos quem redige certo discurso, com qual finalidade, quem se utiliza desse texto e o porquê de fazê-lo. As narrativas são inerentes aos discursos históricos e aos próprios documentos escritos. Assim, não existem discursos neutros. Ao mesmo tempo, a representação é a imagem presente de um objeto ausente, bem como existe uma variabilidade e uma pluralidade de interpretações acerca da mesma representação em textos e imagens diversos.

Ao examinar o conceito de representação, Dominique Vieira Coelho dos Santos (2011) ressaltou que, para Chartier, é necessário refletir quanto à maneira como uma sociedade pensa a si mesma e a forma na qual as pessoas representam o mundo, seja como ele é ou como elas gostariam que ele fosse. Há, na concepção teórica de Chartier, uma ideia de ausência e presença, aliada à dinâmica entre as práticas culturais e os discursos que considera as apropriações de textos, pensamentos e imagens associadas a diferentes interpretações e mediações. Vale ressaltar que o conceito de representação sempre está concatenado a outros, como os de identidade, discurso, cultura e assim por diante. Por fim, a representação ainda se configura como uma dimensão do real sendo ambos interdependentes.

Já Rosanvallon (2010) considera que o político é uma esfera caracterizada por conflitos e intrinsecamente relacionada ao social. É nessa esfera do político que ocorrem as transformações de uma sociedade em particular. Ao configurar um quadro para os discursos e as ações de homens e mulheres numa sociedade específica, o político oferece um panorama que a dota de sentido. Por conseguinte, a economia, a cultura, a política, as redes de sociabilidades, as religiões, doravante, são esferas que só podem ser compreendidas a partir do político, que age como um amplo quadro interpretativo. É no político que encontramos a vida comum dos cidadãos, isto é, as ações coletivas. Por isso,

conforme Rosanvallon, falar dessa esfera implica na referência a tudo que constitui uma sociedade e não apenas ao exercício da política ou do poder. Isso posto, partimos para a análise do nosso objeto de estudo.

### “Os Césares”

*Os Césares* também pode ser chamado de *O banquete* ou de *Cronia* (*As Saturnálias*), uma vez que *Os Césares*, nome pelo qual é comumente conhecido, é apenas o subtítulo da obra. Trata-se de um pequeno drama satírico, composto por personagens convencionais, mas com uma temática própria do tempo de Juliano. As Saturnálias eram comemoradas em torno de meados de dezembro e Juliano deixa explícito, no início do seu discurso, que o escreveu durante essas festividades. Ele foi composto ao longo das festas em homenagem a Cronos (Saturno, de acordo com a cultura latina) (LACOMBRADÉ, 2003c).

Há uma discussão acerca da datação de *Os Césares*. Para Wilmer Cave Wright (1913b), tradutora da edição da *Loeb Classical Library*, ele teria sido escrito na cidade de Constantinopla, no ano de 361. Já Christian Lacombrade (2003c), tradutor da *Les Belles Lettres*, afirmou que o discurso foi composto entre os dias 15 e 17 de dezembro do ano de 362. Por ser um texto amplamente documentado e elaborado, visto que Juliano foi considerado imperador em 3 de novembro de 361 e entrava na cidade de Constantinopla em 12 de dezembro de 361, é improvável que ele tenha tido tempo para redigir tal sátira nesse ano. O conteúdo religioso do discurso também pode ser associado às cartas de números 84 – 89<sup>2</sup>, escritas ao longo da estada do imperador em Antioquia, entre 362 e 363. José García Blanco (1982b), tradutor da *Editorial Gredos*, concordou com a datação de 362.

Acrescentamos ainda uma nova linha de raciocínio: a escrita dessa sátira deve ser próxima daquela de *Misopógōn*. Essa outra sátira, escrita em 362, foi uma resposta ao povo de Antioquia que criticava o governo de Juliano. *Os Césares* se baseia no caráter e na política dos imperadores apresentados e, além disso, a vitória de Marco Aurélio como alguém que imita os deuses reforça a ideia de que Juliano é um bom imperador ao seguir o seu exemplo. Portanto, admitimos para o desenvolvimento do nosso artigo que a data da escrita de nossa documentação é a de dezembro de 362. Em relação ao destinatário do discurso, há um consenso entre os três tradutores supracitados de que a sátira foi endereçada para Salústio<sup>3</sup>.

Sob o ponto de vista da transmissão e recepção da nossa documentação, Roland Smith nos informou que a sátira *Os Césares* foi traduzida pela primeira vez para uma língua moderna no ano de 1580, por Balthasar Grangier, em Paris, mesma cidade na qual Juliano havia sido proclamado Augusto, em 360. Após essa tradução, seguiram-se inúmeras outras em diferentes línguas e, entre os escritos de Juliano, *Os Césares* foi definitivamente o mais difundido. A primeira tradução para a língua inglesa ocorreu apenas em 1784 e foi realizada por John Duncombe. Posteriormente, no *Dictionnaire philosophique* de Voltaire, Juliano representava um heroico filósofo, um espírito livre de fanatismo e tolerante para com os cristãos. O nosso personagem encarnava um modelo de tolerância iluminada, isto é, de um governante que agia de acordo com a razão, algo nada mais adequado ao contexto histórico do Iluminismo (SMITH, 2012, p. 283-309).

Pensando no gênero da sátira romana, Robert Henning Webb (1912) discorreu acerca das análises historiográficas da origem do termo *satura*, além de buscar compreender a partir de quando e de qual autor ele passou a ser utilizado em termos literários como o que hoje entendemos por sátira romana. Para este autor, é impossível traçar tal origem. O que podemos afirmar é que os elementos essenciais da sátira romana parecem ser uma consequência natural do desenvolvimento de um gênero dramático romano. Este teria sido transformado pelas circunstâncias e por algum poeta numa nova forma literária: a sátira.

Joel Relihan (2005) nos disse que a sátira em versos é um gênero textual tipicamente romano, mas a sátira menipeia, gênero no qual se insere o discurso aqui analisado, é um fenômeno greco-romano que teve o início do seu desenvolvimento por volta do século III a.C. Segundo este autor, “a essência da sátira menipeia é uma fantasia sobrenatural na qual um experimentador ingênuo viaja para um reino impossível a fim de aprender que a verdade não pode ser encontrada nas bordas do mundo, mas em casa e sob os próprios pés” (RELIHAN, 2005, p. 109-110). O gênero se torna mais consistente quando o autor da sátira não é apenas o narrador, e sim um ator em sua própria obra. Relihan afirma que Luciano de Samósata (125 – 181) influenciou Juliano na medida em que o teor cômico se encontra nos personagens da sátira e não no autor/ator. O autor não é a causa dos risos. Além disso, *Os Césares* possui uma característica enciclopédica ao apresentar todos os imperadores participantes do banquete, aspecto presente em algumas tradições da sátira menipeia no período da Antiguidade Tardia. A vitória implícita de Marco Aurélio, visto que a votação dos deuses foi secreta, o vencedor não é anunciado

de fato e todos os competidores permanecem sob a tutela dos deuses, faz parte do estilo da sátira menipeia, quer dizer, a presença da dúvida.

Conforme nos informou García Blanco (1982b), na perspectiva literária esse discurso se aproxima, superficialmente, do gênero do banquete e há uma influência mais nítida do gênero da sátira. De todo modo, ambos os gêneros são caracterizados por uma miscelânea entre a seriedade e a comédia. Em geral, as descrições dos personagens são sumárias e as transições das cenas um pouco descuidadas e repetitivas. O texto passa em revista os principais imperadores romanos e, para falar de tais governantes, Juliano teria usado Plutarco (46 – 120) para as vidas de Alexandre e César (49 – 44 a.C.), Suetônio (69 – 141) para as dinastias júlio-claudiana e flaviana, ademais da *História Augusta* para os imperadores dos séculos II e III. Os grandes interesses de Juliano nesse texto são: a sua concepção helênica e neoplatônica, o seu ideal de *basileía* e o perfil moral desses governantes com os quais é chamado a competir. Ao falar desses personagens, Juliano separa suas obras dos seus objetivos, seguindo o modelo dos panegíricos quando fala dos feitos dos imperadores e, depois, das virtudes que exemplificam essas obras.

Ainda sobre as influências de autores que escreveram acerca dos governantes citados nessa sátira e que serviram de guia para Juliano, Barry Baldwin reiterou a importância das biografias de Plutarco. Outrossim, o autor defendeu o uso de obras em grego e latim para a construção desse discurso. Juliano tinha conhecimento do latim, pois, se não anteriormente, ao menos em sua estadia na Gália ele foi obrigado a ter fluência nessa língua em prol de se comunicar com os seus soldados (BALDWIN, 1978, p. 453-456). Roger Pack comentou quanto à ligação entre *Os Césares* e *Hino a Hélios Rei*, posto que no primeiro Juliano se junta a Mitra, desejo expresso também no segundo discurso. O local do banquete em *Os Césares*, para Juliano, representaria aquele em sua filosofia onde ocorre a migração das almas após a morte (PACK, 1946, p. 154). Sabemos por meio de Joseph Bidez (2012) que no momento da escrita dessa sátira Juliano já tinha conhecimento dos presságios da sua morte ao enfrentar a Pérsia. Portanto, acreditamos que o imperador poderia estar representando o seu encontro com Mitra como desejava que ele o fosse no momento da sua passagem.

Ressaltamos que o uso da retórica era algo muito importante para alguém como Juliano, formado na *paideía* grega. De acordo com Margarida Maria de Carvalho, podemos entender esse conceito como a educação recebida pelos cidadãos romanos, fossem cristãos ou não cristãos, cujo objetivo era a preparação dos mesmos para o exercício de cargos de poder. Ela incluía todo um conjunto de ações político-culturais que

visavam o aprimoramento da retórica mediante a qual se impunha e demonstrava o poder de um indivíduo. Na concepção dessa autora, não existia uma *paideía* cristã ou uma *paideía* pagã, denominações assumidas ao longo do tempo pela historiografia, e sim uma única *paideía* apropriada de diversas maneiras de acordo com o grupo que a utilizava (CARVALHO, 2010, p. 29).

Direcionando o seu estudo para a cultura tradicional das elites romanas, transmitida pela *paideía*, Peter Brown (1992) concluiu que esse sistema era o responsável por constituir uma base em comum entre os membros das elites, os governantes e os governados. Além disso, criava-se através desses ensinamentos códigos de cortesia e de autocontrole, ligados ao ideal de uma autoridade benevolente. As ideias relativas à *paideía* explicam um imaginário comum característico da época: o filósofo exercia um papel persuasivo. Isso ocorria porque, independentemente daqueles que evitavam qualquer contato com a vida pública, os filósofos da Antiguidade Tardia foram empoderados por uma longa tradição na qual eram considerados como conselheiros desinteressados, mesmo quando criticavam os mais poderosos.

Conforme Jean Bouffartigue (1992), na sua concepção mais ampla, o termo *paideía* pode ser associado a seis definições: educação, por intermédio da qual o homem se tornava um adulto completo; junção entre a moral e o intelecto, isto é, entre a cultura e a boa educação; cultura, em termos de valores universais; produção de obras culturais, incluindo escritos literários e filosóficos; cultura enquanto ideologias e valores morais particulares de um determinado grupo; faculdade de bem pensar. Isso quer dizer que, resumidamente, podemos traduzir esse termo como educação ou cultura, a depender do caso. Refletindo quanto à *paideía* respeitante à educação, ela incluía, principalmente, o estudo da literatura, poesia, gramática, retórica, oratória e filosofia. Alguns valores estavam intimamente relacionados a ela, como a inteligência e a justiça. Seu objetivo era o desenvolvimento da virtude, contudo, esse tipo de ensino excluía todas aquelas pessoas cuja fortuna não lhes permitia esquecer as preocupações com a matéria física.

Em geral, aqueles que se ocupavam da *paideía* se tornavam educadores, retóricos ou poetas, com exceção daqueles que estudavam medicina ou direito, por exemplo. No caso das escolas de filosofia, os seus alunos concebiam esta disciplina como um modo de vida. Ainda de acordo com Bouffartigue, a *paideía* constituía um tipo de microsociedade, permitindo que os seus membros se reconhecessem e se comunicassem por meio dela. Isso quer dizer que ela também representava uma ideia de pertencimento a um determinado grupo. Agindo como um equivalente ao que chamaríamos de título de

nobreza, a *paideia* excluía todos aqueles que não a possuíam de um certo círculo de elite. Até mesmo a linguagem usada por essas pessoas fazia com que outras, fora dessa comunidade, não compreendessem o que era dito ou escrito (BOUFFARTIGUE, 1992). Essa é uma questão importantíssima para ponderarmos no tocante ao público que Juliano tinha em mente ao escrever *Os Césares*. O grande número de referências à literatura e à história greco-romana permitiria que qualquer pessoa que possuísse a mesma *paideia* de Juliano pudesse reconhecê-las.

Em termos de conteúdo propriamente dito, em *Os Césares*, Rômulo convida os imperadores e os deuses para um banquete em homenagem a Cronos. Quirino apresenta o objetivo do banquete: eleger o melhor entre os imperadores, cuja recompensa seria a sua elevação aos deuses. Aos poucos, cada um dos governantes se apresenta para os deuses de acordo com a ordem cronológica da sua atuação no Império. De Júlio César até Constantino (306 – 337), a entrada dos governantes é marcada pelo tom jocoso de Sileno. Alguns são caçados por suas atitudes ou aparência – Otaviano (27 a.C. – 14 d.C.)<sup>4</sup>, Trajano (98 – 117), Adriano (117 – 138) –, enquanto outros o são pelos vícios de sua vida privada ou pelos crimes que cometeram – Tibério (14 – 37) e Nero (54 – 68) –. De todos os imperadores, Marco Aurélio é o único que escapa às críticas. Após uma primeira seleção dos melhores governantes, Hércules exige que Alexandre, o Grande, também seja levado em consideração. Seguem na disputa Alexandre, Júlio César, Otaviano, Trajano, Marco Aurélio e Constantino. Depois de um breve discurso por parte dos competidores, os deuses pedem para que os governantes definam aquilo que ditou a sua conduta em vida. Alexandre desejava conquistar tudo, Júlio César queria ser o primeiro em tudo, Otaviano almejava ser um excelente governante, Trajano aspirava copiar Alexandre, Marco Aurélio intencionava imitar os deuses e Constantino pretendia sacrificar tudo em nome das suas paixões. Ao fim do discurso, Marco Aurélio obtém a maioria dos votos e é eleito em segredo como o melhor de todos os imperadores. A partir das explanações realizadas até o momento, partimos para a demonstração da nossa hipótese.

#### *Ataque e defesa políticos do imperador Juliano*

Podemos observar, em Georgios Alexandropoulos, que *Os Césares* foi um discurso escrito de maneira a promover a visão política de Juliano. A combinação de dadas perguntas feitas pelo nosso personagem, com as respostas referentes a cada uma delas, faz parte da estratégia do orador para convencer a sua audiência. Aliás, outra marca

da tentativa de convencimento é a alternância entre o discurso direto e o discurso indireto, remetendo-nos à dialética de Platão quando Sileno conduz a sua audiência (ALEXANDROPOULOS, 2015, p. 109-112). Para Smith, assim como nos mitos de Platão, a intenção de Juliano é dialogar com o seu interlocutor e transmitir, mesmo tratando-se de uma sátira, uma séria lição: como deveria agir e quais virtudes precisaria possuir o imperador romano ideal (SMITH, 2012, p. 281).

Na sátira em questão, dois homens recebem destaque por parte de Juliano: Alexandre e Marco Aurélio. Estes governantes representam os ideais do nosso personagem quanto à vida ativa e de um general vitorioso, no caso de Alexandre, e à uma vida contemplativa e daquele que imita os deuses, no caso de Marco Aurélio. Essa mesma associação foi feita no início da *Carta para Temístio, o filósofo*, escrita entre 355 e 356:

Por muito tempo pensei que devia competir com Alexandre e Marco Aurélio, ou qualquer outro príncipe distinguido por sua virtude, mas um arrepio apoderou-se de mim e juntou-se a um medo estupendo de parecer completamente deixado para trás pela coragem do primeiro e de não atingir o mínimo da virtude perfeita do segundo. Essas considerações me persuadiram a defender o lazer: gostei de lembrar as palestras de Atenas e reivindiquei o direito de cantar para vós, meus amigos, como vemos aqueles que carregam fardos pesados aliviarem sua dor enquanto caminham (JULIANO, *Carta para Temístio, o filósofo*, 253a e 253b).

No entanto, como afirmou Baldwin (1978), o modelo que Juliano descreve de Alexandre e de Marco Aurélio na *Carta para Temístio, o filósofo*, relatado como inalcançável, já não o é em *Os Césares*. Marco Aurélio é o modelo de governante perfeito: se preocupava militarmente com a segurança do Império, era um filósofo e hostil em relação aos cristãos. Os outros imperadores, com os seus feitos militares, são exemplos da mensagem que Juliano queria passar de um bom militar, como Trajano. Podemos acrescentar ainda outros detalhes, tal qual o papel de Júlio César, que não age como exemplo de um bom ou de um mal governante, e sim como um veículo de comparação para Alexandre, isto é, como uma ferramenta retórica. Nesse caso, Alexandre se destaca por ter conquistado a Pérsia do seu tempo, poderio contra o qual Juliano estava prestes a lutar. Para nós, exaltar Alexandre, considerado como o melhor general da antiguidade, era um ato intimamente associado à expedição que se aproximava de Juliano contra a Pérsia. Observemos o início da sátira, onde Hércules afirma que Alexandre é o melhor dos homens e o convida para o banquete:

O banquete assim preparado, os deuses não carecem de nada, porque possuem tudo. Hermes, então, acreditou que os heróis deveriam ser colocados à prova e Zeus compartilhava desse sentimento. Quanto ao resto, Quirino já havia pedido que um dos seus fosse trazido até eles. Mas Hércules exclamou: “Não vou aguentar, Quirino: por que tu também não convidaste o meu Alexandre para este banquete? Se tu decidiste, Zeus, trazer-nos um desses heróis, traga Alexandre. Já que estamos examinando em público os méritos de grandes homens, por que não votar no melhor?” (JULIANO, *Os Césares*, 316a e 316b).

Apresentemos algumas peculiaridades do general em questão. Richard Stoneman (2003) trabalhou com Alexandre e a sua influência na filosofia antiga. Essa importante figura impactou a vida política e cultural dos seus contemporâneos e de inúmeras pessoas desde a sua morte. O abalo causado por esse homem o tornou um tópico comum na filosofia antiga, fosse como um exemplo a ser seguido ou como parte das discussões políticas mais sutis. Tendo em conta que a educação na antiguidade era fundamentada na retórica, Alexandre era usado em tais escritos como um *exempla*, quer dizer, como uma ferramenta de análise que poderia ser apropriada por um historiador, um rétor, um filósofo ou outros personagens. Como um *exempla*, Alexandre faz parte da construção de um argumento retórico e não necessariamente de um julgamento histórico. Então, tais personagens podem agir tanto como exemplo de virtudes quanto de vícios, a depender de quem se serve deles. Em termos de filosofia, a figura de Alexandre circundava dois complexos conjuntos de ideias: como deve ser o governante ideal e se o verdadeiro governante é o conquistador ou o bom homem. Para os autores da filosofia antiga que se apropriavam da figura de Alexandre, o verdadeiro governante é o bom homem. É aquele que busca o autoconhecimento, que evita a riqueza, o prazer e a ambição, não permitindo a si mesmo que seja conquistado pelas mulheres.

Smith alegou que, fora as referências que Juliano faz acerca de Alexandre nos seus próprios escritos, outros autores da antiguidade, como Libânio (314 – 394), Amiano Marcelino (330 – 391), Gregório de Nazianzo (329 – 389), Filostórgio (368 – 439), Sócrates Escolástico (380 – ?), isso sem levarmos em conta autores modernos, compararam Juliano e Alexandre. O contraste dos imperadores com a figura de Alexandre, fosse em termos de semelhança de caráter ou pela aspiração de se igualar em suas conquistas, era uma prática comum nos panegíricos e nas histórias do Império Romano. O caso de Juliano é muito particular na medida em que tal analogia foi realizada amplamente, com uma grande intertextualidade entre os autores que a fizeram, assim como o foi a variedade e a intensidade dessas associações (SMITH, 2011, p. 44-48).

Sem embargo, tal qual Alexandre, Juliano teve uma série de vitórias militares nos seus vinte e poucos anos e faleceu, aproximadamente, com trinta e um anos. Conseqüentemente, num primeiro momento, pode-se observar que, além de uma convenção literária, a proeminência dos paralelos estabelecidos entre Juliano e Alexandre pode ser justificada por similaridades nas suas biografias. No entanto, a questão é muito mais complicada se pensarmos no contexto de cada autor da antiguidade, cristão ou não cristão. Visto que Juliano morreu em batalha devido à uma falha em sua estratégia ao atacar Ctesifonte, centro administrativo do território persa, outras qualidades que não eram comumente trabalhadas em Alexandre foram citadas nos escritos dos seus apoiadores. Nesse caso, podemos mencionar a sua energia, o seu impulso desafiador, a sua generosidade, o seu respeito pela filosofia e o seu amor por Homero. Ao contrário dessas obras, aquelas pertencentes aos autores cristãos expressavam uma tentativa de Juliano em imitar os feitos militares de Alexandre por possuir um sentimento de afinidade espiritual com ele, contudo, que existia apenas como um delírio da mente de Juliano (SMITH, 2011, p. 52).

Não obstante os elogios tecidos a Alexandre sob o ponto de vista militar, afinal de contas, ele era um modelo de juventude e invencibilidade, existem erros que o impedem de ser eleito como o melhor governante. Juliano certamente era um grande admirador seu, entretanto, isso não significa que ele não pudesse criticá-lo. Alexandre era o símbolo da vida ativa, do bom guerreiro, porém não era uma pessoa moderada, virtude valorizada por Juliano, como lemos no comentário de Sileno: “Ainda assim,” disse Sileno, “tu sempre foste derrotado por ti mesmo, deixando a raiva, a dor ou alguma outra paixão dominar e controlar a tua mente e o teu coração.” (JULIANO, *Os Césares*, 330d). Robin James Lane Fox salientou que, em *Os Césares*, Alexandre é descrito como alguém que não poupou os seus amigos, bebeu demais, não teve autocontrole e foi severo com aqueles que tentavam impedi-lo de cometer esses erros. Isto é, Juliano tinha consciência das faltas cometidas por Alexandre. Mesmo assim, esse governante era admirado por nosso personagem como um general, por sua generosidade, pelas suas vitórias e pela sua benevolência (ocasional) para com os seus amigos (FOX, 1997, p. 251).

Na sequência do discurso, quando os imperadores são chamados a competir entre si para saber qual deles teria sido o melhor governante, Hermes chama César, Otaviano e Trajano, em virtude da sua importância militar. Todavia, Cronos exige a presença de Marco Aurélio como representante dos filósofos. Este imperador foi descrito da seguinte maneira:

Marco [Aurélius] foi convocado e se apresentou. Ele tinha um ar cheio de majestade, seus olhos e rosto tão marcados pelo cansaço, e ainda assim uma beleza inegável emanava da sua atitude desprovida de sofisticação e elegância. Sua barba era farta, suas roupas simples e modestas. A prática da abstinência havia emaciado e sublimado seu corpo que era, ao que parecia, apenas luz pura e resplandecente (JULIANO, *Os Césares*, 317c e 317d).

Peter Astbury Brunt (1974) comentou que Marco Aurélio teve uma vida voltada para os estudos filosóficos. Suas *Meditações* tinham por mote pensar acerca da ordem divina do universo e do lugar que o homem ocupa nele. O imperador estoico se preocupava com as faltas que estaria mais propenso a cometer baseando-se no seu próprio caráter e nas virtudes mais difíceis de se alcançar, especialmente no ambiente corrupto da corte imperial. Ele desejava ser um bom governante e um bom homem e de todas as virtudes a mais valorizada por ele era a sabedoria. Também é mencionado o dever de dizer a verdade e a necessidade de reprimir a raiva. A franqueza, sob o seu ponto de vista, é a uma das virtudes essenciais para ser um bom homem. Marco Aurélio se dedicava igualmente à devoção aos deuses helênicos. Ele tinha dívidas e deveres para com os deuses e a eles deveriam ser reservadas a reverência, a obediência, o elogio e a confiança. Outras virtudes valorizadas por esse imperador eram a piedade, a justiça e a verdade.

Em outro artigo, Brunt (1975) se aprofundou nas questões do estoicismo associadas a Marco Aurélio. O imperador acreditava que teria sido escolhido para exercer tal encargo por meio da providência divina. Todavia, muitos escritos estoicos incentivam a vida contemplativa, ou melhor, a completa abstenção de envolvimento político. De acordo com o estoicismo, o papel do imperador é se manter vigilante no que tange à segurança de todos. Ele pertence ao governo, mas o governo não pertence a ele. No exercício governamental de um bom imperador há justiça, paz, moralidade, segurança, a manutenção da hierarquia social e a prosperidade econômica. Para aqueles que seguiam essa filosofia, tal qual em outras filosofias antigas, o homem deve almejar a felicidade individual. Isso só ocorrerá na medida em que a sua natureza interior permanece em harmonia com o universo da qual ela faz parte. O homem não nasceu para viver isolado e, por isso, é natural que ele busque o melhor para os seus semelhantes e para si mesmo.

Lacombrade expressou que tanto Marco Aurelio quanto Juliano buscavam o aperfeiçoamento espiritual e aproximavam-se quando analisamos as suas relações humanas e os seus deveres como governantes, o que significa que valorizavam as mesmas

virtudes políticas (LACOMBRADE, 1967, p. 16). Vejamos a cena em que Marco Aurélio é convidado para falar dos seus feitos políticos:

Enquanto Marco [Aurélio] recebia a palavra, Sileno disse em voz baixa a Dioniso: “Vamos ouvir este estoico para ver quais paradoxos e doutrinas maravilhosas ele vai nos contar”. Mas ele, com os olhos fixos em Zeus e nos deuses, disse: “Por minha vez”, disse ele, “Zeus e vós, outros deuses, não há necessidade de palavras ou argumentos. Se vós não soubésseis das minhas ações, seria apropriado que eu vos educasse. Porém, como vós as conheceis, uma vez que absolutamente nenhuma delas escapa de vós, cabe a vós apenas reconhecer os meus méritos”. Assim, parecia que Marco Aurélio não era apenas admirável em todas as coisas, mas também possuía uma sabedoria incomum por ter sabido, creio eu, não sem discernimento, a “falar quando necessário e calar-se quando preciso”. (JULIANO, *Os Césares*, 328c e 328d).

Isso posto, o imperador estoico representa as virtudes da sabedoria e da piedade, essenciais, conforme os ideais político-filosóficos de Juliano, para um bom governante. O imperador deveria possuir um caráter divino – salientamos, no entanto, que Juliano considerava a si mesmo como o elo entre os deuses e os cidadãos romanos, contudo, não era a encarnação dos deuses, rechaçando, assim, o sistema do *dominato* –, simultaneamente ao ato de se aproximar do modelo platônico, quer dizer, do governante filósofo. Para tanto, era necessário possuir a melhor educação possível e ter como objetivo o bem do Império ao utilizar a razão. Marco Aurélio, tal como Juliano vê a si mesmo, é descrito como uma pessoa simples e que se afasta de uma vida luxuosa. (DÍAZ BOURGEAL, 2017, p. 134). Mesmo em termos de dieta, o imperador estoico buscava viver com o menos possível, da mesma maneira que Juliano seguia uma dieta vegetariana e restrita, prescrita por seu médico pessoal, Oríbásio de Pérgamo (CARVALHO, 2020). Atentemo-nos à seguinte passagem de *Os Césares*, quando Hermes questiona Marco Aurélio sobre qual seria o seu objetivo de vida e este responde que era imitar os deuses. Então, Sileno intervém mais uma vez:

“Aí está”, resumiu Sileno, “uma resposta que não me parece sem sentido. Mas o que tu achaste que era imitar os deuses?” – Então, Marco [Aurélio] respondeu: “Ter”, disse ele, “as necessidades tão limitadas quanto possível e fazer o bem ao maior número de pessoas possível.” – “Tu queres dizer com isso”, disse Sileno, “que tu não precisavas de nada?” – “Eu não”, Marco [Aurélio] disse, “mas talvez meu pobre corpo precisasse de algumas pequenas coisas.” (JULIANO, *Os Césares*, 334a).

O fato de Marco Aurélio ser um modelo de bom imperador não é uma novidade. Isso ocorreu amplamente nos escritos dos helênicos do século IV. Embora Juliano não

faça referências diretas aos escritos de Marco Aurélio, ele tinha conhecimento da sua reputação como filósofo, amplamente difundida no período da Antiguidade Tardia. Para Marco Aurélio, enquanto estoico, o universo é governado pela lei, a ilegalidade é um ataque direto ao governo e o ato de legislar é uma arte que diz respeito ao imperador. Um bom governante deve evitar a luxúria. As leis precisam ser uniformes e aplicáveis a todos igualmente, portanto, o governo tem a incumbência de se basear na equidade e na liberdade de expressão. A clemência é um tema comum nos escritos do imperador estoico: aquele que julga deve dar ao acusado o benefício da dúvida. Marco Aurélio representava a união entre o filósofo e o governante, o intelectual grego e o imperador romano. É importante ressaltarmos que, para Juliano, as culturas grega e romana formavam uma unidade e a sua tarefa era restaurar a antiga glória de ambas. Com efeito, o nosso personagem buscava imitar Marco Aurélio em diversos aspectos: a sua barba e os seus trejeitos ao discursar, os sacrifícios aos deuses, a sua preocupação com o bem-estar público, com a justiça, a igualdade fiscal, as questões senatoriais e municipais. Pouco importa as diferenças entre o estoicismo de Marco Aurélio e o neoplatonismo de Juliano. O fato é que o primeiro era grego em termos de filosofia e romano por nascimento, ou seja, um imperador filósofo, como Juliano desejava ser. No século IV, o nosso personagem almejava ser a união entre a filosofia e o governo do Império Romano, entre as culturas grega e romana, tal qual Marco Aurélio o foi (STERTZ, 1977).

Igualmente, as ausências de alguns imperadores nos dizem muito a respeito de Juliano nesse discurso. Temos aqueles que eram considerados como usurpadores pelos seus contemporâneos e que não foram citados na sátira *Os Césares*. De acordo com Marina Díaz Bourgeal, isso é compreensível na medida em que Juliano se esforçou para legitimar a sua própria ascensão que poderia ser considerada por algumas pessoas, e o foi por parte da historiografia contemporânea, como um usurpador. Ora, tratando-se de um discurso que versa acerca do governante ideal, não há espaço para personagens tidos como usurpadores (DÍAZ BOURGEAL, 2017, p. 131).

Seguindo essa linha de raciocínio, devemos ressaltar as críticas realizadas por Juliano à dinastia constantiniana. Essa família é comumente conhecida devido aos seus conflitos internos e à morte misteriosa de alguns dos seus membros, como as de Crispo (século IV) (primeiro filho de Constantino com Minervina (século IV)) e Fausta (289 – 326) (segunda esposa de Constantino). Posteriormente à morte de Constantino, ainda temos o massacre de nove membros da família imperial, em 337, evento comumente associado a Constâncio II (337 – 361) como mandatário. Entre as vítimas, encontravam-

se um meio-irmão mais velho de Juliano e o seu pai. Depois das mortes que ocorreram no próprio governo de Constantino e no massacre de 337, somam-se a de Constantino II (317 – 340), em 340, ao invadir o território do seu irmão Constante (337 – 350), ademais da execução de Galo (351 – 354), meio-irmão de Juliano, ordenada por Constâncio II que o acusou de traição. Enfim, foram inúmeras as mortes ocorridas nessa dinastia por conflitos diretos entre os seus integrantes. Outra forte característica dela foram os complicados arranjos de casamento. Alguns dos seus membros, tal qual o próprio imperador Constantino, tiveram mais de uma esposa. Logo, havia um grande número de meio-irmãos, o que levava a uma disputa pela sucessão imperial. Ainda devemos refletir quanto aos casamentos realizados dentro da própria dinastia entre primos, como foi o caso de Juliano com Helena (século IV) (irmã de Constâncio II) (TOUGHER, 2012, p. 181-184).

Por isso, para se afirmar como um bom imperador, a crítica direta a Constantino e ao cristianismo é tão importante quanto a valorização de Alexandre e de Marco Aurélio. Podemos notar na passagem abaixo uma nítida denúncia contra a dinastia constantiniana por meio da intervenção de Sileno:

“Seriam então”, disse ele, “Constantino, os jardins de Adônis que nos apresenta como as tuas obras?” – “O que queres dizer”, responde o outro, “com jardins de Adônis?” – “Aqueles em que as mulheres”, resumiu Sileno, “plantam vasos em homenagem ao amante de Afrodite, arrumando o jardim como um leito de terra; eles florescem e murcham instantaneamente.” Constantino começou a enrubescer, entendendo imediatamente que assim também era a sua obra (JULIANO, *Os Césares*, 329c e 329d).

Ou então, no final do discurso, quando Alexandre permanece sob a tutela de Hércules, Otaviano sob a tutela de Apolo, Marco Aurélio sob a tutela de Zeus e Cronos, César sob a tutela de Áries e Afrodite e Trajano segue Alexandre sob a tutela de Hércules. Já Constantino, segue a Luxúria e junta-se a Jesus, que promete perdoar todo e qualquer pecado quantas vezes fosse necessário. Se olharmos mais atentamente para os detalhes desse discurso, como o fez Lacombrade (2003c), notaremos que Cômodo (117 – 192) e Heliogábalo (218 – 222) recebem apenas uma reprovação silenciosa por parte de Sileno, porque, de acordo com o referido tradutor, ambos eram sectários de Mitra. Da mesma forma, Cláudio, o Gótico (268 – 270), e Aureliano (270 – 275) são defendidos pelo deus Sol. Diocleciano (284 – 305) recebe homenagens por ter colocado o Império sob a proteção de Mitra e Juliano é um bom governante por sua filiação divina a Hélios Rei. A valorização de Cronos ao longo do discurso não se remete apenas às festividades em

questão, mas também pelo fato de representar o Tempo Infinito, primeiro princípio do mitraísmo e primeiro deus nos escritos de Jâmblico (250 – 330). Enquanto o mitraísmo é valorizado ao longo da sátira, Juliano deforma o cristianismo e a sua relação com Constantino.

### *Considerações finais*

A idealização de um passado é um lugar comum em qualquer período histórico. Na Grécia e no Império Romano isso não foi diferente e, no caso de Juliano, podemos citar a idealização tanto da figura de Marco Aurélio quanto da de Alexandre, o Grande. O nosso personagem representa a sociedade do seu tempo de uma forma que reflete as suas concepções mais íntimas. Estas se inserem no campo do político e vão muito além da política em si, configurando uma miscelânea indissolúvel entre cultura, religião, filosofia, política e tantas outras esferas sociais. Juliano era uma pessoa que agia com uma seriedade imperturbável. As virtudes por ele valorizadas se expressavam nos seus menores atos e o seu ascetismo era rigoroso. Com efeito, não é de se estranhar a escolha da exaltação de Marco Aurélio, o imperador filósofo.

Ao ponderarmos as descrições feitas por Juliano desses dois governantes, percebemos que a grande crítica a Alexandre, em *Os Césares*, é o fato dele não ter tido controle sobre as suas próprias ações, quer dizer, sobre os seus próprios desejos. Marco Aurélio representa a sobriedade que o guerreiro carece. Como resultado, o final da sátira nos leva a crer que Juliano encarna ambas as qualidades desses governantes: as práticas bélicas e filosóficas. Assim, o conjunto de tais virtudes anula, na figura do nosso personagem, os defeitos que compunham o caráter de Alexandre e Marco Aurélio. Logo, Juliano torna-se o imperador ideal sob a proteção de Mitra. O autor dessa sátira se promove por meio dela como um modelo de governante e o seu discurso busca angariar apoiadores para as suas reformas sociais, políticas e religiosas. Isso posto, a sátira de Juliano é dinâmica e a sua análise não pode ser separada do seu contexto político-cultural. O imperador redige o seu texto de maneira que possa enfatizar os seus aspectos positivos enquanto um bom governante.

A classificação de Juliano o leva a dividir a sua audiência em dois grupos na análise dos imperadores do passado: aqueles que valorizam as mesmas virtudes que ele e se aproximam do que ele concebe como um governante ideal e aqueles que discordam dele. Suas ideias políticas se baseiam na piedade (para com os deuses) e na justiça. Juliano

ama, respeita os deuses e sabe como se comportar, tal como Marco Aurélio, eleito como o melhor governante pelos deuses. Nosso personagem esperava que as pessoas reconhecessem o seu valor político e desaprovassem qualquer pessoa que tentasse modificar ou acabar com o helenismo. Com a decisão dos deuses a favor de Marco Aurélio, Juliano passa a ser a incorporação do modelo ideal de imperador. Simultaneamente, ele leva a sua audiência a pensar na comparação entre ele e Constantino, o helenismo e o cristianismo, o deus cristão e Mitra. Para além desse contraste, o imperador contribui para uma divisão da sociedade entre helênicos – que acreditam na piedade – e cristãos – com os seus valores imorais. Quando Juliano recebe instruções específicas e fica sob a tutela de Mitra, ele demonstra que vê a si mesmo em um céu diferente e com uma recompensa distinta das dos demais governantes. Por fim, reafirmamos que o humor é uma arma política, o que vai ao encontro da nossa hipótese.

#### Referências bibliográficas:

- ALEXANDROPOULOS, Georgios. *Caesars and Misopogon: a linguistic approach of Flavius Claudius Julianus' political satires. The Buckingham Journal of Language and Linguistics*, London, v. 8, p. 107-120, 2015.
- BALDWIN, Barry. *The Caesars of Julian. Klio*, Berlin, v. 60, p. 449-466, 1978.
- BENOIST, Stéphane. *Identité du Prince et Discours Impérial: le cas de Julien. Antiquité Tardive*, Paris, v. 17, p. 109-117, 2009.
- BIDEZ, Joseph. *La vie de l'Empereur Julien*. 3 ed. Paris: Les Belles Lettres, 2012.
- BOUFFARTIGUE, Jean. *L'Empereur Julien et la culture de son temps*. Paris: Institut d'Études Augustiniennes, 1992.
- BROWN, Peter. *Power and Persuasion in Late Antiquity: Towards a Christian Empire*. Wisconsin: University Press, 1992.
- BRUNT, Peter Astbury. *Marcus Aurelius in His Meditations. The Journal of Roman Studies*, London, v. 64, p. 1-20, 1974.
- BRUNT, Peter Astbury. *Stoicism and the Principate. Papers of the British School at Rome*, London, v. 43, p. 7-35, 1975.
- CARVALHO, Margarida Maria de. *História, presságios memoráveis e a morte do Imperador Juliano na obra de Amiano Marcelino (390-392 d.C.). História (São Paulo)*, São Paulo, v. 39, p. 01-18, 2020.
- CARVALHO, Margarida Maria de. *Um caso político-cultural na Antiguidade Tardia: o Imperador Juliano e seu conceito de educação. Acta Scientiarum, Education*, Maringá, v. 32, p. 27-39, 2010.

- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editorial, 2002.
- DÍAZ BOURGEAL, Marina. *Los Césares*. Los modelos históricos de Juliano. *Espacio, tempo y forma, Serie II – Historia Antigua*, Madrid, n. 30, p. 125-141, 2017.
- FOX, Robin James Lane. The Itinerary of Alexander: Constantius to Julian. *The Classical Quarterly*, Cambridge, v. 47, n. 1, p. 239-252, 1997.
- GARCÍA BLANCO, José. Introducción y notas. In: JULIANO. *Discursos VI – XII*. Introducción, traducción y notas por José García Blanco. Madrid: Editorial Gredos, 1982b. (Biblioteca Clásica Gredos, 45).
- HUNT, David. Julian and Marcus Aurelius. In: INNES, Doreen; HINE, Harry; PELLING, Christopher (eds.). *Ethics and Rhetoric*. Classical Essays for Donald Russell on his Seventy-Fifth Birthday. Oxford: Clarendon Press, 1995, p. 287-298.
- JULIANO. *Contra los Galileos*. Cartas y fragmentos. Testimonios. Leyes. Introducción, traducción y notas por José García Blanco y Pilar Gimenez Gazapo. Madrid: Editorial Gredos, 1982a. (Biblioteca Clásica Gredos, 47).
- JULIANO. *Discursos I – V*. Introducción, traducción y notas por José García Blanco. Madrid: Editorial Gredos, 1979. (Biblioteca Clásica Gredos, 17).
- JULIANO. *Discursos VI – XII*. Introducción, traducción y notas por José García Blanco. Madrid: Editorial Gredos, 1982b. (Biblioteca Clásica Gredos, 45).
- JULIAN. *Letters*. Epigrams. Against the Galilaeans. Fragments. With an English translation by W. C. Wright. Cambridge: Harvard University Press, 1923. (Loeb Classical Library, 157).
- JULIAN. *Orationes I – V*. With an English translation by W. C. Wright. Cambridge: Harvard University Press, 1913a. (Loeb Classical Library, 13).
- JULIAN. *Orationes VI – VIII*. Letters to Themistius, To the Senate and People of Athens, To a Priest. The Caesars. Misopogon. With an English translation by W. C. Wright. Cambridge: Harvard University Press, 1913b. (Loeb Classical Library, 29).
- JULIEN. *Oeuvres Complètes: discours de Julien César (I – V)*. 3 ed. Texte établi et traduit par Joseph Bidez. Paris: Les Belles Lettres, t. 1, p. 1, 2003a.
- JULIEN. *Oeuvres Complètes: discours de Julien Empereur (VI – IX)*. A Thémistius – Contre Héracléios le Cynique. Sur la Mère des Dieux. Contre les cyniques ignorants. 2 ed. Texte établi et traduit par Gabriel Rochefort. Paris: Les Belles Lettres, t. 2, p. 1, 2003b.
- JULIEN. *Oeuvres Complètes: discours de Julien Empereur (X – XII)*. Les Césars. Sur Hélios-Roi, Le Misopogon. 2 ed. Texte établi et traduit par Christian Lacombrade. Paris: Les Belles Lettres, t. 2, p. 2, 2003c.

- JULIEN. *Oeuvres Complètes*: lettres et fragments. 5 ed. Texte établi et traduit par Joseph Bidez. Paris: Les Belles Lettres, t. 1, p. 2, 2004.
- LACOMBRADÉ, Christian. Introductions et notes. In: JULIEN. *Oeuvres Complètes*: discours de Julien Empereur (X – XII). Les Césars. Sur Hélios-Roi, Le Misopogon. 2 ed. Texte établi et traduit par Christian Lacombrade. Paris: Les Belles Lettres, t. 2, p. 2, 2003c.
- LACOMBRADÉ, Christian. L'Empereur Julien émule de Marc-Aurèle. *Pallas*, Toulouse, n. 14, p. 9-22, 1967.
- PACK, Roger. Notes on the *Caesars* of Julian. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Baltimore, v. 77, p. 151-157, 1946.
- ROCHEFORT, Gabriel. Le Περί θεών καὶ κόσμου de Saloustios et l'influence de l'Empereur Julien. *Revue des Études Grecques*, Paris, t. 69, f. 324-325, p. 50-66, 1956.
- RELIHAN, Joel. Late arrivals: Julian and Boethius. In: FREUDENBURG, Kirk (ed.). *The Cambridge Companion to Roman Satire*. Cambridge: University Press, 2005, p. 109-122.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História do Político*. São Paulo: Alameda, 2010.
- SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do conceito de representação. *Revista de Teoria da História*, Goiás, v. 6, n. 2, p. 27-53, 2011.
- SMITH, Roland. The *Caesars* of Julian the Apostate in translation and reception, 1580–ca. 1800. In: BAKER-BRIAN, Nicholas; TOUGHER, Shaun (eds.). *Emperor and author: the writings of Julian the Apostate*. Swansea: The Classical Press of Wales, 2012, p. 281-322.
- SMITH, Roland. The casting of Julian the Apostate 'in the likeness' of Alexander the Great: a *topos* in antique historiography and its modern echoes. *Histos*, Newcastle, v. 5, p. 44-106, 2011.
- STERTZ, Stephen A. Marcus Aurelius as Ideal Emperor in Late-Antique Greek Thought. *The Classical World*, Baltimore, v. 70, n. 7, p. 433-439, 1977.
- STONEMAN, Richard. The legacy of Alexander in Ancient Philosophy. In: ROISMAN, Joseph (ed.). *Brill's Companion to Alexander the Great*. Leiden; Boston: Brill, 2003, p. 325-345.
- WEBB, Robert Henning. On the Origin of Roman Satire. *Classical Philology*, Chicago, v. 7, n. 2, p. 177-189, 1912.
- WRIGHT, Wilmer Cave. Introductions and notes. In: JULIAN. *Orations VI – VIII*. Letters to Themistius, To the Senate and People of Athens, To a Priest. The *Caesars*. Misopogon. With an English translation by W. C. Wright. Cambridge: Harvard University Press, 1913b. (Loeb Classical Library, 29).

<sup>1</sup>Todas as datas apresentadas neste artigo remetem ao período depois de Cristo. Quando não o forem, o mesmo será devidamente indicado no corpo do texto.

<sup>2</sup>Seguimos a classificação de Bidez-Cumont para a numeração das cartas de Juliano.

<sup>3</sup>Referimo-nos a Saturnino Salústio Segundo, *questor* do César na Gália e que depois recebeu deste a Prefeitura do Oriente quando de seu governo enquanto Imperador, e não a Flávio Salústio, que teria recebido a Prefeitura da Gália. O personagem ao qual nos referimos foi um gaulês, conhecedor das leis e da retórica, cuja educação foi completa e iniciada na filosofia. (ROCHEFORT, 1956).

<sup>4</sup> Juliano se refere a Augusto como Otaviano em um tom jocoso.

Artigo recebido em 29 de setembro de 2021.

Aceito para publicação em 20 de dezembro de 2021.

**“A MIM DELEITAM-ME OS CERTAMES LITERÁRIOS”:  
NOTÍCIAS DE UM DEBATE CRÍTICO AO REDOR DO  
ROMANCE SONHOS D’OURO (1872), DE SÊNIO  
[PSEUDÔNIMO DE JOSÉ DE ALENCAR].**

**“DELIGHT-ME THE LITERARY CONTESTS”: NEWS  
ABOUT A CRITICAL DEBATE AROUND THE NOVEL  
*SONHOS D’OURO* [“GOLDEN DREAMS”] (1872), BY SÊNIO  
[JOSÉ DE ALENCAR PSEUDONYM].**

Priscila SALVAIA\*

**Resumo:** O artigo aborda certo debate crítico-literário suscitado pelo romance *Sonhos d’ouro* (1872), de Sênio [pseudônimo de José de Alencar], à época de seu lançamento. Polemizando em torno das temáticas de uma ética liberal em suposto desajuste com o *modus operandi* de uma sociedade patriarcal, e de uma estética romântica em processo de decadência frente ao realismo, o debate entre “Sênio” e “Alceste” reverberava os aspectos morais, culturais e sociais que matizaram o Brasil do fim do período oitocentista. Destarte, ao reconstituir tal contenda, trazemos à baila especialmente o recorte da condição/representação feminina em tal historicidade, haja vista que literato e crítico se opunham sobretudo em suas percepções acerca de Guida, o perfil feminino criado por Alencar.

**Palavras-chave:** Literatura brasileira; século XIX; crítica literária; gênero.

**Abstract:** This article aims to certain critical discussion of the novel *Sonhos d’Ouro* [“Golden Dreams”], written by Sênio (José de Alencar pseudonym), at the time of its release. Polemicizing the theme of liberal ethics related to supposed maladjustment with the *modus operandi* of a patriarchal society, and a romantic aesthetic in process of decadence due to Realism, the debate between Sênio and Alceste reverberated the moral, cultural, and social aspects that shaped Brazil in the late 19th century. Thus, when reconstituting this dispute, we bring to light especially the cut of the female condition/representation at the time, since the literary writer and the critic opposed each other, particularly in their perceptions about Guida, the female profile created by Alencar.

**Keywords:** Brazilian literature; 19th century; literary criticism; gender.

*Sênio sob a máscara romanesca*

[...] Que significa este nome – Sênio – no frontispício de livros que vozes benévolas da imprensa já atribuem a outrem?  
Cada um fará a suposição que entender.

---

\*Doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda em História do Brasil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com bolsa "Pós-Doutorado-Nota 10 (PDR 10)" da FAPERJ. E-mail: priscila\_salvaia@hotmail.com.

Era preciso um apelido ao escritor destas páginas, que se tornou um anacronismo literário. [...] Por ventura escolhendo aquela palavra, quis o espírito indicar que para ele já começou a velhice literária, e que estes livros não são mais flores da primavera, nem frutos de outono, porém sim as desfolhas do inverno?

Talvez. (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1998 [1870], p.1).

Em setembro de 1870, no prefácio do romance *O Gaúcho*, José de Alencar lançava algumas explicações a respeito da máscara autoral que assumiria naquela e em outras obras que estavam por vir. Como o termo indicava, Sênio era um sujeito senil, ciente de sua decrepitude e, supostamente, entregue ao descrédito daqueles que se acomodam num pretérito aprazível, e cuidam de se manter alheios às revoluções que arrastam aos novos tempos. Em plena década de 1870, marcada pelos signos do cientificismo e da modernidade (ALONSO, 2002), Sênio bebia na fonte do idealismo romântico. Era anacrônico. Teria perdido o trem da tradicional História Literária que nos contam os manuais de estudo, e parecia teimar em escolhas estéticas que caducavam. Contudo, ao final, restava o vestígio da incerteza em relação à sinceridade confessional de Sênio e, talvez, tudo se resumisse a um misto de modéstia afetada e de auto ironia.

Em julho de 1872, como preâmbulo ao romance *Sonhos d'ouro*, José de Alencar, novamente sob o pseudônimo Sênio, brindava o seu público com um longo texto intitulado “Benção Paterna” (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1957 [1872], p.29-38), no qual tratava de oferecer algumas respostas à uma famosa contenda entrincheirada por Franklin Távora anteriormente. Dado o escopo deste artigo, não nos debruçaremos sobre as *Cartas a Cincinato* e os dissabores assinados por Semprônio (Cf.: MARTINS, 2008), todavia, voltaremos nossas atenções à (auto)defesa propagada por Alencar a respeito de uma estética dita romântica, através de exemplos presentes em sua própria narrativa.

Assim, e através da seguinte exclamação: “Ainda o romance!”<sup>1</sup>, Sênio iniciava um longo diálogo com o seu “livrinho dourado”. Através da máxima, a persona demonstrava a sua indignação acerca de certas suposições de que haveria uma indústria cultural consolidada no Brasil, capaz de garantir a circulação de obras e algum conforto àqueles que se dedicavam ao *métier* literário. Nesse momento, José de Alencar, na pele de seu narrador, vociferava: “Musa industrial no Brasil! [...] Não consta que alguém já vivesse nessa terra abençoada do produto de obras literárias.” (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1957 [1872], p.29). E se o pequeno *Sonhos d'ouro* desejasse fugir à pecha de “produto industrial”, o jeito era desagradar ao público, não ser lido, e deixar-se envolver por uma crosta de pó, num canto qualquer de uma estante esquecida.

Em seus termos, o debate parecia emular algo do famoso texto crítico “Da literatura industrial” (1839), de Sainte-Beuve, que teria problematizado a massificação da produção e do consumo literário no contexto da França da Monarquia de Julho. Mas, ao contrário do caso francês, nosso literato advertia que para aqueles que ousavam viver das Letras no Brasil, seriam reservadas pouca fama e muita precariedade. Aliás, o tema da profissionalização do trabalho do escritor sempre foi uma preocupação muito importante para Alencar que, como deputado, chegou a propor um projeto de lei que tratava dos direitos autorais (GODOI, 2017).

Porém, e ao que parece, não eram somente os escritores que careciam de maior respaldo e aperfeiçoamento em suas atividades; em sua “Benção”, Sênio também demonstrava certa insatisfação com a atuação de nosso corpo de críticos literários, que esbanjavam insipiência, e pareciam mobilizados pelo prazer de contrariar: “Os críticos, deixa-me prevenir-te, são uma casta de gente, que tem a seu cargo desdizer de tudo neste mundo. O dogma da seita é a contrariedade.” (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1957 [1872], p.30).

A persona de José de Alencar desqualificava a crítica ao mesmo tempo em que lançava um olhar benevolente, ou, talvez, solidário, ao público que consumia essa chamada “literatura industrial”, que podemos entender folhetinesca e inscrita nas páginas da imprensa, direta ou indiretamente. No caso de *Sonhos d’ouro*, eram esperados dois pontos de inflexão: “o peso e a cor”<sup>2</sup>. Sênio previa que o livro seria considerado leve demais, de pequeno cabedal e até descuidado; ademais, e ainda na ótica dessa crítica, a obra também seria caracterizada por um estrangeirismo arrebicado.

No que concerne à leveza, o autor-personagem recorria aos leitores para se resguardar. Filho de seu tempo, *Sonhos d’ouro* poderia ser considerado um romance simples, de fácil assimilação, e concebido com a pretensão de agradar ao gosto de um público-leitor habituado às tramas publicadas aos pedaços nos jornais. Sabemos que o romance em questão não saiu na imprensa, no entanto, a estrutura era a mesma de tantos folhetins, e a experiência de leitura esperada possivelmente semelhante. O narrador de Alencar nos fala de um leitor displicente, às voltas com sua própria rotina, e que poderia encontrar no “livrinho” um recreio para o seu dia:

Em um tempo em que não mais se pode ler, pois o ímpeto da vida mal consente folhear o livro, que à noite deixou de ser novidade, e caiu da voga; no meio desse turbilhão que nos arrasta, que vinha fazer uma obra séria e refletida? Perca pois a crítica esse costume em que está de exigir em cada romance que lhe dão, um poema. Autor que o fizesse, carecia

de curador, como um pródigo que seria, e esbanjador de seus cabedais. (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1957 [1872], p.32).

Em sua dissertação, Valéria Cristina Bezerra (2012) arrolou alguns dos paratextos vinculados aos romances de José de Alencar, demonstrando a ascendência desses escritos na recepção de suas obras. Citando alguns exemplos, a pesquisadora trata do caso de *Iracema* (1865), cujo prólogo e posfácio estabeleciam um diálogo com a representação de um leitor mais erudito, capaz de entregar-se à fruição de uma obra elaborada. Outros romances, como *Lucíola* (1862) e *Diva* (1864), que tratam de perfis femininos, contavam com paratextos que dialogavam com as leitoras, daí o uso de uma tônica mais moralista. Em todos esses casos, seria possível notar que a crítica especializada acabava refletindo as acepções postuladas pelo literato. Dito isso, *Iracema* seria aclamada por sua sofisticação retórica: “poema em forma de prosa, obra-prima”<sup>3</sup>; no caso de *Lucíola*, tudo se resumiria a pudor: “melhor abster-se de singular leitura”<sup>4</sup>; e, sobre a casta *Diva*, restavam as reverências a uma figura exemplar.<sup>5</sup> E, seguindo os passos de Bezerra, podemos afirmar que, em seus preâmbulos, José de Alencar buscava “influenciar” a crítica especializada (e considerada malformada), além de esboçar um modelo de leitor (neste caso, dito superficial).

Desse modo, partiremos para a leitura ou análise de *Sonhos d’ouro*, mirando a sua recepção na década de 1870 e tendo em mente os caminhos apresentados em “Benção Paterna”. Todavia, e de antemão, explicitamos que tal voz narrativa, ou a voz de Sênio, seguirá sendo compreendida através de suas inter-relações com o autor José de Alencar. Nesse sentido, temos ciência de que Sênio não era Alencar, porém, optamos por interpretá-lo como *verbo* de seu criador. Destarte, e buscando respaldo teórico na obra de Umberto Eco (1994, p.21), advertimos que Sênio figuraria como “autor-modelo” do “autor empírico” José de Alencar, sendo o primeiro concebido como sustentáculo de uma estratégia de interpretação crítico-literária ideada pelo segundo.

#### *Sobre o romance Sonhos d’ouro, de Sênio*

À sombra de seu intrigante prefácio foram, e têm sido, ínfimas as atenções destinadas ao escrutínio do enredo de *Sonhos d’ouro*. E não afirmamos isso como melindre daqueles que desejam valorizar o próprio trabalho, porém, com o intuito de demonstrar que a crítica especializada, em sua maioria, parece ter sido convencida pelo poder de persuasão do narrador-personagem Sênio em sua “Benção Paterna”, e

frequentemente aderiu à proposta interpretativa que limita *Sonhos* à pequenez de um romance feito para mocinhas, e sem grandes impactos nos debates estéticos que fervilhavam à época.

Como ponto de partida, recorremos a uma das mais famosas biografias de José de Alencar que, *en passant*, trouxe algo sobre a narrativa: *José de Alencar e sua época* (1977), de Raimundo Magalhães Júnior. Obra de cabedal, lançada nos anos 1970, com a chancela do Instituto Nacional do Livro (INL), e ainda de grande relevância entre o(a) alencariano(a)s, o escrito terminaria por restringir a análise da narrativa aos pormenores da vida afetiva de seu autor. Dessa forma, rente à experiência amorosa de um Alencar considerado envelhecido para a sua época, adoentado, e em condição financeira periclitante, Magalhães Jr. sugeriria que *Sonhos d'ouro* seria um romance de hesitação, que traria consigo os sentimentos de inferioridade vivenciados pelo literato diante de sua Guida: a resplandecente Srta. Georgiana Augusta Cochrane:

Na verdade, *Sonhos d'Ouro* não é mais que o romance de uma hesitação que no fundo seria a do pequenino, magro, pobre, enfermiço e idoso Alencar diante da jovem, bela, loura, saudável e abastada herdeira do médico homeopata e agenciador de negócios ferroviários. (MAGALHÃES JR, 1977, p.176).

Em perspectiva distinta, sem presunções biográficas, e com atenções voltadas à representatividade de José de Alencar para as Letras no Brasil, Antonio Candido, em seu clássico *Formação da Literatura Brasileira* (2000 [1959]), nos falaria inicialmente do projeto literário reivindicado e associado ao autor no intento de se construir uma literatura que pudesse ser concebida como nacional. Seguindo adiante, e tendo por foco a década de 1870, Candido trataria de um Alencar imerso à prática jornalística, oficialmente contratado pelo prestigiado editor Baptiste-Louis Garnier, e com romances ainda mais calcados no cenário social de fim de século.

Nesse ínterim, e de maneira didática, Candido nos apresentaria as facetas dos chamados “três Alencares” (2000, p.200-211). No primeiro caso, temos o “Alencar dos rapazes”, com protagonistas heroicos, cenários aguerridos e tônica predominantemente masculina. Seriam representantes desta safra os seguintes romances: *O Guarani* (1857); *As minas de prata* (1865-1866); *O Gaúcho* (1870); *Ubirajara* (1874) e *O Sertanejo* (1875).

O crítico também iria se referir ao “Alencar das mocinhas”, este seria mais gracioso, por vezes pelintra, e caracterizado pela criação de mulheres cândidas e homens bons que “dançam aos olhos do leitor” (2000, p.203). Esta face seria representada por

obras como *Cinco minutos* (1856); *A viuvinha* (1857); *Diva* (1864); *Sonhos d'ouro* (1872). No Alencar do universo feminino iriam predominar os valores da dignidade e da consciência, sempre mais fortes que os da paixão. Nessas narrativas, cujo “fulcro vital seria a mulher” (2000, p.203), o apelo ao desfecho do final feliz seria recorrente. Ou seja, na ótica de Candido, os finais mais duros e desencantados, seriam associados ao segmento masculino, enquanto o recurso ao *happy end*, nos informaria de artifícios literários palpáveis entre o segmento feminino.

Por fim, seria elencado o “Alencar dos adultos”, formado por elementos pouco heroicos e pouco elegantes, porém, com um senso artístico avassalador. No último caso, o grande crítico não propõe uma análise segmentada entre gêneros, mas sim um estudo da condição humana observada na experiência de homens e/ou mulheres, como Paulo e Lúcia, de *Lucíola* (1862), ou, Fernando Seixas e Aurélia, de *Senhora* (1875), ambos os romances que melhor representariam este Alencar dito da maturidade.

Interessa-nos enfatizar alguns aspectos preconizados por Antonio Candido. Primeiramente a vinculação de *Sonhos d'ouro* ao Alencar identificado a um universo feminino, que com suas personagens cândidas e de fácil assimilação (“dançantes aos olhos dos leitores”), arrebataria especialmente o público feminino, que sempre seria associado à literatura tipificada como romanesca. Portanto, um José de Alencar que comporia as suas protagonistas femininas em interlocução com as mulheres reais, consumidoras de livros e/ou jornais. Nesse sentido, e prevendo outros desdobramentos, vale dizer que a personagem Guida não fora associada a um perfil puro e ingênuo pela crítica da época, pelo contrário, a altivez da personagem verteu-se em petulância num famoso texto analítico prontamente rebatido pelo autor da obra.

Ressaltamos ainda o recurso do *happy end*, igualmente associado por Candido aos “romances alencarianos para mocinhas”. Acerca de tal questão, vale informar que, Sênio, num ardil de metaficção<sup>6</sup>, daria as caras ao final do texto, e em diálogo com B.L. Garnier, proporia o desmonte da narrativa *que havia terminado sombria*, mas que por engenho do personagem-narrador, seria (de)formada ao esperado final feliz e harmonioso. Enfim, um trecho importantíssimo, e sumariamente negligenciado pelos poucos que se debruçaram sobre a obra.

Sublinhamos que *Sonhos* é um romance romântico de final temporariamente infeliz. Num primeiro momento, o par romântico da trama terminaria separado. Em miúdos: Ricardo é afastado da prima/noiva, mas falta-lhe iniciativa para procurar por Guida; esta, por sua vez, iria ceder a um casamento de conveniência com um dos tantos

pretendentes que viviam a rodeá-la: o Bastos. Dessa forma, Sênio proporia o arremate *prévio* da narrativa: “[...] Assim terminaram estes “sonhos d’ouro”, tão parecidos com os outros que a cada instante por aí acendem e se apagam, como os arrebois da tarde. FIM.” (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1957 [1872], p.393).

Pode-se afirmar, portanto, que uma prerrogativa de desilusão findava o livro num instante inicial. Contudo, e denunciando a ficcionalidade de sua criação artística, Sênio/José de Alencar, interviria explicitamente no final da obra, recomendando que o famoso editor que o contratara, B. L. Garnier, incluísse na impressão do livro um pós-escrito que, conforme sabemos, verteria o desfecho sombrio da obra:

#### CARTA AO EDITOR

Ilmo. Sr. Garnier

Se ainda não tirou a lume a segunda parte dos *Sonhos d’ouro*, peço-lhe o favor de mandar imprimir o incluso pós-escrito que leva a última notícia de nossos personagens.

Amigo e atento venerador

SÊNIO

S.C. 6 setembro, 1872. (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1957 [1872], p.394).

O pós-escrito anexado não trazia novidades sobre a vida das personagens, porém, realinhava a obra aos previsíveis artifícios associados à estética romântica. E, se por vezes fomos envolvidos pelo ardil de um narrador de caráter dúbio e oscilante; no trecho, Sênio tratava de nos arrastar, de maneira melancólica, pelos caminhos de um insuportável sofrimento amoroso prestes a ser curado pela tópica do *happy end* conveniente a todos. Pelas mãos do destino, Ricardo retornaria à Tijuca para um passeio fortuito e, na ocasião (na rua, andando a cavalo), ele iria se deparar com a moribunda Guida e sua fiel escudeira, Mrs. Trowsky. Ainda solteira, a jovem, que sempre foi caracterizada por um tanto de autonomia e por muita soberba, se encontrava na região por recomendação médica, para “tomar ares”, afinal, desde o afastamento de Ricardo, Guida teria sido acometida por uma tristeza profunda e de caráter irremediável:

Guida trajava naquela tarde um vestido cinzento e, sobre ele, um casaco preto guarnecido de marta. A alvura imaculada de seu rosto destacava-se nesse traje escuro, entre os negros cabelos, com uma lividez que assustava: parecia o perfil de uma estátua em alabastro. Reconhecendo

Ricardo, teve a moça uma violenta comoção, e tomou para suste-se o braço da mestra, que atribuiu o choque a susto e debilidade da moléstia.

- Não sabia que estava na Tijuca, disse Ricardo.

- Viemos há oito dias.

- Ela tem andado doente; o doutor mandou tomar ares, disse Mrs. Trowsky em português arrevesado.

- Há de fazer-lhe bem a Tijuca, tornou Ricardo.

- À saúde?... perguntou Guida.

E abanou a cabeça desfolhando um triste sorriso. Foi então que Ricardo reparou o estado de abatimento da moça. O talhe, tão esbelto e grácil, retraía-se como o cálix do lírio do vale quando fana-se, e os olhos de embaciados, só intercidentes, como o trepidar da estrela, rutilavam para desferir lampejo febril. (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1957 [1872], p.398).

A mesma mocinha que envolvera Ricardo habilmente ao longo de toda a trama, propondo-lhe casamento e tomando as rédeas da vida pelas próprias mãos, se resignava, e, indiretamente, pedia para ser salva pelas mãos do homem amado: “[...] por que não me deu o criador um raio do fogo sagrado para reanimar esta vida que se extingue, para reter na terra esta bela mulher que se está transformando em anjo?” (SÊNIO, [pseudônimo de José de Alencar], 1957 [1872], p.399). Ao final, ou no “FIM DO FIM” (SÊNIO, [pseudônimo de José de Alencar], 1957 [1872], p.403), o casal seria unido, e o interessante perfil feminino apresentado aos olhos do público, se veria prostrado aos pés de seu futuro marido/senhor:

Ergueu Ricardo surpreso os olhos, e viu o semblante da moça banhado em lágrimas.

- Guida! exclamou ele.

E cingiu-lhe a cintura com o braço para ampará-la, porque a via desfalecer.

- Eu queria morrer aqui! balbuciou ela descaindo-lhe a fronte ao ombro de Ricardo, e reclinando o talhe ao peito onde conchegou-se hirta, sem movimento.

Mudo e estático, Ricardo não sabia o que fizesse; não tinha forças para separar de si o corpo desfalecido, nem ousava observar-lhe o semblante, temendo nele ver a máscara da morte.

Foi rápido o lance, e durou enquanto Mrs. Trowsky, que duas vezes investira com o arvoredo, mas fora repelida por causa da sua rotundidade, fazia volta para aproximar-se.

- Guida! repetiu Ricardo aflito.

A moça ergueu a fronte e engolfando-se no olhar que banhou o rosto do mancebo, sorriu:

- Cuidei que morria... e era feliz!

Ricardo pousou um beijo casto na fronte da moça.

- Há de viver!

- Para quem?...

- Para mim!

- Por ele e para ele, meu Deus! disse ela ajoelhando com as mãos erguidas ao céu. (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1957 [1872], p.401-402).

Portanto, e intervindo de maneira manifesta, sob a máscara de Sênio, Alencar expunha os artifícios da literatura romanesca na frente de um público que fora desqualificado a priori. Tal movimento, do nosso ponto de vista, poderia ter sido ideado com a finalidade de esboçar uma consciência crítica junto a tais interlocutores, provocando-os na superficialidade do próprio gosto literário, e preparando-os, ou, supostamente, *educando-os*, para os prenúncios de uma nova concepção estética, mais acomodada à realidade empírica e/ou de recursos formais nem tão idealizados.

Dessa maneira, e ressignificando o adequado termo sugerido por Raimundo Magalhães Jr., embora nos coloquemos à margem de qualquer intuito biografista, também compreendemos *Sonhos d'ouro* como um “romance de hesitação”, em específico porque pensamos que tal obra traz consigo as oscilações e dubiedades que identificam a sua própria época, de fim de século.

Creemos ainda que Sênio transcorreria por entre projetos políticos que buscavam manter o *status quo*, e por entre aqueles que faziam concessões a uma ética já reconhecida como liberal. Por outro lado, os ranços do patriarcalismo, ainda tão enraizados em nossa sociedade, não passariam despercebidos, e seriam incorporados ao tecido da trama romanesca. Ademais, e conforme abordaremos, conjugando tais temáticas aos debates estéticos em voga, Sênio ainda hesitava por entre arquétipos femininos *bibelôs* e mulheres com alguma consistência crítica, demonstrando que a encruzilhada romântica/realista também se encontrava no percurso a ser trilhado naquele momento.

#### “A mim deleitam-me os certames literários”: a recepção crítica de *Sonhos d'ouro*

Em setembro de 1872, nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*, pode-se rastrear um profícuo debate suscitado pela então recente publicação do romance *Sonhos d'ouro*. De antemão, vale afirmar que o autor das críticas, Alceste, um pseudônimo não identificado, iria entoar quase todas as prerrogativas sugeridas por Sênio em sua “Benção Paterna”, e, nesse sentido, faz-se justificável o caminho interpretativo que trilhamos até aqui.

Na série de textos “Cartas a Philinto”, que sempre ocupava o rodapé da primeira página do citado jornal, Alceste costumava trazer um apanhado da cena política de então e algo sobre as nossas mazelas sociais, além disso, e, talvez, com maior ênfase, era a vida

cultural da Corte que parecia interessar ao colunista, que tinha por hábito se dedicar à análise de obras literárias recém-lançadas. Assim, no exemplar de 9, 10 de setembro de 1872, entre os tópicos que apresentavam o conteúdo do escrito daquele dia, podemos conferir os seguintes subtítulos: “O livro do Sr. Alencar”; “Não às nacionalidades”; “Tipos estrangeiros do romance”; “Espírito Antidemocrático”; “O Sr. Alencar historiador”:

**Figura 1** – Recorte da coluna “Folhetim do *Diário do Rio de Janeiro*” assinada pelo pseudônimo “Alceste”.



Fonte: ALCESTE [pseudônimo desconhecido], 1872a, p.1.

Alceste dava início à sua análise sublinhando o tom aguerrido presente na construção de “Benção Paterna”: “No prólogo arrojou o autor tiros certos à parcialidade política, à escola estrangeira de literatura e à indiferença da crítica.” (ALCESTE [pseudônimo desconhecido], 1872a, p.1). Vale lembrar que, no paratexto, Sênio sinalizara com expectativas de que a crítica especializada apontaria o defeito da ausência de um “matiz brasileiro”<sup>7</sup> na composição de *Sonhos d’ouro*. E, ante o arbítrio, a persona se prevenira:

[...] Desta luta entre o espírito conterrâneo e a invasão estrangeira, são reflexos *Lucíola*, *Diva*, a *Pata da Gazela*, e tu, livrinho, que aí vais correr o mundo com o rótulo de *Sonhos d’ouro*.

Taxar estes livros de confeição estrangeira, é, relevam os críticos, não conhecer a fisionomia da sociedade fluminense, que aí está a faceirarse pelas salas e ruas com atavios parisienses, falando a algemia universal, que é a língua do progresso, jargão erriçado de termos franceses, ingleses, italianos e agora também alemães.

Como se há de tirar a fotografia desta sociedade, sem lhe copiar as feições? Querem os tais arqueólogos literários, que se deite sobre a realidade uma crosta de classicismo, como se faz com os monumentos

e os quadros para dar-lhes o tom e o merecimento antigo? (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1957 [1872], p.35-36).

A crítica de Alceste iria se desenvolver a partir das sugestões do pseudônimo de Alencar. Por conseguinte, o tema do “exclusivismo nacional” surgiria como um critério relevante para avaliação da obra. E, para tanto, era proposto um breve exame do casal de protagonistas, Guida e Ricardo. Alceste questionava se a jovem aristocrática e o rapaz tão cheio de devaneios, seriam, de fato, tipos naturais de nossa sociedade, considerada “franca e democrática.”<sup>8</sup>. O argumento que Alceste utilizava para explicar o deslocamento das personagens na cena brasileira oitocentista bebia na fonte inesgotável do julgamento moral. No trecho, que tratava do casal e de outros vultos do romance, a análise seguia acachapante:

[...] serão estes e outros personagens do seu romance individualidades morais que ofereçam boa escola ao povo e o encarreirem como os exemplos da prodigalidade aristocrática, da esmola desdenhosa, da frieza dos laços de família no bom caminho das virtudes cívicas e de emancipação política? (ALCESTE [pseudônimo desconhecido], 1872a, p.1).

Com protagonistas de caráter duvidoso e uma trama repleta de estrangeirismos, *Sonhos d'ouro* ressoava por seu conteúdo pouco exemplar, e, portanto, distanciado das funções do romance postuladas por tantos críticos da época. Apesar das amenidades anunciadas pelo título, Alceste não titubeava ao taxar a narrativa como “um verdadeiro escrito de polêmica.”<sup>9</sup>. O “livrinho” de Sênio não retratava a sociedade íntima daqueles tempos com base numa idealização moralizante, por isso, de acordo com Alceste, como romancista, José de Alencar revelava-se um péssimo historiador. Ou seja, Alencar falhava como romancista, por não educar pela emoção; e também falhava como historiador, pois tratava de um cotidiano prosaico, que fugia às prescrições de uma História compreendida como mestra da vida:

Desculpe-nos o ilustre escritor. Admiramos a sua eloquência e energia na tribuna, foram para nós modelos os seus escritos de polêmica, aplaudimos com entusiasmo as suas primeiras criações ideais, mas tememos o seu influxo como romancista de ideias aristocráticas. Parece-nos que a sua pena viril e severa estava talhada para a história filosófica do país, não para a história indigesta e convencional, que por aí desafia a verdade e não passa do[e] compilação pretensiosa, mas a história séria que analisando os erros do passado, dá lições às gerações novas. Aí não haverá o perigo dos tipos ideais e o talento do escritor achará campo mais desafogado e mais digno de sua energia moral. (ALCESTE [pseudônimo desconhecido], 1872a, p.1).

Passados apenas dois dias do primeiro texto de Alceste, nas mesmas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*, acompanharíamos a réplica de Sênio (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1872, p.1). De antemão, sublinhamos a importância do texto, informando que o escrito passou a ser incorporado às subseqüentes edições do livro, como uma proposta de posfácio. Sendo assim, estamos diante de um debate que saiu das páginas efêmeras da imprensa e fundiu-se à recepção duradoura do livro.

Satisfeito com a contenda: “A mim deleitam-me os certames literários.” (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1872, p.1), Sênio retomava os exatos pontos elencados pelo crítico. Em primeiro lugar, o autor esclarecia que seus personagens não teriam sido concebidos sob a ótica da intimidade.<sup>10</sup> A trama tratava de relações publicizadas, ocorridas à luz do dia, e, muitas vezes, no cotidiano das ruas. Logo em seguida, Sênio questionava a proposta de análise da personagem Guida:

Por que razão não apresentará nossa sociedade, a mundana ou a íntima, o tipo de uma menina caprichosa e aristocrática? Não há capricho no Brasil? Aqui as rosas são, como dizia Milton das do Éden, sem espinhos (*without thorn*)? (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1872, p.1).

E, concluindo o trecho, a persona atestava que o espírito aristocrático de Guida tinha lá as suas especificidades, pois não provinha dos arcaísmos da tradição, mas do tóxico inebriante do dinheiro:

[...] É indispensável habituar um homem desde criança a lidar com esse tóxico perigoso, que se chama dinheiro; do contrário corre o inexperiente o risco de embriagar-se com ele.”  
[...] Também será deserddada de toda superioridade essa raça brasileira, a ponto de não sentirem, os espíritos elevados quaisquer assomos da aristocracia natural que não vem da linhagem, mas de alguma proeminência social, chame-se esta dinheiro, talento ou posição? (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1872, p.1).

Nossa protagonista era filha de banqueiro, e não carregava a linhagem de um sobrenome pomposo, tampouco a ilustração e inexpressão de um *bibelô* feminil. Algo do traço brasileiro e periférico de Guida, revelava-se, por exemplo, na sua necessidade de imitação dos hábitos europeus: nas roupas de cachemira, no uso de luvas, no costume de andar acompanhada de uma governanta e de um criado estrangeiros. O mesmo traço também se revelava numa domesticidade tonalizada pelos arranjos da casa e, possivelmente, pelo controle dos escravos:

Em um país onde tanto se esbanja com extravagâncias, onde homens sérios queimam centenas de contos em baboseiras, não se concebe que a filha de um banqueiro pudesse ter quejando capricho? Será necessário ir às sociedades de velha fidalguia para encontrar exemplos dessas dissipações? Ao contrário, o traço brasileiro está aí se revelando. Desses caprichos não se lembraria Guida se, apesar de rica, não se ocupasse com os arranjos da casa e não tivesse as chaves da dispensa. (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1872, p.1).

Enfim, a riquíssima filha do capitalista também era sinhá e, na ótica de Sênio, tal combinação não denotava nenhum tipo de contradição. Isto posto, o capricho apresentava-se como uma forma de diferenciação, especialmente no espaço público, onde Guida representava certa elegância e altivez que não faziam parte de seu dia a dia no espaço doméstico. E, nesse processo de autoafirmação social, alguns excessos faziam-se necessários:

Desconhece a vida fluminense quem negar a existência do que se chama entre nós a “alta sociedade”, embora sem o esplendor do *grand monde* em Paris e da *high life* em Londres.

Se o ilustrado crítico chegasse à janela da sua tipografia em um dia de festa, veria passar-lhe diante dos olhos não uma, senão muitas moças mais caprichosas e aristocráticas do que a Guida.

[...] Talvez que o severo crítico sentisse o ressaibo de estrangeirismo no fato de trazer Guida em sua carteira uma nota de cinquenta mil-réis para fazer com ela uma esmola disfarçada por uma travessura.

Se ainda não desapareceu em todas as zonas da sociedade fluminense o tempo do “papai me dá um vintém”, não é menos certo que um melhor princípio de educação doméstica já condenou aquela tacanha e mesquinha inquisição familiar, que excedia-se em preparar a massa dos hipócritas, dos avaros e dos perdulários.

[...] Que resta da inculcada aristocracia de Guida?

Uns desperdícios feitos pela moça, que dava chocolate a comer ao seu cavalo e mandava-o lavar com vinho em vez de aguardente. (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1872, p.1).

Da afetação de Guida ao anseio de ascensão de Ricardo. O jovem rapaz, de origem humilde e confessos desejos de elevação social, era fascinado pelo universo de excessos por onde Guida transitava. Contudo, Ricardo não era um sonhador. Retomando o termo utilizado por Alceste, Sênio advogava em defesa de seu personagem: O bacharel não era um “homem de devaneios”, pelo contrário, Ricardo era um homem prático, de interesses positivos, e ciente dos desafios que lhe eram reservados enquanto chefe de uma família com poucos recursos:

Longe de ser o “homem dos devaneios”, Ricardo é o homem prático, preocupado dos interesses positivos da vida, compenetrado de sua grave responsabilidade como chefe de uma família não pequena e paupérrima

que tem nele o único arrimo. Professa a advocacia, donde espera tirar recursos; luta com uma corajosa tenacidade contra as dificuldades do tirocínio. Nas horas de lazer não faz verso, desenha, como eu costume fazer às vezes, à toa e por desfastio, sem nunca ter aprendido; e confesso que esses grosseiros *empastes* me divertem. (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1872, p.1).

Novamente Sênio insistia: não estávamos diante de tipos estrangeirados. Aliás, não estávamos diante de “tipos”, uma vez que Guida e Ricardo seriam caracteres formados pelas nossas condições sociais e idiossincrasias<sup>11</sup>, e carregavam consigo os valores da sociedade brasileira de fim de século que, para o autor-personagem, poderia ser caracterizada pelo afrouxamento das hierarquias de classe. Por conseguinte, e retomando o julgamento de Alceste, o casal não estaria deslocado em tal cenário social, dito “franco e democrático” que, ao menos em teoria, admitiria que todos – independentemente da origem – pudessem almejar um lugar ao sol:

Tachando as duas personagens principais de estrangeiras, deu a entender que destoavam da nossa “sociedade franca e democrática”. Mas não será franca e democrática a sociedade onde se passam as cenas do romance? Onde dois moços pobres e desconhecidos são convidados a jantar, logo depois de rápido conhecimento, feito pela manhã em um encontro? Onde a fidalguia é representada por titulares de carregação, como um barão que foi tropeiro, um visconde que foi belchior, e um conselheiro que tem casa de consignações? (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1872, p.1).

Por trás de Sênio, José de Alencar lançava a sua última cartada, todavia, Alceste ainda não se daria por vencido, e a derradeira tréplica já estava a caminho.

Na “Carta a Philinto – XII” (ALCESTE [pseudônimo desconhecido], 1872b, p.1), o crítico demonstrava toda a sua insatisfação em relação aos contra-argumentos propostos por Sênio. A respeito de Guida, Alceste compreendia que o autor havia insinuado que ele não era capaz de enxergar a possibilidade de que o país fosse adiantado o suficiente para admitir a existência de tal perfil.<sup>12</sup> Ou seja, ironicamente, o sujeito senil teria taxado o seu interlocutor de anacrônico e, quase precariamente, Alceste tentava contestar as palavras do romancista, retrucando que os exemplos de excentricidade de Guida não encontravam respaldo em nossos modelos femininos de aristocracia:

O próprio autor dos *Sonhos d’ouro* encarregou-se de enumerar alguns dos atos da caprichosa donzela, que mostravam não haver por enquanto nesta terra modelos de tão aristocrática prodigalidade e excentricidade de maneiras. (ALCESTE [pseudônimo desconhecido], 1872b, p.1).

Alceste continuava a insistir na inverossimilhança de Guida através da tese moral. A personagem não apresentaria a elevada educação das filhas das famílias aristocráticas, nem mesmo daquelas erigidas pelo trabalho. O problema não era a origem de Guida, mas, referindo-nos à correção de Sênio (tipo x caractere/caráter), o crítico parecia demonstrar certo dissabor em relação ao suposto (*mau-*)caráter da moça, um perfil feminino incomodamente maculado pela falta de decoro:

[...] Realmente, se as nossas filhas de família tivessem usualmente desses “caprichos elegantes” os seus pais comendadores ou simples cidadãos haviam-se de ver em inúmeras dificuldades para conservar a santidade do lar doméstico!

Quanto aos verdadeiros pontos do caráter de Guida, permita-me o ilustre crítico que os ache bastante repreensíveis. Que imaginação portentosa não é a de uma moça, que se enamora de um negligente mortal, porque o vê em posição assaz ridícula, a colher umas flores bonitas pelas devesas da montanha? Que espírito bem educado e digno de apresentar-se por modelo às meninas elegantes, uma moça não perde vasa de ir a cavalo em procura do namorado incógnito e à força ordena aos seus requestadores, que o tragam à casa de seus pais?! (ALCESTE [pseudônimo desconhecido], 1872b, p.1).

Guida não preservava os valores e a “santidade do lar doméstico”: se enamorava de um sujeito estranho ao seu círculo social; cometia insanidades; saía a cavalo, desvairadamente, à procura do tal namorado e ordenava que o levassem até a casa de seus pais... Enfim, a rapariga esbanjava deselegância, e não confluía com os exemplos colhidos na realidade esboçada por Alceste: “A mulher jovem peca entre nós pelo contrário. A isenção, o recato e a dificuldade das primeiras afeições caracterizam os seus anos da primeira mocidade.” (ALCESTE [pseudônimo desconhecido], 1872b, p.1).

O suposto excesso de liberdades experienciado pela personagem também se daria mediante a temática do casamento. Reproduzindo as palavras do pai de Guida, o Sr. Soares, Alceste transcrevia um trecho específico do romance, acompanhemos:

- Nesta matéria de casamento, meu caro doutor, eu sou a coroa, a Guida é o parlamento. Ela tem o direito de votar o projeto; eu limito-me à sanção ou ao veto. Assim o pretendente, quero dizer, o ministro, se quiser orçamento, deve usar de toda a sua eloquência no parlamento para derrotar a oposição. (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1957 [1872], p.133. Apud: ALCESTE [pseudônimo desconhecido], 1872b, p.1).

Como sabemos, o sistema parlamentarista caracteriza-se por uma representatividade figurativa do monarca, e maior poder de arbítrio das câmaras. Sendo assim, Guida poderia flertar com seus pretendentes, pois lhe era concedido o direito da

dubitação e do voto; aos mancebos, os ministros, eram necessários certos esforços de convencimento. E, por último, quando tudo já estivesse praticamente decidido, restava o detalhe da sanção paterna. No cenário oitocentista, quando o casamento era reconhecido como um acordo de cavalheiros, – pais e noivos que protagonizavam parcerias vantajosas para suas famílias (Cf.: PEREIRA, 2012) – configurava-se como um disparate a criação de uma mulher tão influente. Por sinal, era esse o tom sentencioso de Alceste, ainda que disfarçado pela advertência da desilusão amorosa:

Além de algumas impropriedades da analogia, é esta figura talvez muito aceitável como alusão política, mas há de achar pouco apoio entre os moralistas previdentes. Deixar discutir por vários pretendentes o afeto no coração da filha, para depois do convencimento, e da final proposta, espedaçar a afeição da infeliz, em uma rejeição possível, é realmente correr risco ilimitado! (ALCESTE [pseudônimo desconhecido], 1872b, p.1).

O crítico literário ainda citaria os outros pretendentes da mocinha mimada: o pretensioso Nogueira, o interesseiro Bastos, o fútil Guimarães. E, entre tantos adutores, a “bela escrava de ouro” escolheria o ardiloso Ricardo, no qual Sênio teria requintado os caprichos da vaidade, e cujo ideal também era o dinheiro. Por isso, de acordo com Alceste, o principal defeito de *Sonhos d’ouro* - ou o seu lado mais “antidemocrático” – seria o da “divinização do orgulho”. E praticamente todos os personagens se perderiam nessa falha, que seria o padrão comum da obra. Nessa perspectiva, o crítico acusava Sênio de ter criado um panteão de contraexemplos sem abnegá-los ao fim da narrativa. Novamente a desqualificação do romance pautava-se pelo critério da (i)moralidade, e pela ausência de um intuito pedagógico visto como inerente ao gênero:

Se procuramos a compensação dos caracteres e tipos de Guida e Soares nos outros personagens do romance, encontramos as mesmas qualidades de egoísmo e vaidade. Em Nogueira a vaidade do talento, em Bastos a vaidade do dinheiro, em Guimarães a vaidade da garrulice e da elegância fútil. Todos estes conquistadores de esporas douradas e luneta com imensos reflexos da personalidade interna, vão à demanda do dote, como quem anda em ajustes de uma compra difícil e para a qual escasseiam meios. Nem o menor vislumbre de afeto! A bela escrava de ouro há de pertencer ao mais ardiloso ou ao que apresentar mais habilmente as suas vaidosas qualidades. Será o melhor namorado da ficção, o Ricardo, em que Sênio requintou as pretensões e caprichos da vaidade? Não é o seu ideal o dinheiro, e todas as suas isenções não provém do orgulho ferido pela superioridade da riqueza?

[...] Esta divinização do orgulho é ainda outro lado antidemocrático do romance. Quase que todos os caracteres se perdem nesse defeito que torna-se o seu padrão comum. Se o romance não tem obrigação de ser uma lição política, ao menos é de boa inspiração apresentar com seu

grau de abnegação a sociedade que descreve. (ALCESTE [pseudônimo desconhecido], 1872b, p.1).

José de Alencar, na pele de Sênio, apesar de não abnegar Guida, quase terminou por condená-la a um terrível sentimento de abandono que poderia levá-la à morte. No entanto, e conforme dito, tudo seria apaziguado pelos artifícios do romanescos, e o par de egoístas e vaidosos terminaria casado e feliz. De fato, não há condenação, até mesmo porque não há uma vilania tão bem definida na narrativa. Do nosso ponto de vista, os clichês românticos que, inegavelmente, compõem a obra, encontravam-se mesclados - e deturpados - pelos referenciais de uma realidade social e histórica que contemplava o cotidiano da Corte no final do século XIX; daí a sugestão na réplica de Sênio, para que Alceste abandonasse brevemente a sua pena e seus afazeres, e simplesmente observasse pela janela de sua tipografia os perfis femininos que circulavam pela cidade num dia de festa, podendo concluir que moças aristocráticas e caprichosas como Guida não eram raras ao cotidiano das ruas fluminenses, e que a protagonista em questão teria sido concebida sob o amparo da verossimilhança.

### *Considerações finais*

Recapitulemos uma das assertivas de Sênio: *Sonhos d'ouro* era filho de seu tempo. Em sua forma, reverberava o prosaico e os recursos narrativos folhetinescos que costumavam fisgar os leitores: tramas lineares, com alguns poucos sobressaltos, e um previsível final feliz. Entretanto, pensamos que em seu conteúdo, José de Alencar, utilizando-se da máscara associada à senilidade, aproveita-se para propor algumas redefinições em torno do status do gênero romanescos.

Abençoando o seu livrinho paternalmente, José de Alencar retomava a sua posição de autoridade, mas sem ater-se a uma tônica excessivamente imperiosa. Assumindo uma suposta decrepitude, Sênio oscilava entre a confiança inspirada pela experiência, e o descrédito suscitado por uma admitida caduquice. O pseudônimo, portanto, podia inspirar certa dubiedade entre os críticos, ainda que entre o público sugerisse uma credulidade intimista:

Estes volumes são folhetins avulsos, histórias contadas ao correr da pena, sem cerimônia, nem pretensões, na intimidade com que trato o meu velho público, amigo de longos anos, e leitor indulgente, que apesar de todas as intrigas que lhe andam a fazer de mim, tem seu fraco

por estas sensaborias. (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1957 [1872], p. 32).

De acordo com Germana Maria Araújo Sales (2003, p.66-70), tratar o leitor com benevolência era estratégia recorrente nos prefácios literários oitocentistas que, de maneira geral, buscavam angariar a cumplicidade do público através do estabelecimento de uma relação de lisonja. No caso de “Benção Paterna” e *Sonhos d’ouro*, ainda que lisonjeados em sua lealdade, os interlocutores de José de Alencar também eram “alfinetados” em suas predileções estéticas: o gosto pelas sensaborias folhetinescas. Além disso, devemos lembrar que um dos principais argumentos de Alceste para desqualificar o romance foi o de que Sênio não teria castigado seus personagens “negativos”. Por exemplo, a protagonista Guida, cuja índole seria considerada duvidosa, chegaria ao fim da trama tão rica quanto no início, e casada com o homem por quem se apaixonou. Nessa perspectiva, a repreensão moral não se completava, e não havia lição a ser apreendida.

Retomemos a argumentação teórica de Alceste: *Sonhos d’ouro* divinizava o orgulho. Logo, José de Alencar, ou Sênio, contrariava as expectativas da crítica e, ao invés de abnegar a sociedade carcomida que representava, parecia reafirmá-la em seus aspectos mais abjetos. Dessa maneira, podemos cogitar que, se não estamos diante de um narrador didaticamente dualista, era delegado aos leitores o exercício de aguçar suas percepções mediante os matizes que envolviam a narrativa. Por isso, acreditamos na possibilidade de que o literato acenasse com um voto de confiança em relação à criticidade de seu público.

No famigerado prefácio, Sênio parecia ciente das particularidades de se produzir ficção para um público de práticas de leitura apressadas, próprias daqueles tempos modernos: “Não se prepara um banquete para viajantes de caminho de ferro, que almoçam a minuto, de relógio na mão, entre dois guinchos da locomotiva.” (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1957 [1872], p. 32). Folhetinesco, *Sonhos d’ouro* nos fala da força de um sentimento amoroso capaz de superar todo e qualquer obstáculo. Sendo assim, o fio condutor emotivo reafirmava todos os cacoetes que envolvem esse tipo de construção narrativa. Porém, tal constatação não deve ser compreendida como um empecilho para que o literato tocasse em temas considerados mais graves.

Em “O romance como epopeia burguesa” (1999), Georg Lukács sugere que o gênero literário iria se legitimar na esteira de uma modernidade compreendida em seus signos de decadência moral, e timbrada por uma concepção de individualidade inconcebível ao período Antigo. Tais acepções seriam prezadas pela nova classe

burguesa, surgida em fins do século XVIII, numa Europa em franca ebulição. Neste cenário, e citando como exemplo a obra do escritor realista Honoré de Balzac, Lukács argumentava sobre a aspiração do romancista em tornar-se uma espécie de historiador da vida privada, lugar de onde seria possível representar a realidade burguesa em roupagem crítica.<sup>13</sup>

Caminhando paralelamente a essa formulação teórica, e aproveitando-nos da alcunha de um “José de Alencar, historiador” sugerida por Alceste, defendemos a leitura pormenorizada de *Sonhos d’ouro* em diálogo com as transformações que marcaram a realidade de seu tempo, ou, mais especificamente, em intercâmbio com uma ideia de modernidade remissiva à década de 1870. Ainda assim, e avessamente à hipótese de Luckács, conjugamos a ficção de Alencar ao espaço público, onde acreditamos que uma identidade aburguesada era forjada. Lembremo-nos de uma Guida grosseirona na intimidade, e coquete pelas ruas. Ou retomemos as palavras assertivas de Sênio: “Antes de tudo a ninguém disse o autor que ia esboçar os seus personagens pelo prisma da vida íntima.” (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1872, p.1). E, se falamos de relações publicizadas, parece bastante coerente recorrer às páginas da imprensa para refletir sobre tais questões.

Por fim, vale afirmar que, colhendo os últimos louros de uma carreira gloriosa, José de Alencar, reconhecidamente formado nos esteios da tradição clássica, dissonava dos autores de “espírito jovem” que defendiam o conceito de que a forma do romance deveria refletir - ou daguerreotipar - a realidade concreta. Nesse sentido, não havia infortúnios em assumir a própria senilidade. Por outro lado, em *Sonhos d’ouro*, o literato tratava de temáticas inerentes à modernidade que apresentamos, em específico no que concerne ao mote da ascensão social de indivíduos que passavam ao largo das tradições empoeiradas do baronato, e galgavam posições proeminentes através do capital especulativo. Portanto, nas entrelinhas da ficção alencariana ressoava um senso de modernidade muito próprio de sua contemporaneidade. Noutras palavras: a decrepitude representada não nos convenceu<sup>14</sup>, restando-nos reconhecer o embuste de um autor-personagem impreterivelmente inserido em sua própria historicidade.

### Referências bibliográficas:

ALCESTE [pseudônimo desconhecido]. “Cartas a Philinto – X”. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 246, 9,10/09/1872a, p.1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=29216](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=29216), Acesso: 10 abr. 2022.

ALCESTE [pseudônimo desconhecido]. “Cartas a Philinto - XII”. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 260, 24/09/1872b, p.1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=29272](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=29272), Acesso: 10 abr. 2022.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

[ANÔNIMO]. “Diva”. *Semana Ilustrada*, Rio de Janeiro, nº 175, 17/04/1864, p. 1.398. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702951&pagfis=1405>, Acesso: 10 abr. 2022).

ASSIS, Machado de. *Ressureição*. Texto-fonte: *Obra Completa*, Machado de Assis, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

ASSIS, Machado de. “Semana Literária”. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 19, 23/01/1866), p. 2-3. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=&pagfis=20158](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=&pagfis=20158), Acesso: 10 abr. 2022.

BEZERRA, Valéria Cristina. *A recepção crítica de José de Alencar: a avaliação de seus romances e a representação de seus leitores*. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária). Campinas: IEL/UNICAMP, 2012.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. (9ª edição), 2º volume (1836-1880). Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000 [1959].  
ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. (Tradução: Hildegard Feist). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GODOI, Rodrigo Camargo de. “José de Alencar e os embates em torno da propriedade literária no Rio de Janeiro (1856 - 1875).” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 30, nº 62, set./dez. 2017, p. 573 - 596.

LUKÁCS, Georg. “O romance como epopeia burguesa.”. In: CHASIN, J. (org.), *Ensaio Ad Hominem, Tomo II – Música e Literatura*. (Tradução de Letícia Zini Antunes, a partir da edição italiana (Einaudi, 1976) e francesa (Editions Sociales, 1974). Santo André: Estudos e edições Ad Hominem, 1999.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *José de Alencar e sua época*. (2ª edição). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1977.

MARTINS, Eduardo Vieira. “Observação e imaginação nas Cartas a Cincinato”. Anais do XI Congresso Internacional da ABRALIC: *Tessituras, Interações, Convergências*. USP – São Paulo, Brasil, 13 a 17 de julho de 2008, [sem páginas]. Disponível em: [https://abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/070/EDUARDO\\_MARTINS.pdf](https://abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/070/EDUARDO_MARTINS.pdf), Acesso: Mar./2022.

PEREIRA, Cilene Margarete. *Jogos e cenas do casamento: estudos das personagens e do narrador machadianos em Contos fluminenses e Histórias da meia noite*. Curitiba: Appris: Prismas, 2012.

SAINTE-BEUVE. “Da Literatura Industrial”. (Tradução: Jefferson Cano). Remate de Males, v.29, nº 2, jul./dez. de 2009, p.185-197. [Texto originalmente publicado na *Revue des Deux Mondes*, t. 19, 1 de setembro de 1839, p. 675-691].

SALES, Germana Maria Araújo. “O leitor: benévolo e benigno.”. *Palavra e sedução - uma leitura dos prefácios oitocentistas (1826-1881)*. 2003. Tese (Doutorado em Teoria Literária). Campinas: IEL/UNICAMP, 2003.

SÊNIO (José de Alencar). “Benção Paterna”. *Sonhos d’ouro*. (4ª edição). Rio de Janeiro: José Olympio, 1957 [1872], p.29-38.

SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar]. “Os sonhos de ouro”. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 248, 12/09/1872, p.1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=29224](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=29224), Acesso: 10 abr. 2022.

SÊNIO (José de Alencar). *O gaúcho*. (3ª edição). São Paulo: Ática, 1998.

WAUGH, Patricia. *Metafiction – the theory and practice of self-conscious fiction*. London and New York: Methuen, 1988.

---

<sup>1</sup>Ainda o romance! Com alguma exclamação, nesse teor, há de ser naturalmente acolhido, pobre livrinho, desde já te previno.” (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1957 [1872], p.29).

<sup>2</sup>“É para aquela crítica sisuda que te quero eu preparar com meu conselho, livrinho, ensinando-te como te há de defender das censuras que te aguardam. Versarão estas, se não me engano, principalmente sobre dois pontos, teu peso e tua cor. Achar-te-ão com certeza muito leve, e demais, arrebicado à estrangeira, o que em termos técnicos de crítica vem a significar – “obra de pequeno cabedal, descuidada, sem intuito literário, nem originalidade”. Ora pois não te envergonhes por isto. És o livro de teu tempo, o próprio filho deste século enxacoco e mazorrado, que tudo aferventa a vapor, seja poesia, arte ou ciência.” (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1957 [1872], p.31).

<sup>3</sup>“Que o autor de *Iracema* não esmoreça, mesmo a despeito da indiferença pública; o seu nome literário escreve-se hoje com letras cintilantes: *Mãe, Guarani, Diva, Lucíola*, e tantas outras; o Brasil tem o direito de pedir-lhe que *Iracema* não seja o ponto final. Espera-se dele outros poemas em prosa. Poema lhe chamamos a este, sem curar de saber se é antes uma lenda, se um romance: o futuro chamar-lhe-á obra-prima.” (ASSIS, 1866, p. 2-3).

<sup>4</sup>“E a primeira coisa que se disse na sua primeira página foi que ele não devia ser lido pelas netas de suas avós. Com maioria de razão, as sobrinhas de suas tias e as filhas de suas mães tiveram de abster-se da leitura desse romance singular.” ([ANÔNIMO], 1864, p. 1.398).

<sup>5</sup>“Pois bem; agora desse mesmo autor incógnito, dessa mesma pena audaciosa, acaba de desprender-se um outro romance intitulado *Diva*. A diferença a notar-se é que deste novo fruto não proibido podem comer livremente todas as filhas e netas do universo, que saibam ler português, apaixonar-se pela poesia, compreender toda a beleza de um estilo aprimorado de quantas galas podem enobrecer e enfeitar uma produção literária.” ([ANÔNIMO], 1864, p. 1.398).

<sup>6</sup>Compreendemos o conceito de metaficção como a intenção manifesta do autor em demonstrar ao leitor o status ficcional da narrativa, expondo os seus procedimentos de construção e composição internos. Em outras palavras, a metaficção seria o termo associado à escrita ficcional que, de maneira autoconsciente, chamaria a atenção para a própria condição mimética e/ou artística, culminando numa leitura crítica dos limites estabelecidos entre ficção e realidade. (Cf.: WAUGH, 1984).

<sup>7</sup>“Quanto ao segundo defeito que te hão de notar, de ires um tanto desbotado do matiz brasileiro, sem aquele picante sabor da terra: provém isso de uma completa ilusão dos críticos a respeito da literatura nacional.” (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1957 [1872], p.33).

<sup>8</sup>“Entretanto, permita-nos o erudito escritor que perguntemos à crítica filosófica, se Guida, a jovem caprichosa e aristocrática, se Ricardo, o homem dos devaneios e do orgulho intelectual, são tipos naturais de nossa sociedade íntima, tão franca e democrática?” (ALCESTE [pseudônimo desconhecido], 1872a, p.1).

<sup>9</sup> “Os *Sonhos d’ouro* do Sr. Conselheiro José de Alencar, apesar de sua aparência de romance, são um verdadeiro escrito de polêmica.” (ALCESTE [pseudônimo desconhecido], 1872a, p.1).

<sup>10</sup> “Antes de tudo a ninguém disse o autor que ia esboçar os seus personagens pelo prisma da vida íntima. Bem ao contrário os apresenta ele a maior parte das vezes fora da intimidade da família, em passeio ou na convivência de pessoas estranhas.” (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1872, p.1).

<sup>11</sup>“Nem Guida, nem Ricardo são tipos, mas caracteres formados pelas nossas condições sociais, idiossincrasias, como outras que aí estão se reproduzindo ao infinito, sob a influência de um concurso qualquer de circunstâncias. A diferença entre um tipo e um caráter não careço de a determinar, pois não a ignora o ilustrado crítico. O tipo é moral; o caráter é psicológico. Este só contraste basta: dá-nos ela outra importante aferição. O tipo forma-se exteriormente pelo molde social; o caráter é uma criação espontânea, que se produz internamente pelas modalidades da consciência.” (SÊNIO [pseudônimo de José de Alencar], 1872, p.1).

<sup>12</sup> “A propósito vem também o tipo de Guida, que Sênio quis aclimatar em nossa sociedade, quase acusando-me de que não achasse o país bastante adiantado para admitir a sua existência entre nós.” (ALCESTE [pseudônimo desconhecido], 1872b, p.1).

<sup>13</sup>Segue a citação: “O romance abandona a região limitada do fantástico e dirige-se decididamente para a representação da vida privada do burguês. A aspiração do romancista de ser historiador da vida privada define-se nesta época com toda a clareza. Os amplos horizontes históricos dos romances das origens restringem-se, o mundo do romance limita-se cada vez mais à realidade cotidiana da vida burguesa, e as grandes contradições motoras do desenvolvimento histórico-social são representadas somente na medida em que se manifesta de maneira concreta e ativa nesta realidade cotidiana. Essas contradições, todavia, são representadas, e o realismo da vida cotidiana, a recém-descoberta “poesia da realidade cotidiana”, a vitória artística sobre a prosa desta realidade, tudo isso não é mais do que um meio para a representação concreta dos grandes conflitos sociais da época.” (LUKÁCS, 1999, p.102).

<sup>14</sup> Um adendo: em 1872, na advertência, ou prólogo, ao romance *Ressureição*, Machado de Assis tratava da falsa modéstia dos escritores em tal tipo de produção textual. E, tendo em mente os recursos discursivos apresentados por Sênio no prefácio “Benção Paterna”, acompanhemos: “A crítica desconfia sempre da modéstia dos prólogos, e tem razão. Geralmente são arrebiques de dama elegante, que se vê ou crê bonita, e quer assim realçar as graças naturais. Eu fujo e benzo-me três vezes quando encaro alguns desses prefácios contritos e singelos, que trazem os olhos no pó da sua humildade, e o coração nos píncaros da sua ambição.” (ASSIS, 1994, n.p.)

Artigo recebido em 07 de março de 2022.

Aceito para publicação em 24 de maio de 2022.

# A SOCIOLOGIA DURKHEIMIANA NO CONTEXTO DA *REVUE DE SYNTHÈSE HISTORIQUE* (1900-1914): DIÁLOGOS ENTRE O INDIVÍDUO E A SOCIEDADE NA CONSTRUÇÃO DA SÍNTESE HISTÓRICA DE HENRI BERR<sup>1</sup>

## DURKHEIMIAN SOCIOLOGY IN THE CONTEXT OF THE *REVUE DE SYNTHÈSE HISTORIQUE* (1900-1914): DIALOGUES BETWEEN INDIVIDUAL AND SOCIETY IN THE CONSTRUCTION OF THE HISTORICAL SYNTHESIS OF HENRI BERR

Miguel Kancelakis DRIGO\*

**Resumo:** Em 1900, o filósofo francês Henri Berr criou a *Revue de synthèse historique* (RSH), que buscou ser a primeira revista focada na área de Teoria e Metodologia da História na França. Neste artigo, buscamos avaliar quantitativamente a presença dos sociólogos durkheimianos convidados a publicar nesta revista no período entre 1900 e 1914 e analisar o debate que ocorreu entre eles e Henri Berr acerca do peso do social e do individual nas pesquisas científicas. A presença dos durkheimianos na RSH demonstra uma atuação mais abrangente ao ocupar outros espaços científicos editoriais, buscando defender e conquistar posições institucionais e intelectuais de maior destaque em diferentes áreas, como a da História.

**Palavras-chave:** Henri Berr; História da Historiografia; *Revue de synthèse historique*; Sociologia durkheimiana.

**Abstract:** In 1900, the French philosopher Henri Berr founded the *Revue de synthèse historique* (RSH), which aimed to be the first journal focused on the Theory and Methodology of History in France. In this study, we aimed to quantitatively evaluate the participation of the durkheimian sociologists that were invited to publish in this journal between 1900 and 1914. We also sought to analyse the debate between these sociologists and Henri Berr over the relevance of the individual and the society in scientific research. The durkheimian presence in the RSH shows a more comprehensive involvement by occupying other scientific publishing spaces in search of institutional and intellectual positions of greater prominence in different fields, such as History.

**Keywords:** Henri Berr; History of historiography; *Revue de synthèse historique*; Durkheimian sociology.

### Introdução

Os sociólogos durkheimianos apresentaram pesquisas inovadoras no periódico *l'Année sociologique* (doravante, AS), fundado por Émile Durkheim (1858 – 1917) entre o final do século XIX e o início do século XX. No entanto, não se restringiram a essa revista, ocupando também outros espaços editoriais, como as revistas *Revue de métaphysique et de morale*, *Revue philosophique*, *Revue historique* e também a *Revue de synthèse historique* (doravante, RSH), objeto da presente investigação. Essa última,

---

\* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR). E-mail: migueldrigo@gmail.com.

fundada por Henri Berr (1863 – 1954) em 1900, foi o primeiro periódico francês a focar em textos sobre Teoria e Metodologia da História. Os durkheimianos foram convidados por Berr para ali ocuparem um espaço e, de fato, participaram dessa empreitada ao longo do período analisado, embora de forma inconsistente, com participações desiguais entre os pesquisadores e maior presença de alguns deles. Assim, objetivamos compreender a amplitude da participação dos sociólogos durkheimianos na RSH no período entre 1900 e 1914 e como se deu, em um âmbito intelectual, a relação entre esses sociólogos e Henri Berr.

Em um primeiro momento apresentamos como ocorreu a colaboração entre os pesquisadores durkheimianos, organizados ao redor de Émile Durkheim e seu projeto de uma sociologia científica, divulgado, sobretudo, no periódico *l'Année sociologique*. Tomamos como base o trabalho de Philippe Besnard (1979), que analisou o surgimento do grupo e apresentou uma lista de intelectuais que considerou relevantes no âmbito da conhecida Escola Sociológica Francesa. Além disso, Besnard também propôs um diagrama de relações dentro da equipe durkheimiana, apresentando os grupos e os subgrupos com maior peso dentro do projeto.

Ainda, apresentamos a proposta da *Revue de synthèse historique* e alguns dados quantitativos referentes à participação do grupo de Émile Durkheim entre 1900 e 1914. Longe de ter sido um adepto da síntese histórica berriana, Durkheim aceitou o convite de Berr e marcou presença na revista. As propostas teóricas desses autores se opunham, o que gerou um debate pautado em propostas teórico-metodológicas sobre o papel do indivíduo e da sociedade nas análises científicas, com vistas a defender diferentes posições intelectuais e institucionais. Enquanto os durkheimianos tinham um foco maior no social, característica marcante em seus trabalhos, Henri Berr buscou construir uma teoria que englobasse tanto o social quanto o individual, aspecto que acreditava ser ignorado pelos sociólogos. Tal debate mostra o peso diferenciado que estes pesquisadores davam a estes aspectos analíticos. Vale notar que Henri Berr dedicou longas passagens para analisar, criticar e elogiar os sociólogos durkheimianos enquanto estes escreveram poucas linhas para responder aos comentários da teoria berriana.

#### *A formação da equipe durkheimiana e a l'Année sociologique*

Entre o final do século XIX e o início do século XX, houve uma espécie de “moda” sociológica na França, em que diversos trabalhos apareceram com títulos que remetiam

aos termos “sociologia” e “ciências sociais” (MOSBAH-NATANSON, 2011). Dentre as revistas que divulgaram tais discussões, encontramos a *l'Année sociologique* e a *Revue internationale de sociologie*, criada em 1893 por René Worms (1869 – 1926) (MUCCHIELLI, 2001). Em artigos publicados na *l'Année sociologique*, sociólogos durkheimianos explicaram a sua definição do termo “sociológico” para defender a institucionalização desta disciplina científica e seu reconhecimento intelectual. No momento da fundação do AS e da organização dos durkheimianos, outras mobilizações da Sociologia também eram propagadas por diferentes intelectuais e escritores, porém não obtiveram tanto sucesso intelectual e institucional.

A trajetória de Émile Durkheim é importante para entender o contexto do uso de termos como Ciências Sociais e Sociologia. Em 1887, ele foi convidado para ser *chargé de cours*<sup>2</sup> na Universidade de Bordeaux, na cátedra intitulada “Ciências Sociais e Pedagogia”, a primeira, na época, a conter o termo “ciências sociais” no título. Fruto de um esforço de expansão e diversificação do sistema de ensino e pesquisa francês, a Sociologia buscava um lugar de destaque ao lado de disciplinas mais consolidadas, como a História e a Filosofia. Durkheim foi convidado para ali lecionar em um contexto de reorganização do sistema de ensino e de pesquisa, com vistas a institucionalizar novas disciplinas (RINGER, 1992).

A movimentação para a criação do AS começou em meados de 1895, quando Durkheim encarregou Célestin Bouglé (1870 – 1940) de assumir as tratativas com a editora Alcan. No ano seguinte, com a empreitada já acertada, iniciou o processo de recrutamento de novos colaboradores, juntamente com a divisão de tarefas e a elaboração do modelo a ser adotado (BESNARD, 1979). Em 1898, quando o primeiro número foi publicado, diversos pesquisadores já estavam envolvidos com o projeto; dentre os doze que participaram desde o início, identificamos algumas características em comum. Todos eram *agrégés*<sup>3</sup>, ou seja, foram bem-sucedidos no exame de *agrégation*, símbolo de destaque no campo intelectual francês. Esse concurso possibilitava que se lecionasse nos anos finais do ensino secundário e, para os primeiros colocados, também em universidades provinciais (RINGER, 1992). Dividindo-os por suas *agrégations*: oito eram de filosofia, como Émile Durkheim (1858 – 1917), Gaston Richard (1860 – 1945), Paul Lapie (1864 – 1927), Célestin Bouglé (1870 – 1940), Dominique Parodi (1870 – 1955), Marcel Mauss (1872 – 1950), François Simiand (1873 – 1935) e Paul Fauconnet (1874 – 1938); 2 eram de história e geografia, Henri Hubert (1872 – 1927) e Albert Milhaud (1871 – 1955); 1 de gramática, Henri Muffang (1864 – ?) e um de direito,

Emmanuel Lévy (1871 – 1944) (BESNARD, 1979). Além disso, metade havia frequentado a *École Normale Supérieure* (ENS), importante instituição francesa. De acordo com Pierre Bourdieu e Monique Saint-Martin (2001), a participação nesse espaço de sociabilidades era importante, pois:

[...] todo *normalien* participa, em graus diferentes, desse universo de virtudes que os *normaliens* reúnem naturalmente sob o adjetivo *normalien* (“humor *normalien*”): nessa combinação única de virtudes intelectuais e morais que “a elite” do corpo professoral se reconhece e que funda sua convicção de constituir uma elite simultaneamente intelectual e moral, se exprime toda a posição desse corpo na estrutura das relações de classe (BOURDIEU, SAINT-MARTIN, 2001, p. 209).

Com a continuidade das publicações do periódico sociológico, membros mais jovens foram recrutados, mantendo as características de *agrégés* e/ou *normaliens*. Identificamos os nomes de Maurice Halbwachs (1877 – 1945), Robert Hertz (1881 – 1915), Georges Davy (1883 – 1976), *agrégés* de filosofia; Albert Demangeon (1872 – 1940), *agrégé* de história e geografia; Louis Gernet (1882 – 1962), *agrégé* de gramática, entre outros. Estes foram, de modo geral, os que se organizaram ao redor da *l'Année sociologique*. Além dos aspectos intelectuais, outras características contribuíram para que estes autores permanecessem relativamente próximos, como a identificação e a atuação política, já que em sua maioria, reconheciam-se e militavam dentro do espectro da esquerda francesa.

Com a 1ª Guerra Mundial, a publicação do AS começou a enfrentar dificuldades e foi interrompida. A guerra teve um grande impacto na sociedade francesa e, principalmente, na juventude intelectual, gerando a perda de incipientes pesquisadores, como André Durkheim, filho de Émile. Contudo, nesse meio-tempo, entre a criação e a interrupção do AS, os sociólogos conseguiram alcançar posições de destaque no sistema de ensino e pesquisa francês<sup>4</sup>. Isso os auxiliou na divulgação científica e na consolidação da disciplina, principalmente nas Faculdades de Letras. Dentre os que lograram postos institucionais, podemos citar: Émile Durkheim, que após sua passagem como professor em Bordeaux, em 1902, assumiu o cargo de professor substituto na Universidade de Paris; Henri Hubert e Marcel Mauss, que galgaram postos como *maîtres de conférences* na *École Pratique des Hautes Études*, em 1901 e 1902, respectivamente; e Célestin Bouglé, que foi professor de Filosofia na Faculdades de Letras em Toulouse (BESNARD, 1979).

Nota-se então a bem-sucedida empreitada da institucionalização das Ciências Sociais no ensino superior na França. “Como toda inovação epistemológica notável, a

sociologia durkheimiana deve sua fortuna pública, bem ou mal, à conjunção singular de quadros sociais de recepção mais ou menos favoráveis e de um esforço mais ou menos consciente de autopromoção”<sup>5</sup> (KARADY, 1979, p. 49). Além de publicarem e divulgarem seus textos na própria revista, os durkheimianos também estiveram presentes em outros periódicos. Esse movimento se deu com o objetivo de defenderem suas proposições teórico-metodológicas perante outros públicos, como o dos historiadores no caso da *Revue de synthèse historique*.

#### *Os durkheimianos na Revue de synthèse historique (1900 – 1914)*

Em 1900, Henri Berr fundou a *Revue de synthèse historique* com o objetivo de ser a primeira revista científica francesa a discutir principalmente Teoria e Metodologia da História. A ideia de síntese histórica esteve presente no pensamento berriano desde o início de sua carreira como pesquisador. Após alguns anos de estudo na *École Normale Supérieure*, logrou sucesso em 1884 na *agrégation en Lettres*, ao ficar em 4º lugar no concurso. Alguns anos depois, em 1889, defendeu sua tese de doutorado em Sorbonne, intitulada *La synthèse des connaissances et l’histoire – Essai sur l’avenir de la philosophie* (A síntese dos conhecimentos e a história – Ensaio sobre o futuro da filosofia, em tradução livre). Berr foi professor de retórica desde 1886, no prestigioso liceu Henri-IV, em Paris, onde permaneceu durante trinta anos, até a sua aposentadoria (DELORME, 1952). Além da revista, também ficou conhecido por levar a cabo outros projetos, como o *Centre international de synthèse* e como editor da coleção *L’Évolution de l’humanité* (GEMELLI, 1987).

No período selecionado para a análise, entre 1900 e 1914, a RSH manteve uma estrutura e periodicidade de publicação. Seu primeiro número foi lançado em agosto de 1900 e se manteve regular até 1914, sendo publicada bimestralmente, até ser interrompida pela primeira vez devido à eclosão da 1ª Guerra Mundial<sup>6</sup>. Nesse período, contamos com um total de 84 números, divididos em 28 tomos. Em um levantamento interno, notamos que a revista era dividida em três partes: artigos, resenhas e comentários. Os textos principais, os artigos, apareciam em três rubricas diferentes: o *Articles de fond*, criado com a intenção de abrigar as discussões de teoria da história; a *Revue générale*, local de publicação do inventário do trabalho histórico em realização e, também, dos textos historiográficos que utilizassem a síntese histórica (BERR, 1900); e, por fim, criada em 1903, a rubrica *Les régions de la France*, com foco em artigos que analisavam regiões

específicas da França a partir de uma perspectiva da psicologia histórica (BERR, 1903). A seção de comentários foi denominada *Notes, questions et discussions*, onde eram publicados comentários gerais, notícias sobre congressos, cartas, entre outros. Por fim, na parte das resenhas, havia duas seções: a primeira, presente desde o lançamento da revista e intitulada *Bibliographie*, abrigava resenhas que variavam entre algumas linhas até 3 páginas; a segunda, criada em 1903, chamou-se de *Revue critiques*, com resenhas de maior fôlego e análises e comentários mais aprofundados.

Se a RSH focou, ao menos inicialmente, em Teoria e Metodologia da História, como os durkheimianos se relacionaram com ela? É possível responder a esse questionamento de duas formas. Um primeiro tipo de relacionamento ocorreu no âmbito familiar. Henri Berr se casou com Cécile Halphen, que pertencia a uma rica família judaica de homens de negócios e engenheiros. Jacques Halphen, engenheiro ligado ao mundo intelectual e cunhado de Berr, casou-se com a filha de Émile Durkheim, Marie Belle. Berr e Durkheim possuíam então uma relação familiar, ainda que distante (GEMELLI, 1987). Apesar disso, a partir das fontes não é possível determinar qual foi o nível de proximidade deles, tampouco seu peso no empreendimento intelectual, ainda que houvesse, em certos momentos, uma explicitação desse relacionamento, como quando Émile Durkheim, em carta enviada a Lucien Lévy-Bruhl, escreveu que Henri Berr o avisara de que uma pessoa havia visto André Durkheim bem, em algum momento de 1914, durante a 1ª Guerra Mundial (MERLLIÉ, 2017).

Em outra instância, lembramos que os durkheimianos foram convidados a participar do projeto de Henri Berr e, a princípio, ficaram receosos com a solicitação, cogitando até mesmo a recusa. Apenas posteriormente mudaram de abordagem e deferiram o convite. Henri Hubert, em correspondência à Marcel Mauss, relatou:

Eu vi hoje Henri Berr, professor no Liceu Henri IV, amigo de Sylvain Lévi. Ele fundou na [editora] Cerf uma Revista de Síntese Histórica. [...]. Ele veio pedir minha colaboração para a história das religiões. Eu não lhe disse não. [...]. Ele tem simpatia pela gente [...]. Por outro lado, me parece útil que nós estejamos lá, útil para a *Année* [sociologique], útil para nosso grupo. Nós não temos tantos meios de difundir nossas ideias. [...]. Creio que tal revista possa ser uma concorrência para a *Année* se nós não estivermos lá, e um excelente apoio se estivermos<sup>7</sup> (HUBERT, Henri. [carta] c. 1900 [para] MAUSS, Marcel)<sup>8</sup>.

Por sua vez, Marcel Mauss buscou alertar o colega dos problemas dessa empreitada e apresentou suas ressalvas. Ele respondeu que:

[...] no que concerne H. Berr, se eu tenho um conselho a te dar, de forma clara, é o de não funcionar. Em primeiro lugar, suas ideias não são mais do que vagas. A síntese histórica não quer dizer nada. Em segundo lugar, teu raciocínio me parece errado quando você diz: ‘Se estivermos [na RSH], não é uma concorrência à *Année*, se não, é uma’. É o contrário, para mim, o que se produziria, ‘se nós entramos [na RSH], é uma concorrência à *Année*’, porque o importante é precisamente que nós sejamos os únicos a fazer o que fazemos na *Année* e que, sendo os únicos, que façamos somente na *Année*<sup>9</sup> (MAUSS, Marcel. [carta] c. 1900 [para] HUBERT, Henri).

Émile Durkheim, em um primeiro momento, enviou uma missiva para Henri Hubert negando a colaboração e criticando a abordagem que Henri Berr fez da sociologia (DURKHEIM, s/d). Contudo, em 1900, em outra carta, desta vez para Célestin Bouglé, Durkheim comentou que aceitou o convite. Escreveu: “A insistência de Berr foi tanta ao ponto de eu decidir que devemos nos juntar a ele; está entendido que seremos nós os colaboradores regulares da Revista [de síntese histórica], no que concerne a sociologia”<sup>10</sup> (DURKHEIM, 1976 [1900], p. 177). Assim, notamos como Durkheim e os durkheimianos, após um primeiro momento de recusa, aceitaram participar do projeto de Henri Berr, ainda que desconfiados.

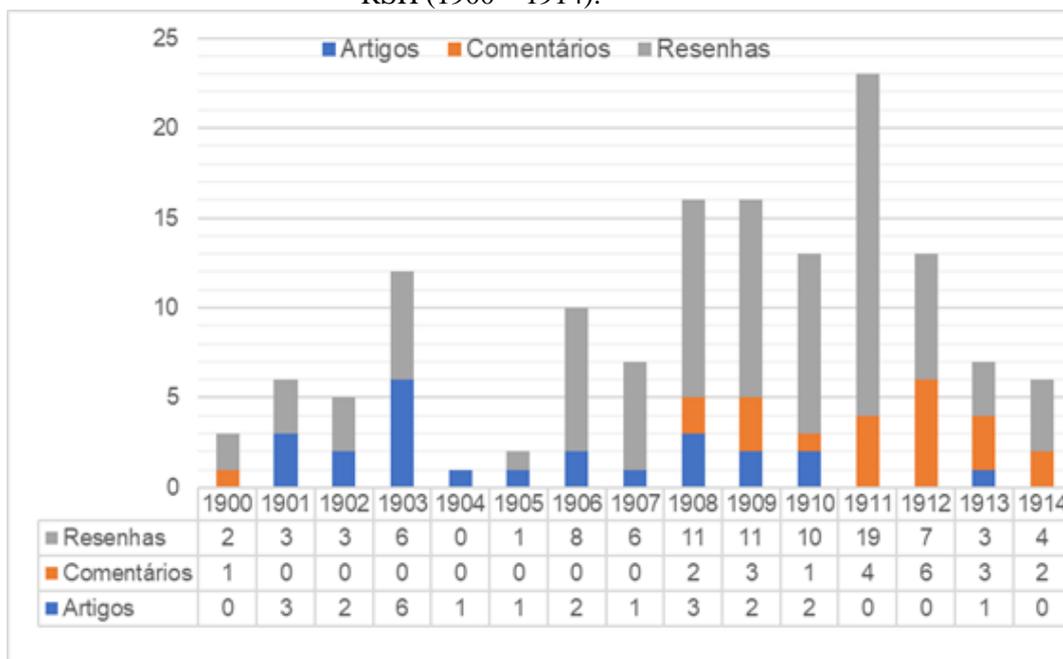
Em seu texto de abertura da RSH, em agosto de 1900, Berr reforçou a parceria com a Escola Sociológica Francesa, afirmando que “[...] haverá, então, nessa revista, uma parte de sociologia positiva; e essa parte deverá vir, pois eles quiseram se encarregar, dos colaboradores da *l’Année Sociologique*”<sup>11</sup> (BERR, 1900, p. 4). Henri Berr, ao insistir em convidar os sociólogos durkheimianos para participarem da RSH e serem os responsáveis pelos textos sociológicos, apontou para a tentativa de garantir desde o começo o sucesso e a visibilidade da revista para pesquisadores de diversas áreas, tirando proveito do relativo sucesso que já havia sido conquistado por eles na *l’Année sociologique*. Henri Berr não se equivocou com a sua afirmação, mas até que ponto houve essa colaboração?

Em uma análise quantitativa, percebemos que houve um envolvimento dos durkheimianos com a RSH. Christophe Prochasson (1996) acertou em notar a inconsistência na participação dos sociólogos, mas errou ao diminuir e não contabilizar a presença total desses na revista de história. O historiador francês aferiu somente quatro resenhas (uma de Hubert, uma de Durkheim e duas de Bourgin) e dois artigos (de Durkheim e Simiand). Contudo, em uma análise própria dessa participação, constatamos outros dados.

Entre 1900 e 1914, publicaram no periódico de Berr os sociólogos: Henri Beuchat, Célestin Bouglé, Hubert e Georges Bourgin, Georges Davy, Paul Fauconnet, Henri

Hubert, Paul Huvelin, Jean-Paul Lafitte, Isidore Lévy, Albert Milhaud, Dominique Parodi, Gaston Richard<sup>12</sup>, François Simiand e Émile Durkheim. Ao todo, eles publicaram 145 textos, dentre os quais: 22 artigos, 100 resenhas e 23 comentários. Apesar disso, a participação esteve longe de ser igualitária, já que a maioria publicou poucos textos, como Durkheim com somente dois. Deste último, houve o novo prefácio à segunda edição do livro *As Regras do Método Sociológico*, intitulado *De la méthode objective en sociologie* (DURKHEIM, 1901), e uma resenha de uma página sobre o livro *Précis de sociologie*, de Georges Palante (DURKHEIM, 1902). O durkheimiano mais participativo foi Georges Bourgin, que escreveu 4 artigos, 15 comentários e 80 resenhas. Ele estudou na *École de Chartes*, foi membro da *École française de Rome* e trabalhou durante grande parte de sua vida no *Archives Nationales*, entre 1904 e 1944. Ademais, foi cofundador e diretor do *Institut français d'histoire sociale* (FRANÇOIS, 1959).

**Gráfico 1 - PUBLICAÇÕES DOS SOCIÓLOGOS DURKHEIMIANOS NA RSH (1900 – 1914).**



Fonte: o autor (2020).

No Gráfico 1, notamos a variação e a inconsistência na publicação de textos por parte dos durkheimianos na RSH. A maior parte, como já apontado, foi a publicação de resenhas, sobretudo entre o período de 1908 a 1911, época em que Georges Bourgin foi mais ativo. Por sua vez, os artigos e comentários na revista foram mais esparsos e escassos, tendo um pico em 1903. Neste ano, Georges Bourgin, Paul Huvelin e François Simiand publicaram, cada qual, dois artigos. Vale ressaltar que o texto de Simiand foi o seu clássico *Méthode Historique et Science Sociale* (SIMIAND, 1903a; 1903b), em duas partes. A maior parte das publicações desses pesquisadores estava próxima de suas áreas

de origem, ou seja, nas disciplinas correlatas às suas formações universitárias e/ou ao concurso de *agrégation*.

É importante ressaltar que, ao longo dos anos, os durkheimianos marcaram presença na RSH, ainda que de forma relativamente pouco expressiva em dados quantitativos, com a ocorrência de apenas uma contribuição em alguns anos, como em 1904. A partir do artigo de Besnard (1979), identificamos que a maior parte das contribuições dos durkheimianos para a RSH veio de pesquisadores mais afastados do núcleo central do projeto, identificado por autores como Émile Durkheim, Marcel Mauss, Henri Hubert e François Simiand. Contudo, houve também textos significativos ali publicados, conforme visto acima, na análise do artigo sobre as respostas dadas por agentes de peso dentro da equipe durkheimiana, a saber, o fundador e seu sobrinho. Além disso, outros textos também geraram repercussão, como o artigo *Les progrès de la sociologie religieuse* (1906) e o livro *A Síntese em História* (1946 [1911]) de Henri Berr. Ambos receberam respostas dos sociólogos durkheimianos, cujas críticas se voltaram principalmente para o aspecto da relação entre o individual e o social, uma das temáticas de maior relevância dentro desse contexto, que analisaremos em seguida. Enquanto os durkheimianos defendiam uma participação maior do aspecto social nas análises, Henri Berr acreditava que sua proposta de síntese histórica poderia ser um meio-termo entre o social e o individual. Para tanto, esses pesquisadores publicaram diversos textos com vistas a defender suas propostas teórico-metodológicas em plataformas variadas, como a RSH.

#### *Entre o individual e o social: a sociologia durkheimiana e a síntese berriana*

Em resposta a Henri Berr, os durkheimianos discutiram a relevância do indivíduo e da sociedade na construção do processo da análise científica. Enquanto Berr afirmava que o indivíduo também deveria ser levado em conta nas análises dos sociólogos, os durkheimianos, por sua vez, se defendiam das críticas em passagens rápidas, dispersas em alguns textos. Para compreendermos esse conjunto de propostas e respostas, selecionamos dois escritos de Berr: o artigo publicado na RSH, intitulado *Le progrès de la sociologie religieuse* (BERR, 1906), e o livro, *A Síntese em História* (1946 [1911]), no qual Berr apresentou um balanço inicial de sua teoria. Também selecionamos duas publicações dos durkheimianos: uma introdução da obra organizada por Henri Hubert e

Marcel Mauss, *Mélanges d'histoire des religions* (1909), e uma resenha do livro de Berr, escrita por Durkheim (1911) e publicada na *l'Année sociologique*.

Entender a concepção de síntese histórica de Berr nos ajuda a compreender suas críticas aos durkheimianos. Iniciaremos as análises a partir de seu livro, publicado em 1911, no qual buscou apresentar sua visão de uma teoria da História e, conseqüentemente, a relação desta disciplina com outras, em especial com a Filosofia e a Sociologia. Segundo Berr, existiriam dois graus de síntese: a erudita e a científica. A historiografia, influenciada pela Filosofia da História e pela erudição, se encontraria naquele momento no primeiro patamar da síntese erudita e, ao seguir os processos delineados por Berr, poderia passar ao segundo patamar e adquirir um caráter científico. Para ele, “ao mesmo tempo que a síntese erudita acumula os materiais, reúne os fatos, a síntese científica deve cuidar de os unificar, deve conduzi-los a princípios explicativos” (BERR, 1946 [1911], p. 27).

O objetivo principal da síntese científica seria o de encontrar a forma pela qual generalizações hipotéticas poderiam ser separadas, confirmadas e coordenadas, ou seja, encontrar a causa, o porquê; todo fato teria uma causa. A História, portanto, investigaria as diversas causalidades e as relações que mantêm entre si. Para Henri Berr (1946 [1911]), a causalidade se dividiria em três categorias: a primeira seria a contingência ou o acaso; a segunda, a necessidade ou o social; e a terceira, a lógica ou a ideia<sup>13</sup>.

A contingência seria o estudo do imprevisível, do que é estranho à ordem. Na História, existiriam dois tipos de acaso. O primeiro, o natural, agiria sobre toda a sociedade — como terremotos, secas e epidemias; o segundo, o individual, ocorreria sobre a coletividade e por intermédio dos indivíduos. O estudo dessa causalidade se daria através do entendimento entre o acaso, fenômenos independentes e imprevisíveis, e a ordem, fenômenos recorrentes que poderiam ser explicados através de leis históricas, buscando compreender a relação mantida entre ambos. Um exemplo seria o que Berr chamou de individualidade coletiva, a compreensão da relação entre a raça, com sua instabilidade, ou seja, com imprevisibilidades, e o meio geográfico, com sua estabilidade temporal (BERR, 1946 [1911]). Nesse aspecto, a História seria auxiliada por outras disciplinas, como a Antropologia, que estudaria os traços psicológicos gerais de uma determinada raça, e a Etnologia, que determinaria as divisões da raça.

A segunda causalidade foi denominada de necessidade, também entendida como o social ou a sociedade. Aqui, debateu-se até que ponto o indivíduo é independente da sociedade e como a sociedade afetaria a História, principalmente a partir das instituições

jurídico-políticas e econômicas. Neste trecho, por tratar do estudo do social, Berr fez diversas menções aos durkheimianos. Primeiro, de forma elogiosa:

Ao passo que alguns [pesquisadores] se reúnem sem realmente colaborar, discutem sem persuadir, em torno de Durkheim constitui-se uma equipe cooperadora e quase uma escola; e, ao passo que alhures os espíritos diversos que se encontram, não só não tratam suficientemente de se despersonalizar, mas chegam, por vezes, a afetar originalidade, lá se quer fazer obra realmente científica, isto é, impessoal (BERR, 1946 [1911], p. 109).

Para Berr, os durkheimianos seriam responsáveis por transformar a Sociologia em uma ciência, utilizando um método rigoroso. Ele afirmou que se aproximaria do grupo durkheimiano e de suas ideias “na medida precisa em que nos parece que ele [Durkheim] faz ciência verdadeira; dele nos afastaremos quando se nos afigure tornar-se sistemático e, ele também, tender para constituir uma doutrina” (BERR, 1946 [1911], p. 110). Com isso, Berr sugeriu que, por vezes, os durkheimianos erravam ao sobrevalorizar o papel do social e da sociedade nas análises sociológicas, ignorando o papel dos indivíduos. Segundo Berr, isso aconteceria quando ocorresse de a equipe durkheimiana:

[...] exagerar o papel deste *objeto* que é a sociedade, por não se contentarem em lhe precisar a natureza; quando tendem a dar da história uma interpretação puramente sociológica, não têm razão, por seu termo. Voltam, a despeito de tudo, à filosofia da história; caem no erro que nos outros, e com justo título, severamente denunciaram (BERR, 1946 [1911], p. 112).

O regresso a uma Filosofia da História estaria na questão da primazia do social como o único agente da história. Tal crítica já estava posta desde seu artigo de 1906 sobre a sociologia religiosa. Apesar da sociedade ter um papel importante na análise histórica e sociológica, Berr acreditava que o indivíduo não deveria, nem poderia, ser esquecido ou subestimado, pois segundo ele:

[...] não seria demasiado insistir nessa observação, que o estudo da sociedade como sociedade é restrito e que o que se produz *na* sociedade não é produzido exclusivamente *pela* sociedade. Definimos as contingências diversas, as contingências de amplitude variada, que intervêm na história dos povos. A necessidade social apenas lhes limita o jogo. Precisamos o papel da imitação e mostraremos como ele está ligado às particularidades individuais (BERR, 1946 [1911], p. 114).

Nessa citação, percebemos novamente a crítica aos durkheimianos, no sentido de que não se poderia evadir do papel do indivíduo na sociedade. Além disso, também

percebemos uma influência da sociologia de Gabriel Tarde (1843 – 1904), no que se refere ao estudo do papel da imitação<sup>14</sup>. Da mesma forma que os sociólogos durkheimianos sobrevalorizavam a sociedade, para Berr, Tarde também estaria equivocado ao dar demasiada importância ao fenômeno da imitação. Assim, ele buscou se colocar como um contraponto entre as teorias de Durkheim e Tarde, tirando da Sociologia a função da análise da relação entre indivíduo e sociedade e passando-a para a História e, em particular, para sua teoria da *síntese histórica*. Essa proposição berriana ocorreu após controvérsias entre Durkheim e Tarde, que debateram sobre diversos aspectos conceituais de suas teorias (CONSOLIM, 2011).

Como última causalidade da História, Berr indicou o papel da lógica ou da ideia. O estudo da lógica, em História, visaria entender a relação entre indivíduo e sociedade, tendo como foco as ideias e a mentalidade dos indivíduos. Enquanto a necessidade, segunda categoria da causalidade, analisaria a relação entre indivíduo e sociedade, com maior foco nessa última, a lógica, terceira categoria da causalidade, manteria um foco maior no indivíduo. Para Berr, a sociedade seria formada a partir da luta do humano contra o meio, o que teria gerado uma reciprocidade e uma sociabilidade que, por sua vez, levariam à uma organização social e, conseqüentemente, às sociedades (BERR, 1946 [1911], p. 110). Novamente, por tratar da relação entre indivíduo e sociedade, o criador da RSH fez críticas aos durkheimianos, no mesmo sentido das anteriores. Segundo Berr:

[...] agora que, de um modo geral, censuramos à escola durkheimiana o seu sociologismo exagerado, é curioso que corrijamos aqui as suas fórmulas, concedendo menos que ela à individualidade: esse sociologismo comporta, paradoxalmente, uma base de individualismo excessivo. Temendo que a sociologia aparecesse como “um corolário da psicologia”, Durkheim fez da sociabilidade, para reproduzir expressões já citadas, um “produto da vida social”, em vez de um “instinto congênito do gênero humano”. O indivíduo é vazio, do ponto de vista social, é *tábula rasa*: é *associal* (BERR, 1946 [1911], p. 145).

Henri Berr aprofundou a crítica aos durkheimianos ao afirmar que estes chegariam a ver o indivíduo como um ser *associal*. Porém, para além do aspecto teórico, acreditamos que as críticas de Berr também tinham como intenção a demarcação de um objeto de pesquisa da História. Como ciência, essa disciplina poderia abarcar e utilizar os métodos de outras disciplinas das ciências humanas, como a Sociologia. Os textos de Henri Berr também serviram como uma defesa de seu método de análise, a síntese histórica, que seria capaz de analisar a sociedade de um modo mais profundo, levando em consideração tanto o indivíduo como a sociedade. Assim, apesar dos elogios tecidos aos sociólogos,

merecedores dos louros por apresentarem uma sociologia científica, a História seria uma ciência ainda mais ampla e passível de utilizar os métodos de outras ciências, quando necessário (DRIGO, 2020).

Émile Durkheim, quando resenhou a obra de Henri Berr, respondeu de forma breve às críticas recebidas pelo grupo. Para Durkheim, o sociólogo não teria as mesmas restrições que o historiador, e poderia abstrair o papel do indivíduo em determinadas análises. Também defendeu que, em algumas análises sociológicas, o papel do indivíduo seria levado em conta. Segundo Durkheim:

O historiador não pode fazer abstração do variável, do individual que tem um papel no desenvolvimento histórico; e a principal crítica que ele nos dirige é a de negar esse papel. Contudo, em uma passagem que o Sr. Berr cita, nós reconhecemos que os personagens históricos eram fatores da história. Mas, além de acreditarmos que sua influência foi em grande medida exagerada, nós mostramos que eles mesmos têm causas e, em parte, sociais<sup>46</sup> (DURKHEIM, 1913, p. 27).

Dessa forma, Durkheim buscou defender a posição e a relevância científica da Sociologia, que seria uma disciplina capaz de estudar de maneira tão válida quanto a História o mesmo objeto — a sociedade. Ao retornarmos para os textos de 1906 e 1909, o artigo de Berr e a introdução de Marcel Mauss e Henri Hubert, respectivamente, notamos como essas críticas e respostas já estavam ali presentes. No livro *A Síntese em História* (1946 [1911]) e no artigo *Le progrès de la sociologie religieuse*, Henri Berr (1906) elogiou diversas vezes os trabalhos dos sociólogos. Contudo, as críticas da primazia do social e do apagamento do indivíduo nas análises sociológicas já apareciam. Segundo Berr, os sociólogos durkheimianos praticavam, por vezes, a psicologia social. Ele afirmou que:

Um mérito capital da escola sociológica nos parece ser contribuir, seguindo os antropólogos ingleses, em criar uma psicologia dos espíritos primitivos e simples que reage contra as ideias tradicionais, de reconstituir uma mentalidade singular que não tem relação alguma com a lógica clássica, com os procedimentos discursivos de nossas mentes de europeus adultos<sup>47</sup> (BERR, 1906, p. 27).

Na introdução da obra *Mélanges d'histoire des religions* (1909), Marcel Mauss e Henri Hubert se defenderam da acusação de realizarem uma psicologia social ao colocarem:

[...] nos dizem, vocês fazem psicologia social, e não sociologia. Pouco importa a etiqueta. Nós preferimos essa de sociólogos e vejamos por quê. É que nós jamais consideramos as ideias dos povos, abstração feita dos povos. Em sociologia, os fatos da psicologia social e os fatos da

morfologia social estão ligados por laços íntimos e indissociáveis<sup>48</sup> (HUBERT & MAUSS, 1909, p. 28).

Contudo, essa não teria sido a principal crítica ao grupo da *l'Année sociologique*. As diferenças entre o criador da RSH e os durkheimianos continuaram na relação entre o indivíduo e a sociedade nas análises científicas. Henri Berr (1906) apresentou sua definição do que seria o social e em quais pontos ela se aproximaria ou se afastaria da visão dos sociólogos. Para ele:

O social, propriamente dito, é, em definitivo, *isso que é fundado sobre as necessidades de um grupo permanente enquanto grupo*. Disso, essa característica de autoridade, por vezes consentida e restringida, que lhe é inerente. A sociedade implica a sociabilidade humana, as faculdades humanas, mas ela constitui, sem dúvida, uma natureza *sui generis*. Aqui a escola durkheimiana tem razão, cem vezes razão. “A sociedade não é uma simples soma de indivíduos, mas o sistema formado por sua associação representa uma realidade específica que tem suas características próprias”; ela se dá e ela desenvolve pouco a pouco uma organização que responde a necessidades especiais. Todos os indivíduos que fazem parte dela, como seres sociais, sentem mais ou menos confusamente essas necessidades. Alguns as sentem mais. A iniciativa individual, a imitação, os estados de sensibilidade coletiva intervêm no desenvolvimento da sociedade; mas tudo isso, mesmo afetando a organização social, nem sempre atende às necessidades específicas da sociedade. O estudo dessas necessidades e disso que, entre as representações dos homens, responde a essas necessidades, é a psicologia social. E o estudo comparado das *instituições* apropriadas a essas necessidades, do desenvolvimento dessas instituições, em sua relação com as *formas* da sociedade, é a sociologia<sup>49</sup> (BERR, 1906, p. 42).

Nesse sentido, Henri Berr diferenciou a Psicologia Social, o estudo das necessidades e das representações dos humanos que respondem a essa necessidade, da Sociologia, estudo comparado das instituições e de sua relação com a sociedade. Além disso, Berr defendeu desde cedo a importância da História (científica) nas análises sociais, colocando a Sociologia como uma disciplina auxiliar.

Assim, percebemos as diferenças e também as aproximações entre as propostas de Henri Berr e dos sociólogos durkheimianos. O idealizador da RSH elogiou em diversos momentos a equipe de sociólogos por seus métodos e por serem capazes de elevar a Sociologia ao patamar de ciência. É possível entender esses comentários como uma forma de defesa, de ambas as partes, de suas disciplinas, buscando afirmar a importância delas em relação às outras. Enquanto Berr, com sua proposição da síntese científica, procurou dar primazia à História, com as outras ciências humanas auxiliando-a na tarefa de análise, a equipe durkheimiana buscou defender as suas posições, a legitimidade de seu objeto de

pesquisa e os seus inovadores apontamentos teórico-metodológicos, ao mesmo tempo que disputavam espaços institucionais dentro do sistema de ensino e pesquisa francês. Para além da disputa institucional, tanto Berr quanto os durkheimianos pretendiam expandir seus campos de pesquisa com a busca de novas fontes e formas de análise.

### *Considerações finais*

Procuramos apresentar brevemente a participação dos sociólogos durkheimianos na *Revue de synthèse historique*, como reflexo de um sistema de ensino e pesquisa em processo de modernização e expansão em que os referidos pesquisadores atuaram com vistas à profissionalização em suas respectivas áreas (RINGER, 1992). A proposta editorial da revista, focada em discussões teórico-metodológicas da área de História, assim como os sociólogos, que se propuseram a criar e defender uma abordagem científica para a Sociologia, contribuíram, em ambos os casos, para se obter uma presença mais significativa no campo intelectual francês e se afastar de um diletantismo de discussões tidas como literárias.

Marcel Mauss e Émile Durkheim questionaram, em um primeiro momento, se ocupariam esse novo espaço que surgiu no campo historiográfico francês. No entanto, acabaram aceitando a proposta de colaboração e, ainda que de maneira inconstante, marcaram presença nos primeiros quatorze anos da RSH, como mostra o Gráfico 1. Embora tenhamos notado uma maior participação de durkheimianos marginais, como os irmãos Bourgin, dentro do projeto da *l'Année sociologique*, de uma forma ou de outra a maior parte dos sociólogos durkheimianos esteve presente na RSH.

Os temas abordados normalmente se relacionavam à formação acadêmica inicial dos autores, como nos casos de George Bourgin e Paul Huvelin, que publicaram textos sobre a História da Itália e a História do Direito, respectivamente. Apesar dos receios em participar do projeto berriano, os sociólogos utilizaram o espaço da revista para divulgar suas propostas teórico-metodológicas inovadoras a outros pesquisadores das Ciências Humanas. Henri Berr e outros pesquisadores da área da História também debateram temas caros aos sociólogos, como a relação entre o indivíduo e a sociedade.

Henri Berr, com sua trajetória diversificada entre várias áreas do conhecimento, defendia a importância do indivíduo no direcionamento da sociedade. Como investigadores do social, os durkheimianos tendiam a dar maior primazia à sociedade, sem deixar de lado o papel do indivíduo, como François Simiand (1903a; 1903b) defendeu em seus textos. A diferença se deu então no peso que o indivíduo deveria ter

nas análises sociais — um agente com poder de transformação da sociedade ou um ser moldado pela sociedade, com pouca margem de manobra. Com o objetivo de resolver os debates entre Gabriel Tarde e Émile Durkheim, propôs sua teoria da síntese científica, que não logrou sucesso entre outros pesquisadores. Berr acreditava ter encontrado uma forma de levar em conta tanto o individual quanto o social, sem dar peso em demasia para nenhum destes dois aspectos analíticos. Já os durkheimianos continuaram rebatendo as críticas que recebiam na época, tanto de Berr quanto de outros, e reafirmaram a preponderância do social nas análises científicas sem deixar de lado o individual, buscando defender a Sociologia como uma nova disciplina. Tais debates podem ser vislumbrados dentro de uma perspectiva do *campo intelectual* proposto por Pierre Bourdieu (1983), caracterizado como um espaço de lutas onde está em jogo o monopólio da *autoridade científica*, ou seja, “o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado” (BOURDIEU, 1983, p. 123). Assim, Henri Berr e os sociólogos durkheimianos estariam disputando a legitimidade e a institucionalização de suas disciplinas, a partir de suas propostas teórico-metodológicas.

Longe de buscarmos concluir uma questão tão ampla como o debate entre historiadores e sociólogos acerca do social e do individual, procuramos analisar a participação dos durkheimianos na RSH e o debate entre Henri Berr e os sociólogos. Ademais, ampliamos as possibilidades de pesquisas que investigam a atuação dos sociólogos para além da *l'Année sociologique*, na mesma linha da pesquisa de Rafael Benthien (2011). A presença dos durkheimianos na RSH demonstra uma atuação mais ampla, buscando ocupar diferentes espaços e mobilizando seu arsenal teórico-metodológico inovador. A *Revue de synthèse historique* teve um papel importante em abrigar diferentes discussões e debates teóricos dos mais diferentes pesquisadores, passando por Paul Lacombe, A. D. Xénopol, Karl Lamprecht, Ernst Bernheim, Heinrich Rickert, François Simiand e outros (DRIGO, 2020). A discussão de historiadores e sociólogos acerca do individual e do social, assim como os demais debates científicos na área das Ciências Humanas, é de longa data e ainda não foi concluída, o que a torna cada vez mais profícua.

#### **Referências bibliográficas:**

- BENTHIEN, Rafael Faraco. *Interdisciplinaridades: latinistas, helenistas e sociólogos em revistas (França, 1898- 1920)*. 352 f. Tese (Doutorado) – História Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BERR, Henri. Sur notre programme. *Revue de synthèse historique*. T. 1, n° 1, 1900, pp. 1 – 8.
- BERR, Henri. Introduction générale – La synthèse des études relatives aux régions de la France. *Revue de synthèse historique*. T. 6, n° 17, 1903, pp. 166 – 181.
- BERR, Henri. Le progrès de la sociologie religieuse. *Revue de synthèse historique*. T. 12, n° 34, 1906, pp. 16 – 43.
- BERR, Henri. *A Síntese em História – Ensaio crítico e teórico*. Tradução de Julio Abreu Filho. São Paulo: Editora Renascença. 1946 [1911].
- BESNARD, Philippe. La formation de l'équipe de l'Année sociologique. *Revue française de sociologie*. v° 20, n° 1, 1979, pp. 7-31.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. IN: ORTIZ, Renato (org.); FERNANDES, Floresta (coord.). Pierre Bourdieu – Sociologia. São Paulo: Ática, 1983, pp. 122 – 155.
- BOURDIEU, Pierre; SAINT-MARTIN, Monique de. As categorias do juízo professoral. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. (orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2001, pp. 185 – 216. [Tradução de Magali de Castro].
- CONSOLIM, Marcia. Émile Durkheim e Gabriel Tarde: aspectos teóricos de um debate histórico. *História. Questões e Debates*, v. 53, 2011, p. 39-65.
- DELORME, Suzanne. Henri Berr. *Osiris*, vol. 10, 1952, pp. 4 – 9.
- DRIGO, Miguel Kancelskis. História como ciência: debates teórico-metodológicos na revue de synthèse historique (1900 - 1914). 276 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.
- DURKHEIM, Émile. [Carta] s/d [para] HUBERT, Henri. Carta presente no Fonds Marcel Mauss - Henri Hubert no Collège de France, na cota 57 CDF 71.
- DURKHEIM, Émile. De la méthode objective en sociologie. *Revue de synthèse historique*. T. 2, n° 4, 1901, pp. 3 - 17.
- DURKHEIM, Émile. Lettres à Célestin Bouglé. *Revue française de sociologie*. vol. 17, n° 2, 1976, pp. 165-180. [Organização de Philippe Besnard].
- DURKHEIM, Émile. Précis de sociologie de G. Palante. *Revue de synthèse historique*. t. 4, n° 10, 1902, pp. 114 – 115.
- DURKHEIM, Émile. Henri Berr, La synthèse en histoire. Essai critique et théorique. Paris: Alcan, 1911. *L'année sociologique*. T. 12, 1913, pp. 26-27.

FRANÇOIS, Michel. Georges Bourgin (1879-1958). In: *Bibliothèque de l'école des chartes*. Tome 117, 1959, pp. 368-374.

GEMELLI, Giuliana. Communauté intellectuelle et stratégies institutionnelles : Henri Berr et la fondation du Centre International de Synthèse. *Revue de synthèse*. 4<sup>o</sup> série, n<sup>o</sup>2, 1987, pp. 225 – 259.

HUBERT, Hubert.; MAUSS, Marcel. *Mélanges d'histoire des religions*. Paris: Alcan, 1909.

HUBERT, Henri. Hubert. [Carta] para Marcel Mauss. França, 1900. Carta presente no Fonds Marcel Mauss - Henri Hubert no Collège de France, na cota 57 CDF 71.

KARADY, Victor. Durkheim, les sciences sociales et l'Université : bilan d'un semi-échec. *Revue française de sociologie*. 1976, v. 17, n<sup>o</sup> 2. pp. 267-311.

KARADY, Victor. Stratégies de réussite et modes de faire-valoir de la sociologie chez les durkheimiens. *Revue française de sociologie*. vol. 20, n<sup>o</sup>1, 1979. pp. 49-82.

MERLLIÉ, Dominique. Correspondance d'Émile Durkheim avec Lucien Lévy-Bruhl. *Revue européenne des sciences sociales*. n<sup>o</sup> 55, v<sup>o</sup> 2, 2017, pp. 105 – 168.

MOSBAH-NATANSON, Sébastien. La sociologie comme “mode”? Usages éditoriaux du label « sociologie » en France à la fin du XIXe siècle. *Revue française de sociologie*. vol. 52, n<sup>o</sup>1, 2011, p. 103-132.

MUCCHIELLI, Laurent. O nascimento da sociologia na universidade francesa. *Revista Brasileira de História*. v. 21, n<sup>o</sup> 41, 2001, p. 35-54. [Tradução de Fernando Kolleritz].

PICKERING, William S.F. Gaston Richard: collaborateur et adversaire. *Revue française de sociologie*. v.20, n<sup>o</sup>1, 1979, pp. 163-182. [Tradução de Michel Bozon].

PROCHASSON, C. Histoire et sociologie: Henri Berr et les durkheimiens (1900–1914). *Revue de synthèse*. vol. 117, n<sup>o</sup> 1, 1996, pp. 61-79.

RINGER, Fritz. *Fields of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press. 1992.

SIMIAND, François. Méthode Historique et Science Sociale. *Revue de synthèse historique*. T. 6, n<sup>o</sup> 16, 1903a, pp. 1 – 22.

SIMIAND, François. Méthode Historique et Science Sociale (Fin). *Revue de synthèse historique*. T. 6, n<sup>o</sup> 17, 1903b, pp. 129 – 157.

---

<sup>1</sup>O autor agradece ao Centro de Assessoria de Publicação Acadêmica, CAPA ([www.capa.ufpr.br](http://www.capa.ufpr.br)) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) pela revisão de língua portuguesa e suporte oferecidos para a redação do artigo.

<sup>2</sup> O termo *chargé de cours* é o título profissional utilizado dentro da hierarquia universitária francesa, que ia de: *maître de conférences*, *chargé de cours*, *professeur adjoint* até *professeur titulaire*. Cada posição galgada, além de melhorar os salários, também confirmava uma posição mais estável e de maior visibilidade dentro do sistema de ensino e pesquisa francês da época.

<sup>3</sup>A *agrégation* era um importante concurso que garantia o acesso às mais altas posições do sistema secundário e para consegui-la, normalmente, os estudantes recorriam a cursos na prestigiosa *École Normale*

*Supérieure*. Apesar de não ser obrigatório para a *agrégation*, o curso preparatório na ENS servia também como um espaço de sociabilidade onde jovens intelectuais teciam relações sociais.

<sup>4</sup>Sobre a conquista de posições intelectuais de destaque no sistema de ensino e pesquisa francês e a consequente institucionalização da sociologia. Cf. Karady (1976).

<sup>5</sup>No original: “Comme toute innovation épistémologique majeure, la sociologie durkheimienne doit sa fortune publique bonne ou mauvaise à la conjonction singulière de cadres sociaux de réception plus ou moins favorables et d’un effort plus ou moins conscient d’auto-promotion” (Tradução nossa).

<sup>6</sup>Entre os anos 1913 e 1914, devido às mudanças internas e à eclosão da 1ª Guerra Mundial, a revista saiu com algumas edições duplas, rompendo com a periodicidade bimestral.

<sup>7</sup>No original: “J’ai vu aujourd’hui un nommé Henri Berr, professeur au Lycée Henri IV, ami de Sylvain Lévi. Il fond chez Cerf une Revue de Synthèse historique. [...] Il est venu me demander ma collaboration pour l’histoire des religion (en partie naturellement). Je ne lui ai pas dit non. [...] Il est tout à fait en sympathie avec nous [...]. D’autre part il me semble utile que nous nous lofions là-dedans, utile pour l’Année, utile pour notre groupe. Nous n’avons pas tant de moyens de répandre nos idées. [...] Je crois qu’une pareille revue peut être une concurrence pour l’Année si nous n’en sommes pas et un excellent appui si nous en sommes” (Tradução nossa).

<sup>8</sup>Essa carta e a resposta de Marcel Mauss, foram transcritas por Rafael Faraco Benthien, a quem agradeço por disponibilizá-las para a consulta.

<sup>9</sup>No original: “En ce qui concerne H. Berr, si j’ai un conseil à te donner, bien net, c’est de ne pas marcher. En premier lieu, ses idées ont l’air d’être plus que vagues. La synthèse historique ne veut rien dire. En seconde lieu, ton raisonnement me semble mauvais quand tu dis : ‘Si on y est, ce n’est pas une concurrence à l’Année, si on n’y est pas c’en est une’. C’est le contraire, quant à moi, qui se produirait, ‘si l’on y entre, c’est une concurrence à l’Année’, parce que l’important est précisément que nous soyions les seuls à faire ce que nous faisons à l’Année et qu’étant les seuls nous ne le fassions qu’à l’Année” (Tradução nossa).

<sup>10</sup>No original: “Les instances de Berr ont été tellement pressantes que je me suis décidé à nous joindre à lui; il est entendu que c’est nous qui serons les collaborateurs réguliers de la Revue, pour ce qui regarde la sociologie” (Tradução nossa).

<sup>11</sup>No original: “Il y aura donc dans cette Revue une part de sociologie positive; et cette part devrait revenir, puisqu’ils ont bien voulu s’en charger, à des collaborateurs de l’Année Sociologique” (Tradução nossa).

<sup>12</sup>Importante apontar que Gaston Richard rompeu com a Escola Sociológica Francesa em 1907. Assim, seus textos publicados na RSH após isso não entraram na contagem. Cf. (PICKERING, 1979).

<sup>13</sup>Para compreender de forma mais aprofundada os aspectos teóricos da obra de Henri Berr, Cf. DRIGO, Miguel Kancelskis. História como ciência: debates teórico-metodológicos na revue de synthèse historique (1900 - 1914). 276 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

<sup>14</sup>Para Gabriel Tarde, os fenômenos sociais poderiam ser explicados por uma “teoria da imitação”, enquanto para Émile Durkheim, estes fenômenos seriam explicados pelo “fato social”. Na época, houve um grande embate entre os dois pesquisadores. Cf. CONSOLIM (2011).

<sup>46</sup>No original: “l’historien ne peut faire abstraction du variable, de l’individuel qui joue un rôle dans le développement historique ; et le principal reproche qu’il nous adresse est de nier ce rôle. Cependant, dans un passage que cite d’ailleurs M. B., nous avons reconnu que les personnages historiques étaient des facteurs de l’histoire. Mais, outre que nous croyons que leur influence a été grandement exagérée, nous avons montré qu’ils ont eux-mêmes des causes, et, en partie, sociales” (Tradução nossa).

<sup>47</sup>No original: “Un mérite capital de l’école sociologique nous paraît être de contribuer, à la suite des anthropologues anglais, à créer une psychologie des esprits primitifs et simples qui réagit contre les idées traditionnelles, de reconstituer une mentalité singulière qui n’a aucun rapport avec la logique classique, avec les procédés discursifs de nos entendements d’Européens adultes” (Tradução nossa).

<sup>48</sup>No original: “[...] on nous dit : vous faites de la psychologie sociale, et non de la sociologie. Peu importe l’étiquette. Nous préférons celle de sociologues et voici pourquoi. C’est que nous ne considérons jamais les idées des peuples, abstraction faite des peuples. En sociologie, les faits de la psychologie sociale et les faits de la morphologie sociale sont liés par des liens intimes et indissolubles” (Tradução nossa).

<sup>49</sup>No original: “Le social proprement dit, c’est, en définitive, ce qui est fondé sur les besoins d’un groupe permanent en tant que groupe. De là ce caractère d’autorité à la fois consentie et contraignante qui lui est inhérent. La société implique la sociabilité humaine, des facultés humaines ; mais elle constitue, à n’en pas douter, une nature sui generis. Ici l’école durkheimienne a raison, cent fois raison. « La société n’est pas une simple somme d’individus, mais le système formé par leur association représente une réalité spécifique qui a ses caractères propres » ; elle se donne et elle développe peu à peu une organisation qui répond à des besoins spéciaux. Tous les individus qui en font partie, en tant qu’êtres sociaux, sentent plus ou moins confusément ces besoins. Certains les sentent davantage. L’initiative individuelle, l’imitation, les états de sensibilité collective interviennent dans le développement de la société ; mais tout cela, même en affectant l’organisation sociale, ne sert pas toujours les besoins spécifiques de la société. L’étude de ces besoins et

de ce qui, parmi les représentations des hommes, répond à ces besoins, c'est la psychologie sociale. Et l'étude comparée des institutions appropriées à ces besoins, du développement de ces institutions dans son rapport avec les formes de la société, c'est la sociologie" (Tradução nossa).

Artigo recebido em 06 de dezembro de 2021.

Aceito para publicação em 16 de março de 2022.

**“O QUE HOVE COM AQUELA FAMÍLIA?” MEMÓRIA  
PEDAGÓGICA, TEOLOGIA E PRÁTICAS FÚNEBRES  
DIANTE  
DO SUICÍDIO EM CEMITÉRIOS EVANGÉLICO-LUTERANOS**

**“WHAT HAS HAPPENED TO THAT FAMILY?”  
PEDAGOGICAL  
MEMORY, THEOLOGY AND BURIAL PRACTICES  
FACING OF  
SUICIDE IN LUTHERAN-EVANGELICAL CEMETERIES**

Renato Rodrigues FAROFA\*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar o espaço cemiterial evangélico-luterano como um lugar de memória pedagógica no conceito comunitário desse grupo religioso. Tendo como objeto de estudo um conjunto de sepulturas na entrada do cemitério da comunidade evangélica luterana São Pedro do Canguçu Velho, interior do município de Canguçu-RS, e com base nas entrevistas concedidas por dois membros desta comunidade religiosa a respeito das práticas fúnebres e teologia da igreja luterana em relação a suicidas, este trabalho faz uma análise dessas memórias relacionando-as com a memória e identidade religiosa/comunitária.

Palavras-chave: Cemitérios; Evangélico-luteranos; Memória Pedagógica; Suicídio; Práticas fúnebres.

Abstract: This paper aims to analyze the Lutheran-Evangelical burial ground space as a place of pedagogical memory within the concept of community of this religious group. Focusing on a cluster of graves at the entrance of the cemetery of the São Pedro do Canguçu Velho community, in the countryside of the municipality of Canguçu-RS, as the object of research, and on the basis of interviews given by two members of the community about the burial practices and the theology of the Lutheran church regarding suicides, this paper makes an analysis of these memories, relating them to the religious/community memory and identity.

Keywords: Cemeteries; Lutheran-Evangelicals; Pedagogical Memory; Suicide; Burial Practices.

### *Introdução*

“Vem uma gente assim de fora que não sabe, que não conhece ele vê e vão olhar lá e vão perguntar: o que aconteceu, o que houve com aquela família? Eles querem saber” (PAULO ALBRECHT, 2021). Essa afirmação de Paulo Albrecht, membro da comunidade evangélica luterana São Pedro do Canguçu Velho, interior do município de Canguçu-RS, introduz o presente trabalho que abordará, tendo como exemplo um conjunto de sepulturas na entrada do cemitério da comunidade São Pedro, como determinadas edificações podem trazer indagações por parte de pessoas que visitam o espaço cemiterial.

---

\* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPEL). E-mail: renatofarofa@yahoo.com.br.

O exemplo em específico no presente trabalho é do conjunto de túmulos da família Albrecht que foi encontrada morta no dia 10 de setembro de 1968. Enforcados no galpão de sua propriedade, o pai Ervaldo Albrecht (27 anos), juntamente com a esposa Elza Ledebuhr Albrecht (25 anos), foram tratados pela comunidade como suicidas e responsáveis pela morte dos três filhos, que também foram encontrados enforcados, Gilberto (5 anos), Ruben (4 anos) e Enalda (2 anos), sendo sepultados na extremidade e aos fundos do cemitério, localizando-se totalmente afastados das demais sepulturas. Com o passar dos anos e com reformas no espaço cemiterial, especialmente com a troca de lugar do portão de entrada do cemitério, os cinco túmulos estão desde 1996 na entrada da necrópole<sup>1</sup> (conforme imagens abaixo).

**Figura 1-** Sepultura de Ervaldo Albrecht, esposa Elza e filhos na entrada do cemitério.



Fonte: acervo do autor. 16/09/2020.

**Figura 2-** Disposição do espaço cemiterial de sepultura de Ervaldo Albrecht, esposa Elza e filhos em relação aos demais túmulos.



Fonte: acervo do autor: 16/09/2020.

Em razão desse destaque que a sepultura tem hoje no cemitério desta comunidade, essa pesquisa trabalha como as alterações na configuração deste cemitério refletem também em mudanças nas práticas religiosas destas comunidades, com relação a mortes traumáticas. Da mesma forma, esse trabalho apresenta um breve levantamento sobre a teologia da igreja – no caso a Igreja Evangélica Luterana do Brasil – sínodo ao qual a comunidade São Pedro é filiada, quanto às mudanças ao longo do século XX nas tratativas pastorais nos casos de mortes não tidas pelos preceitos religiosos como naturais, como no caso de suicídio. Ademais, essa breve pesquisa tem como objetivo analisar como essas alterações na teologia e prática pastoral influenciam práticas fúnebres e de enterramento por parte das comunidades evangélico-luteranas nos últimos 50 anos quando se deparam com situações semelhantes ao caso da família de Ervaldo e Elza Albrecht.

Essas indagações e reflexões sobre a teologia da igreja e práticas fúnebres por parte das comunidades que será apresentada nesta breve pesquisa, tem como base duas entrevistas realizadas com membros da comunidade São Pedro do Canguçu Velho, com documentos da própria comunidade e de outras comunidades evangélico-luteranas, além de pesquisas e publicações feitas pela Igreja Evangélica Luterana do Brasil, especificamente sobre o tema suicídio. E a partir desse conjunto de documentação e entrevistas, o objetivo é apresentar como a teologia da igreja, práticas de velório e enterramento, bem como o entendimento de pastores e congregados das comunidades evangélico-luteranas sofreram transformações nas últimas décadas e contam com resistências quando deparados com mortes de causa moralmente polêmica na contemporaneidade.

As duas entrevistas foram realizadas com parentes de Ervaldo e Elza Albrecht. Paulo Albrecht, 64 anos, aposentado, além de membro da comunidade São Pedro é sobrinho do casal encontrado morto com os filhos. O outro entrevistado foi Elias Krüger Albrecht, também membro da comunidade São Pedro, 37 anos, estudante, filho de Paulo Albrecht – portanto, sobrinho neto de Ervaldo e Elza Albrecht. As duas entrevistas, que foram realizadas na casa de Elias Krüger Albrecht em 06/01/2021, colaboram na pesquisa, ao trazer reflexões que os documentos da comunidade não contemplam para tentar responder aos questionamentos que são feitos em relação às sepulturas na entrada do cemitério. Um exemplo de tais reflexões pode ser o que afirmou o senhor Paulo Albrecht: “Vem uma gente assim de fora que não sabe, que não conhece ele vê e vão olhar lá e vão perguntar: o que aconteceu, o que houve com aquela família? Eles querem saber”.

No intuito de apresentar possíveis respostas ou mais questionamentos à afirmação do senhor Paulo Albrecht “o que aconteceu, o que houve com aquela família? Eles querem saber”, o trabalho está dividido em três tópicos. O primeiro apresenta o conceito de *comunidade* entre luteranos e a importância que o espaço cemiterial tem na concepção de igreja dessas congregações. A segunda parte contempla como o cemitério, na sua disposição espacial, como nas edificações e consequentes localizações das sepulturas, é um lugar de *memória pedagógica*. E por último aborda, com o exemplo da sepultura da família de Eivaldo e Elza Albrecht, como as práticas fúnebres (velórios e enterramentos), sofreram *mudanças* nas últimas décadas, mas ainda são alvo de resistência por parte de membros de comunidades evangélico-luteranas.

*Conceito de comunidade, memória, identidade e a importância dos cemitérios para os evangélico-luteranos*

Nos cemitérios, as representações dos mais diversos costumes estão evidenciadas. O cemitério, seus signos e códigos reconhecidos socialmente, representam, formam e transmitem valores comportamentais coletivamente apropriados. O espaço cemiterial, assim como a escrita, produz o que Jacques Le Goff chama de “arquivos de pedra” (LE GOFF, 2003, p.428). De acordo com o autor, em seu capítulo/verboete “Documento/monumento”, o cemitério com suas edificações, inscrições e imagens, apresenta um vasto acervo para múltiplas investigações e leituras, formando assim um arquivo a céu aberto.

Com relação ao uso do cemitério, além de destinar um local adequado aos mortos, segundo explica Pagoto citando Philippe Ariès, serve para “cultivo da memória daqueles que já partiram” (PAGOTO, 2004, p.97). Enfatiza-se, assim, o discurso de vivos para vivos através dos mortos e da futura morte, uma vez que, toda a representação em uma sepultura é realizada por quem vivencia o luto. Esse ato de construção (sepulturas) é transportado para dentro dos cemitérios, no intuito de preservação da identidade daquele que não está. Esse terror da perda da individualidade (MORIN, 1976, p.32-33), com as representações nos sepulcros é amenizado, visto que assim os mortos estão na memória e consciência dos vivos (ELIAS, 2001, p.53).

Interpretar a paisagem do cemitério, no caso destas necrópoles evangélico-luteranas é fazer uma leitura de como esta cultura religiosa, como comunidades étnicas de descendentes de alemães/pomeranos e religiosa (evangélico-luterana), produzem suas

referências culturais. Isso talvez se deva ao fato que “ao estudarmos as representações da morte nos cemitérios estamos, portanto, tentando compreender a nós mesmos, enquanto seres humanos que têm sentimentos com relação à morte” (STEYER, 2000, p.72).

Tendo como objeto de estudo os cemitérios evangélico-luteranos, compreender a presença destas necrópoles da vivência de fé desse grupo religioso é de fundamental importância. O conceito eclesiológico tem como base os ideais de igreja do reformador alemão Martinho Lutero (1483-1546), que ao prezar pela comunhão através da comunidade dava preferência pelo termo “*Gemeinde*” (congregação, comunidade) para definir igreja ao invés do termo “*Kirche*” (Igreja), ligada a uma ideia de estrutura e instituição (LINDBERG, 2001, p.428)<sup>2</sup>. Assim, desde o século XVI, uma estrutura eclesiológica surge com base comunitária (*Gemeinde*), onde a administração da igreja dependia dos membros da comunidade e não de uma estrutura superior. Essa administração também abrangia as questões que envolviam os cemitérios das igrejas evangélico-luteranas. Com a vinda de imigrantes, a grande maioria de origem rural, ao Brasil no século XIX<sup>3</sup>, este modelo de igreja comunitária é trazido e implantado pelos luteranos no Rio Grande do Sul<sup>4</sup>.

No Brasil, devido a uma estrutura eclesiológica e comunitária inicialmente marginalizada, os imigrantes protestantes tiveram dificuldades na participação da sociedade como um todo. Isso contribuiu para pensamento provinciano dos evangélico-luteranos e acentuou ainda mais esse modelo eclesiológico nos imigrantes e seus descendentes, como descreve Martin Norberto Dreher, “Nessa estruturação eclesiástica que vai surgindo, tudo é ‘nosso’, na expressão comunitária desses agricultores: nossa Igreja, nossa escola, nosso cemitério, nosso pastor” (DREHER, 1999, p.121-122). E foi neste modelo de comunidade onde “tudo é nosso”, que ao lado da igreja e da escola, o cemitério passa a ter um papel fundamental para a preservação da memória e identidade dessas populações, como também da fé evangélico-luterana.

Com esse modelo comunitário, “nossa Igreja, nossa escola, nosso cemitério, nosso pastor”, memória pedagógica, identidade e pertencimento estão presentes. Essa ênfase em ter e manter o espaço cemiterial, seu próprio “arquivo de pedra”, está associado a uma herança de prática congregacional que conseqüentemente reforça o desejo dessa memória, identidade e ensino comunitário dos membros pertencentes a determinada congregação no uso do cemitério.

Dessa forma os membros pertencentes a estas comunidades zelam pelo espaço cemiterial. Relata Elias Krüger Albrecht que, juntamente com sua avó, “sempre quando tinha uma sujeirinha pegava a enxada, ia lá, tirava todas as flores, capinava, organizava. Eu me lembro que eu ia junto e ajudava ela” (ELIAS KRÜGER ALBRECHT, 2021).

Essa afirmação diz respeito ao cuidado da sepultura da família que foi encontrada morta e sepultada como suicida. O exemplo de cuidado com essa sepultura revela o envolvimento da família, avó e neto, para que aqueles integrantes da família encontrados mortos não fossem esquecidos. O mesmo ocorre com as demais sepulturas da família dentro do espaço cemiterial, conforme relata o entrevistado:

Tem toda a família lá. Tem meu avô, também na época não estava com o túmulo fechado, a vó fez posteriormente. Também os meus bisavós, que eram avós do meu pai. Também a gente fazia todos esses cuidados de limpar os túmulos porque o passar dos anos, apesar de que naquela época todo mundo morava ali a família foi indo embora, então quem foi ficando morando mais próximo do cemitério era nós. Então minha avó, mesmo ela não tendo essa obrigação, ela fazia isso. Inclusive tem os irmãos do meu avô que morreram quando criança. Ela também fazia todo esse cuidado apesar de nunca ter conhecido, não ter tido uma relação, ela cuidava desses túmulos. (ELIAS KRÜGER ALBRECHT, 2021)

**Figura 3-** Manutenção e cuidado com sepultura de Ervaldo Albrecht, esposa Elza e filhos.



*Fonte: acervo do autor 16/09/2020.*

Conforme afirmado por Elias Krüger Albrecht, esse cuidado, dentro do conceito de comunidade desse grupo religioso, é muito significativo. Nos cemitérios evangélico-luteranos da região pesquisada o número de sepulturas abandonadas atualmente não é expressivo. Isso decorre por duas razões.

Em primeiro lugar, porque há o costume da própria família ter esse cuidado com a sepultura de seus mortos. Essa responsabilidade é criada no ambiente familiar. No

exemplo mencionado, a avó Zilda Schwartz Albrecht (falecida em 2009) e neto Elias Krüger Albrecht iam juntos ao cemitério limpar túmulos. Na prática comunitária é comum escolher alguém da família como responsável direto para que determinadas sepulturas não sofram o abandono, como no caso dos túmulos de Ervaldo e Elza Albrecht e filhos. Relata o senhor Paulo Albrecht, que após a morte de Ervaldo, esposa e filhos, o irmão mais velho, Leopoldo Albrecht ficou com a incumbência de zelar por aqueles túmulos. Após a morte do senhor Leopoldo em 1991, a primogênita dele, Elinda Albrecht Bergmann (66 anos)<sup>5</sup> passou então a fazer os cuidados necessários para manutenção desses túmulos. Porém, desde o casamento, a senhora Elinda Albrecht Bergmann reside na localidade Coxilha dos Cunha, situada no interior de Canguçu, a cerca de 40 Km do cemitério da comunidade evangélica luterana São Pedro do Canguçu Velho. Por essa razão, suas visitas ao espaço são mais esporádicas, em relação à parte da família que continua residindo próxima à igreja e cemitério. Como a família de Paulo Albrecht continua residindo próxima ao cemitério e, por frequentarem assiduamente a igreja que fica ao lado do espaço cemiterial, ocorre que a visitação aos túmulos e consequente manutenção é realizada de forma contínua, conforme relata Elias Krüger Albrecht;

E até hoje assim quando tem muita sujeira a gente dá uma olhada lá. Esse tempo agora mesmo no Natal eu dei uma passada lá e vi que tinha muita sujeira. Eu peguei inclusive, a gente trocou as flores do túmulo do vô e aquelas flores do túmulo do vô eu dei uma reciclada peguei e botei naqueles túmulos ali porque eles não têm mais quem olhe por eles. Então é uma forma também de tu dar uma reparada naqueles túmulos daqueles irmãos do meu vô (ELIAS KRÜGER ALBRECHT, 2021)

Além de datas importantes da religiosidade cristã, a vida em comunidade estimula esse envolvimento com o cemitério e consequente manutenção das sepulturas por parte dos familiares. Frequentar a igreja, cultos e demais reuniões, é frequentar o cemitério. Participar de festas no salão da comunidade – que também fica a poucos metros de cemitério – por ocasião de batismo, confirmação, casamento e de demais congressos do calendário anual da igreja, significa também visitar o espaço cemiterial. Por esse motivo, dificilmente são encontradas sepulturas em total abandono, em razão de familiares zelarem pelos túmulos.

A segunda razão da preservação das sepulturas no espaço cemiterial evangélico-luterano ocorre pela própria comunidade. Uma decisão de assembleia recente, datada de 19/04/2019, da comunidade evangélica luterana São Pedro do Canguçu Velho, definiu pela organização do cemitério, em que “foi proposto pela diretoria a colocação de piso no

cemitério, organização dos túmulos caídos, pintura, instalação de água e luz, o mesmo foi colocado em votação e aceito pelos membros presentes” (LIVRO ATA N° 3 – COMUNIDADE SÃO PEDRO DO CANGUÇU VELHO, p. 43 verso). Essa resolução, de 2019, tratou de preservar, entre outras melhorias ao espaço cemiterial, os túmulos que não tinham mais alguém que zelasse pelos mesmos. Túmulos nessa condição de descuidados ocorrem com mais frequência em sepulturas de crianças, justamente em razão da morte prematura, e após a morte dos pais, não ter mais alguém que cuide dos mesmos. Conforme foto abaixo, a decisão da comunidade de organizar “túmulos caídos” abrangeu especialmente a antiga parte do cemitério destinada às sepulturas de infantes.

**Figura 4-** Área do cemitério sob responsabilidade da comunidade São Pedro.



*Acervo do autor 16/09/2020*

As ações de preservação e manutenção dos túmulos, seja por parte da família ou da própria comunidade, revelam a preocupação com a própria memória. Conforme Joël Candau, ao proteger a memória da família, os indivíduos envolvidos nesses atos de preservação das sepulturas, protegem direta ou indiretamente a sua memória (CANDAU, 2012, p. 139); diretamente, quando a própria família, conforme relato dos colaboradores, elege alguém para manutenção da edificação, e indiretamente quando a comunidade resolve por promover essa ação contra o abandono.

Ser lembrado faz parte desse processo de sepultamento, como afirma Edgar Morin “O não abandono dos mortos implica a sua sobrevivência” (MORIN, 1976, p.25). Ser

sepultado, entre os seus, na sua comunidade, faz com que aquela sepultura seja vista e o finado seja constantemente lembrado, ou seja, a eternidade do nome é, ao menos por algumas gerações, mantida (ASSMANN, 2011, p. 43).

Essa preocupação com os túmulos por parte das famílias e da comunidade com o cemitério também reforça a relação existente entre a esperança escatológica relacionada ao pertencimento, à identidade e à memória. Nesses atos de preservação e manutenção, é demonstrada a preocupação de saber como a família vai ser lembrada, ou como a comunidade religiosa (no caso da preservação de túmulos caídos) deseja ser lembrada, em atos de meta-memória onde na representação que um indivíduo ou comunidade revelam “a construção explícita da identidade” (CANDAUI, 2012, p.23).

Dessa forma, as sepulturas e o espaço cemiterial estabelecem condições, como afirma Fernando Catroga, de sentimento de pertença estreitando a relação entre memória, identificação, filiação e distinção dentro de uma liturgia de recordação (CATROGA, 2015, p. 29-30).

#### *Cemitério evangélico-luterano: um lugar de memória pedagógica*

“Aquilo era daquele tempo era, eles tinham colocado aquelas leis na igreja assim. Então eles ficaram separados. Aquela gente ficava separada, botava tudo num túmulo”. (PAULO ALBRECHT, 2021). O relato do senhor Paulo Albrecht acerca da localização da sepultura de Ervaldo Albrecht, esposa Elza e filhos revela em afirmações curtas e diretas, não apenas como a comunidade evangélica luterana São Pedro do Canguçu Velho, mas a igreja como um todo agia em casos de mortes não aceitas pela doutrina ensinada, como o caso do suicídio. “*Daquela tempo*” e “*eles tinham colocado aquelas leis na igreja*” faz parte de um ensinamento corrente entre cristãos, também evangélico-luteranos, que a vida é bem precioso concedido por Deus e que os seres humanos não podem atentar contra ela. Esse ensinamento de uma forma mais clara fica expresso no quinto mandamento “não matarás”. Ir contra o mandamento, ainda mais tirando a própria vida, é considerado uma transgressão grave. Além de cometerem essa ação contra a vontade de Deus ao tirarem a vida, não teriam oportunidade de se arrepender de tal ato, tendo uma morte sem o perdão.

Esse ensino acerca do quinto mandamento e as consequências da desobediência ao mesmo, especialmente nos casos de suicídio, é tema de discussão na teologia, também da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, como veremos no próximo tópico. Na década de

1960, período da morte da família de Ervaldo Albrecht, a teologia oficial da IELB (Igreja Evangélica Luterana do Brasil), mesmo sem ter um documento específico sobre o tema, tratava em publicações oficiais do assunto suicídio de maneira condenatória. Alguns exemplos, deste julgamento acerca de suicidas, são encontrados em periódicos produzidos pela IELB entre as décadas de 1940 e 1960. Na revista “Igreja Luterana”, que tinha como público alvo, pastores e professores sinodais, na edição de março/abril de 1941, ao abordar o tema quinto mandamento, é taxativa ao afirmar como “morte sem perdão” (ELICKER, 1941, p. 46). Também a revista “O Jovem Luterano”, edição de junho de 1945, que tinha como público membros das uniões juvenis de igrejas e escolas luteranas, ao abordar o tema morte, trata o assunto como “ideia errônea e diabólica” (REHFELDT; WARTH, 1945, p.78). A mesma revista para o público jovem, na edição de agosto de 1962, no artigo intitulado “Se porventura um dia...” tratou das rechaçar explicações humanas ao tema e reiterar que bíblicamente essa escolha é “caminho do inferno” e da “eterna condenação” (RIETH, 1962, p. 12-13).

Essa postura teológica e oficial acerca do suicídio “daquele tempo” estimulava comunidades evangélico-luteranas a adotarem posturas específicas em relação aos modos de sepultamento e na administração do espaço cemiterial, diante desse tipo de morte indesejada.

Importante ressaltar que o local de enterramentos não apenas abriga os corpos daqueles que pertenceram à determinada comunidade evangélico-luterana. O cemitério como um todo, assim como as sepulturas, deve difundir o conceito de igreja com seus ensinamentos doutrinários, ou seja, o espaço cemiterial com suas sepulturas transmitem para aqueles que ali transitam o que se espera de um cristão evangélico-luterano. Em caso de suicídio, por exemplo, era inaceitável sepultar um indivíduo, que optou por morte voluntária, com as mesmas ritualísticas e tratamentos funerários dos sujeitos religiosos que, em vida, guardavam os valores cristãos.

Analisando os cemitérios evangélico-luteranos como suporte de uma identidade religiosa através da memória, tomarei como base o conceito de *memória pedagógica* de Pierre Nora, em que o autor fez em sua análise na experiência francesa de preservação e legitimação de lugares de memória, em especial, durante e após as comemorações do bicentenário da Revolução Francesa. Importante ressaltar que, para Nora, os lugares de memória são materiais, simbólicos e funcionais. Com sua aparência material, servem como depósito de arquivos passando assim para a esfera simbólica (ritos diante do monumento, por exemplo) e assim se caracterizando pela funcionalidade, ou seja, na

transmissão de valores (NORA, 2008, p. 33). Nesses três aspectos, a memória que está ligada à materialidade, simbologia e funcionalidade passa a ser memória pedagógica, onde dentre as instituições de grande relevância de ensinamentos e valores, estão a igreja e a família (NORA, 2008, p.27).

A cultura religiosa evangélico-luterana, em uma concepção comunitária, revela que as memórias eternizadas nos monumentos, tem um padrão que fora constituído pela instituição religiosa por meio dos seus estatutos (leis) embasados em seu corpo doutrinário (ensino). Assim, os ensinamentos doutrinários recebidos pelos membros das comunidades evangélico-luteranas, nessa prática religiosa, são transportados e materializados nas edificações/monumentos presentes nos cemitérios, fazendo assim o cemitério um lugar de memória pedagógica.

Exemplo dessa instrução que deve ser feita através do espaço e dos túmulos está no regimento do cemitério da comunidade evangélica luterana São João da Colônia São Pedro do Morro Redondo. Esse regulamento fora escrito em 1925, 25 anos após a fundação da comunidade (01/07/1900), que inclusive fora a primeira congregação organizada por missionários da LC-MS (Lutheran Church – Missouri Synod) que futuramente dera origem a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). Essa informação é importante em razão que nem todas as comunidades evangélico-luteranas possuíam um regimento específico para o uso e organização do cemitério, como o caso da comunidade São Pedro do Canguçu Velho. Essa constatação permite intuir que esse regimento serviu de modelo para uso do espaço cemiterial, especialmente para as comunidades e pastores que atuavam geograficamente próximos, assim como as congregações atendidas por pastores deste sínodo em Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul.

O regimento chama atenção nos artigos 5 e 7 sobre a natureza do espaço, quem pode ou não usufruir do mesmo, bem como o dever de zelar pelos túmulos ali edificadas.

Par. 5: Mas como nosso cemitério deve ser um campo de Deus, isto é, um campo, onde nossos corpos devem estar descansando como uma preciosa semente de Deus até a bem-aventurada ressurreição no juízo final, assim, aos que em vida demonstraram ser inimigos da igreja e morreram impiamente, a esses deve ser negado o sepultamento no cemitério da Comunidade... Par. 7: Nosso cemitério deve ser um verdadeiro pátio da igreja, e por isso deve servir como edificação aos visitantes. Mas como não é edificante, porém muito desagradável e escandaloso quando cristãos permitem que as sepulturas de seus entes queridos venham a não ser cuidados (degeneram), devem eles, portanto, conservá-las limpas, caprichosas e bem cuidadas. (LIVRO ATA N º3 – COMUNIDADE SÃO JOÃO DO MORRO REDONDO, p. 33 frente)

O parágrafo quinto faz uma classificação quanto aos que demonstraram ser inimigos da igreja e morreram impiamente. A morte de Ervaldo Albrecht, esposa Elza e filhos, se enquadra no entendimento que eles tiveram uma morte ímpia, ou seja, em oposição aos ensinamentos de uma boa morte. Por essa razão, o sepultamento no espaço poderia ser negado, mas a prática mais comum naquele período era a de que Paulo Albrecht se refere “eles ficaram separados”. O fato de sepulturas de suicidas ficarem separadas no cemitério “pátio da igreja”, servia de ensino aos visitantes do espaço, um alerta aos fiéis quanto aos perigos de não-salvação que o ato suicida poderia trazer, além de demarcar um estigma à memória desses mortos e a seus familiares vivos. No parágrafo 7 do regimento da comunidade evangélica luterana São João de Morro Redondo é afirmado que o espaço cemiterial deve servir de “edificação aos visitantes”, ao se referir diretamente ao cuidado que os congregados devem ter com as sepulturas de seus entes queridos. Mas, “edificante”, nesse regimento de forma indireta permite a interpretação que sepulturas fora do cemitério, ou na margem dos mesmos, serviria também para edificar a fé, em um conceito religioso baseado nos ensinamentos doutrinários da igreja que fazia com que sepulturas de suicidas, e outras mortes doutrinariamente indesejadas, ao terem o destaque na margem do cemitério, edificam ao ensinar o que não fazer.

O cemitério como “pátio da igreja” revela também como o campo santo é uma extensão da vida religiosa. Nessa proposta pedagógica, o uso do cemitério deve estar de acordo com os ensinamentos recebidos pelos membros destas congregações que usufruem daquele espaço para sepultamentos. Na vida da “Gemeinde” o sepultar é expressão de fé, como visto trecho acima citado do regimento. Dessa forma, fechado a uma identidade religiosa dentro de um corpo doutrinário e pedagógico expresso na confessionalidade deste grupo religioso.

Trabalhando ainda com esse conceito de Pierre Nora sobre a memória pedagógica presente nos cemitérios evangélico-luteranos até o momento pesquisados, apresento como esse ensino é manifestado na disposição espacial das sepulturas, e nas práticas fúnebres, em especial na realização do velório e cortejo fúnebre.

Além do local de sepultamento, que o regimento deixa claro o que se pode ou não fazer, existiam outras práticas fúnebres para casos de suicídio. Antes, do conduzir o corpo até o local de sepultamento, a cerimônia de velório e também o cortejo transmitia o entendimento da comunidade quanto ao destino da alma daqueles que haviam tirado a própria vida.

No caso dos velórios, alguns elementos eram negados àqueles que tinham uma morte considerada discordante com os ensinamentos da igreja. Entre esses elementos, estava o direito a velar na igreja, a utilização de velas e a presença do pastor. Na entrevista com Paulo Albrecht e com Elias Albrecht, esse ritual diferenciado é destacado em suas falas.

Paulo Albrecht, que tinha 12 anos na época do velório, afirmara: “Eu não tenho certeza, aquela parte e não me lembro” quanto ao velório ter sido na igreja. No entanto, Elias Krüger Albrecht em seu relato afirmou que: “Sempre quando eu podia, eu conversava com a vó sobre isso”. Nesse conversar com a avó, Zilda Schwartz Albrecht, com quem ajudava a limpar sepulturas da família, ele relata que o não velar na igreja, em caso de suicidas, era comum:

Essa questão do velório, ela sempre contava que era normal na época, sempre quando uma pessoa se suicidava, dificilmente ela era levada a igreja. Então tinha esse julgamento já de antemão. Então tinha outras pessoas que não eram veladas na igreja por uma questão de escolha, a família optava por velar em casa, até mesmo porque naquela época as capelas eram pequenas, mas esse especificamente já não teriam sido veladas pelo fato de teriam sido mortas. (ELIAS KRÜGER ALBRECHT, 2021)

Conforme relato, a realização do velório na igreja era uma opção dos familiares no caso de mortes aceitas pela doutrina. Essa opção se dava especificamente pelos motivos de capacidade de pessoas para o local do velório, mas também em razão da distância que aqueles que iriam participar da despedida tinham com relação ao local da capela junto ao cemitério. Ainda hoje é comum a preferência pela participação no velório do que no rito de sepultamento, fazendo com que muitos não se desloquem até o cemitério. Na década de 1960, em que as dificuldades de locomoção eram significativas, o velório em casa era comumente realizado. Em contrapartida, a escolha não era oferecida aos familiares de suicidas. A estes o velório na igreja era negado, como também o uso de velas e a presença do pastor:

E também pelo fato de não ter tido velas e que isso ela também falava que era comum de acontecer na época. Sempre que uma pessoa tipo, era o próprio pastor, eu me lembro que ela contava de uma história de uma senhora que morreu inclusive que na hora que o pastor chegou, eles estavam velando essa pessoa e o próprio pastor fez questão de apagar as velas. Então isso, ou seja, a própria igreja tinha um pouco esse olhar condenatório. (ELIAS KRÜGER ALBRECHT, 2021)

O uso de velas no rito evangélico-luterano faz alusão a presença do Deus da luz em Cristo, da glória, alegria e festividade (KARNOPP, 2003, p.57). Essa simbologia, uma

vez entendido que aquele que estava sendo velado teve uma morte ímpia, conduzia a proibição desse utensílio. Na fala de Elias Krüger Albrecht, compartilhando a memória de sua avó, quando não era respeitada essa prática, a presença do pastor se fazia presente, não com o intuito de realizar a cerimônia fúnebre, mas para impedir que tais atos ocorressem em discordância com a doutrina da igreja.

Sobre a presença do pastor no velório de Eivaldo Albrecht, esposa e filhos, ele ocorreu. Paulo Albrecht confirma que “Sim. Teve pastor sim”, em razão da morte das crianças, que foram inocentadas pela comunidade e pelo pastor<sup>6</sup> pelo fim trágico que tiveram. Mesmo que o pastor tenha realizado a cerimônia fúnebre da família, em razão que foram velados juntos, a diferenciação no tratamento da morte dos filhos e dos pais foi destacada no cortejo. Sobre isso Paulo Albrecht relata em sua fala:

Naquela época quando as pessoas se suicidavam, tiravam a própria vida, eles não entravam pelo, assim pela porta do cemitério, eles botavam debaixo do arame, então os dois velhos eles botaram por baixo do arame embaixo separado, túmulo separado e as três crianças entraram pelo portão (PAULO ALBRECHT, 2021).

E no relato de Elias Krüger Albrecht, ele reitera o que o pai afirmou, além de trazer detalhes da localização dos corpos na sepultura;

Já teve um tratamento separado. Os pais mais condenados que os filhos. Mesmo assim os filhos foram enterrados junto com os pais, mas eu me lembro que a vó sempre contou que fizeram questão de botar os dois, os pais na parte debaixo, que nem o pai falou. Os caixões, foi uma cova só, então passaram do arame para cima, os filhos estão na parte de cima e os pais estão na parte de baixo, ou seja, bem contra o arame. (ELIAS KRÜGER ALBRECHT, 2021)

Esse detalhe do cortejo e da localização do enterramento dos corpos é demasiadamente importante nessa pedagogia do morrer. No caso do cortejo, mesmo que não exista uma explicação ou doutrina oficial acerca do levar dos corpos até o cemitério, especialmente pelo passar pelo portão ou por debaixo do arame (cerca), na religiosidade popular e na pedagogia do morrer essa diferenciação faz alusão, dentro do espaço cemiterial que é “campo santo”, daqueles que serão recebidos no céu (paraíso/vida eterna) pela entrada triunfal (portão) em detrimento daqueles que não terão acesso a bem-aventurança eterna e apenas terão seu corpo enterrado no cemitério, tendo um acesso diferente, por debaixo do arame, como uma forma de demonstrar o destino eterno daquela(s) alma(s).

Com relação ao local de enterramento dos corpos, mais próximo do arame, reforça essa ideia corrente no período da condenação de suicidas. Como a família foi enterrada em uma cova coletiva, a localização de cada caixão na cova fortaleceu o ensino quanto à boa morte e morte ímpia. As crianças, conforme relato, além de terem sido levadas para o cemitério através do portão, foram sepultadas “na parte de cima”, ou seja, o mais distante possível do arame, enquanto os pais “na parte de baixo”, próximos ao limite do espaço cemiterial demarcando assim, a condenação, no entendimento da comunidade, dos mesmos pelo ato cometido contra a própria vida e vida dos filhos.

As informações trazidas pelos colaboradores reforçam o que Maurice Halbwachs, denominou no início do século XX, de quadros sociais da memória. Através de memórias que se amparam nas recordações de outros, os entrevistados Paulo Albrecht e seu filho Elias Krüger Albrecht, para relatar sobre como foi velório, se permitiram ou não o uso de velas, bem como atuação do pastor e procedimento litúrgico no enterro, tem como recurso memorial as instituições família e igreja, denominada por Halbwachs nessa construção social como *memória forte* (HALBWACHS, 1990, p. 25-26).

Importante também salientar nesses relatos que não se tratam de uma memória coletiva, mas sim de uma *memória compartilhada* (CANDAU, 2012, p. 17). As falas dos colaboradores reforçam, como afirmara Joël Candau, que cada pessoa lembra de uma maneira, fazendo com que toda memória seja social (compartilhada), mas não (una) coletiva (CANDAU, 2012, p.27).

### *Transformações e resistências na teologia da Igreja Evangélica Luterana do Brasil e nas práticas fúnebres*

E hoje já não, aquela parte que antigamente fizeram hoje já não fazem mais. Isso já eles são sepultados porque aí dizem assim: que ninguém sabe porquê que a pessoa se falece, se mata ou qualquer coisa... Antes sim, todas as comunidades eram assim, tanto as independentes e depois evoluiu, os anos passaram agora todo mundo já mudou as leis da igreja, vamos ser igual, eles não podem julgar as pessoas, não sabem o quê que aconteceu.(PAULO ALBRECHT, 2021)

Na fala de Paulo Albrecht acerca da postura da igreja com relação aos suicidas ou outras mortes consideradas indignas, o colaborador deixa claro que há uma diferença no passar desses 50 anos da morte de Ervaldo Albrecht e família ao fazer as afirmações “E hoje não” e “Antes sim”. Essas mudanças de postura por parte das comunidades, pastores e doutrina da Igreja (IELB), bem como resistências que permanecem ao tratar desses casos, serão temas nesse tópico do trabalho.

Essa afirmação de Paulo Albrecht “E hoje já não”, pode ser explicada pela atuação ministerial dos pastores diante de algumas mudanças na postura da Igreja Evangélica Luterana do Brasil em relação ao suicídio. Ainda que o tema seja pouco discutido, algumas publicações trataram do tema especialmente nestes últimos vinte anos. Martim Carlos Warth em “A ética de cada dia”, um estudo com base no decálogo e na teologia de Lutero sobre o tema, apresenta na seção sobre o quinto mandamento “não matarás”, a “lei da morte”, onde afirma “fica implícito que o ser humano deve viver e ajudar os outros a viver” (WARTH, 2002, p.137). Nesse tópico da obra, dedica algumas páginas ao suicídio, deixando claro que não é a vontade de Deus para o ser humano, contudo trata o assunto como patológico ao “admitir que mesmo um cristão pode ser vítima fatal dessa crise” (WARTH, 2002, p.144). E ao se referir sobre a prática pastoral após um suicídio, Martim Carlos Warth, que atuou como professor no Seminário Concórdia entre 1969 e 1992, educandário de formação de pastores da IELB, afirma que “essa compreensão torna possível o enterro cristão, por entender-se que a fé em Cristo permaneceu apesar da crise patológica que interferiu na lei da morte” (WARTH, 2002, p.144). As contribuições na obra publicada em 2002, somada à atuação do reverendo Warth enquanto professor de teologia, permite intuir que suas reflexões acerca do tema contribuíram para uma mudança na prática pastoral e comunitária em velórios e enterros em casos de mortes de suicidas.

Além desta obra de Martim Carlos Warth, a sexta edição do “Fórum Ulbra de Teologia” em 2010, realizado na Universidade Luterana do Brasil em Canoas-RS, teve como temática “Vida e morte da natureza e do ser humano. Visão da teologia e da ecologia”. Entre várias palestras publicadas em livro, podemos citar o texto “A morte na visão da prática pastoral”, do teólogo Wilfrid Buchweitz. Em seu estudo no fórum de teologia, evento que tem como público alvo estudantes de teologia e pastores já ordenados, o autor afirma que “a celebração de um sepultamento também não é um tribunal, nem para absolvição nem para condenação da pessoa falecida” (BUCHWEITZ, 2010, p.160) e que “postura pastoral diante da morte é sepultar com carinho e respeito os mortos” (BUCHWEITZ, 2010, p.162) “também pessoas que estragaram muita vida precisam ser sepultadas com carinho e respeito. E o juízo é de Deus” (BUCHWEITZ, 2010, p.160). Somado a essas contribuições de Warth e Buchweitz, na edição do “Mensageiro Luterano” de setembro de 2020, revista que tem como público leitor os membros das comunidades evangélico-luteranas, teve como matéria de capa “Suicídio. Prevenção e cuidados”. Na mesma abordagem dos autores já mencionados, Clóvis Vitor

Gedrat, professor de teologia e filosofia e que atua na formação de pastores, afirma que “o suicida não é covarde, nem herói” e que “é muito importante entender que a pessoa não se matou. A doença o matou” (GEDRAT, 2020, p.17).

Essas considerações do professor Clóvis Vitor Gedrat, na revista oficial da igreja, reforçam o que Paulo Albrecht afirmou “os anos passaram agora todo mundo já mudou as leis da igreja, vamos ser igual, eles não podem julgar as pessoas, não sabem o quê que aconteceu”, nas tratativas pastorais e comunitárias frente essas situações. Paulo Albrecht cita também em seu relato que os pastores ensinam atualmente que “não sabe o que passa na cabeça da pessoa e então nós não podemos aqui na terra, ninguém pode julgar ninguém” (PAULO ALBRECHT, 2021). Essa mudança de postura da parte da comunidade e pastores, também é mencionada quando Paulo Albrecht afirma que “já nem faz tanto tempo que um rapaz se enforcou e tinha depressão e entrou pela porta e foi normal, fizeram o enterro” (PAULO ALBRECHT, 2021), exemplificando que atualmente se procede de forma distinta ao tratamento que Ervaldo Albrecht, esposa Elza e filhos tiveram em 1968.

Contudo, essa mudança de postura ainda sofre resistências nas comunidades evangélico-luteranas, conforme duas situações relatadas por Elias Krüger Albrecht;

Esse senhor que morreu (Emir Gutknecht) esses tempos agora, ele sofria de depressão. Então a depressão levou ele. Ele tá sepultado no conjunto do cemitério lá, é um túmulo recente. E após a inauguração da comunidade, a nova igreja tem uns três, quatro anos, 2017, pois é, ele é posterior a isso. Ele era uma pessoa assim que realmente muito ativo, assim no sentido de fé, ele era uma pessoa que tu via que tinha fé, mas a própria doença dele levou ele ao suicídio. E aí teve novamente, surgiu essa discussão na comunidade, mas ainda bem que hoje isso tem mais esclarecido que naquela época (ELIAS KRÜGER ALBRECHT, 2021)

Faz uns dois meses que um senhor ali no Espigão se suicidou com um tiro. Ele era alcoólatra, sofria de alcoolismo, ele tinha parado um baita tempo de beber e agora voltou novamente a beber e aí para os filhos não internar ele, e aí ele se suicidou. E aí diz que no velório lá, diz que também a comunidade, disse lá, que tem que ser velado no salão, não pode ser levado para igreja, e o pastor Emir falou: ele vai ser velado na igreja porque não cabe a nós julgar ele. E o pastor Emir fez uma cerimônia religiosa, fez o velório com vela, com tudo, as pessoas que foram, assim diz que acharam muito bom o velório assim, a cerimônia de velório que o pastor Emir fez para ele (ELIAS KRÜGER ALBRECHT, 2021)

Os relatos acima feitos por Elias Krüger Albrecht revelam a resistência, por parte de membros das comunidades evangélico-luteranas, quanto ao uso da igreja para os velórios, bem como a utilização de velas e a presença do pastor nessas ocasiões. As

mudanças podem ser explicadas pela atuação dos pastores e as resistências em razão de uma tradição que pode ser interpretada pela experiência de membros que há décadas frequentam estas comunidades religiosas, e que ao longo de suas trajetórias tiveram ensino diferente da prática exercida atualmente pela igreja, conforme entrevistas.

Também é importante ressaltar que, apesar da prática pastoral e comunitária ter experimentado significativa mudança, algumas publicações e documentos oficiais da IELB, apresentam ressalvas quanto à realização de cerimônia e presença do pastor em atos fúnebres de um suicida. O manual litúrgico “Culto Luterano. Liturgias”, publicado em 2010, pela comissão de culto da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, na seção “Sepultamento”, na única menção a suicidas, traz uma oração com a seguinte observação: “Enterro de suicida. Quando as circunstâncias são tais que permitam a um pastor cristão officiar” (CULTO LUTERANO, 2010, p.144). Essa orientação, que deixa em aberto se é possível ou não um pastor realizar a cerimônia, tem como base o documento oficial da igreja (IELB) “Sepultamentos”, publicado em 1º de junho de 1992, que no tópico “Sepultamentos de suicidas” assim afirma:

O suicídio é transgressão do 5º Mandamento e, como regra geral, a igreja cristã não realiza o sepultamento de suicidas. No entanto, a assistência espiritual aos familiares e enlutados é imprescindível e especialmente importante nestes casos. Antes, porém, de o pastor realizar qualquer sepultamento de uma pessoa vítima de suicídio deverá fazer um cuidadoso inquérito, não tanto para encontrar um motivo para não realizar o sepultamento, mas para encontrar um motivo (mesmo se fraco) para aceitar a oportunidade. É especialmente importante nestes casos estabelecer a condição mental do(a) falecido(a) e se ele(ela) estava consciente de seus atos (POSICIONAMENTO IELB, 1992, p.2)

Esse documento oficial deixa em aberto para que as comunidades e pastores decidam sobre como proceder nessas situações. De qualquer forma, como nas palavras de Paulo Albrecht no “E hoje não” ou como “Antes sim”, e pelos casos relatados pelos entrevistados, tem havido uma mudança significativa na postura das congregações nessas situações, que envolvem a prática pastoral, bem como a administração do uso do templo e cemitério.

### *Considerações finais*

A indagação que Paulo Albrecht já ouviu inúmeras vezes, conforme seu relato, “O que houve com aquela família?”, pergunta que parece reforçar o estigma sobre os suicidas, fomentando curiosidades e rumores entre a comunidade, conduz esse breve

trabalho na tentativa de resposta ao questionamento pelo conceito de comunidade (Gemeinde) evangélico-luterano, em uma memória pedagógica nas práticas fúnebres embasadas pela teologia da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB).

Essas práticas desenvolvidas diante da morte e morrer passam pela *materialidade* e *imaterialidade*. Pela materialidade de suas edificações, na configuração do espaço cemiterial que, dentro do conceito de comunidade entre esse grupo religioso, apontam para a imaterialidade presente nestes cemitérios, pela crença e reforço no ensino pela memória pedagógica, sobre a morte, o morrer, dentro da esperança escatológica dos evangélico-luteranos. Esta pedagogia do morrer evidenciada nestas edificações e espaços pelo reforço ao pertencimento à comunidade religiosa, a materialização do suporte à memória individual, seja daqueles que constroem e preservam a sepultura dos seus entes queridos, seja da própria comunidade que zela por túmulos para que não sejam abandonados.

Ainda sobre a localização das sepulturas do espaço cemiterial, seja daqueles membros da comunidade que tiveram uma boa morte ou especialmente os que vieram a falecer de maneira que feriram os preceitos doutrinários, estas edificações fazem do espaço cemiterial como significativo ativador de memórias. Conforme a fala de Paulo Albrecht “O que houve com aquela família?”, que hoje tem as sepulturas localizadas na entrada do cemitério, e que no passado foram sepultados em uma das margens do espaço cemiterial, estimulam um discurso memorial acerca dos elementos associados ao fim da vida de Eraldo, Elza Albrecht e filhos, fazendo daquele conjunto de sepulturas e sua(s) localização(ões), importantes “sociotransmissores” (CANDAU, 2012, p. 117).

Na tentativa de responder “o que houve com aquela família?”, pela localização atual do conjunto de sepulturas da família Albrecht, o relato de Elias Krüger Albrecht revela uma resposta para o que aconteceu, como também uma projeção de futuro; “O cemitério foi crescendo, e ela vai se tornar daqui alguns anos, vai ser o centro, o túmulo vai estar centralizado no cemitério, o tempo vai se encarregar disso, tipo na época foram postos no canto e o tempo pôde trazer eles para a porta do cemitério” (ELIAS KRÜGER ALBRECHT, 2021).

Como cada memória fala do presente, de um evento passado e com uma projeção/intenção de futuro (CANDAU, 2012, p. 63-66), Elias Krüger Albrecht em seu relato sobre a antiga localização e atual das sepulturas daquela família, responde à sua maneira não somente o que aconteceu com aquela família, mas o que está acontecendo, em uma espécie de reparação pelo erro cometido pela comunidade no passado, e na sua

projeção de futuro, uma intenção de justiça, “Como uma arte não daquilo que aconteceu, como também daquilo que deixou de acontecer, aquilo que poderia ou deveria ter acontecido” (PORTELLI, 1997, p.33). A fala do entrevistado apresenta a importância e o cuidado com as fontes orais, ao qual Alessandro Portelli chama atenção. Nesse sentido, as entrevistas realizadas para essa breve pesquisa, contribuíram não para confirmar molduras, mas trazer para a pesquisa, com os cuidados necessários, outras possibilidades de leitura sobre as práticas, bem como suas transformações e resistências.

As narrativas fornecidas pelas entrevistas, em conjunto com as fontes documentais das comunidades, bem como de posicionamentos oficiais da igreja e de fontes bibliográficas, permitem responder diante da pergunta “o que houve com aquela família?”, em uma breve análise que o conceito de *comunidade*, bem como a teologia da Igreja Evangélica Luterana do Brasil e o ensino sobre a morte e o morrer entre evangélico-luteranos sofreu transformações que influenciaram também em modificações quanto à memória pedagógica presente nos espaços cemiteriais destas comunidades religiosas. Como toda mudança também sofre resistências, o que permite diferentes respostas não apenas sobre “o que houve com aquela família?” é o mesmo elemento que permite indagar sobre o que aconteceu nesses últimos 50 anos com as práticas fúnebres entre evangélico-luteranos.

### **Referências bibliográficas:**

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação. Formas e transformações da memória cultural*. Tradução: Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BUCHWEITZ, Wilfrid. A morte na visão da prática pastoral. In: HEIMANN, Leopoldo. *Vida e morte da natureza e do ser humano*. Visão da teologia e da ecologia. Fórum Ulbra de Teologia – Volume 6. Canoas: Editora da Ulbra, 2010.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

*CULTO LUTERANO: Liturgias e orações*. Porto Alegre: Concórdia Editora, 2010.

DREHER, Martin N. Protestantismo de imigração no Brasil. In: DREHER, Martin N; (org). *Imigrações e história da Igreja no Brasil*. 10.ed. Aparecida: CEHILA; Editora Santuário, 1999.

- ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos seguido de “envelhecer e morrer”*. Tradução: Plínio Dentzein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- ELICKER, E. As doutrinas principais da fé cristã. In: *Igreja Luterana*. Ano II, nº3/4. Porto Alegre: Concórdia Editora, março/abril, 1941.
- GEDRAT, Clóvis V. Suicídio. Qual a relevância do tema para os leitores do Mensageiro Luterano? In: *Mensageiro Luterano*. Ano 103, nº1261. Porto Alegre: Concórdia Editora, setembro 2020.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990.
- KARNOPP, David. *A dinâmica do culto cristão*. Porto Alegre: Concórdia Editora, 2003.
- LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- LINDBERG, Carter. *As reformas na Europa*. Tradução: Luís H. Dreher e Luís M. Sander. São Leopoldo: Sinodal, 2001.
- MORIN, Edgar. *O homem e a morte*. Tradução: João Guerreiro Boto e Adelino dos Santos Rodrigues. Lisboa: Publicações Europa-América LDA, 1976.
- NORA, Pierre. *Pierre Nora en Les lieux de mémoire*. Traducido por Laura Masello. Montevideo: Ed. Trilce, 2008.
- PAGOTO, Amanda A. *Do âmbito sagrado da Igreja ao cemitério público. Transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- PARÓQUIAS E PASTORES DA IELB*. Igreja Evangélica Luterana do Brasil, 2015.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: *Projeto História*, nº 15. São Paulo, PUC, 1997, p. 13-50.
- POSICIONAMENTO IELB. Sepultamentos*. Igreja Evangélica Luterana do Brasil, 1992. Disponível em: <https://www.ielb.org.br/downloads/conteudo/86/sepultamentos>. Acessado em 02 de janeiro de 2021.
- REHFELDT, L. C; WARTH, C. H. Contra o suicídio. In: *O jovem luterano*. Ano VI, nº6. Porto Alegre: Concórdia Editora, junho, 1945.
- RIETH, B. Se porventura um dia... In: *O jovem luterano*. Ano XXIV, nº8. Porto Alegre: Concórdia Editora, agosto, 1962.
- STEYER, Fábio A. Representações e manifestações antropológicas da morte em alguns cemitérios do Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry R. (Org). *Cemitérios do Rio Grande do Sul. Arte – Sociedade – Ideologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

TEICHMANN, Eliseu. *Imigração e Igreja: As comunidades-livres no contexto da estruturação do luteranismo no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História da Teologia) São Leopoldo: EST – Escola Superior de Teologia, 1996.

WARTH, Martim C. *A ética de cada dia*. Canoas: Editora da Ulbra, 2002.

#### *Fontes documentais*

Livro Ata n° 1 da congregação evangélica luterana São João do Morro Redondo. 1902-1973.

Livro Ata n° 1 da congregação evangélica luterana São Pedro do Canguçu Velho. 1940-1960.

Livro Ata n° 2 da congregação evangélica luterana São Pedro do Canguçu Velho. 1962-1996.

Livro Ata n° 3 da congregação evangélica luterana São Pedro do Canguçu Velho. 1997-2020.

#### *Fontes orais*

ALBRECHT, Elias Krüger. Entrevista realizada em 06/01/2021. Canguçu – RS. Entrevista para fins de pesquisa.

ALBRECHT, Paulo. Entrevista realizada em 06/01/2021. Canguçu – RS. Entrevista para fins de pesquisa.

---

<sup>1</sup>Nos registros em atas três ampliações (1948, 1979 e 1996) foram feitas no espaço cemiterial. Sendo que na última, ocorreu além da ampliação, a mudança de local de entrada no cemitério, fazendo com que a sepultura da família Albrecht seja a primeira junto ao portão de entrada. Livros Ata n° 1, n° 2 e n° 3 da congregação evangélica luterana São Pedro do Canguçu Velho.

<sup>2</sup>Carter Lindberg relata que Lutero não pensava em Igreja como uma instituição hierárquica. Por essa razão preferiu o termo *gemeinde*, palavra esta que representa, segundo Lutero, “o verdadeiro espírito de comunhão da Igreja de Cristo” (p.428).

<sup>3</sup>No Rio Grande do Sul, a imigração alemã tem início no ano de 1824, com a chegada das primeiras famílias em São Leopoldo. Na região sul do estado, imigrantes oriundos da Prússia, que abrigava vários territórios, entre eles a Pomerânia, chegam a partir da década de 1858, ao então distrito de Pelotas, São Lourenço do Sul.

<sup>4</sup>Neste novo território os imigrantes evangélicos tinham de enfrentar uma legislação religiosa que não lhes era favorável. No Brasil, toda e qualquer religião que não a católica, era apenas tolerada. Com isso, os protestantes tinham de construir seus templos sem a aparência de igreja, e ter seus próprios cemitérios, pois os públicos eram somente para os católicos (TEICHMANN, 1996, p.39-40). Nesta situação os evangélico-luteranos organizaram suas próprias comunidades com a presença do cemitério.

<sup>5</sup>Elinda Albrecht Bergamann foi consultada sobre a possibilidade de realização de uma entrevista, mas não respondeu a solicitação.

<sup>6</sup>O Rev. Roberto Kuzendorff, ordenado pastor pela IELB em 19/02/1967, teve como seu primeiro local de ministério a Paróquia de Canguçu, a qual a comunidade São Pedro do Canguçu Velho fazia parte. Rev. Kuzendorff atendeu a paróquia entre os anos de 1967 e 1968. Ainda no ano de 1968 aceitou chamado para Erechim-RS onde atuou até 1969. Ao longo de sua vida ministerial atuou como pastor nas cidades de Pelotas-RS (1970-1971), Vila Valério-ES (1971-1983), Santo Ângelo-RS (1983-1986) e Nova Venécia-ES (1986-

2012). Em 2012 se aposentou e residiu até sua morte em 25/4/2021 em Nova Venécia – ES. *PARÓQUIAS E PASTORES DA IELB*. Igreja Evangélica Luterana do Brasil, 2015, p. 40.

Artigo recebido em 09 de setembro de 2021.

Aceito para publicação em 26 de outubro de 2021.

**CONVENÇÃO GÓTICA E A DESTERRITORIALIZAÇÃO. A  
POÉTICA DO HORROR NAS OBRAS DE WITOLD  
GOMBROWICZ E DE NATASHA TRETHERWEY**

**THE GOTHIC CONVENTION AND THE  
DETERRITORIALIZATION THE POETICS OF HORROR IN  
THE WORKS BY WITOLD GOMBROWICZ AND NATASHA  
TRETHERWEY**

Olga Donata Guerizoli KEMPINSKA\*

**Resumo:** O artigo procura estabelecer uma relação entre a convenção gótica, discutida a partir dos anos 80 como uma importante interlocutora dos textos literários que buscam desafiar a tradição em seus aspectos opressores, e a desterritorialização. Tendo surgido no pensamento de Gilles Deleuze, a desterritorialização se opõe, de fato, às tendências unificadoras dos sistemas culturais, propondo uma experiência do dinamismo subjetivo descentralizado, que pode ser encontrado nos textos de Witold Gombrowicz. A ambiguidade estética da fotografia, que abre a reflexão deleuziana sobre a desterritorialização confirma sua eficácia na convenção Southern Gothic, na recente obra poética de Natasha Trethewey, que indaga a representação do fantasma e o impacto da poética do horror. Busca-se finalmente compreender o caráter desterritorializado de Southern Gothic em sua relação ao gótico europeu.

**Palavras-chave:** convenção gótica; desterritorialização; Witold Gombrowicz; Natasha Trethewey; Southern Gothic.

**Abstract:** The article aims to establish a relationship between the Gothic convention, discussed from the 1980s as an important interlocutor of literary texts that seek to challenge tradition in its oppressive aspects, and the deterritorialization. Formulated in the texts by Gilles Deleuze, the deterritorialization is indeed opposed to the unifying tendencies of cultural systems, proposing an experience of decentralized subjective dynamism, which can be found in the texts by Witold Gombrowicz. The esthetical ambiguity of the photography, which opens Deleuze's reflection on deterritorialization confirms its efficacy in the Southern Gothic convention, in Natasha Trethewey's recent poetic work, which questions the representation of the ghost and the impact of the poetics of horror. Finally, the reflection seeks to grasp the deterritorialized character of Southern Gothic in its relation to European Gothic.

**Keywords:** gothic convention; deterritorialization; Witold Gombrowicz; Natasha Trethewey; Southern Gothic.

*Naqueles anos, a guerra mundial despertou em mim uma nostalgia incurável pelo Ocidente.  
Digo isso porque acredito que isso é muito polonês e continua agora tão vivo quanto antes...*  
Witold Gombrowicz (2019)

---

\*Doutora em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Brasil. Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: olgagkem@gmail.com.

*Isso absolutamente não era pintura. Era Christophe vivo em uma moldura, captado em Paris pela caixa mágica do Senhor Daguerre! Todos os jornais flamejavam das notícias sobre essa invenção, mas ele não acreditava até agora!*  
Anne Rice (1986)

Levando-se em consideração a crítica do fechamento formal tanto das obras literárias quanto dos sistemas culturais e ideológicos, é possível compreender o interesse de um escritor polonês emigrante pela literatura gótica, que lhe permitiu uma abordagem mais irônica das questões da forma na poética e na estética, ambas marcadas pelos preconceitos herdados do romantismo. Da mesma maneira, a convenção extraterritorial Southern Gothic originada na obra de Edgar Allan Poe e manifesta na obra de uma poeta contemporânea, busca pela representação divergente em relação aos sistemas tradicionais. Natasha Trethewey elabora, de fato, uma dicção marcada pela poética do horror.

Situado inicialmente entre o rigor do racionalismo iluminista e a expansividade romântica territorializada, o gótico foi, com efeito, muito rapidamente criticado por sua falta de originalidade, sua artificialidade, sua obstinada “convencionalidade” e seu mau gosto, que ofendia até os leitores da literatura fantástica. A recusa da profundidade em seus aspectos melancólicos que exacerba as posturas cruéis, o compromisso com o mercado editorial que leva à proliferação das cópias dos livros, a predileção pela exploração dos limites culturais fazem, de fato, da convenção gótica um âmbito significativo da experimentação com o esteticamente aceitável. Não raramente, o gosto pela leitura da literatura gótica se vê associado à imaturidade e à falta de aceitação das regras da arte em seus aspectos elevados.

Na obra do escritor emigrante Witold Gombrowicz, um dos mais eloquentes críticos da cultura em seus aspectos opressores e condizentes com os regimes, a deformação das formas como uma parte da poética remete à revolta contra a maturidade opressora e contra o gosto pelo poder, inclusive naquilo que diz respeito ao poder específico da cultura. A própria dificuldade da recepção, sobretudo da tradução argentina de *Ferdydurke*, também é evocativa naquilo que tange aos problemas da forma sempre em fuga e em movimento. Um dos poucos escritores franceses admirados por Gombrowicz – que enxergava na cultura francesa o paradigma da maturidade, descrita no diário como relacionado à opressão pela forma –, André Malraux criticava o efeito entorpecedor de diversas “psicotécnicas” (MALRAUX, 1947, p. 164) manifesto na cultura europeia.

A reflexão gombrowicziana sobre as possibilidades de se desafiar a rigidez da forma foi sem dúvida aprimorada pela escrita do diário – que enquanto tal “é uma maneira de escrever” (LLANSOL, 2013, p. 21), além de ser um espaço para se fazer o projeto da escrita e uma experiência de “companhia”. Como bem o formulou um de seus amigos argentinos, “quando alguma coisa por demais lhe cresce, Gombrowicz a quebra” (GÓMEZ, 2004, p. 60), a literatura, sobretudo em seus aspectos consagrados herdados da visão romântica do gênio que cria espontaneamente em sintonia com a natureza, não escapando a essa regra.

No presente artigo busco relacionar a escrita gombrowicziana com a irreverência da convenção gótica, mostrando em seguida sua relação com o conceito da desterritorialização elaborado no trabalho de Gilles Deleuze. Em seguida, procuro pelas manifestações mais recentes da convenção gótica em seus aspectos desterritorializantes na poesia de Natasha Trethewey, que empreendeu a indagação sobre a relação entre a fotografia e o fantasma, ambicionando por uma melhor compreensão do Southern Gothic em seus aspectos desterritorializados. Nesse sentido, torna-se importante insistir na relação entre o Southern Gothic e alguns elementos da poética surrealista, sobretudo naquilo que tange à relação entre a arte e artificialidade da técnica, assim como à reformulação do sentido e do alcance da “visão”.

De fato, como compreender o teor ao mesmo tempo antilírico, antimelancólico, antirromântico dos diversos usos da convenção gótica no século XX, que se tornou também um dos importantes objetos da pesquisa nos anos 80<sup>1</sup>? O gótico parece possibilitar uma significativa descentralização da representação, imprescindível para a compreensão do etnocentrismo e da violência cultural. Ao remeter às experiências do terror e do horror, seus elementos frequentemente fazem – não sem violência – com que o leitor aceite como seu ponto de vista um outro lugar ou o lugar do outro, preparando destarte a formulação conceitual de *Unhomely* e abrindo o caminho para a experiência da alteridade:

A atividade negadora é, de fato, a intervenção do ‘além’ que estabelece uma fronteira: uma ponte onde o ‘fazer-se presente’ começa porque capta algo do espírito de distanciamento que acompanha a re-locação do lar e do mundo – o estranhamento [*unhomeliness*] – que é a condição das iniciações extraterritoriais e interculturais. Estar estranho ao lar [*unhomed*] não é estar sem-casa [*homeless*]; de modo análogo não se pode classificar o “estranho” [*unhomely*] de forma simplista dentro da visão familiar da vida social em esferas privada e pública. (BHABHA, 1998, pp. 29-30)

### *Witold Gombrowicz e desterritorialização*

Na recente biografia do autor polonês surge a afirmação de seu gosto pela literatura de diversos autores da narrativa de mistério, como também a confirmação de que Gombrowicz “estudava suas técnicas literárias” (WHITEFORD, 2017, p. 42). Assim, no prólogo de *Pornografia*, de 1960, o escritor afirma “ter pensado num texto semelhante a um desses romances baratos” (GOMBROWICZ, 2009, p. 7). De fato, a narrativa busca introduzir a ação de uma forma que insiste no medo: “Vou contar-lhes mais uma das minhas aventuras, provavelmente a mais fatal de todas” (GOMBROWICZ, 2009, p. 11). Na descrição do deslocamento do personagem para a misteriosa morada fora da cidade, há uma insistência no enigma: “Mas não o mesmo! Não o mesmo, precisamente por ser o mesmo! Incerto e incompreensível, sim, inconcebível e impenetrável!” (GOMBROWICZ, 2009, p. 14). Característica da literatura de horror é também a descrição das condições da visibilidade, sobretudo da iluminação: “De repente, as luzes se acenderam, tornando-o outra vez visível, mostrando seu queixo, os cantos de sua boca cerrada e suas orelhas...” (GOMBROWICZ, 2009, p. 15). Um outro elemento da convenção gótica é a insistência na articulação do espaço, sobretudo em seus aspectos de um lugar concreto de vivência: “Por fim, adentramos uma aldeia, os cavalos aceleraram as passadas – portão, viga, cães –, uma casa fechada e um pesado ranger de porta...” (GOMBROWICZ, 2009, p. 17). A narrativa enfatiza a artificialidade de seus efeitos, desistindo da pretensão à originalidade exaltada pelo romantismo: “isso já era conhecido havia séculos e séculos, e nada, absolutamente nada, mudara! (...) como se fossemos uma foto morta num álbum de família” (GOMBROWICZ, 2009, p. 22). Há finalmente também a acentuação da importância da visão e do visto em seus aspectos horríficos: “Sim, algo atraía... olhos... e olhos” (GOMBROWICZ, 2009, p. 28).

A narrativa representa um crime, que é contextualizado como fazendo parte do âmbito do sagrado em seus aspectos deformados, como também inscrito em uma história de mau gosto, a de assassinar uma pessoa errada. O capítulo final, que descreve esse erro e esse assassinato utiliza mais um elemento da convenção gótica, a de um evento sobrenatural que suscita horror, e que tem lugar à meia-noite, deslocando-o de uma meia-hora:

Minha função foi ficar vigiando outra vez o quarto de Siemian. Deitei de costas na cama, com as mãos debaixo da cabeça, e fiquei escutando – já havíamos adentrado a noite e a casa parecia adormecida. Fiquei

aguardando o ranger da escada sob os pés do parzinho assassino, mas ainda era cedo – faltavam quinze minutos. Silêncio. Hipo vigiava o pátio e Fryderyk a porta de entrada. Pontualmente à meia-noite e meia, os primeiros degraus rangeram sob o peso de seus pés, (...). (GOMBROWICZ, 2009, p. 200)

O nome de Witold Gombrowicz, que refletiu a partir do fim dos anos 20 sobre a imaturidade e a forma sublinhando o potencial subversivo de ambas, surge logo no início do primeiro capítulo da coletânea *Crítica e clínica*, afirmando a importância do escritor polonês na discussão de Gilles Deleuze sobre a relação entre a violência, a literatura, o horror e a vida. Fazendo parte da crítica dos preconceitos herdados do romantismo, que enfatizava a importância da memória longa, das nações e das línguas territoriais, assim como da crítica da psicanálise, Deleuze valoriza, de fato, os artistas deslocados do ponto de vista de sua inscrição nas tradições culturais. Pois a escrita coincide com o devir, que é também descentralizado e plural. Nenhum capítulo do livro, que versa sobre Walt Whitman, T.E. Lawrence e Samuel Beckett, dentre outros, é dedicado especialmente a Gombrowicz, que permanece, contudo, nessa evocativa situação inaugural da reflexão e da escrita deleuzianas sobre a importância do inacabamento tanto da forma quanto da vida:

Escrever não é certamente impor uma forma (de expressão) a uma matéria vivida. A literatura está antes do lado do informe, ou do inacabamento, como Gombrowicz o disse certa vez. Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. (DELEUZE, 1997, p. 11)

O nome do escritor emigrante não é evocado no estudo sobre Kafka e a literatura menor, que descreve a desterritorialização, que se relaciona à proliferação das conexões, ou seja, ao rizoma com múltiplas entradas que impedem a entrada e a predominância do significante. No movimento subjetivo desterritorializante, as relações binárias submetidas às ramificações quebram a estrutura simbólica. Ainda assim, Gombrowicz é citado no estudo sobre o anti-Édipo, que visa à crítica da psicanálise em seus aspectos apolíticos, na passagem que critica a abstração da estrutura na visão estruturalista. A desterritorialização corresponde, de fato, a uma máquina que busca desorganizar seus elementos e, assim, a representação não segue a direção do conteúdo à expressão. Pois nos romances, o fracasso se transforma em rizoma, a representação tendo por objetivo as próprias máquinas em suas diversas versões, que ultrapassam o nível da família (ou seja, o das narrativas breves). A linha de fuga criadora traz com ela as potências totalitárias,

utilizando a violência de seus agenciamentos e sugerindo a relevância poética e estética do horror.

Os estudos sociológicos da migração buscam descrever sua motivação, que pode envolver as questões religiosas, políticas, culturais, econômicas e pessoais, assim como o problema da escolha do lugar. A migração enquanto tal, tanto interna quanto internacional, geralmente corresponde a significativas mudanças sociais. Um outro aspecto estudado é o tema da integração dos migrantes e sua interação com a cultura de chegada, assim como a mudança de sua relação de para com a cultura de origem. Pois a desterritorialização “não é uma forma de desprendimento romântico nem de desenraizamento cosmopolita” (PAPASTERGIADIS, 2000, p. 118), ambas codificadas pelo discurso pós-romântico. Trata-se de uma experiência muito mais violenta e complexa e, assim, na atividade representativa desterritorializante, a expressão, com efeito, despedaça as formas, produzindo novas ramificações. Nesse sentido, a migração, quando acompanhada de um nomadismo subjetivo, pode colocar em questão as estruturas do poder. No *Anti-Édipo*, há de fato uma citação das palavras do escritor polonês: “Elas [as estruturas] existem no real imediato impossível. Como diz Gombrowicz, os estruturalistas ‘buscam suas estruturas na cultura, eu na realidade imediata.’” (DELEUZE e GUATTARI, 1972, p. 116).

Gombrowicz, com efeito, afirma seu pavor perante as estruturas concretas dos sistemas da opressão política emergindo a sua volta, na esfera interpessoal, afirmando seu poder destruidor. Destarte, é no final da narrativa *Ferdydurke*, escrita nos anos 30, quando do surgimento das potências nefastas na Europa, que a subjetividade reiteradamente entregue à (de)formação pelo outro inicia uma fuga: “fugir de vocês em outras pessoas e sair correndo, correndo, correndo pela humanidade toda” (GOMBROWICZ, 2007, p. 264). A literatura menor, ou seja, uma literatura escrita em uma língua da cultura desvinculada de suas raízes, desterritorializada, é intrinsecamente engajada, no sentido de se constituir em um espaço dinâmico de desmontagem das forças políticas e sociais. Nessa configuração, o desejo corresponde à fascinação pelas engrenagens que compõem a máquina, não escapando ao artifício, tão criticado no caso da convenção gótica. O poder é, nesse sentido, não piramidal, mas antes, linear e segmentar, usando a estrutura da contiguidade (metonímica e portanto irreversível) e não aquela da altura com a distância (metafórica e traduzível). Em tal estrutura, os segmentos do espaço funcionam como as engrenagens da máquina, ao passo que o texto literário serve para a desmontagem das potências nefastas (do futuro).

De acordo com a lembranças do escritor, que foi um dos expoentes da vanguarda polonesa ao lado de seu amigo Bruno Schulz, foi antes de mais nada o vivo e contraditório temperamento de sua mãe que o levou a desconfiar das formas da existência humana. De fato, parece ter sido ela que introduziu em seu filho um profundo senso de dissonância e uma impressão de irreabilidade:

Minha mãe participava da vida social; durante algum tempo presidiu a Associação de Mulheres Nobres, uma instituição sumamente devotada que se caracterizava por uma incurável grandiloquência de estilo. Nós, obviamente, com um prazer selvagem, fazíamos com que esses altos voos descessem do céu à terra, e eu gostava inclusive de ouvir escondido atrás da porta o conteúdo daquelas sessões (...) (GOMBROWICZ, 2019, p. 18).

Uma outra importante evocação do autor polonês pode ser encontrada no estudo deleuziano sobre a lógica da sensação e sobre a estética da intensidade, ambas importantes também para o efeito horrífico suscitado pelo texto gótico. Ao comentar uma passagem da narrativa *Pornografia*, Deleuze a associa à compreensão da queda inerente à intensidade e à tensão da sensação: “A sensação se desenvolve pela queda, caindo de um nível para outro. A ideia de uma queda positiva, ativa é aqui essencial” (DELEUZE, 2002, p. 78). O fim da narrativa *Ferdydurke* parecia, com efeito, descrever com antecipação sua emigração na Argentina no fim dos anos 30, seu violento movimento de fuga, que envolvia uma perda momentânea e vertiginosa no outro. Não haveria então nessa situação algum elemento análogo às “linhas de fuga”, um dos conceitos mais discutidos de Deleuze? Pois o filósofo explica o sentido da fuga, negando-lhe qualquer natureza escapista:

Quanto às linhas de fuga, estas não consistem nunca em fugir do mundo, mas antes em fazê-lo fugir, como se estoura um cano, e não há sistema social que não fuja/escape por todas as extremidades, mesmo se seus segmentos não param de se endurecer para vedar as linhas de fuga. Nada de imaginário nem simbólico em uma linha de fuga. (DELEUZE e GUATTARI, 2012, p. 85).

Um impetuoso movimento nômade que coincide com a invenção das estratégias contra as diversas formas de opressão simbólica individual e coletiva, a linha de fuga é uma realidade e uma real ameaça aos sistemas do poder. Ela remete à desterritorialização iminente da subjetividade em meio a qualquer opressão que busca delimitá-la, enraizá-la, determina-la ou defini-la. Pois a linha de fuga é o estado de risco de uma subjetividade –

sua felicidade –, que subverte as linhas da segmentaridade dura estruturadas de forma binária e as linhas de segmentaridade maleável que fazem proliferar os elementos da oposição:

Mas por que a linha de fuga, mesmo independentemente de seu perigo de recair nas outras duas, comporta, por sua vez, um desespero tão especial, apesar de sua mensagem de alegria, como se algo a ameaçasse exatamente no âmago do seu próprio empreendimento, uma morte, uma demolição, no exato instante em que tudo se esclarece? (DELEUZE e GUATTARI, 2012, p. 87).

A recusa do romantismo com seu enraizamento permeado pela melancolia e, com isso, pelo narcisismo tanto individual quanto cultural corresponde, de fato, também à rejeição da relevância das estruturas edípicas, utilizadas pela psicanálise criticada por Deleuze como uma forma de imperialismo. Um dos argentinos que o conheceram, e que anos depois descreveu a convivência com o escritor polonês com muita gratidão, sugeriu que a desterritorialização remetia na verdade à neutralidade do lugar de chegada e ao dilaceramento em relação ao lugar de origem, lembrando destratagem as ambiguidades dos deslocamentos:

Polônia, que não desejava mas gostaria de desejar, sempre esteve perto demais, e a Europa, no fim de sua vida, se colocou sobre ele como uma espécie de armário por demais pesado. Parece-me que a Argentina foi, em contrapartida, o único lugar em relação ao qual Gombrowicz sempre conseguiu ter a distância. (GÓMEZ, 2004, p. 31)

Fazendo parte do movimento da desterritorialização, Gombrowicz surge nos ensaios do escritor dissidente e bilíngue Milan Kundera. Ele participa da formação da modernidade não lírica e antirromântica, justamente ao lado de Kafka (Cf. KUNDERA, 2016). O autor tcheco ressalta a importância dessa contestação do lirismo enraizado no romantismo cioso dos laços territoriais e expansivo em suas viagens, indagando também a poética da narrativa *Ferdydurke*. Pois uma das recusas de Gombrowicz consistiu também na desconfiança em relação ao “modernismo ocidental dos anos 1960, modernismo estéril, ‘desleal à realidade’, impotente na arte do romance, universitário, esnobe, imerso em sua autoteorização (não que Gombrowicz fosse menos moderno, mas seu modernismo é diferente)” (KUNDERA, 2017, p. 262). Um dos contrapesos da obra de Gombrowicz, e de Deleuze, é sem dúvida Jean-Paul Sartre, um filósofo que escreveu textos à tesa. Pois para Deleuze a literatura é um elemento ativo do diálogo filosófico e não sua ilustração ficcional. Como no caso de Kundera, a desterritorialização de Gombrowicz corresponde também a sua condição existencial. Ele faz parte do

engajamento antirromântico dos escritores da Europa Central também naquilo que tange à recusa do kitsch, uma vez que “o Romantismo inevitavelmente termina no kitsch. E o kitsch era para eles (e para seus discípulos e seus herdeiros), o maior *mal estético*” (KUNDERA, 2011, p. 141). Essa atitude estética acrescenta-se no caso do escritor polonês à revolta contra a crueldade em suas diversas formas, subjacente aos diversos sistemas do poder.

A deformação das formas como uma parte da poética remete, de fato, às práticas vanguardistas, que buscavam pela coexistência das contradições, a maior sendo aquela existente entre o sonho e a vida acordada, ressaltada sobretudo no âmbito do movimento surrealista. O título *Ferdydurke* – talvez um nome do protagonista escritor deslocado ao estado da imaturidade, uma deformação irreverente do nome de Freud (1996)<sup>2</sup> –, permite interpretar o texto como uma representação da dinâmica dos grupos – tão importantes no caso da sociometria adolescente, em busca da perda da “inocência” –, também os da vanguarda.

“Ainda assim, não acredito em nenhuma linguagem natural e espontânea no homem, acredito que o homem está sempre deformado, que cada forma é uma limitação e uma mentira” (GOMBROWICZ, 1970, p. 22). No penúltimo ano de sua vida, em 1968, sem dúvida sentindo falta da Argentina, que lhe proporcionou a experiência da desterritorialização existencial, Gombrowicz reiterava sua convicção acerca dos perigos da forma, também naquilo que tange à linguagem humana. Pois aquilo que o ser humano diz não o define, e talvez essa distância de para com o dizer seja afinal importante, sobretudo nos tempos que buscavam afirmar a visão do sujeito psicanalítico e a virada linguística relacionada à onipresença da linguagem em diferentes áreas dos saberes. Assim por exemplo, as reações das pessoas perante a poesia e a pintura são, de acordo com Gombrowicz, convencionais, criando-se nas interações humanas, sendo de certa maneira também efeitos de deformação. De fato, Gombrowicz é também evocado algumas vezes no estudo *Lógica do sentido*, constituindo um dos exemplos da significação da série. Nessa visão da linguagem, na qual o sentido surge apenas do não-senso em deslocamento, Deleuze (1969) descreve a simultaneidade característica da linguagem, na qual uma série representa o significante – que está em excesso –, e a outra o significado (em falta).

“Enquanto vocês fingem que estão maduros, vocês na realidade vivem em um mundo bem diferente. Se vocês não conseguem juntar esses dois mundos de alguma maneira mais estreita, a cultura será para vocês sempre um instrumento de engano”

(GOMBROWICZ, 1983, p. 262), advertia o escritor emigrante em seu comentário da tradução argentina de *Ferdydurke*, lembrando que a cultura com suas formas afirmadas pela tradição tende a infantilizar – “edipianizar”, diria o discurso psicanalítico –, o ser humano em suas relações com o mundo. Pois os seres humanos deformam o outro por meio da atribuição, discursiva ou situacional, de características que lhe são completamente estranhas.

### *A desterritorialização e o fantasma*

Um dos elementos mais violentos da representação é, de acordo com a teoria de Deleuze (1977)<sup>3</sup> a fotografia, e a reflexão sobre essa forma inicia o estudo sobre Franz Kafka, no qual surge o próprio termo “desterritorialização”. Os aspectos reterritorializantes da fotografia remetem ao funcionamento da memória longa, a das raízes, e não ao rizoma relacionado aos afetos. Ainda assim, seus usos poéticos no âmbito da poética do horror frequentemente subvertem esse funcionamento, relacionando a imagem fotográfica à representação de um fantasma.

Tendo surgido na reflexão do fotógrafo surrealista de Louisiana Clarence John Laughlin (s/d), o termo “hiper-realidade”, inicialmente associado à busca pelo “hiperespaço”, corresponde a uma representação de uma cópia sem origem, por exemplo, uma fotografia de uma sombra sem objeto, uma moldura sem quadro, um reflexo de luz etc. Discutindo com o desaparecimento da aura na arte desprovida da contextualização sagrada no mundo dominado pela reprodutibilidade técnica e com os perigos da captação dos efeitos da aura pelos sistemas ideológicos, a fotografia de Laughlin se inscreve também dentro das preocupações benjaminianas. Pois o próprio Benjamin (2010) assinalava a importância da fotografia surrealista naquilo que tange a destruição da aura das fotografias de retrato burguesas.

Assim, o hiper-real, longe de ser pura abstração – como o virtual no qual há apenas a proliferação fútil das imagens e dos dados – pode ser relacionado também com a representação do fantasma, inicialmente correspondendo a uma abertura visual à surrealidade. Pois essa categoria escapa às limitações estéticas da acomodação do olho burguês. Laughlin afirmava que a câmera constituía um terceiro olho que permitia ver mais intensamente, o objeto das fotografias sendo não raramente aquilo que “ele temia ou odiava” (MEEK, 2007, p. 189), e o efeito das imagens remetendo à experiência do horror.

O termo “fantasma textual” é também utilizado na literatura crítica acerca do gótico para se discutir uma forma de intertextualidade na qual a “espectralidade” se tornou um vocábulo frequente do discurso sobre a cultura, que geralmente questiona seus limites. O caráter desterritorializado do Southern Gothic, que abrange as obras de autores tão diferentes como William Faulkner e Toni Morrison, com efeito, envolve um significativo deslocamento dos elementos do gótico europeu.

Uma parte importante desse questionamento dos limites do discurso acerca da cultura remete à fotografia em seus aspectos metonímicos (de contiguidade) e que busca escapar à ordem metafórica: “A fotografia funciona mais bem como um índice: o signo contíguo com o objeto. O dedo do fotógrafo apontando para o mundo aciona o gesto de se apontar para o espectador que por sua vez tem o mundo sob seu dedo” (BERTHIN, 2010, p. 136). Essas características se tornam particularmente importantes na convenção do Southern Gothic, desterritorializado em relação à convenção ocidental, com o qual compartilha, contudo, alguns traços importantes: a falta de profundidade, a insistência na concretude dos lugares, a repetitividade dos motivos, a artificialidade. Assim, no poema “Spectrum” de Natasha Trethewey, datado de 1912, a sugestão da fotografia corresponde à percepção horrífica da cidade New Orleans devastada pela degradação e pela morte. A inquietante série de flashes encontra sua representação discursiva na enumeração dos elementos do horror: ratos, garoa, mendigos. O negativo da cidade, o cemitério, remete à animalidade horrífica:

No sun, and the city's a dull palette  
of grey – weathered ships docked at the quay, rats  
dozing in the hull, drizzle slicking dark stones  
of the streets. Mornings such as these, I walk  
among the weary, their eyes sunken  
as if each body, diseased and dying,  
would pull itself inside, back to the shining  
center. In the cemetery, all the rest,  
their resolute bones stacked against the pull  
of the Gulf. Here, another world teems – flies  
buzzing the meat-stand, cockroaches crisscrossing  
the banquette, the curve and flex of larvae  
in the cisterns, and mosquitoes skimming  
flat water like skater on a frozen pond.

Sem sol, e a paleta opaca de cinza  
da cidade – os navios gastos atracados nos cais, os ratos  
dormindo nos cascos, a garoa molhando as pedras escuras  
das ruas. Nas manhãs assim, ando entre  
os exaustos, seus olhos afundados  
como se cada corpo, doente e agonizante,

se encolhesse para dentro, de volta para o luminoso  
centro. No cemitério, todo o resto,  
seus ossos decisivos empilhados contra o impulso  
do Golfo. Aqui um outro mundo prolifera – as moscas  
zumbindo nas carniças, as baratas perpassando  
a banquetta, a curva e a dobra das larvas  
nas cisternas, e os mosquitos roçando  
a água rasa como um patinador em um lago congelado.  
(TRETHERWEY, 2019, p. 48. Trad. minha)

A evocação dos olhos afundados no corpo em contraste com a precisão do detalhe visual dos elementos da devastação corresponde à tematização da visão, também característica da poética do horror. Tendo lembrado as inconveniências do gótico, o Southern Gothic revela sua eficácia contestadora, ainda bastante pouco estudada:

Ellen Glasgow, in fact, in coining the phrase “southern gothic” in 1935 was complaining about its ugliness: “All I ask [the writer of southern gothic] to do is to deal as honestly with living tissues as he now deals with decay, to remind himself that the colors of putrescence have no greater validity for our age, or for any age, than have – let us say, to be very daring – the cardinal virtues”. (FORD, 2020, p. 25)

A definição de Southern Gothic se revela difícil, sendo contudo importante para a consideração dos limites do representável, uma vez que “a forma gótica capacitou os escritores a pesquisar a sombra lançada pela estranha, mal-assombrada presença dos outros da nação” (STREET e CROW, 2016, p. 2). De fato, em um poema, datado de 1911, e que utiliza a poética de horror associada aos efeitos característicos da fotografia, Trethewey busca representar a inversão visual, os efeitos luminosos, o visto e o não visto, assim como a realidade em negativo e a experiência horrífica descrita como “de dentro para fora”:

Bellocq talks to me about light, shows me  
how to use shadow, how to fill the frame  
with objects – their intricate positions.  
I thrill to the magic of it – silver  
crystals like constellations of stars  
arranging on film. In the negative  
the whole world reverses, my black dress turned  
white, my skin blackened to pitch. *Inside out*,  
I said, thinking of what I’ve tried to hide.  
I follow him now, watch him take pictures.  
I look at what he can see through his lens  
and what he cannot – silverfish behind  
the walls, the yellow tint of a faded bruise –  
other things here, what the camera misses.

Bellocq me fala sobre a luz, mostra-me  
como usar a sombra, como preencher a frame  
com os objetos – suas complexas posições.  
Estremeço à magia disso – os cristais  
prateados como as constelações de estrelas  
arranjadas na película. No negativo  
o mundo todo fica às avessas, meu vestido preto  
tornado branco, minha pele preta como breu. *Inside out*,  
digo, pensando no que tentava esconder.  
Sigo-o agora, olho-o fazendo as fotos.  
Olho para aquilo que pode ver pela lente  
e que aquilo que não pode – a traça atrás  
das paredes, o amarelo de uma pálida hematoma –  
algumas outras coisas que a câmera perde.  
(TRETHERWEY, 2019, p. 46. Trad. minha)

Ao questionar a crueldade da fotografia que visa à imagem do outro, como também sua diferença em relação à poesia, a autora americana não deixa de indagar a relação entre a representação, a violência, o horror e a memória em suas diversas formas, dentre as quais a individual e a coletiva, a longa e a curta. Em uma entrevista dos anos 90, por exemplo, Trethewey se descreve como nostálgica, sentimental e apaixonada pela fotografia: “Amo o artefato que é a fotografia. Eu prezo os objetos – tenho em minha casa os antigos pentes de minha avó – estou enamorada dos objetos” (HALL, 2013, p. 5). Comentando sua própria experiência da imagem fotográfica uma década mais tarde, a poeta ressalta que sempre pensava “no momento logo antes, o momento depois, e o que os sujeitos da fotografia podiam ou não podiam saber acerca do que ia acontecer” (HALL, 2013, p. 19). A poeta enfatiza também a importância da visão, afirmando que, em um poema, busca “criar uma forma de ver ou uma visão que se associa à especulação (...) A ideia da observação” (HALL, 2013, p. 22).

A possibilidade teórica de se tecer uma relação entre o conceito da desterritorialização e a convenção gótica, ou mais especificamente neogótica, talvez permita elaborar uma definição mais exata do Southern Gothic, frequentemente descrito do ponto de vista dos temas abordados, sem o questionamento dos elementos de sua poética característica: a decadência das famílias patriarcais sulistas, a escravidão, os vícios, a prostituição e outras formas da degradação social e da marginalização. Assim, “Southern Gothic é um gênero do Sul da América, afastado dos castelos escuros e do tinido das correntes da literatura europeia do século XIX (...)” (SNODGRASS, 2005, p. 323), a expressão tendo sido utilizada em primeiro lugar nos anos 30, para criticar os textos de Eudora Welty e de William Faulkner que teriam por demais enfatizado os corpos mortos em detrimento dos tecidos vivos. Por vezes se busca também por uma descrição

do ponto de vista da inscrição da subjetividade nos sistemas do poder ultrapassados e nem por isso ineficazes. A violência, o sobrenatural relacionado ao voodoo e o imaginário do sagrado também participam do conjunto dos elementos temáticos evocados na literatura crítica.

“Southern Gothic é um estilo de vida que apenas poucos suportam” (TALLARIGO, 2020, p. 10), escreveu recentemente, não sem uma triste ironia, um poeta. Os autores de literatura de massa evitam a definição da convenção, mas não deixam de assinalar que em resposta a qualquer pedido de explicação a tendência é de se contar uma história. Trethewey, ao intitular um de seus poemas “Southern Gothic” (TRETHERWEY, 2006, p. 40), evoca os temas da separação dos pais e da opressão étnica, usando o cenário noturno característico, a imagem de uma cama cheia de sangue, da casa afundando no lodo, as sombras.

Nesse sentido, torna-se imprescindível levar em consideração a importância do movimento surrealista para a configuração do Southern Gothic. Pois a poética e a estética surrealistas consistem na apreensão da irredutibilidade das contradições, que por sua vez envolve uma subversão radical do próprio sentido da visão em suas dimensões cotidianas. Os aspectos horríficos da poética surrealista surgem antes de mais nada de uma mobilização estética da oposição entre a observação e a alucinação, assim como entre o olho cego e o olho vidente. A simples ambiguidade que se estabelece entre os olhos fechados durante o sono ao exterior e abertos ao interior – para o “sonho” – se desdobra, com efeito, no contraste entre o olhar verdadeiro e o olhar falsificado assim como na diferença entre desejar ver e conseguir realmente ver.

Em 1936, tendo aumentado o elenco dos objetos surrealistas, André Breton elaborou a seguinte lista: “objetos matemáticos, objetos naturais, objetos selvagens, objetos encontrados, objetos irracionais, objetos ready-made, objetos interpretados, objetos incorporados, objetos móveis” (BRETON, 1991, p.7). Nesse contexto, a fotografia se tornou um dos elementos mais subversivos da busca pela nova sensibilidade, mais livre e menos obediente em relação aos códigos visuais promovidos pelos regimes da opressão política e subjetiva.

A importância do voodoo e do imaginário dos loa, perseguidos em Port-au-Prince nos anos 40 pela igreja católica é, nesse sentido incontestável. Na pintura de Hector Hyppolite, muito admirada por Breton é, de fato, possível descobrir os traços dos desenhos ritualísticos *vevê*, que “consistem de uma combinação de figuras simbólicas feitas à mão com as pitadas de farinha, farinha de milho, pó de arroz, de gengibre ou de

café, ou mesmo de farelo de tijolo” (CÉLIUS, 2012, p. 43). Assim, o contato com a arte de Hyppolite, que resguarda as características de uma genuína comunicação com os espíritos voodoo, essencial na convenção Southern Gothic e na compreensão de seu uso “espectral” da imagem fotográfica, permitiu a Breton também uma melhor compreensão do sentido do maravilhoso, que mais tarde será também importante para as obras que utilizam a poética do “realismo” maravilhoso.

O uso do conceito da desterritorialização permite, de fato, visar à especificidade do Southern Gothic, também naquilo que tange à articulação dos elementos do gótico europeu. Deslocado em relação à convenção de origem, associada antes de mais nada à sensibilidade ocidental e do Norte, a convenção desterritorializada surpreende os leitores e os teóricos com seu caráter ao mesmo tempo específico e plural. O frequente uso da poética da fotografia, sobretudo em seus aspectos surrealistas, é nesse sentido importante, uma vez que permite a discussão do uso da convenção na poesia e não apenas na narrativa, à qual o gótico se vê geralmente limitado.

De fato, ao usar os elementos da poética e da estética do horror, Southern Gothic estabelece uma relação com a convenção do realismo maravilhoso, diferente do fantástico ao qual esta se vê não raramente limitada pela literatura crítica ocidental, que desconsidera a violência história específica que subjaz a tal representação. Dessa forma, torna-se possível vislumbrar também o uso do conceito do Southern Gothic no contexto do discurso crítico acerca da Literatura Brasileira.

### Referências bibliográficas:

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Trad. S. P. Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2010.

BERTHIN, Christine. *Gothic Hauntings. Melancholy Crypts and Textual Ghosts*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2010.

BHABHA, K. Homi. *O local da cultura*. Trad. M. Ávila et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998, pp. 29-30.

BRETON, André. *Je vois, j' imagine*. Paris: Gallimard, 1991.

CÉLIUS, Carlo A. “The Creator’s Vèvè”. In. *Mystical Imagination. The Art of Haitian Master Hector Hyppolite*. Washington D.C.: Haitian Art Society, 2012, pp. 42-55.

DAY, William Patrick. *In the Circles of Fear and Desire. A Study of Gothic Fantasy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1985.

DELEUZE, Gilles. *Logique du sens*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1969.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *L'Anti-Œdipe. Capitalisme et schizophrénie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1972.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Kafka, por uma literatura menor*. Trad. J. C. Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. Trad. P. Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. *Francis Bacon. Logique de la sensation*. Paris: Seuil, 2002.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs 3*. Trad. A. Guerra Neto et al. São Paulo: Editora 34, 2012.

FORD G., Sarah. *Haunted Property. Slavery and the Gothic*. Jackson: University Press of Mississippi, 2020.

FREUD, Sigmund. *História de uma neurose infantil e outros trabalhos. OC. Vol. XVII*. Trad. J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GOMBROWICZ, Witold. *Ferdydurke*. Buenos Aires: Sudamericana, 1983.

GOMBROWICZ, Witold. *Ferdydurke*. Cracóvia: Wydawnictwo Literackie, 2007.

GOMBROWICZ, Witold. *Pornografia*. Trad. T. Barcinski. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GOMBROWICZ, Witold e DUBUFFET, Jean. *Correspondencia*. Barcelona: Anagrama, 1970.

GOMBROWICZ, Witold. *Recuerdos de juventud*. Buenos Aires: El cuenco de plata, 2019.

GÓMEZ, Juan C. *Gombrowicz, este hombre me causa problemas*. Buenos Aires: Interzona, 2004.

HALL, Joan W. (org.). *Conversations with Natasha Trethewey*. Jackson: University Press of Mississippi, 2013.

KUNDERA, Milan. *Encounter. Essays*. Nova Iorque: Harper Perennial, 2011.

KUNDERA, Milan. *A arte do romance*. Trad. Teresa B. C. da Fonseca. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KUNDERA, Milan. *Os testamentos traídos*. Trad. Teresa B. C. da Fonseca et al.. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LLANSOL, Maria Gabriela. *Numerosas linhas. Livro de horas III*. Porto: Assírio & Alvim, 2013.

MacANDREW, Elizabeth. *The Gothic Tradition in Fiction*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1979.

MALRAUX, André. *Romans*. Pléiade. Paris: Gallimard, 1947.

MEEK, Albert J. *Clarence John Laughlin. Prophet without honor*. Jackson: University Press of Mississippi, 2007.

PAPASTERGIADIS, Nikos. *The Turbulence of Migration. Globalization, Deterritorialization and Hybridity*. Cambridge: Polity Press, 2000.

RICE, Anne. *The Feast of All Saints*. Nova Iorque: Ballantine Books, 1986.

SEDGWICK, Eve K. *The Coherence of Gothic Conventions*. Nova Iorque: Methuen, 1986.

SNODGRASS, Mary E. *Encyclopedia of Gothic Literature*. Nova Iorque: Facts On File, 2005.

STREET, C. Susan e CROW, Charles L. (ed.). *The Palgrave Handbook of the Southern Gothic*. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.

TALLARIGO, Joe. *Southern Gothic*. Twin Hills Publishing, 2020.

TRETHERWEY, Natasha. *Native Guard*. Boston: Mariner Books, 2006.

TRETHERWEY, Natasha. *Monument. Poems New and Selected*. Boston: Mariner Books, 2019.

WHITEFORD, William. *Witold Gombrowicz. A Biography*. Amazon: CreateSpace, 2017. Clarence John Laughlin Photograph Collection | Louisiana Digital Library. Último acesso em 23 de março de 2022.

---

<sup>1</sup>Dentre os primeiros estudos que insistiram nas características da poética gótica, definindo-a como uma convenção devemos destacar três livros: *The Gothic Tradition in Fiction* de Elizabeth MacAndrew; *In the Circles of Fear and Desire. A Study of Gothic Fantasy* de William Patrick Day e *The Coherence of Gothic Conventions* Eve K. Sedgwick.

<sup>2</sup>“No decorrer desta exposição, o leitor terá sentido algumas dúvidas surgirem em sua mente; e teremos agora oportunidade de reuni-las e de expô-las. Pode ser verdade que o estranho [*unheimlich*] seja algo que é secretamente familiar [*heimlich-heimisch*], que foi submetido à repressão e depois voltou, e que tudo aquilo que é estranho satisfaz essa condição. A escolha do material, com essa base, porém, não nos permite resolver o problema do estranho. Porque a nossa proposta é claramente não conversível.” (p.154).

<sup>3</sup>“Esses dois elementos, o retrato ou a foto com a cabeça caída, inclinada, são constantes em Kafka. Foto dos pais em América. Retrato da senhora vestida de peles na Metamorfose (aí é a mãe real que tem a cabeça inclinada e o pai real que tem uma libré de guardião). Proliferação de fotos e de retratos no Processo, desde o quarto da senhorita Bürstner até o ateliê de Titorelli.” (pp. 7-8).

Artigo recebido em 24 de março de 2022.

Aceito para publicação em 14 de maio de 2022.

Resenha de: SANTOS, Rodolpho Gauthier Cardoso dos. *A construção da ameaça argentina: a oposição a Perón na imprensa brasileira (1945-1955)*. São Paulo: Intermeios, 2021. 238p.

### **A CONSTRUÇÃO DA AMEAÇA ARGENTINA: A OPOSIÇÃO A PERÓN NA IMPRENSA BRASILEIRA (1945-1955).**

Raquel Fernandes LANZONI\*

Esta resenha se dedica à apresentação e discussão do livro “A construção da ameaça argentina: a oposição a Perón na imprensa brasileira (1945-1955)” de Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos. Como resultado da tese de doutoramento do autor, defendida em 2015, a obra se destaca pela proposta original de analisar publicações de periódicos brasileiros que versavam sobre o peronismo, movimento político argentino que chegou à presidência do país em 1946, a partir da ótica opositora, isto é, do antiperonismo. O trabalho do historiador Rodolpho dos Santos insere-se no eixo de pesquisas e publicações brasileiras que investigam o peronismo em suas mais diversas facetas. Entre elas, a formação de quadros antiperonistas em países vizinhos revela o alcance do movimento de Juan Domingo Perón nas discussões políticas internas de outras nações. Nesse caso, o papel dos meios de comunicação na divulgação do antiperonismo brasileiro liga-se, no âmago das discussões sobre a história política renovada, à importância das mídias que, por um lado, exercem influência na sociedade e, por outro, veem-se controladas ou tuteladas pelos poderes públicos e estatais (JEANNENEY, 1996).

As fontes utilizadas pelo autor foram a revista semanal ilustrada “O Cruzeiro” e o diário vespertino “Tribuna da Imprensa”, ambos publicados na cidade do Rio de Janeiro. A revista carioca pertencia ao empresário Assis Chateaubriand, dono dos “Diários Associados”, conglomerado de empresas jornalísticas que chegou a ocupar o posto de maior corporação de imprensa da América Latina. Nos primeiros anos da década de 1940, “O Cruzeiro” enfrentara uma crise que ameaçou o encerramento de suas atividades. As contratações do jornalista David Nasser e do fotógrafo Jean Mazon representaram a renovação necessária para que a revista continuasse sendo impressa. Carlos Lacerda,

---

\*Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (PPGH/UNESP). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: raquel.lanzoni@unesp.br.

político brasileiro que era filiado à União Democrática Nacional (UDN), trabalhava no jornal “Correio da Manhã”, no qual assinava uma coluna intitulada “Na tribuna da imprensa”. Após afastar-se do cargo por conta de desentendimentos internos, Lacerda fundou, em setembro de 1949, o diário “Tribuna da Imprensa”. Apesar de não possuir uma tiragem tão alta quanto à da revista ilustrada, o jornal de Lacerda conquistou uma notável influência entre os simpatizantes dos ideais udenistas<sup>1</sup>.

A temporalidade percorrida no trabalho de Santos abarca os anos de 1945 a 1955. No Brasil, o período é comumente conhecido como “república populista” (1945-1964) em uma nítida referência negativa à demagogia e manipulação das massas. O autor, todavia, assume a expressão “terceira república”, cunhada pela historiadora Ângela de Castro Gomes, para caracterizar o período democrático que, mesmo passível de críticas, contou com inegáveis avanços sociais e políticos. Já na Argentina, o período corresponde ao lançamento da candidatura de Juan Perón à presidência em 1945, à sua eleição em 1946 e ao derrocamento do líder justicialista por um golpe militar em setembro de 1955.

O livro está dividido em cinco capítulos, além do prefácio, da introdução e conclusão. No primeiro capítulo, o autor dedica-se à análise das publicações antiperonistas em “O Cruzeiro” entre os anos de 1945 e 1950. Nesse período, a vinculação entre Juan Perón com o nazismo foi empreendida para deslegitimar o governo justicialista ao apontar uma faceta supostamente autoritária de seu líder. Cabe lembrar que Juan Perón participou do Grupo de Oficiais Unidos (GOU), setor que agregava militares conservadores, anticomunistas e antiliberais, que assumiu o poder em junho de 1943 através de um golpe militar. O governo do GOU ficou conhecido pela profunda censura e perseguição aos opositores, além de reafirmar a neutralidade argentina<sup>2</sup> frente ao conflito mundial que se agravava na década de 1940. Não obstante, os militares flertavam com ideais do nazi fascismo, tendo o próprio Juan Perón viajado à Itália em 1939 para participar de treinamentos militares. Alguns autores defendem, inclusive, que o líder peronista prestava serviços de inteligência ao exército argentino, observando, desde a Itália, o desenvolvimento do governo fascista e da guerra<sup>3</sup> (MERCADO, 2013). Expressões como “führer de Buenos Aires” e “Gestapo peronista”, assinaladas por Santos em sua investigação, manifestam que quiçá uma das principais maneiras de invalidar o movimento peronista era vinculá-lo às experiências nazifascistas em um contexto em que as atrocidades cometidas por ditos governos já eram amplamente conhecidas e rechaçadas.

Outra comparação que também perseguia o objetivo de desmoralizar o governo de Juan Perón foi aquela feita com Juan Manuel de Rosas (1793-1877), político e militar argentino que governou a província de Buenos Aires e a Confederação Argentina, respectivamente, entre 1829 e 1832 e, depois, entre 1835 a 1852. Na interpretação de “O Cruzeiro”, Rosas foi um caudilho autoritário e imperialista que pretendia recuperar o Vice Reinado do Rio da Prata<sup>4</sup> para estender seu poder além das fronteiras argentinas. De forma análoga, Juan Perón também possuía planos imperialistas para a região ao lançar a “Terceira Posição”, ideia de que o peronismo poderia ser uma alternativa às ideologias capitalista e comunista. A formação de blocos político-econômicos entre os países da região escondia a real intenção do presidente argentino em exercer maior controle nas decisões dos países vizinhos, algo semelhante ao intento de Rosas no século XIX.

O contexto compreendido pelo segundo capítulo abrange o período entre 1950 e 1953, no qual o autor chama atenção para a eleição de Getúlio Vargas e a posse de João Goulart no Ministério de Trabalho. Tais eventos foram divulgados, em especial por “Tribuna da Imprensa”, como resultados do aumento da influência de Juan Perón nos assuntos políticos brasileiros. Charges de Hilde Weber e demais artigos alertavam para o “candidato argentino” à presidência do Brasil, bem como para a situação dos meios de comunicação na Argentina que, de acordo com os jornalistas brasileiros ligados ao jornal de Carlos Lacerda, sofriam a censura desferida pelo Estado. Santos também analisou as cartas trocadas entre Vargas e J. Perón, destacando que, apesar das inúmeras relações feitas pelas publicações entre os dois políticos, eles nunca chegaram a se encontrar pessoalmente.

A política externa durante o governo de Getúlio Vargas é o ponto central do próximo capítulo. Nesse momento, o autor discorre e analisa alguns acontecimentos que foram interpretados pela imprensa brasileira antiperonista como sinais de imperialismo por parte de Juan Perón. A título de exemplo, acordos firmados entre a Argentina e países vizinhos, como o Chile em 1953 por meio da *Acta de Santiago*; a criação da *Agrupación de Trabajadores Latinoamericanos Sindicalistas (ATLAS)*<sup>5</sup>; o suposto controle da energia atômica que o país platino havia alcançado; a presença aparentemente diplomática de adidos no Brasil como indicativos de infiltração sindical; e o envio de material publicitário aos sindicatos brasileiros eram eventos denunciados nas páginas da imprensa como interferências inaceitáveis. Santos dedicou-se, também, a apresentar ao leitor alguns periódicos brasileiros simpáticos ao movimento peronista, como “O Mundo”, “O Radical”, “Última Hora” e a revista “Mundo Ilustrado”.

No quarto e último capítulo, a análise concentra-se entre os anos de 1953 e 1955. Nesse ínterim, o autor investiga denúncias mais graves, divulgadas pelos periódicos estudados, sobre o envolvimento direto do governo peronista na política brasileira. O contato entre líderes trabalhistas brasileiros e Juan Perón representava a possibilidade de se formar em território nacional uma ditadura aos moldes peronistas, ou melhor, uma “república sindicalista”. Outros dois episódios que aprofundaram a crise consistiram na divulgação de um discurso de Juan Perón, proferido em 1953 na Escola Superior de Guerra, no qual o líder teria descrito suas intenções em conformar a integração regional e suprimir fronteiras nacionais, e a publicação da “carta Brandi”, missiva supostamente redigida por um deputado peronista da província de Corrientes, que comunicava a venda de material bélico para os sindicatos brasileiros, cujo objetivo residia na formação de um movimento armado de cunho sindicalista. O discurso do líder peronista foi usado como pretexto para a abertura do processo de impeachment de Getúlio Vargas, que acabou não sendo aprovado pela maioria no Congresso. Em relação à carta atribuída a Antônio Jesus Brandi, um inquérito policial-militar foi aberto para averiguar a sua autenticidade. Após a investigação, concluiu-se que a missiva fora falsificada.

As contribuições do trabalho de Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos para os campos de estudo de História da América Latina e da Argentina são inúmeras. Entre elas, destaca-se a constatação da heterogeneidade do antiperonismo que, assim como o peronismo, se configura como um caleidoscópio de ideias, isto é, não eram e ainda não são categoriais nitidamente delineadas e encerradas. Através dos meios de comunicação, as representações criadas do governo peronista visavam impactar para convencer e para isso não precisavam estar integralmente coesas entre si. A comparação do peronismo ora com o nazismo e ora com o comunismo, mesmo mostrando-se contraditória aos olhos dos pesquisadores, objetivavam deslegitimar o governo argentino a qualquer custo. Outrossim, a obra revela, também, a influência que o movimento desferiu na política brasileira, interpretada e divulgada nos meios de comunicação com objetivos estabelecidos. A importância da análise feita por Rodolpho reside, ao mesmo tempo, no entendimento da porosidade das fronteiras nacionais em relação à circulação de ideias, e à particularidade de cada contexto no tratamento das informações e ideias. “A construção da ameaça argentina: a oposição a Perón na imprensa brasileira (1945-1955)” reafirma que o papel do historiador no século XXI, ao voltar-se para as fontes, consiste em afastar-se de determinismos que, na tentativa de descrever minuciosamente um período, um personagem ou um acontecimento histórico, esvaziam a riqueza dos fluxos e refluxos de

poder formados por ideias nem sempre análogas entre si, mas que, por isso mesmo, marcam indelevelmente as sociedades.

### Referências bibliográficas:

JEANNENEY, Jean. A mídia. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MERCADO, Silva. *El inventor del peronismo*: Raúl Apold, el cerebro oculto que cambió la política argentina. Buenos Aires: Editorial Planeta, 2013.

---

<sup>1</sup>É digno de nota o fato de Tribuna da Imprensa não ter se configurado um meio de difusão da UDN. De acordo com Lacerda, citado por Santos (2021, p. 69), “[...] a UDN não podia ter um órgão – a UDN era uma maçaroca de tendências, as mais diversas, impossíveis de exprimir num só jornal”.

<sup>2</sup>A questão da neutralidade argentina frente aos conflitos e questões internacionais não surgiu durante a Segunda Guerra Mundial. Discussões anteriores sobre intervenções diplomáticas, por exemplo, foram realizadas pelos juristas e escritores Carlos Calvo (1824-1906) e Luis María Drago (1859-1921).

<sup>3</sup>A viagem à Itália certamente marcou a visão política do futuro líder justicialista, principalmente no que diz respeito aos meios de comunicação. Em Roma, J. Perón pôde observar como que a imagem do *Duce* era divulgada, por exemplo, em programas de rádio, filmes e monumentos (MERCADO, 2013).

<sup>4</sup>Durante a colonização espanhola, o Vice-reinado do Rio da Preta era formado pelos territórios que correspondem atualmente à Argentina, ao Paraguai, Uruguai e algumas porções de terras da Bolívia e do Brasil.

<sup>5</sup>A *ATLAS* foi criada pela *Confederación General del Trabajo* (CGT) em 1952. O seu objetivo era de construir uma central sindical independente das propostas estadunidenses e soviéticas. Com efeito, a agrupação foi empreendida mais como uma estratégia de comunicação da política exterior peronista.

Texto recebido em 22 de fevereiro de 2022.

Aceito para publicação em 08 de abril de 2022.

PIMENTA, João Paulo. Independência do Brasil. São Paulo. Contexto, 2022. 160 p.

## **REVISITANDO A INDEPENDÊNCIA: O BRASIL NA ERA DAS REVOLUÇÕES.**

Arthur Daltin CARREGA\*

O ano de 2022 acumula condições para se tornar intenso no campo político para o Brasil, pois além da crise institucional pela qual o país passa, teremos eleições para cargos executivos e legislativo em nível estadual e federal, as quais devem movimentar uma campanha eleitoral carregada de informações e narrativas que visam enaltecer ou destruir reputações sem se preocupar com a veracidade dos conteúdos apresentados. Contexto alimentado pelo crescimento de uma onda conservadora global, que ainda se sustenta e é liderada por uma “Nova Direita”<sup>1</sup>, que procura se apropriar de eventos históricos para fazer uso ideológico baseados em conceitos, ideias e práticas próprias.

As duas concepções se relacionam neste período através das festividades ligadas ao bicentenário da independência política do Brasil, que ocorrerá em setembro. Fato, entretanto, que motiva também profissionais da área de história, que acabam forçados a revisitar os eventos de 1822 e a ampla bibliografia disponível sobre eles para expor novas conclusões ou reforçar consensos já conhecidos da área. Foi o caso de João Paulo Pimenta (2022)<sup>2</sup>, que publicou no último janeiro “Independência do Brasil” pela Editora Contexto. Livro que pode ser consultado por outros pesquisadores da área ou meros curiosos, graças à sua variedade de temas e linguagem acessível.

A obra está estruturada em seis capítulos não numerados, que podem ser lidos separadamente, já que tem assuntos bem definidos. Logo no primeiro deles, “A atualidade da independência”, o autor se posiciona explicitamente e de maneira contundente diante do debate descrito acima, advogando não só em favor de todas as ciências, mas também do método crítico em geral e adverte os leitores que o processo concluído em 1822 é um tópico que continua repleto de interesses e não pode ser considerado fechado. Para o autor, então, o tema é constantemente revisitado, mas apenas análises com critérios

---

\*Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (PPGH/UNESP). Bolsista CNPq. E-mail: arthur.carrega@unesp.br.

rigorosos têm a credibilidade e o comprometimento com a verdade exigidos (PIMENTA, 2022, p. 7-9).

Ainda na introdução, ele critica a posição do governo federal atual e cita nominalmente o presidente Jair Bolsonaro, que fez uso de narrativas fantasiosas da independência em 2021 para transformar a festa nacional em partidária e tentar influenciar os resultados das já citadas eleições de 2022. Manobra que merece, segundo Pimenta (2022, p. 14-15), atenção e oposição dos historiadores. Ele lembra, na ocasião, das palavras de Marc Bloch (2001 [1949]) na obra *Apologia da história*, que chamava o método crítico de um “poderoso antídoto às toxinas da mentira e do falso rumor”, que se adaptam e se renovam no combate “às enxurradas de *fake news* que inundaram a internet nos últimos anos”, problema que ficou ainda mais evidente em tempos de pandemia.

Dois ideias importantes são trabalhadas pelo autor ao longo de toda a obra, a primeira é o que o autor chamou de *condições de possibilidades* e a segunda é a relação do Brasil com o resto do mundo. No capítulo 2, “O Brasil e o mundo a 200 anos”, Pimenta (2022, p. 17) faz um breve panorama sobre a conjuntura global do início do século XIX e chama a atenção para ambas concepções. Ele lembra e descreve uma série de características do período para ilustrar as grandes diferenças entre aquela sociedade e a nossa e também discorre sobre as inovações que a modernidade começava a apresentar e os impactos que causaram.

É interessante notar no contexto que o mundo moderno chegou ao Brasil por meio dos portugueses, não só através das novidades tecnológicas, mas de todo um conjunto de elementos que, posteriormente, favoreceriam o processo de independência, como o conjunto de ideias do iluminismo e a imprensa régia. O destaque para o primeiro elemento é o Reformismo ilustrado português, especialmente a figura de Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812)<sup>3</sup>, que defendeu uma unidade para o império português, conciliando metrópole e colônia e influenciou nomes como o de José Bonifácio (1763-1838), que se tornaria uma figura importante no processo de separação política da colônia (PIMENTA, 2022, p. 29-30).

O sociólogo alemão Jürgen Habermas (2014) apontou para conclusões semelhantes no processo de criação da esfera pública burguesa na Europa. Para ele, é importante notar como a burguesia se aproveitou de estruturas criadas pela própria monarquia para criar gradualmente a sociedade civil, reformando o próprio conceito e os elementos daquilo que era considerado público. A situação atingiu Portugal de maneira semelhante e conseqüentemente o Brasil, que não deve ser pensado, como mostra Pimenta

(2022, p. 31), fora da *Era das Revoluções*, descrita por Eric Hobsbawm (2014) e citada na obra.

A própria palavra “revolução”, tal qual a “liberdade” tiveram mudanças de conceito tornando o ambiente das colônias americanas cada vez mais instável, confluindo para o processo de independência dos Estados Unidos em 1776, que promoveu uma série de inovações políticas dentro e fora de suas fronteiras, a começar por ser uma colônia que conseguiu se desligar oficialmente de um império e fazê-lo reconhecer sua autonomia (PIMENTA, 2022, p. 35). Não tendo uma família real, se tornaram uma sociedade republicana e por último, muito capaz de se auto gerir sem a tutela de uma metrópole. O exemplo foi seguido pela França que aumentou a intensidade e, logo em seguida, por uma de suas colônias, que ainda mais radical inaugurou um governo civil, antimonárquico, anticolonial e de maneira inédita, antiescravista.

No século XVIII, no Brasil tinha-se conhecimento desses processos revolucionários, mas os movimentos organizados nas colônias portuguesas nunca confrontavam o soberano, atacando, no máximo, representantes reais. A exceção, segundo o historiador, foi a Inconfidência Mineira (1789-1792), que afrontou o poder real através de José Joaquim da Maia (1757-1788). Mesmo assim, para Pimenta (2022, p. 42), é um erro chamar esta revolta de antecessora da independência porque ela não conseguiu formar condições para uma unidade nacional e nem se tornar um centro irradiador de novidades políticas por ela promovidas. Sua contribuição, mesmo assim, é importante porque foi “[...] um sintoma da inserção das colônias da América portuguesa na *Era das Revoluções* e na experiência política moderna [...]”.

A Inconfidência Baiana (1798) foi outro movimento incomum de contestação da realeza e incorporou com mais ênfase os ensinamentos da revolução francesa, foi um movimento que teve menos atenção da historiografia do século XIX e menos utilizado politicamente pelos defensores da separação alguns anos mais tarde. Entre os motivos, o autor cita o racismo e o esforço em se conservar a escravidão, pois era considerada uma insurreição pobre e “negra demais”. O que se pode reforçar, entretanto, é que ambas fracassaram e no início dos oitocentos a emancipação nem aparecia no horizonte brasileiro. Mas um avanço podia ser constatado: a politização das identidades coletivas, ou seja, passaram a existir na colônia formas de identificação e aglutinação social e cultural próprias, distintas das da metrópole, que confrontavam a exclusiva e mais conhecida política imperial de pertencimento, a ideia de que todos súditos do rei eram portugueses (PIMENTA, 2022, p. 46-47).

O capítulo seguinte, “Guerras europeias, conflitos americanos”, segue com as análises do contexto internacional do século XIX, mas tem uma preocupação mais específica com uma linearidade de eventos que contribuíram com a fuga da família real portuguesa para o Brasil em 1808. Pimenta mostra, com detalhes, os processos políticos e diplomáticos europeus e a situação do continente e da metrópole lusitana perante o ímpeto expansionista de Napoleão, que acabou derrotado em 1815, mas o turbilhão revolucionário deixou consequências mais longevas. Para Portugal e o Brasil, conseqüentemente, uma antiga cidade colonial – o de Janeiro – foi convertida em capital do império, e esta passou por um intenso desenvolvimento econômico e político, dos quais podemos destacar obras urbanas e a inauguração da imprensa régia (PIMENTA, 2022, p. 61-62).

No mesmo período, lembra Pimenta, o restante da América do Sul passou por um período conturbado, que envolvia movimentos emancipacionistas e disputas pelo poder, os quais, por sua vez, começaram a aparecer e incentivar grupos no Brasil. Fato que incomodou D. João VI e a família real, que, incentivados pelo fim da guerra contra as tropas napoleônicas em Portugal, optaram por retornar à antiga metrópole. O Rei, procurando evitar ideias separatistas, assinou uma carta que oficializou a situação de “Reino Unido” ao Brasil, o que não funcionou e as diferenças entre os portugueses dos dois lados do Atlântico se intensificaram. Neste momento efervescente, estourou a Revolução de Pernambuco de 1817, que não chegou a elaborar um projeto de independência, mas teve impacto e marcou profundamente o cenário brasileiro, deixando ecos para além de 1822, pois radicalizou a política cristalizando noções capazes de mobilizar no século XIX um número significativo de pessoas de classes e origens distintas. Tratava-se de uma transformação efetiva nas “condições de possibilidade” revolucionárias (PIMENTA, 2022, p. 70).

Todo o contexto mostrava que a situação interna da colônia era muito favorável à formação de uma nação independente e no capítulo “Preparação e viabilização da independência” João Pimenta (2022, p. 70) reflete sobre como as características externas, na segunda década do século XIX, contribuíram com o movimento definitivo. Começando por Portugal e a Revolução Liberal do Porto de 1820, que marcou o fim definitivo do absolutismo do império e o início de um processo constitucional. Outra medida importante desenvolvida naquele momento foi a liberdade de imprensa para todo território lusitano que, somada à já ativa imprensa régia no Brasil, permitiu a ampliação no alcance e na quantidade das folhas locais.

Em janeiro de 1822 parlamentares portugueses discutiam a carta magna do país em Lisboa e muitas províncias da, ainda, colônia sequer haviam aderido ao movimento do Porto e nem escolhido seus representantes, além disso, boa parte da América Latina já havia conquistado sua independência. Alguns representantes brasileiros que estavam em Portugal se incomodaram com as características centralizadoras da constituinte e retornaram clandestinamente, e sem assinar o documento, para o Rio de Janeiro. A desobediência foi progressivamente defendida na América lusitana e o príncipe com seus ministros começaram a construir uma ideia de Estado e governo próprios. D. Pedro, aos poucos ganhou autonomia e respeito, inclusive por se recusar a acatar ordens de Lisboa, e apresentou, com apoio da imprensa, um projeto de unidade para o Brasil. A independência ia tomando corpo, mas é importante ressaltar que, um movimento abrupto poderia resultar na fragmentação territorial, pois ainda existiam homens poderosos que defendiam a manutenção à sujeição às cortes do além mar, por isso o governo central buscou conciliar vários processos internos (PIMENTA, 2022, p. 81-82).

O dia 7 de setembro de 1822, segundo o historiador, foi assim um dia pouco importante na sequência de eventos que definiram a independência e não chamou atenção porque vários acontecimentos convergiram naquele sentido, tanto que são escassos os vestígios sobre a data. Sabe-se que D. Pedro voltava de uma incursão militar em São Paulo e que montava uma mula e estava com problemas intestinais quando foi informado de medidas da corte que contrariavam seu governo. Teria organizado uma pequena formalidade para declarar à sua comitiva que romperia os laços com Portugal, mas nenhuma carta foi assinada, tão pouco um grito patriótico. Em 12 de outubro ocorreu a aclamação do novo imperador do Brasil, este sim um momento idiossincrático, carregado de pompa e festas, tal qual a coroação em 1 de dezembro (PIMENTA, 2022, p. 96-97).

É interessante assimilar no livro de João Paulo Pimenta que o processo de fundação do Brasil foi essencialmente institucional, que excluiu a maior parte da população brasileira. “A consolidação da independência”, título e tema do capítulo seguinte da obra, trata assim, do esforço para a busca da unidade nacional. Muitos interesses distintos e até contraditórios ainda existiam entre as províncias, mobilizando até guerras contra a separação na Bahia, no Maranhão, no Piauí e no Pará. Mas a solidariedade desenvolvida entre grandes proprietários, senhores de escravos e comerciantes, estruturou as bases da política nacional através da autonomia e da autoridade do Imperador, que por sua vez, retribuiu, favorecendo os interesses daqueles grupos. Para garantir essas preferências ele chegou a fechar a assembleia constituinte

convocada em 1823 e terminar o documento assessorado por um conselho de ministros em 25 de março de 1824, o qual foi paulatinamente reformado a partir de então (PIMENTA, 2022, p. 117).

A consolidação do movimento de 1822 precisava também do reconhecimento internacional, em especial das grandes potências como a Inglaterra. A base escravista da economia, entretanto, foi um empecilho, que obrigou o governo a se comprometer, diante de um acordo que envolveu também os portugueses, que eliminaria o tráfico de cativos até 1828. O fato deu alguma paz para o comércio internacional do Brasil, mas a pressão britânica cresceu conforme a resolução não estava sendo cumprida. Pressionado pelos dois lados, D. Pedro I usou sua autoridade para conceder alguns avanços no sentido de controlar a entrada de escravos e gastar montantes volumosos na guerra da Cisplatina, vista mais como um empreendimento pessoal do Imperador e longe dos interesses nacionais, a derrota no conflito e a criação da República Oriental do Uruguai resultaram na sua impopularidade latente. Em 1826 abdicou do trono português e pouco tempo depois não conseguiu se sustentar no trono brasileiro, ele deixou o país em 1831, pondo fim ao primeiro reinado. Para o historiador, entretanto, os primeiros anos da monarquia deixaram um legado, pois foi ali que se estabeleceram as bases para um Estado, uma nação e uma identidade brasileiros, elementos que se relacionaram pela via institucional, que significa afirmar que a ruptura política com a metrópole não envolveu uma luta nacionalista (PIMENTA, 2022, p. 125-127).

Nos dois últimos capítulos do livro: “Historiografia e memória da independência” e “O futuro da Independência” o autor retoma questões apresentadas na introdução e aponta para os perigosos usos políticos de narrativas fantasiosas da independência. Ele aproveita a discussão para mostrar diferenças entre interpretações baseadas em critérios científicos e a memória popular, construída com base em valores seletivos e, muitas vezes, interesses estatais, que nunca precisam de documentos comprobatórios e outros elementos, como o quadro de Pedro Américo, “Independência ou morte” (1888), que criou uma cena fictícia que buscou eliminar características como a “diarreia e a mula de Pedro I” (PIMENTA, 2022, p. 140). É importante ressaltar que, não se tratava de uma falsificação da história, mas sim de um artista buscando fazer seu trabalho.

Para João Paulo Pimenta (2022, p. 154) o bicentenário da independência clama por debates sobre o assunto e acaba criando um momento propício para a criação de discursos e contradiscursos que devem acender o alerta para as possibilidades de uso político do passado. Mais ainda, ele lembra que o evento se trata de um “tema histórico

por si só”, pois a natureza desse tipo de conhecimento “impregna o passado de presente” automaticamente, ou seja, a história da independência continuará a ser uma história em construção, seja nos 200, 201 e em todos seus aniversários. Da mesma forma que apontou o citado Eric Hobsbawm (2013, p. 26), o historiador e o método crítico têm uma função social e um compromisso com a verdade, de maneira que seu trabalho é usado para romper mitos, incluindo os nacionais, e questionar tradições. Os interessados devem olhar para o passado sem se inflamar pelas datas cheias e comemorativas: “Que o estudo continue sério, criterioso, rigoroso e verdadeiro” (PIMENTA, 2022, p. 154).

### Referências bibliográficas:

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O Ofício de historiador*. prefácio: Jacques Le Goff. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro. Zahar, 2001.

COWAN, Benjamin Arthur. A hemispheric moral majority: Brazil and the transnational construction of the New Right. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 61(2): e004, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201800204>.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Denilson Luís Werle. 1 ed. São Paulo. Editora Unesp, 2014. 565p.

HOBSBAWM, Eric. Dentro e fora da história. In. HOBSBAWM, E. *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções (1789 – 1848)*. 33ª Edição. Tradução: Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. Paz e terra. Rio de Janeiro. 2014.

PIMENTA, João Paulo. *Independência do Brasil*. São Paulo. Contexto.

---

<sup>1</sup>A expressão foi analisada por Benjamin Arthur Cowan (2018, p. 1) e designa um grupo composto pelo casamento entre as reações religiosas, culturais e sociais e renovadas e radicais doutrinas de desregulação, autossuficiência triunfalista e o capitalismo laissez-faire.

<sup>2</sup>Doutor em história e professor do departamento de história da USP desde 2004. Especialista em história do Brasil e da América espanhola dos séculos XVIII e XIX.

<sup>3</sup>Foi conde de Linhares, era reformista, mas essencialmente conservador, inspirava-se na obra de Adam Smith (1723-1790) (p. 27-29).